



PUC Minas

EXTENSÃO PUC MINAS

Conexão de conhecimentos, saberes e realidades

Ana Teresa B. O. Britto
Arthur Parreiras Gomes
Doris Sanabio
Ev'Ângela B. R. de Barros
ORGANIZADORES

**EXTENSÃO PUC MINAS:
Conexão de conhecimentos, saberes e realidades**

**Trabalhos do X Seminário de Extensão Universitária e
da I Mostra de Extensão da PUC Minas**

Organizadores:

Ana Teresa Brandão de Oliveira e Britto

Arthur Parreiras Gomes

Doris Sanabio

Ev' Ângela Batista Rodrigues de Barros

1ª edição

Belo Horizonte
PUC Minas
2016

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Reitor: Prof. Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães
Vice-reitora: Prof.^a Patrícia Bernardes
Assessor Especial da Reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim
Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Paulo Roberto de Sousa

PRÓ-REITORES

Extensão: Prof. Wanderley Chieppe Felipe
Gestão Financeira: Prof. Paulo Sérgio Gontijo do Carmo
Graduação: Prof.^a Maria Inês Martins
Logística e Infraestrutura: Prof. Rômulo Albertini Rigueira
Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Sérgio de Moraes Hanriot
Recursos Humanos: Prof. Sérgio Silveira Martins

PRÓ-REITORES ADJUNTOS DOS CAMPI E UNIDADES

Arcos: Prof. Jorge Sündermann
Barreiro: Prof.^a Lucila Ishitani
Betim: Prof. Eugênio Batista Leite
Contagem: Prof. Robson dos Santos Marques
Poços de Caldas: Prof. Iran Calixto Abrão
Praça da Liberdade: Miguel Alonso de Gouvêa Valle
São Gabriel: Prof. Alexandre Rezende Guimarães
Serro e Guanhães: Prof. Ronaldo Rajão Santiago

SECRETARIAS ESPECIAIS

Secretaria de Comunicação: Prof. Mozahir Salomão Bruck
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Prof. Carlos Barreto Ribas
Secretaria Geral: Prof. Ronaldo Rajão Santiago
Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários: Prof.^a Maria Beatriz Rocha Cardoso
Secretaria de Assuntos Estudantis: Prof. Renato Durval Martins

Consultoria Jurídica: Prof.^a Natália de Miranda Freire

Ouidoria: Prof. Renato Durval Martins

Auxiliar administrativo da Coordenação de Publicação e Produtos Acadêmicos e da Coordenação de Cursos da PROEX (integrante da Comissão Organizadora da Mostra de Extensão): Camila Mendes

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Seminário de Extensão
Universitária (1. : 2016. : Belo Horizonte, MG)
P816e Extensão PUC Minas: conexão de conhecimentos, saberes e realidades / Organização de Ana Teresa
Brandão de Oliveira e Britto...[et al.]. Belo Horizonte: PUC Minas, 2016. [E-book].
362 p.
ISBN: 978-85-8239-046-7

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Prof. Wanderley Chieppe Felipe 9

X SEMINÁRIO DE EXTENSÃO - Construção de Saberes e Experiências da Extensão Universitária

Prof. Arthur Parreiras Gomes, prof.^a Márcia Luciane Drumond das Chagas e Vallone e prof.^a Rosa Maria Corrêa 12

ARTIGOS DO X SEMINÁRIO DE EXTENSÃO

19

A agressividade na perspectiva da Psicomotricidade segundo o Método Aucouturier

Cristhian Higor de Paula Costa, Paula Cunha Pereira e prof.^a Érica Silva Fróis 20

A percepção da questão tributária no Brasil

Leoves de Resende Tolentino, Natália Fernandes Pereira e prof. José Wanderley Novato Silva 29

Declaração de Imposto de Renda para pessoas físicas: um projeto pró-cidadania

Andreza Libéria Silveira, Ingrid Lorrainy Moura Matos, Leoves Resende Tolentino, Mariane Fraga David, Natália Fernandes Pereira e prof. José Wanderley Novato Silva 34

Encontro de extensionistas egressos da PUC Minas

Camila Mendes e prof.^a Doris Sanabio 44

O brincar e o desenvolvimento psicomotor : formação de educadoras sobre a temática gênero

Cristhian Higor de Paula Costa e prof.^a Érica Silva Fróis 55

População em situação de rua : problematizações das políticas públicas no âmbito do SUAS e do SUS

Prof. Bruno Vasconcelos de Almeida 64

Projeto PUC dá Alegria : humor e magia como complemento do cuidar

Fernanda Oliveira Monteiro, João Henrique Brandão Santos e prof. Eduardo Carlos Tavares 78

Rastreamento de indivíduos hipertensos no *campus* da PUC Betim

Aline Bonifácio Rodrigues de Oliveira, Eliza Lavall Bamberg, Fernanda Dutra Mansur, João Henrique Brandão Santos, Julia Correa Lemos, Julia de Andrade Pinheiro, Lucas Amorim Braga e prof.^a Sandra Miramar de Andrade Pinheiro 85

I MOSTRA DE EXTENSÃO DA PUC MINAS

Prof.^a Doris Sanabio e prof.^a Ev^a Ângela Batista Rodrigues de Barros 95

ARTIGOS DA I MOSTRA DE EXTENSÃO DA PUC MINAS

105

As cidades brasileiras e o direito à moradia: processo de usucapião extraordinária no Bairro Pilar, em Belo Horizonte (MG)

Raphaela Augusta Menezes de Oliveira, Stela Jeunon Ferreira Marinho e Stella Carvalho Lopes e prof. Ayrton Hugo de Andrade e Santos 106

As exigências legais para o exercício dos direitos previdenciários dos agricultores familiares e camponeses filiados ao regime geral de Previdência Social	
Bruce Rhuan da Costa Silva e prof. Matheus de Mendonça Gonçalves Leite	116
Construção participativa: teoria e prática	
Glaucon Durães, Ludivanelem Silva, Micaella Mendes, prof. ^a Denise Pirani, prof. ^a Juliana de Lima Passos Rezende e prof. Ricardo Ferreira Ribeiro	128
Desenvolvimento do aplicativo Guia de Profissões Ponto Jovem	
Pablo Stéfano Fonseca Santos e prof. ^a Adriane Maria Arantes de Carvalho	138
Economia solidária: cooperação, adesão e mobilidade social	
Alice Amâncio Caetano, Emmanuele Araújo da Silveira, prof. Flávio Constantino Barbosa e prof. Jefferson Pinto Batista	150
Emancipação para quem? Discutindo educação jurídica emancipatória e Extensão Universitária através do Projeto Laços	
Bárbara dos Santos Choucair, Juliana França Marques Lemos, Samira Haddad Campos Andrade e prof. ^a Fernanda Simplício Cardoso	161
Lócus de controle de saúde em idosos participantes do PUC Mais Idade/UNAI-Betim: experiência a partir de uma prática curricular de extensão	
Ana Paula Martins das Chagas, Daiana Cristina Pereira Lana, prof. ^a Cláudia Venturini e prof. ^a Tatiana Teixeira Barral de Lacerda	172
Projeto Inter-redes PUC Minas no Barreiro: instrumento de transformação e empoderamento social	
Fabiano de Sousa Oliveira, Maria Carolina Parreiras Gonçalves Peixoto, prof. ^a Carolina Costa Resende e prof. ^a Dilma da Silva	179
Vivências de Extensão Universitária em Engenharia Civil por meio do projeto de regularização de edificações residenciais dos moradores do Barreiro e região em 2014	
Bruna Dias de Andrade, prof. ^a Juliana Torres de Oliveira Bonaldo, prof. Everaldo Bonaldo e prof. ^a Jane Carmelita das Dores Garandy de Arruda Barroso	189
RESUMOS EXPANDIDOS DA I MOSTRA DE EXTENSÃO DA PUC MINAS	197
A efetividade do Estado Democrático de Direito em face da comunidade de transexuais e travestis	
Atílio Botelho de Barros, Flávia Pantuzzo Barbosa, Lúgia Cunha Guimarães, Marina Drummond Cabanelas, Thays Ferreira de Queiroz e prof. ^a Flávia Ávila Penido	198
A Extensão Universitária e sua repercussão social: O Projeto de Extensão Inclusão Digital para Jovens e Adolescentes da PUC Minas e a percepção do uso incoerente dos meios tecnológicos em contrassenso com a legislação brasileira e os atos infracionais cibernéticos	
Dorcas Marques Almeida, Weverton Fernandes Bento Alves e prof. Álisson Rabelo Arantes	202
A importância das parcerias na gestão de atividades de Extensão Universitária: a experiência da PUC Minas em Contagem	
Januza Caroline Gonçalves Correia e prof. ^a Gláucia Pinheiro da Silva	206

A necessidade jurídica da consulta e do consentimento dos povos e comunidades tradicionais para a implantação de empreendimentos minerários no interior de seus territórios	
Karla Silva Oliveira, Mateus Lima de Pinho, Rebeca Mariana Domingos Fernandes, prof. Matheus de Mendonça Gonçalves Leite	210
A relevância do terceiro setor na construção do Estado Democrático de Direito	
Ludmila Souza Britto, Wagner Vinicius de Oliveira e prof. Otaviano Francisco Neves	215
A Universidade na execução penal	
João Lucas Rodrigues Rocha, José Novais Evangelista Filho, Vanessa de Sousa Soares, Yago Meira e Silva, prof. ^a Flávia Ávila Penido e prof. ^a Klelia Canabrava Aleixo	220
Abordagem Multidisciplinar em Oncologia: múltiplos olhares em prol da qualidade de vida	
Patrícia Barbosa Batiston, Edson Durante Oliveira, Taina Carolina de Lima Braz e prof. ^a Marina Aparecida Gonçalves Pereira	224
Análise de capacidade de carga de elementos de ligação	
Marina Emília M. Costa, Nathália Mateus Fidelis, Túlio Pinheiro Duarte e prof. Ayrton Hugo de Andrade e Santos	228
Arquitetura Aberta	
Bruna Camposano Medici e prof. Tiago Castelo Branco Lourenço	232
Articulando redes, fortalecendo comunidades	
Manoela Marra, Ôni Márcia e prof. ^a Márcia Mansur Saadallah	237
Avaliação do solo das ocupações urbanas da região de Belo Horizonte (MG)	
Carolina Silveira Mamede, Cássio Tadeu Alvarenga, Raphaela Augusta Menezes de Oliveira, Rayane Moreira Corrêa e prof. Ayrton Hugo de Andrade e Santos	242
Canteiro em Obras: Experiências e Práticas na Extensão	
Julia Maranhão Ferreira, Luíza Moreira Soares e Prof. Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt	245
Contribuições extensionistas do Projeto Ativa Idade no Lar	
Deisiane Oliveira Souto, Letícia Santos Ferreira do Nascimento, Natália Stephanie Dias Santos, Terezinha Andreatta Ramin Silva e prof. ^a Tatiana Teixeira Barral Lacerda	248
Convergência dos conhecimentos teóricos para a prática no canteiro de obras: visitas técnicas às obras do Centro de Espiritualidade da PUC Minas, unidade Barreiro	
Fernando Júnior Resende Mascarenhas, Jennifer Alves de Lana, prof. Everaldo Bonaldo e prof. ^a Juliana Torres de Oliveira Bonaldo	252
Democratização do acesso à informação: educação fiscal por meio de orientações abertas à comunidade sobre o Imposto de Renda de Pessoa Física	
Prof. ^a Fátima Maria Penido Drumond e prof. ^a Lúcia Helena Ciccarini Nunes	256
Envelheci, e agora? Promovendo o envelhecimento ativo e a inclusão social da pessoa com deficiência intelectual	
Daniel Caldas Ferreira, Tales Andrade Pereira, prof. ^a Maria Cristina Ribeiro Pires Williams e prof. ^a Teresa Cristina Alvisi	260
Esquistossomose Mansônica: a educação em saúde como medida preventiva para a doença	
Ana Paula Vargas Garcia, Lilian Amaral, Cristiane Claudino, Maria Eduarda Duarte, Ingrid Rodrigues, Bárbara Sperandio, Clauzione Santos e prof. ^a Janaína Sousa Campos Alvarenga	264

Estudo do projeto de prevenção e combate ao incêndio para a Boate Kiss (Santa Maria, RS) no âmbito da legislação do Estado de Minas Gerais Alice Laura de Oliveira Alvares, Ana Flávia Duarte Pereira, Davidson Douglas Lima de Souza, Guilherme Henrique Leite de Almeida, Matheus Augusto Santana, Renata Botelho de Almeida Campos, Thauane Fiche Ferreira Cordeiro e prof. ^a Raquel Sampaio Jacob	268
Feira de Ensino: as práticas curriculares de Extensão como ferramentas de transposição didática Ludivanelem Aparecida da Silva, Marina Coimbra Swerts, prof. ^a Juliana de Lima Passos Rezende e prof. ^a Luciana Barreto Nascimento	271
Implantação de um programa de exercícios no condicionamento físico, perfil metabólico e pressão arterial dos recuperandos do Projeto APAC Ingrat Monteiro Lopes Padilha, Jefferson Gonçalves Hosken, Marina Mercedes, Nathalia Brito, prof. ^a Roberta Berbert Lopes e prof. ^a Patrícia Dayrell Neiva	274
Levantamento geral do manejo adotado pela fazenda experimental PUC Minas – Terceiro Trimestre de 2015, Esmeraldas (MG) Carina Oliveira de Castro, Jéssica Ferreira Santos, Letícia Cury Rocha Veloso Arantes e prof. ^a Alessandra Pereira Simonini Gomes	277
Mobilização para o controle da larva <i>Migrans</i> Cutânea (LMC) no município de Betim (MG) Marina Coimbra Swerts, Ludivanelem Aparecida da Silva, Poliana Lucio de Miranda e prof. ^a Alessandra Pereira Simonini Gomes	280
O direito de se comunicar: recontando momentos a partir das oficinas do Projeto PUC Mais Idade São Gabriel Flávia Luiza Moreira Lana, Lucas Rodrigues Coelho, prof. ^a Érica Silva Frois e prof. ^a Jane Carmelita das Dores Garandy de Arruda Barroso	283
O Programa Espaço Dignidade e Cidadania como prática e vivência de estágio Deleide Lamara da Silva, Edivando Correa de Santana, Marcela Vieira Pereira, Silvinha Neves Pereira, Stephanie Caroline Lopes da Silva e prof. ^a Júlia Calvo	288
O trabalho nas alas LGBT das unidades prisionais masculinas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG) Ana Clara Santos da Silva, Camila Ferraz, Camila Mendonça Gonçalves dos Reis, Danielle de Matos Fagundes Menezes, Débora do Carmo Martins Guedes, Fernanda Letícia de Oliveira Santana, Isabela Faria Teixeira de Melo, Janis Caroline da Silva Vieira, Luiz Felipe Ribeiro, Maria Alice Oliveira de Freitas Mattos, Maria Helena Damasceno Bessa, Marina de Melo Rodrigues, Roberta Gonçalves Oliveira, Tathyane Alves dos Santos, prof. Pablo Alves de Oliveira	293
Os materiais usados na prática psicomotora Anna Carolina de Medeiros Furtado, João Victor Almeida Pimenta, Maressa Heliana de Andrade, Matheus Ferreira de Sousa, Paula Cunha Pereira e prof. ^a Érica Silva Fróis	297
Práticas investigativas para o aperfeiçoamento da gestão financeira da Associação para o Desenvolvimento e Assistência de Talentos e Vocações – ADAV Daniel do Nascimento Gandra, Fabíola Salgado Farnetti, Gabriel Cordeiro de Oliveira, Patrícia Cristina Almeida de Amantino e prof. ^a Maria Cristina Olandim Pereira	301
Presença de sintomas depressivos em participantes do Programa de Extensão PUC Mais Idade Daiana Assis Faria, Mônica da Silva Ferreira e prof. ^a Tatiana Teixeira Barral de Lacerda	305

Produção de vídeo no ensino-aprendizagem sobre o descarte de resíduos sólidos da área da saúde no estágio bacharelado de educação ambiental Gabriela Rodrigues Melo, Jane Almeida Bernardo, Ludivanelem Aparecida da Silva e prof. Eugênio Batista Leite	310
Projeto Adolescência Saudável Cristovão Felipe de Assis Vasconcelos, Fernanda Resende Mendes, José Rodolpho Schultz Diniz, Laiane Cristine Silva, Maria Fernanda Mendes Moreno Souza, Mariana Pereira, Patrícia Rosolen Serra, Sophia Campos Batista, prof. ^a Fernanda Mendes Resende e prof. ^a Sônia Maria Alves de Paiva	314
Projeto de Extensão como possibilidade de formação para além da sala de aula Brenda Assunção Oliveira, Gilnane Oliveira da Silva Moreira, Thayrinne Fernanda Soares e prof. ^a Karina Fideles Filgueiras	319
Projeto Lições da Terra: metodologias participativas nos estudos ambientais Ludivanelem Aparecida da Silva e prof. ^a Juliana de Lima Passos Rezende	323
Projeto Qualidade de Vida para Todos: uma formação acadêmica multidisciplinar na graduação Kelen Amadeu Vicente Cecotti, Larissa de Oliveira e Silva e prof. ^a Cláudia Barsand de Leucas	327
Reflexão e intervenção na construção da autonomia: relato de experiências do Programa Espaço Dignidade e Cidadania Silvinha Neves Pereira e prof. ^a Júlia Calvo	331
Reflexões da atuação do psicólogo a partir da prática extensionista em sistema prisional Larissa Borges de Oliveira Raposo, Tatiana Lima Vieira Bacelar, prof. Alexandre Frank Silva Kaitel e prof. ^a Maria Carmen Schettino Moreira	337
Relato de experiência: a prática restaurativa com jovens integrantes do Projeto Laços Lucas Rodrigues Silva, Maria Clara Melo Rodrigues e prof. ^a Fernanda Simplício Cardoso	342
Respira-Ações Brunielle C. de Paiva, Elisama C. Jacon, prof. Marcelo Branco e prof. ^a Maria Imaculada Ferreira Moreira Silva	347
Sistema de gestão para o Projeto de Extensão Beira Linha Daniel Pereira Lima e prof. ^a Soraia Lúcia da Silva	351
Trabalho Interdisciplinar de Extensão do curso de Administração PUC Minas campus Poços de Caldas (MG) Bruno Antônio Siqueira de Paiva, prof. ^a Giseli do Prado Siqueira e prof. ^a Maria José Scassiotti de Souza	356
Uma análise da Mostra Tecnológica do IPUC sob a ótica da Extensão Universitária Geraldo Figueiredo Lage e prof. ^a Viviane Cristina Dias	359

APRESENTAÇÃO

Prof. Wanderley Chieppe Felipe¹

Os documentos que versam sobre a Política de Extensão Universitária – seja de âmbito nacional ou local – são unânimes em propalar a indissociabilidade entre esta necessária dimensão de formação e as demais – ensino e pesquisa –, com vistas a propiciar a cada estudante uma formação humanística e cidadã.

Um breve olhar sobre o percurso de institucionalização da Extensão no Brasil nos mostra que foram muitas as vozes que precisaram se fazer ouvir – dentro das academias e fora delas – nas últimas décadas, a fim de disseminar a percepção (que hoje nos parece tão óbvia) da impossibilidade de formar profissionais altamente desenvolvidos na sua habilitação específica, porém enclausurados em suas próprias competências técnicas e tecnológicas, sem a capacidade de leitura da realidade e de escuta das demandas por ela apresentada.

Numa sociedade tecnologizada, que prioriza e valoriza o cientificismo em detrimento da emergência de outros saberes, calcados na experiência e em empirias variadas, valorizar a Extensão pressupõe desvelar e atenuar a força geradora desse estado de coisas, força que reside na crença numa suposta separação entre quem pensa e quem faz, numa relação verticalizada e assimétrica em que o primeiro prevalece sobre o segundo.

Transformar crenças e representações não é algo simples, nem rápido, nem fácil. Eis o cenário em que a Extensão vem se construindo, se institucionalizando, se fortalecendo. Na busca incessante de evidenciar seu espaço como fator de articulação orgânica entre a dimensão intelectual(izada) e o desenvolvimento de outras dimensões de cunho social, humano e cidadão, numa postura respeitosa com as crenças e saberes práticos, as diversas modalidades de Extensão da PROEX PUC Minas – projetos, programas, cursos e eventos, práticas curriculares – têm seu mérito em se constituir em laços dialógicos com a comunidade de que se originam e a que se destinam.

Porém, sabemos que não basta promover atividades diversificadas, capazes de expressar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e de promover maior sensibilização, mobilização e o aumento da participação da comunidade acadêmica da PUC Minas em todos os processos e eventos componentes do leque de modalidades de Extensão, se tudo isso ficar invisibilizado ou restrito a apenas quem já transita pela Extensão e lhe reconhece o valor.

¹ Possui graduação em Psicologia pela PUC Minas (1973), especialização em Psicologia pela PUC Minas (1978), especialização em Psicoterapia Contemporânea pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG (1983) e mestrado em Educação pela PUC Minas (2001). Foi Pró-reitor do campus da PUC Minas em Arcos. Atualmente é Pró-reitor de Extensão da PUC Minas e professor titular da mesma Universidade. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho e Organizacional, atuando principalmente no campo da Orientação Profissional, disciplina que leciona. Organização de livros: Projetos de extensão: saúde, educação, novas tecnologias e cidadania na PUC Minas e As metodologias de intervenções em programas e projetos de extensão. Diversos artigos publicados.

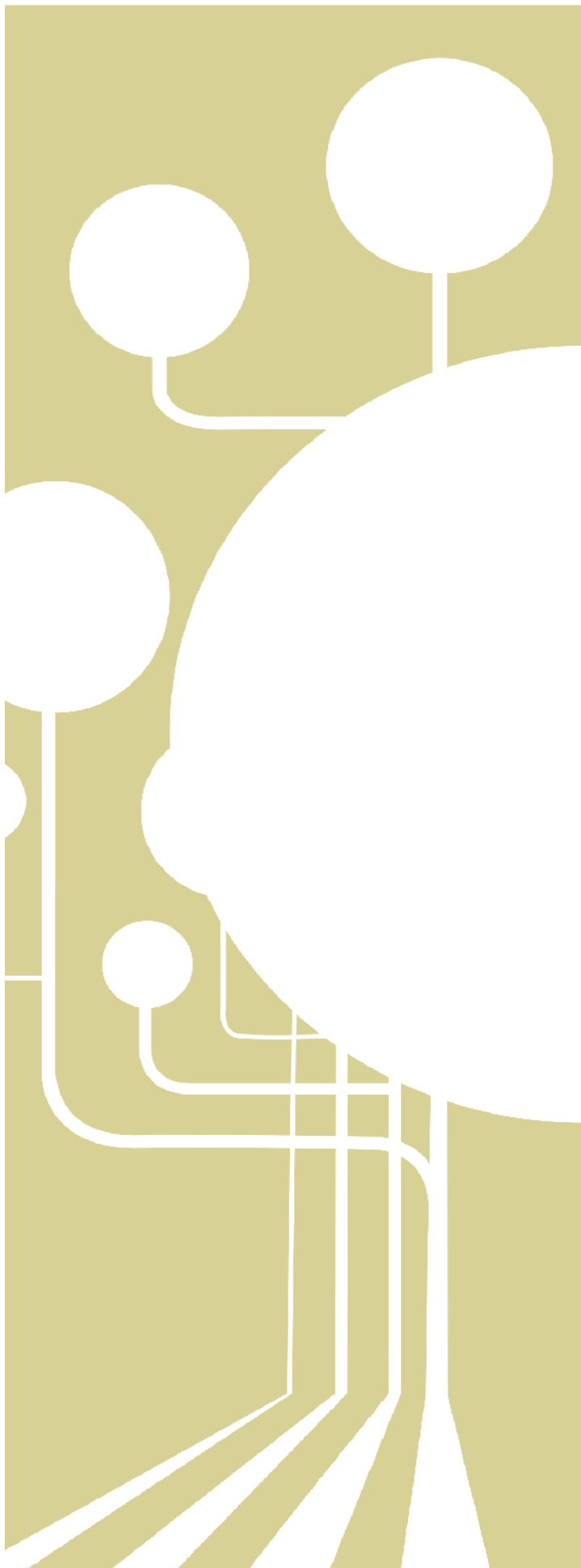
Nesse sentido, todas as formas de publicação de trabalhos da PROEX são dotadas de grande valor, são pensadas e gestadas com grande cuidado, a fim de alcançarem – com a profundidade e relevância dos temas e das discussões propostas, com os relatos e os desafios apresentados – o maior número possível de pessoas. Quantas mais se sentirem “fisgadas” pela Extensão, cientes do valor desta dimensão educativa, tanto mais teremos realizado nossos propósitos.

Com este e-book, “EXTENSÃO PUC MINAS: Conexão de conhecimentos, saberes e realidades”, que vem à luz num momento privilegiado que é o da realização do XI Seminário de Extensão, trazemos a público trabalhos selecionados do X Seminário de Extensão Universitária (2015) e da I Mostra de Extensão da PUC Minas (2016). A Pró-Reitoria de Extensão convalida, dessa forma, seu esforço e empenho em mostrar a excelência das diversas modalidades de Extensão que vimos construindo.

Em 2014, com a constituição de uma Coordenação setorial de Produção Acadêmica e Publicações, a PROEX caminha no sentido de publicizar as ações extensionistas, mas fomentando no corpo docente e no corpo discente o olhar atento e criterioso para adequar forma / conteúdo aos parâmetros acadêmico-científicos, dotando tais produções de qualidade. Credenciar cada vez mais os produtos oriundos das práticas, projetos, programas de Extensão é uma forma de validar e valorizar os atores que nelas atuam.

Queremos construir uma cultura de compartilhamento de experiências bem sucedidas na Extensão, e o formato de *e-book*, potencialmente mais apto a atingir um público ainda maior, pareceu-nos a forma ideal. Com um conteúdo bastante amplo – 17 artigos completos, todos submetidos ao escrutínio de pareceristas credenciados; 40 resumos expandidos; um relatório síntese do X Seminário, já tão caro a todos nós e que faz parte do calendário da Universidade; uma apresentação da Mostra de Extensão, que, em sua primeira edição, já mostrou a que veio – os dados estatísticos colhidos na avaliação evidenciam seu alcance e o grau de adesão –, acreditamos que este e-book possa interessar a muitos que já estão nas trilhas da Extensão e instigar aqueles que pouco a conhecem a vir se inteirar mais e a buscar participar dos diversos programas, projetos e cursos oferecidos, conforme os temas que agregam os diversos Núcleos Temáticos.

Para nós, da Rede PROEX, um e-book apresentando resultados de dois eventos, ambos frutos do grande desejo de continuar aprimorando nossas práticas de Extensão, é motivo de um “orgulho bom”, da sensação de ver um filho querido enveredando num caminho do bem, do belo, do nobre e verdadeiro: é isso que entendemos ser a Extensão – um olhar multifacetado, sem opacidade, seja de qual ângulo nos colocarmos, marcado pela alteridade, pelo aprender a aprender com o outro, cotidianamente.



**X SEMINÁRIO DE
EXTENSÃO**
Construção de Saberes e
Experiências da Extensão
Universitária

X SEMINÁRIO DE EXTENSÃO

Construção de Saberes e Experiências da Extensão Universitária

Coordenação geral do evento:
NUMAS: Núcleo Meio Ambiente e Saúde
NDHI: Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão

Prof. Arthur Parreiras Gomes²
Prof.^a Márcia Luciane Drumond das Chagas e Vallone³
Prof.^a Rosa Maria Corrêa⁴

Os Seminários de Extensão Universitária da PUC Minas ocorrem anualmente e têm por objetivo promover a Extensão, indissociavelmente ligada ao ensino e à pesquisa, estimular a participação de todos os atores envolvidos, com vistas à divulgação e à socialização das diversas práticas e modalidades da extensão. A organização e execução destes seminários são coordenadas por dois Núcleos Temáticos da PROEX a cada ano, e em 2015 foi coordenado pelos Núcleos de Direitos Humanos e Inclusão (NDHI) e Meio Ambiente e Saúde (NUMAS).

A temática norteadora do X Seminário, **“Construção de saberes e experiências da extensão universitária”**, objetivava proporcionar aos participantes múltiplas possibilidades de vivência e debate sobre a extensão universitária, incentivar a ampla participação de todos os atores e instituições envolvidos com as ações de extensão universitária: alunos, professores e funcionários técnico-administrativos da PUC e de outras instituições de ensino superior, organizações não governamentais (ONGs), Estado, iniciativa privada e sociedade civil.

Com a escolha do tema e com a perspectiva de ampla participação, pretendeu-se ressignificar essa vivência como um processo de construção de saberes, que incluísse os conhecimentos popular, artístico, mítico, religioso, filosófico, técnico e científico, de maneira crítica, participativa, dialogada e inovadora.

A ideia de criar, no Seminário, um espaço de construção de saberes na Extensão Universitária almejava ir além da divulgação das práticas e conhecimentos existentes, para possibilitar a “experiência” da extensão. Pode-se dizer, apoiado em Larossa Bondía (2002, p.21), que a experiência é o que nos acontece, o que nos passa, o que nos toca. A ideia era criar um espaço de passagem, vivências, que de alguma forma afetasse os participantes, que produzisse afetos, inscrevesse algumas marcas, deixasse alguns vestígios, alguns efeitos. O convite para que todos participassem desde o planejamento até a promoção e realização de oficinas foi orientado por esse ideal. Para tanto, a Comissão Organizadora do X Seminário mobilizou coordenadores de extensão

² Professor Adjunto III na Faculdade de Psicologia da PUC Minas, com doutorado em Letras pela PUC Minas (2010).

³ Professora Assistente III na PUC Minas, com mestrado em Ciências da Reabilitação pela Universidade Federal de Minas Gerais, (2004).

⁴ Professora Adjunto IV na PUC Minas, com pós-doutorado em Ciências Sociais pela PUC Minas (2011).

de Cursos, Faculdades, Institutos e Unidades; coordenadores de Núcleos e Coordenações Temáticas da PROEX; representantes dos diversos setores da PUC Minas e representantes estudantis de DAs e DCE para a construção coletiva da proposta e planejamento do evento. Foram realizadas doze reuniões entre abril e setembro de 2015, envolvendo a participação de aproximadamente 25 pessoas, quando se definiu a temática, as comissões, o formato e as estratégias de divulgação e mobilização. As comissões formadas foram Comissão Organizadora; Comissão Científica e Publicação; Comissão de Mobilização; Comissão de Infraestrutura e Logística; Comissão de Comunicação e Cultura.

O X Seminário de Extensão foi realizado no decorrer do mês de setembro de 2015 de forma descentralizada, ou seja, com atividades acontecendo em todas as unidades e *campi* da PUC Minas, respeitando a realidade de cada uma, sendo que a maioria dessas atividades aconteceu nos dias 17 e 18 do mês de setembro, no Coração Eucarístico (Quadro 1).

QUADRO 1 - Programação e participação no X Seminário de Extensão da PUC MINAS/ 2015 (Coração Eucarístico)

(continua)

15 de Setembro de 2015		
ATIVIDADE	RESPONSÁVEL(IS)	PARTICIPANTES
Oficina de monitoramento e avaliação de Projetos de Extensão Universitária	Prof. Marcos Roberto do Nascimento	8
16 de Setembro de 2015		
Metodologia de Trabalho Comunitário: você concorda com essa ação?	Prof.ª Mônica Abranches Fernandes	47
17 de Setembro de 2015		
Abertura: Palestra solene - Prof. Luiz Síveres	Comissão Organizadora - Núcleos de Meio Ambiente e Saúde e de Direitos Humanos e Inclusão	429
Mostra Apresentação de Projetos de Extensão	NUTEI - Núcleo de Tecnologia e Inovação	21
Mostra Apresentação de Projetos de Extensão	NUTRA - Núcleo do Trabalho e Produção	6
Mostra Apresentação de Projetos de Extensão	NUMAS - Núcleo de Meio Ambiente e Saúde	32
Mostra Apresentação de Projetos de Extensão	ICA - Investigação e Extensão da Criança, do Adolescente e do Jovem	7
Mostra Apresentação de Projetos de Extensão	NDHI - Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão	4
Oficina de Educação Financeira e Orçamento Familiar	Prof. Flávio Constantino Barbosa NUTRA - Núcleo do Trabalho e Produção	13
Café com Ideias – Saúde	NUMAS - Núcleo Meio Ambiente e Saúde	66
Roda de Conversa: Projeto Andanças - Cartografias	Profs. Bruno de Vasconcelos de Almeida e Maristela Costa Andrade	32
Roda de Conversa: Observatório da Escola: formação docente e prática pedagógica em debate	Prof. Joelcio Fernandes Pinto - ICA - Núcleo Investigação e Extensão da Criança, do Adolescente e do Jovem	21
Oficina de Artesanato: bonecos e tampinhas e Massagens	Sérgio Assunção Filho e Ana Paula Lopes Capelo NDHI - Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão	49
Mesa Redonda sobre Práticas de Extensão nas Disciplinas da Graduação PUC Minas	Prof.ª Karina Fideles Filgueiras	30
Fórum Punição e Exclusão: para além das grades.....	Profs. Rosa Maria Corrêa, Fernanda Simplício Cardoso e Pablo Alves de Oliveira NDHI - Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão	26
Fórum sobre medidas extra judiciais	Profs. Rosa Maria Corrêa, Fernanda Simplício Cardoso e Pablo Alves de Oliveira NDHI - Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão	49
I Encontro Extensão e Empresas Juniores da PUC Minas	Prof.ª Denise de Castro Pereira NUTRA - Núcleo do Trabalho e Produção	94
Total 17/09		932

(conclusão)

18 de Setembro de 2015		
ATIVIDADE	RESPONSÁVEL(IS)	PARTICIPANTES
Mesa Redonda: ANDANÇAS - Cartografias e práticas de cuidado junto à população de rua	Prof. Bruno Vasconcelos de Almeida	55
Oficina de Ferramentas WEB	Thais das Graças Pereira Mairink NUTEI - Núcleo de Tecnologia e Inovação.	5
Oficinas de Artesanato: sacolas ecológicas, filtro dos sonhos e Massagens	Sérgio Assunção Filho e Ana Paula Lopes Capelo NDHI - Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão	55
Mesa Redonda 25 anos do ECA: o que termos a comemorar?	Prof. ^a Sânia Maria e prof. ^a Andreia Santos ICA - Núcleo Investigação e Extensão da Criança, do adolescente e do Jovem	20
Oficina Educação e memória: introdução à metodologia de história oral	Prof. ^a Carla Ferretti Santiago	4
Fórum sobre Direitos Humanos de grupos excluídos	Profs. Rosa Maria Corrêa, Fernanda Simplício Cardoso e Pablo Alves de Oliveira NDHI - Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão	85
Café com Ideias - Meio Ambiente	NUMAS - Núcleo de Meio Ambiente e Saúde	50
Mostra Apresentação de Projetos de Extensão	NUTEI - Núcleo de Tecnologia e Inovação	10
Mostra Apresentação de Projetos de Extensão	NUTRA - Núcleo do Trabalho e Produção	3
Mostra Apresentação de Projetos de Extensão	NUMAS - Núcleo de Meio Ambiente e Saúde	16
Mostra Apresentação de Projetos de Extensão	ICA - Investigação e Extensão da Criança, do Adolescente e do Jovem	8
Mostra Apresentação de Projetos de Extensão	NUPS - Núcleo de Políticas Sociais e Urbanas	24
Mostra Apresentação de Projetos de Extensão	NDHI - Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão	15
Roda de Conversa: Projeto Andanças - práticas e cuidados	Prof. Bruno Vasconcelos de Almeida	27
Oficina de Fotografia - Outro olhar	Prof. Alexandre Eustáquio e Camila Moreira Alves NUPS - Núcleo de Políticas Sociais e Urbanas	17
Mesa Redonda 25 anos do ECA: o que termos a comemorar?	Profs. Sânia Maria Campos e Andreia Santos ICA - Investigação e Extensão da Criança, do Adolescente e do Jovem	41
Cidadania: vamos conhecer o Estatuto da Juventude?	Profs. Adriane Carvalho e Lívia Alves Brandão NUTRA - Núcleo do Trabalho e Produção	17
Encontro de extensionistas egressos da PUC Minas: compartilhando vivências e existências	Camila Mendes e prof. ^a Doris Sanabio	57
Mesa de memórias: relatos sobre ações e resultados das intervenções do projeto Rondon Minas em seus 10 anos e, em especial, em seus 8 anos de parceria com a PUC Minas.	Instituto Rondon Minas	147
Total 18/09		656
30 de setembro de 2015		
Manhã - Mesa redonda: A Filosofia e a Extensão Universitária	Prof. Wellington Teodoro da Silva	160
Tarde: Seminário Semeando Conhecimento	Daiane Patrícia Rodrigues Profeta NDHI - Núcleo de Direitos Humanos e Inclusão	173
Noite: Mesa redonda: A Filosofia e a Extensão Universitária	Prof. Wellington Teodoro da Silva	25
Total 30/09		358
Total Geral – 15, 16, 17, 18 e 30 de setembro de 2015		1948

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016

Nas demais Unidades, o seminário desenvolveu-se em datas próximas, antes e após a referida semana, possibilitando a participação dos discentes, professores e comunidade nas atividades desenvolvidas no campus Coração Eucarístico, onde se concentrou a apresentação dos trabalhos selecionados e a palestra magna. É importante destacar que a unidade São Gabriel, na

Semana de Cultura, Arte e Política (SCAP), desenvolvida anualmente, por ter como pressuposto a integração de práticas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da unidade, envolve diversos segmentos externos e internos à Universidade, por isso, apresenta grande número de participantes. O Quadro 2 apresenta o compilado com o número de participantes no X Seminário de Extensão, por Unidades da PUC Minas.

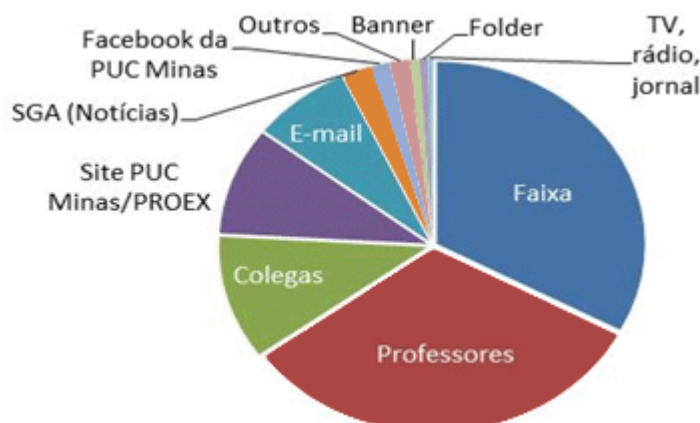
QUADRO 2 - Levantamento quantitativo dos participantes no X Seminário de Extensão da PUC MINAS/2015 (Coração Eucarístico e Unidades)

APURAÇÃO DOS PARTICIPANTES - CORAÇÃO EUCARÍSTICO e UNIDADES	
PUC Coração Eucarístico	1.948
PUC Betim	534
PUC Poços de Caldas	1.828
PUC Barreiro	368
PUC São Gabriel (SCAP - Semana de Ciência, Arte e Política da PUC Minas São Gabriel)	8.386
PUC Contagem	650
Total Geral	1.3714

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016

Para a mobilização interna na Universidade, a escola de Teatro da PUC Minas ofereceu oficinas aos professores e funcionários da PROEX para a montagem de um cortejo, que foi realizado nos três turnos, produção de vídeo de divulgação pela assessoria de comunicação e criação de site com as informações e programação do evento, bem como confecção de cartazes e faixas de divulgação, estratégia essa citada como a forma de comunicação mais frequente (Gráfico 1), seguida da sensibilização feita pelos professores. Vários e-mails foram disparados para toda comunidade da PUC Minas com informações sobre o evento. No que tange à participação externa, foram mobilizados os atores envolvidos nos projetos de extensão, bem como a sociedade civil e órgãos públicos.

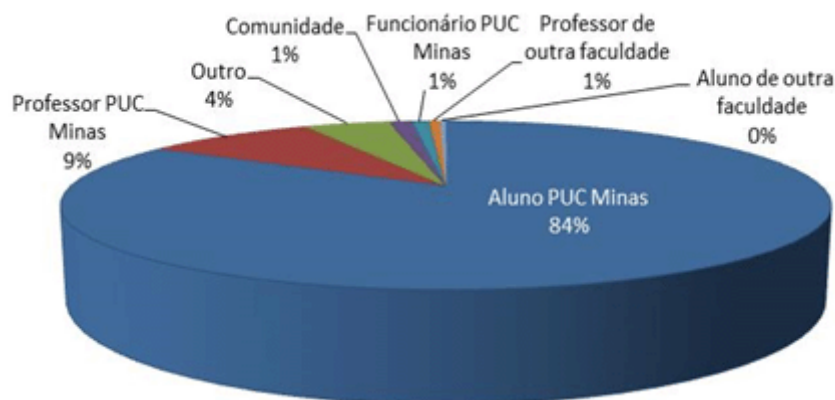
Gráfico 1- Fonte de Informação sobre o evento



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016

As inscrições para participação ocorreram no local e horário de realização das mesmas, para permitir maior participação. No Gráfico 2, observa-se que a maior vinculação dos participantes é como discentes da PUC Minas, evidenciando ainda alguma dificuldade na mobilização dos membros das comunidades envolvidas nos Projetos de Extensão.

Gráfico 2- Vínculo Institucional dos participantes



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016

Foram selecionados 44 trabalhos, organizados e apresentados no formato de *banners* eletrônicos nas Mostras de Extensão, conforme as temáticas afetas aos núcleos da PROEX: meio ambiente; saúde; políticas sociais e urbanas; tecnologias e inovação; trabalho e produção; direitos humanos e inclusão; educação. Dentre esses trabalhos, oito artigos foram selecionados e publicados neste e-book, a saber (quadro 3):

Quadro 3 - Artigos selecionados para o e book

ARTIGOS	AUTORES
A agressividade na perspectiva da Psicomotricidade segundo o Método Aucouturier	Cristhian Higor de Paula Costa, Paula Cunha Pereira e prof. ^a Érica Silva Fróis)
A percepção da questão tributária no Brasil	Leoves Resende Tolentino, Natália Fernandes Pereira e prof. José Wanderley Novato Silva
Declaração de Imposto de Renda para pessoas físicas: um projeto pró-cidadania	Andreza Libéria Silveira, Ingrid Lorrainy Moura Matos, Leoves Resende Tolentino, Mariane Fraga David, Natália Fernandes Pereira e prof. José Wanderley Novato Silva
Encontro de extensionistas egressos da PUC Minas	Camila Mendes e prof. ^a Doris Sanabio
O brincar e o desenvolvimento psicomotor - formação de educadoras sobre a temática gênero	Cristhian Higor de Paula Costa e prof. ^a Érica Silva Fróis
População em situação de rua - problematizações das políticas públicas no âmbito do SUAS e do SUS	Prof. Bruno Vasconcelos de Almeida
Projeto PUC dá Alegria - humor e magia como complemento do cuidar	Fernanda Oliveira Monteiro, João Henrique Brandão Santos e prof. Eduardo Carlos Tavares
Rastreamento de indivíduos hipertensos no campus da PUC Betim	Aline Bonifácio Rodrigues de Oliveira, Eliza Lavall Bamberg, Fernanda Dutra Mansur Lucas Amorim Braga, João Henrique Brandão Santos, Júlia Correa Lemos, Júlia de Andrade Pinheiro, Lucas Amorim Braga e prof. ^a Sandra Miramar de Andrade Pinheiro

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016

A avaliação do evento pelos participantes foi levantada por meio de formulário próprio que incluía a vinculação do participante, a contribuição do evento para o participante, comentários e sugestões para as novas edições do Seminário. A comissão organizadora elaborou uma apresentação para compartilhamento e prosseguimento do processo de avaliação, contendo dados da avaliação dos participantes, da comissão organizadora e das Comissões. No gráfico 3, apresenta-se o compilado das avaliações dos participantes, a partir da pergunta: *"De que forma o evento contribuiu para sua formação pessoal, acadêmica e profissional?"* e observa-se que destacam-se como pontos positivos o desenvolvimento da postura ética-crítica frente às demandas da sociedade; a articulação teoria e prática; o desenvolvimento de habilidades e conhecimento.

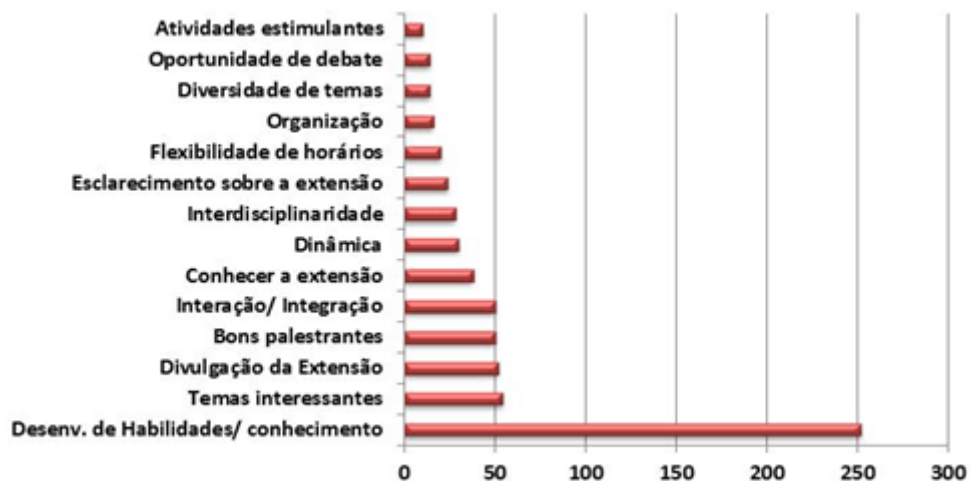
Gráfico 3- Contribuição do evento



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016

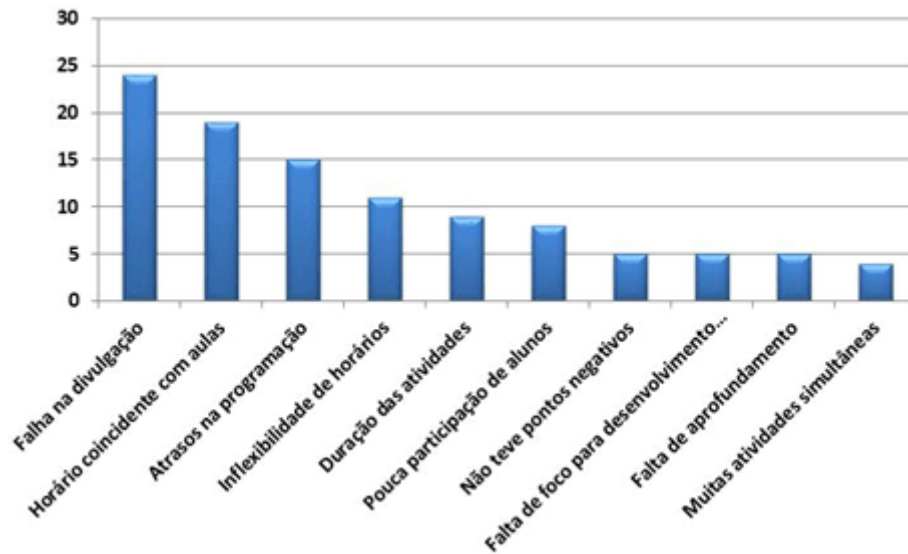
Os pontos positivos bem como os negativos, apontados pela pesquisa, são apresentados nos gráficos 4 e 5.

Gráfico 4 - Pontos positivos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016

Gráfico 5 - Pontos negativos



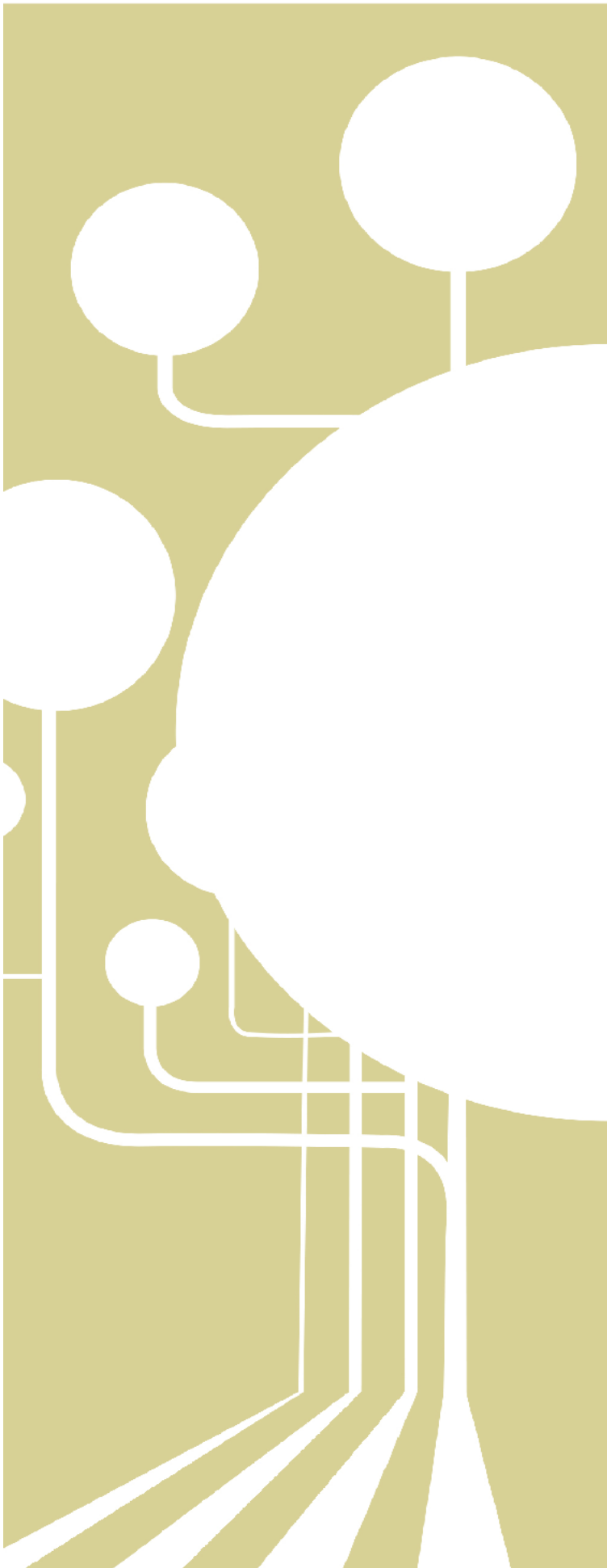
Fonte: Elaborado pelos autores, 2016

O processo de avaliação destacou que o X Seminário apresentou como pontos fortes a descentralização das atividades nas unidades e *campi*, a diversidade das atividades e de formatos, a interação positiva e articulada entre os colaboradores do nível operacional da organização do evento e as reuniões ampliadas de planejamento e organização, porém algumas fragilidades mantiveram-se, mesmo com adoção de novo formato, relacionadas às estratégias de divulgação (*site*) e mobilização; as atividades simultâneas concorrentes e a pouca participação da comunidade externa. Observou-se que mesmo inferior ao desejado a participação da comunidade externa e do entorno foi ainda maior que a dos Seminários anteriores.

REFERÊNCIAS

BONDÍA, Jorge Larossa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, 2002.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Regulamento da Pró-Reitoria de Extensão** (Consuni 02/2015). Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20151009142046.pdf> Acesso em: 15 ago. 2016.



**ARTIGOS DO
X SEMINÁRIO DE
EXTENSÃO**

A agressividade na perspectiva da Psicomotricidade segundo o Método Aucouturier

Cristhian Higor de Paula Costa⁵

Paula Cunha Pereira⁶

Prof.^a Érica Silva Fróis⁷

RESUMO

O presente estudo tem o propósito de discutir sobre a agressividade infantil manifesta no contexto do projeto “O Brincar e o desenvolvimento psicomotor da criança: intervenções psicossociais na infância”, que é pautado principalmente no Método Aucouturier (2007). Para esta tarefa, o artigo conta com uma revisão bibliográfica acerca da agressividade bem como com análises de fragmentos das sessões psicomotoras ocorridas ao longo do referido projeto. Abordar o tema da agressividade se faz atual e pertinente, visto tal assunto ser elemento presente tanto ao longo das sessões psicomotoras do projeto de extensão como também ao longo das conversas com educadores e pais. Verificou-se que a agressividade deve ser entendida como uma energia humana comum ao desenvolvimento. Compreendê-la por meio do brincar se faz necessário para que esta se torne transformadora e possibilite fomentar autonomia, iniciativa e capacidade de solução de problemas nas crianças. A prática psicomotora educativa e preventiva possibilita as vivências de prazer e a exploração das de desprazer.

Palavras-chave: Agressividade. Psicomotricidade. Psicomotora Aucouturier.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a temática da agressividade na infância, no viés da Psicomotricidade segundo o Método Aucouturier (2007). Trata-se do resultado de estudos bibliográficos no campo do desenvolvimento infantil, em especial o psicomotor, contemplando também uma análise sobre a percepção das escolas frente à agressividade das crianças, além de observações e registros em campo, a partir do projeto de extensão “O brincar e o desenvolvimento psicomotor da criança”, conduzido pelos alunos do curso de Psicologia da PUC Minas, provenientes da unidade São Gabriel. Esse projeto se refere à execução da prática psicomotora em UMEIs (Unidade Municipal de Educação Infantil) e creches localizadas nas regiões Norte e Nordeste de Belo Horizonte, atendendo turmas de crianças entre dois e cinco anos. O projeto foi iniciado em 2014 e, desde então, estima-se ter atendido aproximadamente 500 crianças.

Anteriormente à descrição do trabalho realizado na extensão, faz-se necessário discorrer sobre os fundamentos da Psicomotricidade, enquanto campo de fundamentação das práticas citadas aqui. Relatos históricos apontam para uma preocupação constante do contexto médico em compreender a interação entre corpo e mente. O movimento humano passa a ser percebido em relação com o psiquismo a partir de estudos de Henri Wallon, em 1925. A partir de então, a busca

⁵ Graduando em Psicologia na PUC Minas São Gabriel; extensionista do projeto “O Brincar e o Desenvolvimento Psicomotor”.

⁶ Graduanda em Psicologia na PUC Minas São Gabriel; extensionista do projeto “O Brincar e o Desenvolvimento Psicomotor”.

⁷ Orientadora e professora Assistente IV do Curso de Psicologia da PUC Minas, unidade São Gabriel. Mestre em Psicologia. E-mail: ericafrois@gmail.com.

pelo entendimento dessa intrínseca relação foi ganhando força, fazendo com que a prática psicomotora emergisse no mesmo ano, sob a responsabilidade de Edouard Guilmain. Apesar de estar muitas vezes ligada a atividades envolvendo treinamento e repetição, a partir da década de 1970, a Psicomotricidade começa a se ocupar dos aspectos relacionais que interferem no desenvolvimento dos sujeitos. Com essa constatação, abre-se espaço para o envolvimento da psicanálise, que muito contribuiu para a construção de uma Psicomotricidade Relacional, compactuada e difundida por autores como Bernard Aucouturier (LEVIN, 1995).

Com base no Método Aucouturier, que utiliza de considerações teóricas oriundas da psicanálise em sua compreensão de sujeito, foram executadas práticas psicomotoras educativas e preventivas nas unidades de educação infantil e creches, campos de prática do projeto de extensão.

As sessões se organizaram com quatro momentos bem delimitados: ritual de entrada, expressividade motora livre, expressividade gráfica e ritual de saída. O ritual de entrada é o momento em que são nomeados os membros do grupo, apresentados os materiais escolhidos para a sessão, bem como apontados os combinados, que consistem em não se machucar e não machucar o outro. Esses acordos com o grupo são fundamentais para a execução da prática, uma vez que favorecem a descentração tônico-emocional, um dos norteadores do trabalho com psicomotricidade infantil, que diz respeito à capacidade da criança de compreender o mundo além de si mesma, considerando a presença de seres em sociedade e criando recurso para as interações sociais (AUCOUTURIER, 2007).

Posteriormente, as crianças são convidadas à expressividade motora livre, momento em que podem vivenciar, a partir da brincadeira, quaisquer situações que queiram criar, utilizando os materiais pouco estruturados, além de obterem o auxílio dos extensionistas, que ocupam o lugar de mediadores simbólicos na brincadeira. Nessa parte da sessão, as crianças apresentam suas demandas, de acordo com as histórias de vida das mesmas e as vivências até então, pautadas na subjetividade frente às relações sociais da criança. A escola, enquanto instituição de socialização para a criança, possui um papel fundamental na percepção dessas demandas, bem como impacta diretamente nas mesmas, já que é na escola que os maiores dilemas se apresentam, seja pelo contato com outras crianças, seja pelo processo de desenvolvimento.

O terceiro momento da sessão encontra-se na expressividade gráfica ou plástica, que se configura como um espaço importante para reduzir a pulsionalidade elevada por conta da expressividade motora, além de contribuir para que a criança construa algo propriamente dela, seja por meio de desenho, de massa de modelar ou por alguma outra estratégia de construção e elaboração. “As atividades de construção e de desenho permitem o acesso a um outro nível de competência para simbolizar e o acesso à descentração.” (AUCOUTURIER, 2007, p. 225). Por fim, é realizado ritual de saída, em que ocorre uma avaliação da sessão, com as crianças dizendo sobre o

que gostaram e o que não foi agradável no encontro, servindo de *feedback* para os extensionistas, além de situar, inclusive temporalmente, as crianças como autoras da própria história, ao solicitar um posicionamento frente aos incômodos vivenciados.

Mantendo esse modelo de sessão, são possíveis diversas observações sobre as formas de apresentação das demandas das crianças, diante do posicionamento delas durante a prática. Tomando esses elementos como fonte de pesquisa, este estudo baseou-se no método qualitativo, tendo como recurso, além da análise de momentos das sessões psicomotoras executadas nos campos de atuação do já citado projeto de extensão, os diários de campo produzidos por extensionistas do projeto, posteriormente à execução das sessões. Além disso, foi realizada uma revisão de literatura a partir de Aucouturier (2007) e de demais estudiosos sobre o tema da agressividade. Para Mancini e Sampaio (2006), estudos teóricos sobre um tema são aqueles em que os autores resumem, analisam e sintetizam as informações disponibilizadas na literatura, mas não seguem necessariamente uma metodologia pré-definida.

De acordo com Barros e Silva (2006), a agressividade vem sendo amplamente discutida por diferentes áreas do conhecimento, como as ciências humanas e da saúde. Embora muitas vezes interpretado pelas pessoas como sendo algo inadequado, a agressividade pode ser entendida como um comportamento natural das pessoas e se constitui como uma das formas de obtenção do controle do meio (FARIZ; MIAS e MOURA, 2005). Para esses autores, o comportamento agressivo pode manifestar-se pelas vias motora, emocional, somática, cognitiva e verbal, sendo assim, de modo multiconfigurado.

Winnicott (1984 citado por Ferrari, 2006), além de Aucouturier (2007), entende a agressividade como uma energia potencializadora que permite o ajustamento do indivíduo no mundo. É devido a esta que a capacidade de autonomia, iniciativa e criatividade se colocam a serviço da adaptabilidade do ser humano frente à realidade. Freud (1974) já destaca o aspecto defensivo e protetivo da agressividade, servindo para que o sujeito possa se defender dos ataques e invasões dos indivíduos sobre ele. Bandura (1973) destaca o caráter reativo aprendido que o indivíduo manifesta e que, sendo reforçado pelo ambiente, permanece como um padrão de relação.

Neste estudo, a partir das observações feitas no campo de ação do projeto de extensão “O brincar e o desenvolvimento psicomotor da criança”, foi possível promover análises e investigações acerca da temática agressividade. Tais considerações são apresentadas de modo a contribuir com educadores e demais profissionais que atuam com as crianças, bem como com pais e estudiosos sobre o assunto. A agressividade infantil é um tema que constantemente aparece nas discussões entre professores e nas colocações dos pais. As dúvidas entre conter, reprimir e permitir as manifestações agressivas são constantes em qualquer contexto educativo no qual se manifestam

crianças. Desse modo, acredita-se que o estudo se faz pertinente e atual do ponto de vista acadêmico e social.

2 DESENVOLVIMENTO

Segundo Winnicott (1984), a agressividade é típica ao desenvolvimento humano. Trata-se de uma condição que denota a atitude do indivíduo frente ao ambiente. Marca, inicialmente, a autoafirmação da criança perante o mundo: "a agressão está sempre ligada ao estabelecimento de uma distinção entre o que é eu e o que é não-eu". (WINNICOTT, 1984, p. 98). É a partir do ataque e da negação ao outro que a criança se afirma, colocando suas próprias vontades e necessidades no mundo. A afirmação de Winnicott sobre a condição agressiva do ser humano, não atribui à agressividade uma condição inata ou intrapsíquica, mas pondera que, de modo a lidar com os ajustes e condições perante às frustrações e limites da realidade externa, a criança precisa se valer da energia agressiva. Para este autor a agressividade é desenvolvida a partir da experiência e vivência do indivíduo diante das necessidades de ajuste ao ambiente. É por não obter a total satisfação diante das próprias necessidades que o indivíduo se vale da agressividade para retirar do ambiente aquilo de que precisa. Logo, ao longo da vida, a agressividade é expressa a partir da necessidade de desenvolvimento da autonomia e amadurecimento do indivíduo.

A expressão da agressividade é uma necessidade de amadurecimento e ajustamento ao ambiente, assim, se a realidade fornece condições satisfatórias que permitam a expressão, o acolhimento e a aceitação dessa manifestação do ser humano, a agressividade se incorpora à personalidade total do indivíduo possibilitando-lhe defender seu espaço, fazer escolhas, manifestar-se, brincar e atuar no mundo de modo autônomo. Já a repressão da agressividade vai promover o desajuste no desenvolvimento psicomotor, também chamado de embotamento (timidez, inibição), comportamento antissocial, violência ou compulsão à destruição. Assim, está evidenciada a dimensão da experiência da criança sobre o ambiente, pois, o desenvolvimento não acontece de modo abstrato ou intrapsíquico, mas na relação vivencial da criança no mundo.

Aucouturier (2007) compartilha do pensamento winnicottiano acerca da agressividade pontuando que é na expressividade motora que a criança poderá expressar seu desejo de destruir, se afirmar e dominar. Este é um exercício de ajustamento da agressividade que culminará, ao longo do desenvolvimento, na prática ajustada da autonomia, iniciativa, capacidade de solução de problemas e criação de recursos para o atendimento das próprias necessidades. Deste modo é que a Psicomotricidade atua promovendo o desenvolvimento ajustado da criança no ambiente.

Especificamente no projeto de extensão citado neste trabalho, o momento da sessão denominado expressividade motora livre permite que a criança demonstre determinado poder a

partir da brincadeira, enquanto os extensionistas ocupam o lugar de mediadores simbólicos, alternando posições em prol do desenvolvimento e expressão da criança. (AUCOUTURIER, 2007).

Do latim *aggressionem*, agressão significa disposição para agredir, disposição para o encadeamento de condutas hostis e destrutivas (FERREIRA, 1999). A agressividade, segundo o senso comum, está relacionada à “capacidade ou potencialidade de alguém provocar malefícios, ofensas prejuízos ou destruições, materiais ou morais, a outra pessoa ou a si mesmo” (ABREU, 1998, p. 133). A partir da relevância das discussões acerca do tema em questão, apresentam-se algumas definições de diferentes abordagens teóricas da Psicologia sobre o conceito de agressividade. Freud e Lacan, citados por Ferrari (2006), situam a agressividade como constitutiva do eu e a definem como base para relações do sujeito com objetos, afirmando-a como de ordem libidinal.

Segundo Lacan, a agressividade é parte importante no que ele chama de Estágio do Espelho, partícipe do Complexo de Édipo. Em sua identificação primária, a criança se estrutura enquanto sujeito rivalizando consigo mesmo. Freud diz da agressividade como uma forma de proteção contra ameaças externas, uma condição fisiológica que necessita de estímulo do ambiente para ocorrer. Bandura (1973) não concorda com a existência de um impulso inato de agressão diante de um estímulo aversivo. Segundo ele, a maior causa da agressão é o incentivo e as recompensas oferecidas pelo ato. O sujeito pesa os prós e contras de expressar um comportamento agressivo, caso os benefícios sejam maiores, ele optará pela via da agressão, a fim de atingir os seus objetivos.

A Associação Brasileira de Psicomotricidade (ABP) define esta área como uma ciência que busca estudar o homem e seu corpo em movimento nas relações com o mundo interno e externo. Aucouturier (2007) salienta que a prática da expressividade motora busca em suas instâncias que a criança promova, juntamente ao psicomotricista, a resolução de conflitos inconscientes para que possa vivenciar o prazer de ser ela mesma. Além disso, deve encontrar por si mesma os recursos simbólicos para reduzir e neutralizar suas angústias. Assim, a prática tem como um de seus objetivos a promoção da autonomia e da decisão por parte da criança:

A tarefa educativa não pretende transmitir um modelo rígido que deixe muitas crianças à margem, possui um papel de implementar condições necessárias para a maturação psicológica de cada individualidade daquele grupo trabalhado, criando condições particulares que são fundamentais à um desenvolvimento harmonioso de cada criança em um âmbito educativo. (AUCOUTURIER, 2011, p. 168).

Segundo Otoni (2007) a psicomotricidade é concebida como uma ciência responsável pelo estudo do homem e seu movimento no viés das relações. Sobre tal questão, Aucouturier (2007) acrescenta a ideia de que a expressividade motora é a referência de intervenção do psicomotricista:

A Psicomotricidade se dá a partir da articulação movimento/ corpo/ relação. Diante do somatório de forças que atuam no corpo - choros, medos, alegrias, tristezas - a criança

estrutura suas marcas, buscando qualificar seus afetos e elaborar as suas ideias. Vai constituindo-se como pessoa. (OTONI, 2007).

Seguindo o método proposto por Aucouturier, é na expressividade motora livre que as crianças são instigadas a se expressarem através do lúdico. Sendo assim, trata-se de um momento propício para a expressão da agressividade ou para o estímulo desta, considerando-a como fundamental para o desenvolvimento da criança, conforme corroboram os autores já citados aqui.

Silva e Tavares (2010) dizem desse ponto ao afirmarem que

Caracterizado pelo prazer de brincar, o jogo livre, no qual a criança demonstra seus fantasmas, desejos, etc. permite a ela, de forma lúdica, trabalhar aquilo que a incomoda e a incorporar regras e conhecimento de forma espontânea, bem como expressar-se sem a preocupação de ser reprimida. Este jogo deve ocorrer em um espaço específico e com tempo disponível para a criança, sem restrições. O material pode variar de acordo com as sessões e a necessidade de cada criança, mas o principal material é o corpo, este tem que estar disponível para as experiências que estão por vir. (SILVA; TAVARES, 2010, p. 25)

No sentido de exemplificar sobre a questão da agressividade, apresentam-se a seguir alguns fragmentos ocorridos nas sessões que demonstram a manifestação de tal postura no lúdico, através da expressividade motora livre e no não lúdico, em outras etapas da sessão. Destaca-se primeiramente a ocasião em que uma criança, no decorrer da brincadeira, vai até a construção do colega e a destrói. Diante do ocorrido, o agredido sente-se injustiçado e deseja agredir também o colega. Contudo, o manejo da situação requer outra postura. Nesse viés, Aucouturier (2007) sugere que o psicomotricista proteja e restaure os danos causados. Além disso, é preciso que ele tente retomar a confiança ao agressor, através de uma comunicação direta.

A criança, de certa forma, vive o medo de ser destruída, e por isso não consegue muitas vezes encontrar processos de asseguramento; diante de alguma angústia ou medo que esteja sentindo, não consegue assumir naquele momento o que está sentindo, assim expressa todo o seu desejo de destruição. Diante de tais atitudes, vale lembrar que o psicomotricista deve colocar palavras nos gestos, nas posturas e nas emoções da criança, uma vez que é função do psicomotricista banhar a criança na linguagem, no simbólico, para melhor compreensão da demanda da criança frente ao mundo.

Aucouturier (2007) sugere que os psicomotricistas permaneçam na área da brincadeira, pois ele saberá como fazer evoluir a busca do corpo a corpo. O psicomotricista deve ter plena consciência de que ele dinamiza a evolução da criança, e é ele quem passa para ela os limites, a maneira como o prazer deve ser vivido e as formas de simbolização, pois além de tudo o psicomotricista deve estar atento a todas as atitudes e brincadeiras das crianças para garantir principalmente a segurança delas naquela sessão.

Durante uma sessão, o comportamento agressivo e destruidor pode aparecer fortemente, mas em outros momentos pode aparecer de modo moderado. Um ponto pertinente é que a agressividade

sempre está presente de algum modo, quer seja pela violência, contenção, invenção, criação ou pela brincadeira de dominar e destruir, por exemplo. Sabemos que pode ocorrer diversas dificuldades ao longo da prática, uma criança, por exemplo, pode ter uma certa dificuldade em verbalizar a sua agressividade destruidora e pode acabar mostrando-se violenta, dificultando o desenvolvimento da sessão. Diante de tal manifestação, o trabalho dos mediadores é o de intervir em favor da autonomia e não apenas resolver o problema. Quando o adulto age solucionando para a criança, retira dela a possibilidade de construir saídas a partir da energia da agressividade. Sendo esta o motor da autonomia e iniciativa, o adulto deve facilitar a expressão da criança e o encaminhamento simbólico da demanda de destruição ou agressão que pode se dar através da destruição do agressor na brincadeira de monstro, de luta ou outra brincadeira na qual a criança pode dominar. Não havendo lugar de simbolização, oral e lúdica, a criança pode se encerrar em um comportamento violento, agredindo fisicamente outros colegas. Logo, a intervenção aparece sempre no sentido de promover a expressividade e representação da agressividade, pela brincadeira bem como pela verbalização. Cabe ressaltar também a importância de validar a expressividade da criança, uma vez que se trata de uma potencialidade de expressão. Assim, o ideal é que o psicomotricista aponte para a criança que a agressividade é algo válido, entretanto precisa ser simbolizada para que seja aceita socialmente (AUCOUTURIER, 2007).

Sobre o prazer de destruir logo na primeira infância, Aucouturier (2007) diz de uma falha de proteção vivida pela criança, que se expressa através de ações mais violentas. Um exemplo disso é a mordida intencional que uma criança dá em outra:

Essa violência oral incontrolada e prolongada é a expressão motora da pulsionalidade destrutiva e devoradora de amor contra a qual a criança não foi suficientemente protegida, por uma falha no processo de simbolização ou por ter-se sentido culpabilizada demais. (AUCOUTURIER, 2007, p. 73).

A culpabilização que acompanha a criança ao expressar sua agressividade é, em grande parte, responsabilidade dos adultos. Quando os pais, cuidadores e demais adultos que interagem com a criança não percebem a agressividade como elemento importante do desenvolvimento, constroem intervenções baseadas na repressão e dificultam a elaboração por parte da criança. Em uma das práticas realizadas no projeto de extensão, uma criança insistia em morder o extensionista em diversos momentos da sessão, em especial na expressividade motora livre, brincando de cachorro. Esse posicionamento de dominação é importante para a criança que, constantemente subordinada pelos adultos, exerça certo poder e se beneficie desta posição (AUCOUTURIER, 2007). Entretanto, a mordida quebra o combinado feito no início do encontro, o que não é permitido. A alternativa construída foi a de apresentar para a criança outras possibilidades de destruição, diante do que é possível na sessão. Utilizando os materiais disponíveis, a criança pode

vivenciar a destruição, e o prazer oriundo desta, de uma forma aceita durante a sessão (a criança socava e mordia os colchonetes dispostos para a expressividade motora).

Frente às questões apresentadas aqui, destaca-se o papel de mediador (que, no projeto de extensão e nas práticas psicomotoras, é ocupado pelo psicomotricista), o qual é ocupado pelos adultos frente à criança. É papel deste favorecer o desenvolvimento, seja por permitir a expressão da criança, seja na compreensão desta demanda, construindo estratégias junto à criança para lidar com comportamentos tidos como disfuncionais para o contexto social, ou seja, o adulto possui a função de apresentar para a criança outras alternativas frente à agressividade, diminuindo o desprazer, ocasionado pela expressão do prazer de destruir sem limites (LEVIN, 1995).

Para os extensionistas, ao lidar com as crianças, são exploradas as potencialidades de modo ambivalente: a prática estimula a aquisição de repertório por parte da criança, além de apresentar municações para os graduandos em Psicologia, que lidarão com dificuldades de expressão dos sujeitos e precisam trabalhar no auxílio à criação de novas possibilidades de ação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das observações em campo, estudos e realização do presente artigo, torna-se possível um entendimento com maior clareza de que a agressividade diz de uma questão ocorrente na infância e comumente associada a outras dificuldades, como intolerância à frustração, ansiedade e impulsividade. Contudo, entender a agressividade como uma energia humana típica ao desenvolvimento se faz pertinente.

A compreensão e a aceitação das manifestações da agressividade através do brincar são fundamentais para que esta potencialidade seja transformadora e possibilite a criança determinada construção de autonomia, iniciativa e capacidade de solução de problemas. Assim, a prática psicomotora permite à criança ser no mundo, que ela reviva e atualiza suas marcas de prazer e desprazer, conforme pressupõe o método Aucouturier. Cada criança tem o seu tempo de criação, expectativas e escolhas e estes fatores devem ser respeitados. Dessa forma, a partir da prática psicomotora presente nas sessões do projeto de extensão “O brincar e o desenvolvimento psicomotor da criança”, as crianças podem exercitar o prazer de dominar e de destruir, possibilitando-lhes manifestar o próprio desejo e autonomia.

O psicomotricista deve criar as condições necessárias para o aparecimento da expressividade motora da criança. Assim, em um ambiente de segurança, construído pelo espaço e material colocado à disposição da criança e mantido pela disponibilidade de acolhida e de escuta emocional por parte do psicomotricista, a criança se sentirá “envolvida” e capaz de viver plenamente sua expressividade motora, carregada de afeto de prazer. Na função de permitir as vivências de prazer e explorar as de desprazer, o psicomotricista deve ter como norteador que a agressividade e outros

conteúdos expressados pela criança precisam ser compreendidos na relação com o outro. Assim, a própria relação entre psicomotricista e criança pode ser entendida como elemento importante de atuação da criança, podendo ser espaço de ressignificações e ampliação de possibilidades.

A agressividade constitui-se como um pedido, uma reivindicação ao ambiente para o desenvolvimento e exercício da autonomia e da criação de novos recursos para se adaptar e inserir-se ao ambiente de modo ajustável, o que atende às demandas externas e internas do próprio indivíduo. Portanto, esse conceito precisa ser entendido de modo amplo e, ainda que emergjam dificuldades ao lidar com a agressividade das crianças, há que se fazer um esforço com vistas a uma compressão contextualizada e que possibilite trabalhos que favoreçam o desenvolvimento da criança, sendo este o principal objetivo das práticas educacionais em instituições de educação infantil.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Manuel Viegas. **Cinco Ensaios sobre Motivação**. Coimbra, Almedina.
- AUCOUTURIER, Bernard. **O Método Aucouturier: fantasmas de ação e prática psicomotora**. Aparecida, SP: Ideias e Letras. 2007.
- BANDURA, A. **Agression: a social learning analysis**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall. 1973.
- BARROS, Patrícia; SILVA, Fábio Barbirato Nascimento. Origem e manutenção do comportamento agressivo na infância e adolescência. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 55-66, jun. 2006.
- FARIZ, M.; MIAS, C.; MOURA, C. B. Comportamento agressivo e terapia cognitivo-comportamental na infância. In: V. E. CABALLO, S.; SIMON, M. (org.). **Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente: transtornos específicos**. São Paulo: Santos Editora, 2005.
- FERRARI, Ilca. Agressividade e violência. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 49-62, 2006.
- FREUD, Sigmund. **Sobre o narcisismo: uma introdução**. Rio de Janeiro: Imago. 1974.
- LEVIN, Esteban. **A clínica psicomotora: o corpo na linguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- MANCINI, Marisa; SAMPAIO, Rosana. **Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-35552006000400001&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 nov. 2014.
- NEUBERN, Maurício. Hipnose e dor: proposta de metodologia clínica e qualitativa de estudo. Brasília, **Psico USF**, v.14, n.2, ago. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S141382712009000200009&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 nov. 2014.
- OTONI, Barbara B. V. **A Psicomotricidade na Educação Infantil**. 2007. Disponível em: <http://www.psicomotricidade.com.br/artigos/psicomotricidade_educacao.htm>. Acesso em: 30 nov. 2014.
- SPB, Associação Brasileira de Psicomotricidade. **A Psicomotricidade**. 1982. Disponível em: <<http://www.psicomotricidade.com.br/apsicomotricidade.htm>>. Acesso: 30 nov. 2014.
- WINNICOTT, Donald W. Agressão e suas raízes. In: WINNICOTT, Donald W. **Privação e Delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 93-102.

A percepção da questão tributária no Brasil

José Wanderley Novato-Silva⁸
Leoves de Resende Tolentino⁹
Natália Fernandes Pereira¹⁰

RESUMO

Durante o X Seminário de Extensão da PUC Minas, foi desenvolvida uma atividade que visava discutir publicamente a percepção do público desse evento sobre o alcance e o papel social dos tributos no Brasil. Essa atividade consistiu na aplicação de um pequeno questionário para o público do Seminário. Configurando uma pesquisa de cunho exploratório, as perguntas tinham como objetivo desenhar um retrato da percepção dos pesquisados sobre o alcance dos impostos no Brasil. As conclusões apontam que, mesmo nos casos em que a alternativa correta foi a mais assinalada, a maior parte dos pesquisados não tem uma percepção correta da realidade acerca da questão tributária do país. O estudo serviu basicamente para fazer um retrato da percepção dos participantes do Seminário naquele momento, e os resultados sugerem que sejam formatados mais estudos, com outros públicos e diferentes métodos, sobre a percepção de mais indivíduos sobre essa questão, permitindo que outras iniciativas sejam desenvolvidas pela comunidade acadêmica acerca dessa questão.

Palavras-chave: Impostos. Justiça tributária. Extensão universitária.

1 INTRODUÇÃO

Com o título “Declaração de imposto de renda para pessoas físicas: um Projeto Pró-Cidadania” foi elaborada uma iniciativa de extensão universitária cujo escopo foi definido de forma ampla, incluindo a discussão acerca do alcance e do papel social dos tributos no Brasil. Foi esse o contexto no qual, durante o X Seminário de Extensão da PUC Minas, foi elaborada uma atividade que visava discutir publicamente essas questões.

Essa atividade consistiu na aplicação de um pequeno questionário, para o público do Seminário – isto é: professores, alunos e funcionários da PUC Minas, bem como pessoas envolvidas nos diferentes projetos apresentados naquela ocasião. Configurando uma pesquisa de cunho exploratório, as perguntas tinham como objetivo desenhar um retrato da percepção dos pesquisados sobre o alcance dos impostos no Brasil – uma questão que, embora venha sendo progressivamente mais discutida, ainda permanece obscura para muitos cidadãos.

Abordar essa temática implica lembrar as constatações assinaladas por ALVES (2012), quando afirmou que, ao invés de justiça social, “os dados disponíveis sobre a distribuição do ônus tributário brasileiro – referentes ao perfil da carga tributária e à incidência tributária por faixa de

⁸Orientador e professor Adjunto IV do Departamento de Administração da PUC Minas no campus Coração Eucarístico, mestre em Administração e doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: jwnovato@gmail.com.

⁹Graduando em Ciências Contábeis com ênfase em Controladoria da PUC Minas, na unidade São Gabriel, extensionista da Pró-reitoria de Extensão. E-mail leovestolentino@yahoo.com.

¹⁰Graduanda em Ciências Contábeis com ênfase em Controladoria da PUC Minas, na unidade São Gabriel, extensionista da Pró-reitoria de Extensão. E-mail nataliafernandes@outlook.com.

renda e segundo a distribuição funcional da renda – indicam que o Estado atua no sentido oposto” (p.69). Alves (2012) utiliza para isso, entre outras, as informações disponíveis no trabalho do IPEA que tem por título “Receita pública: Quem paga e como se gasta no Brasil”, elaborado a partir de dados do IBGE e da Secretaria do Tesouro Nacional, e das informações acerca da distribuição da carga tributária bruta por faixas de renda, tomando por base os dados atualizados por meio de estimativa (IPEA, 2009). O mesmo autor lembra que essa anomalia só pode ser corrigida através de uma reforma da legislação tributária que diminua o peso da carga tributária indireta; aumente a progressividade da tributação direta e seja mais seletiva na tributação indireta.

O trabalho de CASTRO (2014) segue essa argumentação, ao avaliar a progressividade do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) no Brasil, no período de 2006 a 2012 em comparação com outros países. Os resultados obtidos mostram que o tributo brasileiro apresenta índices de desvio da proporcionalidade bastante altos em comparação aos países desenvolvidos, e que sua capacidade redistributiva “é limitada pela baixa representatividade da arrecadação do imposto em relação à renda bruta total do país, problema semelhante a muitos países com renda *per capita* similar à do Brasil” (p.viii). Contrariando as ações normalmente tomadas pelo Estado para arrecadar mais, o autor sugere algumas opções de alteração no imposto de forma a incrementar sua capacidade redistributiva, sem, no entanto, alterar a atual carga tributária do país; “melhorar o seu perfil, trocando-se a arrecadação adicional da tributação direta por alívio na tributação indireta” (CASTRO, 2014).

O trabalho de PAES (2014) também assinala aspectos semelhantes, ao constatar que no Brasil, a tributação da renda da pessoa física está “dentro do esperado” para um país da região, concluindo que há amplo espaço para mudanças no IRPF em toda a América Latina.

O trabalho de SOUZA (2008) lembra que o imposto de renda das pessoas físicas incide sobre renda e proventos de qualquer natureza, tratando-se de um imposto direto cujas implicações vão além da questão tributária – e por isso, em seu trabalho, analisa como ele está inserido no orçamento familiar, através do cálculo do IRPF devido por cada classe de rendimento, feito sobre os dados de um estudo do IBGE sobre as despesas familiares do Brasil. Percebendo que se trata de um imposto injusto, analisa as propostas de mudança na legislação tributária, para então observar que, nessas propostas a diferenciação dos contribuintes de acordo com seu perfil de despesa não é considerada – elas geralmente focalizam a tabela progressiva do IRPF, aumentando limites de isenção ou número de alíquotas, ou buscam alternativas para as formas de dedução das despesas na base de cálculo, sugerindo ampliação dos itens, ou concedendo privilégios a certos contribuintes especiais.

2 METODOLOGIA

Os dois pequenos questionários aplicados na ocasião do Seminário foram compostos por seis questões, elaboradas a partir de informações oriundas do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT, 2015). A pesquisa foi conduzida da seguinte maneira: os pesquisados, escolhidos aleatoriamente, respondiam um dos dois questionários, com três perguntas. Após terem respondido, eram informados da resposta correta, e seguia-se um breve diálogo sobre o erro ou o acerto, isto é: além de coleta de informações sobre a percepção que tinham da questão tributária, a pesquisa foi um momento de discussão sobre o assunto. Foram aplicados 142 questionários; todos os respondentes tinham mais de dezoito anos de idade. Embora não tenha havido uma preocupação de proporcionalidade numérica entre homens e mulheres pesquisados, porque na avaliação dos autores, ela não teria nenhum impacto significativo sobre os resultados, ambos os sexos foram igualmente abordados e as respostas foram colhidas de forma similar.

3 RESULTADOS

Uma análise concisa das respostas demonstra o desconhecimento dos cidadãos acerca da questão tributária no país. Para tornar mais clara essa análise, ela seguiu a estrutura das perguntas dos questionários:

a) Sobre a criação de normas tributárias pelo governo:

Sobre as normas tributárias, a maior concentração de respostas (trinta e um por cento dos respondentes) foi de que a média de normas criadas pelo o governo foi de uma norma por semana. Somados aos respondentes que marcaram “uma norma por mês”, fica claro que a maioria dos respondentes (sessenta por cento) não se aproxima da realidade, já que o menor índice de respondentes (dezoito por cento) marcou a opção correta: consideradas todas as instâncias do governo, a criação de normas tributárias, desde que a Constituição de 1988 foi promulgada, alcançou a marca de mais de 40 por dia.

b) Sobre o percentual médio de impostos que incidem sobre o material escolar:

Perguntados sobre o percentual de impostos sobre o material escolar, o maior número de pesquisados também afirmou ser mais baixo que o real: apenas dez por cento dos respondentes acertou, respondendo que mais de quarenta por cento de impostos incidem sobre régua, canetas e cadernos, entre outros produtos essenciais para estudantes. A percepção dos pesquisados é de o governo, em suas preocupações com a questão educacional no país, é mais justo na questão tributária do que é de fato – mesmo considerando o fato de que o governo é, na média, mal avaliado pela população na questão tributária.

c) Acerca do percentual médio de impostos que incidem sobre presentes do Dia dos Namorados no país

Sobre o percentual dos impostos sobre alguns dos presentes mais comuns para o Dia dos Namorados – perfumes e cosméticos – a maior parte dos pesquisados (quarenta e dois por cento) acreditou que o percentual é um pouco mais baixo que o real, que é entre 60 e 80%. Nessa pergunta, porém, o maior índice de respondentes se aproximou mais da resposta correta que nas outras.

d) Sobre quem paga mais imposto no Brasil:

Sobre quem paga mais impostos no país, o maior número de respondentes acertou: 80% da arrecadação vem do consumo de pessoas que recebem até 3 salários mínimos. Mesmo assim, o maior percentual de acertos não corresponde à maioria da população. Um pouco mais da metade dos respondentes (cinquenta e três por cento) acreditava que a maior parte da arrecadação no país vem da tributação das pessoas que têm mais renda.

e) Sobre o número de dias que o cidadão brasileiro tem que trabalhar para pagar impostos:

Considerando as médias de renda e de impostos no Brasil, houve acerto para a maior parte dos respondentes: é de cinco meses o tempo gasto pelos trabalhadores apenas para alimentar o fisco. Embora a diferença seja pequena, é importante observar que cinquenta e seis por cento dos pesquisados acredita que o período necessário de trabalho apenas para pagar os impostos é menor – entre um e três meses.

f) Sobre a posição do Brasil quanto ao retorno (em serviços públicos) da arrecadação dos impostos para a população, em um ranking que inclui apenas os trinta países que têm as maiores cargas tributárias do mundo:

Indagados sobre a colocação do Brasil no *ranking* mencionado, houve também o acerto da maior parte dos respondentes quanto à alternativa correta: o Brasil está na última posição, atrás de países como Argentina e Uruguai. Essa foi a alternativa mais assinalada (trinta e nove por cento dos respondentes). Nenhuma das pessoas pesquisadas marcou que o Brasil está entre os dez países que oferece o melhor retorno, mas vinte e cinco por cento delas afirmou que o país está numa “posição média” nesse ranking. E trinta e seis por cento dos pesquisados, mesmo avaliando pessimamente a atuação do governo nessa questão, já assinalaram que o país estaria entre os dez piores, acreditava que o Brasil estaria nesse ranking em uma posição melhor que a Argentina e o Uruguai. Isto é: é possível afirmar que, considerando a totalidade das respostas, mais da metade dos pesquisados acredita que o país é mais justo do que é de fato, frente aos outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo considerando as limitações dessa pesquisa, construída com propósitos bastante específicos, as conclusões apontam que é legítimo afirmar que, mesmo nos casos em que a alternativa correta foi a mais assinalada, a maior parte dos pesquisados não tem a percepção correta da realidade acerca da questão tributária do país. E essa afirmação torna-se mais grave considerando ainda que os pesquisados, em sua grande maioria, são pessoas que pertencem ao meio acadêmico, e com algum interesse nas atividades de extensão universitária.

É necessário esclarecer que esse estudo teve um caráter exploratório, e serviu basicamente para que possam ser formatados mais estudos, com outros públicos e diferentes métodos, sobre essa percepção dos indivíduos sobre essa importante questão. Algumas ideias já estão sendo desenvolvidas no âmbito da continuidade desse projeto de extensão (“Declaração de Imposto de Renda para Pessoas Físicas: Uma Iniciativa Pró-Cidadania”) para que uma compreensão mais precisa da percepção que tem a população acerca da questão tributária no Brasil seja alcançada, permitindo assim que mais iniciativas que possam iluminar essa matéria sejam também desenvolvidas pela comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

ALVES, H. N. Tributação e Injustiça Social no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, ano XII, n. 133, jun. 2012, ISSN 1519.6186.

CASTRO, F. A. **Imposto de Renda da Pessoa Física**: comparações internacionais, medidas de progressividade e redistribuição. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Mestrado em Economia do Setor Público, 2014.

IBPT Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. Disponível em: <<http://www.ibpt.com.br/noticias/5/ibpt-social>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

IPEA. **Receita pública**: quem paga e como se gasta no Brasil. Comunicado da presidência n.22, 30 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1339&Itemid=68>. Acesso em: 01 jul. 2015.

PAES, N. L. Imposto de Renda da Pessoa Física – Uma análise comparativa do Brasil em relação à América Latina. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 2 (51), p. 489-506, ago. 2014.

SOUZA, S.M. **Imposto de Renda das pessoas físicas**: estudo da alíquota efetiva. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciências Contábeis, 2008. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis292249>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

Declaração de Imposto de Renda para pessoas físicas: um projeto pró-cidadania

Andreza Libéria da Silveira¹¹
José Wanderley Novato-Silva¹²
Ingrid Lorrainy Moura Matos¹³
Leoves Resende Tolentino¹⁴
Mariane Fraga David¹⁵
Natália Fernandes Pereira¹⁶

RESUMO

Esse projeto originou-se a partir da confirmação que faz a literatura da área da Administração e Contabilidade da percepção do significado negativo socialmente atribuído ao imposto de renda no Brasil, bem como da relativa aceitação da evasão fiscal como uma prática socialmente “justificável”. Tomando em consideração esses aspectos, além das dificuldades práticas que cercam o preenchimento da declaração anual de ajuste, esse projeto foi formulado visando a comunidade do entorno da Unidade São Gabriel da PUC Minas. O objetivo foi tanto proporcionar auxílio técnico para a tarefa de preenchimento da declaração de Imposto de Renda, quanto enriquecer a realização desse encargo ao incorporar, no momento de sua execução, discussões acerca da função social do imposto, dos riscos individuais e prejuízos sociais advindos da sonegação, e dos ganhos advindos do monitoramento das atividades econômicas e financeiras realizadas no âmbito cotidiano e não profissional. Simultaneamente à realização dessa tarefa foram coletadas as demandas da comunidade relacionadas à formalização de atividades econômicas informais, com a finalidade de gerar, num momento posterior, um encontro entre todos os envolvidos no projeto, como uma resposta direta a essas solicitações da comunidade, e não como uma oferta baseada nas expectativas da comunidade acadêmica acerca dessas demandas.

Palavras-chave: Imposto de renda. Justiça social. Cidadania.

1 INTRODUÇÃO

1.1 A problemática

O Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) cobrado sobre todos os rendimentos e ganhos tributáveis obtidos mensalmente pelos cidadãos brasileiros é um tributo direto através do qual os contribuintes repassam parte de sua renda média anual para a União, com a finalidade de que esse repasse seja revertido em serviços públicos.

Embora tenha sido criado na Inglaterra com a finalidade de financiar as guerras contra Napoleão Bonaparte, esse tributo consolidou-se posteriormente para atender as novas necessidades

¹¹Graduanda em Ciências Contábeis com ênfase em Controladoria da PUC Minas, na unidade São Gabriel, extensionista da Pró-Reitoria de Extensão. E-mail andrezaliberia@hotmail.com.

¹²Orientador e professor Adjunto IV do Departamento de Administração da PUC Minas no campus Coração Eucarístico, mestre em Administração e doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: jwnovato@gmail.com.

¹³Graduanda em Ciências Contábeis com ênfase em Controladoria da PUC Minas, na unidade São Gabriel, extensionista da Pró-Reitoria de Extensão. E-mail ingrid_lorrainymm@hotmail.com.

¹⁴Graduando em Ciências Contábeis com ênfase em Controladoria da PUC Minas, na unidade São Gabriel, extensionista da Pró-Reitoria de Extensão. E-mail leovestolentino@yahoo.com.

¹⁵Graduanda em Ciências Contábeis com ênfase em Controladoria da PUC Minas, na unidade São Gabriel, extensionista da Pró-Reitoria de Extensão. E-mail: marianefragadavid@yahoo.com.br.

¹⁶Graduanda em Ciências Contábeis com ênfase em Controladoria da PUC Minas, na unidade São Gabriel, extensionista da Pró-Reitoria de Extensão. E-mail: nataliafernandes@outlook.com.

do Estado diante da realidade econômica após a Revolução Industrial, vindo a tornar-se um mecanismo de redução da desigualdade social (BARROS, 2014).

Essa discussão acerca da redução da desigualdade, segundo Paes e Siqueira (2008), é uma preocupação crescente, envolvendo as formas de combate à pobreza mundial pelo emprego de recursos públicos em investimentos sociais, mas também colocando em questão a discussão sobre os impostos.

A questão tributária, por sua vez, também envolve muitos problemas. Sobre esse assunto Siqueira e Ramos (2006) lembram a temática da evasão fiscal (ou sonegação), que traz fortes implicações para o funcionamento do sistema tributário, afeta a eficiência econômica geral da sociedade, e reduz a desejada equidade tributária. Esses autores lembram também que fazer com que os contribuintes paguem corretamente os tributos é uma tarefa difícil, considerando, entre outros aspectos, os diversos incentivos à atividade de sonegação e a relativa aceitação social deste comportamento no Brasil - em parte devida ao sentimento generalizado de que o governo não aplica de modo correto os valores arrecadados, ou, como já postulava Affonso (1985), que a estrutura tributária brasileira é injusta do ponto de vista social, pois o percentual da renda das pessoas de renda mais ricas destinado aos tributos é proporcionalmente menor do que aquela que recai sobre os que ganham menos.

Em outro estudo, Siqueira e Ramos (2005) discutem a “economia da sonegação”, baseada no comportamento do contribuinte entendido como o resultado de um cálculo racional – isto é: uma avaliação cuidadosa dos custos e dos benefícios da sonegação em um quadro complexo demais para que possa, segundo esses autores, ser resolvido por meio de simples ajustes na política tributária (SIQUEIRA; RAMOS, 2005). Isso põe em discussão também os aspectos sociopsicológicos e culturais da obediência tributária.

Filgueiras (2009) considerou esse problema ao tratar a temática similar da tolerância à corrupção no Brasil, abordando a antinomia existente, no âmbito da opinião pública, entre normas morais e a prática social, isto é, as normas que regulam os significados políticos da corrupção, e prática cotidiana na esfera pública.

Em última instância, essa discussão diz também respeito à crise do Estado do Bem Estar Social, segundo Borges (2000) não apenas do ponto de vista do peso excessivo das despesas sociais ou da dificuldade de regulação dos conflitos econômicos, mas entendida também como um abalo nas relações entre o Estado e a sociedade, e tendendo a gerar uma postura individualista que acarreta, na vida particular dos cidadãos, uma desconfiança quanto ao Estado e, conseqüentemente, também quanto aos tributos.

O símbolo da Receita Federal – o “Leão”, fruto de um trabalho publicitário tão bem sucedido que, apesar de abandonado há décadas, não foi esquecido no imaginário popular, e consta

como sinônimo do fisco nos principais dicionários da língua portuguesa – ilustra o sentimento geralmente associado a essa tarefa: o leão é um caçador atento e perigoso.

O Brasil é um dos países com a maior carga tributária do mundo, e a fiscalização tributária é bastante rigorosa: além da complexidade da tarefa, que envolve a memória de operações feitas no ano anterior à declaração, os eventuais erros ou enganos não deixam de ser notados. Essa complexa tarefa burocrática pode ser simplificada pela contratação dos serviços profissionais de contabilidade, e essa alternativa – um ônus adicional para os cidadãos comuns – costumeiramente é entendida como a simples transferência de um encargo difícil.

A complexidade dessa tarefa envolve muitos detalhes, desde a compreensão de quem é obrigado a fazer a declaração de ajuste anual, quanto o entendimento das muitas variáveis associadas – vendas de bens, dívidas, pagamentos a terceiros, mecanismos associados às heranças, casamentos, dependentes, e muitas outras informações relacionadas a essa obrigação.

Além disso, a confusão existente muitas vezes no âmbito da economia informal entre as atividades individuais e profissionais aumenta a possibilidade de transferências indevidas entre os dois campos. Uma discussão foi colocada contemporaneamente no Brasil pela Lei Complementar que possibilita a legalização de empreendedores que atuam na economia informal, com faturamento de até R\$ 60 mil por ano, ou seja, R\$ 5 mil por mês, conferindo ao autônomo que se registrar como Empreendedor Individual o acesso ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o que lhe confere acesso a conta bancária de pessoa jurídica, às linhas de crédito específicas para as empresas e à participação em licitações públicas.

Como podem aderir ao novo regime profissionais de diversos tipos – como manicures, cabeleireiros, pipoqueiros, vendedores de cachorro-quente, camelôs, eletricitas, encanadores, borracheiros e costureiras, entre outros –, as questões que envolvem a declaração do imposto de renda encontram um novo momento de reflexão.

Vale lembrar que a economia subterrânea ou informal no Brasil movimentava centenas de bilhões de reais, chegando a cerca de 20% do Produto Interno Bruto do país. Esse valor, superior ao PIB da Argentina, corresponde a toda produção de bens e serviços que não passam pelos mecanismos de controle do governo. Os números que vêm da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) sobre mercado de trabalho informal e na renda gerada por esse emprego subterrâneo têm seu reflexo direto na questão tributária.

Do ponto de vista da sociedade, essa é uma questão importante, que deve também ser tratada na perspectiva da decisão individual, e o imposto é uma variável importante para que essa decisão seja tomada.

1.2 Justificativa

O contexto colocado no tópico anterior mostra que a proposta embutida nesse projeto abraça o propósito de execução da tarefa da declaração do imposto, mas com a pretensão de ultrapassá-lo. Em primeiro lugar é necessário perceber que nos últimos 18 anos o reajuste das faixas do IRPF acumulou 66% de defasagem sobre os salários. Hoje, a menor alíquota (7,5%) incide sobre rendimentos a partir de R\$1.787,77 até R\$2.679,29. Pode-se afirmar que, se por um lado os aumentos salariais advindos a partir dos aumentos do salário-mínimo e outras medidas de política econômica significaram a entrada em cena de uma nova classe média no panorama social do país, a defasagem da tabela do IR não proporciona nenhum tipo de alívio tributário para essas pessoas. Ou seja, o número de indivíduos que é obrigado a fazer a declaração de ajuste anual é muito grande, e crescente.

Pragmaticamente, os trabalhadores passam a tentar manter os seus rendimentos abaixo do valor máximo para a próxima faixa, ao mesmo tempo em que perdem a motivação para aumentar os seus rendimentos, devido ao valor maior de IRPF. Um indivíduo que recebia R\$1.500,00 e passará a receber próximo de R\$1.787,77, tentará não permitir que seus rendimentos sejam superiores a essa faixa, pois não compensa pagar os 7,5% - e o recurso à informalidade nesses recebimentos sempre será uma alternativa buscada.

Uma demonstração da expansão do IRPF e do seu impacto sobre os contribuintes é a constatação de que, em 1996, até 6,6 salários mínimos o trabalhador era isento de IRPF; em 2014 estarão isentos só os que receberem até 2,4 salários mínimos.

Até 1992, o número de declarações recebidas era inferior a 5 milhões; o aumento da renda dos trabalhadores brasileiros, somado à defasagem da tabela do Imposto de Renda (IR) alterou significativamente esse quadro: no último ano, foram recebidas 26,034 milhões de declarações, o que representa um acréscimo de 789,9 mil contribuintes ou 3,03% a mais em relação ao ano anterior.

Essa é uma nova realidade que deve ser encarada sob uma perspectiva abrangente; esse quadro econômico convive com dimensões sociais e valores culturais que não mudam de maneira direta e automática. Baseado nessa percepção o Curso de Ciências Contábeis realizou uma experiência-piloto no primeiro semestre de 2014. Uma experiência de atendimento à comunidade nos moldes que propõe este projeto foi realizada pela participação voluntária de professores e alunos do Curso de Ciências Contábeis. Naquele momento, alguns indícios da magnitude do problema e das dificuldades para sua execução foram levantados.

O entendimento que este projeto tem da tarefa de preenchimento da declaração passa a carregar, então, uma variável sociopedagógica em dois níveis importantes. O primeiro é a

compreensão do mecanismo do imposto de renda associado à conscientização do contribuinte da sua importância – e esse objetivo não deve ser minimizado. Existe no país, como foi mencionado no tópico anterior, uma percepção generalizada de que a sonegação do imposto de renda, se bem sucedida, é algo positivo - e transformar esse entendimento é um pressuposto de uma cidadania efetiva.

O segundo objetivo sociopedagógico é a construção de uma compreensão do imposto de renda que capacite os cidadãos a fazer a sua declaração, nos anos posteriores, sem a necessidade de auxílio externo. Para tanto, a tarefa de preenchimento da declaração passa a ser muito mais um preenchimento “assistido” que simplesmente a “terceirização” de um encargo.

Esse entendimento implica, por sua vez, a conscientização dos cidadãos da importância do monitoramento das suas atividades econômico-financeiras, tais como a exigência e a guarda de recibos, a formalização de contratos, os registros das operações que envolvam ganhos de capital ou transferências de bens, assim como dos valores efetivamente pagos no caso de aquisições financiadas – entre outras. Esse entendimento acarreta necessariamente uma discussão acerca do planejamento da vida econômica das famílias, do controle dos gastos, do crédito, dos investimentos, da previdência e de muitos outros aspectos frequentemente negligenciados no âmbito não profissional da vida dos indivíduos.

Uma vez que o contexto do imposto de renda passa a ser também cada vez mais tecnológico, já que, além dos programas da Receita Federal nos computadores, a era “pós-PC” já alcançou também a burocracia brasileira, tornando possível a declaração do imposto e o seu envio para a Receita Federal através de dispositivos móveis (*tablets* e *smartphones*), a declaração “assistida” recebe uma nova motivação: a de preparar os contribuintes para as potencialidades e os riscos dessas tecnologias emergentes assim como de qualquer inovação colocada a serviço do cidadão, que precisa saber usá-la de modo eficiente e responsável.

Este projeto contemplou, assim, a atividade de extensão como uma ação integrada ao ensino, ultrapassando a sala de aula e atendendo algumas demandas específicas da sociedade. Em momentos intermediários do projeto, os professores e alunos envolvidos discutiram juntos os resultados, analisando as solicitações acerca dessa temática feitas pela comunidade, no decorrer das atividades. O mapeamento dessas demandas, por sua vez, associou à extensão aspectos relacionados à pesquisa científica, tais como a elaboração de instrumentos de coleta de informações e a prática de técnicas de pesquisa, como a aplicação de entrevistas semiestruturadas e análise das informações. Esses aspectos possibilitaram uma análise qualitativa dos resultados.

Esse diálogo com a comunidade do entorno da Unidade São Gabriel não apenas reforça os laços que unem a Universidade à sociedade, mas contribui poderosamente para a formação profissional do aluno de Ciências Contábeis e de Administração, na medida em que os coloca, em

uma perspectiva profissional interdisciplinar, em contato com a realidade na qual irão exercer suas atividades após a formatura.

A interdisciplinaridade, neste projeto significa, dessa forma, não apenas seu reconhecimento para os campos do conhecimento, mas, sobretudo, das atividades profissionais – na desejada dimensão que alia o conhecimento técnico às questões sociais que a PUC Minas busca considerar em todas as suas atividades, em consonância com as normas e valores embutidos em sua Política de Extensão. Essa interdisciplinaridade além de seguramente gerar resultados positivos nos trabalhos interdisciplinares do curso, também tem reflexos positivos nos trabalhos de pesquisa dos alunos do curso – incluindo as monografias.

Para o curso de Ciências Contábeis, este projeto significou a operacionalização dos objetivos relacionados à Extensão contemplados no Projeto Pedagógico do Curso, visando estabelecer uma comunicação útil e adequada entre os conteúdos das Ciências Contábeis e a realidade socioeconômica da comunidade que abriga a unidade São Gabriel da PUC Minas. Além disso, este projeto tratou de experiências que servirão como fonte de pesquisa para professores e alunos – e não apenas aqueles envolvidos diretamente neste projeto. Pretende-se também que a interface com a comunidade fortaleça a participação dos alunos do curso de Ciências Contábeis na Empresa-Júnior, uma vez que essa integração também foi contemplada durante as ações.

O projeto, assim, foi construído a partir das diretrizes da extensão embutidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da PUC Minas.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Construção de uma consciência de cidadania a partir da compreensão da declaração do imposto de renda como um resultado tanto dos aspectos individuais e sociais, quanto profissionais e não profissionais associados às atividades que geram a renda tributada.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Auxiliar a população do entorno do *campus* São Gabriel da PUC Minas na tarefa de preenchimento da declaração de imposto de renda;
- b) Expor para os moradores das vantagens do monitoramento das suas atividades econômico-financeiras também no nível individual, cotidiano e não profissional, envolvendo planejamento e controle de gastos;

- c) Conscientizar os moradores sobre a função social do imposto e dos riscos e das desvantagens associados à sonegação;
- d) Capacitar os moradores para o uso de novas tecnologias associadas à tarefa da declaração;
- e) Discutir acerca dos desafios da formalização das atividades informais, a partir da perspectiva da tributação;
- f) Levantar as demandas da comunidade acerca da formalização e da profissionalização dessas atividades.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A estratégia do projeto foi definida pela integração das atividades de extensão às atividades de ensino e pesquisa, bem como pela compreensão da interdisciplinaridade que envolve a discussão acerca da questão tributária. Assim, foram incluídos nas atividades alguns métodos de coleta e análise de informações; além disso, em momentos específicos, as atividades juntaram-se às atividades pedagógicas do curso - a capacitação dos alunos para o projeto, por exemplo, foi feita a partir de um curso oferecido a todos os alunos da unidade São Gabriel – de Administração e Ciências Contábeis.

Em linhas gerais os três momentos fundamentais das atividades foram assim desenvolvidos:

a) O Planejamento

A preparação envolveu inicialmente a capacitação dos alunos para o projeto, feito através de um curso elaborado em parceria com a Empresa-Júnior do curso de Ciências Contábeis, quando foram estudados todos os passos para o preenchimento da declaração em todos os meios disponibilizados pela Receita Federal – incluindo os aspectos relacionados ao preenchimento via internet e dispositivos móveis, assim como os problemas mais comuns que ocorrem nesse processo. Depois disso foi feita a divulgação do evento na comunidade, conduzida pela Pastoral Universitária.

b) A execução

Os atendimentos foram feitos nas dependências da unidade São Gabriel da PUC Minas, atendendo às solicitações espontâneas de auxílio pela população do entorno dessa unidade, mas estendida a qualquer pessoa que procurasse esse auxílio. Ao mesmo tempo era feita uma orientação dos contribuintes para o acesso e o acompanhamento do processamento das declarações pelo sítio da Receita Federal, na *internet*. Durante o período em que as declarações de imposto de renda estavam sendo recebidas pela Receita Federal, foram disponibilizados 09 (nove) monitores para atendimento à comunidade, aos sábados, no período da tarde. Através de reuniões da equipe foram identificadas as pendências e agendados encontros posteriores

individuais para resolução desses casos. Também foi feito um mapeamento inicial das demandas de conteúdos relacionados à formalização de atividades informais e de organização da vida econômica individual e familiar, incluindo as dúvidas que cercam essa decisão do ponto de vista contábil e administrativo. Esse passo foi feito através de entrevistas semiestruturadas conduzidas pelos alunos extensionistas.

c) Controle

Foram estabelecidas regras básicas para o monitoramento das atividades:

- todas as pessoas que buscaram o auxílio para a declaração, no primeiro momento do projeto foram cadastradas, para que, se necessário, fossem feitos contatos posteriores (na ocorrência da constatação, pela Receita Federal, de pendências na declaração);
- as pessoas que apresentaram demandas complexas para o preenchimento da declaração foram encaminhadas para atendimento pelos professores, através de um agendamento;
- todos os que buscaram o auxílio para o preenchimento da declaração foram entrevistados (minientrevistas estruturadas) para levantamento das solicitações que cercam a temática do imposto e da informalidade e/ou desorganização das atividades econômicas na dimensão individual e familiar;

Essas demandas foram quantificadas e analisadas, compondo relatórios periódicos, formalizados em atas de reunião pelo coordenador do Projeto e consolidados posteriormente nos formulários de monitoramento solicitados pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Uma avaliação final das atividades leva à consideração de ganhos expressivos, ainda que assimétricos, para todos os envolvidos.

Para a comunidade acadêmica, principalmente para os docentes e alunos envolvidos, o atendimento à população significou um momento único de contato com a realidade econômico-financeira dos indivíduos e das famílias, sob uma perspectiva simultaneamente acadêmica e profissional. Para os docentes, o levantamento das demandas representou, além disso, a fundamentação de problemas de pesquisa, que já estão sendo encaminhados para serem tratados como objeto de pesquisa, na perspectiva da pesquisa-ação. Essa realidade também se mostrou uma fonte de problematização para as monografias de conclusão de curso para os alunos – e não apenas os participantes do projeto, uma vez que as atividades reverberaram por toda a unidade da PUC Minas.

Para o curso, o projeto também significou uma aproximação desejável da comunidade, situando a problemática tratada em várias disciplinas em um contexto prático; estuda-se, no

momento, como essa temática pode fundamentar novos tipos de trabalhos interdisciplinares no curso.

Para a população envolvida, é legítimo afirmar que a tarefa de preenchimento da declaração de imposto de renda é tão mais complexa quanto mais desorganizada é a realidade dos indivíduos (que envolve a informalidade na vida profissional e a ausência parcial de registros). Assim, é possível afirmar que o auxílio/aprendizado prestado no projeto foi bastante útil para muitas pessoas.

A avaliação do projeto também constatou algumas limitações - referentes ao número de atendimentos, que poderia ter sido maior, e a análise desse problema detectou entre as causas o limitado alcance dos meios de divulgação utilizados – cartazes e *e-mails*. Durante as entrevistas feitas no atendimento, ficou também evidente certo distanciamento entre a população do entorno da unidade e a unidade São Gabriel da PUC Minas, pois, segundo relatos, a população não se sentiu “à vontade” para procurar as atividades do projeto.

A finalização do processo deu-se através de um encontro com as lideranças da comunidade, em uma reunião conduzida na Gerência de Políticas Sociais da Regional Norte da Prefeitura de Belo Horizonte, quando houve uma discussão com muitos líderes comunitários acerca dos resultados do projeto. Dessa avaliação foram construídas algumas propostas de continuidade, a serem conduzidas em parceria com as Regionais Norte e Nordeste da Prefeitura, através das suas respectivas Gerências de Políticas Sociais. A primeira proposta diz respeito a uma pesquisa acerca da percepção dos impostos, pela população mais desfavorecida do município de Belo Horizonte; e o recorte metodológico foi definido para contemplar os usuários dos programas sociais do Governo Federal. A segunda proposta, construída a partir da análise das fragilidades do projeto acima descritas, envolve a execução das atividades, em sua continuidade, junto à comunidade, e não nas dependências da PUC Minas. A terceira proposta relaciona-se com a solicitação, que surgiu durante os atendimentos, de um tipo de “cartilha” que facilite o controle dos gastos domésticos e o planejamento financeiro familiar – e um manual desse tipo formatado especificamente para a população idosa também foi solicitado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto abre do ponto de vista acadêmico – tanto para a extensão universitária, quanto para atividades de pesquisa – novas possibilidades, que envolvem as questões que cercam as discussões que cercam a questão dos impostos no país – incluindo os problemas relacionados à sonegação (sua aceitação na comunidade, os riscos individuais que carrega e as desvantagens para a sociedade), mas também a discussão sobre “impostos *versus* formalização profissional” ajuda a ampliar a conscientização dos indivíduos acerca do Estado como ponto de encontro entre a vida individual e a sociedade.

A partir dessa aproximação, estão sendo estudadas também outras iniciativas, como a perspectiva de trabalhos de consultoria que consolidem a Empresa-Júnior da unidade São Gabriel, que é de caráter interdisciplinar.

Dentro dessa ampla temática, seria útil também que fossem elaborados mais trabalhos acerca da formalização de trabalhos informais e do empreendedorismo social, acerca das formas de controle de gastos cotidianos individuais e familiares, entre outros aspectos que signifiquem um amadurecimento do que este projeto entende como relacionados a uma mudança cultural, no nível individual das atitudes que regem a dimensão econômica da cidadania, ampliando as discussões que normalmente tratam esse tema.

Espera-se que a discussão acerca da função social do imposto e dos compromissos correspondentes do Estado – bem como sobre a formalização profissional como um caminho para a cidadania, que este projeto, ao tratar do preenchimento da declaração do imposto de renda, objetivou desencadear, estenda os seus efeitos ao refletir-se nas práticas cotidianas dos indivíduos e das famílias.

Todos esses conteúdos estiveram de alguma forma presentes nas atividades acadêmicas dos cursos envolvidos, compreendidas dentro do escopo geral do projeto, que envolve simultaneamente o auxílio para a declaração do imposto de renda junto à construção de uma perspectiva de cidadania que envolva a profissionalização e a formalização de atividades econômicas, no nível dos indivíduos, das famílias, e dos pequenos negócios. O momento do preenchimento da declaração de imposto de renda revelou-se um momento propício para a deflagração dessa discussão.

REFERÊNCIAS

- AFFONSO, R. Quanto pagamos de imposto? **Lua Nova**, v.2, n.1, São Paulo, jun. 1985.
- BARROS, Cláudia R. C. **Princípio da capacidade contributiva**: sonegação do Imposto de Renda como consequência de uma má regulação. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2249>. Acesso em: 25 set. 2014.
- BORGES, A. Ética Burocrática, Mercado e Ideologia Administrativa: Contradições da Resposta Conservadora à "Crise de Caráter" do Estado. **Dados**, v.43, n.1, Rio de Janeiro, 2000.
- FILGUEIRAS, F. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, v.15, n. 2, Campinas, nov. 2009.
- PAES, N. L. e SIQUEIRA, M. L. Renda básica da cidadania versus imposto de renda negativo: o papel dos custos de focalização. **Estudos Econômicos**, v. 38, n. 3, São Paulo, jul./set. 2008.
- SIQUEIRA, M. L. e RAMOS, F.S. Evasão fiscal do imposto sobre a renda: uma análise do comportamento do contribuinte ante o sistema impositivo brasileiro. **Econ. Apl.** v.10, n.3, Ribeirão Preto, jul./set. 2006.
- SIQUEIRA, M. L. e RAMOS, F. S. A economia da sonegação: teorias e evidências empíricas. **Revista Economia Contemporânea**, v. 9, n. 3, Rio de Janeiro, set./dez. 2005.

Encontro de Extensionistas Egressos da PUC Minas: compartilhando vivências e existências

Camila Mendes¹⁷
Prof.^a Doris Sanabio¹⁸

RESUMO

Este artigo visa a salientar a relevância do registro de memória da Pró-Reitoria de Extensão, buscando demonstrar como o resgate de sua história pode contribuir para o futuro e o fortalecimento das ações extensionistas na Universidade. Essa reflexão ocorreu a partir do Encontro de Extensionistas Egressos da PUC Minas: compartilhando vivências e existências que foi realizado no dia 18 de setembro de 2015, no campus Coração Eucarístico da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com a presença da comunidade acadêmica e de egressos que tiveram uma participação significativa na Extensão. Este evento compôs a programação do X Seminário de Extensão Universitária da PUC Minas.

Palavras-chave: Registro de Memória. História de Vida. Extensionistas Egressos.

1 INTRODUÇÃO

Com um legado de quase meio século, a Extensão Universitária da PUC Minas procura estabelecer um diálogo transformador com a sociedade. Sua história foi construída com muito esforço e determinação. Conforme Silva citado por Alves (2013), a história da Extensão na PUC Minas passou por quatro fases. Na primeira fase, as ações extensionistas ocorriam através de iniciativas isoladas e informais. A segunda fase foi marcada pela criação do Centro de Extensão "ao qual competia estabelecer as relações extramuros e uma política de extensão a ser cumprida no âmbito da UCMG". (SILVA *apud* ALVES, 2013, p. 24). Já a terceira fase é marcada pelas ações de extensão comunitárias no *Campus* Avançado de Araçuaí- MG, além da implantação de uma política de extensão. Na quarta fase,

o Centro de Extensão deu lugar à Coordenadoria de Extensão e as ações que vinham sendo realizadas no âmbito de um Grupo de Trabalho [... na cidade de] Jequitinhonha (GT – UCMG) passaram a conformar-se como um Programa de Desenvolvimento e Ação Comunitária (PRODAC). (SILVA *apud* ALVES, 2013, p. 26-27).

No mesmo ano (1983), em que a Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) ganhou o título de Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, foi criada a Pró-Reitoria de Extensão e Ação Comunitária. A partir deste momento, houve a "formalização do Colegiado de Extensão, que contou com a representação de alunos, professores e funcionários, tendo como fim efetivar a participação da comunidade universitária na implementação da política de extensão". (PROEX, 2016). Com uma postura de acolhimento e aproximação, a Extensão Universitária começa a ampliar sua representatividade na comunidade acadêmica através de financiamento de projetos e apoio

¹⁷ Graduada em Comunicação Social com ênfase em Relações Públicas pela PUC Minas, campus Coração Eucarístico. E-mail: cammilamendes@outlook.com.

¹⁸ Orientadora, professora especialista no curso de Publicidade e Propaganda da PUC Minas, unidade São Gabriel. E-mail: sanabiodoris@gmail.com.

logístico a eventos e na promoção de publicações. (ALVES, 2013, p. 30). No final do primeiro semestre do ano de 1990, a Pró-Reitoria é novamente reestruturada e separa-se da Ação Comunitária:

Em 1999, pela primeira vez, as atribuições da Pró-Reitoria são apresentadas de forma sistemática. A perspectiva enunciada se coadunava com o Plano Nacional de Extensão também datado do período. Entre as atribuições estavam compreendidas: a relação transformadora entre Universidade e sociedade e a articulação entre as três atividades-fim, que já apareciam de forma não sistemática nos documentos anteriores da Universidade. (ALVES, 2013, p. 33)

A Pontifícia está presente em sete municípios do estado de Minas Gerais: Arcos, Belo Horizonte, Betim, Contagem, Guanhães, Poços de Caldas e Serro. Sua representação nesses concelhos dá-se por quatro *Campi*: Arcos, Coração Eucarístico, Guanhães e Serro e Poços de Caldas. O Campus Coração Eucarístico é composto pelas unidades: Barreiro, Betim, Contagem, São Gabriel e Praça da Liberdade (instituída como unidade em outubro de 2015). Diante do tamanho da instituição, a Pró-Reitoria de Extensão procura estar presente em cada: município, *campi*, unidade e curso.

A rede da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX – é grande e conta com o apoio de duas secretarias¹⁹, três assessorias²⁰, cinco coordenações setoriais²¹, seis núcleos temáticos²². Existe ainda uma coordenação de Extensão em cada unidade e *campi*,²³ coordenadores nos institutos e faculdades²⁴, além de coordenadores de Extensão nos cursos de graduação.

Ao longo dessa trajetória, diversas ações foram desenvolvidas: eventos, projetos, práticas curriculares, convênios e parcerias. A PROEX realizou no ano de 2015 o seu X Seminário de Extensão. Os dois primeiros Seminários ocorreram em 2004 e 2005. No ano de 2008, ocorreu a terceira edição e desde então o evento é realizado anualmente. Somente no ano de 2015 foram desenvolvidos cerca de 125 projetos, que contaram a participação direta de 2.236 alunos e 319 professores. Nas ações desenvolvidas por meio das práticas curriculares, aproximadamente 8 mil alunos desenvolveram atividades extensionistas.

¹⁹ Secretarias presentes no campus Coração Eucarístico: Administrativa e Executiva.

²⁰ Assessorias presentes no campus Coração Eucarístico: Administrativa, Acadêmica e de Comunicação.

²¹ Coordenações Setoriais presentes no campus Coração Eucarístico: Projetos Pedagógicos de Cursos e Práticas Curriculares de Extensão; Monitoramento e Avaliação; Formação em Extensão; Produção Acadêmica e Publicações; e Cursos de Extensão.

²² Núcleos Temáticos presentes no campus Coração Eucarístico: Direitos Humanos e Inclusão – NDHI, Investigação e Extensão da Criança, Adolescente e do Jovem – ICA, Meio Ambiente e Saúde – NUMAS, Políticas Sociais e Urbanas – NUPSU, Tecnologia e Inovação – NUTEI e Trabalho – NUTRA.

²³ Coordenações de Extensão das unidades e campi (Arcos, Barreiro, Betim, Contagem, Guanhães, Poços de Caldas, São Gabriel e Serro).

²⁴ Coordenadores nos Instituto e Faculdades: Faculdade de Comunicação e Artes – FCA, Faculdade de Psicologia, Faculdade Mineira de Direito – FMD, Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde – ICBS, Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais – ICEG, Instituto de Ciências Exatas e Informática – ICEI, Instituto de Ciências Humanas – ICH, Instituto de Ciências Sociais – ICS, Instituto de Filosofia e Teologia Dom João Resende Costa – IFTDJ e Instituto Politécnico – IPUC.

É com o objetivo de realizar uma reflexão sobre como a PROEX influencia a vida dos alunos e professores que se pensou no evento: Encontro de Extensionistas Egressos. Por meio desse encontro, buscou-se identificar os reflexos dessas ações nas relações profissionais, pessoais e cidadãs de cada participante. Foi uma oportunidade de discutir o fazer extensionista, promover e divulgar as diretrizes da Extensão e dar visibilidade ao trabalho da Pró-Reitoria de Extensão na academia, junto aos egressos e na comunidade. Neste artigo, realiza-se o registro deste encontro, a fim de refletir sobre a relevância do registro da sua memória.

Acionar a memória dos egressos, familiares e amigos permite que a PROEX se reconheça e dissemine seu nome e sua relevância na comunidade acadêmica, além de projetar-se para novos feitos, visto que, "o fazer na extensão é processual". (X SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA PUC MINAS, 2015). Conforme atestam Felipe e Filgueiras (2014), a Extensão inscreve-se na realidade de maneira sempre dinâmica e, por isso, se reconfigura através do conceito de extensão inovadora, que é:

a prática extensionista capaz de levar à sociedade os conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos na academia, o que demanda um duplo esforço: de um lado, as Instituições de Ensino Superior devem promover o reconhecimento e a valorização mais equitativa das práticas de ensino, pesquisa e extensão; de outro, as práticas extensionistas devem eleger a difusão do conhecimento científico e tecnológico como atividade prioritária. (FELIPPE; FILGUEIRAS, 2014, p. 9).

Este artigo é composto pela Introdução, na qual se aborda um breve histórico da Extensão; o desenvolvimento apresenta uma Fundamentação a partir da metodologia de Registro de Memória e História de Vida e a discussão do Encontro de Extensionistas Egressos da PUC Minas, em si e a importância do resgate dessas histórias. Na Conclusão apresentam-se, como contribuição, alguns reflexos da experiência e a perspectivas de novas ações da PROEX.

2 FUNDAMENTAÇÃO

A definição do ser humano baseia-se na evolução histórica da humanidade, que procura no passado vestígios e esclarecimentos de diversos dilemas, além de inspiração e perspectivas para o futuro da civilização. É com base nas histórias vividas e conhecidas que se (re)cria e (re)inventa. Várias são as questões que povoam a mente do homem, e é no regaste do passado que muitas dúvidas são respondidas e, ao mesmo tempo, novas perguntas surgem dialogicamente. Algumas áreas de conhecimento, como a Filosofia, a Psicologia e a História, salientam a importância de conhecer e reconhecer o papel das vivências e das existências, ou seja, da memória.

O filósofo francês Henri Atlan, citado por Le Goff (2003), defende que as memórias podem estar armazenadas de forma sistematizada quando escritas, ou repassadas para outros através da linguagem falada:

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso pode sair dos limites físicos do nosso corpo para se interpor quer nos outros, quer nas bibliotecas. Isto significa que antes de falada ou escrita, existe [...] certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória. (ATLAN *apud* LE GOFF, 2003, p. 421).

Em um processo de atualização e reinvenção, as recordações servem de instrumentos e referências para a compreensão, para a reconstrução e para novas invenções que determinarão os novos rumos e o aprimoramento. Para a Psicologia, as reações, as convicções das pessoas são manifestadas através das experiências de cada um ao longo de sua vida. Halbwachs (1990) argumenta que a lembrança está intrinsecamente associada à essência do ser humano, seja no aspecto afetivo, seja no intelectual, por esta razão as pessoas se relacionam com outras a partir das projeções e das representações residentes em suas memórias:

Não obstante, ela [a lembrança] se desenrolou dentro de um quadro temporal e espacial e em meio a circunstâncias sobre as quais nossas preocupações de então projetavam sua sombra [...], as impressões que se sucediam em nós eram como outros tantos modos particulares, originais, novos, de considerar as pessoas que nos eram caras e os liames que nos uniam a elas. (HALBWACHS, 1990, p. 44).

Desta forma, pode se dizer que o indivíduo é definido a partir de suas experiências e vivências, o que reforça a importância do registro de memória, visto que o futuro desenvolve-se através dessas lembranças e seus aprendizados. A metodologia de análise a partir da História de Vida²⁵ permite-nos ter acesso às lembranças, aos sentimentos e às sensações que o determinado momento produziu no indivíduo, através da sua fala, do seu significado, da sua relevância. É o indivíduo que narra sua história, do seu jeito, do modo que ele lembra, conforme sua avaliação do que deve ou não ser dito e, principalmente, como deve ser dito. A tradução do termo História de Vida, em inglês sugere duas interpretações: *story* e *history*. O sociólogo francês Daniel Bertraux esclarece a diferença entre as duas traduções possíveis, segundo seus estudos:

A *life story* é a estória ou o relato da vida, que designa o relato de vida narrado tal como a pessoa vivenciou. O pesquisador não confirma a autenticidade dos fatos, pois o importante é o ponto de vista de quem está narrando. Já a *life history*, ou estudo de caso clínico, é o estudo sobre a vida de um indivíduo ou grupo de indivíduos. Inclui, além da narrativa da vida, todos os documentos que possam ser consultados como prontuário médico, processo judiciário, testes psicológicos, testemunhos de familiares, amigos, entrevistas com pessoas que conhecem o sujeito ou a situação do estudo. (BERTAUX *apud* SANTOS; SANTOS, 2008, p. 715)

Ao utilizar o método *Life Story* o entrevistado tem a oportunidade de contar a sua versão da história, ou seja, ele contará o que lembra e como se lembra do momento. Dessa forma, surgem novas e diferentes versões do mesmo momento histórico, pois cada pessoa resgatará algo novo e

²⁵ História de vida é um método de análise que compõe a metodologia qualitativa, que surgiu na Escola de Chicago em 1920. O método foi desenvolvido por vários sociólogos, entre eles destacam-se: Daniel Bertraux na França, Franco Ferraroti na Itália e pelo polonês Florian W. Znanieschi.

íntimo da sua experiência. A história revelada através desses relatos estará repleta de significados e sentidos únicos, carregados de emoção e subjetividade. Ao mesmo tempo em que revelam as características sociais de um grupo. Isso porque "as histórias de vida, por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais: das formas como os indivíduos se inserem e atuam no mundo e no grupo no qual eles fazem parte" (BERTAUX apud SPINDOLA; SANTOS, 2003, p. 121). Assim, o pesquisador terá acesso tanto às questões individuais, quanto aos fatos sociais compreendendo os comportamentos e os desdobramentos das relações e da história.

É através das relações, das vivências e das experiências que o ser humano se (re)cria e (re)define significados, valores e crenças que nortearão o seu ser e o seu agir no mundo. Portanto, o passado e o presente possuem grande influência no desenrolar do futuro. Le Goff (2003) argumenta que "a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações [...] pode determinar perturbações graves da identidade coletiva" (LE GOFF, 2003, p.241), pois os indivíduos não terão referências e preceitos para agir diante dos acontecimentos e desafios.

Com o objetivo de resgatar parte da sua história e experiência, a Pró-Reitoria de Extensão, realizou o primeiro Encontro de Extensionistas Egressos, em que se buscou ouvir e lembrar as histórias dos ex-alunos que participaram da Extensão e, ao mesmo tempo, verificar como as ações extensionistas influenciaram a vida pós-acadêmica e a construção da sua carreira profissional. A partir dessa coleta de depoimentos pretende-se fortalecer a imagem da PROEX perante a comunidade acadêmica estimulando o universitário a (re)pensar sobre sua atuação não só no curso, como também na sociedade.

3 ENCONTRO DE EXTENSIONISTAS EGRESSOS DA PUC MINAS

O primeiro Encontro de Extensionistas Egressos da PUC Minas ocorreu no dia 18 de setembro de 2015, no campus Coração Eucarístico. Este evento fez parte da programação do X Seminário de Extensão da PUC Minas, cujo tema foi a Construção de Saberes e Experiências da Extensão Universitária. A seleção dos convidados para a atividade central do evento foi feita a partir da indicação dos Núcleos Temáticos da Pró-Reitoria de Extensão, onde se buscava identificar extensionistas engajados, formados e com atuação no mercado profissional.

A partir desse contato com todos os indicados foram selecionados três egressos para participar da atividade central: entrevista realizada no palco do auditório 2, do prédio 5, da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas. Os outros indicados foram convidados para gravar um depoimento em vídeo sobre sua vivência na Extensão Universitária, numa ação paralela às atividades realizadas no palco.

Os selecionados para a atividade central foram: Ana Clemente, Viviane Barroso e Gustavo Nolasco. As duas primeiras ex-alunas tiveram uma participação significativa na Extensão da Universidade no período em que a PUC Minas participou do programa nacional Universidade Solidária nos anos de 1996 e 1997. Ana Clemente graduou-se no curso de Ciências Biológicas em dezembro de 1997. Mestre em Bioética, hoje (2016) atua como *Master Coach Internacional* e *CEO* da Navega-Ação Educação Executiva. Além de sócia da Navega-Ação Educação Executiva Ana é vice-presidente da Associação Brasileira de *Coaches* – ABRACOACHES.

Viviane Gonçalves Barroso é mestre em Ciências Sociais, graduou em 1997 no curso de Enfermagem. Viviane possui cinco especializações: Gestão de Sistemas de Saúde, Gestão de Saúde, Atendimento Sistêmico à Família, Capacitação Pedagógica e Enfermagem do Trabalho. No final de 2016 irá defender sua tese de Doutorado em Enfermagem na UFMG. Atualmente (2016), ocupa o cargo de gerente de Divisão da Caixa de Assistência dos funcionários do Banco do Brasil em Minas Gerais – CASSI. Viviane mantém seu interesse pela pesquisa, ela faz parte como membro efetivo do Núcleo de Pesquisa em Cotidiano, Cultura, Educação e Saúde, certificado pelo CNPQ.

O terceiro convidado foi o jornalista Gustavo Nolasco, sócio da Agência Nitro Imagem. Gustavo possui larga experiência na área jornalística, de assessoria de comunicação, produção de conteúdo e criação de projetos culturais. Ele é uma referência na Faculdade de Comunicação e Arte (FCA) da PUC Minas. Após a sua formatura em 2000, já realizou diversas palestras e conversas com os alunos da FCA, por meio de seminários dos quatro cursos (Jornalismo, Publicidade Propaganda, Relações Públicas e Cinema e Vídeo) e pelos eventos extensionistas promovidos pela Coordenação de Extensão da Faculdade.

O Encontro teve um formato diferenciado, de modo a propiciar acolhimento, por meio de um tom informal e intimista, para que os entrevistados ficassem a vontade para compartilhar suas histórias, seus sentimentos e suas lembranças. O primeiro cuidado foi com a montagem do cenário, com poltronas aconchegantes e posicionadas em semicírculo, com uma mesa de centro com flores e alguns vasos com plantas posicionados nas extremidades do palco para compor o ambiente intimista. O cenário foi montado de forma que a plateia pudesse sentir-se como o quinto membro desta interlocução e, assim, participar ativamente da conversa.

Outro cuidado foi com a divisão do Encontro em quatro momentos. No início, houve a projeção da história da Extensão na PUC Minas, com a intenção de contextualizar o público sobre o momento em que os convidados fizeram parte da PROEX. Em seguida, o Pró-reitor de Extensão Prof. Wanderley Chieppe Felipe pronunciou-se sobre a importância da Extensão na formação profissional, pessoal e cidadã dos alunos. No segundo momento, a participação dos convidados ocorreu no formato de entrevista, tendo como mediadora a professora e coordenadora de Extensão na unidade São Gabriel da PUC Minas, Luciana Fagundes da Siqueira. A opção por este formato foi

em função do tratamento informal e dialógico que se pretendia alcançar com os depoimentos dos convidados.

A professora iniciou a conversa com Ana Clemente e Viviane Barroso conduzindo a entrevista de modo que ambas contassem suas histórias na Extensão, desde o momento em que atuaram nas comunidades de Itagiba - BA e Vianópolis - GO. Na medida em que a conversa evoluía, pode-se conferir a repercussão da vivência extensionista na formação pessoal e profissional de cada uma. Nas palavras de Ana Clemente, a extensão foi o divisor de águas na sua vida:

A Extensão Universitária [...] sempre foi um diferencial na vida de qualquer acadêmico. Eu costumo dizer para todas as pessoas que me conhecem, que a Extensão na minha vida foi um divisor de águas. Foi onde eu aprendi a *práxis* efetiva para que eu pudesse me tornar a profissional que eu sou hoje. (Informação verbal)²⁶.

Para espelhar o olhar e a postura humanista desses profissionais, a equipe organizadora do evento realizou a gravação de diversos depoimentos com familiares, amigos e colegas de trabalho dos convidados, que foram intercalados durante a conversa no palco. O relato da nutricionista da CASSI, Heloisa Oliveira sobre a entrevistada Viviane Barros foi um dos depoimentos que emocionou a todos, pela forma espontânea com que mostrou sua admiração e o orgulho de trabalhar com a ela:

Trabalhar com Viviane tem sido um prazer a cada dia, porque a Viviane é leve enquanto pessoa. Eu acho que essa é uma grande diferença do profissional hoje em dia independente da área de atuação. Trabalhar, primeiro, com a pessoa que gosta do que faz e, segundo, fazer com organização e com paixão. [...] O grande profissional que me chama a atenção [...] é aquele que é para além daquela missão para a qual ele escolhe. [...] Viviane eu queria te agradecer. Há algum tempo atrás você me chamou e disse Heloisa você agarrou no barro, [...] ela poderia ter me dispensado, ela poderia, sei lá, naquele momento da minha vida, que era um momento pessoal difícil ela poderia ter feito de outra forma, mas ela me deu a mão e caminhou junto [...] eu devo imensamente ao trabalho que a Viviane me ajudou a construir e ao respeito que eu adquiri com essa clientela [...], então eu e a equipe temos muito a agradecer pelo conhecimento e por passar esse conhecimento e ajudar a gente nessa transformação e sermos profissionais em busca de algo diferente. (Informação verbal)²⁷.

Depois da entrevista com as duas convidadas, a conversa foi com o egresso Gustavo Nolasco, um hábil contador de história, que tem se diferenciado no mercado de trabalho pelo projeto que vem desenvolvendo em diversas cidades brasileiras: Moradores – A Humanidade do Patrimônio Histórico. Este projeto busca valorizar os moradores enquanto elementos de identidade cultural e patrimônio de suas cidades:

Tudo começa com uma tenda branca montada em uma praça pública, uma câmera apontada e um convite. Nesse instante, mais do que o ato de se deixar fotografar e contar sua história, o morador é chamado a se reconhecer como patrimônio cultural de sua cidade. Na etapa seguinte, todo o material – fotos, vídeos e depoimentos – é transformado numa

²⁶ Depoimento durante o Encontro de Extensionistas Egressos da PUC Minas em 18 de set. 2015.

²⁷ Depoimento de Heloisa Oliveira, nutricionista da Cassi, gravado em vídeo, em 17 ago. 2015.

surpreendente e inédita exposição multimídia, com fotos e projeções em lugares inusitados. (NITRO, 2015).

O conceito do projeto: Moradores – A Humanidade do Patrimônio Histórico estava em consonância com o principal objetivo do evento, que é o de resgatar e valorizar a memória do indivíduo, do coletivo e do contexto. Onde os entrevistados tiveram a oportunidade de contar as suas histórias e as suas experiências, a partir do seu ponto de vista, contada do seu jeito. Neste sentido, paralelamente ao evento, ocorreu nos jardins da PUC Minas o terceiro momento, que foi a gravação de nove depoimentos de ex-alunos de diversos cursos que revelaram as suas experiências na Extensão. Depoimentos de aproximadamente dois minutos que estão disponíveis para exibição nas redes sociais, eventos, entre outras aplicações da PUC Minas.

No depoimento da jornalista Alécia Rocha, formada em 2005, ela conta como foi participar dos projetos: Rondon Minas, Inclusão Digital do CDI e da Coordenação de Extensão na unidade de Arcos. A psicóloga Lorena Paes Miranda Martins, graduada em 2014, compartilha sua experiência no projeto Rondon e sua rotina de estagiária e, posteriormente, extensionista da Pró-Reitoria de Extensão. Luisa Faria Pereira, graduada em 2014 no curso de Jornalismo, também foi extensionista do projeto Rondon e da PROEX. Marina Lúcia Victor dos Passos, formada em 2014 no curso de Ciências Econômicas, revela que teve a oportunidade de praticar os ensinamentos de sala de aula no projeto de Educação Financeira. Já Marina Rodrigues Siqueira, graduada em Ciências Sociais no ano 2010, participou do projeto Parlamento Jovem e foi estagiária na PROEX.

Compondo o time masculino, há os depoimentos dos egressos: Sávio Nunes de Freitas, formado em Ciências Sociais em 2011, que participou do projeto Parlamento Jovem em 2008. O geógrafo com ênfase em Geoprocessamento Adenir Junior Pereira, formado em 2006, que logo no início da sua vida acadêmica ingressa no projeto Escola Bolsa Dignidade. Lucas Junqueira Vitteli, graduado em Ciências Sociais no ano 2010, conta sua vivência no projeto Parlamento Jovem. O também geógrafo Marco Antônio Couto Marinho, formado em 2007, envolve-se com a extensão por meio de ações do ICA (Instituto de Crianças e Adolescentes, núcleo da PROEX).

Observou-se nos depoimentos dos egressos um sentimento de saudosismo, alegria e de renovação. A partir dessa escuta foi possível acessar a história da PROEX e de seus egressos; compreender a relevância e o reflexo dos trabalhos e das oportunidades vivenciadas por eles, nas relações pessoais, na carreira profissional e na formação cidadã. É interessante observar como essas histórias estão em consonância com o pronunciamento do Pró-reitor Prof. Wanderley Chieppe Felipe transmitido no início do evento:

Através da extensão o aluno se situa melhor em relação à profissão. Ele consegue perceber com mais clareza em qual sociedade ela vai atuar, em qual contexto, quais são os problemas que essa sociedade, a região e o país apresentam e de que forma ele pode contribuir melhor. [...] A Extensão cria oportunidades para o aluno ter mais iniciativa, fazer uma leitura crítica da realidade e poder desenvolver uma série de competências e habilidades, como por

exemplo, sua capacidade de empreendedorismo, sua capacidade de buscar soluções para situações que se apresentam, de estabelecer relações com mais facilidade e de coordenar equipes. Então, são todas essas características que a Extensão ajuda a desenvolver. Além disso, também é importante para a formação de cidadania, porque o aluno se integra mais na sociedade e começa a perceber qual é o seu papel nessa sociedade como profissional e como estudante universitário [...]. Uma pesquisa recente feita pelo prof. Manoel Neto no programa de doutorado mostrou que o aluno que passa pela Extensão na universidade entra mais rapidamente e em melhores condições no mercado de trabalho. (Informação verbal)²⁸.

Do início ao fim, os relatos foram reafirmando o papel da Extensão Universitária na tripla formação de um estudante: social, pessoal e profissional. O Encontro terminou com uma performance teatral, o quarto momento, que buscou sensibilizar o público sobre a importância de doar-se para o bem da coletividade. O narrador conta uma história de domínio popular, que fala sobre grandes gestos gerados a partir de pequenas ações que estão ao alcance de cada um. No final da encenação, os participantes receberam uma lembrança simbolizando o gesto extensionistas.

Os professores presentes avaliaram formalmente o evento. De um modo geral, consideraram como uma iniciativa criativa, interessante, inspiradora e envolvente. O Encontro de Extensionistas Egressos da PUC Minas propôs um formato diferenciado, com entrevistas, vídeos e encenação teatral, permitindo o "acionamento da memória" (BOSI, 2010), com ênfase nos sentimentos dos presentes, além de despertar a vontade de contar sua versão e impressão do momento, com depoimentos inesperados e emocionantes. A proposta promoveu uma aproximação do passado com o presente, tornou-se um momento para contar e ouvir histórias.

4. PERSPECTIVAS DO FUTURO A PARTIR DA HISTÓRIA

Os depoimentos gravados no dia 18 de setembro de 2016, durante o Encontro de Extensionistas Egressos da PUC Minas compõem o projeto "Vivências na Extensão", parte integrante deste projeto, cujo objetivo é a transmissão de pequenos vídeos nas redes sociais, na programação da grande parceira PUC TV, entre outras ações pontuais de divulgação e mobilização da Extensão Universitária da PUC Minas. A proposta é gravar novos depoimentos a partir dos próximos Encontros com Egressos da Extensão. O evento além de permitir o compartilhamento, o registro da memória, propiciou a sensação de pertencimento dos ex-alunos em relação à Extensão e à PUC Minas.

Pretende-se relembrar o passado, com o desenrolar e as repercussões do "acionamento da memória" (BOSI, 2010), a partir da fala do indivíduo, ou seja, "ao contar sua vida, o sujeito fala de seu contexto – fala do processo por ele experimentado, intimamente ligado à conjuntura social onde ele se encontra inserido" (SILVA et al., 2007, p.32). Por meio deste encontro, observou-se a

²⁸ Depoimento de Wanderley Chieppe Felipe, pró-reitor de Extensão, gravado em vídeo para o Encontro de Extensionistas Egressos da PUC Minas em 18 set. 2016.

relevância do resgate e registro da memória da Extensão junto à comunidade acadêmica. Segundo o professor Mozahir Bruck (2010, p.42) a narrativa memorialística "tem o objetivo de impedir o progressivo apagamento de personagens e seus feitos, seus efeitos e, se for essa a perspectiva, defeitos - ou seja, em tudo aquilo que esses atores se dispuseram de maneira mais vital no mundo humano". (BRUCK, 2010, p.32).

Apesar de o século XXI ser caracterizado pela fragmentação, pela agilidade e pela transitoriedade, a tradição ocupa um lugar importante na sociedade. O desafio do novo milênio é descobrir de que maneira a história contribui, fortalece e/ou compromete o futuro. O resgate e o acionamento da memória tende a auxiliar na identificação, o que se deve permanecer, onde se deve mudar e de que modo essa história pode aumentar a legitimidade e a visibilidade.

A linguagem e o formato adotado no evento Encontro de Extensionistas Egressos estão diretamente ligados ao seu público, ou seja, aos alunos da PUC Minas, um público jovem, curioso e criativo. A partir de um formato ousado e intimista; utilizando uma linguagem visual respaldada pelo dialeto da Era da Mídia, buscou-se demonstrar como as ações extensionistas da PUC Minas ocorrem por meio da interlocução com diversos setores da sociedade. A PROEX preza pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de modo que, seus atos contribuam com a formação social, cidadã e profissional de seus alunos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Glauceide Porto. **Avaliação e monitoramento da extensão universitária**: um estudo de caso no âmbito da PUC Minas. 2013. 68 f. Monografia (Conclusão de Curso em Especialização em Extensão Universitária). Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei (MG), 2013.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BRUCK, Mozahir. Lugares da Memória. In: BRUCK, Mozahir, **Biografias e literatura**: entre a ilusão biográfica e a crença na reposição do real. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2010, p. 42-49.
- FELIPPE, Wanderley Chieppe; FILGUEIRAS, Karina Fideles (orgs.). **Projetos de extensão**: saúde, educação, novas tecnologias e cidadania na PUC Minas. Belo Horizonte: FUMARC, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LE GOFF, Jacques. Memória In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ed. Campinas (SP): Ed. da UNICAMP, 2003, p. 419 - 476.
- NITRO Imagem. Disponível em: <<http://www.nitroimagens.com.br>>. Acesso em: 28 ago. 2015.
- PRIBERAM Dicionário. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/Default.aspx>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

PRO-REITORIA DE EXTENSÃO. Disponível: <<http://PUC Minas.br/PROEX/index-padrao.php?pagina=4808>> Acesso em: 13 jan. 2016.

PUC MINAS, PRO-REITORIA DE EXTENSÃO. **X Seminário de Extensão Universitária da PUC Minas: Construção de Saberes e Experiências da Extensão Universitária**; realizado em 17-18 set. 2015. Belo Horizonte.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker, 2000.

SANTOS, Inês Maria Meneses dos; SANTOS, Rosângela da Silva. A etapa de análise do método História de Vida - uma experiência de pesquisadores de enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p.714-719 out./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/12.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

SILVA, Aline Pacheco et al. Conte-me sua história: reflexões sobre o método de História de vida. **Mosaico: estudos em Psicologia**. Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 25-35, 2007. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/conte_me_sua_historia_reflexoes_sobre_o_metodo_de_historia_de_vida.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2016.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a história: percalços de uma pesquisa(dora?). **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo, v.37. n.2, p.119-126, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n2/14.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

O brincar e o desenvolvimento psicomotor: formação de educadoras sobre a temática gênero

Cristhian Higor de Paula Costa²⁹
Érica Silva Fróis³⁰

RESUMO

O presente artigo é oriundo de uma série de construções provenientes de práticas de extensão do projeto “O Brincar e o Desenvolvimento Psicomotor: intervenções psicossociais na infância”, que atende crianças de três a seis anos, além de educadoras de quatro unidades de educação infantil, ambas nas regiões Norte e Nordeste de Belo Horizonte. Trata-se de um projeto da PUC Minas, vinculado ao curso de Psicologia, proveniente do campus São Gabriel. Este trabalho propõe ampliar a discussão para outros atores do ambiente escolar, para além da criança. O alvo deste artigo está nas formações com educadoras que envolveram a temática *gênero*. Com a apresentação de teorias que embasam os movimentos feministas, foi possível uma contextualização da temática, partindo de uma construção inicial de conceitos importantes para pensar gênero, enquanto categoria de análise das relações. Posteriormente, houve espaço para exemplos apontados pelas educadoras e considerações do próprio grupo, mediante discussões que relacionavam teoria e prática, utilizando a Psicologia e a Psicomotricidade como construção de alternativas frente às dificuldades citadas. Ao considerar a categoria gênero como norteador de trabalho, é possível vislumbrar processos de desenvolvimentos mais saudáveis, uma vez que não limitam as potencialidades das crianças e permitem compreensões e cuidados mais ampliados.

Palavras-chave: Psicomotricidade. Gênero. Extensão universitária.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é oriundo de uma série de construções provenientes de práticas de extensão do projeto “O Brincar e o Desenvolvimento Psicomotor: intervenções psicossociais na infância”, que atende crianças de três a seis anos, além de educadoras de quatro unidades escolares, sendo elas duas instituições municipais de educação infantil e duas creches, ambas nas regiões Norte e Nordeste de Belo Horizonte. Trata-se de um projeto da PUC Minas, vinculado ao curso de Psicologia, proveniente do campus São Gabriel. Ao todo, foram atendidas são atendidas por ano cerca de 500 (quinhentas) crianças, utilizando como metodologia a Prática Educativa Aucouturier (PPA) que acontece através da dimensão lúdica, da expressividade livre e espontânea da criança e dos princípios de comunicação e relação inter-humana. O exercício da proposta se dá através de oficinas nas quais há um enquadre que proporciona a experiência da vivência lúdica e criativa e também da representação gráfica, plástica e linguística. A Psicomotricidade diz respeito à compreensão dos gestos, o corpo, o tônus muscular, o espaço, os objetos, em relação à linguagem e à subjetividade dos sujeitos (LEVIN, 1995).

A estrutura da sessão psicomotora, com base no método Aucouturier conta com um ritual de entrada, em que são nomeados os membros do grupo, apresentados os materiais escolhidos para a

²⁹ Graduando em Psicologia pela PUC Minas, unidade São Gabriel; extensionista do projeto “O Brincar e o Desenvolvimento Psicomotor”.

³⁰ Orientadora e professora Assistente IV do Curso de Psicologia da PUC Minas, unidade São Gabriel. Mestre em Psicologia. E-mail: ericafrois@gmail.com.

sessão, bem como apontados os combinados, que consiste em não se machucar e não machucar o outro. Esses acordos com o grupo são fundamentais para a execução da prática, uma vez que favorecem a descentração tônico-emocional, um dos norteadores do trabalho com psicomotricidade infantil, que diz respeito à capacidade da criança de compreender o mundo além de si mesma, considerando a presença de seres em sociedade e criando recurso para as interações sociais (AUCOUTURIER, 2007).

Posteriormente, as crianças são convidadas à expressividade motora livre, momento em que podem vivenciar, a partir da brincadeira, quaisquer situações que queiram criar, utilizando os materiais pouco estruturados, além de obterem o auxílio dos extensionistas, que ocupam o lugar de mediadores simbólicos na brincadeira. Nessa parte da sessão, as crianças apresentam suas demandas, de acordo com as histórias de vida das mesmas e as vivências até então, pautadas na subjetividade frente às relações sociais da criança. A escola, enquanto instituição de socialização para a criança, possui um papel fundamental na percepção dessas demandas, bem como impacta diretamente nas mesmas, já que é na escola que os maiores dilemas se apresentam, seja pelo contato com outras crianças, bem como pelo processo de desenvolvimento. O terceiro momento da sessão encontra-se na expressividade gráfica ou plástica, que se configura como um espaço importante para reduzir a pulsionalidade elevada por conta da expressividade motora, além de contribuir para que a criança construa algo propriamente dela, seja por meio de desenho, massa de modelar ou alguma outra estratégia de construção e elaboração. “As atividades de construção e de desenho permitem o acesso a um outro nível de competência para simbolizar e o acesso à descentração” (AUCOUTURIER, 2007, p. 225). Por fim, é realizado o ritual de saída, em que ocorre uma avaliação da sessão, com as crianças dizendo sobre o que gostaram e o que não foi agradável no encontro, servindo de *feedback* para os extensionistas, além de situar, inclusive temporalmente, as crianças como autoras da própria história, ao solicitar um posicionamento frente aos incômodos vivenciados.

Este trabalho propõe ampliar a discussão para outros atores do ambiente escolar, para além da criança. Em especial, demonstra-se relevante compreender as concepções de educadoras, que se relacionam com as crianças na instituição escolar, por entender que estas visões de mundo interferem diretamente no desenvolvimento das crianças, tendo em vista que os sujeitos estão em vias de construir sua personalidade, com base em diversas referências. Por considerar essa importância, o projeto de extensão que embasa esse artigo também possui como prática a formação continuada de educadoras de uma das quatro instituições educacionais atendidas, organizado por meio de encontros semanais, com duração de uma hora, com subgrupos de cinco a seis educadoras por semana, a partir de uma escala que contempla todas as 32 (trinta e duas) educadoras da instituição. Nesses encontros, a proposta é atender às demandas das próprias educadoras,

apresentando o olhar da Psicologia e, em especial, da Psicomotricidade sobre os fenômenos do cotidiano escolar.

A instituição educacional em que as formações acontecem semanalmente foi fundada em 2001 e, diferentemente das unidades municipais de educação infantil (UMEIs), tem como público alvo os filhos dos funcionários de um hospital que mantém a instituição educativa, crianças entre zero e cinco anos de idade. Possuem como foco a interação entre as crianças e oferece um cuidado a elas, com pelo menos duas educadoras por turma, considerando que o grupo varia entre 4 (quatro) e 10 (dez) crianças. Trata-se de uma realidade diferente das demais unidades de educação atendidas no projeto e isso precisa ser considerado na medida em que contextualiza determinadas concepções e estratégias adotadas pelas educadoras, mediante a formação oferecida.

Apesar das diferenças entre as instituições educacionais públicas e as creches não governamentais, as demandas e dificuldades por vezes se assemelham uma vez que lidar com crianças têm suas particularidades referentes ao contexto social na qual estão inseridas. É perceptível que as condições da escola, que vão desde a estrutura física e a localidade em que estão inseridas até o cuidado das relações interpessoais, direcionam o modo como as demandas vão se apresentar. Entretanto, algumas dúvidas relacionadas à educação se dão de modo universal, porque dizem respeito a cultura no qual estão inseridos os preceitos educacionais e as regras de convivência na escola, bem como estratégias de favorecimento de um desenvolvimento saudável para as crianças.

Uma das demandas que fortemente se apresentam nas discussões sobre educação no Brasil é relacionado às questões de gênero. Sobre essa temática é importante considerar as definições apontadas por autoras como Scott (1989) e Butler (2003), que se assemelham ao afirmar que gênero não diz respeito somente ao sexo, diferenciando-se deste a partir de aspectos sociais. Logo, ser mulher ou ser homem implica uma série de significantes sociais, que inclusive determinam espaços e hierarquias entre os sujeitos. Assim, gênero pode ser entendido como um construto fundamental para a análise das relações sociais e da sociedade como um todo. Trata-se de um conceito amplamente difundido nos contextos acadêmicos. Entretanto, as dificuldades são diversas ao lidar com essa temática na prática. Isso porque essas questões não estão somente ligadas a uma relação entre teoria e prática. Diz também de uma série de preceitos morais, religiosos e políticos que interferem nas concepções e na atuação profissional dos sujeitos trabalhadores, frente a atitudes que fogem ao padrão heteronormativo.

Sobre a heteronormatividade, é correto afirmar que se trata de uma norma social, construída a partir de um determinado tipo de formação da sociedade, baseada em um modelo patriarcal de família, que institui modos de ser. Assim, a regra aponta para um padrão de relações heterossexuais, dando ao homem a responsabilidade pelo provimento da casa, enquanto a mulher assumia o papel

de cuidar da casa (afazeres domésticos), incluindo o cuidado dos filhos. Essa lógica apresenta determinada violência aos sujeitos, uma vez que exprime as possibilidades dos mesmos, além de instituir a superioridade de uns sobre os outros (GUIMARÃES, 2002). A escola por vezes assume um lugar de reprodução desta norma, simplesmente por não a questionar. Como aponta Finco (2007),

as práticas educacionais ensinam certas concepções, fazendo com que certas condutas e formas de comportamento, diferenciadas pelo sexo, sejam aprendidas e interiorizadas, tomando-se quase naturais. (FINCO, 2007, p. 110).

É relevante considerar que, apesar de a norma ser imposta socialmente, os espaços de transgressão desta sempre existiram e precisam ser interpretados como gritos por mudança de padrões.

Assim, a realidade tem questões que desafiam a heteronormatividade frente à fragilidade desta regra, que apresenta lacunas e, por si só, não constrói alternativas mediante transgressões. Esses comportamentos que fogem ao padrão apresentam e expõem os problemas que culminam em exclusão nas escolas brasileiras, que possuem como referência categorias ainda presas na lógica heteronormativa (COSTA, 2015). Estas determinam de forma estereotipada o que pode ser definido como sendo respectivo aos meninos e às meninas. Brinquedos ligados à virilidade, uso da força e dominação estão frequentemente associados aos meninos, considerando o que se espera do homem numa sociedade patriarcal. Já para as meninas estão destinadas as brincadeiras relativas ao cuidado de filhos, da casa e pontuam fragilidades, corroboram o lugar destinado às mulheres na vida adulta, cuja norma de gênero silencia e aprisiona. Alguns questionamentos importantes se instauram quando a criança contraria essas expectativas e escolhe outras brincadeiras, não corroborando o padrão social. Qual o papel da escola, enquanto instituição de acolhimento, frente a esse desvio do padrão? As educadoras, atuando diretamente com as crianças, possuem recurso para lidar com a fuga da norma? Quais estratégias podem ser adotadas no contexto escolar para construir intervenções nestes casos? Estas e outras indagações é que fundamentam as formações de educadoras que serviram de análise neste trabalho, com a temática “gênero”, com seus conflitos, buscas por entendimento e o olhar da Psicologia e da Psicomotricidade sobre a questão central (norma de gênero) e o que mais está relacionado a ela.

2 DESENVOLVIMENTO

Nos meses de setembro de outubro, foram realizados seis encontros, com dois grupos de educadoras da instituição já caracterizada neste trabalho. Cada grupo, em três encontros, foi composto por cinco educadoras, além do autor principal deste artigo como mediador do processo de

capacitação. Com a apresentação de teorias que também embasam os movimentos feministas, já citadas na seção anterior, foi possível uma contextualização da temática, partindo de uma construção inicial de conceitos importantes para pensar gênero, enquanto categoria de análise das relações.

Desde o princípio da formação, observou-se um estranhamento das educadoras frente a uma concepção de gênero que se distancia do determinismo biológico e desnaturaliza o que é determinado pelo social (SCOTT, 1989). As ciências humanas e os movimentos sociais têm se ocupado historicamente em desmistificar essa relação (biológico \times social). Porém, a dificuldade inicial apresentada pelas educadoras na compreensão do assunto aponta para a necessidade de maior investimento nesta temática, o que já justifica o trabalho de formação.

Posteriormente à explicação inicial, as educadoras já contavam situações que as desafiavam nas respectivas salas de aula, mediante formas que contrariam a expectativas heteronormativas. Numa das falas, uma educadora afirmou que se sentia incomodada com o fato de um menino não se interessar por brincadeiras que ela julgava serem destinadas para os meninos, por exemplo brincar de carrinho. Apesar de ser importante compreender que os processos de formação da educadora se deram em um contexto diferente do atual e isso influencia na sua visão de mundo, é esperado que haja certo distanciamento entre os valores morais e religiosos e as concepções sobre educação, uma vez que o objetivo final deve ser a formação de sujeitos dispostos a transformar o mundo. Não havia a intenção de tamponar a inquietação da educadora durante a formação. A proposta estava embasada na ideia de instrumentalizar as educadoras para pensar de modo mais amplo sobre as questões do cotidiano.

Por conta deste caso em especial, a continuidade da discussão se deu a partir de uma reflexão sobre o espaço dado aos corpos na educação infantil. Foi discutido o quanto a norma de gênero institui espaços e dita as relações também a partir do controle do corpo dos sujeitos. Na criança, essa vigilância é observada a partir das distinções entre o que é permitido para os meninos e para as meninas. Essa norma se aproxima de outras normas que organizam a conduta escolar que, também naturalizadas, não dão margem para questionamentos. A própria prática psicomotora contraria a lógica de organização da sala de aula, em que as crianças precisam se manter sentadas, controladas, guiadas. De maneira semelhante à absorção da prática psicomotora nas atividades educacionais, as discussões sobre gênero também provocam as educadoras a pensarem os próprios conceitos sobre educação, além de remeter às próprias histórias de vida.

Outros casos semelhantes surgiram nas falas das educadoras, ainda que com menos dificuldade diante da questão. Observa-se que são muitos os sinais de que a heteronormatividade precisa ser pensada na escola, desde o início do processo de formação.

Além de lidar com essa temática com as crianças, faz-se necessário sensibilizar as educadoras a pensarem novas modalidades de trabalho, que não sejam norteadas a partir da distinção entre meninos e meninas. Diante dos casos em que as brincadeiras das crianças contrariavam o que era esperado pelas educadoras, a saída construída pelo grupo foi a de propor brincadeiras mistas, que não direcionassem os interesses das crianças. Assim, tanto meninos quanto meninas podem vivenciar experiências de prazer e se beneficiarem a partir de demandas próprias, sem interferência direta das educadoras. Sobre as brincadeiras livres, a Psicomotricidade aponta que se trata de um benefício para o desenvolvimento da criança, uma vez que há liberdade para expressão de demandas por parte da criança, sem que haja censura ou direcionamento. Assim, a criança pode lidar com aquilo que tem dificultado seu avanço no que tange o seu desenvolvimento e elaborar tais problemas, com o auxílio do psicomotricista, que atua como mediador simbólico (AUCOUTURIER, 2007).

O brincar passa então a ser entendido pelas educadoras como elemento de construção de identidade. Essa construção se dá de modo contextualizado, articulando uma série de elementos. Ou seja, é importante que os fenômenos, inclusive envolvendo gênero, sejam pensados considerando as diversas variáveis que impactam e permeiam a discussão. Os processos grupais de formação direcionam para a criação de um conhecimento do próprio grupo, que possibilitou, no caso das educadoras, viabilizar outras estratégias. Nesse ponto do encontro, o foco já havia sido deslocado. Se a demanda se apresentou de modo a perceber os comportamentos das crianças como problema, posteriormente as concepções da educadora é que tomam a centralidade da discussão. Isso porque o saber construído no grupo permitiu uma ressignificação crítica de padrões instituídos sobre a educação. A educadora que se posicionou de modo bastante conservador durante os encontros manteve sua postura rígida, inclusive discordando da maioria das falas que apontavam para um olhar mais amplo sobre o conceito de gênero e sua relação com a sexualidade. Este também é um resultado do trabalho. A apresentação de outros modos de perceber os fenômenos sociais é absorvida de modo singular pelos sujeitos em um grupo. Não há pretensão de uma construção homogênea e definitiva sobre as questões discutidas. As capacidades deste trabalho instauram-se pela via da reflexão das práticas profissionais, que tendem a culminar em um trabalho mais coerente no tocante ao desenvolvimento saudável das crianças.

Uma consideração importante diz respeito ao percurso dos envolvidos na formação, que culminam em uma discussão enviesada por alguns fatores. O percurso acadêmico do extensionista que conduziu as formações se relaciona com a forma como a temática foi abordada, seguindo pressupostos teóricos da Psicologia Social, bem como as reflexões que foram apontadas. Isso porque as práticas de ensino, pesquisa e extensão são fundamentais para a consolidação de visões de mundo, bem como contribuem para a efetivação de práticas mais comprometidas com preceitos

éticos e transformações sociais. As reflexões que emergem das práticas de pesquisa e extensão são fundamentais para que a Universidade e os conhecimentos produzidos ali encontrem um direcionamento na sociedade, reduzindo a diferença entre o contexto acadêmico e o ambiente social.

Se para os alunos de graduação, as práticas de ensino, pesquisa e extensão, função tríade das Universidades, se constituem como importantes espaços de construção e trocas de conhecimentos, para as instituições atendidas por projetos e programas da Universidade há também grandes ganhos. No caso da escola que serviu de base para este trabalho, foi possível a criação de um espaço de troca muito importante, que era demanda anterior a efetivação desta instituição como campo de trabalho do projeto de extensão. As próprias educadoras, neste caso, já se apresentam dispostas a discutir diversas temáticas e refletir sobre elas, considerando importante esse espaço de formação. Esse aspecto pode ser entendido como meio de motivação para que o trabalho fosse bem realizado, o que de fato aconteceu. Outra menção necessária remete ao fato de que a formação se instaura por uma via de mão dupla, considerando a necessidade de que todos os envolvidos, graduados ou não, estejam em constante formação, seja ela profissional e/ou humana, diante das demandas dos contextos no qual estão inseridos, possuindo ferramentas de ação frente às questões que surgem.

O processo de formação se encerrou após os três encontros de cada grupo e foi realizada uma avaliação destes momentos. Todas as educadoras avaliaram como excelente e, em um campo aberto do instrumento de avaliação, registraram o contentamento com as atividades, bem como elegeram mais demandas para serem discutidas. Frente às limitações do tempo e da dinâmica organização escolar, a avaliação também captou a necessidade de mais espaços de formação com este viés, o de ampliar as concepções sobre questões complexas do ambiente escolar. Cabe ressaltar que a temática gênero foi um dos assuntos tratados nas formações, que também perpassou as etapas do desenvolvimento da criança, a função simbólica do educador, o desenvolvimento moral, agressividade e afetividade, entre outros. Diante de uma tão vasta demanda, faz-se necessário propor continuidade às discussões, ainda que em outros espaços de formação, com outros formatos, mas que possuam abertura para a fala e para reconstrução de padrões e lógicas, rompendo com dogmas que reprimem e dificultam o trabalho com as crianças.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim do trabalho, algumas indagações se fazem presentes. A primeira delas diz respeito a uma dificuldade de percepção dos indicadores da heteronormatividade no ambiente escolar por parte das educadoras. Esse fato não está distante da realidade social, uma vez que os elementos da norma de gênero estão intrínsecos às relações sociais, sendo naturalizados também nas instituições,

o que dificulta inclusive intervenções. Os aspectos morais também estão implicados no cotidiano dos sujeitos. Não os considerar pode levar a um silenciamento, que prejudica a construção de novas concepções, já que as lógicas conservadoras e excludentes se escondem nas práticas e ganham força na medida em que são empurradas para baixo do tapete. Logo, espaços como esse que foi descrito no presente trabalho precisam ser difundidos nas instituições escolares, para que as práticas sejam repensadas.

A construção de uma educação de melhor qualidade precisa ser pautada para além das avaliações de desempenho dos alunos. A proposta é que seja pensado sobre qual tipo de formação se espera dessas crianças, tendo em vista o lugar ocupado por elas na sociedade, mediante conhecimento adquirido no processo de aprendizagem, formal e informal. Formal, porque diz do aprendizado obtido pelos currículos escolares. Informal, quando compreende que as relações sociais e as experiências escolares que não são quantificadas e avaliadas com números. Parte da exclusão de crianças e adolescentes no contexto escolar participam do processo informal de aprendizagem, dificultando a mensuração sobre esses problemas, apresentando a ilusão de que tudo corre bem. Espaços de formação, portanto, não só dão margem para a construção de novas concepções, como expõem problemas que precisam ser trabalhados no ambiente escolar. Assim, é importante considerar a não existência de uma verdade absoluta ou a pretensão de definir o que é certo e o que é errado no que tange à educação de crianças, em relação à temática “gênero”.

O esforço é o de utilizar os conhecimentos de dois campos teóricos consolidados, Psicologia e Psicomotricidade, que se complementam em suas práxis, com vistas a práticas profissionais mais comprometidas com o avanço social e o rompimento de barreiras na educação, compreendendo esta instituição como elementar na transformação da sociedade. Trata-se de práticas políticas que ampliam visões de mundo e dão margem para discussões sobre fenômenos historicamente ignorados pelo meio acadêmico, ainda que latentes nas práticas educacionais. Estas ciências têm um compromisso com o desenvolvimento saudável das crianças. Ao considerar a categoria gênero como norteador de trabalho, é possível vislumbrar processos de desenvolvimentos mais saudáveis, uma vez que não limitam as potencialidades das crianças e permitem compreensões e cuidados mais ampliados. O desafio que se apresenta é o de pautar as atividades escolares a partir das demandas das crianças, ainda que exista uma organização formal a ser seguida, diminuindo os direcionamentos das educadoras, com base em dogmas e valores morais.

REFERÊNCIAS

AUCOUTURIER, Bernard. **O método Aucouturier**: fantasmas de ação e prática psicomotora. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007. 326 p.

- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.
- COSTA, Cristhian Higor de Paula. **Violência de gênero e saúde mental: desafios e estratégias de interseção**. 2015. 80f. Monografia (Conclusão de curso) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Faculdade de Psicologia, Belo Horizonte.
- FINCO, Daniela. A educação dos corpos femininos e masculinos na educação infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart (org.). **O coletivo infantil em creches e pré-escolas: falares e saberes**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 94-119.
- GUIMARÃES, Maria Beatriz Monteiro. **Saberes consentidos, conhecimentos negados: o acesso à instrução feminina no início do século XIX em Pernambuco**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- LEVIN, Esteban. **A clínica psicomotora: o corpo na linguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p.341
- SCOTT, Joan. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1989.

População em Situação de Rua: problematizações das políticas públicas no âmbito do SUAS e do SUS³¹

Bruno Vasconcelos de Almeida³²

RESUMO

O presente artigo constitui uma primeira reflexão elaborada a partir de dois projetos em desenvolvimento: “Andanças: cartografias e práticas de cuidado junto à população em situação de rua” e “Vida e Cotidiano na Cidade: narrativas de pessoas em situação de rua em Belo Horizonte – MG”. Os dois projetos acontecem através de parceria entre a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, a Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, a comunidade Aliança de Misericórdia e o Escritório de Direitos Humanos do Governo de Minas Gerais. O trabalho realiza uma apresentação da população em situação de rua, discute alguns pontos da Política Nacional para a População em Situação de Rua, especialmente com o olhar voltado para o arcabouço jurídico do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único de Saúde (SUS). Na sequência, realiza uma leitura do cenário atual, problematizando alguns aspectos para efetivação das políticas públicas voltadas para a população de rua, a saber: o atendimento e o trabalho com este público, a inclusão nos serviços do estado, a relação com a sociedade e, por fim, o papel formativo das universidades na preparação dos estudantes para o trabalho com grupos em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. SUAS. SUS. Políticas Públicas. Política Nacional para a População em Situação de Rua.

1 INTRODUÇÃO

A população de rua foi tratada historicamente como problema pelos poderes públicos, como incômodo por moradores e comerciantes das áreas onde ela se desloca, e, de maneira excludente, como invisível por boa parte da sociedade civil. Sua origem remonta à própria história das cidades, e ganha proporções de questão social a partir do século XV, constituindo massas de miseráveis que provocavam compaixão, impulsos assistenciais, ódio, desprezo e violência.

Bronislaw Geremek (1995) mostrou o processo de constituição dos imaginários em torno dos andarilhos, inspirado em Bakhtin, como um avesso do corpo social, e as diferentes formas sociais de se lidar com os ‘vagabundos e miseráveis’. O autor nos apresenta igualmente os modos de funcionamento destes grupos, suas especificidades e características, a formação de corporações de mendigos, hierarquias, técnicas de furto e mendicância, revelando um mundo extremamente rico.

As figuras de exclusão e estigma que recaem sobre a população em situação de rua estão anotadas na bibliografia da área. Inúmeros estudos (SAWAIA, 1999; BOARETTO, 2005; BORIN, 2003) explicitam os modos como se constrói a exclusão e a marginalização.

³¹ Artigo apresentado no I Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas e no X Seminário de Extensão Universitária da PUC Minas: Construção de Saberes e Experiências da Extensão Universitária.

³² Professor Adjunto IV do Departamento de Psicologia da PUC Minas. Pós-doutor em Filosofia (UFMG). Doutor e Mestre em Psicologia Clínica (PUC-SP). Especialista em Saúde Mental: Família e Comunidade (PUC Minas). Especialista em Administração de Serviços de Saúde (UNAERP). Professor do Departamento de Psicologia (PUC Minas). Coordenador de Pesquisa do Curso de Psicologia, Coração Eucarístico (PUC MINAS). Professor da Faculdade de Políticas Públicas (UEMG). Psicólogo e Acompanhante Terapêutico. Atualmente desenvolve novo pós-doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do NEPC – Núcleo de Estudos de Pensamento Contemporâneo (FAFICH/UFMG).

A população de rua constitui um grupo social que tem como característica a diversidade no que se refere às origens sociais, trajetórias de vida, tempo na rua, presença de doenças e deficiências, pessoa sozinha ou em grupos. Dentre esses excluídos sociais, insere-se um sem número de usuários de substâncias psicoativas, incluindo crianças e adolescentes vítimas da desagregação familiar e social, que ocupam o espaço público como uma forma de inserção na rede de sociabilidade em torno do consumo de drogas. Este fato atrelado ao crescimento desta população nos centros urbanos, que vivendo em condições de extrema pobreza e precariedade pela falta de acesso a bens materiais e sociais, faz aumentar a visibilidade de sua demanda para diferentes setores da área social, da saúde, da habitação e da segurança pública.

Sabendo-se que a saúde é multideterminada, há que se conceber que para ser atendida, depende de diferentes saberes (interdisciplinaridade) e da interface de diferentes setores e equipamentos (intersectorialidade). Compreender a população em situação de rua, suas peculiaridades e seus desafios, não soluciona os problemas da iniquidade social e da exclusão. Em contrapartida acredita-se que a pesquisa é um caminho, enquanto instrumento de conhecimento, revelação e chamada de atenção para tais desigualdades sociais, a fim de promover ações no sentido de estabelecer políticas públicas universais. Nesse sentido, em conformação com as bases e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), torna-se imprescindível o estabelecimento de formas de atendimento que considerem a atenção extramuros ou em meio aberto, estendendo o serviço de saúde a esta população.

2 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento tecnológico advindo do capitalismo globalizado provocou mudanças significativas nas modalidades de trabalho humano, repercutindo em alterações nas relações econômicas, políticas e sociais e enfraquecendo os laços que sustentavam as redes comunitárias de integração e amparo social. Por fatores de ordem estrutural, conjuntural e individual, uma considerável parcela da população passou a viver nas ruas, enfrentando a exclusão social, tornando-se destituída das possibilidades de assegurar as condições mínimas de uma vida digna. Este fenômeno é observável no cotidiano das cidades em diferentes países do mundo, incluindo o Brasil.

2.1 Considerações sobre a População de Rua

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009, define a População em Situação de Rua como “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, a

inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”.

O rebaixamento social imposto pelas novas formas de produção econômica causou desemprego em massa com radical modificação no modo de viver de milhares de pessoas que, excluídas de seus meios, foram obrigadas a sobreviver nas ruas, sofrendo as mais diversas formas de violência advindas da invisibilidade social a que estas pessoas se tornaram submetidas. Aguiar e Iriat (2012), citando Escorel, afirmam que quando a família é anunciada como razão para a ida às ruas, alguns fatores estão envolvidos, como alcoolismo, violência doméstica, consumo de drogas, doenças mentais, conflitos de valores entre os membros da família, incapacidades físicas, desintegração familiar por morte de membros ou separação do cônjuge. O alcoolismo e o uso de drogas interferem na unidade familiar pelos conflitos de convivência gerados pelo uso dessas substâncias, além da despesa adicional que impacta o orçamento familiar. Se a família se situa no limiar da pobreza, esse consumo pode determinar, inclusive, a desintegração da estrutura familiar.

No intuito de implementar políticas públicas voltadas para o referido grupo populacional, em 2008 foi realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em acordo de cooperação assinado com a Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Pesquisa Nacional sobre População em situação de Rua. Foram investigados 71 municípios (48 deles com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais) e identificadas 31.922 pessoas com 18 anos completos ou mais em situação de rua vivendo em “calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas).” (BRASIL, 2008, p.6).

Constatou-se que as pessoas em situação de rua são desprovidas de quaisquer documentos, sendo a elas negado o acesso à rede de saúde, o direito ao voto, bem como a utilização dos recursos públicos de atenção a todo cidadão. Assim, permanecem à margem de qualquer movimento social ou associativismo, enquanto manifestação elementar de cidadania. As informações geradas apontam para uma possibilidade de tipificação do grupo, como: sua característica predominantemente masculina (82%); acesso a refeição apenas uma vez ao dia (79,6%); a dependência química (35%), o desemprego (30%) e os conflitos familiares (29%) como principais razões pessoais da situação de rua; o medo da violência praticada contra si ao dormir na rua (69,3%) e vínculos enviesados com o município. Na pesquisa, quase metade dos entrevistados (45,8%) sempre viveu no município em que mora atualmente, possuindo algum parente residente na cidade onde se encontra, mas com o qual o contato não ocorre (38,9%) ou é esporádico (14,5%) (VALÊNCIO, 2008).

Em seu cotidiano, a população em situação de rua prioriza dois eixos, sendo o primeiro a busca por alimentos, meios para os cuidados com a higiene pessoal e lugares seguros para o descanso. O segundo eixo refere-se à busca por trabalhos temporários ou atividades econômicas formais ou informais que propiciem a arrecadação de uma quantia pecuniária em troca de serviços prestados. Entre os fatores de vulnerabilidade encontramos: a violência, a falta de alimentação adequada, a dificuldade de acesso a água potável, as exposições a condições precárias de higiene, a falta de privacidade, a exposição ao frio e ao calor, dentre outros. Configurando o estado de saúde da população em situação de rua no Brasil, relata-se que o maior problema que atinge esses indivíduos refere-se ao sofrimento e aos transtornos mentais, sendo também mais frequentes as DST/AIDS, problemas odontológicos, dermatológicos, gastrintestinais, doenças respiratórias, tuberculose, dores diversas que causam problemas de locomoção e movimentação, problemas oftalmológicos e uterinos. Vale salientar que segundo Vieira et al., em citação de Aguiar e Iriart (2012), os problemas de saúde tendem a se ampliar, especialmente os de pele causados por parasitas, em virtude da ausência de serviços de higiene (banheiros e lavanderias públicas) e das condições precárias de sobrevivência.

2.2 Perfil da População de Rua

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social, o perfil da população de rua é majoritariamente masculino (85%), com idade entre 25 e 44 anos (53%), negros (67%), recebem entre 20,00 e 80,00 reais semanais (52,6%), trabalhadores (70,9%) que exercem alguma atividade remunerada, pedintes (apenas 15,7%), e parte considerável é originária do município onde se encontra ou adjacências. É uma população que costuma dormir na rua (69,6%); 30% dormem na rua há mais de cinco anos, 22,1% costumam dormir em albergues ou outras instituições, 95,5% não participam de qualquer movimento social ou associativismo; 24,8% não possuem qualquer documento de identificação, 61,6% não exercem o direito de votar e 88,5% não são atingidos pela cobertura dos programas governamentais, ou seja, afirma não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais.

Vale notar que, dependendo do quadro político econômico, o perfil da população em situação de rua altera-se significativamente, como, por exemplo, no caso dos fluxos migratórios e das formas para se obter alguma renda.

Em Belo Horizonte, o Terceiro Censo de População em Situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte, realizado pela Prefeitura de Belo Horizonte e pelo Centro Regional de Referência em Drogas da Universidade Federal de Minas Gerais, apontou um número estimado de 1827 moradores de rua; 44,8% estão localizados na região centro-sul da cidade, 86,8% são homens, a

idade média desta população é de 39,6 anos, 45,7% se declaram parda e 33,7% se declaram negra, 82,2% declararam saber ler e escrever, 26% têm formação escolar básica e 27,7% fundamental incompleto; 39,7% são de outras cidades de Minas Gerais e o motivo da emigração foi a procura de emprego para 47,2%.

O histórico de institucionalização indica a presença de 46,5% em asilos e abrigos e 40,4% com passagens pelo sistema prisional. Entre os fatores de motivação para morar na rua encontram-se problemas familiares (52,2%) e uso de álcool (43,9%). 64,1% dos moradores não possuem vínculos e vivem sozinhos.

Dois outros censos haviam sido realizados. O primeiro em 1998, estimando 1.120 pessoas e o segundo, em 2005, estimando 1.239 pessoas vivendo nas ruas da cidade. Um dos aspectos investigados nesses censos refere-se à saúde. As pessoas em situação de rua da capital mineira, em 2005, afirmaram possuir mais problemas de saúde do que em 1998. Essa população é altamente vulnerável a múltiplos fatores de riscos, os quais estão associados à sua condição extrema de pobreza.

Nos dois censos, os problemas psiquiátricos foram os mais declarados e o maior problema de saúde pública existente nas ruas (uso de drogas lícitas e ilícitas, egressos de manicômios e clínicas psiquiátricas). (BOTTI, 2009). Sabe-se que a condição de morar na rua é situação que contribui para o uso excessivo de álcool e outras drogas. No entanto, também há grupos de pessoas em que esse padrão de uso antecedeu a esta condição, e as suas sintomatologias agravam-se em consequência do processo. A grande prevalência do padrão de uso de risco na população adulta em situação de rua, em comparação à população em geral, torna-os mais vulneráveis a acidentes, a problemas físicos e mentais, relacionados ao uso de álcool. Esses fatores podem levar esses sujeitos a negligenciarem a sua saúde e a não procurar serviços de saúde. Seus problemas físicos e mentais podem, em parte, ser explicados pela condição desfavorável de vida (BOTTI, 2010).

2.3 A Política Nacional para a População em Situação de Rua

A Política Nacional para a População em Situação de Rua é fruto de movimentos, articulações e construções coletivas que desembocaram no Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Ela contempla diversos eixos, a saber: direitos humanos, segurança pública e justiça, trabalho e emprego, desenvolvimento urbano e habitação, assistência social, educação, segurança alimentar e nutricional, saúde, cultura, esporte e lazer.

Os princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua são: respeito à dignidade do ser humano; promoção e garantia dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais; direito ao usufruto e permanência na cidade; garantia e defesa de direitos

fundamentais combatendo práticas higienistas e ações preconceituosas e violentas que reforçam estigmas e promovem a discriminação e a violação dos direitos da população de rua; respeito à diversidade humana, qualquer que seja a origem, raça, idade, condição social, nacionalidade, gênero, orientação sexual, origem étnica, atuação profissional / atividade econômica, religião e situação migratória; garantia de laicidade do Estado na prestação direta e indireta de serviços públicos, sem qualquer preferência ou rejeição em virtude de crença ou prática religiosa na seleção das pessoas atendidas; intersectorialidade das ações que garantam igualdade de condições para o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social e à assistência social; direito à convivência familiar e comunitária.

Neste trabalho, desenvolvemos a seguir as principais diretrizes para a assistência social e a saúde.

2.4 População em Situação de Rua e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Os principais pontos que devem ser trabalhados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, e que precisam ser monitorados e avaliados caso a caso, são:

- a) estruturação da rede de acolhimento, de acordo com a diversidade da população em situação de rua;
- b) produção e sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social;
- c) inclusão no Cadastro Único do Governo Federal;
- d) desenvolvimento e estímulo a formas associativas e de inclusão produtiva, articulado a políticas de geração de emprego e renda;
- e) promoção do acesso e inclusão de adultos, famílias, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de rua aos benefícios previdenciários, benefícios eventuais e programas de transferência de renda, em especial, o Benefício de Prestação Continuada;
- f) adequação dos equipamentos que atendem a população em situação de rua, favorecendo o acesso à educação e ao trabalho, com flexibilização de normas relativas à horários, alimentação, higienização, guarda de pertences, entre outras;
- g) incentivo à participação da população em situação de rua nos espaços de controle social como conselhos, fóruns e organizações;
- h) garantia da oferta de trabalhos socioeducativos os serviços que propiciem oportunidades de desenvolvimento pessoal e participação coletiva nos processos de acolhida, convívio e autonomia;
- i) por fim, garantia do trabalho de abordagem de rua com equipe qualificada.

Do ponto de vista do arcabouço jurídico e das definições promulgadas a partir do Decreto 7.053/09, encontramos algumas definições e instruções operacionais para a efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, a saber:

- a) Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009. – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Trata-se de documento que tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais os serviços destinados ao atendimento à População em Situação de Rua na Proteção Social Especial – PSE: Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional (que incluem adultos e famílias em situação de rua) e Serviço de Acolhimento em República (que inclui adultos em processo de saída das ruas);
- b) Instrução Operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – Senarc Nº 07, de 22 de novembro de 2010: reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); – Resolução da Comissão Intergestores Tripartite – CIT n. 7, de 07 de junho de 2010 – pactuou critérios de partilha de recursos do cofinanciamento federal para a Expansão dos Serviços Socioassistenciais, com recursos advindos do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas (Decreto 7.179, de 20 de maio de 2010); Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010 – Dispõe sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade – PFMC, dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua;
- c) Portaria nº 139, de 28 de junho de 2012 – Altera a Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o cofinanciamento federal, dos serviços ofertados pelos CREAS e Centros Pops.

2.5 População em Situação de Rua e o Sistema Único de Saúde (SUS)

Já no âmbito do Sistema Único de Saúde, encontramos os seguintes pontos da construção coletiva da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

- a) garantia da atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua e adequação das ações e serviços existentes, assegurando a equidade, a integralidade e a universalidade, com dispositivos de cuidados interdisciplinares e multiprofissionais;
- b) fortalecimento das ações de promoção à saúde, com ênfase na Estratégia Saúde da Família sem Domicílio, assegurando acesso à prevenção e ao tratamento de doenças principalmente as com alta incidência junto à população de rua (DSTs/AIDS, tuberculose, hanseníase, problemas dermatológicos, saúde mental e transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas);
- c) implantação e manutenção de serviços que assegurem a continuidade da assistência à saúde em situações de adoecimentos e intervenções médico-hospitalares que exijam atenção permanente de abrigamento e ações de auto cuidado, articulados com a rede de serviço intersetorial;
- d) implantação do programa de acompanhamento terapêutico para as situações que necessitem dessa modalidade de cuidado, articulado com a Estratégia Saúde da Família sem Domicílio, com objetivos de reconstrução, junto com o cidadão, de seu projeto de vida;
- e) ampliação da Estratégia Saúde da Família sem Domicílio (Programa Agente na Rua), para todo país, tendo como requisito básico a prioridade de que os agentes comunitários de saúde de rua sejam ex-moradores de rua; com garantia de formação permanente, acompanhamento psicológico, monitoramento e supervisão técnica do trabalho em campo;
- f) fortalecimento das ações de atenção à saúde mental das pessoas em situação de rua, em especial aqueles com transtornos mentais decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas, facilitando e localizando o acesso aos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS I, II, III e AD);
- g) ampliação e garantia de acesso aos serviços de saúde bucal de atenção primária (UBS), secundária (CEOs) e terciária (Emergência);
- h) divulgação do canal de escuta do usuário (Sistema Nacional de Ouvidoria – Disque-Saúde – 0800611997), junto à população em situação de rua e às demais instâncias de participação social.

Tal como abordado em relação ao SUAS, a partir do Decreto 7.053/09, encontramos:

- a) Portaria n° 940/GM/MS, de 28 de abril de 2011, que regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão);

- b) Portaria n° 122, de 25 de janeiro de 2011, que define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua;
- c) Portaria n° 123, de 25 de janeiro de 2012, que define os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultório na Rua por município;
- d) Resolução n° 2, de 27 de fevereiro de 2013, que define diretrizes e estratégias de orientação para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na População em Situação de Rua no âmbito do Sistema Único de Saúde (Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde da População em Situação de Rua – 2012 a 2015);
- e) Resolução N° 5, de 21 de novembro de 2012, que estabelece diretrizes para a organização de estratégias e ações por meio de planos operativos para implementação de ações em saúde para a População em Situação de Rua no âmbito do Sistema Único de Saúde;
- f) vale acrescentar, além das portarias e resoluções, a elaboração dos seguintes documentos: Manual Sobre o Cuidado à Saúde junto à População em Situação de Rua, Conselhos de Saúde: a responsabilidade do controle social democrático do SUS e, Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop.

Com relação aos consultórios na rua, as seguintes portarias organizam seu funcionamento: Portaria 1.238 de 06 de junho de 2014, que fixa o valor do incentivo de custeio referente às equipes de consultórios na rua nas diferentes modalidades; Portaria 1.029 de 20 de maio de 2014, que amplia o rol das categorias profissionais que podem compor as equipes de consultório na rua nas diferentes modalidades; Portaria 1.922 de 05 de setembro de 2013, que altera dispositivos que definiam diretrizes de organização e financiamento das equipes de consultório na rua; Portaria 2.488 de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas da Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde; e ainda as Portarias 122 e 123 referidas anteriormente.

2.6 O cenário atual e as perspectivas de mudanças

Apesar dos avanços no ordenamento da seguridade social brasileira, e considerando as políticas públicas em desenvolvimento, as pessoas que moram nas ruas das grandes cidades brasileiras encontram a todo momento o estigma da exclusão, as dificuldades em serem atendidas pelos serviços da saúde e da assistência social, a invisibilidade pública e o desprezo social. O quadro se agrava nas estações de inverno, ou mesmo nos abrigos, onde cidadãos pernoitam e

multiplicam doenças contagiosas. A violência física, por vezes, é retratada em alguns veículos de comunicação; poucos, pois nem mesmo as mídias, tão afeitas à exploração da miséria humana, costumam cobrir o drama da população em situação de rua.

Torna-se necessário, neste contexto, incrementar as políticas públicas que promovam a saúde e a assistência social, e que contribuam efetivamente para a dignidade e a melhoria das condições de vida das pessoas que permanecem nas ruas.

Vale considerar as seguintes ações:

- a) aumento da participação dos moradores em fóruns, encontros públicos, órgãos de representação da sociedade civil, bem como aumento da capacidade de pressão sobre os poderes executivos e legislativos, por parte não só dos moradores, mas de todos os segmentos envolvidos nas políticas voltadas para a população de rua;
- b) pactuação com diferentes setores do judiciário, com objetivo de aumentar a sensibilidade para a devida proteção dos moradores de rua;
- c) capacitação dos agentes do estado para o acolhimento e encaminhamento dos moradores de rua em todas as demandas da responsabilidade pública;
- d) inclusão dos temas acerca da população em situação de rua nos currículos do ensino superior e maior atuação das universidades na construção das políticas públicas;
- e) garantias dos direitos e do acesso à habitação, alimentação e escolarização;
- f) garantias para saída das ruas, bem como proteção para aqueles que nela permanecem, e; políticas de geração de emprego e renda, do mesmo modo como desenvolvimento de tecnologias que ajudem a população em situação de rua.

Não é sem tempo que o modo como tratamos quem está na rua espelha efetivamente o modo como somos e vivemos. A reversão do funcionamento de alguns pilares da sociedade brasileira é o mínimo quando se trata da criação de novas políticas e das melhoras na vida dos cidadãos.

2.7 Problematizações

No espaço deste artigo, as problematizações não têm a pretensão de serem exaustivas. Trata-se de levantar alguns problemas que definem os modos de efetivação das políticas públicas na construção de outros caminhos junto aos moradores de rua.

Problematização 1: como se dá o atendimento e o trabalho junto à população em situação de rua?

O problema do atendimento e do trabalho diz respeito às ferramentas, aos dispositivos, às formas de contato e às clínicas em jogo quando profissionais de diferentes áreas lidam com a

população de rua e na rua. Para uma avaliação, considera-se a importância de observar as seguintes questões: natureza do acolhimento, qualidade da escuta, espaços e locais dos encontros, temporalidades presentes em cada encontro, estratégias de aproximação e distanciamento, acompanhamento caso a caso nos âmbitos jurídicos, clínicos e sociais, e ainda, técnicas de trabalho oriundas de saberes estabelecidos, mas sobretudo criadas e desenvolvidas na aprendizagem quando lidamos com homens e mulheres da rua.

Problematização 2: como se dá a inclusão e a exclusão nos serviços que atendem à população em situação de rua?

Os serviços em rede estão aptos ao trabalho com a população em situação de rua? Utilizam-se serviços especializados voltados para este público, ou o princípio da universalidade é praticado nas cidades brasileiras? Os profissionais que trabalham na rede de acolhimento estão capacitados para tal? Reconhecem demandas básicas do cidadão, do banho à autoestima, dos pés mal tratados pelo caminhar permanente nas ruas aos problemas respiratórios decorridos das condições precárias? O sistema de segurança reconhece o morador de rua como cidadão?

Problematização 3: como se dá a relação estabelecida pela sociedade com a população em situação de rua?

Neste caso, é preciso investigar a relação do comércio com população em situação de rua. Da mesma forma, nas áreas residenciais, que tipo de convivência está estabelecida entre os que estão nas ruas e o que estão em casas, apartamentos e condomínios? Regiões escolhidas por moradores de rua, como rodoviária, pontes, viadutos, especialmente debaixo deles, praças, e outras tem garantido algum tipo de proteção? Se a invisibilidade é a tônica, não seria o caso de se desenvolver uma política das imagens que impacte as políticas públicas. Vale lembrar as experiências do “Rio de Janeiro Invisível” e do “São Paulo Invisível”, presentes na rede social do facebook, com objetivos de divulgar imagens e histórias das pessoas de rua.

Problematização 4: como se dá a formação de estudantes para lidar com a população em situação de rua?

Por último, mas não menos importante, colocamos em pauta a formação dos profissionais das áreas humanas e sociais para o trabalho com a população de rua: psicólogos, médicos, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, advogados, cientistas sociais, e outros. O grupo social dos moradores de rua é anterior à existência de universidades no país e a grande maioria dos currículos, projetos e cursos, passam longe da problemática em questão. Não é o caso de se perguntar por que

tamanho silêncio e inatividade quando se trata de profissões que tem no horizonte as práticas de cuidado?

3 CONCLUSÃO

As quatro problematizações elencadas acima indicam caminhos para um trabalho que possa trazer resultados no conjunto das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua. Em nossa experiência na cidade de Belo Horizonte, o quadro geral das respostas às questões acima ainda é bastante precário e insuficiente. Avançamos, mas a passos lentos; as situações de violência se repetem. A incapacidade de atender a população de rua nos leva a pensar que não há interesse, por parte do poder público, em responder às demandas. A sociedade ignora rotundamente, e a universidade faz de conta que o problema é pequeno e que não exige maiores esforços.

Conclui-se este percurso que se iniciou com apresentação da população em situação de rua, trouxe alguns pontos da Política Nacional para a População em Situação de Rua, em especial o olhar voltado para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS), chegando, por fim, ao cenário atual com um conjunto de quatro problematizações estratégicas para o cuidado e assistência aos moradores de rua: atendimento, inclusão, relação com a sociedade e formação profissional.

REFERÊNCIAS

- BOARETTO, Roberta Cristina. **Velhos à margem na margem das ruas**: a experiência de uma moradia provisória no município de São Paulo. Doutorado. Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2005.
- BORIN, Marisa do Espírito Santo. **Desigualdades e rupturas sociais na metrópole**: moradores de rua em São Paulo. Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC-SP, 2003.
- BOTTI, N. C. L. et al. Condições de saúde da população de rua da cidade de Belo Horizonte. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, 2009, v.1, n. 2, p. 162-76.
- BOTTI, N. C. L.; CASTRO, A. G.; FERREIRA, M.; SILVA, A. K.; OLIVEIRA, L. C.; CASTRO, A. C. H. O.; et al. Padrão de uso de álcool entre homens adultos em situação de rua de Belo Horizonte. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas**. (Ed. port.) v.6 especial, Ribeirão Preto, nov. 2010.
- BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009**, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009**. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Documento que tipifica os serviços sócioassistenciais em

âmbito nacional, dentre os quais os serviços destinados ao atendimento à População em Situação de Rua na Proteção Social Especial - PSE: Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional (que incluem adultos e famílias em situação de rua) e Serviço de Acolhimento em República (que inclui adultos em processo de saída das ruas). Disponível em

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem/arquivos/tipificacao-nacional.pdf/download>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Instrução operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC nº 07, de 22 de novembro de 2010** - reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADUNICO). Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/legislacao-1/instrucoes-operacionais/2010/IO,P20Conjunta,P20,P20_Senarc,P20e,P20SNAS_,P20-,P20Orientacoes,P20aos,P20municipios,P20e,P20ao,P20DF,P20para,P20a,P20inclusao,P20de,P20pessoas,P20em,P20situacao,P20de,P20rua,P20no,P20CadUnico.pdf.pagespeed.ce.ag9_IApi6d.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução da Comissão Intergestores Tripartite – CIT nº 7, de 07 de junho de 2010** - pactuou critérios de partilha de recursos do cofinanciamento federal para a Expansão dos Serviços Socioassistenciais 2010, com recursos advindos do Plano Integrado de Enfrentamento ao crack e outras Drogas (Decreto 7179, de 20 de maio de 2010). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cit0512abril2012.pdf/view>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010** – Dispõe sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade - PFMC, dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/sobreministerio/legislacao/assistenciasocial/portarias/2010/MDS%20Portaria%20no%20843%20de%2028%20de%20dezembro%20de%202010%20-Creas%20e%20Creas%20Pop-%20-%20Parte%20I.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 139, de 28 de junho de 2012** - Altera a Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o cofinanciamento federal, dos serviços ofertados pelos CREAS e Centros Pop e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.lex.com.br/legis_23463174_PORTARIA_N_139_DE_28_DE_JUNHO_DE_2012.aspx>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 940/GM/MS, 28 de abril de 2011**. Regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde (Sistema Cartão). Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 29 abr. 2011. Disponível em:

<http://conselho.saude.gov.br/legislacao/docs/portaria_940_cartaoSUS.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011**. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 26 jan. 2011. Disponível em:

<http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Portaria_122_Consultorio_na_Rua.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop**. Brasília, 2011.

Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/orientacoes-tecnicas-centro-de-referencia-especializado-para-populacao-em-situacao-de-rua-centro-pop-e-servico-especializado-para-pessoas-em-situacao-de-rua-1/05-caderno-centro-popfinal-dez.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 5, de 21 de novembro de 2012**. Estabelece diretrizes para a organização de estratégias e ações por meio de planos operativos para implementação de ações em saúde para a População em Situação de Rua no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2012/res0005_21_11_2012.html>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 123, de 25 de janeiro de 2012**. Define os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultório na Rua (eCR) por Município. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 26 jan. 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0123_25_01_2012.html>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção à Saúde. **Manual sobre o cuidado à Saúde junto a População em Situação de Rua**. Brasília, 2012.

Disponível em:

<http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 2, de 27 de fevereiro de 2013**. Define diretrizes e estratégias de orientação para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na População em Situação de Rua (PSR) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Plano Operativo para implementação de ações em Saúde da população em situação de rua – 2012 a 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, 28 fev. 2013. Disponível em: <<http://sintse.tse.jus.br/documentos/2013/Fev/28/resolucao-no-2-de-27-de-fevereiro-de-2013-define>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Conselho Nacional de Saúde. **Conselhos de Saúde: a responsabilidade do controle social democrático do SUS**.

Brasília, 2013. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/conselhos_saude_responsabilidade_controle_2edicao.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

FÓRUM DA POPULAÇÃO DE RUA DE BELO HORIZONTE. **A População de Rua** – Seminário sobre Políticas Públicas. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal / CESE / Caritas / Ceris / Crea-MG, 1998.

GEREMEK, Bronislaw. **Os Filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia 1400-1700**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAWAIA, Bader Burihan (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TERCEIRO CENSO DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E MIGRANTES DE BELO HORIZONTE. Disponível em:

<<file:///C:/Users/Bruno%20Vasconcelos/Downloads/censo%20pop%20rua%202014.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva et al. Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 7, n. 21, p. 556-605, dez. 2008.

Projeto PUC dá Alegria: humor e magia como complemento do cuidar

Fernanda Oliveira Monteiro³³
João Henrique Brandão Santos³⁴
Prof. Eduardo Carlos Tavares³⁵

RESUMO

Muito se tem dito de medidas ou cuidados paliativos na assistência a pacientes sem possibilidade de cura. No entanto, pode-se considerar que a abordagem paliativa deve ser indicada para todos os pacientes, independentemente da gravidade de sua doença, principalmente, mas não exclusivamente, em se tratando de crianças. Vários estudos têm demonstrado a eficácia da utilização da arte cênica, do humor e da magia como coadjuvantes da terapêutica tradicional. Como metodologia tem-se a participação de alunos extensionistas em hospitais, creches, lar de idosos e outros locais ou eventos, após cursos de capacitação de arte cênica, arte “clown” e arte mágica, para utilizar essas estratégias como adjuvantes nos cuidados terapêuticos tradicionais. O sucesso da ideia e da sua operacionalização ficou evidenciado pela divulgação em várias mídias com notícias elogiosas sobre o efeito benéfico que a visita dos monitores causava tanto nos pacientes quanto nas equipes de cuidadores. Os acompanhantes manifestaram gratidão pelas visitas, relatando que a internação do paciente tem sido difícil, ressaltando a importância dessas atividades, para amenizar esse processo. Isso é uma motivação para dar continuidade ao projeto e aproveitá-lo como fonte para a elaboração de projetos de pesquisa no próximo ano, consolidando, com evidências cientificamente comprovadas, o benefício dessa atividade extracurricular.

Palavras-chave: Cuidados integrais de saúde. Criança hospitalizada. Assistência hospitalar.

“O propósito do médico é divertir o paciente enquanto a doença segue o seu caminho”

Voltaire (1694-1778)

1 INTRODUÇÃO

Os cuidados na saúde, no passado, eram focados quase que exclusivamente, no diagnóstico e tratamento da doença, com pouco envolvimento nas relações humanas. Devido a esse enfoque, a área médica ficou conhecida por ter uma abordagem pouco “humanizada”, que, apesar de ter o contato direto, não cuidava do paciente de forma integralizada. Atualmente existe um movimento universal para estimular o cuidado integral, algumas vezes descrito como humanizado, que respeite o paciente em toda a sua complexidade.

Muito se tem dito de medidas ou cuidados paliativos. A maioria dos autores relaciona esse tipo de assistência a pacientes sem possibilidade de cura. A Organização Mundial de Saúde (WHO, no inglês) publicou seu primeiro conceito de cuidados paliativos, em 1990, como:

Cuidado ativo e total para pacientes cuja doença não é responsiva a tratamento de cura. O controle da dor, de outros sintomas e de problemas psicossociais e espirituais é primordial.

³³ Graduanda de Medicina da PUC Minas.

³⁴ Graduando de Medicina da PUC Minas.

³⁵ Orientador e professor Adjunto I do Departamento de Medicina da PUC Minas. Médico pediatra; mestre e doutor em Medicina, área de concentração pediatria pela UFMG. Professor adjunto aposentado da Faculdade de Medicina da UFMG e professor adjunto em atividade na Fumec. E-mail: eduardoctavares@gmail.com.

O objetivo do Cuidado Paliativo é proporcionar a melhor qualidade de vida possível para pacientes e familiares. (WHO, 1990)³⁶.

Esse conceito aponta para o cuidado paliativo como ações que seriam instituídas depois de esgotados os recursos dos cuidados terapêuticos tradicionais. Em 2002, a própria WHO, atualizou esse conceito para:

Cuidados Paliativos consistem na assistência promovida por uma equipe multidisciplinar, que objetiva a melhoria da qualidade de vida do paciente e seus familiares, diante de uma doença que ameace a vida, por meio da prevenção e alívio do sofrimento, da identificação precoce, avaliação impecável e tratamento de dor e demais sintomas físicos, sociais, psicológicos e espirituais (WHO, 2002).

Com a proposta clara de que os cuidados paliativos deveriam se iniciar logo que a doença tenha sido diagnosticada, complementando a terapia tradicional, mas ainda associados ao conceito de doença grave ou incurável.

A nossa proposta é quebrar esse paradigma e defender a ideia de que a abordagem paliativa deve ser indicada para todos os pacientes, independentemente da gravidade de sua doença, principalmente, mas não exclusivamente, em se tratando de crianças.

Com essa proposta, temos procurado, desde o ano de 2007, por meio de atividades de extensão universitária, incentivar alunos dos diversos cursos de ciências da saúde para que se tornem

comprometidos com a ideia de que cuidar da saúde não deve focar apenas o atendimento à doença com seus aspectos físicos e biológicos. É necessário ir além dos esforços para a manutenção da vida, objetivando também instaurar ou recuperar a saúde emocional, os laços afetivos e a alegria de viver, proporcionando uma melhor qualidade de vida, independentemente do quanto essa poderá durar (TAVARES, 2010, p.).

A fundamentação teórica desses projetos de extensão se baseia em extensa literatura científica e experiências prévias. Ao processo de trabalho em saúde estão incorporados diversos tipos de tecnologias: as “tecnologias duras” (equipamentos e medicamentos, por exemplo); as “tecnologias leve-duras” (os saberes científicos da clínica e da epidemiologia) e as “tecnologias leves” (tecnologias relacionais por meio das quais se produz o cuidado: escuta, vínculo, responsabilização), entre outras (MERHY, 2002). A valorização excessiva das tecnologias duras tem conduzido a um processo de desumanização do cuidado em saúde.

A partir dessa constatação ocorre um significativo movimento de produção de estratégias alternativas de humanização, ampliando a presença das tecnologias leves, a autonomia dos pacientes e a dimensão cuidadora do trabalho em saúde. No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), persegue-se a transformação da produção do cuidado em saúde pelo desenvolvimento de

³⁶ World Health Organization (1990) Cancer pain relief and palliative care. Report of a WHO Expert Committee, WHO, Geneva apud WHO, 2002.

estratégias que representam uma aposta ético-estético-política transformadora. É uma aposta ética porque envolve a atitude de pacientes, gestores e profissionais de saúde comprometidos e corresponsáveis. É estética porque se refere ao processo de produção em saúde e de subjetividades autônomas e protagonistas. E é política porque está associada à organização social e institucional das práticas de atenção e gestão na rede do SUS.

Uma das estratégias de humanização é a introdução do humor e da arte mágica nos cuidados de saúde, podendo ser citadas as experiências do Dr. Patch Adams, divulgadas em um filme com o título em português “O amor pode ser contagiante”; dos Doutores da Alegria, personagens de um recente documentário – “Doutores de Alegria: o filme” –; do Doutor Bartom Kamen (do Robert Wood Johnson Medical School), do grupo Magic Care e do mágico David Cooperfield (idealizador do *project magic*, que utiliza da arte mágica na reabilitação de pacientes com distúrbios físicos, psicossociais e do desenvolvimento).

Uma nova disciplina denominada Psiconeuroimunologia, que estuda a interação do estado emocional com a resposta imunológica, pode vir a esclarecer, com evidência científica, os efeitos benéficos da estratégia de introduzir o entretenimento e o humor como coadjuvantes do tratamento tradicional, na evolução das doenças. Maia (2002) defende a ideia de que o sistema imunológico sofre influência das características e dos estados psicológicos por meio da ativação do SNC, mudança comportamental e resposta hormonal, acarretando mudanças na susceptibilidade à doença.

Em geral, o ambiente hospitalar se torna bastante hostil aos olhos de uma criança quando ela é submetida a tratamentos médicos invasivos e dolorosos, promovendo um grande estresse emocional e psicológico e influenciando direta e negativamente na sua resposta imunológica. Intervenções terapêuticas, especialmente em se tratando de doenças graves ou crônicas, provocam mudanças radicais na vida da criança, sejam no plano social, emocional ou psicológico. Ela será transferida de um ambiente conhecido como sua casa e sua escola para outro até então desconhecido, que poderá desencadear uma sensação de estranheza e medo. Também o ciclo de amizades será modificado, compartilhando o seu cotidiano não mais com amigos, vizinhos e colegas de escola, mas com pessoas até então desconhecidas, como a equipe de saúde, colaboradores do hospital e outras crianças internadas.

Já e bem conhecida pelos pediatras a síndrome do hospitalismo (ESCARDO; GIBERTI, 1963; SPITZ, 1979), quando a insegurança e o medo tomam conta do lado emocional da criança no momento da internação, que se torna traumática, dificultando o trabalho da equipe de saúde. Isso motivou a busca de estratégias que permitissem às crianças uma melhor elaboração desse processo. Uma delas foi a introdução de atividades lúdicas e de compartilhamento emocional.

De acordo com estudo realizado por Watson e Pennebaker (1989), a possibilidade de se compartilhar os traumas tem um valor benéfico no estado de saúde dos indivíduos. Sendo assim, o

fato de um paciente, que por ventura esteja internado, ser estimulado a expressar e compartilhar suas emoções pode ser de grande ajuda para sua recuperação. França (1998, p.27) relatou que “o ambiente hospitalar torna-se mais informal e descontraído, o riso pode ser ouvido com maior frequência e objetos, sons, movimentos, cores, espaços e personagens podem se tornar brinquedos”. Posteriormente, Motta e Enumo (2004) relataram que, quando se dá à criança a oportunidade de brincar, ela se adapta melhor aos horários, confia mais nas pessoas que cuidam dela e recebem melhor as medicações, inclusive as injetáveis.

De acordo com Lambert (1999), o riso promove a liberação de endorfinas, que promovem o bem-estar geral, o que melhora a circulação e a pressão arterial e fortalece as defesas orgânicas. Para Masetti (1998), o sorriso é um aspecto importante para a recuperação física do paciente e está relacionado à energia para lidar emocionalmente com a doença e com a hospitalização. Nesse sentido, o humor surge como um importante recurso, permitindo que o indivíduo explore fatos que, por barreiras pessoais, não poderiam se revelar de forma aberta e consciente. O acesso ao humor e ao riso permite a liberação da energia investida no problema, que então pode ser utilizada em outros pontos importantes da recuperação física.

A introdução do humor e de atividades lúdicas além de promover um impacto dentro da saúde geral do paciente, também pode ser utilizada como auxílio para aprofundar na relação do profissional da saúde e o paciente, e ser uma forma de ajudar a explicar os procedimentos que serão realizados no tempo da internação para o paciente. Para as crianças, de maneira especial, isso pode ser uma forma de que ela compreenda os procedimentos e que estejam mais preparadas para enfrentar a situação aceitando as intervenções e reagindo melhor à internação. (MAIA; RIBEIRO; BORBA, 2008).

Nosso projeto de extensão universitária tem o objetivo de capacitar alunos dos diversos cursos universitários, dispostos a agregar aos seus conhecimentos técnico-científicos o treinamento nas artes mágicas, de teatro e da comédia, visando assim à complementação dos cuidados de saúde com tecnologias leves.

Como objetivos específicos, pode-se citar:

- a) Despertar no aluno a importância dos cuidados humanizados, associando o saber científico com o cuidar do emocional e do psicológico;
- b) Fazer uso da arte cênica, em especial o humor do palhaço, e a arte mágica como instrumentos complementares ao cuidado dos doentes;
- c) Contribuir para minimizar o efeito depressivo da internação;
- d) Contribuir para que os pacientes internados tenham recuperação mais efetiva, com redução do tempo de internação;

- e) Coletar dados sobre o impacto do método nos pacientes, cuidadores e colaboradores das instituições visitadas para posteriores publicações.

2 MÉTODOS

Inicialmente, alunos de diversos cursos da área da saúde foram convocados a se inscreverem nos programas voluntários de visitas a hospitais infantis de Belo Horizonte. Posteriormente, essa atividade foi formalizada em projetos de extensão universitária, sendo que o atual ocorre na PUC Minas, unidade de Betim. Para que isso fosse possível, foram realizadas oficinas de treinamento dos alunos extensionistas, com atividades teórico-práticas com profissionais na arte do teatro, na arte do palhaço e na arte mágica, para aprendizado e treinamento das técnicas de apresentação. Os extensionistas assumem o compromisso de pelo menos uma apresentação semanal, além de frequentar as oficinas de treinamento; rever a literatura especializada sobre a arte mágica e a arte do palhaço (“*clown*”), para contínuo aperfeiçoamento e participar de reuniões periódicas de avaliação com seus pares e com o coordenador do projeto, sem se descuidar do objetivo principal que é o cuidado em saúde da população alvo.

As equipes, em geral trios, são formadas de comum acordo entre os extensionistas e o coordenador e escaladas para visitar periodicamente hospitais, públicos ou privados, instituições de cuidados de idosos ou qualquer outra instituição, que aceitar e assinar a carta de anuência para participar junto ao projeto. As seguintes instituições já foram parceiras do projeto inicial e foram visitadas regularmente: Hospital Vila da Serra, Hospital Infantil São Camilo, Hospital da Baleia, Lar dos Idosos, Hospital Felício Rocho e Centro Geral de Pediatria (CGP). No projeto atual, continuamos com atividades rotineiras no Hospital Infantil São Camilo e Hospital Belo Horizonte e estamos fechando novas parcerias para o ano de 2016.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento, os extensionistas, com raras exceções, demonstraram grande envolvimento com o projeto, não havendo nenhum tipo de reclamação ou crítica dos gestores ou funcionários das instituições envolvidas. Poucas vezes houve quebra do compromisso da visita, todas elas justificadas. O maior fruto desse trabalho foi o despertar a atenção dos alunos para a importância da humanização nos cuidados de saúde, do valor do humor e da arte nesses cuidados e da eficácia dos cuidados paliativos, para a melhoria da qualidade de vida, principalmente nos pacientes com doenças crônicas, o que se concretizou com alguns trabalhos de conclusão de curso sobre o tema.

Extrapolando os objetivos iniciais do projeto, o grupo recebeu vários convites para apresentar sua experiência também em alguns eventos públicos ou institucionais: Dia do Idoso, na Praça da Assembleia; Ginástica Laboral, em parceria com a SLU; Semana Sipat; Semana dos cuidados paliativos; dia da Criança, no Hospital das Clínicas da UFMG e no CGP – FHEMIG; Festas Juninas do Hospital Felício Rocho e do Lar dos Idosos. Neste ano de 2015, houve a participação do novo grupo no Seminário Médico do Curso de Medicina e Seminário de Extensão, ambos da PUC Minas.

Houve ainda palestras, proferidas por convite ao coordenador do projeto, em eventos científicos como Simpósio Mineiro de Enfermagem e Farmácia em Oncologia (BH, 2011); IX Semana de Enfermagem – Universidade Estácio (BH, 2012), XII Congresso Brasileiro de Psico-oncologia / V Encontro Internacional de Cuidados Paliativos em oncologia (BH, 2013); Goiânia *Breast Cancer Symposium* (Goiânia, 2014); além de convites para palestras fora de eventos oficiais na Universidade FUMEC, durante a Semana Acadêmica; nas Faculdades de Medicina e de Enfermagem da UFMG; Ciências Médicas de Minas Gerais (FELUMA); Faculdade de Enfermagem do Izabela Hendrix; Colégio Santo Agostinho, Associação Médica de Minas Gerais, Hospital Mário Pena e Hospital Luxemburgo. Recentemente o coordenador foi personagem do programa *Persona* da TV UFMG³⁷, justamente por essa sua atividade extraclasse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sucesso da ideia e da sua operacionalização ficou evidenciado pela divulgação em várias mídias com notícias elogiosas sobre o efeito benéfico que a visita dos monitores causava tanto nos pacientes quanto nas equipes de cuidadores. Muitos dos acompanhantes manifestaram a gratidão pelas visitas, relatando como a internação do paciente tem sido difícil e como é importante atividades dessa natureza, para amenizar esse processo. Isso nos motiva a dar continuidade ao projeto e aproveitá-lo como fonte para a elaboração de projetos de pesquisa no próximo ano, consolidando, com evidências cientificamente comprovadas, o benefício dessa atividade extracurricular.

REFERÊNCIAS

ESCARDO, F.; GIBERTI, E. Sobre hospitalismo. **Revista Colomb. Ped. Pueric.**, v. 20, n. 3, p. 157-173, 1963.

FRANÇANI, G. M. et al. Prescrição do dia: infusão da alegria. Utilizando a arte como instrumento na assistência à criança hospitalizada. **Revista Latinoamericana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 5, p. 27-33, dez. 1998.

³⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=Wd87uBYXUcs>

- LANBERT, E. **A terapia do riso: a cura pela alegria**. São Paulo: Pensamento, 2014.
- LIMA, R. A. G. et al. A arte do teatro Clown no cuidado às crianças hospitalizadas. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo, v.43, n.1, p.186-193, mar. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342009000100024&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 23 set. 2015.
- MAIA, A. C. Emoções e sistema imunológico: um olhar sobre a psiconeuroimunologia. **Psicologia: teoria, investigação e prática**, n. 2, p. 207-225, 2002.
- MAIA, E. B. S; RIBEIRO C. A.; BORBA R. I. H. Brinquedo terapêutico: benefícios vivenciados por enfermeiras na prática assistencial à criança e família. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 39-46, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/5262/2996>>. Acesso em: 4 nov. 2015.
- MARQUES-DEAK, A.; STERNBERG, E. Psiconeuroimunologia: a relação entre o sistema nervoso central e o sistema imunológico. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 143-144, set. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462004000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 set. 2015.
- MASETTI, M. **Soluções de palhaços: transformações na realidade hospitalar**. São Paulo: Palas Athena, 1998.
- MERHY, E. E. **Saúde: a Cartografia do Trabalho Vivo**. São Paulo, Hucitec, 2002.
- MOTTA, B. A.; ENUMO, S. R. F. Brincar no Hospital: estratégia de enfrentamento da hospitalização infantil. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 9, n.1, p. 19-28, 2004.
- SOLOMON, G. F. Psychoneuroimmunology: interactions between central nervous system and immune system. **J. Neurosci Res**, v. 18, n. 1, p. 1-9, 1997.
- SPITZ, R. **The first year of life**. New York: International Universities Press.1965
- TAKEDA M. et al. Laughter and humor as complementary and alternative medicines for dementia patients. **BMC Complement Altern Med**, v. 10, n. 28, 2010.
- WATSON, D.; PENNEBAKER, J. W. Health Complaints, Stress, and Distress: Exploring the Central Role of Negative Affectivity. **Psychological Review**, Washington; v. 96, n. 2, 234-254, 1989. Disponível em: <<http://homepage.psy.utexas.edu/homepage/faculty/pennebaker/reprints/Watson%26P89.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2015

Rastreamento de indivíduos hipertensos no *campus* da PUC Betim

Aline Bonifácio Rodrigues de Oliveira³⁸
Eliza Lavall Bamberg³⁹
Fernanda Dutra Mansur⁴⁰
João Henrique Brandão Santos⁴¹
Julia Correa Lemos⁴²
Julia de Andrade Pinheiro⁴³
Lucas Amorim Braga⁴⁴
Prof.^a Sandra Miramar de Andrade Pinheiro⁴⁵

RESUMO

Os acadêmicos da PUC Minas Betim e extensionistas do projeto “Retratos do Cotidiano em Saúde” realizaram, em comemoração ao Dia Nacional de Combate à Hipertensão Arterial, uma atividade de levantamento da prevalência de hipertensão arterial e de ações de Universidade em Betim, MG. Os objetivos foram rastrear indivíduos hipertensos no campus da faculdade e fazer um levantamento da prevalência de HAS. Buscou-se ainda identificar o perfil populacional, dentre os abordados, no qual a HAS é mais prevalente e realizar ações de educação em saúde por meio da promoção de saúde e prevenção de doenças. Para tal atividade, os acadêmicos realizaram a aferição da pressão arterial e recolheram dados pessoais interessados que por ali circulassem, incluindo, principalmente, acadêmicos e funcionários da própria Universidade. Além disso, os extensionistas distribuíram cartilhas que continham informações gerais sobre a hipertensão, como diagnosticá-la, como se prevenir e como controlar um caso de hipertensão arterial já instalado. **Resultados:** Após a aferição dos dados e considerando a classificação do Consenso Brasileiro de Hipertensão Arterial do Ministério da Saúde (Hipertensão Arterial: PAS > 140 mmHg e PAD > 90 mmHg), com a ressalva de que o diagnóstico foi realizado com uma medida única, detectou-se que apenas quatro indivíduos (3,8%) dentre os 105 aferidos eram hipertensos. Dentre eles, dois indivíduos eram do sexo masculino e dois do sexo feminino, sendo que três deles (75%) apresentavam idade inferior a 22 anos. Por outro lado, 8 indivíduos (7,6%) afirmaram ser hipertensos e apenas 6 deles afirmaram tomar medicação para a doença. Por fim, 63 indivíduos (60%) afirmaram ter histórico familiar de HAS. **Conclusão:** A prevalência de HAS encontrada na amostra foi baixa (3,8%) quando comparada à média nacional que varia entre 22% e 44% para a população adulta (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2010), o que pode ser atribuído ao fato de a faixa etária predominante na população aferida ser de menos de 35 anos (76,2% da amostra). Por fim, como foi realizada uma aferição única e mais da metade da amostra afirmou ter histórico familiar de HAS, todos receberam uma cartilha informativa sobre a HAS e foram orientados e instruídos a acompanharem periodicamente os seus valores de pressão arterial.

Palavras-chave: Hipertensão arterial sistêmica. HAS. Rastreamento.

³⁸ Graduanda em Medicina na PUC Minas, unidade Betim. Extensionista do projeto Retratos do Cotidiano em Saúde. E-mail: alineboni2@hotmail.com.

³⁹ Graduanda em Medicina PUC Minas, unidade Betim. Extensionista do projeto Retratos do Cotidiano em Saúde. E-mail: lilavall@hotmail.com.

⁴⁰ Graduanda em Medicina na PUC Minas, unidade Betim. Extensionista do projeto Retratos do Cotidiano em Saúde. E-mail: fernandadmansur@yahoo.com.br.

⁴¹ Graduando em Medicina na PUC Minas, unidade Betim. Extensionista do projeto Retratos do Cotidiano em Saúde. E-mail: joahbrandaos@gmail.com.

⁴² Graduanda em Medicina na PUC Minas, unidade Betim. Extensionista do projeto Retratos do Cotidiano em Saúde. E-mail: julia_correa1@hotmail.com.

⁴³ Graduanda em Medicina na PUC Minas, unidade Betim. Extensionista do projeto Retratos do Cotidiano em Saúde. E-mail: juliaandradepinheiro@hotmail.com.

⁴⁴ Graduando em Medicina na PUC Minas, unidade Betim. Extensionista do projeto Retratos do Cotidiano em Saúde. E-mail: lucasamorim_braga@hotmail.com.

⁴⁵ Orientadora e professora Assistente IV do Curso de Enfermagem da PUC Minas, unidade Betim. Mestre em Enfermagem, Coordenadora do Projeto de Extensão Retratos do Cotidiano em Saúde. E-mail: sandra.miramar@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O momento atual na saúde pública se caracteriza por uma transição epidemiológica (Schamn et al., 2004) evidenciada por uma mudança nos padrões de adoecimento, de morte e de invalidez das pessoas. Até a década de 1940, o predomínio nas formas de adoecer vinculava-se às doenças transmissíveis e infectocontagiosas, sendo que, atualmente, as doenças crônicas e degenerativas apresentam o maior índice de morbimortalidade (OMS, 2013). Essas mudanças também impactam as condições demográficas, sociais, econômicas e, conseqüentemente, a conduta e a forma de viver dos indivíduos, tornando-se fator decisivo para a aquisição de novas doenças, tais como as enfermidades vasculares, o câncer, a obesidade, o tabagismo e o uso de álcool e outras drogas (Malvarez, 2007). A parcela da sociedade mais afetada por essas questões são as populações mais vulneráveis socioeconomicamente e isso se deve, entre outros fatores, à falta de informações sobre a forma de prevenir essas doenças e adquirir estratégias mais saudáveis em seus estilos de vida. Para a OMS (2013), a saúde pública precisa modificar o foco da cura para a prevenção, auxiliando na criação de comportamentos humanos mais saudáveis, de forma a buscar o empoderamento do indivíduo. Desta forma, o Projeto de Extensão “Retratos do Cotidiano em Saúde: a vigilância como elemento do desenvolvimento local” propõe-se a realizar ações educativas em saúde, focadas na promoção de saúde, prevenção das doenças, redução de danos e agravos. Propõe-se ainda a promover a qualidade de vida, articulando ações de vigilância ao cotidiano dos indivíduos na construção de ações sociais. Para cumprir as metas pactuadas, essas ações são realizadas nas datas previstas no calendário, as mesmas apontadas pelo Ministério da Saúde.

O público alvo do projeto é composto, majoritariamente, por adolescentes de uma Escola pública e outra privada no Município de Betim, em Minas Gerais, além da comunidade interna do campus universitário. Na atividade proposta para o “Dia Nacional de Combate à Hipertensão Arterial” realizou-se um seminário para a comunidade acadêmica, o qual foi composto por uma mesa redonda que abordava e discutia o tema, além de oficinas nas escolas atendidas, rodas de conversa e distribuição de cartilhas. Ademais, foi realizado um levantamento da prevalência de HAS no campo da PUC Minas em Betim, devido à necessidade de conhecer o padrão de adoecimento relacionado à HAS, enquanto outro grupo de alunos realizava ações de educação em saúde por meio de rodas de conversa, orientação e esclarecimento de dúvidas. Essas atividades propiciaram vivências capazes de corroborar a premissa de que as atividades de extensão constituem o momento fundamental para estabelecer o vínculo com a sociedade, com os grupos e com as Instituições, possibilitado pela troca de saberes, em que a academia interage com a comunidade, compartilhando saberes nas ações técnico-científicas e ações humanizadas, que é o compromisso social da Universidade (PINHEIRO, 2015). Nesse sentido, se fez necessário, para o

aperfeiçoamento das atividades, a aquisição de conhecimentos e de informações técnicas por parte dos extensionistas acerca da enfermidade em questão, bem como suas decorrências.

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma condição clínica multifatorial que se caracteriza por níveis elevados e sustentados da pressão arterial. Frequentemente, é associada a alterações funcionais e estruturais de órgãos-alvo, como coração, rins, encéfalo e vasos sanguíneos, além de alterações metabólicas que aumentam o risco de eventos cardiovasculares fatais e não fatais. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2010).

A HAS é considerada um dos mais importantes problemas de saúde pública no mundo, uma vez que tem alta prevalência e baixas taxa de controle. A prevalência no Brasil varia entre 22% e 44% para adultos (32% em média), chegando a mais de 50% para indivíduos com 60 a 69 anos e 75% em indivíduos com mais de 70 anos. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2010). Estima-se que há cerca de 17 milhões de brasileiros portadores de HAS, sendo que esse número é crescente e seu aparecimento está cada vez mais precoce. (BRASIL, 2006).

Segundo estudos populacionais realizados no Brasil, foram encontrados baixos níveis de controle da PA (19,6%). (ROSÁRIO et. Al., 2009) (JADIM et. al., 2007). Os principais fatores que determinam o baixo controle da HAS em relação aos níveis de controle considerados normais em protocolos mundiais são: curso assintomático da doença, o diagnóstico negligenciado e a baixa adesão ao tratamento pelo paciente. (BRASIL, 2006).

É importante ressaltar os fatores de risco para a HAS, como: idade, ingestão excessiva de sal, excesso de peso/ obesidade, ingestão de álcool, sedentarismo e fatores genéticos. Nesse contexto, as ações de prevenção primária da HAS se caracterizam por medidas medicamentosas e não medicamentosas. Dentre as medidas não medicamentosas destaca-se a adoção de hábitos saudáveis, tais como adquirir uma alimentação saudável, praticar regularmente exercícios físicos, consumir controladamente sódio e álcool, ingerir potássio e combater o sedentarismo e o tabagismo. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2010).

Além disso, a HAS é um dos principais fatores de risco modificáveis para doenças cardiovasculares. A mortalidade por doenças cardiovasculares aumenta progressivamente com a elevação da pressão arterial, a partir de 115/75 MMHG de forma linear, contínua e independente. No Brasil, as doenças cardiovasculares têm sido a principal causa de morte. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2010).

No ano de 2001, estima-se que 7,6 milhões de mortes no mundo são atribuídas à elevação da pressão arterial, sendo a maioria delas em países de baixo e médio desenvolvimento econômico e mais da metade em indivíduos entre 45 e 69 anos. (WILLIAMS, 2010). Nesse sentido, a HAS é causa direta de cardiopatia hipertensiva, além de ser fator de risco de doenças decorrentes de

trombose e aterosclerose, que se manifestam, predominantemente, por doença isquêmica cardíaca, cerebrovascular, vascular periférica e renal. (DUNCAN; SCHMIDT; GIUGLIANI, 2006).

Levando em consideração o desafio de promoção e prevenção da saúde na HAS, é de fundamental importância, principalmente na Atenção Básica, elaborar estratégias diversas individuais e também coletivas de atenção à saúde. Além disso, a adoção de uma equipe multiprofissional, que estabelece vínculos com a comunidade, pode contribuir significativamente para melhorar a qualidade da assistência à saúde prestada, com o objetivo de alcançar o controle adequado dos níveis pressóricos. (BRASIL, 2006).

2 MÉTODOS

As atividades foram desenvolvidas no hall de entrada da PUC Minas em Betim, na qual os extensionistas do projeto, vinculados aos cursos de Medicina e Enfermagem da PUC, realizaram a aferição da pressão arterial, a coleta dos dados antropométricos e, especialmente, fizeram um levantamento da prevalência de hipertensão arterial, além das ações de educação em saúde, distribuíram cartilhas com informações sobre a hipertensão, como diagnosticá-la, como prevenir e como controlar um caso de HAS já existente.

Essa atividade objetivou rastrear indivíduos hipertensos no campus da Universidade e fazer um levantamento da incidência de HAS, assim como identificar o perfil populacional, dentre os abordados, no qual a HAS é mais prevalente e, dessa forma, promover ações de educação em saúde por meio da promoção de saúde e prevenção de doenças para os perfis mais susceptíveis a desenvolverem esta patologia e orientações básicas para toda a amostra abordada pelo projeto.

Foram entrevistados 105 indivíduos, que tiveram a pressão aferida, sendo que essas aferições foram realizadas no membro superior direito, com o indivíduo em repouso na posição sentada com as costas apoiadas no encosto da cadeira e com ambos os pés apoiados no chão por pelo menos 5 minutos. O braço foi posicionado à altura do coração, sobre uma mesa de apoio, com a palma da mão voltada para cima. A parte inferior do manguito foi adequadamente situado a 2 cm da fossa cubital e o indivíduo foi instruído a não falar durante a aferição, a fim de evitar alterações na medida. Foram utilizados aparelhos de pressão aneróides (manuais).

3 RESULTADOS

Durante a atividade de aferição e rastreamento realizada pelos extensionistas, foi atingida uma amostra de 105 indivíduos que aleatoriamente passavam pelo campus da universidade durante a atividade e se voluntariaram para participar deste projeto. Os voluntários tinham o direito de participar parcialmente da aferição dos dados, podendo se negar a realizar alguma aferição ou a responder alguma pergunta que não os deixasse confortáveis.

A análise dos dados obtidos permitiu detalhar a amostra abordada (tabela 1). Dos 105 indivíduos, 41 (39%) eram do sexo masculino e 64 (61%) do sexo feminino. Além disso, houve um predomínio da faixa etária entre 21 e 30 anos (com 46 indivíduos – 44%) e da escolaridade com ensino superior incompleto (77 indivíduos – 73%).

Dentre os dados obtidos, relatou-se que 8 (7,6%) dos 105 indivíduos afirmaram ser hipertensos enquanto 97 negaram a doença. Dos 8 indivíduos que se afirmaram hipertensos, 6 afirmaram que tratam a doença e 2 negaram estarem em tratamento. No momento da aferição dos dados e considerando a classificação do Consenso Brasileiro de Hipertensão Arterial do Ministério da Saúde (Hipertensão Arterial: PAS>140 mm Hg e PAD>90 mmHg), com a ressalva de que o diagnóstico foi realizado com uma medida única, apenas 4 indivíduos (3,77%) dentre os 105 aferidos eram hipertensos. Dentre eles, dois indivíduos eram do sexo masculino e dois do sexo feminino, sendo que três deles (75%) apresentavam idade inferior a 22 anos.

Outro dado importante é que 66 (62,85%) indivíduos relataram que possuem histórico familiar de HAS, ou seja, possui algum parente de primeiro grau sabidamente hipertenso, o que é um importante fator de risco para o desenvolvimento da doença. Dentre a população da amostra, 11 (10,47%) indivíduos relataram ser tabagistas e 13 (12,38%) indivíduos relataram ingerirem bebidas alcoólicas.

Tabela 1 - Descrição da População

(continua)

Sexo (n)	
Masculino	41
Feminino	64
Faixa Etária (n)	
De 16 a 20 anos	29
De 21 a 30 anos	46
De 31 a 40 anos	10
De 41 a 50 anos	13
De 51 a 60 anos	04
De 61 a 70 anos	03
Escolaridade (n)	
Fundamental incompleto	02
Fundamental completo	01
Médio incompleto	03
Médio completo	15
Superior incompleto	77
Superior completo	04
Mestre	03
História Familiar de HAS (n)	
Sim	66
Não	38
Fumante (n)	
Sim	11
Não	94
Consumo de álcool (n)	
Sim	13
Não	91
Hipertensos (n)	
Afirmaram ser	08
Afirmaram não ser	97
Hipertensos em Tratamento (n)	
Em tratamento	06
Sem tratamento	02

	(conclusão)
Medida de Pressão Arterial (n)	
Superior ao limite	04
Inferior ao limite	97

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando a classificação da OMS que estabelece como ponto de corte para risco cardiovascular aumentado a medida de circunferência abdominal igual ou superior a 94 cm em homens e 80 cm em mulheres (DIRETRIZES BRASILEIRAS DE OBESIDADE, 2010), dos 70 indivíduos da amostra que tiveram a sua circunferência abdominal medida, 34 (48,57%) apresentaram valores superiores a este limite, sendo 9 homens e 25 mulheres.

Segundo a Sociedade Brasileira de Diabetes (CONSENSO BRASILEIRO SOBRE DIABETES, 2010), o valor de corte de uma medida de glicemia casual para o diagnóstico de *diabetes mellitus* deve ser superior a 200 mg/dL. Considerando esses valores, nenhum dos 88 indivíduos que tiveram a sua glicemia aferida apresentou valor igual ou superior a esse corte.

4 DISCUSSÃO

A prevalência de HAS encontrada na amostra foi baixa (3,77%) quando comparada à média nacional que varia entre 22% e 44% para a população adulta (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2010), o que pode ser atribuído ao fato de a faixa etária predominante na população aferida ser de menos de 35 anos (74,52% da amostra). A mesma justificativa pode ser atribuída, ainda, à baixa prevalência de indivíduos que se declararam hipertensos (7,6%), também inferiores à média nacional para a população adulta, e para a ausência de indivíduos com glicemia casual superior à 200mg/dL, que os enquadraria no diagnóstico de diabetes.

A alta incidência de indivíduos que afirmaram possuir história familiar de HAS (62,85%), por outro lado, é um dado que merece ser mais bem abordado, uma vez que o caráter hereditário aparece em 74% dos sujeitos que possuem a doença (BARRETO FILHO e KRIEGER 2003), sendo que, dos fatores envolvidos na fisiopatogênese da hipertensão arterial, um terço deles pode ser atribuído a fatores genéticos, citando como exemplo o sistema regulador da pressão arterial e a sensibilidade ao sal. Dessa forma, considerando-se que outro fator de risco para o aparecimento da HAS é o envelhecimento (BRASIL, 2001), e que a maioria da amostra deste projeto era constituída de jovens, pode-se inferir que muitos destes indivíduos possuem, ainda, um risco de serem acometidos futuramente pela doença.

A idade e a hereditariedade são consideradas fatores de risco não modificáveis (SILVA E SOUZA, 2004). Dessa forma, a HAS deve ser prevenida por meio de alterações nos fatores de risco modificáveis, dentre eles principalmente o tabagismo, o etilismo, o sedentarismo, a obesidade e os maus hábitos alimentares. Vale ressaltar, assim, que embora a incidência de pessoas que relataram

tabagismo e ingestão de bebidas alcoólicas na amostra abordada tenha sido pequena (10,47% e 12,38%, respectivamente), pode ter ocorrido nessa situação um viés de prevaricação no qual os indivíduos da amostra se sentem constrangidos de relatarem hábitos de vida considerados insalubres perante estudantes da área da saúde. Os voluntários foram, então, incentivados a alterar os fatores de risco modificáveis, por meio de orientações dos extensionistas e da cartilha (anexo 1) entregue a cada um deles, que estimulava hábitos de vida mais saudáveis.

É conhecido, ainda, que a obesidade central, definida como a concentração de gordura na região abdominal, é um índice que apresenta uma maior sensibilidade preditiva para doenças cardiovasculares e agravos à saúde, dentre eles a HAS (ASHWELL, 2009). Sendo a obesidade abdominal definida, segundo a OMS, pela circunferência da cintura ≥ 94 cm nos homens e ≥ 80 cm nas mulheres, a incidência de obesidade abdominal encontrada na amostra foi de 34 (48,57%) indivíduos. A prevalência para o sexo masculino foi de 25,71%, considerando-se apenas os homens que tiveram a sua circunferência abdominal aferida, e para o sexo feminino foi de 43,85%, considerando-se apenas as mulheres que tiveram a sua circunferência abdominal aferida.

Segundo um estudo transversal realizado em uma amostra de 344 pacientes com idade superior a 18 anos e que estimou a prevalência de obesidade abdominal em Goiânia - GO, foi encontrada uma prevalência de 44,77% com prevalência superior nas mulheres (55,71%) do que nos homens (37,25%) (FREITAS et. al., 2013). Dessa forma, os valores encontrados para a prevalência de obesidade abdominal na amostra atendida pelos extensionistas foram semelhantes aos encontrados pelo estudo transversal acima citado. A elevada prevalência de obesidade abdominal encontrada é preocupante, uma vez que a concentração excessiva de gordura na região abdominal relaciona-se com diversas disfunções metabólicas e está associada ao maior risco de morbidade e mortalidade decorrentes da doença aterosclerótica e de suas consequências, como a doença arterial coronariana. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2007).

5 CONCLUSÃO

Como foi realizada uma aferição única e mais da metade da amostra afirmou ter histórico familiar de HAS, todos os indivíduos da amostra receberam uma cartilha informativa sobre a HAS e foram orientados e instruídos a acompanharem periodicamente os seus valores de pressão arterial.

Evidenciou-se que o presente estudo buscou atender a alguns objetivos do projeto de extensão, dentre eles o desenvolvimento de ações inter e multidisciplinares, visto que essas ampliam a visão de mundo e desenvolvem o respeito e ações integralizadas. Os extensionistas dos cursos envolvidos com o projeto têm experienciado essas possibilidades, especialmente na ação proposta.

Verificou-se também que, a partir do levantamento da prevalência da HAS, foi possível identificar o perfil da população em relação ao sedentarismo, níveis de colesterol, pressão arterial sistêmica, entre outros fatores e assim estabelecer uma proposta de ações educativas em saúde no campus da Universidade, focadas especialmente nos fatores de risco mais prevalentes e que podem ser transformados.

Por meio da articulação de ações sociais de promoção de saúde e ações de vigilância do cotidiano dos indivíduos, focou-se nos fatores de risco modificáveis para que fossem substituídos por hábitos de vida mais saudáveis.

Por fim, o desenvolvimento de ações coordenadas pela atenção básica é o principal meio de prevenir e controlar doenças crônicas como a HAS, conforme preconizado pelas Políticas Públicas por meio de ações contínuas, integralizadas e que buscam a longitudinalidade do cuidado em saúde. Ademais, é necessário destacar a promoção de hábitos de vida saudáveis como ação de prevenção às doenças crônicas. Uma vez que a execução de ações para enfrentamento dos fatores de risco e, prioritariamente, o fortalecimento do conhecimento do usuário sobre suas doenças e a ampliação da sua capacidade de autocuidado e autonomia, afirma-se que essas ações são essenciais para o alcance de uma efetiva promoção de saúde coletiva.

REFERÊNCIAS

- ASHWELL M. Obesity risk: importance of the waist-to-height ratio. **Nursing Standard**, v. 23, n. 41, p. 49-54, 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA (ABESO). **Diretrizes Brasileiras de Obesidade**. 3. ed. Itapevi, São Paulo: AC Farmacêutica, 2009.
- BARRETO FILHO, J. A. S; KRIEGER, J. E. Genética e hipertensão arterial: conhecimento aplicado à prática clínica. **Revista Sociedade Brasileira de Cardiologia Estado de São Paulo**, v.13, n.1, p. 46-55, 2003.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: Hipertensão Arterial Sistêmica. **Caderno de Atenção Básica**, n. 37: Brasília, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Hipertensão Arterial Sistêmica. **Caderno de Atenção Básica**, n. 15, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. III Consenso Brasileiro De Hipertensão Arterial. **Hipertensão Arterial: diagnóstico e classificação**. Brasília (DF), 2001. Capítulo I. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/bvs/publicacoes/III_consenso_bras_hip_arterial.pdf>.
- DUNCAN, B.; SCHMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. R. J. **Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseada em evidências**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FREITAS ATVS, VAZ IMF, FERRAZ S.F, PEIXOTO MRG, CAMPOS MIVM, NSF(in memorian). Prevalence and associated factors with abdominal obesity in hemodialysis patients in Goiânia - GO. **Jornal Brasileiro de Nefrologia**, v. 35, n. 4, p. 265-272, 2013.

- Jardim PCV, Peixoto MR, Monego E, Moreira H, Vitorino PVO, Souza WSBS, Scala LCN. Hipertensão arterial e alguns fatores de risco em uma capital brasileira. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 88, n. 4, p. 452–457, 2007.
- MALVAREZ, S. El Reto de Cuidar em um mundo globalizado. **Texte & Contexto**, v.16, n. 3, Florianópolis jul./set. 2007.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Campanhas Mundial de Salud Pública**. Disponível em: <<http://www.who.int/campaigns/world-health-day/2013/es/>>. Acesso em: 27 nov. 2014.
- PINHEIRO, Sandra Miramar de Andrade. **Retratos do Cotidiano em Saúde: a vigilância como elemento de desenvolvimento local**. Betim, 2015.
- Rosário TM, Scala LCNS, França GVA, Pereira MRG, Jardim PCBV. Prevalência, controle e tratamento da hipertensão arterial sistêmica em Nobres, MT. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 93, n. 6, p. 672–678, 2009.
- SILVA, Jorge Luís Lima; SOUZA, Solange Lourdes de. Fatores de risco para hipertensão arterial sistêmica versus estilo de vida docente. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 06, n. 03, 2004. Disponível em: <www.fen.ufg.br>.
- Sociedade Brasileira de Cardiologia / Sociedade Brasileira de Hipertensão / Sociedade Brasileira de Nefrologia. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 95 (1 supl.1), n. 1-51, p. 1-3, 2010.
- WILLIAMS, B. The year in hypertension. **Journal of the American College of Cardiology**, New York, v. 55, n. 1, p. 66-73, 2010.

**I Mostra
de Extensão da
PUC Minas**



I Mostra de Extensão da PUC Minas

Prof.^a Doris Sanabio⁴⁶

Prof.^a Ev' Ângela Batista Rodrigues de Barros⁴⁷

Com o principal objetivo de promover o diálogo e a troca de experiências entre os atores envolvidos na atividade Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) realizou, no dia 13 de maio de 2016, a I Mostra de Extensão da PUC Minas. O evento buscou ainda dar visibilidade às atividades extensionistas de forma que comunidade acadêmica tivesse a oportunidade de adquirir conhecimento sobre as ações desenvolvidas na Universidade.

Com uma organização muito complexa, este evento, que se deseja consolidar na Universidade, constitui-se de quatro etapas distintas. A primeira refere-se à submissão dos resumos expandidos dos trabalhos decorrentes da execução das diversas modalidades de Extensão – projetos, programas e práticas curriculares. A segunda consistiu na própria realização do evento, a partir da distribuição dos trabalhos aprovados, considerando-se a temática e o atendimento a critérios relevantes da Extensão na PUC Minas – indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão; interdisciplinaridade; impacto na formação do estudante; produção e democratização de conhecimento científico e vinculação com áreas de conhecimento adotadas pela universidade. Os trabalhos aprovados foram distribuídos de modo a colocar em cada sala de apresentação atores de diversos núcleos e *campi* da PUC. A terceira ocorreu com a submissão de artigos acadêmico-científicos completos, com os quais, em adição ao conjunto de trabalhos selecionados no X Seminário de Extensão, constituiu-se a quarta e última etapa, qual seja o lançamento do *e-book*: EXTENSÃO PUC MINAS: Conexão de conhecimentos, saberes e realidades.

A realização de uma Mostra de Extensão era uma ideia que o Pró-Reitor Wanderley Chieppe Felipe vinha amadurecendo e que, no ano de 2016, tomou forma graças ao empenho de uma equipe bem sintonizada formada pelos professores Ana Teresa Britto, Arthur Parreiras, Doris Sanabio, Ev' Ângela Barros e a funcionária Camila Mendes, contando com o grande apoio de toda a Rede PROEX.

Felippe (2016) ressalta que a Mostra é uma oportunidade de fazer circular as produções acadêmicas feitas a partir das intervenções promovidas pela Extensão na sociedade. “Mais do que

⁴⁶ Professora especialista da Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas e coordenadora dos cursos de Extensão na PROEX.

⁴⁷ Professora Adjunto IV do Departamento de Letras - ICH da PUC Minas, com doutorado em Estudos Lingüísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora dos Cursos de Especialização Lato sensu Revisão de Textos e Ensino de Língua Portuguesa (IEC). Coordenadora Adjunta do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros (CESPUC) da PUC. Coordenadora de Publicações da Proex. Coordenadora da Escola Integrada no ICA/PROEX. Coordenadora de Gestão de Processos do PIBID.

divulgação, é uma forma de democratização do conhecimento na Universidade”. (FELIPPE, 2016, informação verbal)⁴⁸. Os desafios foram muitos, a começar pela transformação de uma ideia em realidade. Cada etapa desencadeou uma série intensa de ações. Após pesquisas e reuniões sistemáticas de planejamento, a Comissão Organizadora apresentou a proposta de edital que atenderia ao propósito da I Mostra para os coordenadores dos Núcleos Temáticos e aos coordenadores de Extensão dos Institutos e unidades / *campi*, solicitando ajuda na divulgação e na articulação do público alvo. É muito interessante perceber, no que tange à elaboração do edital que, embora tenha sido discutido exaustivamente, buscando tornar claras as orientações e dirimir possíveis pontos de dúvidas, surgiram alguns poucos questionamentos que serão considerados e os ajustes incorporados no edital da próxima edição da mostra, prevista para 2017.

A opção de utilizar submissão dos resumos em formulário *on-line* da *jotform.com* facilitou bastante o processo organização e recepção dos resumos expandidos. Das 152 inscrições, ocorreram apenas 2 problemas relativos ao envio dos formulários, uma vez que os autores não seguiram as orientações fielmente. Do total de submissões, 42 foram desclassificadas, por motivos variados: repetição de envio, fuga aos critérios do edital (que estabelece o tamanho limite do texto), desobediência a outros aspectos formais do resumo expandido, ou a inscrição de trabalho externo à PUC Minas. De acordo com as estatísticas, todas as unidades/*campi* estiveram representados na Mostra, assim como 64% de todos os cursos da Universidade (graduação e graduação tecnológica), além da participação de 2 programas de pós-graduação.

Outra parte importante nesta etapa da organização do evento foi a formação do grupo de pareceristas, cuja composição deu-se por indicação de professores pelos Núcleos Temáticos, além de alguns convidados. A Comissão contou com 22 pareceristas que aprovaram 90 trabalhos. Do total de resumos aprovados, por razões de espaço físico, aqueles que obtiveram as 60 maiores pontuações foram selecionados para a apresentação oral da Mostra. O quadro 1 relaciona os trabalhos selecionados com as respectivas autorias

QUADRO 1 – Produções acadêmicas selecionadas para apresentação oral na I Mostra de Extensão

(continua)

	TÍTULO (por ordem alfabética)	AUTORIA	UNIDADE /CAMPUS
1.	A extensão universitária na formação profissional do enfermeiro: um relato de experiência	Carolina Vitória Figueiredo, Cristiane de Fátima Araújo Lopes e prof. ^a Ana Aparecida Savioli	Barreiro
2.	A importância das parcerias na gestão de atividades de extensão universitária: a experiência da PUC Minas em Contagem	Januza Caroline Gonçalves Correia e prof. ^a Gláucia Pinheiro da Silva	Contagem
3.	A importância de uma Educação Básica pautada nos Direitos Fundamentais para a construção da cidadania no Estado Democrático de Direito: uma experiência a partir das práticas extensionistas em escolas públicas.	Fransuelen Geremias Silva, Luiz Felipe Vieira Trancoso e prof. ^a Luciana Pereira Queiroz Pimenta Ferreira	Contagem
4.	A incubadora universitária como instrumento de desenvolvimento econômico, ambiental e social.	Prof. Osvaldo Maurício de Oliveira	Betim
5.	A necessidade jurídica do consentimento dos povos e comunidade/campis tradicionais para a implantação de empreendimentos minerários no interior de seus territórios	Prof. Matheus de Mendonça Gonçalves Leite	Serro

⁴⁸ Entrevista com o Pró-reitor de Extensão da PUC Minas, em 8 ago. 2016.

(continuação)

	TÍTULO (por ordem alfabética)	AUTORIA	UNIDADE /CAMPUS
6.	A relevância do terceiro setor na construção do Estado Democrático de Direito	Ludmila Souza Britto, Wagner Vinicius de Oliveira e prof. Otaviano Francisco Neves	Barreiro
7.	A Universidade na execução penal	João Lucas Rodrigues Rocha, José Novais Evangelista Filho, Vanessa de Sousa Soares, Yago Meira e Silva, prof.ª Flávia Ávila Penido e prof.ª Klélia Canabrava Aleixo	Coração Eucarístico
8.	Abordagem multidisciplinar em Oncologia: múltiplos olhares em prol da qualidade de vida	Edson Durante Oliveira, Patrícia Barbosa Batiston, Taina Carolina de Lima Braz e prof.ª Marina Aparecida Gonçalves Pereira	Poços de Caldas
9.	Adolescência saudável	Cristovão Felipe de Assis Vasconcelos, José Rodolpho Schultz Diniz, Laiane Cristine Silva, Maria Fernanda Mendes Moreno Souza, Mariana Pereira, Patrícia Rosolen Serra, Sophia Campos Batista e prof.ª Sônia Maria Alves de Paiva	Poços de Caldas
10.	Análise das principais motivações que levam idosos a participarem do projeto PUC Mais Idade em Arcos-MG	Bruna Bastos, Grazielle Carvalho, Letícia Luiza Ferreira, Lunara Valeriano e prof.ª Késia Aparecida Teixeira Silva	Arcos
11.	Audiodescrição da exposição dos ofícios do transporte de tropas e tropeiros do Museu de Artes e Ofícios	Maria Alaíde de Oliveira Castro, Renata Marques da Silva, Rosária Francisca Pereira, Thiago Tadeu Mendes, Yasmin Caroline de Souza Araújo, Prof.ª Carla Ferretti Santiago, Prof.ª Celisa Carolina Álvares Marinho, prof.ª Jacyra Antunes Parreira e prof.ª Paula Branco Moraes	Coração Eucarístico
12.	Campanha de prevenção câncer de mama e próstata. Falando do câncer: Outubro Rosa e Novembro Azul	Lais Silva Ferreira, Taynara Krauss de Oliveira Borba, prof.ª Delcia Barbosa de Vasconcelos Adami, prof.ª Marina Aparecida Gonçalves Pereira	Poços de Caldas
13.	Canteiro em obras: experiências e práticas na Extensão	Júlia Maranhão Ferreira, Luiza Moreira Soares e prof. Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt	Coração Eucarístico
14.	Construção participativa: teoria e prática	Glaucon Durães, Ludivanelem Silva, Micaella Mendes, prof. Ricardo Ferreira Ribeiro e prof.ª Juliana de Lima Passos Rezende e prof. Denise Pirani	Betim
15.	Convergência dos conhecimentos teóricos para a prática no canteiro de obras: visitas técnicas às obras do centro de espiritualidade da PUC Minas, unidade/campi Barreiro	Fernando Júnior Resende Mascarenhas, Jennifer Alves de Lana, prof. Everaldo Bonaldo e prof.ª Juliana Torres de Oliveira Bonaldo	Barreiro
16.	Cooperação, adesão e mobilidade social	Alice Amâncio Caetano, Emmanuele Araújo da Silveira, prof. Flávio Constantino Barbosa e prof. Jefferson Pinto Batista	Coração Eucarístico
17.	Democratização do acesso à informação: Educação Fiscal por meio de orientações sobre o imposto de renda de pessoa física	Prof.ª Fátima Maria Penido Drumond e prof.ª Lúcia Helena Ciccarini Nunes	Coração Eucarístico
18.	Desenvolvimento do aplicativo Guia de Profissões Ponto Jovem	Pablo Stéfano Fonseca Santos e prof.ª Adriane Maria Arantes de Carvalho	Coração Eucarístico
19.	Educação ambiental no gerenciamento de resíduos de serviço da Saúde na PUC Minas em Betim	Jane Almeida Bernardo, Gabriela Rodrigues Melo, Ludivanelem Aparecida da Silva, prof. Eugênio Batista Leite	Betim
20.	Educação financeira para jovens	Maria Luiza Sousa Araújo, prof. Flávio Constantino Barbosa e prof. Jefferson Pinto Batista	Coração Eucarístico
21.	Emancipação para quem? Discutindo educação jurídica emancipatória e extensão universitária através do Projeto Laços	Bárbara dos Santos Choucair, Juliana França Marques Lemos, Samira Haddad Campos Andrade, prof.ª Fernanda Simplício Cardoso	Coração Eucarístico
22.	Envelheci, e agora?	Daniel Caldas Ferreira e prof.ª Maria Cristina Ribeiro Pires Williams	Poços de Caldas
23.	Extensão universitária e cidadania: a experiência do Projeto Laços	Dandara Ananda Leal Laia, Yago Brettas Veloso e prof.ª Fernanda Simplício Cardoso	Coração Eucarístico
24.	Extensão universitária e formação profissional na visão do extensionista da área da Saúde	Ana Paula Soares Pereira de Matos, Elisângela Lins Cardoso, Maria Isabel de Oliveira e Britto Villalobos e prof.ª Ana Teresa Brandão de Oliveira e Britto	Coração Eucarístico
25.	Feira de Ensino: as Práticas Curriculares de Extensão como ferramentas de transposição didática	Ludivanelem Aparecida da Silva, Marina Coimbra Swerts, prof.ª Juliana de Lima Passos Rezende e prof.ª Luciana Barreto Nascimento	Betim
26.	Implantação de um programa de exercícios no condicionamento físico, perfil metabólico e pressão arterial dos recuperandos do Projeto APAC.	Ingrat Padilha Monteiro, Jefferson Gonçalves Hosken, Marina Mercedes, Nathália Brito Lima, Prof.ª Patrícia Dayrell Neiva e Prof.ª Roberta Berbert Lopes	Coração Eucarístico
27.	Juizado de conciliação: uma cultura de paz	Prof.ª Glays de Fátima Silva Guerra	Betim
28.	Locus de controle de saúde em idosos participantes do PUC Mais Idade/Unai-Betim: experiência a partir de uma prática curricular de extensão	Ana Paula Martins das Chagas, Daiana Cristina Pereira Lana, prof.ª Cláudia Venturini e prof.ª Tatiana Barral Teixeira de Lacerda	Betim
29.	Mobilização para o controle da larva <i>migrans cutânea</i> (LMC) no município de Betim	Ludivanelem Aparecida da Silva, Marina Coimbra Swerts, Poliana Lúcio de Miranda, Sabrina Aparecida Tadim Santana e prof.ª Alessandra Pereira Simonini Gomes	Betim
30.	Monitorização da composição corporal da comunidade/campi universitária: uma proposta de concretização de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão	Isabela Cristina de Sousa Miranda, Mariana Bianchetti, Saint Yves, Paloma Skarlet Teixeira dos Reis, Rafael Campos Batista, Roberta Kênia da Silva Mendes, Sara Reinert Martins e prof.ª Tatiana Teixeira Barral de Lacerda	Betim
31.	Museu, memória e Extensão Universitária	Prof.ª Carla Ferretti Santiago	Coração Eucarístico
32.	O direito de se comunicar: recontando momentos a partir das oficinas do projeto PUC Mais Idade São Gabriel	Flávia Luiza Lana, Lucas Rodrigues Coelho, prof.ª Érica Silva Fróis e prof.ª Jane Carmelita das Dores Garandy de Arruda Barroso	São Gabriel

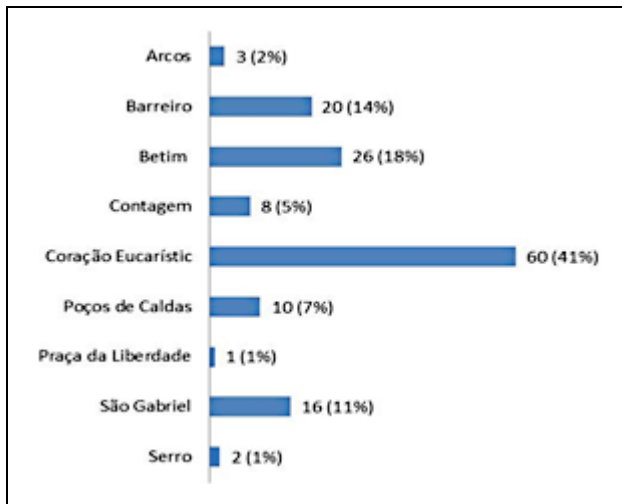
(conclusão)

	TÍTULO (por ordem alfabética)	AUTORIA	UNIDADE /CAMPUS
33.	O papel das comunidades/campis de prática na produção de identidade: um estudo etnográfico em comunidade/campi quilombola do Norte de Minas Gerais	Tiago Henrique Brandão Rocha e prof. Pedro Augusto Xavier de Assis	São Gabriel
34.	O trabalho extensionista como agente transformador do estudante de Engenharia Elétrica	Prof.ª Viviane Reis de Carvalho	Contagem
35.	Oficina de leitura	Ana Caroline Evangelista, Ana Laura M. Apolinário, Beatriz Casadei Sanches, Bruna Cristina Barbosa, Carlos Eduardo R. Bento, Carola Silva Ferreira, Gleiciane Teodoro, Laís Moreira, Marina Marteli Menezes, Rafaela T. Ferraz e prof.ª Regiane de Souza Quinteiro	Poços de Caldas
36.	Os documentos imprescindíveis para o exercício dos direitos previdenciários dos agricultores familiares e camponeses protegidos pelo regime geral de Previdência Social	Prof. Matheus de Mendonça Gonçalves Leite	Serro
37.	Prática extensionista como ferramenta da articulação ensino-pesquisa-extensão	Amanda Caroline Barbosa de Oliveira, Daniela Faleiro de Oliveira, Dayane Isabelle Pereira Gonçalves, Márcia Lopes dos Santos, Naiara Cristina de Souza, Natália Ermelinda Ramos e prof.ª Tatiana Teixeira Barral de Lacerda	Betim
38.	Práticas curriculares de extensão: inovação nas modalidades	Prof.ª Karina Fideles Filgueiras	Coração Eucarístico
39.	Presença de sintomas depressivos em participantes do programa de extensão PUC Mais Idade	Daiana Assis Faria, Mônica da Silva Ferreira e prof.ª Tatiana Teixeira Barral de Lacerda	Betim
40.	Prevalência de <i>rhypicephalus (boophilus) microplus</i> e <i>dermatobia hominis</i> em bovinos no assentamento rural 2 de julho em Vianópolis, Betim	Ana Flávia de Oliveira Costa, Josiane Clara Ribeiro, Meyrelluce Miranda Silva e prof.ª Alessandra Pereira Simonini Gomes	Betim
41.	Processo de usucapião extraordinária no bairro Pilar, em Belo Horizonte	Stela Jeunon Ferreira Marinho, Stella Carvalho Lopes, Raphaela Augusta Menezes de Oliveira e prof. Ayrton Hugo de Andrade e Santos	Coração Eucarístico
42.	Produção artística/cultural do Projeto Arte na Beira Linha: fotografia, grafite e Cia.	Prof.ª Marta Cristina Pereira Neves	São Gabriel
43.	Produção audiovisual: Diálogos	Prof.ª Luciana Fagundes da Silveira	São Gabriel
44.	Projeto de extensão como possibilidade de formação para além da sala de aula	Brenda Assunção Oliveira, Gilnane Oliveira da Silva Moreira, Thayrinne Fernanda Soares e prof.ª Karina Fideles Filgueiras	Coração Eucarístico
45.	Projeto de Extensão Vila Fátima: análise sobre as oficinas ofertadas aos jovens da região e seus impactos	Tiago Leão Barbosa, Prof. José Milton Santos e Prof.ª Luciana Fagundes da Silveira	São Gabriel
46.	Projeto Inter-redes PUC Minas no Barreiro: instrumento de transformação e empoderamento social	Fabiano de Sousa Oliveira, Maria Carolina Parreiras Gonçalves Peixoto, prof.ª Carolina Costa Resende e prof.ª Dilma da Silva	Barreiro
47.	Projeto lições da terra: metodologias participativas nos estudos ambientais	Ludivanelem Aparecida da Silva e prof.ª Juliana de Lima Passos Rezende	Betim
48.	Projeto qualidade de vida para todos: uma formação acadêmica multidisciplinar na graduação	Kelen Amadeu Vicente Cecotti, Larissa de Oliveira e Silva e prof.ª Cláudia Barsand de Leucas	Coração Eucarístico
49.	Psicologia social, mediação de conflitos e inter/transdisciplinaridade	Amanda Luisa Soares, Darciane Helena de Souza, Eva Aline Pedroso de Almeida Oliveira, João Macedo Cambraia, Leandro Junqueira Pedrosa, Livia Marina de Oliveira Cerqueira, Luana Tatiane Lima Rodrigues Soares, Nayene Ludmila Gonçalves Sella, Stephanie de Cunha Calmon, prof.ª Maria Zoé Rios da Fonseca e prof. Rubens Ferreira do Nascimento	São Gabriel
50.	Reflexão e intervenção na construção da autonomia: relato de experiências do Programa Espaço Dignidade e Cidadania	Silvinha Neves Pereira e prof.ª Júlia Calvo	Contagem
51.	Reflexões da atuação do psicólogo a partir da prática extensionista em sistema prisional	Larissa Borges de Oliveira Raposo, Tatiana Lima Vieira Bacelar, prof. Alexandre Frank Silva Kaitel e prof.ª Maria Carmen Schettino Moreira	Coração Eucarístico
52.	Registro empresarial	Júlia de Fátima Carneiro da Silva, Ruy Barbosa da Silva Neto e prof.ª Cristiane Trani Gomes	Barreiro
53.	Relato de experiência: a prática restaurativa com jovens integrantes do Projeto Laços	Lucas Rodrigues Silva, Maria Clara Melo Rodrigues e prof.ª Fernanda Simplício Cardoso	Coração Eucarístico
54.	Respira-ações	Brunielle C. de Paiva, Elisama C. Jacon, prof. Marcelo Branco e prof.ª Maria Imaculada Ferreira Moreira Silva	Poços de Caldas
55.	Reutilização do polietileno tereftálico	Isadora Vinseiro Martins, Júlia Augusta Rocha Pozavski, Marianne Ferreira de Barros e prof.ª Claudete Botaro de Matos	Coração Eucarístico
56.	Seminário: o direito em movimento	Prof.ª Glays de Fátima Silva Guerra	Contagem
57.	Sonoro despertar	Manoela da Silva Costa Marra, Mariana Lourenço de Andrada e prof.ª Márcia Mansur Sadallah	São Gabriel
58.	Trabalho interdisciplinar de Extensão do Curso de Administração	Bruno Antônio Siqueira de Paiva e prof.ª Maria José Scassiotti de Souza	Poços de Caldas
59.	Vem cuidar! Promoção da saúde e cidadania do idoso institucionalizado	Prof. Alexandre Costa	Poços de Caldas
60.	Vivências de extensão universitária em Engenharia Civil por meio do projeto de regularização de edificações residenciais dos moradores do Barreiro e região em 2014	Bruna Dias de Andrade, Prof. Everaldo Bonaldo, prof.ª Jane Carmelita das Dores Garandy de Arruda Barroso e prof.ª Juliana Torres de Oliveira Bonaldo	Barreiro

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

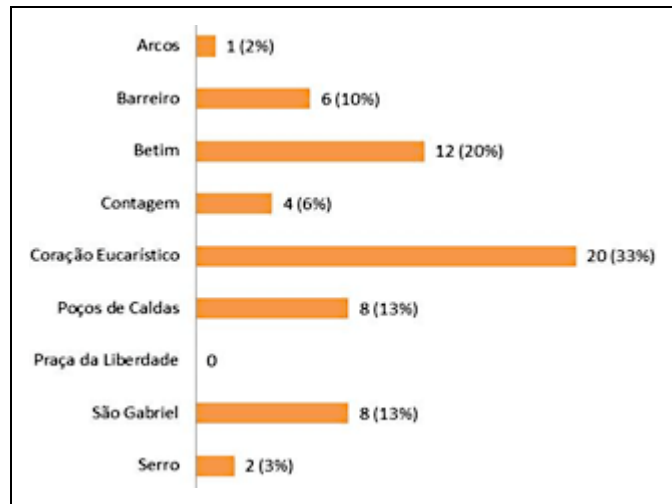
Os gráficos 1 e 2 mostram o desempenho de cada uma das unidades e *campi*, revelando presença significativa tanto na submissão quanto na apresentação oral da I Mostra.

GRÁFICO 1 – Submissões por unidade



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

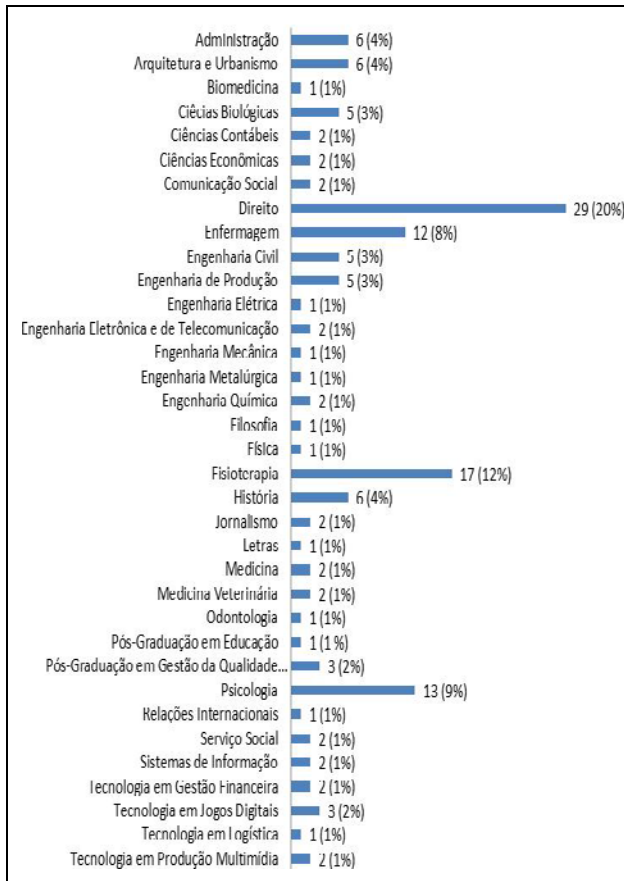
GRÁFICO 2 – Apresentações orais por unidade



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

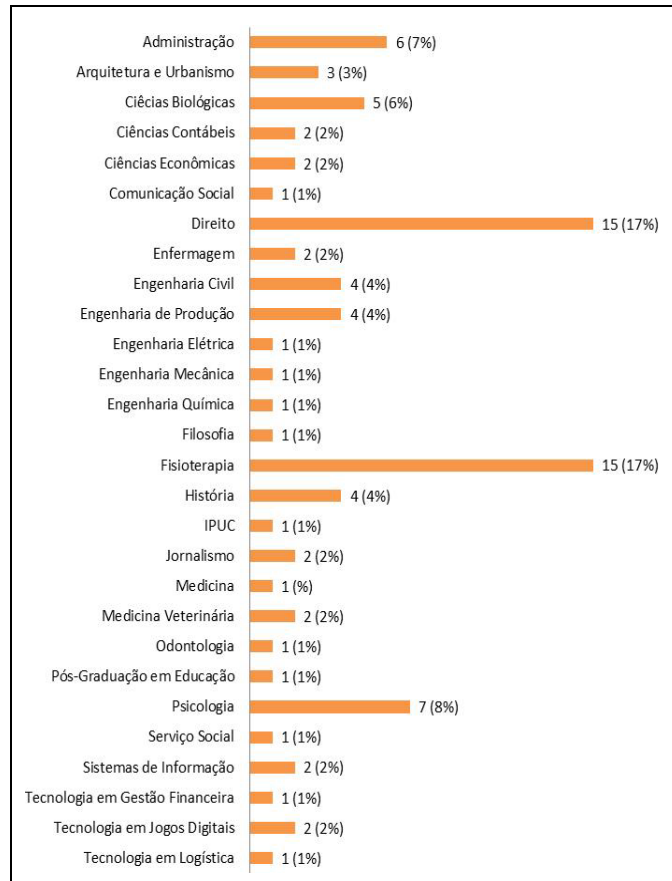
Os gráficos 3 e 4 mostram a relação da origem dos cursos dos autores que submeteram os resumos expandidos das produções acadêmicas. Percebe-se uma diversidade de conteúdos a partir da variedade de cursos de origem. Direito (17%), Fisioterapia (17%) e Psicologia (8%) foram os cursos cujas produções acadêmicas sobressaíram-se numericamente, mas, dado o limite de 60 trabalhos a serem apresentados, nem todos foram selecionados. Destaca-se o fato de que, pela boa qualidade das produções submetidas, os demais cursos – Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Filosofia, Jornalismo, Medicina Veterinária, Odontologia, Pós-graduação em Educação, Sistema de Informação e Tecnologia em Logística – tiveram selecionados para apresentação oral todos os trabalhos submetidos.

GRÁFICO 3 – Submissões por curso



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

GRÁFICO 4 – Apresentações orais por curso



Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

A segunda etapa, o evento em si, foi realizada no dia 13 de maio, no prédio 43 do *campus* Coração Eucarístico. Na parte da manhã, houve palestra do professor Dr. Marcelo Tadeu Baumann Burgos, da PUC-RIO, que desenvolveu o tema: Produção de Novas Tecnologias Sociais.

Para Burgos (2016), o tema “descortina uma agenda que está ao alcance das universidades brasileiras e que diz respeito à produção de procedimentos, métodos e sistema de informação que podem impactar positivamente diferentes tipos de serviços”. (PROJETO DIÁLOGOS, 2016). Ele aponta a utilização dessa metodologia não só no âmbito da educação, como também em serviços públicos, dando como exemplo as áreas da saúde e da segurança.

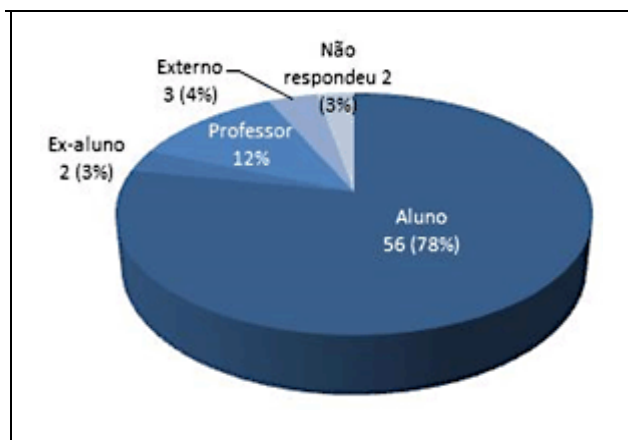
A palestra contou com a participação de 150 pessoas. A maioria do público foi formada por estudantes da PUC Minas (78%), seguido por professores (12%), conforme pode ser observado no gráfico 5. Dos 56 alunos participantes, 55% declararam que tinham ou já tiveram alguma experiência extensionista. O gráfico 7, que mostra a procedência dos participantes, indica que 48% dos participantes eram do curso de Psicologia, 14% do curso de Filosofia e 14% do curso de Direito. O *campus* Coração Eucarístico esteve representado com a maioria do público: 63%.

Ainda no período da manhã, houve o lançamento do livro “Infâncias e Adolescências: cidadania em construção”, uma coletânea de artigos organizada pelo Núcleo de Investigação da Criança e do Adolescente (ICA), um dos Núcleos Temáticos da PROEX.

A tarde foi dedicada para as apresentações orais. Foram reservadas 10 salas, cada uma delas coordenada por um professor moderador, com a previsão de serem apresentados seis trabalhos orais. Cada participante podia apresentar seu projeto num prazo de até 20 minutos, tendo como apoio a projeção de *banner* digital. Participantes e ouvintes receberam uma folha de perguntas para fazer suas anotações. No final das apresentações, foi feita uma roda de conversa, visando à socialização e ao intercâmbio de informações. Foi um momento muito rico, porque participantes enxergavam no trabalho de seu colega soluções para seu próprio trabalho, como também faziam sugestões, tendo em vista o aprimoramento da atividade. Ao comparar os gráficos 11 e 12 percebe-se inclusive que o nível de satisfação total dos participantes aumentou, passando de 57 para 71%. As principais contribuições do evento foram na apreensão de novas informações e conhecimento e na articulação entre teoria e prática, de acordo com o gráfico 13.

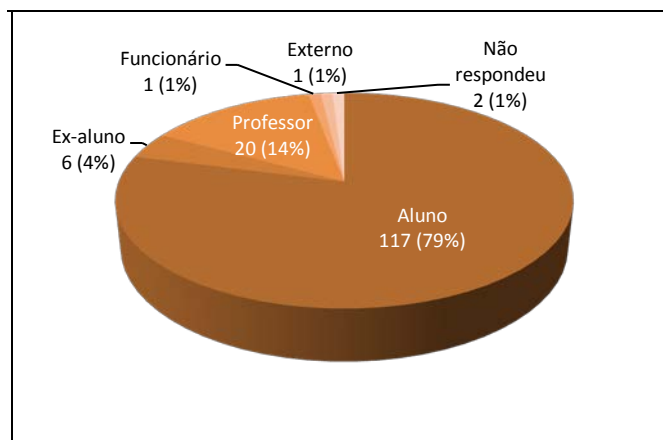
Participaram das apresentações orais 148 pessoas, sendo a maioria estudantes da PUC Minas (79%), conforme se observa no gráfico 6. Em seguida, os professores contribuíram com 14% na participação. Do público total, apenas 7% não tinham experiência em Extensão. Os cursos mais representados foram Direito (18%), Fisioterapia (15%) e Psicologia (14%), conforme se observa no gráfico 8. Já o gráfico 10 mostra que a maioria do público continuou sendo do campus do Coração Eucarístico, seguido das unidades de Betim (13%) e de São Gabriel (11%). A diferença é que na segunda parte do evento ampliou-se a diversidade de procedência e o número de participantes, 32% deles, declararam-se exclusivamente ouvintes.

GRÁFICO 5 – Participantes na palestra

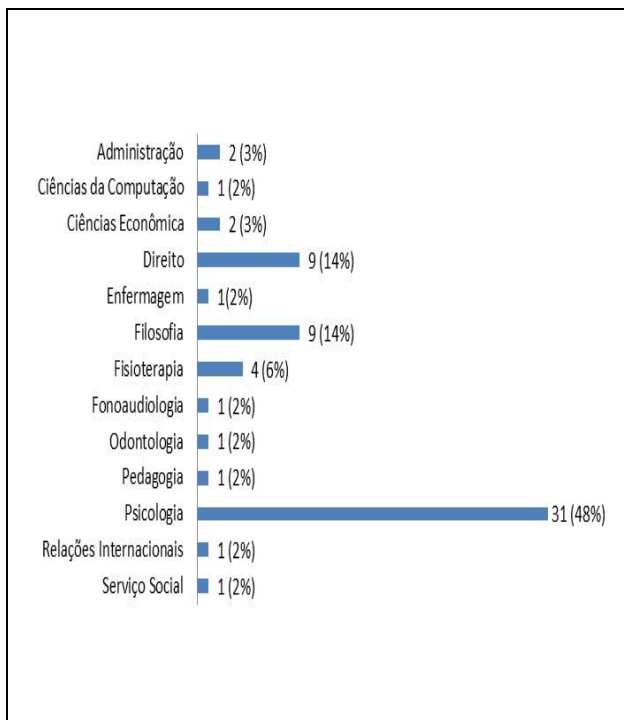


Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

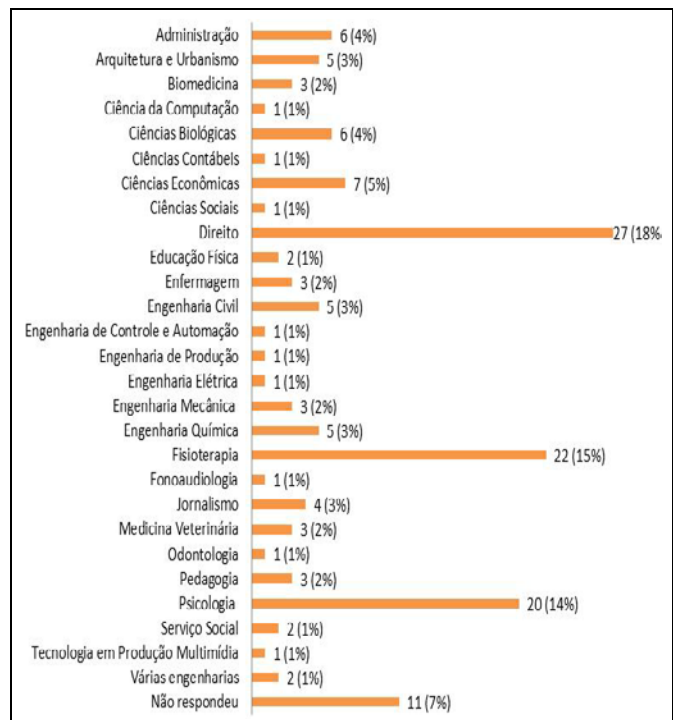
GRÁFICO 6 – Participantes na apresentação oral



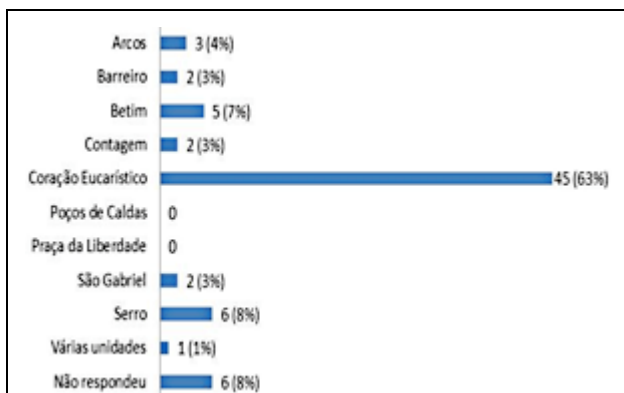
Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

GRÁFICO 7 – Procedência dos participantes por curso na palestra

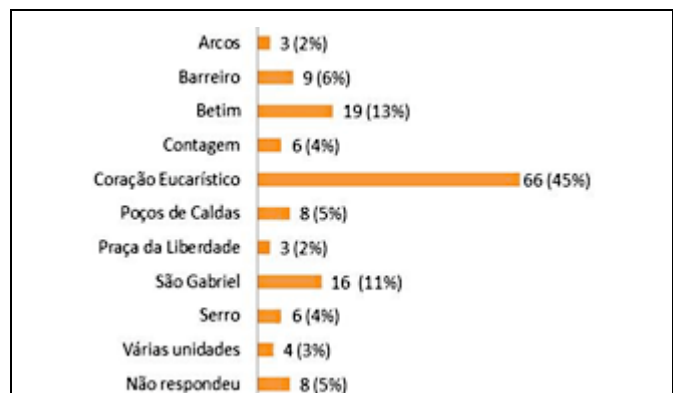
Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

GRÁFICO 8 – Procedência dos participantes por curso nas apresentações orais

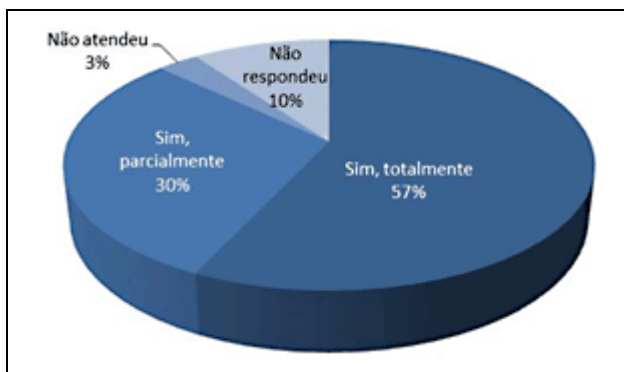
Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

GRÁFICO 9 – Procedência dos participantes por unidade na palestra

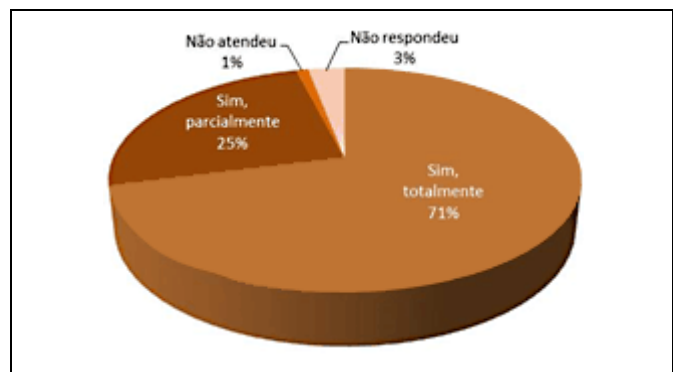
Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

GRÁFICO 10 – Procedência dos participantes por unidade nas apresentações orais

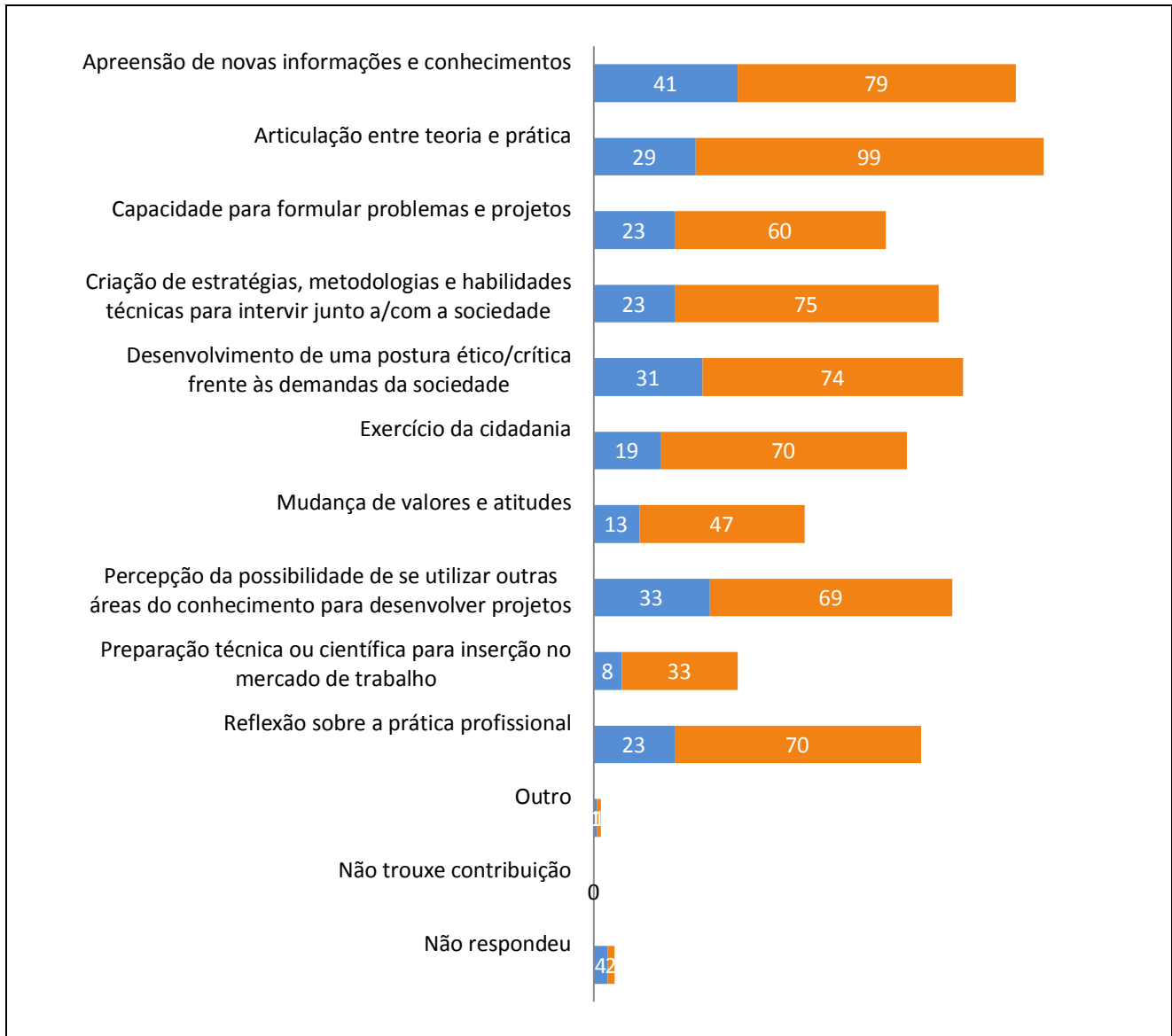
Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

GRÁFICO 11 – Satisfação na palestra

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

GRÁFICO 12 – Satisfação nas apresentações orais

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

GRÁFICO 13 – Contribuição do evento para os participantes

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

A terceira e quarta etapas demandaram da Comissão Organizadora um tratamento especial, consistindo num trabalho bastante delicado. Isso porque, por trás do processo de seleção e publicação dos trabalhos apresentados, de criação de um corpo credenciado de pareceristas, de elaboração de formulários apropriados para avaliação dos artigos submetidos, a publicação deste *e-book* representa o fruto de um trabalho integrado das diversas Coordenações Setoriais e Núcleos da PROEX. Esta Pró-reitoria tem buscado o aprimoramento dos produtos acadêmicos da Extensão, que precisam estar não apenas devidamente adequados aos padrões das normas acadêmicas e científicas da Universidade, mas que necessitam abordar e trazer a público informações qualificadas sobre o muito que se vem produzindo em Extensão na PUC Minas, em suas diversas modalidades.

Todos os autores dos resumos expandidos aprovados, caso desejassem que seu trabalho fosse publicado, tinham um prazo de aproximadamente 10 dias para fazer as correções indicadas pelos

pareceristas, após o envio do documento com as referidas orientações. Os 60 autores selecionados para a apresentação oral tiveram também a oportunidade de publicar o artigo científico referente ao resumo submetido na primeira etapa.

Após a submissão do artigo científico completo, na terceira etapa, constituiu-se um novo grupo de pareceristas, a partir de um convite digital feito a todos os professores da PUC Minas via SGA. Com rigor e profissionalismo, eles analisaram os 38 artigos submetidos, e os dez com as melhores pontuações foram selecionados para a publicação. Os autores dos artigos tiveram também de fazer as correções sugeridas pelos pareceristas, e, em função dessa nova demanda, oito trabalhos constituem o número final de artigos ora publicados.

O número final de resumos expandidos aptos para publicação – aprovados e submetidos a revisão – atingiu o quantitativo de 35 trabalhos. É importante ressaltar que, dentre estes, constam os resumos de 22 autores cujos artigos não foram selecionados para publicação, mas que revisaram seus textos e os reenviaram para a Comissão Organizadora. Isso demonstra, além do interesse pela Extensão, uma qualidade nobre dos autores, que se empenharam para registrar suas atividades dentro das normas e padrões técnico-acadêmicas, mesmo que isto tenha exigido um esforço redobrado da parte de cada um, a despeito das inúmeras demandas que o cotidiano impõe a todos na Universidade.

Com grata satisfação, concretiza-se a quarta etapa, trazendo à comunidade acadêmica este *e-book*, cuja preparação, para lançamento no dia do XI Seminário de Extensão, demandou de todos da Comissão Organizadora a concentração de esforços, em prol do objetivo maior de, cada vez mais, dar visibilidade aos bons trabalhos que são realizados na PUC Minas. Aqui, é possível dar voz e crédito àqueles que se dedicam à Extensão, buscando parcerias intra e extramuros para qualificar e ampliar a excelência do que vimos realizando em toda a Rede PROEX.

Por fim, cabe salientar mais uma parceria – a arte da capa foi elaborada pela Assessoria de Comunicação, que combinou o desenho das logomarcas dos dois eventos da Extensão: X Seminário e I Mostra, a partir da escuta das opiniões – nem sempre consensuais – dos integrantes da Comissão Organizadora. À Assessoria de Comunicação, aos Coordenadores de Núcleos e demais Coordenadorias da PROEX, aos funcionários das diversas instâncias da Pró-Reitoria, mas em especial à Camila Mendes, nosso agradecimento por todo o suporte oferecido. Ainda, como parceiros atuantes em todos os momentos, agradecemos ao Prof. Wanderley Chieppe Felipe, à prof.^a Rita Leal e à prof.^a Ana Teresa Britto (Pró-Reitora em exercício no primeiro semestre, que se desdobrou para a concretização deste trabalho).

REFERÊNCIAS

PROJETO DIÁLOGOS. **O Projeto Diálogos realizou a cobertura da "I Mostra de Extensão PUC Minas" no Coração Eucarístico.** Youtube, 20 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JgaGKw97Ygw>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

**ARTIGOS DA
I MOSTRA DE
EXTENSÃO DA
PUC MINAS**



As cidades brasileiras e o direito à moradia: processo de usucapião extraordinária no Bairro Pilar, em Belo Horizonte (MG)

Raphaela Augusta Menezes de Oliveira⁴⁹
Stela Jeunon Ferreira Marinho⁵⁰
Stella Carvalho Lopes⁵¹
Prof. Ayrton Hugo de Andrade e Santos⁵²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo elucidar sobre o direito à moradia, previsto em lei nas cidades brasileiras, apresentando um estudo de caso sobre o processo de usucapião extraordinária no Bairro Pilar, em Belo Horizonte, bem como o trabalho desenvolvido pelos extensionistas do projeto “Assessoria Técnica às Ocupações Urbanas”: Concessões de uso especial para fins de moradia e usucapião, vinculado ao Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Este artigo foi desenvolvido com base em questionamentos que surgiram sobre os interesses do mercado imobiliário e sobre a constante violação do direito a moradia, procurando apresentar uma forma de solucionar esse problema. Como resultado, percebe-se que atualmente tem-se encontrado nos processos de CUEM e Usucapião uma alternativa eficaz para garantir o direito a moradia aos cidadãos que não o possuem.

Palavras-chave: Direito à moradia. Usucapião. CUEM

1 INTRODUÇÃO

Por conta de ações de esferas estatais e privadas ligadas a interesses do Capital, por meio de processos como o de especulação imobiliária, o direito à propriedade e o direito à moradia tornam-se, em muitos casos, excludentes no contexto de desenvolvimento urbano das cidades brasileiras. Assim, grupos sociais de baixo poder aquisitivo se veem reféns dessas ações, sendo constantemente realocados para territórios da cidade que pouco interessam ao mercado imobiliário, territórios esses que normalmente se caracterizam por serem regiões periféricas detentoras de infraestrutura insuficiente e, portanto, locais longe do ideal para se viver.

Com seu pleno direito à cidade violado por poderes e interesses ligados ao Capital, essa parte da população, que é constantemente negligenciada, busca formas alternativas de exercer seu direito à moradia, recorrendo em muitos casos à ocupação de terrenos e edificações abandonadas, configurando-se assim como um complexo rearranjo na estrutura urbana das cidades, que tem implicações sociais, econômicas e legais.

Nesse contexto, partindo do pressuposto de que o direito à moradia é superior ao direito à propriedade, legislações foram sancionadas a fim de respaldar ações que visam garantir que os direitos de todos à moradia e à cidade sejam respeitados. Neste trabalho apresenta-se uma visão

⁴⁹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: raphaelamoliveira@outlook.com.

⁵⁰ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: stela-jeunon@hotmail.com.

⁵¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: stellaclopes@yahoo.com.br.

⁵² Orientador e professor Adjunto I do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, campus Coração Eucarístico. Doutor em Engenharia de Estruturas.

sobre o direito à moradia nas cidades brasileiras, frente aos interesses do mercado imobiliário, apresentando um estudo de caso sobre o processo de usucapião extraordinária no Bairro Pilar, em Belo Horizonte.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O direito à moradia digna

As cidades brasileiras se desenvolveram de tal modo que é possível observar uma clara e singular distinção entre os “territórios” de pobres e ricos, que comumente se encontram em regiões distantes e possuem pouca ou nenhuma conexão. Ações estatais ligadas a interesses do grande capital, por meio do processo de especulação imobiliária, definem que porções do território citadino cabem a cada um desses grupos sociais.

Assim, os espaços dotados de infraestrutura têm os preços inflacionados, tornando-se inacessíveis a populações de baixo poder aquisitivo, que se veem obrigadas a procurar territórios que sejam economicamente viáveis – normalmente espaços periféricos dotados de infraestrutura insuficiente. Nesse contexto, observa-se que o pleno direito à cidade só é garantido àqueles que possuem condições econômicas de habitá-la, deixando os demais à mercê de ações de agentes que representam os interesses do capital.

Desprovidos do pleno direito à cidade, esses grupos sociais se veem obrigados a ingressar em locais que não se encontram na mira de ações especulativas. Alguns poucos são atendidos por programas de habitação social do governo, como o “Minha Casa, Minha Vida”. No entanto, estes programas possuem inúmeras falhas no que tange a aspectos de localidade, qualidade, inserção no meio urbano, acesso, dimensão, infraestrutura, entre inúmeras outras; porém, a maioria dessas pessoas, não tendo condições de comprar um lote ou uma casa mesmo nas regiões economicamente mais viáveis, acabam por ocupar terrenos que se encontram vagos, iniciando um complexo processo que engloba esferas sociais, econômicas e legais. Nesses terrenos vai-se formando, aos poucos, um novo bairro, constituído de fortes vínculos de vizinhança e até mesmo a ocupação próxima de vários membros de uma mesma família.

Normalmente, o terreno ocupado pelas famílias de baixo poder aquisitivo encontra-se em um território que não desperta o interesse do mercado imobiliário, o que minimiza as tensões, já que os donos das terras costumam não fazer reclamações. Entretanto, devido à dinâmica espacial das cidades, um território que antes não despertava interesse do mercado imobiliário pode facilmente tornar-se seu alvo.

Em muitos desses casos, o Poder Público inicia uma operação de Desapropriação por Interesse Social de um terreno, requisitando-o a fim de realizar uma obra pública, ou desapropriar

por um interesse social. Numa desapropriação, os donos são obrigados a vender o terreno para o Poder Público, seja esse a prefeitura, o governo federal ou estadual.

Os moradores, inicialmente segregados para um espaço, passam, então, a incomodar devido aos novos interesses ali aplicados, sendo constantemente ameaçados por essas operações de desapropriação, também chamadas de despejo. Desprovidos de qualquer direito à moradia, muitas vezes o que realmente ocorre não é um processo pacífico, mas sim a expulsão desses moradores, que são obrigados a abandonar tudo aquilo que durante anos construíram.

É importante ressaltar, como estabelece o Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU, as remoções e despejos forçados devem ocorrer apenas em casos absolutamente necessários:

Nos casos onde o despejo forçado é considerado justificável, ele deve ser empreendido em estrita conformidade com as previsões relevantes do direito internacional dos direitos humanos e de acordo com os princípios gerais de razoabilidade e proporcionalidade" (item 14, tradução livre), "não devendo ocasionar indivíduos "sem-teto" ou vulneráveis à violação de outros direitos humanos". Onde aqueles afetados são incapazes para prover, por si mesmos, o Estado deve tomar todas as medidas apropriadas, de acordo com o máximo dos recursos disponíveis, para garantir que uma adequada alternativa habitacional, reassentamento ou acesso a terra produtiva, conforme o caso, seja disponível." (RIOS, 2009, p.6)

Nesse contexto, surge a necessidade de proteger o direito à moradia da população de baixo poder aquisitivo, considerando que este é superior ao direito à propriedade, para que essas pessoas não fiquem à mercê de interesses mercadológicos, sendo locadas e realocadas num processo incessante para locais cada vez mais periféricos e estruturalmente ruins. Utilizam-se como apoio os direitos constados na legislação brasileira.

2.2 Legislações e processo relacionados ao direito à moradia

O direito à moradia digna para todo cidadão é reconhecido e implantado pela “Declaração Universal dos Direitos Humanos” de 1948 e, após essa data, diversos tratados internacionais reafirmaram a obrigação estatal de promover e proteger o direito à moradia digna, também reconhecido pela ONU. No Brasil, a moradia é reafirmada e propagada como direito social na Constituição Federal de 1988⁷, pela Emenda Constitucional nº 90 de 2015. Apesar disso, a implementação do pleno direito à cidade e à moradia digna na prática ainda é extremamente problemática e questionável.

Assim como afirmam os professores Cristiano de Melo Bastos e Fábio Alves dos Santos (2014),

A experiência nacional e internacional demonstra que a remoção forçada de população de baixa renda propicia de maneira recorrente violações de vários direitos humanos (direito à moradia, à educação, à saúde, ao trabalho, à alimentação adequada), cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de

miséria e desestruturação social, familiar e individual. (BASTOS; DOS SANTOS, 2012, p.5).

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), aprovado em 2001 a fim de regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal – que afirmam que os municípios devem criar políticas de desenvolvimento urbano para a realização da “função social das cidades”, visando o bem-estar de seus habitantes –, vem respaldar ações que protegem os cidadãos que ocupam um lote ou edificação que, por definição, não está cumprindo sua função social, apresentando diferentes processos jurídicos através dos quais estes cidadãos podem adquirir o direito de posse. Estes processos variam de acordo com a especificidade de cada caso, como apresentado a seguir.

Para os casos em que o lote pertence a um proprietário privado, o processo aplicado é o denominado usucapião, que consiste no modo de aquisição da propriedade de bens móveis ou imóveis pelo exercício da posse, nos prazos previamente estabelecidos em lei. Dentro deste processo, existem diferentes modalidades: usucapião extraordinária, usucapião extraordinária com prazo reduzido, usucapião ordinário, usucapião ordinário com prazo reduzido, usucapião especial urbano, usucapião especial rural, usucapião coletiva, usucapião em defesa na ação reivindicatória, usucapião indígena e ainda usucapião especial urbano por abandono de lar. É importante ressaltar que esse processo não representa um ataque ao direito à propriedade, antes, procurando ocorrer da forma mais justa possível; trata-se da garantia de posse para aquele que ocupa e, portanto, confere função social e econômica ao lote, em detrimento daquele que o abandonou.

Para os moradores que ocupam um lote que pertence ao governo, existem diferentes processos que podem ser aplicados em cada caso para a garantia do direito de posse. No caso de moradores que ocupam um terreno público há menos cinco anos, podem ser utilizados alguns instrumentos jurídicos como Concessão de Direito Real de Uso, doação, venda por valor simbólico, direito de superfície e locação social. Já no caso daqueles que moravam num terreno público de até 250m² há mais de cinco anos até 30 de junho de 2001, o governo em questão é obrigado a emitir uma Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM).

Ainda nesse contexto, existem também aqueles casos em que os moradores compram um pedaço de um grande lote e o ocupam. Nesse caso, quem comete um crime é o antigo dono, que não pode simplesmente repartir o seu terreno e sair vendendo. Isso é chamado de loteamento clandestino, em que o loteamento ainda não foi aprovado na prefeitura e não tem registro em cartório, é irregular e não possui urbanização. Esse caso, porém, não é assessorado pelo Escritório de Integração da PUC Minas. Para regularizar tal situação, é necessário que o lote tenha seu parcelamento regularizado na prefeitura, transformando essa comunidade em um loteamento regular para que, em seguida, cada família possa registrar no cartório o seu lote.

Levando em consideração os casos em que os moradores ocupam um lote público ou privado, surge a necessidade de o Escritório de Integração do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas desenvolver um projeto de extensão, o chamado Assessoria Técnica às Ocupações Urbanas: Concessão de uso especial para fins de moradia e Usucapião. O projeto visa auxiliar nesses processos que possuem como objetivo garantir o pleno direito à cidade e à moradia a todos.

3 PROJETO DE EXTENSÃO DO ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO

3.1 Assessoria técnica as ocupações urbanas: concessão de uso especial para fins de moradia e usucapião

O Escritório de Integração é um escritório de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Coração Eucarístico, localizado no prédio 47. Vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas (PROEX), o Escritório desenvolve diferentes projetos de característica social sem fins lucrativos.

Um dos projetos realizados no Escritório de Integração e evidenciado no artigo é o chamado “Assessoria Técnica às Ocupações Urbanas: Concessão de Uso Especial para fins de Moradia e Usucapião”. Nesse projeto, são atendidas diferentes demandas de legalização de ocupação de um lote, podendo ser este de propriedade privada ou pública. Essas demandas surgem com a mobilização dos próprios moradores do bairro em questão. Para que o processo seja realizado, é necessário que cada um deles manifeste seu interesse procurando pelo serviço do Escritório e realizando seu cadastro até um prazo específico. É importante, também, que a situação dos moradores do bairro atenda às exigências das leis para cada processo em questão.

No primeiro e segundo semestres de 2014, o Escritório de Integração realizou um processo de Concessão de Uso Especial Para Fins de Moradia no Bairro Vera Cruz em Belo Horizonte. De acordo com a Constituição em seu art. 183, a CUEM é um instrumento da política urbana apto a garantir o direito à moradia daquele que habita área urbana e pública “de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição”, desde que não seja proprietário de outro imóvel. É importante ressaltar que o CUEM não é um instrumento que pretende garantir a transferência plena da propriedade, mas sim, garantir a segurança jurídica da posse, para que, dessa forma, não haja ameaças de desalojamento forçado.

O processo no Bairro Vera Cruz envolveu quarenta e dois (42) lotes. Logo novas demandas foram surgindo e o processo se transferiu para outra região de Belo Horizonte, Pilar Olhos d'água. Porém, nesse caso, por se tratar de um terreno pertencente a particular, o processo aplicado não foi CUEM, mas sim Usucapião.

4. ESTUDO DE CASO: BAIRRO PILAR, BELO HORIZONTE, MG

4.1 Breve história do Bairro Pilar

Atualmente, um dos bairros da cidade de Belo Horizonte cujos moradores correm o risco de sofrer uma operação de despejo é o Bairro Pilar, antiga Vila São João. Este, por sua vez, constitui um aglomerado urbano que pouco a pouco foi se erguendo ao longo de mais de vinte anos em terrenos pertencentes à empresa Vale e que se encontravam completamente abandonados.

O drama que as famílias moradoras vivem atualmente não é o primeiro. Em 1998 viveram momentos de intranquilidade, sendo desalojadas da área após a ação de Reintegração de Posse ajuizada pela MRS Logística no processo de privatização da Rede Ferroviária Federal. Com o auxílio da SAJ (Serviço de Atendimento Jurídico) da PUC Minas, o Prof. Fábio Alves dos Santos (*in memoriam*) interpôs recurso contra a liminar concedida. O Tribunal de Alçada cassou a liminar e as famílias retornaram a suas moradias.

Diversos trabalhos com a comunidade do Bairro Pilar foram realizados pela PROEX PUC Minas, em parceria com os Irmãos Maristas, a Ação Social Arquidiocesana e o Escritório de Integração da PUC Minas, rendendo diversos frutos, esses que representam a grande importância da atuação conjunta dos moradores do bairro com essas instituições. Atualmente a comunidade conta com um Centro Comunitário, iluminação pública, água e esgoto.

De acordo com o professor Fábio Alves dos Santos, após 10 anos de vitória da liminar que possibilitou a continuidade da ocupação, os moradores do Bairro Pilar teriam o direito de entrar com a ação de usucapião no intuito de regularizarem a propriedade dos imóveis.

4.2 Processo de usucapião extraordinário do Bairro Pilar

No primeiro semestre de 2015, o Escritório de Integração junto ao SAJ da PUC recebeu a demanda de processo de usucapião a ser aplicado para dezessete (17) imóveis do Bairro Pilar, em Belo Horizonte. Esse processo foi assessorado por dois projetos de extensão de característica interdisciplinar vinculados à PROEX: “Assessoria Técnica às Ocupações Urbanas: Concessão de Uso Especial para fins de Moradia e Usucapião” e “Acesso à justiça: Da garantia e efetividade do direito social à moradia”. O primeiro é coordenado pelo Escritório de Integração e envolve os cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil que atuam nos aspectos físicos territoriais. Já o segundo é coordenado pela SAJ da PUC e envolve o curso de Direito, que atua no processo jurídico, e o curso de Serviço Social, que atua no âmbito social.

O processo de usucapião aplicado ao Bairro Pilar foi o de Usucapião Extraordinário, em que, como se compreende pelo Artigo 1.238 do Código Civil, de 10 de janeiro de 2002⁸, o possuidor adquire o direito de propriedade do lote se, durante 15 (quinze) anos, tiver ocupando-o

sem interrupção nem oposição. Se o possuidor houver estabelecido no imóvel sua moradia habitual ou nele tiver realizado obras ou serviços de caráter produtivo, o lapso de tempo reduz-se a 10 (dez) anos.

Para que o processo seja legalizado, é necessário que sejam produzidos documentos de legalização. Diante disso, o projeto se desenvolve com uma metodologia de trabalho interdisciplinar, em que cada curso é responsável por uma frente de trabalho na produção desses documentos.

Cada frente de trabalho exerce uma função específica. O primeiro processo é realizado pela equipe de Engenharia Civil e do Serviço Social. Os alunos e professores de Engenharia são responsáveis por realizarem o levantamento topográfico, delimitando área do lote, a área construída do imóvel, com suas medidas e ângulos, e a distância do mesmo até a esquina mais próxima. Essas medidas são transferidas para arquivo do *software AutoCad*. Enquanto isso, a equipe de Serviço Social faz o contato direto com os moradores, recolhendo os dados pessoais do requerente e do cônjuge conforme o caso, atendendo as exigências do Artigo 225 da Lei nº. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, Lei de Registros Públicos. Ambos os trabalhos são realizados durante visitas a campo. Na ocorrência dessas visitas em campo na comunidade, a inter-relação social de grupos sociais completamente distintos gera aos alunos uma maior vivência e experiência extracurricular de extrema importância para o entendimento e necessidade do caso sobre a Legalização Fundiária.

Depois de finalizados esses trabalhos, os dados colhidos por essas duas equipes são encaminhados à equipe de Arquitetura e Urbanismo, executa três documentos que devem estar contidos no processo em cada imóvel envolvido: duas pranchas com as plantas dos imóveis produzidas no *AutoCad* e um Memorial Descritivo em documento *Word*. Uma prancha representa a Planta de Localização do Imóvel, em escala 1:1000. A outra prancha representa a Planta de Situação em escala 1:250. Ambas as pranchas possuem os dados colhidos pela equipe de engenharia civil, assim como as informações do autor do levantamento e do requerente. Por fim, têm-se o Memorial Descritivo, que contém o endereço e o croqui esquemático da área requerente, a descrição do lote, com suas medidas e ângulos, e informações pessoais do requerente, assim como de seus confrontantes esquerdo, direito e dos fundos. Esses três documentos compõem o processo jurídico, cuja responsabilidade é da equipe do curso de Direito.

Após a elaboração da planta e memorial descritivo o Direito irá pedir vários documentos para a propositura da ação de usucapião. Como exemplo, certidões dos sete Cartórios de Registro de Imóveis da Capital, certidão de origem da área e/ou negativa de lançamentos tributários (PBH), Certidão Vintenária (Forum), bem como, de comprovação do exercício da posse. Como explica o professor de Direito Processual Civil e Prática Forense pela PUC Minas:

Com todos os documentos a pesquisa se dará como atividade que busca diagnosticar, prever e estudar as soluções voltadas para o problema vivido pela comunidade. Brota da interação com a comunidade e com ela irá se desenvolver por mais duas fases gerais: estudos e a síntese. A demanda para garantir a usucapião, via de regra, requer muita pesquisa para a defesa e efetivação dos direitos assegurados nas leis. Sobretudo aquelas que visam a uma hermenêutica mais em conformidade com os fins sociais da lei. Notório que o Poder Judiciário no Brasil é profundamente marcado por uma tendência de favorecimento às classes dominantes. O esforço, pois, de quem lhes patrocina as causas é redobrado. Tanto no aprofundamento doutrinário, como na busca de fazer avançar a jurisprudência. Somente uma boa pesquisa pode proporcionar esse avanço. O estágio é, assim, uma prática investigativa por excelência (Cf. Parecer 1070/99, da Câmara de Ensino Superior, do Ministério da Educação).” (BASTOS, 2015, s/p.).

Com o ajuizamento da ação, gera-se um processo judicial no fórum. Haverá citações dos réus, audiência de instrução e julgamento e sentença. O processo é acompanhado até a efetiva expedição do mandado de averbação que é o registro da escritura em nome do Autor da ação no Cartório de Registro de imóveis competente.

4.3 Eventuais problemas

Durante os trabalhos foram surgindo alguns problemas a partir dos quais, dentro da nossa possibilidade, foram-se elaborando formas alternativas de desenvolvimento para não comprometer a viabilidade do projeto. Um desses problemas foi o fato de o bairro Pilar não possuir um mapa cadastral, esse que contém a planta de parcelamento do solo aprovada pela prefeitura de Belo Horizonte e que é usualmente fornecido pela Prodabel (Companhia de Processamento de dados do município de Belo Horizonte). Diante disso, surgiu a necessidade da equipe de Engenharia Civil colher as medidas de largura da calçada, rua e divisas. Além disso, a equipe de Arquitetura e Urbanismo, na tentativa de aproximar os desenhos do que seria o mais real possível, fez o desenho do parcelamento do solo em arquivo *AutoCad* através da sobreposição de uma imagem satélite disponível no *Google Maps*.

No Bairro Pilar, como outra consequência de não possuir a planta Cadastral, não se têm registros do número do CP, índice cadastral, quarteirão, quadra, lote e zona, informações demandadas no Memorial Descritivo e que são normalmente disponibilizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte no site Plantas Online. Diante disso, substituímos esses dados pelas informações pessoais dos confrontantes laterais e dos fundos do imóvel, que deveriam ser colhidas pela equipe de Serviço Social. Esse trabalho, contudo, não foi fácil, visto que, devido ao fato de muitos desses confrontantes não estarem envolvidos e desconhecerem o processo de Usucapião, temiam a perda de suas moradias e se recusavam em passar as informações. Surgiram também alguns casos em que esses confrontantes se tratavam de inquilinos. Como resultado disso, alguns dados não foram colhidos mesmo após inúmeras tentativas.

Outro problema é o fato do processo possuir característica interdisciplinar, de forma a ser realizado por diferentes frentes que dependem umas das outras. A equipe de engenharia civil, que é

responsável por um processo bastante demorado realizado em campo e que, muitas das vezes, precisa ser refeito por eventuais erros, atrasou no envio dos levantamentos, estagnando, conseqüentemente, o trabalho da equipe de Arquitetura e Direito, que teve que aguardar.

Sendo assim argumentamos que a metodologia foi falha em certas partes do processo, o que poderia ser mais efetiva se outro método de recolhimento de informações fosse utilizado. Como por exemplo, as medições das respectivas casas e lotes poderiam ser realizadas por equipamentos mais simples, como a trena, visto que as áreas a serem medidas possuem uma metragem pequena. Com isso os dados coletos seriam feitos de forma mais rápida e não atrasaria n9o processamento do projeto.

5 CONCLUSÃO

Pode-se concluir que os processos jurídicos que procuram garantir o direito de posse de um terreno ou imóvel são as formas que se apresentam com mais efetividade na garantia do direito à moradia para a população de baixa renda. Mesmo que bastante burocrático, lento e incerto, é uma das únicas ferramentas que os moradores de ocupações possuem para provar legalmente o seu direito de estarem ali morando em sua casa, com suas famílias.

Nesse interim, os auxílios decorrentes do projeto, citados nesse artigo, são de importância incomensurável para tornar a sociedade um local de convivência mais justa e solidária, diante da afirmativa que “Moradia digna, hoje no Brasil, é um direito de todos, pode e deve ser implementado.” (Constituição Federal Brasileira, Lei nº 11,124, 2005).

A regularização fundiária concretiza-se, portanto, no registro do título, esse título representa um reconhecimento de fato de direito dos pobres como cidadãos, igual a qualquer outro morador da cidade. O projeto permitiu a ampliação do conhecimento para os alunos envolvido devido ao seu interacionamento, que foi possível instruir-se da lógica de cada curso e o modo como se executa cada parte do projeto para alcançar o resultado final esperado, que é a regularização fundiária. Além disso, a interação com a comunidade aumenta nosso senso crítico e nos possibilita presenciar a realidade mais de perto, de outra perspectiva nos tornamos mais habilidosos diante de situações que envolvem um bom convívio e diálogo com a comunidade.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Fabiana. **Direitos sociais:** direito à moradia. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12892>. Acesso em: 16 out. 2015.

BASTOS, Cristiano; DOS SANTOS, Fábio. “Aplicabilidade da Concessão de uso Especial para fins de Moradia: Garantia e efetividade no direito fundamental à moradia”. In: **Revista Faculdade Arnaldo Jansen Direito**, Belo Horizonte, MG, v. 4, n. 4, p. 01-22, jan./dez. 2012. Disponível em:

<<http://revistaarnaldo.costatecs.com.br/index.php/faculdadedireitoarnaldo/article/view/31/28>>. Acesso em: 12 out. 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição Federal - Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em:

<<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/119746589/constituicao-federal-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>>. Acesso em: 16 out. 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.257/2001 | Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 6 nov. 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.015/1973 Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015consolidado.htm>. Acesso em: 7 nov. 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.124/2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm>. Acesso em: 30 nov. 2015.

The Right to adequate housing (art. 11.1): forced evictions: 20/05/97. CESCR General comment 7. Relator: RIOS, Roger Raupp. **APELAÇÃO CÍVEL Nº 2006.72.04.003887-4/SC**.

BASTOS; DOS SANTOS. **Aplicabilidade da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia: Garantia e efetividade no direito fundamental à moradia**. Belo Horizonte, 2014, s/p.

As exigências legais para o exercício dos Direitos Previdenciários dos agricultores familiares e camponeses filiados ao regime geral de Previdência Social⁵³

Bruce Rhuan da Costa Silva⁵⁴

Prof. Matheus de Mendonça Gonçalves Leite⁵⁵

RESUMO

Os agricultores familiares e camponeses, que se filiam ao Regime Geral de Previdência Social e estão abrangidos pela categoria jurídica de segurados especiais, têm encontrado dificuldades em exercer seus direitos previdenciários. A partir do atendimento jurídico realizado no Projeto de Extensão “A inserção dos agricultores familiares do Estado de Minas Gerais na rede de proteção social do Regime Geral de Previdência Social”, identificaram-se duas causas principais da falta de efetividade dos direitos previdenciários dos segurados especiais, quais sejam: 1) a falta de conhecimento destes segurados sobre as regras jurídicas que regulam a concessão de seus benefícios previdenciários; e, 2) a falta de documentos que sirvam de início de prova material da efetiva exploração de atividade agropecuária. Com base neste diagnóstico, o projeto de extensão atua para transmitir informações aos segurados especiais sobre os seus direitos previdenciários, bem como o modo de exercê-los, e para elaborar os documentos imprescindíveis ao exercício de seus direitos previdenciários, de modo a assegurar a efetividade deste direito social.

Palavras-chave: Direito Previdenciário. Segurado Especial. Provas da Atividade Rural.

1 INTRODUÇÃO

O Projeto de Extensão “A inserção dos agricultores familiares do Estado de Minas Gerais na rede de proteção social do Regime Geral de Previdência Social” possui, dentre outros, o objetivo de fornecer informações aos agricultores familiares e camponeses sobre os seus direitos previdenciários, esclarecendo sobre os riscos sociais cobertos pelo Regime Geral de Previdência Social e os documentos imprescindíveis à comprovação da atividade rural, que é requisito legal para o exercício dos direitos previdenciários dos agricultores familiares e camponeses.

Seguindo as definições apresentadas por Ricardo Abramovay (1992), a categoria social do camponês deve ser entendida como englobando aquelas pessoas que vivem no meio rural e trabalham na agricultura, na criação de animais de pequeno e médio porte, no extrativismo vegetal, na pesca e caça artesanais e no cultivo de florestas nativas ou exóticas, juntamente com sua família, e cuja produção material se desenvolve de acordo com os traços étnicos culturalmente diferenciados

⁵³ Artigo científico elaborado a partir das atividades extensionistas realizadas no âmbito do Projeto de Extensão “A inserção dos agricultores familiares do Estado de Minas Gerais na rede de proteção social do Regime Geral de Previdência Social”, que é financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

⁵⁴ Graduando do Curso de Direito da PUC Minas, unidade Serro e extensionista do Projeto de Extensão: “A inserção dos pequenos produtores rurais do município do Serro na rede de proteção social do Regime Geral de Previdência Social”. E-mail: brucesaj@gmail.com.

⁵⁵ Orientador e professor Adjunto IV do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, unidade Serro, com doutorado em Teoria do Direito e mestrado em Direito Público. Professor colaborador do Projeto de Extensão A inserção dos agricultores familiares do Estado de Minas Gerais na rede de proteção social do Regime Geral de Previdência Social. E-mail: matheusmendoncaleite@gmail.com.

constituintes da identidade étnica da comunidade tradicional a que pertence, que se distinguem da forma de produção capitalista.

Por outro lado, a categoria social do agricultor familiar deve ser entendida como englobando aquelas pessoas que vivem no meio rural e trabalham na agricultura, na criação de animais de pequeno e médio porte, no extrativismo vegetal, na pesca e caça artesanais e no cultivo de florestas nativas ou exóticas, juntamente com sua família, abarcando uma diversidade de formas de fazer agricultura e pecuária, que se diferencia segundo tipos diferentes de famílias, de contexto social, de inserção na economia de mercado local, regional, nacional e global, de interação com os diferentes ecossistemas, de acesso às formas de crédito, das técnicas e tecnologias produtivas disponíveis *etc.*

É importante esclarecer que o agricultor familiar não se confunde mais com o camponês, pois, enquanto o agricultor familiar se insere nas técnicas e lógicas produtivas do capitalismo, com a manutenção do trabalho familiar como fator de produção, o camponês é aquele que não se integra ao mercado e a produção agrícola transcorre no interior de uma forma de vida comunitária e tradicional, na qual os laços pessoais são fundamentais para a reprodução material da comunidade.

Em síntese, o agricultor familiar é aquele que utiliza técnicas avançadas de produção agrícola (maquinários e insumos agrícolas), com utilização dos membros da família na divisão do trabalho social, para a produção de mercadorias, a serem vendidas nos mercados locais, regionais ou globais. Por outro lado, o camponês é aquele que não utiliza técnicas de produção avançadas e a produção agrícola se destina, prioritariamente, à subsistência do grupo familiar, podendo ocorrer a troca de excedente com vizinhos que se encontram na mesma condição.

Nesse sentido, Abramovay (1992) explica que a ruptura entre a agricultura camponesa e a agricultura familiar foi provocada pela crescente inserção da agricultura familiar no sistema de mercado. Nas palavras do autor, os agricultores familiares:

[...] integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas, sobretudo, o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira universal como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social. (ABRAMOVAY, 1992, p.139).

E, dentre a multiplicidade de elementos que proporcionam a sobrevivência, no capitalismo, das unidades agrícolas baseadas no trabalho familiar, destaca-se a capacidade de produção de alimentos a baixo custo, por meio da internalização de técnicas mais produtivas e dos baixos custos de produção (ausência de lucro e capacidade de suportar a variação de renda), proporcionando,

assim, a redução dos gastos com a reprodução da força de trabalho necessária à continuidade do próprio capitalismo.

Contudo, a transmutação da forma de vida camponesa em agricultura familiar jamais engloba a totalidade dos grupos étnicos diferenciados, tais como os povos indígenas, quilombolas, açorianos, babaçueiros, caboclos, caiçaras, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, sertanejos, geraizeiros, varjeiros, dentro outros, que lutam pelo reconhecimento e preservação de suas formas de vida, cuja racionalidade se mostra, em geral, incompatível com a racionalidade capitalista.

Assim, pode-se afirmar que “a imensa diversidade sociocultural do Brasil é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária” (LITTLE, 2002), que é expressa na diversidade de formas de apropriação e utilização simbólica e produtiva da terra dos grupos étnicos diferenciados. Deve-se, então, conceber um sistema de proteção previdenciário que seja capaz de respeitar a diversidade fundiária existente no Brasil, ao mesmo tempo em que seja eficaz na proteção dos trabalhadores contra o risco social da perda da capacidade de trabalho.

No âmbito previdenciário, as categorias sociais dos camponeses⁵⁶ e dos agricultores familiares foram, juridicamente, englobadas numa única categoria jurídica denominada “segurado especial”, em conformidade com o disposto no artigo 11, inciso VII, da Federal n.º 8.213/91, dispõe que:

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de:

a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade:

1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais;
2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida;

b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e

c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo.

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes. (BRASIL, 1991).

⁵⁶ A proteção previdenciária dos grupos étnicos diferenciados, que, em geral, assumem um modo de produção camponês, é uma obrigação internacional assumida pelo Estado brasileiro, em virtude da ratificação da Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho. Nesse sentido, o artigo 24 da Convenção n.º 169 da OIT dispõe que: “Os regimes de seguridade social deverão ser estendidos progressivamente aos povos interessados e aplicados aos mesmos sem discriminação alguma”. (BRASIL, 2004).

A ordem jurídica vigente passou a assegurar o acesso universal dos agricultores familiares e camponeses aos benefícios e serviços da previdência social, exigindo, para tanto, a comprovação do efetivo “exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período, imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido” (artigo 39 da Lei Federal n.º 8.213/91).

E, adaptando o regime previdenciário à realidade do modo de produção dos agricultores familiares e camponeses, que não contam com rendimentos regulares (muitos vivem da produção para o autoconsumo, não auferindo renda mensal), nem se classificam de modo geral como assalariados, possuindo renda mensal extremamente baixa, a ordem jurídica vigente estabeleceu um regime contributivo diferenciado aos agricultores familiares e camponeses, no qual a comprovação do efetivo recolhimento de contribuição social (tributos) para a Previdência Social não é mais requisito legal para a concessão dos benefícios previdenciários.

Assim, os segurados especiais são obrigados a recolher contribuições sociais correspondentes a 2% (dois por cento) da receita bruta proveniente da comercialização dos produtos agrícolas, nos termos do disposto no artigo 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.212/91. Contudo, a falta de recolhimento das contribuições sociais não prejudica a concessão dos benefícios previdenciários aos segurados especiais. Exige-se, tão somente, a comprovação da efetiva exploração de atividade agropecuária, em regime de economia familiar, para a concessão dos benefícios previdenciários aos segurados especiais que se encontrarem em risco social, decorrente da perda da capacidade de trabalho.

Pode-se afirmar, então, que, diferentemente das atividades urbanas, os agricultores familiares, inclusive o camponês, não necessitam comprovar um período mínimo de contribuições previdenciárias para adquirir o direito à concessão dos serviços e benefícios previdenciários. Basta comprovar tempo de atividade de efetiva exploração de atividade agropecuária, em regime de economia familiar, por meio da apresentação de documentação comprobatória do uso da terra (título de propriedade, contrato de parceria ou arrendamento etc.), notas de venda da produção rural (blocos de notas do produtor rural) ou declaração expedida pelo sindicato rural e homologada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Entretanto, observando-se o funcionamento do sistema previdenciário de proteção social dos segurados especiais, constata-se que, no âmbito administrativo, os requerimentos de concessão de benefícios previdenciários dos segurados especiais são, em sua maioria, indeferidos, negando-se, assim, a proteção previdenciária a estes grupos sociais.

A partir do atendimento jurídico realizado no Projeto de Extensão “A inserção dos agricultores familiares do Estado de Minas Gerais na rede de proteção social do Regime Geral de

Previdência Social”, identificaram-se duas causas principais da falta de efetividade dos direitos previdenciários dos segurados especiais, quais sejam: 1) a falta de conhecimento dos segurados especiais sobre as regras jurídicas que regulam a concessão de seus benefícios previdenciários; e, 2) a falta de documentos que sirvam de início de prova material da efetiva exploração de atividade agropecuária, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do disposto no artigo 106 da Lei Federal n.º 8.213/91⁵⁷ e do nos termos do artigo 54 da Instrução Normativa INSS n.º 77/2015⁵⁸.

É oportuno esclarecer que, no âmbito previdenciário, não é admissível a prova exclusivamente testemunhal para a comprovação da exploração da atividade agropecuária. É imprescindível a existência de um “início de prova material” (artigo 55, § 3º, da Lei Federal n.º 8.213/91), que significa a apresentação de documentos em que conste a “profissão ou qualquer outro dado que evidencie o exercício da atividade rurícola e seja contemporâneo ao fato nele declarado” (artigo 54 da Instrução Normativa INSS n.º 77/2015).

Com base neste diagnóstico, o projeto de extensão atua para transmitir informações aos segurados especiais sobre os seus direitos previdenciários, bem como orientá-los sobre o modo

⁵⁷ Art. 106. A comprovação do exercício de atividade rural será feita, alternativamente, por meio de: I – contrato individual de trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social; II – contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural; III – declaração fundamentada de sindicato que represente o trabalhador rural ou, quando for o caso, de sindicato ou colônia de pescadores, desde que homologada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; IV – comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no caso de produtores em regime de economia familiar; V – bloco de notas do produtor rural; VI – notas fiscais de entrada de mercadorias, de que trata o § 7º do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, emitidas pela empresa adquirente da produção, com indicação do nome do segurado como vendedor; VII – documentos fiscais relativos a entrega de produção rural à cooperativa agrícola, entreposto de pescado ou outros, com indicação do segurado como vendedor ou consignante; VIII – comprovantes de recolhimento de contribuição à Previdência Social decorrentes da comercialização da produção; IX – cópia da declaração de imposto de renda, com indicação de renda proveniente da comercialização de produção rural; ou X – licença de ocupação ou permissão outorgada pelo Incra.

⁵⁸ Art. 54. Considera-se início de prova material, para fins de comprovação da atividade rural, entre outros, os seguintes documentos, desde que neles conste a profissão ou qualquer outro dado que evidencie o exercício da atividade rurícola e seja contemporâneo ao fato nele declarado, observado o disposto no art. 111: I - certidão de casamento civil ou religioso; II - certidão de união estável; III - certidão de nascimento ou de batismo dos filhos; IV - certidão de tutela ou de curatela; V - procuração; VI - título de eleitor ou ficha de cadastro eleitoral; VII - certificado de alistamento ou de quitação com o serviço militar; VIII - comprovante de matrícula ou ficha de inscrição em escola, ata ou boletim escolar do trabalhador ou dos filhos; IX - ficha de associado em cooperativa; X - comprovante de participação como beneficiário, em programas governamentais para a área rural nos estados, no Distrito Federal ou nos Municípios; XI - comprovante de recebimento de assistência ou de acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural; XII - escritura pública de imóvel; XIII - recibo de pagamento de contribuição federativa ou confederativa; XIV - registro em processos administrativos ou judiciais, inclusive inquéritos, como testemunha, autor ou réu; XV - ficha ou registro em livros de casas de saúde, hospitais, postos de saúde ou do programa dos agentes comunitários de saúde; XVI - carteira de vacinação; XVII - título de propriedade de imóvel rural; XVIII - recibo de compra de implementos ou de insumos agrícolas; XIX - comprovante de empréstimo bancário para fins de atividade rural; XX - ficha de inscrição ou registro sindical ou associativo junto ao sindicato de trabalhadores rurais, colônia ou associação de pescadores, produtores ou outras entidades congêneres; XXI - contribuição social ao sindicato de trabalhadores rurais, à colônia ou à associação de pescadores, produtores rurais ou a outras entidades congêneres; XXII - publicação na imprensa ou em informativos de circulação pública; XXIII - registro em livros de entidades religiosas, quando da participação em batismo, crisma, casamento ou em outros sacramentos; XXIV - registro em documentos de associações de produtores rurais, comunitárias, recreativas, desportivas ou religiosas; XXV - Declaração Anual de Produto - DAP, firmada perante o INCRA; XXVI - título de aforamento; XXVII - declaração de aptidão fornecida para fins de obtenção de financiamento junto ao Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - PRONAF; e XXVIII - ficha de atendimento médico ou odontológico.

apropriado de exercer seus direitos previdenciários, para acesso a uma renda mensal destinada a assegurar as condições materiais de vida digna para os trabalhadores que perderam a capacidade de trabalho. O projeto de extensão atua, também, para identificar a existência de documentos, que sirvam de início de prova material da atividade agropecuária, bem como para elaborar os documentos imprescindíveis ao exercício de seus direitos previdenciários, de modo a assegurar a efetividade deste direito social.

2 METODOLOGIA

A atividade extensionista inicia-se com a identificação de lideranças existentes nas comunidades rurais e a apresentação dos objetivos, da metodologia e do monitoramento do projeto de Extensão. E, a partir da concordância expressa das lideranças comunitárias, faz-se o agendamento de uma reunião com a participação de todas as pessoas interessadas em obter um esclarecimento sobre os seus direitos previdenciários.

Assim, em cada uma das comunidades rurais atendidas pelo projeto de extensão, realiza-se, inicialmente, uma reunião, com a participação dos interessados em obter um esclarecimento sobre seus direitos previdenciários. Nessa reunião, a equipe do projeto de extensão faz uma exposição dos direitos previdenciários dos agricultores familiares e camponeses, com ênfase nos documentos imprescindíveis para a comprovação da atividade rural. Ao final, abre-se a palavra aos moradores das comunidades rurais, para que possam expor suas dúvidas e pedir esclarecimentos sobre qualquer questão relativa aos direitos previdenciários dos agricultores familiares.

Nesse momento, em todas as comunidades rurais atendidas, percebeu-se que há inúmeras informações falsas que circulam entre os agricultores familiares e camponeses, relativas às normas jurídicas que regulam a proteção previdenciária deste grupo de trabalhadores.

Destacam-se, contudo, as seguintes informações falsas: 1) a concessão dos benefícios previdenciários dos agricultores familiares e camponeses fica condicionada à comprovação do “pagamento das mensalidades e taxas aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais”; 2) a declaração de atividade rural, emitida por Sindicato de Trabalhadores Rurais, é o único documento comprobatório da atividade rural; 3) no caso de concessão de benefício previdenciário, em especial a aposentadoria ou a pensão por morte, o agricultor familiar e o camponês devem continuar pagando “as mensalidades e taxas aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais”, sob pena de suspensão do benefício previdenciário anteriormente concedido.

Constatou-se, na verdade, a existência de uma rede de formulação e divulgação de informações falsas sobre os direitos previdenciários dos agricultores familiares e camponeses, que é composta, principalmente, por Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Esses sindicatos agem com o

intuito de divulgar a informação falsa de que a proteção previdenciária dos agricultores familiares e camponeses é condicionada ao pagamento de “contribuições ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais”. Desse modo, inúmeros agricultores familiares e camponeses, que não possuem qualquer fonte regular de renda, reservam seus poucos recursos para o “pagamento das mensalidades e taxas aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais”, por acreditaram que somente poderão obter, no futuro, a sua aposentadoria se “contribuírem com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais”.

Entretanto, a proteção previdenciária dos agricultores familiares e camponeses é devida pelo Estado, independentemente de o trabalhador rural estar filiado, ou não, a Sindicato de sua categoria profissional. Em outras palavras, os direitos previdenciários são efetivados pelo Estado, por meio do INSS, e não por Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que, portanto, não concedem e não custeiam o pagamento dos benefícios previdenciários.

Ora, se não há exigência de recolhimento de contribuições previdenciárias para a concessão de benefícios previdenciários para os segurados especiais, é óbvio que não é exigida qualquer comprovação de pagamento de “mensalidades e taxas para os Sindicatos de Trabalhadores Rurais”.

No intuito de esclarecer os direitos previdenciários aos segurados especiais, procura-se responder às dúvidas e aos questionamentos apresentados dos segurados especiais, enfatizando a informação de que a concessão dos benefícios previdenciários aos segurados especiais não é, em qualquer hipótese, condicionada à comprovação de pagamento das taxas e contribuições aos sindicatos da categoria profissional. Enfatiza-se, também, a informação de que é imprescindível a existência de documentos que sejam aptos a comprovar o exercício de atividade rural, para a concessão dos benefícios previdenciários aos segurados especiais.

Tenta-se, assim, inculcar, nos segurados especiais atendidos, o hábito de formalizar suas relações de produção agropecuária, por meio da elaboração e conservação dos documentos aptos a comprovar o efetivo exercício de atividade rural, tais como contratos de parceria agrícola (com firma reconhecida em cartório); certidão de casamento (com a profissão de lavrador); notas fiscais de aquisição de insumos agrícolas (que, nas visitas técnicas realizadas, noticia-se comumente o hábito de jogar no lixo estes documentos. Ou seja, os segurados especiais jogam no lixo os documentos que, posteriormente, foram faltas para a comprovação da atividade rural); recibos de recebimento de assistência técnica pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); dentre outros documentos.

E, para auxiliar a consecução deste objetivo, elaborou-se uma cartilha sobre os direitos previdenciários dos segurados especiais. Esta cartilha foi elaborada pelos alunos matriculados na disciplina “Direito Previdenciário”, integrante da grade curricular do curso de Direito, *campus* Serro, no primeiro semestre do ano de 2016.

A cartilha é uma ferramenta utilizada com a finalidade de facilitar a compreensão dos segurados especiais, que, em geral, são pessoas com baixo nível de instrução e que possuem dificuldade na compreensão da linguagem jurídica, de seus direitos previdenciários. Assim, a cartilha é composta por signos (visuais e textuais), destinados a transmitir informações verdadeiras aos segurados especiais sobre os seus direitos previdenciários.

Baseada num diálogo com diversos personagens, as informações sobre os direitos previdenciários dos segurados especiais são transmitidos numa linguagem acessível ao público alvo, facilitando, assim, a compreensão das medidas necessárias para a efetividade de sua proteção social. (Figura 1)

Figura 1 – Cartilha dos Direitos Previdenciários dos Segurados Especiais



Fonte: Discentes da disciplina Direito Previdenciário, primeiro semestre de 2016

Após a realização da reunião comunitária, a equipe do projeto de extensão realiza visitas técnicas, nas residências dos agricultores familiares / camponeses que, na reunião comunitária, manifestarem interesse em participar desta fase da atividade extensionista, com o objetivo de verificar a existência de documentos apropriados para servirem de “início de prova material” da atividade rural, para fins de previdenciários. Nesta oportunidade, entrega-se um exemplar da cartilha acima mencionado, com o intuito de disponibilizar aos segurados especiais um instrumento

de informação de seus direitos previdenciários, que podem ser consultados a qualquer momento, para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Assim, na hipótese de se verificar a existência desses documentos durante a realização da visita técnica, a equipe extensionista orienta os segurados especiais atendidos sobre a conservação dos documentos, acondicionando-os numa pasta ou envelope, bem como sobre a necessidade de continuar a produzir tais documentos nos anos seguintes e a produzir outros documentos que sirvam de “início de prova material” da atividade rural.

Por outro lado, na hipótese de se verificar a inexistência desses documentos em poder da entidade familiar durante a realização da visita técnica, a equipe extensionistas realiza pesquisa, em fichas hospitalares, em cadastro em escolas da zona rural, em processos administrativos e/ou judiciais, em bancos de dados da EMATER e em instituições públicas e privadas que possam guardar documentos aptos a comprovar a atividade rural, de modo a localizar documentos que assegurem a possibilidade de exercício dos direitos previdenciários dos segurados especiais.

A equipe extensionistas produz, também, os documentos apropriados à comprovação da atividade rural para fins previdenciários, tais como inscrição do imóvel nos cadastros do INCRA, elaboração de contratos de parceria agrícola (com firma reconhecida), *etc.*, de modo a produzir as provas documentais indispensáveis para a inserção dos agricultores familiares / camponeses na rede de proteção social do Regime Geral de Previdência Social.

Em síntese: essas visitas técnicas serão realizadas por equipe, formada por professores e alunos, e terão o escopo de levantar os documentos já possuídos pelos agricultores familiares, conhecer as características da exploração da atividade agropecuária e produzir os documentos jurídicos necessários para servirem de início de prova documental da qualidade de segurados especiais do Regime Geral de Previdência Social.

3 RESULTADOS

Foi possível perceber que, a partir da realização das reuniões comunitárias, das visitas técnicas e da disponibilização da cartilha, os segurados especiais atendidos pelo projeto de extensão aumentaram seu conhecimento sobre as regras jurídicas de sua proteção previdenciária, bem como sobre os modos de exercício de seus direitos previdenciários. Nesse contexto, a cartilha facilitou a compreensão das informações transmitidas nas reuniões comunitárias e visitas técnicas, sobre os direitos previdenciários dos segurados especiais, bem como sobre os documentos imprescindíveis para o exercício de seus direitos previdenciários.

Com isso, nas comunidades rurais atendidas, percebeu-se uma diminuição na circulação das informações falsas que, no início da atividade de extensão, predominavam entre os moradores da

comunidade. Dificulta-se, assim, que os agricultores familiares / camponeses sejam ludibriados por entidades / pessoas que, a pretexto de assegurar a sua proteção previdenciária, exigem o pagamento de taxas e contribuições que não possuem qualquer relação jurídica com o custeio da Previdência Social e o acesso aos benefícios previdenciários previstos para a proteção dos segurados especiais.

Percebeu-se, também, um aumento no número de benefícios previdenciários concedidos pelo INSS aos segurados especiais atendidos pelo projeto de extensão, na medida em que, ao comparecerem na entrevista com documentos que servem de “início de prova material”, são concedidos, no âmbito administrativo, os benefícios previdenciários pleiteados pelos segurados especiais, que, assim, não precisam se submeter à demora e às incertezas de um processo judicial.

Por fim, é notório que os alunos extensionistas estão desenvolvendo uma postura ética e crítica e aprendendo a intervir na realidade social com o escopo de neutralizar, na maior medida do possível, as causas sociais de inefetividade dos direitos previdenciários dos segurados especiais, deparando-se, muitas vezes, com uma realidade impactante de miséria social, que não lhes é demonstrada por nenhum outro meio acadêmico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de conhecimento de seus direitos previdenciários e a falta de hábito de formalização de suas relações de produção agrícola, que ocasiona a inexistência de documentos aptos a servirem de “início de prova material”, constituem-se, dentre outras, em causas sociais da falta de efetividade do sistema de proteção social dos segurados especiais, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

A falta de efetividade da proteção social dos segurados especiais coloca em risco social aproximadamente 866.333 agricultores familiares, que vivem e trabalham em todas as regiões administrativas do Estado de Minas Gerais, em conformidade com o Perfil da Agricultura Familiar no Estado de Minas Gerais, divulgado pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (PERFIL..., 2014, p. 12).

Dessa forma, no momento em que os agricultores familiares / camponeses perdem a capacidade laborativa, em decorrência de idade avançada, doença, gestação e outros fatores de risco social previstos na legislação previdenciária, entrando, conseqüentemente, em risco social pela incapacidade de obter as condições materiais indispensáveis para uma vida digna, e pleiteiam a concessão de benefícios previdenciários para garantir uma renda mensal destinada a lhes assegurar a subsistência própria e de sua família, o INSS vem reiteradamente indeferindo a concessão de benefícios previdenciários sob a justificativa de que os segurados especiais não apresentam

documentos jurídicos aptos a servirem como início de prova documental do efetivo exercício de atividade rural.

Assim, a transmissão de informações verdadeiras sobre seus direitos previdenciários, bem como os modos de exercício destes direitos, e a identificação e elaboração de documentos aptos a comprovar o exercício de atividade rural, tendem a mitigar as causas sociais de inefetividade dos direitos previdenciários dos segurados especiais, inserindo-se, assim, uma parcela significativa da população mineira na rede de proteção do Regime Geral de Previdência Social.

A continuidade e expansão das atividades extensionistas, que se pretende nos próximos anos por meio do atendimento de outras comunidades rurais existentes no Estado de Minas Gerais, se mostra indispensável para a efetividade dos direitos previdenciários dos segurados especiais, que produzem os gêneros alimentícios para a população mineira.

REFERÊNCIA

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo / Rio de Janeiro / Campinas: Hucitec / Anpocs / Unicamp, 1992.

AZEVEDO SETTE, André Luiz Menezes. **Direito Previdenciário Avançado**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

BERWANGER, Jane Lucia Wilhelm. **Previdência Rural: inclusão social**. Curitiba: Juruá, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 24 jul. 1991.

BRASIL. Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 24 jul. 1991.

BRASIL. Decreto n.º 3.048, de 06 de maio de 1999. **Aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 06 maio 1999.

BRASIL. Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004. **Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais**. Diário Oficial da União, Brasília, 19 abr. 2004.

BRASIL. Instrução Normativa INSS/PRES nº 77, de 21 de janeiro de 2015. **Estabelece rotinas para agilizar e uniformizar o reconhecimento de direitos dos segurados e beneficiários da Previdência Social**, com observância dos princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jan. 2015.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

CORDEIRO, Marcel. **Previdência Social Rural**. Campinas: Millennium Editora, 2008.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2002.

PERFIL da Agricultura Familiar de Minas Gerais. Governo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014, de disponível em:

<<http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/Perfil%20da%20Agricultura%20Familiar%20v2.pdf>>.

PLEIN, Clério; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Capitalismo, Agricultura Familiar e Mercados. **Redes**, v. 16, n. 3, p. 98-121. Santa Cruz do Sul, set./dez. 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, nº 51, fev. 2003, p. 99-121.

SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção agrícola. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Distrito Federal: Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1014.

WEISHEIMER, Nilson. Desenvolvimento rural, capitalismo e agricultura familiar. **Olhares Sociais**, n. 2, p. 51-78, jan./jun. 2013.

Construção participativa: teoria e prática⁵⁹

Glaucan Durães⁶⁰
Ludivanelem Silva⁶¹
Micaella Mendes⁶²
Prof.^a Denise Pirani⁶³
Prof.^a Juliana de Lima Passos Rezende⁶⁴
Prof. Ricardo Ferreira Ribeiro⁶⁵

RESUMO

Esse trabalho é um relato das ações realizadas no Projeto de Extensão Lições da Terra que lida atualmente com a temática de direitos étnicos e realiza atividades em comunidades quilombolas do Serro (MG). A proposta é, em síntese, apresentar a interdisciplinaridade do projeto e contar da experiência de professores e extensionistas em contato com essas comunidades. Os objetivos do trabalho são: apresentar as técnicas metodológicas realizadas com o público-alvo do projeto, relatar a experiência comunidade – academia e, por fim, evidenciar a importância da construção participativa para construção de conhecimento e modificação da realidade local.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Extensão. Práticas Participativas.

1 INTRODUÇÃO

A complexa relação entre universidade e sociedade, revela-se na integração das diferentes áreas do saber ofertadas pela universidade, a partir do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (DIAS, 2009). Segundo Jezine (2004), os princípios da integração ensino pesquisa, teoria e prática que embasam a concepção de extensão como função acadêmica da universidade revelam um novo pensar e fazer, que se consubstancia em uma postura de organização e intervenção na realidade. Nesse aspecto, a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações / conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser, participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania.

⁵⁹ Projeto financiado pela Pró-Reitora de Extensão da PUC Minas.

⁶⁰ Graduando em Ciências Sociais na PUC Minas, campus Coração Eucarístico. Extensionista do projeto Lições da Terra. E-mail: glauconduraes@hotmail.com.

⁶¹ Graduanda em Ciências Biológicas na PUC Minas, unidade Betim. Extensionista do projeto Lições da Terra. E-mail: ludivanelem@yahoo.com.br.

⁶² Graduando em Curso de Ciências Sociais na PUC Minas, campus Coração Eucarístico. Extensionista do projeto A luta por reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades remanescentes de quilombo. E-mail: micaellakiane@yahoo.com.br.

⁶³ Co-orientadora, professora Adjunto IV do Departamento de Ciências Sociais da PUC Minas, com doutorado em Etnologie et Anthropologie Sociale pelo Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, França(1997). Professora integrante do projeto Lições da Terra. E-mail: dpirani@gmail.com.

⁶⁴ Co-orientadora, professora Assistente IV do Departamento de Ciências Biológicas da PUC Minas, com mestrado em Ecologia (Conservação e Manejo da Vida Silvestre) pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Professora integrante do projeto Lições da Terra. E-mail: jupassosrezende@gmail.com.

⁶⁵ Orientador e professor Adjunto IV do Departamento de Ciências Sociais da PUC Minas, com doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2005). Coordenador do projeto Lições da Terra. E-mail: ricrib@pucminas.br.

Segundo as diretrizes da Política de Extensão da PUC Minas, a junção entre ensino, pesquisa e a extensão é parte da essência de formação dos alunos. Nesse sentido é de vital importância se formar a maior quantidade de profissionais qualificados e indivíduos capazes de ter contato com a realidade social, assim como desenvolver e transformar a realidade em que vivemos. Esse campo de experiência, pesquisa e ações é o que se almeja no projeto que apresentaremos a seguir, visto que diante de pesquisas atuais, a extensão proporciona melhor formação ao aluno, assim como permite crescimento e desenvolvimento pessoal dos indivíduos envolvidos nos Projetos de Extensão, o projeto Lições da Terra não é diferente destes exemplos.

O Projeto de Extensão Lições da Terra aproxima os estudantes e professores da PUC Minas da realidade socioeconômica, política, cultural e ambiental das comunidades quilombolas de Minas Gerais, através do trabalho interdisciplinar na elaboração de relatórios antropológicos, visando à regularização de áreas remanescentes de quilombos das comunidades trabalhadas. O Projeto vem, desde 2013, dedicando-se à elaboração de Relatórios Antropológicos, através de convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Atualmente, o Lições da Terra atua apenas com comunidades quilombolas, mas já atuou em outros momentos em comunidade atingidas por barragens, comunidades ribeirinhas e comunidades indígenas.

A atuação com comunidades quilombolas, leva em consideração que é preciso “romper a ideia congelada de Quilombo baseado em uma definição histórica e passadista, que o entende apenas como patrimônio histórico, esquecendo suas características como um patrimônio vivo, que comunica passado, presente e futuro.” Simão e Sampaio (2012). A trajetória histórica de tais comunidades, marcada pela opressão da escravidão e que se prolonga através da sua exclusão social após a Abolição, motiva a solidariedade dos profissionais envolvidos, mas “é fundamental que saibamos, em nosso trabalho, separar a solidariedade fundamentada por essa perspectiva de outros tipos de solidariedade sem o mesmo fundamento, que também têm o seu lugar, mas que não devem ser associados à produção dos laudos periciais” (Oliveira, 2010, p.25).

Os relatórios antropológicos são peças chave para o processo de regularização / titularização dos territórios quilombolas, conforme a Instrução Normativa nº 57 que “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003”.

A experiência da realização de relatórios antropológicos revela a constituição de uma equipe ampliada e diversificada, que procura desenvolver uma metodologia própria tanto na elaboração dos relatórios antropológicos, como na sua gestão e na elaboração de estudos e projetos de obras comunitárias.

O objetivo desse trabalho é descrever a metodologia participativa, que se assenta na atuação integrada e no rico diálogo da equipe multidisciplinar, no qual os resultados da investigação de um campo não só se complementam, mas efetivamente lançam luz sobre o esforço de pesquisa do outro.

1.1 Interdisciplinaridade

A experiência da realização de relatórios antropológicos, ora desenvolvida no Serro, revela a necessidade de constituição de uma equipe básica, que pode e deve ser ampliada e diversificada para atender a novas e diversas demandas. Tais equipes possuem, pela própria natureza do trabalho a ser realizado, não somente um caráter multidisciplinar, envolvendo professores e alunos das áreas das Ciências Sociais e Biológicas, e do Direito, *etc.*; mas defronta-se também com o desafio da interdisciplinaridade. A delimitação de territórios não se baseia apenas em critérios socioculturais e históricos, mas funda-se em aspectos produtivos e ambientais, assim, como recorre à documentação das terras e de seus moradores e diversas outras contribuições de diferentes áreas da Ciência.

1.2 Relevância social

As comunidades quilombolas, em geral, e, em particular, as que estão sendo trabalhadas no Serro, bem como, as duas do Vale do Rio Doce, onde a nossa atuação se inicia, vêm sofrendo, historicamente, ameaças da perda do seu território a partir ações de fazendeiros e outros proprietários vizinhos e, mais recentemente, pela atuação de mineradoras, implantação de projetos agroflorestais, criação de unidades de conservação, avanços nos processos de urbanização e outras iniciativas públicas e privadas.

O território constitui-se em um elemento fundamental para a reprodução socioeconômica e cultural de tais comunidades, pois não apenas assegura condições de vida e trabalho às suas famílias, como remete a vários elementos da sua tradição, espalhados pela paisagem.

A elaboração de relatórios antropológicos configura-se, hoje, em peça fundamental não só para a delimitação, a partir de critérios científicos, de tais territórios, como para o seu reconhecimento oficial, conforme previsto na legislação pertinente. O grande número de comunidades quilombolas existentes em Minas Gerais e no Brasil; bem como, o recente agravamento dos conflitos fundiários tem impulsionado a constituição de parcerias, entre o INCRA e várias instituições de ensino superior no estado, visando a sua elaboração.

A Universidade assume, assim, o seu compromisso social e histórico com um segmento social marcado pela escravidão e a exclusão. A PUC Minas, como universidade confessional, com tradição extensionista, não podia se furtar em também dar a sua contribuição neste campo,

somando-se a outras iniciativas semelhantes, em especial, considerando-se os vários projetos e atividades já desenvolvidos junto a comunidades quilombolas de diferentes regiões de Minas. É exatamente a partir destas iniciativas que vêm surgindo, não só no Serro, mas também em outras localidades e regiões, a demanda pela elaboração de relatórios antropológicos. Nesse aspecto, cabe ressaltar o destaque que a PUC Minas vem recebendo, pelo reconhecimento, tanto da parte do INCRA, da Federação das Comunidades Quilombolas e mesmo por outras universidades, no que se refere à qualidade dos relatórios antropológicos já elaborados, pela equipe interdisciplinar constituída, pela metodologia participativa utilizada e pela formação dos estudantes envolvidos.

É nesse sentido que se justifica a ampliação de sua atuação na região vizinha do Vale do Rio Doce, onde o Lições da Terra já atuou em anos passados, com experiência de vivência e extensão desenvolvida por pequenos grupos de estudantes. Foi essa experiência, associada ao acompanhamento de uma das lideranças regionais e diretor da Federação das Comunidades Quilombolas do trabalho desenvolvido no Serro, que permitiu a visita às comunidades de Barro Preto, Indaiá e Saco Barreiro, em 2015, dentro de um trabalho de campo desenvolvido pelas disciplinas Oficina de Integração Curricular e Metodologia de Pesquisa: Metodologias Participativas e Tecnologias Sociais pertencentes ao núcleo de formação comum do Instituto de Ciências Humanas. Foi a partir de todos esses fatores que surgiu a proposta de atuação do Projeto Lições da Terra nessas comunidades e que foi posteriormente amadurecida em contato com suas lideranças e com o INCRA.

É preciso também destacar que, em 2015, a realização de projetos arquitetônicos de centros comunitários em Ausente, Fazenda Santa Cruz e Vila Nova e o desenvolvimento de estudos de outras obras, nessas e nas comunidades de Baú e Queimadas, constituíram uma nova frente de trabalho, que se integrou de forma complementar à equipe envolvida na produção de relatórios antropológicos. Essa frente também está pautada pelos mesmos princípios de interdisciplinaridade, metodologias participativas e formação profissional, possibilitando às comunidades a obtenção de projetos que permitam, em parceria com outros atores sociais, buscar recursos para a sua construção. Os centros comunitários constituem-se em importantes espaços de sociabilidade, pois ali podem ser realizadas reuniões, encontros, festas, cursos, celebrações, consultas médicas, atividades administrativas e tantas outras de grande importância para os quilombolas, que também demandam a elaboração de projetos referentes a outras obras de interesse coletivo.

O Projeto Lições da Terra, neste sentido, insere-se nas seguintes diretrizes da Política de Extensão da PUC Minas:

- a) A extensão como prática acadêmica dialógica entre a universidade e a sociedade, que se realiza na relação com o ensino e a pesquisa;

- b) A extensão como produtora e disseminadora de conhecimentos advindos da comunidade acadêmica;
- c) A extensão como instrumento para problematizar e buscar respostas às questões sociais, objetivando a qualidade de vida da população, em especial local e regional;
- d) A extensão como uma ação que deve ser desenvolvida de modo a tornar as comunidades autônomas, evitando-se dependência ou assistencialismo.

2 METODOLOGIA

O Projeto de Extensão Lições da Terra PUC Minas é composto por uma equipe interdisciplinar de professores dos cursos de Ciências Sociais, Direito, Ciências Biológicas e Arquitetura, e estudantes destes cursos das unidades de Betim e Belo Horizonte. O desenvolvimento do projeto é iniciado em comunidades quilombolas de acordo com o interesse das mesmas em terem seu território regularizado, pois eles são centro de todas as atividades interdisciplinares que o projeto desenvolve, são os personagens principais a todo o momento.

Nos anos de 2015/2016, o Projeto Lições da Terra vem realizando seu trabalho na elaboração de Relatórios Antropológicos nas Comunidades de Vila Nova e Santa Cruz, situadas no município de Serro, norte de Minas Gerais. Esses relatórios antropológicos concebem a identificação de uma ligação entre um território e uma comunidade, vinculada a ele, historicamente, por laços socioeconômicos, culturais e ambientais.

A equipe PUC Minas, no processo de elaboração do Relatório Antropológico, atua de forma integrada e complementar, com a finalidade de facilitar a compreensão, por parte das comunidades quilombolas, do trabalho que cada um desenvolve, dividindo-se em “Equipe Gente”, responsável pela realização dos estudos antropológicos, sociais, históricos e documentais; e a “Equipe Natureza”, que realiza estudos etnoecológicos e outros usos e manejos dos recursos naturais do território. Tais equipes possuem, pela própria natureza do trabalho a ser realizado, professores e alunos das áreas das Ciências Sociais e Biológica, Direito e Arquitetura.

Ambas as equipes da PUC Minas coletam seus dados de forma inicial com a mesma metodologia, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas voltados totalmente para a comunidade, onde os quilombolas conversam, descrevem e contam suas histórias, relatam seu modo de vida, ou seja, o principal fornecedor das informações geradas pela pesquisa é a própria comunidade. São extraídos dessa forma dados sobre a fauna e flora local, identificados os recursos naturais utilizados, dados socioculturais e informações referente às famílias. A "equipe natureza", usa além do questionário a técnica de caminhada transversal, para coleta de informações, o que garante maior participação da comunidade, pois eles são os guias, devido ao conhecimento local,

gerando nesta atividade o debate aberto de vários aspectos que surgem durante a caminhada. A "equipe Gente" usa da metodologia qualitativa e utiliza de instrumentos metodológicos como entrevistas e história de vida, além de realizar junto à comunidade árvore genealógica das famílias e o mapa mental ou mapa simbólico. Todas as metodologias são realizadas em conjunto e de forma interdisciplinar, o que possibilita produção de um conhecimento mais completo no nosso ver.

Parte do trabalho das duas equipes é realizada na busca de informações secundárias, obtidas a partir de diferentes fontes realizadas em campo, e desenvolvidas em paralelo nas duas comunidades. Tais atividades compõem o diagnóstico rápido participativo, que consiste em conjunto de técnicas desenvolvidas em grupos para garantir maior participação da comunidade, e procura estruturar e organizar a forma como os atores sociais percebem, coletivamente, seu grupo ou comunidade (BROSE, 2001; FARIA, 2006) e o debate aberto de vários aspectos em questão:

- a) Linha do tempo: Resgata a história vivenciada pelo grupo ou comunidade e a sua relação com o meio ambiente/território.
- b) Mapa simbólico: reconhece a distribuição espacial de ambientes, pessoas, bens, serviços, etc. presentes na comunidade.
- b) Caminhada transversal: identifica “*in loco*” elementos complementares ao mapa, destacando construções presentes na comunidade, os ambientes existentes, os locais interessantes para o grupo, etc.
- c) Calendário sazonal (diário, semanal, mensal ou anual): permite uma visão temporal dos acontecimentos/aspectos do cotidiano da comunidade; evidencia ciclos naturais e sociais e correlaciona diferentes informações a respeito de um mesmo período.
- d) Diagrama de Venn: identifica as relações sociais relevantes para a comunidade, caracterizando as diversas entidades relacionadas, com diferenciação da interferência que cada uma possui.

3 RESULTADOS

As atividades de pesquisa do projeto Lições da Terra são dispostas em três momentos elementares, sendo eles o pré-campo, o campo e o pós-campo.

No primeiro momento, o pré-campo, as equipes “Gente e Natureza”, constituídas por professores e os alunos de distintos cursos e unidades da PUC Minas, reúnem-se para o primeiro planejamento de ações nas comunidades quilombolas, onde são apresentados os objetivos da entrada em campo, as metodologias e técnicas metodológicas a serem utilizadas durante as pesquisas, os materiais para coleta de dados, formas de contornar eventuais situações que possam

prejudicar os trabalhos, ética científica de pesquisa e distribuição de recursos de necessidades básicas.

Já no segundo momento, se dá a entrada das equipes “Gente e Natureza” no campo. Para Minayo et al. (1994) o campo na perspectiva da pesquisa qualitativa é “o recorte espacial que corresponde à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objetivo da investigação”, no nosso caso, as comunidades quilombolas de Vila Nova e Santa Cruz. A relação entre a comunidade e o grupo de pesquisadores se dá de forma dinâmica e democrática a partir de um planejamento de ações compartilhadas entre ambas as partes, o que gera uma situação de legitimação do trabalho por parte da comunidade. Nessa perspectiva, os atores sociais (moradores da comunidade) e pesquisados são unidos a partir das técnicas utilizadas.

A primeira atividade de pesquisa realizada no campo é a aplicação de questionários semiestruturados a todas as residências das comunidades quilombolas por duplas interdisciplinares de extensionistas. Os questionários, usados para a obtenção de informações mais objetivas e limitadas, especialmente aquelas relativas às condições socioeconômicas das famílias quilombolas, compostos de 47 questões referentes a realidades sociais e ambientais, foram desenvolvidos em todas as famílias das comunidades. Foram contabilizados vinte e quatro questionários respondidos em Vila Nova, e quarenta e sete em Santa Cruz.

Porém, como aponta Minayo et al. (1994), “quando se trata de apreender sistemas de valores, de normas de representações de determinado grupo social, ou quando se trata de compreender relações, o questionário se revela insuficiente”. Nessa perspectiva, logo após a aplicação dos questionários semiestruturados, se procedeu à realização de entrevistas abertas ou não estruturadas, que ainda na perspectiva de Minayo et al. (1996) “a quantidade de material produzida tende a ser maior e com um grau de profundidade incomparável em relação ao questionário, porque a aproximação qualitativa permite atingir regiões inacessíveis à simples perguntas e respostas”. Sendo assim, os entrevistados possuem mais liberdade para discorrerem sobre o que os mesmos consideram mais relevante em sua realidade.

A fim de reconhecer a distribuição espacial de ambientes, pessoas, bens, serviços, fauna, flora, patrimônios culturais etc. presentes no campo, a equipe Gente realizou junto a comunidade a confecção de dois mapas simbólicos, um por comunidade, onde em duas grandes reuniões com um número significativo de quilombolas, estiveram presentes lideranças, os membros mais idosos, os jovens e as crianças. Nessa ótica, o trabalho envolveu uma gama de olhares para o mesmo território, aglutinando perspectivas diversas das diferentes idades, sexos e posições sociais, onde os próprios quilombolas desenharam sua comunidade.

Dando prosseguimento as atividades da equipe “Gente”, realizou-se uma trajetória histórica comum à comunidade, uma vez que a origem das mesmas vem de uma lógica de diáspora, a partir

dos relatos de pessoas mais velhas. Dessa atividade, foi possível a elaboração de uma linha histórica compreendendo a temporalidade da diáspora distribuída em um espaço de percurso efetuado pelos primeiros membros da comunidade até o seu estabelecimento no local atual. Por fim, cruzando os dados dos questionários com as informações adquiridas nas entrevistas abertas, foram elaboradas duas árvores genealógicas principais, uma por comunidade, das quais geraram outras tantas árvores genealógicas menores, revelando assim uma lógica de associação entre famílias.

Em outra frente, a equipe “Natureza” realizou caminhadas transversais, onde integrantes da comunidade que conhecem bem o local e suas questões ambientais e o limite de territórios acompanha a equipe natureza destacando os ambientes existentes, e os locais interessantes para o grupo. Nesse momento foi realizada a coleta de espécies vegetais, que possuem importância para a comunidade quilombola. Tais espécies foram encaminhadas ao Museu de Ciências Naturais PUC Minas, onde foram identificadas e depositadas no herbário.

O último momento de atuação do projeto Lições da Terra, o pós-campo, ocorre por meio de uma reunião conjunta das equipes “Gente e Natureza” em Belo Horizonte com a finalidade de discutir os dados e informações coletadas no campo, bem como os problemas e os acertos das equipes. Por fim, todos os dados coletados por meio das metodologias participativas, mesmo que desenvolvidas separadamente por cada equipe, são trianguladas, trabalhadas em conjunto para que se possa ter um resultado com mais riqueza de informações, interdisciplinaridade e coesão para a confecção do relatório antropológico.

4 CONCLUSÕES

A construção de uma metodologia para a elaboração de relatórios antropológicos em comunidades quilombolas do Serro, com tanta diversidade de procedimentos investigativos e com os vários aspectos já abordados tem sido um aprendizado importante para todos os envolvidos. A inclusão de todo o trabalho como atividade extensionista permite que estudantes de graduação de diferentes áreas possam vivenciar um processo pedagógico que combina conhecimento teórico e experiência prática.

A divisão da equipe nos trabalhos proporciona a busca mais precisa de informantes quilombolas que sejam mais adequados para desenvolver a tarefa específica das equipes Gente e Natureza, e mesmo que separados em atuações, há momentos de troca de informações entre ambas, que são enriquecedores nos trabalhos de cada uma, e contribuem para os avanços na elaboração dos relatórios antropológicos.

Em relação à relevância acadêmica resultado do trabalho do projeto, é possível afirmar que esse é um campo novo do conhecimento e do exercício profissional, que se apresenta não apenas na

elaboração de relatórios antropológicos voltados para a regularização de territórios quilombolas, indígenas e de comunidades tradicionais, mas também aplicável teórica e metodologicamente na realização de estudos de impacto ambiental. A oportunidade de sua realização configura-se como um espaço de formação acadêmica e profissional, que não se restringe aos estudantes envolvidos, mas abrange também os professores e, como são realizados de forma participativa, igualmente contribui para a ampliação dos conhecimentos das comunidades envolvidas.

A elaboração de relatórios antropológicos constitui-se em um processo de pesquisa participativa e interdisciplinar, como está mais bem evidenciado na metodologia apresentada, possibilitando a construção de trocas não só por profissionais de diferentes áreas, como a construção de novos conhecimentos. Assim, a conclusão dos dois primeiros relatórios antropológicos, referentes às comunidades de Ausente e Baú, resultou em uma produção científica complexa, envolvendo diferentes áreas do conhecimento, cada um deles com mais de 300 páginas. A construção dos relatórios das comunidades Fazenda Santa Cruz e Vila Nova também proporcionou um crescimento profissional e acadêmico para os alunos envolvidos.

O Projeto Lições da Terra, desde a sua origem, está assentado em uma proposta metodológica participativa, de acordo com Santos (2005), envolvendo professores, estudantes, comunidades, movimentos sociais e instituições que atuam no meio rural, combinando conhecimento teórico e vivência prática. As metodologias participativas são instrumentos de construção de conhecimento entre os membros do projeto e comunidade, dessa forma são criados laços que facilitam o trabalho e enriquecem os participantes no que diz respeito a experiência acadêmica e pessoal.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In O'Dwyer, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV/ABA, 2002.

BROSE, Markus (org.). **Metodologia Participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2001.

DIAS, Ana Maria Iori. Discutindo caminhos para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física**, v. 1, n. 1, p. 37-52, 2009.

FARIA, Andréa Alice da Cunha. **Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP**: diagnóstico rural participativo. Brasília: MMA; IEB, 2006.

JEZINE, Edineide. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. 2004. p. 1-5.

MINAYO, M. C. DE S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA Luis Roberto Cardoso de. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas. IN FLEISCHER, Soraya. (Org.) **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica.** Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SANTOS, Ailton Dias dos. **Metodologias participativas:** caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Peirópolis. 2005.

Desenvolvimento do aplicativo Guia de Profissões Ponto Jovem⁶⁶

Pablo Stéfano Fonseca Santos⁶⁷
Prof.^a Adriane Maria Arantes de Carvalho⁶⁸

RESUMO

O projeto de extensão Ponto Jovem tem como objetivo contribuir para a construção da cidadania a partir da realização de oficinas e do fornecimento de informações que permitam aos jovens situarem-se como sujeitos autônomos e de direitos. O aplicativo móvel Guia de Profissões Ponto Jovem é uma iniciativa do projeto e disponibiliza informações sobre profissões de nível técnico e de nível superior. O objetivo deste artigo é descrever o processo de desenvolvimento do aplicativo para a plataforma Android. Os testes realizados junto ao público-alvo permitiram validar o conteúdo e identificar novos requisitos de dados e de design. O processo propiciou uma ligação estreita entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Espera-se que o aplicativo torne-se uma fonte confiável de informação sobre profissões.

Palavras-chave: Aplicativo móvel. Profissão. Usabilidade. Juventude. Cidadania.

1 INTRODUÇÃO

O Projeto de extensão Ponto Jovem parte do pressuposto de que “ações de informação podem contribuir para a construção da cidadania e para a formação de um ser autônomo” (CARVALHO et al., 2015) e, por isso, definiu como objetivo o desenvolvimento de um ponto de informação que contribua para a construção da cidadania a partir da realização de oficinas e do fornecimento de informações que permitam aos jovens situarem-se como sujeitos autônomos e de direitos. O projeto agrega professores e alunos de diferentes áreas de conhecimento (Administração, Sistemas de Informação, Economia e outros), além de instituições parceiras: o Programa Beira Linha⁶⁹ da Pastoral da PUC Minas São Gabriel; o Centro de Educação para o Trabalho CEDUC Virgílio Resi⁷⁰ e a Rede de Colégios Santa Maria. As parcerias reúnem as possibilidades acadêmicas de produção do conhecimento com o potencial de aplicação empírica junto aos jovens que participam de suas atividades e que constituem o público-alvo do projeto.

O projeto parte do pressuposto de que não há uma juventude, mas *juventudes*, considerando o plural como um termo mais representativo da grande diversidade de culturas, interesses, valores, estratos socioeconômicos e características em geral desta parcela da população. Assim, em 2014, primeiro ano de execução do projeto, numa tentativa de identificar os temas de interesse do público-

⁶⁶ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

⁶⁷ Graduado em Sistemas de Informação pela PUC Minas, unidade São Gabriel. E-mail: pbefonseca@gmail.com.

⁶⁸ Orientadora e professora Adjunto IV do Departamento de Administração, PUC Minas, campus Coração Eucarístico com doutorado em Ciência da Informação. E-mail: adriane@PUC Minas.br.

⁶⁹ O Programa Beira Linha busca de forma trans e interdisciplinar, colocar-se a serviço da comunidade mais vulnerável de seu entorno, a comunidade Beira Linha.

⁷⁰ O CEDUC Virgílio Resi oferece cursos profissionalizantes de curta duração com o objetivo de qualificar profissionalmente jovens que buscam conquistar sua vaga no mercado formal de trabalho. Os cursos são realizados em parceria com o poder público ou o setor privado, e abrange o município de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

alvo, foram realizadas dinâmicas com jovens e adolescentes. Questões relacionadas à vida profissional e, especialmente, à escolha da profissão emergiram dessas dinâmicas realizadas junto ao público-alvo. (CARVALHO; BRANDÃO; CARDOSO, 2015).

De acordo com Correa, citado por Narciso (2016), “a inserção profissional é uma necessidade para quase 40% dos jovens”, mas ela também passa “pelas condições de trabalho e mobilidade social, que deveriam permitir a emancipação dos jovens”. (CORREA *apud* NARCISO, 2016, p. 194)

Aquino (2009) chama atenção para os indicadores sociais e para o fato de que uma porção muito significativa dos jovens (30,6%) pode ser enquadrada como pobres (renda *per capita* de até meio salário mínimo). Ou seja, trata-se de um grupo particularmente vulnerável, seja na perspectiva da educação, da inserção laboral, do modo de vida (seja por condições precárias ou falta de acesso a equipamentos públicos), e que carecem fortemente de oportunidades de inserção e de superação da sua condição atual.

Mas, como destaca Weller, citado por Narciso (2016), as expectativas de bem-estar social e financeiro e de reconhecimento social associados ao trabalho são realizáveis apenas no longo prazo e demandam níveis elevados de educação. Filgueiras (2016) destaca que “a educação é essencial para que os jovens se incorporem em melhores condições ao mercado de trabalho, visto que níveis mais elevados de escolaridade estão associados a maior produtividade e empregabilidade”. (FILGUEIRAS, 2016, p. 121). Um dado preocupante é que o jovem se insere no mercado de trabalho sem profissionalização, sem se preocupar com medidas ou ações que elevem seu salário e, que mesmo considerando a participação política importante, ele não sabe como se tornar um ator político (AGENDA PÚBLICA, 2015). Destaca-se que isso ocorre apesar da grande maioria desses jovens possuírem acesso aos principais meios de comunicação e informação da atualidade (celular, internet, televisão *etc*).

Dessa maneira, no projeto optou-se por reconhecer a especificidade e a singularidade do seu público-alvo e do contexto sociocultural específico no qual estão inseridos os jovens do Programa Beira Linha e do CEDUC Virgílio Resi. Nesse contexto, priorizou-se dar especial atenção à escolha profissional e foi dado início a elaboração de um Guia de Profissões, que abarcasse informações sobre profissões de nível superior (graduação e tecnólogo) e de nível técnico. A iniciativa possuiu três eixos: a produção de conteúdo (produção de fichas com dados de diversas profissões, tais como descrição, competências necessárias, áreas de atuação, qualificação necessária, dentre outras); o cadastramento e disponibilização no site do projeto (www.pontojovem.net) e o desenvolvimento de um aplicativo móvel com dados das profissões.

Sabe-se que os equipamentos *mobile* são grandes aliados para a propagação de informação e geração de conhecimento, e esse foi um dos motivos para a criação de um aplicativo móvel. Para

Nudelman (2013), “a computação é o fator de maior disrupção no desenvolvimento na história da humanidade” (NUDELMAN, 2013, p. 16). A informação pode alcançar qualquer pessoa no mundo em questão de segundos e, tamanha penetração, se justifica com a inserção e potencialidade de expansão da tecnologia móvel (SANTOS, 2015, p. 17).

Dentre as possíveis definições, mobilidade é a capacidade de deslocamento com facilidade. Abordada no contexto de dispositivos móveis, mobilidade refere-se a usuários operando funcionalidades capazes de realizar um conjunto de tarefas de determinada aplicação, com a disponibilidade de conectar-se, obter dados, ter experiências e compartilhar com outros usuários (LEE; SCHNEIDER; SCHELL, 2005).

Outro fator relevante deve-se ao fato dessa geração ser “ligada” à tecnologia da informação, que a utiliza intensivamente para interagir (CARVALHO; BRANDÃO; CARDOSO, 2015). Tapscott, citado por Parnaíba e Gobbi (2010), cunhou o termo “Geração Net”, ou “N-Gen”, para denominar os jovens que são considerados “nativos digitais”. Um outro termo – *screenagers* – é utilizado por Castro, citado por Pereira e Silva (2014), para caracterizar o jovem da atualidade, que possui múltiplos papéis em interação com múltiplas telas: receptor, produtor, fã e consumidor.

O uso intensivo e diverso da tecnologia digital assume peso importante na formação da identidade do jovem. Para Slater, citado por Pereira e Silva (2014), a vida cotidiana, as identidades e as relações sociais, são sustentadas e reproduzidas por meio de mercadorias. Sendo o *smartphone* um objeto importante da cultura material contemporânea, os “grupos pertencentes a camadas populares, que possuem mais dificuldades de sobrevivência material, consomem mercadorias da mesma maneira que as outras classes, que possuem maior poder aquisitivo” (SLATER *apud* PEREIRA; SILVA, 2014, p. 3). Tem-se, portanto, que o *smartphone* é um bem de consumo que atrai jovens de diferentes realidades sociais. Por isso o desenvolvimento de um aplicativo para uma plataforma móvel e a sua disponibilização de forma gratuita têm o potencial de atingir um grande número de jovens em busca de informações confiáveis sobre as profissões.

O objetivo desse artigo é descrever o processo de desenvolvimento do aplicativo móvel “Guia de Profissões Ponto Jovem” e de seu teste junto ao público-alvo do projeto Ponto Jovem. A fim de alcançar o objetivo proposto, primeiramente serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para o gerenciamento do desenvolvimento de um aplicativo móvel, destacando as fases, técnicas e instrumentos utilizados. Tendo feito isso serão apresentados os principais artefatos elaborados para o desenvolvimento do aplicativo e o retorno do teste realizado junto ao público-alvo do projeto. Finalmente serão apresentadas algumas considerações em relação ao aplicativo desenvolvido e ao próprio processo de desenvolvimento que se caracterizou como sendo transdisciplinar.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira versão do aplicativo móvel “Guia de Profissões Ponto Jovem” foi desenvolvida por meio de dois trabalhos de conclusão de curso do Curso de Sistemas de Informação: os trabalhos de Reis (2014) e de Santos (2015). Desde a proposta do aplicativo estava presente a intenção de que ele atendesse aos requisitos de qualidade de *software*, usabilidade e design (interface), pois entende-se que esses elementos podem estimular o uso do aplicativo e a exploração do seu conteúdo. Assim, inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura sobre desenvolvimento de aplicativos móveis e de usabilidade.

Posteriormente, foram seguidas as fases genéricas do processo de gerenciamento do desenvolvimento de aplicações móveis: definição de requisitos, projeto, codificação e teste de sistema (LEE; SCHNEIDER; SCHELL, 2005). A fase de definição de requisitos consiste na especificação de requisitos de usuários, funcionais e de operações, dentre outros. Para o levantamento de requisitos de usuários, foram realizadas entrevistas com duas professoras⁷¹ do projeto de extensão e análise dos relatórios das dinâmicas realizadas junto aos jovens, por extensionistas. As dinâmicas utilizaram a técnica de grupos focais e ocorreram no período de 15 a 22 de maio de 2014. Participaram das dinâmicas sessenta jovens e adolescentes, com idades entre 14 e 21 anos, sendo destes vinte e três do sexo masculino e trinta e sete do sexo feminino, que eram alunos do Colégio Santa Maria – unidades Coração Eucarístico, Pampulha, Floresta e Nova Suíça – e de oficinas oferecidas pelo Projeto Beira Linha da PUC Minas São Gabriel. De acordo com Carvalho, Brandão e Cardoso (2015), o tema “profissões” foi um dos mais destacados pelos jovens, que também apontaram o que gostariam de saber sobre o tema.

Os tópicos identificados no levantamento de requisitos de usuários somados às características específicas de um aplicativo móvel resultaram em itens de uma lista de requisitos funcionais, que especificaram as funções que o aplicativo deve contemplar, e de requisitos não funcionais (operação, desempenho, segurança *etc.*).

Procedeu-se ao desenvolvimento do projeto do aplicativo que requereu: a elaboração da arquitetura do aplicativo; definição da interface com o usuário; definição da estrutura de dados; e a especificação de casos de uso. Após o projeto, foi realizada a codificação do aplicativo, o desenvolvimento de um protótipo; e a implementação da interface com o site do projeto desenvolvido no ambiente *SharePoint* (REIS, 2014). Durante o segundo semestre de 2014 foi desenvolvida a versão inicial do aplicativo para dispositivos Android⁷².

⁷¹ Professoras do curso de Administração da PUC Minas.

⁷² Plataforma de código aberto do Google que permite modificações em seu código fonte, dando liberdade para que novos recursos sejam implementados constantemente (LECHETA, 2015).

Os testes do sistema foram realizados entre abril e maio de 2015. De acordo com Ballard, citado por Dantas (2009), no processo de teste de uma aplicação *mobile* as limitações comuns a aplicações tradicionais, somam-se às limitações do ambiente móvel e dos desenvolvedores e projetistas, os quais precisam se adaptar ao contexto móvel. Destaca-se ainda a inexistência de um “padrão para os diversos modelos de dispositivos móveis no que se refere ao uso, forma ou interface” (DANTAS, 2009, p. 41). As características dos dispositivos variam de tamanho e resolução de tela, tipos de entrada do dispositivo, formatos de teclado, dentre outras características e funcionalidades e, por isso a aplicação pode apresentar-se de modo diferenciado em cada dispositivo (DANTAS, 2009). Os testes funcionais identificaram alguns problemas na carga do banco de dados que foram corrigidos.

Assim, no final do segundo semestre de 2015, uma versão corrigida do aplicativo foi disponibilizada para teste junto aos usuários. Elaborou-se um plano de testes para verificar a usabilidade do aplicativo que envolvia um roteiro e um questionário. Foram propostos dois roteiros: um teste livre, no qual o usuário detinha domínio da dinâmica de uso do aplicativo; e um teste orientado que consistia na realização de tarefas em uma sequência predeterminada. A dinâmica do teste implicava em oferecer um dispositivo móvel ao usuário para que ele utilizasse o aplicativo. Para cada aluno havia dois avaliadores acompanhando a execução do teste, preferencialmente um extensionista de Administração e um de Sistemas de Informação. Esses extensionistas faziam a observação da execução do teste pelo usuário.

Após a execução do roteiro de teste, o questionário era entregue para preenchimento. Segundo Padilha (2004), a aplicação de questionários é uma técnica prospectiva que permite coletar informações subjetivas sobre a qualidade da aplicação e a experiência do usuário. As questões do questionário foram organizadas segundo o modelo de Padilha (2004).

Os testes ocorreram em três encontros, nos dias 19 e 28 de outubro de 2015, e foram aplicados em quatorze jovens, com idades entre 15 a 21 anos, do Colégio Santa Maria Nova Suíça e participantes das oficinas Projeto Beira Linha. Os testes foram aplicados por quatro extensionistas, sendo dois do Curso de Sistemas de Informação e dois do Curso de Administração. As atividades realizadas pelos alunos de Sistemas de Informação foram apropriadas como atividade extensionista da disciplina de Computadores e Sociedade do Curso de Sistemas de Informação da PUC Minas São Gabriel. Posteriormente, os registros foram analisados para identificar problemas de projeto do aplicativo e oportunidades de melhoria.

3 RESULTADOS

O aplicativo móvel “Guia de Profissões Ponto Jovem” tem como missão auxiliar e permitir aos jovens consultar profissões de nível técnico ou superior, oferecendo informações que permitam

conhecer as características básicas do profissional (competências, descrição, formação) e de sua atuação profissional (áreas de atuação, entidades de classe).

Durante a especificação de requisitos do aplicativo foram identificados os seguintes requisitos funcionais:

- a) Os usuários devem ser capazes de realizar consultas às profissões por Área do Conhecimento ou pelo nome da profissão;
- b) Os usuários devem ser capazes de marcar uma profissão como favorita para que ela seja acessada futuramente com mais facilidade e agilidade;
- c) Os usuários devem ser capazes de incluir notas ou comentários;
- d) Os principais requisitos não funcionais identificados por Reis (2014) foram:
- e) O dispositivo móvel deve permitir a atualização dos dados quando houver conexão com a internet;
- f) O dispositivo móvel deve permitir a acesso off-line aos dados caso não haja conexão com a internet;
- g) Não há necessidade de autenticação de usuário. O acesso deve ser público e gratuito.

Os requisitos funcionais do sistema foram transpostos para um diagrama de caso de uso. A partir do ponto de vista do usuário, o diagrama de caso de uso descreve as principais funcionalidades do sistema e a interação dessas funcionalidades com os usuários, porém, sem aprofundar em detalhes técnicos que denotam como o sistema é executado (RIBEIRO, 2016).

O caso de uso visão geral Ponto Jovem apresenta as principais funcionalidades disponíveis a serem executadas pelo usuário a partir do acesso na aplicação: acessar a página inicial (*Home*), consultar Profissão, adicionar Favoritos, acessar Favoritos e adicionar Anotação.

De acordo com McNamara e Kirakowski, citados por Dantas (2009), três elementos básicos devem ser utilizados para avaliar a tecnologia móvel: funcionalidade, usabilidade e experiência do usuário. A funcionalidade refere-se ao produto. A usabilidade diz respeito à interação entre o produto e o usuário. Por sua vez, a experiência do usuário investiga qual a experiência do usuário ao utilizar o produto (como se sente, qual o significado *etc*).

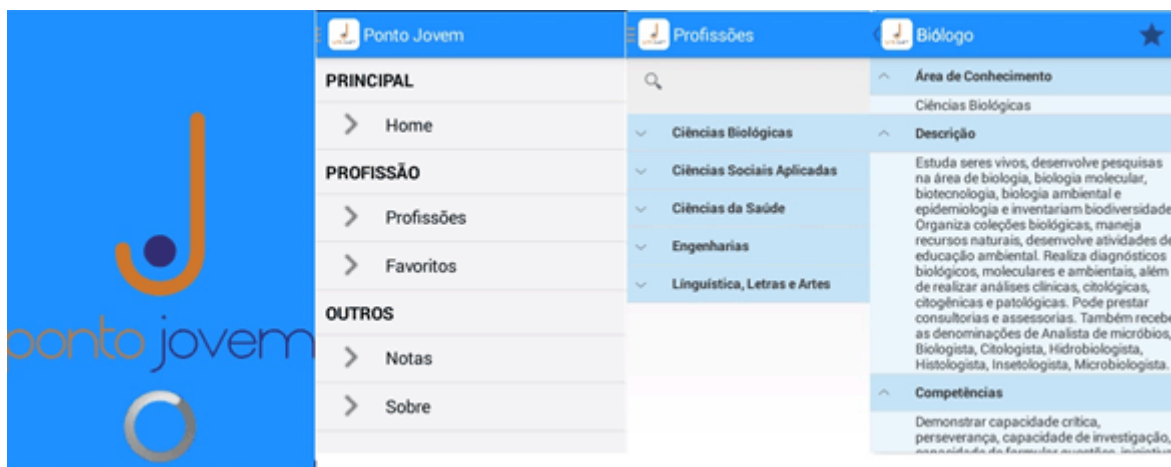
A proposta de interface do aplicativo levou em consideração as heurísticas de usabilidade (NIELSEN, 1995; NIELSEN, 2007) e outras cinco dimensões voltadas para a qualidade de *software* (NIELSEN, 1993). As dimensões de qualidade foram trabalhadas da seguinte maneira no desenvolvimento do aplicativo:

- a) **Aprendizagem:** aplicativo fácil de manusear e que permite identificar as suas funcionalidades sem exigir grande esforço;
- b) **Eficiência:** como consequência da facilidade de aprendizagem, as próximas tarefas a serem executadas tornam-se intuitivas e são executadas em tempo hábil;

- c) **Facilidade de memorizar:** a aplicação não possui muitas funcionalidades e sua interface é simples e limpa, sendo facilmente memorizável;
- d) **Erros:** caso ocorram, foram tratados para garantir o mínimo de defeitos. Mensagens de alerta são exibidas para o usuário, caso alguma operação seja inválida.
- e) **Satisfação:** a aplicação foi desenvolvida para atender as demandas apresentadas pelo seu público alvo, com isso as funcionalidades são simples e práticas; além disso, são oferecidas informações atualizadas, íntegras e com curto tempo de execução, sendo um ponto importante para os usuários. (REIS, 2014, p.44).

A interface do aplicativo possui um visual limpo e intuitivo e os componentes utilizados foram inseridos para apresentar exatamente o que é proposto pela plataforma Android, com o intuito de minimizar erros de usuário por experiência. Também foram consideradas questões ergonômicas, como movimentação dos dedos e posição do dispositivo, com o intuito de reduzir o esforço do usuário (REIS, 2014). As possibilidades de inserção de dados por parte do usuário são simples e oferecem todas as tarefas visíveis ao usuário. A navegação entre as telas também foi pensada de forma que reduza a quantidade de cliques. A logomarca do projeto foi elaborada pelo Núcleo de Experimentação Publicitária (NEP) da PUC Minas e é utilizada em todas as telas do aplicativo. A Figura 1 exibe as telas do aplicativo: tela inicial; tela com o *menu* geral da aplicação; tela de consulta por Área do Conhecimento; tela de consulta às profissões.

Figura 1 - Interfaces do aplicativo Guia de Profissões Ponto Jovem



Fonte: Reis, 2014.

As telas geradas nas interações do usuário com o Guia de Profissões são criadas a partir de um *layout* e implementadas por classes da API ou podem ser definidos os elementos da tela em um arquivo XML, sendo que este segundo método deixa o código mais limpo, permite a separação entre a parte visual da aplicação e a lógica de negócios, para facilitar, posteriormente, a manutenção do código (HASLINGER, 2009).

As profissões são dispostas em um catálogo que é disponibilizado na opção “Profissão”. É permitida a consulta de uma profissão ao digitar no campo de busca o nome da mesma ou por Área do Conhecimento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ). Com o retorno da consulta, ao

selecionar um item exibido, são informados os dados referentes à profissão. Também é possível marcar a profissão como favorita.

O aplicativo possui uma entrada própria para essas marcações no *menu* principal para facilitar o acesso dos dados ao usuário. O usuário poderá acessar a área, realizar consultas, visualizar informações de profissões favoritas como também desmarcá-las. (REIS, 2014). Com o intuito de criar uma área de anotações personalizadas, o aplicativo permite ao usuário a criação, edição e exclusão de informações salvas em anotações, como um bloco de notas (REIS, 2014).

Todo o conteúdo do aplicativo Guia de Profissões é salvo em uma base de dados local – dentro de cada dispositivo móvel que possua a aplicação instalada. No caso da plataforma Android, o SQLite é o responsável pelo armazenamento de dados para estruturas relacionais. Ele é uma biblioteca autocontida que possui implementação interna ou direta no sistema operacional e permite que seja utilizado o banco de dados direto da aplicação. (LECHETA, 2013)

A base de dados possui um esquema relacional que denota como os dados são armazenados. O modelo do banco de dados está estruturado em uma tabela de Profissão, que contém dados das profissões catalogadas, e outra tabela de Anotação, que armazena as anotações criadas pelo usuário (SANTOS, 2015).

As interações e integrações – como, por exemplo, o acesso às informações cadastradas no banco de dados – são gerenciadas por processos diretamente ligados as camadas da arquitetura do sistema operacional do Android. A camada de aplicativos é o local onde estão dispostas todas as aplicações implementadas juntamente com outras nativas do Android e as instaladas pelo usuário (HASLINGER, 2009).

Esquematizada em um modelo MVC (*Model, View e Controller*), a arquitetura interna da aplicação do Guia de Profissões está disposta em três camadas. A camada de gerência de dados utiliza a biblioteca SQLite responsável por armazenar as informações das profissões e a notas pessoais. A camada Lógica de negócios integra as camadas de interface com o usuário e o acesso ao banco de dados com a informação do que a aplicação necessita. A aplicação, localizada na camada de aplicativos, faz a interpretação das operações solicitadas e gera as interfaces para interação com o usuário (SANTOS, 2015). A arquitetura foi elaborada a partir de um modelo de Lee, Schneider e Schell (2013). Os dados são obtidos e atualizados por meio da extração de conteúdo diretamente da página do catálogo de profissões do site do portal Ponto Jovem por meio de *web scraping* (SANTOS, 2015). O aplicativo utiliza a API 14 com versão mínima do SO 4.0.1 (*Ice Cream Sandwich*).

Durante o teste funcional do aplicativo, no primeiro semestre de 2015, a equipe do projeto detectou alguns erros no funcionamento. Os problemas foram derivados de alterações no site do portal que estavam incompatíveis com as especificações do aplicativo e de inconsistências geradas

na atualização do banco de dados. Foram realizadas as tratativas para os problemas identificados e, com a finalização de todas as correções, foi gerado o arquivo de instalação do aplicativo para dispositivos móveis Android, que utilizado durante os testes de usabilidade e entrevistas com o público-alvo do projeto (SANTOS, 2015).

Nos testes de usabilidade, realizados junto aos jovens no segundo semestre de 2015, pôde-se constatar a dificuldade dos entrevistados em reconhecer o padrão de navegabilidade no Android. Por exemplo, foi constatado que o ícone de *Menu* não foi reconhecido como um símbolo para identificação das funções disponíveis no aplicativo. No caso das anotações, os ícones de criar, salvar e excluir não foram intuitivos o suficiente para que criasse uma associação à função. Dessa maneira os usuários não utilizaram o bloco de notas da maneira esperada. Foi sugerida a mudança dos ícones pelos entrevistados. Observou-se que alguns problemas eram decorrentes da falta de conhecimento prévio da aplicação, o que não é desejável segundo Nielsen (1993).

Para lidar com esses problemas, foram propostas melhorias na interface com a adoção dos padrões e recomendações de projetos do Google Android.

Para a maioria dos usuários que participaram do teste, o aplicativo foi elogiado e classificado como objetivo e detalhado em relação às profissões. Foram sugeridos novos conteúdos para a ficha de profissões, como o interesse em conhecer o que se estuda nos cursos de formação (SANTOS, 2015). Outras sugestões, como a inclusão de vídeos, foram descartadas pela impossibilidade de produção de conteúdo próprio pelo projeto ou de inclusão de conteúdo produzido por terceiros em função da legislação de direitos autorais. Para sanar esse desejo manifestado pelos jovens, sugere-se a utilização do bloco de anotações nos quais podem ser registrados links para sites ou aplicativos que hospedem esse tipo de conteúdo. Os resultados obtidos na execução dos testes pelos membros do projeto foram de grande importância e justificaram a elaboração de uma proposta de uma nova versão com algumas das sugestões obtidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aplicativo Guia de Profissões Ponto Jovem possibilita a consulta a informações sobre diversas profissões, tais como: Área do Conhecimento, principais atividades desempenhadas, formação necessária; entidades de classe etc. Também permite que o usuário marque as suas profissões favoritas e insira notas pessoais ou comentários. É um dos canais do projeto para prover informações e interagir com o seu público-alvo, além de vir a se constituir numa fonte confiável de informações sobre profissões. Ao longo do tempo, o seu desenvolvimento propiciou o refinamento dos requisitos funcionais e tecnológicos para que a sua finalidade fosse alcançada.

Os resultados obtidos no teste junto aos jovens permitiram validar os requisitos do aplicativo, conferir o interesse dos jovens pelo seu conteúdo, e identificar novos requisitos de dados e de interface. Os pontos de melhoria identificados serão incorporados na próxima versão, que contemplará a mudança da interface com o site do projeto, que migrará do ambiente *Sharepoint* para o ambiente *WordPress*, e será disponibilizado nas versões Android, IOS e Windows Phone. Posteriormente serão realizadas oficinas formativas sobre o tema profissões nas quais todo o material produzido será utilizado como material de apoio.

Um dos motivos que levou ao desenvolvimento do aplicativo foi o fato de diferentes estudos apontarem a comunicação digital, sobretudo aquela que se utiliza de dispositivos móveis, como uma nova possibilidade do exercício da cidadania. Espera-se que o aplicativo venha contribuir para informar e despertar o interesse dos jovens em relação à profissão e que seja mais um elemento na sua busca por direitos e por autonomia. A sua disponibilização gratuita nas lojas de aplicativos móveis contribuirá para o acesso dos jovens a informações confiáveis sobre profissões e reforçará o caráter inovador da iniciativa do projeto Ponto Jovem.

O projeto propiciou conciliar atividades de ensino, pesquisa e extensão, ao combinar as atividades e reflexões da extensão com práticas investigativas e desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso. Além disso, a execução do projeto tem permitido que alunos de graduação, de diversos cursos, atuem com a temática da informação juvenil, convivam com os outros jovens (público alvo) e compreendam como o acesso à informação tratada e organizada pode contribuir para a construção da cidadania. Por meio da composição da equipe do projeto e das parcerias firmadas buscou-se contemplar as contribuições de diferentes disciplinas presentes no contexto acadêmico assim como o caráter trans e interdisciplinar do projeto.

De acordo com Domingues, citado por Andalécio (2009), é nos interstícios e nas interfaces entre as disciplinas que as abordagens multi, inter e transdisciplinares podem encontrar abrigo, colocando juntos especialistas de diferentes áreas de conhecimento, em torno de um objetivo comum que, no caso do projeto, refere-se à geração de um artefato tecnológico – um aplicativo móvel. Normalmente a proposta de soluções computacionais para problemas do mundo real requer integração entre equipes de várias áreas do conhecimento. É essencial que demandantes e solucionadores trabalhem juntos no entendimento da demanda e solução. No caso do projeto Ponto Jovem e do aplicativo Guia de Profissões Ponto Jovem, a produção de conhecimento tecnológico somou-se à produção de conteúdo sobre as profissões, o que envolveu a realização de práticas investigativas dos extensionistas do projeto sob a supervisão e acompanhamento de professores.

Finalmente o desenvolvimento e o teste do aplicativo contribuem para o atingimento dos objetivos do projeto e, dessa maneira, o inserem dentro da política extensionista da PUC Minas

(PUC Minas, 2006), a qual explicita a importância da democratização do conhecimento produzido, por meio da ampliação dos canais de interlocução com os segmentos externos.

REFERÊNCIAS

- AGENDA PÚBLICA. **Políticas de juventude**: kit do gestor. Brasília: Agenda Pública, 2015. Disponível em: <http://agendapublica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/af_volume_1_politicas_de_juventude.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.
- ANDALÉCIO, Aleixina Maria Lopes. **Informação, conhecimento e transdisciplinaridade**: mudanças na ciência, na universidade e na comunicação científica. 2009. 277 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- AQUINO, L.M. Introdução In: CASTRO, J A; AQUINO, L. M.; ANDRADE, C. C. (orgs.) **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.
- CARVALHO, A. M. A.; BRANDÃO, L. A.; CARDOSO, A. M. P. Informação para quem? Sobre o que? Um estudo preliminar da necessidade de informação dos jovens. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 9., Universidade e sociedade: desafios e perspectivas contemporâneos, 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2015. p. 207-211.
- CARVALHO, A.M.A. et al. **Ponto Jovem**. Projeto de Extensão. PUC Minas, 2015.
- DANTAS, V. L. L. **Requisitos para Testes de Aplicações Móveis**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. 2009.
- FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Políticas públicas e inserção laboral dos jovens: algumas experiências na América Latina. In: FILGUEIRAS, C. A. C.; MEDEIROS, R. (org.). **Jovens, trabalho e políticas públicas**: anseios e desafios. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, p.113-138, 2016.
- HASLINGER, M. C. **Protótipo para localização de pontos de referência na cidade de Chapecó utilizando Google Android e Google Maps**. Chapecó: [s.n.], 2009.
- LECHETA, Ricardo R. **Google Android**: Aprenda a criar aplicações para dispositivos móveis com o Android SDK. 3. ed. São Paulo: Novatec Editora, 2013.
- _____. **Google Android**: Aprenda a criar aplicações para dispositivos móveis com o Android SDK. 4. ed. São Paulo: Novatec, 2015.
- LEE, Valentino; SCHNEIDER, Heather; SCHELL, Robbie. **Aplicações móveis**: arquitetura, projeto e desenvolvimento. São Paulo: Pearson, 2005.
- NARCISO, Roseane de Aguiar Lisboa. Sobre os efeitos do trabalho e da educação na reprodução social de jovens aprendizes. In: FILGUEIRAS, C.A.C.; MEDEIROS, R.; (org.). **Jovens, trabalho e políticas públicas**: anseios e desafios. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2016, p.187-210.
- NIELSEN, Jakob. **10 usability heuristics for user interface design**. 1995. Disponível em <<http://www.nngroup.com/articles/ten-usability-heuristics/>>. Acesso em: 26 set. 2014.
- _____. **Usability Engineering**. Boston: Academic Press, 1993.
- NIELSEN, J.; LORANGER, H. **Usabilidade na web**: projetando *websites* com qualidade. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

NUDELMAN, G. **Padrões de projeto para o Android**: soluções de projetos de integração para desenvolvedores. São Paulo: Novatec, 2013.

PADILHA, A. V. **Usabilidade na web**: uma proposta de questionário para avaliação do grau de satisfação de usuários do comércio. Florianópolis: [s.n.], 2004.

PARNAIBA, C.; GOBBI, M.C. Os jovens e as tecnologias da informação e da comunicação: aprendizado na prática. **Revista Anagrama**, São Paulo, v. 3, n. 4, p.1-14, jul./ago. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35450>>. Acesso em: 10 out. 2014.

PEREIRA, Camila Rodrigues; SILVA, Sandra Rubia. O consumo de smartphones entre jovens no ambiente escolar. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5, 2014, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 15 p. Disponível em: <http://alcarsul2014.sites.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/10/gthistoriadamidiadigital_camila_pereira-1.pdf>. Acesso em: 01 maio 2016.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Política de Extensão Universitária**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2006. Disponível em < http://www.PUC Minas.br/documentos/politica_de_extensao.pdf >. Acesso em: 17 set. 2013.

REIS, Nathália Gonçalves. **Desenvolvimento de aplicações para dispositivos móveis**: aplicando técnicas de usabilidade no guia de profissões Ponto Jovem. 2014. 56f. Trabalho de conclusão de curso - Curso de Sistemas de Informação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

RIBEIRO, Leandro. **O que é UML e Diagramas de Caso de Uso**: Introdução Prática à UML. 2016. Disponível em <<http://www.devmedia.com.br/o-que-e-uml-e-diagramas-de-caso-de-uso-introducao-pratica-a-uml/23408> >. Acesso em: 22 maio 2016.

SANTOS, Pablo Stéfano Fonseca. **Proposta de uma nova arquitetura para o aplicativo móvel Guia de Profissões Ponto Jovem**. 2015. 66f. Trabalho de conclusão de curso - Curso de Sistemas de Informação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

Economia solidária: cooperação, adesão e mobilidade social

Alice Amâncio Caetano⁷³
Emmanuele Araújo da Silveira⁷⁴
Prof. Flávio Constantino Barbosa⁷⁵
Prof. Jefferson Pinto Batista⁷⁶

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar os fatores determinantes da exclusão social e seus impactos no mercado de trabalho, demonstrando porque grupos específicos buscam nos Movimentos de Economia Solidária uma alternativa de sobrevivência material e participação política. Os princípios desses movimentos estão historicamente estabelecidos, contudo, persistem ainda grandes desafios para que os mesmos se constituam em uma alternativa ao modo de produção capitalista. Por esse motivo as universidades assumem relevante papel na formação técnico-profissional desses empreendedores, bem como na formação sociodemocrática. O grupo de expositores do Movimento de Economia Popular Solidária da Região Metropolitana de Belo Horizonte foi o objeto de estudo deste artigo. Através da revisão bibliográfica, aplicação de questionários e entrevistas, foi possível identificar o perfil socioeconômico dos empreendedores e suas atividades, bem como as demandas e desafios a serem superados com o apoio das atividades de Extensão.

Palavra-chave: Vulnerabilidade. Inclusão Social. Modelos de Produção.

1 INTRODUÇÃO

Os cientistas sociais se defrontam com dois grandes desafios em sua área: a) a construção de modelos em que crescimento e justiça social caminhem juntos; b) fazer desses modelos a prática para a verdadeira transformação social. Essas tarefas exigem, no plano teórico, a revisão e argumentação sobre conceitos não aceitos por todos (podemos definir concretamente bem-estar e justiça social?) e, no plano operacional, a indefinição quanto aos meios, instrumentos e agentes envolvidos. Se, por um lado, torna-se mais clara a incapacidade dos mercados em minimizar as desigualdades, por outro, busca-se no Estado o agente promotor do desenvolvimento. Contudo, as experiências já demonstraram que estratégias exclusivamente pró-Estado também não produziram os efeitos desejados quanto a crescimento, distribuição de renda e garantia de liberdades fundamentais (BOYER, 1992). E essa situação se agrava em países mais pobres e desiguais, em que as demandas sociais são debatidas por grupos com grande diferença de poder (político e econômico). Entre os fatores que explicam a ineficiência das políticas públicas, temos a heterogeneidade da população (raça, gênero, estoque de capital humano, cultura), a dotação

⁷³ Analista de Relações Internacionais pela PUC Minas.

⁷⁴ Graduanda do Curso de Ciências Econômicas PUC Minas, campus Coração Eucarístico e extensionista do Núcleo do Trabalho/Pró-Reitoria de Extensão PUC Minas.

⁷⁵ Professor Assistente IV do Departamento de Economia e membro do Núcleo do Trabalho e Produção/Pró-Reitoria de Extensão PUC Minas, com mestrado em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG.

⁷⁶ Professor do Departamento de Economia e membro do Núcleo do Trabalho e Produção/Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas, com mestrado em Ciências da Religião pelo Instituto de Filosofia e Teologia da PUC Minas. Presidente Interino do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais.

desigual de recursos naturais, financeiros e tecnológicos, o padrão demográfico e o distanciamento do Estado (poder central) das realidades locais. Ao não compreender as realidades locais e propor uma política homogênea, o próprio Estado cria as condições para a exclusão social. O fato é que a política macro não pode divergir das outras políticas (regional, industrial, trabalhista) o que coloca uma tarefa extenuante aos gestores públicos, principalmente quando não se abrem canais de comunicação entre quem demanda (a sociedade) e quem executa (governo). A participação é fundamental na condução do processo.

A política pública de Economia Solidária implantada há mais de dez anos no Brasil ilustra esse caso. Como colocado no 1º Plano Nacional de Economia Solidária

A política pública de economia solidária é um processo de conquista social. O seu crescimento e sua expansão dependem tanto dos esforços governamentais quanto da capacidade de organização política dos que fazem a economia solidária no Brasil, enquanto parte do movimento de democratização econômica e política da sociedade brasileira. (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015, p. 3).

O plano reforça esse caráter participativo ao afirmar que

o planejamento e a implementação das políticas de economia solidária constituem-se em um amplo processo de aprendizagem e de construção coletiva de conhecimentos, considerando a diversidade e pluralidade dos sujeitos, e que permitem o diálogo com outros processos territoriais e setoriais de desenvolvimento, afirmando uma identidade da economia solidária nesses processos. (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015, p. 5).

Logo, os diversos movimentos, atores independentes da sociedade civil são resultados do fracasso do debate Estado x Mercado e do reconhecimento do setor público que uma gestão mais participativa pode conferir maior legitimidade às ações e eficiência em seus resultados. É nesse espaço aberto que cabe às Organizações Não-Governamentais – ONGs e às Universidades, por exemplo, relevante papel.

No caso das Universidades, destacam-se as atividades de Extensão, por seu potencial de agregar e sintetizar os dois grandes desafios postos ao referido cientista. A Política de Extensão Universitária estabelece que as atividades busquem “... a construção de um projeto societário, que permita, de forma efetiva, concretizar uma pauta de inclusão social, a formação cidadã e humanista, na perspectiva de desenvolvimento integral do ser humano” (APRESENTAÇÃO, 2013). O próprio Estado reconheceu os impactos dessas atividades ao incluí-las na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96, no capítulo IV, Da Educação Superior, artigo 43, que estabelece que as Instituições de Ensino Superior devem

IV – Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação. VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade. VII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas

e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (FERNANDES et al., p.8 2006).

Mas potencial não é garantia de realização. Vivemos um período em que teorias podem ser experimentadas ao mesmo tempo em que são (re)formuladas. Por esse motivo que a extensão é vista como um processo, pois a sua interlocução com a pesquisa e o ensino não pode estar dissociada do objeto de estudo (a sociedade), o que invalidaria o princípio da relação dialógica proposta. Nessa perspectiva os ganhos se multiplicam: o cientista (docente) que busca validar suas hipóteses; a sociedade que busca prosperar (política e economicamente) e o corpo discente, cujos benefícios se propagam no acúmulo do saber, da experiência e na conscientização como agente (profissional e cidadão). Como profissional e cidadão ele continuará exercendo seu papel, ainda que não tenha mais vínculo com a instituição em que se formou. Sua saída implica no recomeço do processo de transformação.

Este é o objetivo desse trabalho: avaliar o papel da universidade como agente transformador, como um ente que exercita o diálogo com o outro, que propõe, ouve e exercita conjuntamente os saberes produzidos. Com um campo de estudo muito diverso, optou-se neste trabalho pelo tema Economia Solidária e a relação com a Universidade.

Na primeira seção busca-se a relação existente entre trabalho e mobilidade social para justificar a exclusão e seus determinantes. Logo após, o porquê da Economia Solidária constituir-se em alternativa para grupos mais vulneráveis, não só do ponto de vista da geração de renda, mas como modelo de emancipação de liberdades.

A seção seguinte aborda o papel da Universidade como parceira dos movimentos sociais, tomando-se como exemplo as Feiras de Economia Solidária realizadas na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais desde o ano de 2010. É um espaço que vai além das vendas, contemplando a formação, informação e convivência. Aqui se apresentam dois mundos, uma vez que a universidade experimenta seus modelos, ao mesmo tempo em que as demandas dos diversos grupos podem reforçar fragilidades e enfraquecer as certezas. Para avaliarmos essa relação foram necessárias duas abordagens. Na primeira levantou-se o perfil socioeconômico dos expositores e seus empreendimentos, para confirmar se os grupos expositores das feiras se caracterizam como excluídos. Na segunda, os resultados da pesquisa foram discutidos com uma das lideranças do Fórum de Economia Solidária para avaliar e a visão que eles têm sobre os princípios de Economia Solidária, a busca de outras liberdades e a influência da Extensão Universitária.

A última seção faz as devidas considerações e levanta questões que podem auxiliar no planejamento das atividades de extensão.

2 TRABALHO, POBREZA E MOBILIDADE SOCIAL

2.1 Exclusão Social e Economia Solidária

A maior parte da literatura recente que se dedica a analisar o modelo de Economia solidária o faz considerando duas perspectivas: que a exclusão social é resultado das mudanças estruturais ocorridas no mercado de trabalho, que por sua vez tem origem nos processos de globalização, liberalização e reestruturação produtiva. Tais mudanças estão associadas à incapacidade do Estado em atender as demandas sociais em um contexto de maior endividamento público, inflação elevada e perda de competitividade. Os processos de abertura, privatização e desregulação seriam tentativas de recuperar o crescimento econômico, o que só seria possível flexibilizando a relação capital-trabalho. Contudo, essa flexibilização implica redução da rede de proteção ao trabalhador (ameaçado pelo desemprego, doença ou velhice), uma vez que determinadas garantias e direitos cessam com o fim do trabalho assalariado. (SANTOS, 2009).

Contudo, existe outra forma de exclusão social que não se origina nas mudanças recentes e que revela um padrão histórico. Seja pelas diferenças raciais, etárias ou de gênero, pela baixa qualificação ou pelo processo migratório, o fato é que parte da sociedade ficou alijada da oferta de bens e serviços básicos (DAL POZZO e FURINI, 2010), não acumulando ativos físicos (bens e serviços), humanos (educação e saúde) e sociais (informação e redes de reciprocidade). Logo, o quadro de exclusão em países emergentes não resulta apenas da liberalização dos mercados, mas também de um processo histórico-institucional. Portanto, “... os excluídos, vítimas da ‘nova pobreza’ da sociedade moderna não se caracterizam como grupos residuais ou temporários, mas sim, como contingentes populacionais que não encontram mais lugar no mercado”. (WANDERLEY, *apud* DAL POZZO e FURINI, 2010, p. 89).

Na impossibilidade de se absorver um contingente crescente de desempregados via expansão dos mercados (adoção de um novo padrão de acumulação de capital) ou via políticas públicas (crise do *Welfare State*), a Economia Solidária se propõe como alternativa ao modelo de desenvolvimento atual (considerado excludente). Mas o que seria Economia Solidária?

A Economia Solidária pode ser compreendida como um movimento nascente da crise do trabalho. A falta de emprego entre pobres e classe média, assim como as condições precárias de trabalho e a exclusão social, cria um grupo de trabalhadores que, “engajados em atividades informais ou precárias, corresponde a candidatos a empregos formais, de melhor qualidade caso eles venham a existir” (SOUZA, p. 27, 2003). Este grupo organiza-se, então, em movimentos sociais para defender seus direitos e interesses, e garantir visibilidade pública. Estes movimentos adquirem determinadas identidades sociais baseadas em carências comuns e valores compartilhados

funcionando, no limite, como resposta ao desemprego e à exclusão social. (SOUZA, 2003).

Mas esse movimento vai além: ele é um modo de organizar determinada atividade econômica de maneira sociodemocrática, o qual ampara um grupo menos favorecido através da inclusão social. É também uma manifestação cultural e é por intermédio deste meio econômico que a produção artesanal é valorizada e conhecida, principalmente via feiras de economia popular solidária que são realizadas pelos próprios sócios (SINGER, 2002). Essa orientação igualitária e democrática constitui-se como um dos pilares do movimento, como será visto.

Os princípios desta forma de organização social e econômica constituem-se, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (2008), de cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica. Tais princípios apontam para uma lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante o crescimento econômico. Os resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade ou raça. Isso implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais.

A cooperação corresponde à existência de interesses e objetivos comuns, que, através de empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores), associações comunitárias de produção, redes de produção, comercialização e consumo, grupos informais produtivos de públicos específicos (mulheres, jovens etc.), ou clubes de trocas, propicia a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. A autogestão abarca o exercício de práticas participativas do processo de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. Este princípio garante o protagonismo dos agentes da economia solidária, ainda que haja apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria. Como não existe a relação de empregado e empregador como no modo de produção capitalista, a principal característica desse modo de organização é a autogestão, tendo como ponto de partida que todos têm as suas próprias funções, mas que se alguém não realizar a sua atividade o coletivo supre essa necessidade. Isso é fundamental, já que nos empreendimentos que tem como base a heterogestão existem os líderes, os diretores, os quais desempenham autoridade sobre os demais. Na autogestão os trabalhadores são donos dos seus próprios meios de produção e compartilham tanto o lucro quanto o prejuízo.

A dimensão econômica é uma das bases de motivação para os esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, envolvendo as questões de viabilidade econômica, assim como critérios de eficácia e efetividade, aspectos culturais, ambientais e sociais. O caráter de solidariedade se expressa na justa distribuição dos resultados alcançados, nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes, na

preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores, e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. (BRASIL, 2008).

Nas palavras de Santos (2009), a Economia Solidária seria

fruto da organização de trabalhadores que se baseiam em relações de colaboração inspiradas por valores que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação de riqueza. (SANTOS, 2009, p. 15).

Mas apesar de apresentar como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento atual, esse movimento ainda tem uma série de desafios a vencer. Entre eles, podemos citar o marco regulatório (ambiente institucional) que rege a união dos trabalhadores cooperados/associados. Definir o formato jurídico dos empreendimentos de economia solidária (associação, cooperativa ou grupos informais) é relevante quando articulamos a autossustentabilidade e a geração de renda crescente (ALMEIDA, 2010). A autora destaca que a participação em redes ou fóruns de articulação é uma variável de extrema importância para o êxito dos empreendimentos solidários, considerando que estes enfrentarão a concorrência capitalista. Os empreendedores necessitam de um apoio que pode ser proveniente do governo (em nível federal, estadual ou municipal), de fundações, igrejas e ONGs, através da inserção nas redes ou em fóruns de economia solidária. A assistência oriunda dessas organizações pode influenciar na dimensão econômica dos empreendimentos.

Na verdade, esse é o segundo desafio: a viabilidade econômico-financeira (sustentabilidade) da atividade. A categoria dos empreendedores solidários que buscam a complementação de renda possui tendências ao insucesso. Esse insucesso é proveniente da insuficiência de tempo para se dedicar à produção e autogestão (ALMEIDA, 2010).

O último desafio se refere aos princípios dessa forma de organização social, principalmente quando consideramos: a) o grau de aderência dos associados/cooperados aos princípios do Movimento; b) se está claro para seus participantes como os fundamentos deveriam orientar suas ações; c) até que ponto a valorização do trabalho supera a busca pela acumulação de capital e elevação do padrão de vida, colocando o movimento como forma alternativa ao capitalismo?

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: PARCERIAS E RESULTADOS

Em 2015, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas - promoveu dois eventos sobre economia solidária: um seminário tendo como tema central *O Papel da Economia Popular Solidária como Desenvolvimento Sustentável e suas Articulações com Políticas Públicas Governamentais* e a Feira de Economia Popular Solidária. Ambos os eventos são resultado da parceria entre a PUC Minas, por meio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), da Arquidiocese de Belo Horizonte, por meio do Vicariato Episcopal para Ação Social e Política, do Fórum Mineiro de

Economia Popular Solidária e da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE) do Governo de Minas Gerais (PROEX, 2016).

Foi a Campanha da Fraternidade de 2010 – Economia e Vida – que originou a feira de economia solidária, que chega ao sexto ano. Além da comercialização dos trabalhos, a feira também oferece oficinas de capacitação (formação), gestão e legislação.

Para compreendermos a importância do movimento de Economia Solidária e sua função social, foi feito um diagnóstico sobre o perfil socioeconômico dos participantes e de seus empreendimentos, além do envolvimento com o Movimento de Economia Solidária.

Na realização desse trabalho, foram envolvidos professores e alunos do Curso de Economia (Disciplina de Seminários – Economia Solidária), adotando-se a seguinte metodologia: a) os alunos participaram de debates, aulas expositivas e rodas de conversa com participantes do Fórum de Economia Solidária da Região Metropolitana de Belo Horizonte; b) parte dos alunos foi selecionada e passou por uma capacitação para aplicação dos questionários junto aos expositores. Os expositores entrevistados (uma amostra de 36 de um total de 94) são cadastrados no Fórum de Economia de Minas Gerais e possuem um histórico de exposição na Feira da PUC Minas desde 2010. Foram aplicados dois tipos de questionários: no primeiro, objetivou-se identificar as características socioeconômicas dos entrevistados. No segundo, o grau de adesão dos expositores ao Movimento, seus conhecimentos sobre os princípios do mesmo e sua identidade; c) feita a tabulação dos dados, os resultados foram apresentados às Lideranças do Movimento de Economia Solidária, estabelecendo um canal de diálogo com os mesmos. Logo, a análise dos dados representa não só a visão da academia (impositiva), mas também do Movimento. Observa-se aqui o respeito à relação dialógica defendida pela Extensão; d) a última etapa é a identificação dos desafios e demandas que poderão subsidiar as relações futuras da Universidade com o Movimento de Economia Solidária. As oficinas de capacitação/formação da Incubadora da Universidade (Incubadora de Desenvolvimento Econômico com Inovação Ambiental e Social – IDEIAS) são um exemplo de como a demandas serão atendidas futuramente. Os dados a seguir contribuem para compreensão da realidade desse grupo e as ações necessárias para expansão da atividade.

Como exposto neste trabalho, o movimento de Economia Solidária tem como objetivo a (re)inserção dos excluídos, a criação e expansão das atividades econômicas e a politização dos indivíduos em busca de uma identidade social. O primeiro passo, então, é identificar se o grupo pesquisado se enquadra no perfil descrito neste trabalho. De acordo com a pesquisa, as mulheres correspondem à maior parte dos expositores (74%); predominam também indivíduos acima de 40 anos (68%) e 64% se declararam como pardos ou negros. Observa-se, portanto, que a maior parte dos entrevistados possui características que retratam o quadro de exclusão e desigualdade do país, marcado principalmente pela população não branca e feminina.

Porém, um resultado que chama a atenção quanto ao grupo de expositores da feira, é a escolaridade. Dos entrevistados, 40% informaram ter cursado todo o ensino médio e 11% possuíam ensino médio incompleto. Considerando-se a formação média do brasileiro e a demanda por mão-de-obra mais qualificada, esse dado surpreende um pouco, uma vez que a baixa escolaridade é apontada como um dos empecilhos para melhor alocação no mercado de trabalho.

Questionados sobre a residência, 45% informou que o imóvel já está quitado e 25% ainda está financiando. Apenas 6% pagava aluguel no período analisado. A maior parte dos entrevistados também dispõe de bens e serviços como televisão, geladeira, computador e acesso a internet. A aquisição ou posse desses bens é um indicativo do padrão de vida do grupo, mas é necessário saber se os mesmos foram adquiridos com a renda gerada pelo movimento ou se possuem uma fonte alternativa. De acordo com a pesquisa, 41% dos expositores responderam que aderiram ao movimento por ser uma fonte complementar de renda e 23% como uma alternativa ao desemprego. Questionados sobre a origem de outras fontes de renda, 77% responderam depender também de outras fontes ou benefícios (aposentadoria, aluguel, pensão). Logo, a maior parte dos pesquisados depende da geração de outras fontes de renda para manter o padrão de vida em que se encontram. Por um lado, isso coloca em cheque a sustentabilidade econômica das atividades desenvolvidas. Por outro lado, 73% afirmaram que seu padrão de vida melhorou depois da entrada no Movimento.

Na verdade, as lideranças do Movimento se preocupam com a qualidade de vida de seus membros, como atestam os dados a seguir: dos entrevistados, 97% afirmaram que enxergam no Movimento uma forma de desenvolver-se profissionalmente; 76% responderam que são ofertados cursos técnicos de aperfeiçoamento de processos ou produtos e 65% tiveram cursos de formação cultural e artística. Finalmente, 71% colocaram que o Movimento se preocupa com a qualidade de vida de seus expositores e 26% que a preocupação é parcial.

Contudo, existem dois aspectos que merecem atenção: o Movimento de Economia Solidária busca resgatar a valorização do trabalho frente à acumulação de riqueza e também estimular a reciprocidade entre seus participantes.

Tabela 1 – Visão do trabalho

Em sua visão a valorização do trabalho		
	%	Quantidade
É mais importante que a acumulação de renda/riqueza.	29	10
É menos importante que a acumulação de renda/riqueza.	0	0
É tão importante quanto a acumulação de renda/riqueza.	68	23
Não opinou	3	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para os expositores, a valorização tem a mesma importância que a acumulação de riquezas

(68%), sendo que 56% disseram que a relação de confiança entre os membros é média e 41% alta. Considerando os princípios do Movimento, esperava-se que os resultados fossem mais significativos quanto a valorização do trabalho.

Esses dados foram passados a uma das lideranças do Movimento e a partir de sua trajetória ajuda a compreender os resultados. Desde a sua entrada, ela ressalta como o Movimento mudou sua percepção (sua postura política, a independência como mulher, seu empoderamento como ser humano) e também a de outros participantes. O diálogo entre os associados era constante, bem como o desejo de obter novos conhecimentos, reconhecer direitos e expressar suas opiniões. Isso deu coesão e facilitou a adesão do grupo. O Movimento permitiu a criação de novos espaços e contatos para aquisição de ativos físicos, visando a sustentabilidade econômica. Porém, a busca pela autonomia financeira não significa acumulação excessiva. O envolvimento com o grupo tinha que ocorrer pelo convencimento (leia-se partilha) e não pelo acúmulo. Atualmente, ela relata os questionamentos internos sobre a situação econômica de cada membro do movimento e se pergunta: expositor não pode ter patrimônio?

Porém, à medida que o movimento foi se expandindo e atraindo pessoas mais jovens, esse caráter foi se dispersando, o que foi constatado na pesquisa.

Tabela 2 – Princípios norteadores

Você poderia citar os princípios que norteiam/sustentam o movimento de Economia Solidária?		
	%	Quantidade
Cooperação	31	23
Autogestão	14	10
Solidariedade	43	32
Dimensão Econômica	12	9

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando os expositores (total de 36) foram estimulados a falar dos princípios de Economia Solidária, o termo “solidariedade” foi citado 32 vezes e “cooperação” 23 vezes. Autogestão só foi mencionado 10 vezes e sustentabilidade/dimensão econômica, 9 vezes.

Essa mesma liderança pontuou que o Movimento está atento a essas mudanças e chama a atenção para o papel da Universidade. No caso específico da PUC Minas, destacam-se as oficinas de capacitação técnico-profissional, de formação humana e os seminários. Portanto, identifica-se aqui a efetividade das oficinas de formação profissional e humana da instituição. E mais: demonstra também que as oficinas e cursos de mobilização devem atentar mais para a formação política do Movimento, trabalhando os princípios que o sustentam, evitando a mercantilização e reforçando a valorização do trabalho. E observa-se também a convergência da política da Instituição com os objetivos do 1º Plano Nacional de Economia Solidária, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional. Em suma: A instituição não deve ser vista apenas como um espaço de vendas, mas também do diálogo, da reciprocidade e confiança, da troca de saberes.

4 CONCLUSÃO

As crises oriundas do modelo de produção capitalista estão exigindo, cada vez mais, ações estruturantes por parte de agentes públicos, que não estão demonstrando capacidade técnica e financeira para atender as diversas demandas sociais. Nesse quadro, torna-se necessário repensarmos o ambiente institucional em que estão inseridos trabalhadores, empreendedores e outros agentes produtivos. Coloca-se, como única alternativa, a flexibilização das relações trabalhistas como elemento dinamizador do mercado de trabalho. Essa é uma resposta que não atende determinados grupos de trabalhadores, excluídos seja pela formação ou pelo gênero a que pertencem. A busca por um novo arranjo institucional não pode alijar os saberes e conhecimentos produzidos dentro das universidades, como atestam os resultados dessa pesquisa. Existem outras alternativas, mas para que se concretizem, devemos avançar quanto à compreensão dos determinantes da exclusão e a proposição de soluções mais eficientes. A construção dessa outra realidade tem que resultar do esforço conjunto da universidade e sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Norma Valentina de. **Economia Solidária em Minas Gerais: uma análise sobre os fatores que contribuem para sua autossustentabilidade e capacidade de geração de renda**. 128f. Tese de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **O que é Economia Solidária**. Brasília: TME, 2008. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1º Plano Nacional de Economia Solidária** (2015- 2019), Brasília, 2015.
- DAL POZZO, Clayton Ferreira; FURINI, Luciano Antônio. O conceito de exclusão social e sua discussão. **Revista Geografia em Atos**, v.1, n. 10, jan./jun. 2010, p. 86-92.
- FELIPPE, Wanderley Chieppe. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.PUC Minas.br/PROEX/site/pagina.php?id=27>> Acesso em: 15 jun. 2013.
- FERNANDES, Mônica Abranches et al. **Política de extensão universitária**. 2006. Disponível em: <http://www.PUC Minas.br/PROEX/arquivos/Editor/pol_de_ext_univ_set2006.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2013.
- FERNANDES, Jorge. **Economia Solidária com Paul Singer 1_3**. Youtube, 18 de setembro de 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Wt4PjIDFUtU>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

G1 GLOBO. **Cidade do interior do RN cria moeda própria para incentivar economia local.**

Disponível em: <<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/01/cidade-do-interior-do-rn-cria-moeda-propria-para-incentivar-economia-local.html>>. Acesso em: 30 set. 2015.

GUERRA, Cândido; PEREIRA, Fernando Batista; BERTUCCI, Jonas. **A Economia Popular Solidária em Belo Horizonte.** Belo Horizonte: UFMG, 2005.

HESPANHA, Pedro; NAMORADO, Rui. Os Desafios da Economia Solidária. Lisboa: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2009. Disponível em:

<www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=4759>. Acesso em: 19 set. 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **O que é Economia Solidária?** Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista.** Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 set. 2015.

_____. Entrevista: Paul Singer. Entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/10335/12013>>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **Introdução à Economia Solidária.** 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **As causas do desemprego.** São Paulo: Jornal Folha de São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/desempregosinger.html>>. Acesso em 19 set. 2015.

_____. **A construção da Economia Solidária como alternativa ao Capitalismo.** Brasília: 2013. Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AF4E0D6A81487/A>

CONSTRUCAO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA AO CAPITALISMO E.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

SANTOS, Renata Faria. **Economia Solidária e organização do trabalho:** um estudo de caso sobre as cooperativas leiteiras do Noroeste Fluminense. Universidade Estadual do Norte Fluminense - Campos dos Goytacazes, RJ. Mar. 2009. Dissertação.

SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko. **Uma nova economia é possível:** Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. **Manual de Microeconomia.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Emancipação para quem? Discutindo educação jurídica emancipatória e Extensão Universitária através do Projeto Laços⁷⁷

Bárbara dos Santos Choucair⁷⁸
Juliana França Marques Lemos⁷⁹
Samira Haddad Campos Andrade⁸⁰
Prof.^a Fernanda Simplício Cardoso⁸¹

RESUMO

Diante da crise do modelo de ensino superior surge o conceito de Educação Jurídica Emancipatória. Mas qual o papel da Extensão Universitária nesse contexto? O Projeto Laços consiste na realização de oficinas cidadãs com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto na perspectiva de uma educação jurídica emancipatória. A metodologia é desenvolvida a partir da revisão de literatura e a discussão da prática das oficinas a partir das categorias teóricas: Interdisciplinaridade e indissociabilidade, desmistificação de verdades e emancipação social. Constata-se que o Projeto Laços contribui para uma educação jurídica emancipatória aplicada à comunidade e favorece o laço social dos jovens participantes.

Palavras-chave: Direito alternativo. Educação Popular. Medidas Socioeducativas. Projeto Laços.

1 INTRODUÇÃO

Antes de discutir o conceito de educação jurídica emancipatória e sua relação com a Extensão Universitária, é necessário fazer uma reflexão que abrange dois âmbitos. O primeiro se refere à educação superior de modo mais abrangente, isto é, à problematização de modo geral do ensino nos cursos superiores. De acordo com o autor Boaventura de Souza Santos, a crise das Universidades ocorre em decorrência de um modelo Neoliberal de Estado. Dentre os diversos problemas apontados pelo autor no livro “A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade”, a principal questão gira em torno da mercantilização do ensino, na qual este último é posto como produto, destinado apenas para fins capitalistas (SANTOS, 2004). Para construir essa crítica, Santos faz uma análise dos últimos dez anos concluindo que houve uma intensificação na relação entre empresas e as universidades, o que acaba por desviar os objetivos de produção acadêmica e se torna em produtor de profissionais aptos a trabalhar em um competitivo mercado de trabalho.

A universidade é pressionada para transformar o conhecimento e os seus recursos humanos em produtos que devem ser explorados comercialmente. A posição no mercado passa a ser

⁷⁷ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas: Edital 2016/10930-1S.

⁷⁸ Graduanda em Direito da PUC Minas, campus Coração Eucarístico. E-mail: choucair.barbara@gmail.com.

⁷⁹ Graduanda em Direito da PUC Minas, campus Coração Eucarístico. E-mail: jfmlemos@sga.PUC Minas.br.

⁸⁰ Graduanda em Direito da PUC Minas, campus Coração Eucarístico. E-mail: samirahaddadandrade@gmail.com.

⁸¹ Orientadora e professora Assistente IV do Departamento de Psicologia da PUC Minas, doutoranda em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Psicóloga Judicial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG. Especialista em Psicologia Jurídica pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP. E-mail: fernandacsimplicio@gmail.com.

crucial e, nos processos mais avançados, é a própria universidade que se transforma em marca. (SANTOS, 2004, p.78-79).

O segundo âmbito é de como essa crise do ensino superior atinge os cursos de Direito, assim como quais são os problemas específicos do ensino jurídico (SANTOS, 2003). Para Lyra (1999), é necessário fazer a distinção entre o que é o Direito e o que é a Lei. A Lei é uma forma de controle social por parte do Estado, sendo provinda na maioria das vezes por classes sociais dominantes que não correspondem aos interesses da maioria da população. Já o conceito de Direito é mais amplo, sendo importante não trazer um conceito pronto e acabado para o mesmo. O Direito, para Lyra (1999, p.6) é *sendo*, é processo dialético construído ao longo da história e modificado pelas lutas e movimentos sociais.

Direito é processo, dentro do processo histórico: não é uma coisa feita, perfeita e acabada; é aquele vir-a-ser que se enriquece nos movimentos de libertação das classes e grupos ascendentes e que definha nas explorações e opressões que o contradizem, mas de cujas próprias contradições brotarão as novas conquistas. (LYRA, 1999, p. 56)

Partindo dessa distinção entre lei e direito, o ensino jurídico deve superar a ideia de legalidade, de dogmatização e positivação do Direito que hoje ainda está estagnada. Na maioria das faculdades de Direito, não há a preocupação em fazer com que os alunos reflitam sobre os problemas sociais, o que gera a uma alienação desse futuro profissional, assim como afirma Machado no livro *Ensino Jurídico e Mudança Social*: “como parte da estratégia de despolitização do jurista e atrofia do seu senso crítico como ingredientes necessários para garantir a inteira subserviência dos profissionais do direito aos reclamos do mercado”. (MACHADO, 2009, p. 98). Esse ensino traz consequências como a utilização de um linguajar de difícil compreensão por grande parte da população e um formalismo que faz dos operadores do Direito “máquinas” de aplicação das leis. Isso prejudica a comunicação do Direito com a população, comunicação esta que é extremamente importante para a vida de qualquer cidadão, afinal, o objeto dessa discussão são direitos os quais se tem, ou que, ao menos, deveria se ter.

É neste contexto de questionamentos que a Educação Jurídica Emancipatória surge como forma de contraposição ao modelo padrão de ensino do Direito. Estabelecer-se-á, a partir de então, um diálogo inovador e profícuo da mesma com a Extensão Universitária, tendo em vista a identificação de objetivos e diretrizes em comum. De um lado, a Educação Jurídica Emancipatória visa à efetivação das exigências de criticidade, cooperação, interdisciplinaridade, dialogicidade e emancipação que acabará por promover a libertação dos sujeitos (GUSTIN, 2004b); enquanto a Extensão Universitária intensifica o processo dialético entre teoria e prática e democratiza o conhecimento acadêmico (PROEX, 2006).

O Projeto Laços desenvolvido no âmbito da PUC Minas, coordenado por professores dos cursos de Direito e Psicologia e realizado pelos alunos de graduação dos referidos cursos, atende aos princípios da Extensão e da Educação Jurídica Emancipatória. Sua natureza é interdisciplinar e suas ações visam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Os extensionistas realizam oficinas semanais com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (BRASIL, 1990), por meio da parceria com os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), regionais Oeste e Barreiro, do município de Belo Horizonte/MG.

Nessa perspectiva, o objetivo principal deste trabalho será demonstrar como o Projeto Laços contribuiu para a efetivação de uma educação jurídica emancipatória para os discentes. A partir daí será demonstrado como os princípios da extensão possibilitaram a construção das oficinas do projeto, e como estas contribuiram para promover o protagonismo social dos jovens participantes e a formação humanística dos estudantes de direito.

2 METODOLOGIA

A metodologia foi desenvolvida em duas etapas. Primeiro, foi realizada a revisão de literatura sobre os conceitos de Educação Jurídica Emancipatória e Extensão, explicitando como estes podem servir como possíveis alternativas de solução para a crise do ensino jurídico. Em seguida, foram discutidos alguns aspectos das oficinas a partir de três dimensões teóricas: i) Interdisciplinaridade e Indissociabilidade; ii) Desmistificação de verdades; e iii) Emancipação Social.

O público alvo do projeto é constituído por jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, na faixa etária de 12 a 20 anos. Os jovens são encaminhados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), regionais Oeste e Barreiro, do município de Belo Horizonte/MG, e realizam as oficinas nos espaços da PUC Minas, como por exemplo, salas multimeios, complexo esportivo, Museu de Ciências Naturais, laboratórios, entre outros.

As oficinas são divididas em quatro eixos temáticos: reflexivo, cultural, esportivo e profissionalizante. O reflexivo tem como objetivo proporcionar através de dinâmicas de grupo reflexões e críticas sobre os assuntos que regem nossa sociedade- como o debate sobre a redução da maioria penal, o consumo e o tráfico de drogas, machismo, entre outros. O cultural visa valorizar o conhecimento e a experiência dos jovens, incentivando atividades como música e grafite, entendendo-as como expressões artísticas. O esportivo propicia o lazer e o esporte e, por meio destas atividades, visa fortalecer o vínculo dos jovens com a comunidade representada pelos estudantes. Por último, o profissionalizante tem como objetivo despertar o interesse pelas profissões

e fazer com que os jovens conheçam as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Assim, são realizadas atividades como a confecção do currículo e a orientação profissional.

O conjunto das oficinas foi pautado na Educação Popular (FREIRE, 1980; 1983); no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (BRASIL, 2012).

3 RESULTADOS

Os resultados serão apresentados a partir de três dimensões teóricas:

a) Interdisciplinaridade e indissociabilidade: Os princípios extensionistas da interdisciplinaridade e da indissociabilidade foram colocados em prática. A interdisciplinaridade – no diálogo entre o direito e a psicologia-, não elimina os objetivos específicos de cada disciplina e nem é uma resposta aos desafios da complexidade atual, mas auxilia na comunicação de novos saberes, novos conceitos, novas metodologias o que pode construir soluções mais adequadas e condizentes aos problemas sociais. Outro aspecto relevante da interdisciplinaridade é a “reversão da tendência à fragmentação da realidade” (PUC MINAS, 2011, p. 63). O Projeto Laços, cuja natureza é interdisciplinar, busca desenvolver uma visão totalizante sobre o jovem, não se preocupando único e exclusivamente com o ato infracional, mas buscando entender os aspectos subjetivos em questão, identificados em sua história de vida, sua relação com a família e com a sociedade. O outro princípio educacional posto em prática foi o da indissociabilidade entre o conhecimento teórico e prático, proporcionando uma formação humanística, que valoriza as experiências de cada um e suas singularidades, preparando os discentes para questionar e entender os problemas que compõem e afetam a dinâmica da sociedade. Conforme alerta Gustin (2004a; 2004b), o sujeito deve ultrapassar a antiga ideia de ter apenas uma qualificação formal e conhecimentos técnicos, e passar a ter uma lógica do ser competente em que estará habilitado para a vida:

A ‘ideia de que o sujeito habita seu domínio de conhecimento’ modificando-o no contato com os problemas e acontecimentos concretos em função de autonomias e iniciativas anteriormente conquistadas, das responsabilidades frente aos demais sujeitos e da compreensão das razões das ocorrências sócio-profissionais contextualizadas. Enfim, o ser competente é um ser emancipado frente à vida pelas inúmeras capacidades e habilidades que conseguiram desenvolver num processo de aprendizagem permanente. (GUSTIN, 2004, p. 288).

De acordo com o documento construído no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, a aprendizagem deve promover o diálogo com a

sociedade, a reflexão, a autonomia de pensamento e a capacidade para intervir e transformar a realidade. “Criam-se, dessa forma, condições para que a formação do estudante não fique restrita aos aspectos técnicos, formais e passe a contemplar seus aspectos sociais e políticos, promovendo a conscientização crítica” (FORPROEX, 2006, p. 43).

Santos (2002) ao criticar o modelo de ensino superior aponta como uma das alternativas para solucionar tal problema o diálogo aberto entre as universidades e a sociedade através da extensão, uma forma de democratizar os espaços públicos e as instituições no qual os saberes não são classificados de forma hierárquica. O autor utiliza do termo “ecologia de saberes” (SANTOS, 2004, p.55-60) que significa a transição do conhecimento de fora da universidade para dentro da universidade, em que os saberes leigos, populares irão dialogar com os saberes acadêmicos, os saberes científicos. O conhecimento científico não pode de maneira nenhuma ser considerado como o único válido, pois esse pensamento “contribui para a marginalização dos grupos sociais que só tinham ao seu dispor essas formas de conhecimento”. (SANTOS, 2004, p. 177).

- b) Desmistificação de verdades:** Com o decorrer das oficinas ficou clara a desconstrução dos conceitos que ambas as partes possuíam umas sobre as outras, tanto os que os jovens em cumprimento de medidas pensavam sobre os universitários, e vice e versa. Ao se desconstruir preconceitos, foi possível criar uma maior aproximação entre discentes e jovens, favorecendo a construção de laços sociais. De acordo com Gustin (2004b), é necessário identificar o sujeito de direito, compreendê-lo em suas diversas perspectivas para que seja possível adentrar a seu mundo e entender seu modo de pensar, sem julgamentos. Santos (2002) introduz a expressão “pluriversitário” que se relaciona com a prática do projeto Laços, pois ao desmistificar os preconceitos de dois grupos sociais distintos é possível compreender melhor o outro identificando semelhanças e diferenças, o que favorece o diálogo e a interação:

O conhecimento pluriversitário é um conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada. Como essa aplicação ocorre extramuros, a iniciativa da formulação dos problemas que se pretende resolver e a determinação dos critérios da relevância destes é o resultado de uma partilha entre pesquisadores e utilizadores. É um conhecimento transdisciplinar que, pela sua própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de conhecimento, o que o torna internamente mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido em sistemas abertos menos perenes e de organização menos rígida e hierárquica. Todas as distinções em que assenta o conhecimento universitário são postas em causa pelo conhecimento pluriversitário e, no fundo, é a própria relação entre ciência e sociedade que está em causa. A sociedade deixa de ser um objeto das interpelações da ciência para ser ela própria sujeita de interpelações à ciência. (SANTOS, 2004, p. 29-30).

Tomando por base esse conceito, observa-se que a metodologia desenvolvida no projeto Laços propicia essa interação entre jovens e estudantes, não havendo hierarquia entre os participantes e nem papéis definidos de quem manda e quem obedece. O manejo das oficinas é flexível, visando propiciar maior envolvimento dos jovens, melhora da comunicação e a participação dos mesmos na construção das atividades. Essa metodologia de abordagem favoreceu a interação e o conhecimento do grupo, como exemplo, a mudança de percepção dos jovens a respeito dos estudantes da PUC. Os jovens participantes do projeto enxergavam os extensionistas como privilegiados economicamente, generalizando a visão que possuíam sobre o estilo de vida dos mesmos. Inicialmente comentavam que os estudantes não utilizavam transporte público, eram sustentados pelos pais, não trabalhavam e que não passavam por nenhuma privação material. Ao longo das oficinas essa percepção foi se modificando, até ser desmistificada, pelo menos em relação aos extensionistas do projeto.

- c) **Emancipação social:** Por meio das ações desenvolvidas no projeto, foi possível dar voz aos jovens, possibilitando que eles participassem do planejamento e avaliação das oficinas, aprendendo a ser protagonista dos processos sociais ao qual fazem parte. Assim, inicia-se o processo de emancipação, quando os sujeitos, por eles mesmos, passam a ter consciência sobre sua situação e a lutar por sua libertação. (FREIRE, 1983). Para compreender a emancipação, há de se falar em educação, na qual esta serve de instrumento para aquela. Freire (1983) discursa acerca do potencial emancipatório (libertador) por detrás da educação, e como este influencia diretamente no reconhecimento do sujeito como parte integrante da sociedade, já que este tipo de educação deve promover uma interação do sujeito com: a socialização, a autoestima, o desenvolvimento do raciocínio crítico num contexto de leitura dentro e fora da sala de aula. Essa educação libertária, conseqüentemente forma um cidadão mais consciente do meio em que ele está inserido, e o mundo ao seu redor.

Freire (1983) afirma que não devemos apenas trabalhar questões como o desenvolvimento da leitura em seu modo mais grosseiro, mecânico, mas sim repetindo de forma a darmos significado e individualizar esta, de modo a transformá-la, não sendo apenas simples letras juntas ao acaso. Esta prática se expandida para o meio social se transforma em um paradoxo, onde o sujeito marginalizado pode ser considerado uma palavra enquanto apenas letras unidas ao acaso, sem nenhuma perspectiva de individualização, e ao se reconhecer enquanto membro da sociedade ele acaba por expandir o sentido de sua participação naquele meio. Usualmente, a sociedade não se importa com essas pessoas, segregando-as e fazendo uma leitura superficial sobre elas. Quando atribuímos sentido e individualizamos um jovem por

meio da educação, estamos de certa forma, o libertando das amarras de uma sociedade que o segrega e o vê apenas como um ponto jogado no meio de um milhão de sentenças. Ele cria uma epistemologia onde a pessoa se alfabetiza ao passo que compreende o mundo e é essa compreensão que será a chave da libertação. Segundo Freire (1983), quem deve atingir essa libertação é primeiramente o oprimido, e ele deve alcançar isso com suas próprias decisões, deve ser empoderado para alcançar essa libertação, e a partir disso ele irá auxiliar o opressor a alcançar a libertação também e promover a mudança. O oprimido não se torna o opressor do opressor, mas sim o restaurador do opressor.

Diante da proposta freireana, há um viés de humanização dentro do significado de emancipação. Esta humanização contrapõe a desumanização que são, historicamente, “[...] possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão” (FREIRE, 2005, p. 32). A primeira ação é a humana, enquanto a segunda é o reflexo de uma construção histórica conturbada. Em outras palavras, é colocar o ser humano como protagonista de algo maior, sendo que a emancipação se dá a partir do momento em que o sujeito quebra as barreiras impostas por uma sociedade marcada por uma história que visa segregar ainda mais a população.

Correlacionando estes três pilares estabelecidos com a educação jurídica emancipatória, é possível perceber como as teorias se cruzam e vão ao encontro de algo maior: A pedagogia da libertação. Para Freire (1983) é preciso que antes de tudo, quebre essa ideia pré-conceituada de que é o opressor que irá salvar o oprimido, porque na realidade é o oprimido que, através do seu reconhecimento enquanto parte do sistema social e das relações é quem irá libertar o opressor.

Levando essa reflexão proposta para a área da Extensão universitária, percebe-se que há uma conexão entre a ideia proposta por Freire e a realidade das práticas extensionistas. As diretrizes que regem a extensão universitária na PUC Minas visam uma “articulação com o ensino e a pesquisa, em busca da construção de um projeto societário que permita, de forma efetiva, concretizar uma pauta de inclusão social, a formação cidadã e humanista, na perspectiva de desenvolvimento integral do ser humano.” (PROEX, 2006, p.4).

De acordo com informações extraídas de documentos produzidos pela PROEX PUC Minas (2006), as primeiras experiências de extensão universitária no Brasil datam de um período entre 1911 e 1917, realizada na Universidade Livre de São Paulo (ULSP), tendo como evidência de ações extensionistas o Estatuto da Universidade Brasileira 1, de 1931. Este documento, segundo a PROEX PUC Minas (2006, p.6), ensinava que a extensão não estaria restrita somente à realização de cursos e conferências, com a finalidade de construir conhecimentos “úteis à vida individual e

coletiva”, mas também objetivaria a “apresentação de soluções para os compromissos sociais e a propagação de ideias e princípios de interesse nacional”.

Nos anos 50, prevalecia a ideia de que extensão universitária deveria ser apenas um meio alternativo de disseminar conhecimento através de cursos, palestras, radio e de filmes científicos para a comunidade, e popularizar as ciências e as artes. Entretanto, desde essa época até a atualidade, o cenário brasileiro sofreu diversas e significativas mudanças, e junto a elas, a maneira de aplicar a prática extensionista foi se adequando às novas demandas, fazendo com que esse campo “(...) fosse compreendido não somente como transmissão de conteúdos, mas como fruto do diálogo entre os diversos saberes, oriundos tanto da sociedade como da universidade.” (PROEX, 2006, p.7).

A importância da extensão universitária enquanto atividade-fim e acadêmica foi reconhecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que a inclui na avaliação das IES. Segundo o SINAES, a extensão deve pautar-se em valores educativos, primando por sua integração com ensino e a pesquisa, reforçando a necessidade da transferência do conhecimento produzido nas universidades e avaliando os impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Em um contexto marcado por profundas mudanças sociais, econômicas e políticas, as universidades vivem um clima de crise e expectativa. É preciso refletir acerca dos desafios postos às instituições de ensino superior em busca da qualidade científica, tecnológica e cultural, bem como sua interação com a sociedade. Aqui se faz necessário pensar o ensino, a pesquisa e a extensão como ações que permitem à universidade cumprir seu objetivo maior de produzir e tornar acessível a sociedade o conhecimento científico. Visando à democratização do conhecimento produzido, a extensão se enquadra como um dos canais que permite ampliar as vias de interlocução com os meios externos à universidade. Em contrapartida, o contato com a sociedade retroalimenta o ensino e a pesquisa e a própria extensão, contribuindo para o desenvolvimento de novos conhecimentos científicos. Santos (2004) defende que os interesses sociais devem estar articulados com os interesses acadêmicos dos pesquisadores. Assim é possível chegar de fato a alternativas que sejam mais bem utilizadas na realidade e conhecimentos que aproximem a melhores compreensões sobre o que acontece no mundo real, assim como compreender melhor as variadas formas de exclusão e de violências do mundo contemporâneo (GUSTIN, 2012), pois caso contrário o universo acadêmico ficará imerso em uma fantasia.

Os objetivos propostos no Projeto Laços visam à interlocução entre a emancipação do oprimido e a horizontalidade esperada na extensão. Assim, criam-se possibilidades de o oprimido se reconhecer como parte integrante da sociedade e quebrar uma barreira imaginária, auxiliando o opressor por vias educativas a se emancipar através do intercâmbio de conhecimento. Não há uma

imposição de ideologia entre as partes em nenhum momento, pois a imposição de um conhecimento sobre outro não gera emancipação.

De acordo com Freire (2005), a pedagogia do oprimido aparece como um instrumento forjado por ele e não para ele, de maneira que recupere a humanidade do oprimido. Deve ser uma “Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará”. (FREIRE, 2005, p. 34).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Laços, atendendo aos objetivos da Extensão Universitária, busca superar o modelo padrão e formal do ensino do direito (GUSTIN, 2004a; 2004b), melhorando assim a comunicação dos profissionais do Direito com a população. O que se pretendeu responder, portanto, é *como este projeto contribui para a efetivação de uma educação jurídica emancipatória*.

Antes de pensar nas respostas explicitadas nesse artigo, é preciso atentar para os limites de atuação de um projeto dessa natureza. Sabe-se que a Extensão Universitária não visa substituir o papel do Estado. Portanto, faz-se necessário a efetivação da política pública de execução das medidas socioeducativas - SINASE, visando à responsabilização do jovem e sua integração na sociedade, além de possibilitar ao sujeito condições mínimas para o desenvolvimento do seu projeto de vida. Antes mesmo da construção e implementação da política pública dirigida ao adolescente em cumprimento das medidas socioeducativas, a Constituição Federal já assegurava que:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Apesar de tais limites de atuação e de responsabilidade, os resultados mostram que o Projeto Laços contribui para uma educação jurídica emancipatória em duas vias: a dos estudantes e a dos jovens público alvo. Constatou-se que a experiência do projeto auxilia na formação humanística dos graduandos de direito e integra os jovens participantes na construção da consciência de sua própria condição e contribui para sua emancipação.

Assim, apesar das dificuldades enfrentadas e das limitações da extensão universitária, não se pode desconsiderar seu papel na inversão de paradigmas na formação humanística de graduandos. Independentemente da subárea do Direito ou da Psicologia, todas as iniciativas extensionistas terão um impacto no meio social. Por isso, todos os estudantes deveriam passar por tal experiência em algum momento do curso. Por outro lado, a extensão traz também impactos diretos na sociedade,

como na mudança de comportamentos e na construção do conhecimento dos atores sociais sobre suas próprias condições.

No projeto Laços foi possível promover o diálogo para que os jovens pudessem falar sobre as condições sob as quais vivem, denunciando repressões e preconceitos sofridos, que são, muitas vezes, naturalizados por eles e vistos como não passíveis de reivindicação. A comunicação e o compartilhamento dessas questões são fundamentais para o processo de emancipação. Outro aspecto do impacto direto na vida desses jovens foi a mudança de concepções aparentemente cristalizadas a respeito do outro e da sociedade, o que foi possível por meio do contato com opiniões e argumentos diferentes. Tal experiência propiciou a expansão do pensamento, tanto dos jovens quanto dos extensionistas.

Assim, constatou-se que o processo de emancipação não acontece no singular, ou seja, com o sujeito desenlaçado do social, e sim na interação e no diálogo entre os sujeitos, o que se faz no plural. Dessa forma será possível o reconhecimento do oprimido e seu lugar na sociedade, assim como o opressor percebe sua responsabilidade de propiciar que o próprio oprimido tenha sua própria voz - e não falar por ele. Todas essas percepções foram averiguadas na prática. Sem ela isso seria considerado apenas uma reprodução do conhecimento científico – que é visto como superior aos demais – criando soluções que não se adéquam aos problemas reais da sociedade.

É por esse motivo que o conhecimento acadêmico deve sempre partir da realidade para a teoria e não o contrário, caso isso não seja feito, viver-se-á em um mundo descolado do real. A extensão universitária atua justamente na conexão desses dois mundos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 1990.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Mai. 2006. **Coleção Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/extensao/files/file/colecao_extensao_univeristaria/colecao_extensao_universitaria_4_indissociabilidade.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2016.

- GUSTIN, M. B. S. A. Complexidade social e o ensino do Direito: novos conceitos e papéis. **Revista da Faculdade de Direito**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 43, p. 199-218, 2004a.
- _____. Potencialidades da conexão entre o ensino, a pesquisa e a extensão na experiência do programa Pólos de Cidadania. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 40, p. 219-233, 2012.
- _____. Um sistema de avaliação contínua e o desenvolvimento de competências em cursos de Direito. **Revista da Faculdade de Direito**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 45, p. 283-296, 2004b.
- LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- MACHADO, Antônio Alberto. **Ensino Jurídico e Mudança Social**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da PUC Minas**. Nov. 2011. Disponível em: <http://www.PUCMinas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20140811180151.pdf?PHPSESSID=e173c8991f9c4893e8c7302ab6a961de>. Acesso em: 20 de maio 2016.
- _____. **Política de Extensão Universitária da PUC Minas**. Jun. 2006. Disponível em: <http://www.PUCMinas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20131203153859.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 65, p. 3-76, 2003.
- _____. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

Locus de controle de saúde em idosos participantes do PUC Mais Idade/UNAI-Betim: experiência a partir de uma prática curricular de Extensão⁸²

Ana Paula Martins das Chagas⁸³

Daiana Cristina Pereira Lana⁸⁴

Prof.^a Cláudia Venturini⁸⁵

Prof.^a Tatiana Teixeira Barral de Lacerda⁸⁶

RESUMO

O *locus* de controle da saúde é definido como as crenças do indivíduo em relação a quem ele acredita ser responsável pela sua própria saúde. Com o objetivo de investigar se idosos com dor crônica participantes do Projeto de extensão PUC Mais Idade/UnAI-Betim acreditam que são responsáveis pela própria condição de saúde, foram utilizados o questionário de dor de McGill e de *Locus* de Controle da Saúde adaptados para o Português. Foram avaliados 23 idosos com dor musculoesquelética crônica, participantes do Projeto. A idade média dos sujeitos avaliados foi de 67,96 (+/- 6,86) anos, e houve predomínio de dor sensorial (65,21%). Com relação ao *locus* de controle, 69,6% dos indivíduos apresentaram *locus* interno, 17,4% apresentaram *locus* externo, e 13% *locus* ao acaso. Os resultados demonstram que idosos com dor crônica participantes do Projeto possuem predomínio de crenças internas. O predomínio de crenças internas pode ter sido influenciado pela participação nas oficinas de educação em saúde e o estímulo ao autocuidado promovidos pelas ações do Projeto.

Palavras-chave: Universidade Aberta. Dor. Crenças

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo de desenvolvimento normal, considerado não apenas como uma passagem pelo tempo, mas sim por um conjunto de mudanças que ocorrem no indivíduo. Através de uma projeção da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil até o ano de 2025 terá um crescimento numeroso da população idosa. Isso se deve aos avanços da medicina juntamente com os hábitos de vida desta população (PIMENTEL et al., 2009; SANTOS et al., 2009).

A longevidade é marcada por um estado de declínio, visto que, com o passar dos anos o ser humano perde algumas habilidades fisiológicas e funcionais, como, redução da massa muscular, da flexibilidade e resistência. Com isso, compromete-se a habilidade do sistema nervoso central em realizar o processamento dos sinais vestibulares, visuais e proprioceptivos responsáveis pela manutenção do equilíbrio corporal, bem como diminui a capacidade de modificações dos reflexos adaptativos. Esses processos degenerativos são responsáveis pela ocorrência de vertigem, tontura e de desequilíbrio na população geriátrica (RUWER et al., 2005).

⁸² Projeto de extensão financiado pela PROEX PUC Minas.

⁸³ Graduanda em Fisioterapia da PUC Minas, unidade Betim. E-mail: anapmchagas@hotmail.com

⁸⁴ Graduanda em Fisioterapia da PUC Minas, unidade Betim. E-mail: daibonequinha@hotmail.com

⁸⁵ Orientadora e professora Assistente IV do Departamento de Fisioterapia PUC Minas, unidade Betim. Mestre em Ciências da Reabilitação. E-mail: venturinifisio@gmail.com.

⁸⁶ Orientadora e professora Assistente IV do Departamento de Fisioterapia da PUC Minas, unidade Betim. Mestre em Ciências da Reabilitação. E-mail: tatiana.barral@yahoo.com.br.

A literatura aponta que, desde as décadas de 1960 e 1970, estudiosos sobre o envelhecimento já demonstravam preocupação sobre a necessidade de inclusão do idoso em atividades de caráter lúdico e sociocultural, visando combater o isolamento social, ocupar o tempo livre, fazer com que este indivíduo se sinta membro da comunidade e a partir disso criar grupos de apoio entre os próprios idosos. (YASSUDA; SILVA, 2010)

Baseado nessas perspectivas, tem-se aumentado no Brasil a quantidade de universidades e de grupos de convivência entre idosos, que fornecem assistência para que estas pessoas possam reconhecer seus valores, conhecer seus direitos e entender sobre o processo de envelhecimento, aprendendo a conviver e sobre tudo como viver melhor nessa fase da vida (WICHMANN et al., 2013).

Ao inserir-se em grupos de convivência, o idoso procura por atividades que visem a melhora de seu bem-estar físico e mental especialmente através de exercícios físicos, aumentando gradativamente os anseios pelo lazer e qualidade de vida e com o tempo torna-se capaz de despertar outras maneiras ocupacionais e lúdicas. Paralelamente a isso, a participação nestes grupos, desperta ao longo tempo a autonomia sobre sua condição de saúde e percepção de como manter-se com qualidade de vida (WICHMANN et al., 2013).

Implementada na década de 1960, a partir da Reforma Universitária, a extensão universitária proporciona uma transformação da sistematização das instituições de ensino superior, onde além de ensino e pesquisa, a prática extensionista assume papel crucial na formação do estudante universitário, estabelecendo ao professor a tarefa de contemplar os conhecimentos acadêmico-científicos com a prática e a sociedade. (HUNGER et al., 2014). Ao instituir a tríplice fundamental e básica (ensino, pesquisa e extensão) no ensino superior, espera-se que o acadêmico torne-se um profissional mais cidadão capaz de articular conhecimentos sobre cultura, educação, política entre outros com a realidade social. (FERNANDES, et al., 2012). A alta prevalência de dor em idosos está associada a desordens crônico-degenerativas. (CELICH et al., 2008). O progresso tecnológico da medicina permitiu a criação de tratamentos eficientes, a respeito da prevenção e do controle das doenças crônicas degenerativas. Estes tratamentos propõem em grande parte, alterações de comportamento e de hábitos de vida, porém seu sucesso é dependente da adesão ao método terapêutico (ALMEIDA et al., 2007).

Estudos demonstram que fatores biopsicossociais influenciam a dor crônica, entre eles o *locus* de controle da saúde. Este é definido como as crenças do indivíduo em relação a quem ele acredita ser responsável pela sua própria saúde. (TIMM et al., 2011). Alguns autores apontam essa variável como de valor significativo na área da saúde, pois suas percepções de controle sobre si mesmo podem ter grandes benefícios psicológicos e de saúde (ALMEIDA et al., 2007; TIMM et al., 2011).

No estudo de Timm et al. (2011), o idoso que apresentou maior *locus* de controle de saúde interno também apresentou maior qualidade de vida, que demonstra a importância de medidas, intervenções e políticas com fins preventivos, que promovam sensação de eficácia, autonomia e bem-estar pessoal, para que mantenham uma vida longa e de qualidade. Em outro estudo, a mesma autora defende que a independência é um bom indicador de saúde na população idosa, uma vez que a incapacidade de intervir em sua vida pode trazer a sensação de falha e fracasso, e uma vez que atribuem esses aspectos a deficiências pessoais por longo tempo, esse sentimento pode levar a isolamento e doenças psicológicas como a depressão.

Com o quadro atual de envelhecimento, faz-se necessária a criação de práticas extensionistas com a finalidade de proporcionar a população idosa e a comunidade ao redor medidas educativas, de prevenção, troca de experiências e assistência nas diversas áreas do conhecimento, intensificando o aprendizado e capacitação dos idosos sobre sua condição de saúde (GOMES et al., 2014). Propostas de grupos de convivência de idosos favorecem a realização de atividades físicas em grupos e que podem influenciar as crenças dos idosos. Com base nisso, foi proposto investigar se indivíduos com dor crônica participantes de um grupo de Universidade Aberta aos idosos acreditam que eles são responsáveis pela própria condição de saúde.

2 METODOLOGIA

Trata-se da realização de uma prática curricular de extensão, realizada na disciplina de Métodos e Técnicas de avaliação em Fisioterapia em articulação com o Projeto de Extensão PUC Mais Idade/Unai-Betim. Para realização do presente estudo, foram avaliados 23 idosos participantes do Projeto de extensão, em que idosos da comunidade de Betim e região participam de diferentes atividades oferecidas pelo Projeto.

Os sujeitos incluídos no estudo apresentaram idade superior a 60 anos, com presença de algum tipo de dor persistente por mais de três meses consecutivos, e que estavam participando das atividades oferecidas no Projeto de Extensão.

Para caracterização da dor, foi utilizada a Versão Curta do Questionário de Dor de McGill (COSTA et al., 2011), que avalia qualitativa e quantitativamente as dimensões da dor de forma sensorial e afetiva. O questionário contém 15 descritores de sensação de dor, sendo as 11 primeiras sensoriais (propriedades mecânicas, térmicas, de vividez e espaciais da dor) e as 4 últimas afetivas (tensão, medo e respostas neurovegetativas). Cada descritor é classificado em uma escala de 4 pontos variando de 0 (nenhuma dor), 1 (dor leve), 2 (dor moderada) e 3 (dor severa). O resultado total consiste na soma dos 15 descritores com a pontuação que varia de 0 a 45, já as dores afetivas possuem 0 a 12 e as sensoriais 0 a 33 pontos. O questionário foi transcrito e adaptado culturalmente

de uma versão longa para o português-Brasil, obtendo ICC acima de 0.90 e coeficiente Alfa Cronbach de 0.70. (COSTA et al., 2010).

Para avaliação da percepção do indivíduo sobre quem ele considera ser o responsável pela sua atual condição de saúde, foi aplicado o Questionário Multidimensional de *Locus* de Controle da Saúde (OLIVEIRA et al., 2008). O instrumento possui dezoito itens (seis itens por subescala) e os índices de cada subescala variam de 6 a 36. As três subescalas do instrumento avaliam o *locus* de controle de saúde interno (indivíduo considera ser o principal responsável pela sua condição de saúde), externo (indivíduo acredita que outras pessoas são responsáveis pela sua condição de saúde) ou acaso (condição de saúde se dá pelo destino ou sorte). Este instrumento foi adaptado para o português-Brasil obtendo coeficiente de intraclassa (ICC) de 0.75 a 0.95. Média e desvio padrão (SD) e frequência das subescalas foram usados para reportar dados descritivos. (OLIVEIRA et al., 2008).

3 RESULTADOS

A idade média dos sujeitos avaliados foi de 67,96 (+/-6,86) anos, todos do sexo feminino, e a média do escore total de dor foi 13, conforme o Questionário de McGill. Quando analisada a qualidade da dor, foi observado o predomínio de dor sensorial (65,21%).

Com relação ao *locus* de controle, 73,9% dos indivíduos se consideram como os principais responsáveis pela atual condição de saúde (*locus* interno), 17,4% acreditam que outras pessoas são mais responsáveis pela atual condição do que a eles mesmos (*locus* externo) e 8,7% possuem crenças que sua condição se dá a fatores do destino (*locus* acaso). Dos idosos avaliados que apresentaram *locus* de controle interno, vale ressaltar, que 88,24% apresentaram predomínio de dor sensorial. A média e desvio-padrão das medidas de *Locus* de Controle estão apresentados na tabela, a seguir.

Tabela 1 - Média e desvio padrão dos valores do *locus* de controle da saúde de idosos participantes do Projeto de Extensão PUC Mais Idade/UnAI-Betim

<i>Locus</i> de Controle	Média	DP
Interno	28,95	7,10
Externo	24,26	6,80
Acaso	14,04	7,28

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: DP = Desvio padrão; Interno = varia de 0-36; Externo = varia de 0-36; Acaso = varia de 0-36

Foi possível observar predomínio *locus* de controle interno. Isso pode ser explicado porque idosos que participam de grupos de convivência que dispõe de práticas mais ativas tem mais *locus* interno e menor dependência física. O predomínio de *locus* interno nestes idosos que participam de

um grupo de convivência parece influenciar as crenças do indivíduo idoso que apresentam dor musculoesquelética crônica.

O predomínio de *Locus* Interno também é encontrado em outros estudos como o de Timm (2006) e Araújo et al. (2010). De acordo com a literatura pesquisada, o *locus* de saúde interno está relacionado a uma maior capacidade de aprendizagem, motivação, adesão, e controle de vida pessoal, aumentando eficácia e capacidade de manipulação dos acontecimentos do dia a dia (ALMEIDA et al., 2007; TIMM et al., 2011).

A literatura demonstra que os pacientes que realizam tratamento fisioterapêutico e que possuem *locus* de controle externo, são mais passivos e respondem melhor com terapias de mobilização, enquanto aqueles que possuem *locus* de controle interno são mais ativos, evoluem melhor com exercícios de controle motor e possuem um melhor prognóstico (OLIVEIRA et al., 2009). É possível que no presente estudo, o predomínio de *locus* de controle interno seja explicado pela tendência de adesão dos idosos com perfil mais ativo e que se acha responsável pelo processo de saúde. Estudos que observaram os efeitos e preferências em pacientes com dor lombar indicaram que a escolha pelo tipo de tratamento de acordo com a preferência do paciente tem associação com o *locus* de controle (OLIVEIRA et al., 2009; OLIVEIRA et al., 2012; KING et al., 2005).

Dessa forma, a análise do perfil dos idosos participantes de grupos de convivência pode direcionar as práticas ofertadas a cada subgrupo de indivíduos, levando em consideração não apenas as expectativas deles como também o que eles acreditam ser responsável pela sua condição de saúde. A capacidade de controle e empoderamento sobre os determinantes de saúde dos participantes de grupos de convivência que apresentam *locus* de controle interno por meio de práticas de educação em saúde e de como controlar e cuidar da sua própria saúde pode determinar uma maior adesão dos idosos às práticas oferecidas nos grupos de convivência. Por outro lado, aquele subgrupo que acredita que o outro é responsável pela sua condição de saúde (*Locus* de Controle Externo) pode necessitar de um maior suporte da equipe multiprofissional envolvida no programa de extensão, além de práticas mais passivas e monitoradas.

De acordo com Harkappa (1991), indivíduos com alto *locus* de controle interno apresentam maior evolução no tratamento por aprenderem os exercícios praticados e aderirem à prática, com maior frequência. É possível que, indivíduos com alto *locus* de controle interno tenderiam a ser mais sensíveis ao empoderamento e praticariam mais as atividades propostas nos grupos de convivência.

Na análise dos resultados da dor no presente estudo, pode-se observar que 88,24% dos idosos que apresentaram *Locus* de controle interno, relataram dor do tipo sensorial. Essa subclasse da dor caracteriza-se pela percepção da dor mecânica, térmica e a distribuição espacial da dor, que é processada por meio do sistema espinhal, de condução rápida, e mais facilmente modulada. Por

outro lado, foi observado que indivíduos que apresentam *Locus* de controle Interno, reportam dor com menor frequência e intensidade, apresentam maior funcionalidade, tem menor índice de alterações psicológicas, e são mais abertas ao convívio e integração social (ARAÚJO et al., 2010).

Portanto, a compreensão dos aspectos socioculturais e a percepção da condição de saúde podem auxiliar na definição das práticas propostas na extensão universitária, na comunicação entre os atores envolvidos, com conseqüente maior seguimento à proposta desenvolvida para a promoção e prevenção da saúde do indivíduo. Isso corrobora o papel desenvolvido pela extensão universitária na vida dos indivíduos, pois, a extensão otimiza o suporte social, dando-lhes a oportunidade de serem mais ativos e produtivos, o que lhes proporciona um maior bem estar pessoal (GOMES et al., 2014), evidenciando a importância da extensão na vida desses idosos.

Por meio da extensão, o conhecimento é aplicado na condição de vida real, gera críticas e reflexões que são investigadas e por sua vez, transformam o conhecimento e as práticas profissionais.

4 CONCLUSÕES

O presente trabalho demonstrou que idosos com dor crônica participantes do Projeto de Extensão PUC Mais Idade/UnAI-Betim possuem predomínio de crenças internas. O predomínio de crenças internas pode ter sido influenciado pela participação nas oficinas de educação em saúde e o estímulo ao autocuidado promovidos pelas ações do Projeto.

Além disso, a participação dos discentes em atividades como essa permite o desenvolvimento de uma postura mais ética e crítica, cria a oportunidade de aplicação dos conhecimentos aprendidos em sala de aula, estimula o raciocínio científico e favorece a formação de profissionais mais humanos. Assim, a prática curricular de extensão se mostra uma ferramenta excelente para o cumprimento de tais requisitos, indispensáveis à formação do discente universitário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Helcia Oliveira de et al. Adesão a tratamentos entre idosos. **Com. Ciências Saúde**. Brasília. 2007, p.57-67.

ARAÚJO, Louise G. et al. Escala de *locus* de controle da dor: adaptação e confiabilidade para idosos. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v.14, n.5, p. 438-445, set./out. 2010.

CELICH, Kátia Lilian Sedrez; GALON, Cátia. Dor crônica em idosos e sua influência nas atividades da vida diária e convivência social. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, p. 345-359, 2009.

- COSTA, Lucíola da C. Menezes et al. The brazilian-portuguese versions of the mcgill pain questionnaire were reproducible, valid, and responsive in patients with musculoskeletal pain. **Journal of Clinical Epidemiology**, v. 64, p. 903-912, 2011.
- FERNANDES, Marcelo Costa et al. Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Rev. Educ**, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 169-194, dez. 2012.
- GOMES, Henrique Monteiro et al. Extensão universitária: a arte de cuidar de idosos. **Revista Ciência e Saúde**, Nova Esperança, p. 22-33, jun. 2014.
- HARKAPAA, Kristiina et al. Health locus of control beliefs and psychological distress as predictors for treatment outcome in low-back pain patients: results of a 3-month follow-up of a controlled intervention study. **Pain**, v. 46, n.1, p. 35-41, 1991.
- HUNGER, Dagmar et al. O dilema extensão universitária. **Rev. Educ.**, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 335-354, jul./set. 2014.
- KING, Michael et al. Conceptual framework and systematic review of the effects of participants and professionals preferences in randomised controlled trials. **Health Technol Assess**, v. 9, n. 35, p. 1-186, 2005.
- OLIVEIRA, Vinícius Cunha et al. Health locus of control questionnaire for patients with chronic low back pain: psychometric properties of the brazilian-portuguese version. **Physiother. Res. Int.**, v. 13, n. 1, p. 42-52, 2008.
- OLIVEIRA, Vinícius Cunha et al. **People with low** back pain who have externalised beliefs need to see greater improvements in symptoms to consider exercises worthwhile: an observational study. **Australian Journal of Physiotherapy**, v. 55, p. 271-275, 2009.
- OLIVEIRA, Thiago H. et al. Patients in treatment for chronic low back pain have higher externalised beliefs: a cross-sectional study. **Revista Brasileira de Fisioterapia São Carlos**, v. 16, n. 1, p. 35-39, 2012.
- PIMENTEL, Renata Martins; SCHEICHER, Marcos Eduardo. Comparação do risco de queda em idosos sedentários e ativos por meio da escala de equilíbrio de berg. **Fisioterapia Pesquisa**, São Paulo, v.16, n.1, p. 6-10, jan./mar. 2009.
- RUWER, Sheelen Larissa; ROSSI, Ângela Garcia; SIMON, Larissa Fortunato et al. Equilíbrio no idoso. **Revista Brasileira Otorrinolaringologia**, v. 71, n. 3, p. 298-303, mai./jun. 2005.
- SANTOS, Flávia Heloísa dos; ANDRADE, Vivian Maria; BUENO, Orlando Francisco Amodeo. Envelhecimento: um processo multifatorial. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 3-10, jan./mar. 2009.
- TIMM, L. A.; ARGIMON, I. I. L.; WENDT, G. W. Envelhecimento, qualidade de vida e *locus* de controle. **Perspectiva**, Erechim, v. 35, n.129, p. 131-141, mar. 2011.
- TIMM, Lucina de Almeida. **A qualidade de vida no idoso e sua relação com o *locus* de controle**. Dissertação (Mestrado), dez. 2006.
- WICHMANN, Francisca Maria Assmann et al. Grupos de convivência como suporte ao idoso na melhoria da saúde. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 16, n. 4, p. 821-832, dez. 2013.
- YASSUDA, Mônica Sanches; SILVA, Henrique Salmazo da. Participação em programas para a terceira idade: impacto sobre a cognição, humor e satisfação com a vida. **Estudos em Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 207-214, 2010.

Projeto Inter-redes PUC Minas no Barreiro: instrumento de transformação e empoderamento social⁸⁷

Fabiano de Sousa Oliveira⁸⁸

Maria Carolina Parreiras Gonçalves Peixoto⁸⁹

Prof.^a Carolina Costa Resende⁹⁰

Prof.^a Dilma da Silva⁹¹

RESUMO

Este estudo destaca a relevância da atuação do Projeto Inter-redes para as instituições integrantes da Rede Social do Barreiro e na formação dos extensionistas. Salienta a ligação entre a instituição acadêmica e a realidade das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Baseia-se em observações e análises, apoiadas na metodologia da pesquisa participante, através de intervenções em instituições do terceiro setor atendidas pelo Projeto em 2015. A partir das demandas levantadas, foi elaborado um plano de ação. Como resultado, as instituições relataram melhorias na sua organização interna e aumento da autoconfiança e motivação para o trabalho. A comunidade atendida também relatou melhorias. Os alunos relataram que a experiência extensionista ampliou sua visão crítica de problemas da sociedade e impulsionou uma postura mais cidadã. A PUC Minas cumpre com sua missão ao fortalecer os vínculos comunitários e propiciar um espaço de construção de saberes, capazes de transformar realidades por meio do empoderamento social, promoção da qualidade de vida e cidadania.

Palavras-chave: Cidadania. Extensão. Terceiro Setor.

1 INTRODUÇÃO

A extensão integra o tripé da universidade e se relaciona dialogicamente com o ensino e a pesquisa. Sua origem se remonta ao surgimento das primeiras instituições de ensino superior no século 20, apresentando características europeias de extensão: “educação continuada e educação voltada para as classes populares; extensão voltada para a prestação de serviços na área rural” (NOGUEIRA, 2005, p. 16-17 *apud* PAULA, 2013, p. 9). Portanto, a extensão universitária é um sistema educativo, científico e cultural, sendo essencial para o relacionamento entre a Universidade e a comunidade, como expresso no I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 1987.

Suas diretrizes se pautam na transformação, focando nos interesses e necessidades da população; na interação dialógica, desenvolvendo a troca de saberes; na interdisciplinaridade, caracterizada pela visão sistêmica da sociedade, e na indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, reiterando que todas as atividades de extensão deverão estar vinculadas ao processo de formação cidadã e de geração de conhecimento dos universitários.

⁸⁷ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

⁸⁸ Graduando do curso de Administração, unidade Barreiro. E-mail: souza.fabiano1@gmail.com.

⁸⁹ Graduanda do curso de Engenharia de Produção, unidade Barreiro. E-mail: maria.parreiras@sga.pucminas.br.

⁹⁰ Professora doutora, adjunta IV do curso de Administração da PUC Minas, unidade Barreiro. E-mail: carolinarende.psi@gmail.com.

⁹¹ Professora mestre, Adjunta IV do curso de Administração da PUC Minas, unidade Barreiro. E-mail: dilmasil@hotmail.com.

As ações da extensão são classificadas em projeto, programa, curso, evento e prestação de serviços. O projeto é definido por seu caráter pontual, com objetivo específico e prazo determinado. O programa é um conjunto de projetos e outras ações, com foco em objetivo comum a ser executado a médio/longo prazo. O curso é caracterizado como uma ação pedagógica teórica e/ou prática com carga horária mínima de 8 horas e critérios específicos. Se, porventura, a atividade obtiver carga horária inferior a este valor, então é considerada um evento de extensão. Finalmente, uma prestação de serviços acontece quando é realizado um trabalho oferecido pela instituição de ensino superior.

Na PUC Minas unidade Barreiro, as atividades extensionistas estão intimamente ligadas à Rede Social, uma organização social composta por instituições do Terceiro Setor (associações, fundações e movimentos sociais), escolas públicas e órgãos do governo municipal da Regional Barreiro de Belo Horizonte. Em sua maioria, são entidades de porte exíguo e limitado, que atuam em territórios adjacentes à universidade há mais de 15 anos e que possuem um viés assistencialista devido ao caráter de urgência de suas demandas. Sendo assim, a Rede Social do Barreiro foi criada visando promover o desenvolvimento das comunidades locais para constituir redes de apoio social.

Porém, havia a carência de um projeto de extensão que realizasse a captação das demandas dessas instituições e buscasse métodos para o desenvolvimento de tecnologias sociais. A partir dessa necessidade, o projeto Inter-redes PUC Minas no Barreiro: articulações interdisciplinares para a promoção social foi idealizado no ano de 2014 com o objetivo de auxiliar essas organizações na busca por soluções que:

[...] adotem uma metodologia de resultados para a gestão cidadã, por meio do empoderamento e fortalecimento institucional das entidades parceiras que integram a Rede Social, oferecendo assessoria técnica para formalização e regularização dos procedimentos legais e contábeis necessários ao seu bom funcionamento. (RESENDE, 2015, p. 2).

As ações realizadas neste projeto se alinham principalmente no fortalecimento dos vínculos comunitários e no empoderamento social, por meio da disseminação de valores humanos e sociais, além de oportunizarem aos alunos e professores envolvidos um espaço para a construção dialógica de reflexões e conhecimentos interdisciplinares capazes de transformar visões de mundo e realidades profissionais nas diversas áreas do conhecimento.

O presente estudo tem como objetivos destacar a importância da extensão para a comunidade e na formação dos alunos, identificar os pontos de desenvolvimento da Rede Social do Barreiro e ressaltar a ligação entre a comunidade acadêmica e a realidade de pessoas à margem da sociedade.

Através das atividades desenvolvidas nas instituições percebeu-se que os alunos extensionistas adquiriram um compromisso social e uma postura mais cidadã na carreira acadêmica, profissional e pessoal, ampliando sua visão crítica e sistêmica de problemas que fazem parte da

sociedade brasileira, desenvolvendo também habilidades e competências para solucioná-los. O projeto Inter-redes possibilitou também a promoção do protagonismo social das instituições partícipes, por meio da capacitação e empoderamento de suas lideranças.

Os resultados das intervenções foram analisados por dois discentes dos cursos de Administração e Engenharia de Produção, sendo orientados pela Prof.^a Dr.^a Carolina Costa Resende, professora do departamento de Psicologia, e pela Prof.^a Ms. Dilma da Silva, professora do curso de Administração, atuantes na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais unidade Barreiro.

2 METODOLOGIA

O escopo deste trabalho se baseia em observações e análises das intervenções em instituições do terceiro setor que fazem parte da Rede Social do Barreiro e que foram atendidas pelo Projeto de Extensão Inter-redes PUC Minas no Barreiro: articulações interdisciplinares para a promoção social durante o ano de 2015.

A problemática central consiste em destacar a relevância da atuação do Projeto de Extensão Inter-redes para as instituições partícipes da Rede Social do Barreiro, assim como apontar a relação existente entre a universidade e a comunidade adjacente que vive em situação de vulnerabilidade social.

As atividades desenvolvidas se fundamentaram na metodologia da pesquisa participante, pois “não despreza a metodologia científica em nenhum momento, no sentido dos rigores metodológicos, controle intersubjetivo, discutibilidade aberta e irrestrita, mas acrescenta o compromisso com mudanças concretas, em particular voltadas para os marginalizados”. (DEMO, 2004, p. 8).

As instituições atendidas pelo projeto foram selecionadas durante a reunião da Rede Social do Barreiro, que acontece toda primeira terça-feira do mês às 17 horas nas dependências da unidade. A partir da seleção dos alunos via edital da PROEX, os extensionistas foram divididos em pequenos grupos (de aproximadamente quatro pessoas), sendo que cada equipe contou com um aluno piloto, que se encarregou em realizar as atribuições administrativas referentes às atividades nas instituições.

O ciclo de intervenções contou com um encontro *in loco* na instituição por semana com duração média de 1h30min, totalizando aproximadamente cerca de doze encontros durante cada semestre. Os três primeiros encontros foram destinados ao diagnóstico situacional participativo. Em seguida, os demais encontros foram organizados na forma de oficinas de capacitação, com temáticas úteis à melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados e complementação de

serviços à comunidade. As atividades foram finalizadas com dois encontros de encerramento, sendo um festivo com o público-alvo e o outro com os dirigentes da instituição.

A partir das demandas levantadas nos primeiros encontros, os extensionistas elaboraram um plano de ação contemplando as premissas básicas do planejamento organizacional, segundo as diretrizes do TEvEP. Esta é uma “metodologia criada por Eduardo Shana, pesquisador e diretor acadêmico da *Homo Sapiens* escola de planejamento [...] funciona como um protocolo de comunicação entre as pessoas e facilita a organização das informações e a mobilização de recursos” (HOMOSAPIENS, 2011). É uma junção das palavras tempo, evento, espaço e pessoas e se caracteriza por sua simplicidade e adaptabilidade, principalmente. A partir desta ferramenta, foram realizadas todas as atividades semanais de intervenção nas instituições selecionadas, conforme a tabela 1, durante o ano de 2015.

Tabela 1 – Instituições atendidas pelo Projeto Inter-redes

1º/2015	2º/2015
Associação de Apoio Comunitário Túnel de Ibirité – AACTI Endereço: Rua V, s/nº, Tirol, BeloHorizonte	Associação Comunitária do Bairro Morada da Serra – ASCOMBAMOS Endereço: Rua Bahia 230, Morada da Serra, Ibirité.
Abrigo Nosso Lar – AMBAV Endereço: Rua Geni Negrão de Lima 180, Centro, Ibirité	Abrigo Nosso Lar – AMBAV Endereço: Rua Geni Negrão de Lima 180, Centro, Ibirité.
Grupo Amigos da Melhor Idade – AMI Endereço: Rua Vicente de Azevedo 8, Barreiro de Baixo, BeloHorizonte	Associação Comunitária do Bairro Industrial – ACBI Endereço: Rua Manoel Antônio Xavier 291, Industrial, Contagem.
Creche Comunitária Pingo de Gente Endereço: Av. Senador Levindo Coelho 130, Tirol, BeloHorizonte	Grupo Amigos da Melhor Idade – AMI Endereço: Rua Vicente de Azevedo 8, Barreiro de Baixo, BeloHorizonte
Comissão Fé e Esperança Endereço: Rua Terezinha Viana de Assis 184, Vila Pinho, BeloHorizonte	Aspega Pioneira Endereço: Rua DR. Cristiano Resende 1936, Bonsucesso, BeloHorizonte
Escola Padre Flávio Giammetta Endereço: Rua: Sebastião Maria da Silva 175, Barreiro de Baixo, BeloHorizonte	Associação Dom Bosco Endereço: Av. Teresa Cristina, s/nº, Bairro das Indústrias, BeloHorizonte
-	Creche Comunitária Pingo de Gente Endereço: Av. Senador Levindo Coelho 130, Tirol, BeloHorizonte
-	Comissão Fé e Esperança Endereço: Rua Terezinha Viana de Assis 184, Vila Pinho, BeloHorizonte
-	Escola Padre Flávio Giammetta Endereço: Rua: Sebastião Maria da Silva 175, Barreiro de Baixo, BeloHorizonte
-	Escola, Promoção e Eventos – ESPAAC Endereço: Rua Olinto Anacleto Cassimiro 73, Bela Vista, Ibirité.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos dos arquivos da Coordenação de Extensão do Barreiro, 2015.

Como ações desenvolvidas, pode-se citar os projetos trabalhados com crianças em instituições como AACCTI, Creche Comunitária Pingo de Gente, Escola Municipal Helena

Antipoff e Escola Municipal Padre Flávio Giammetta, com uma proposta trabalhada sob o tema implementação lúdica de temas estimulantes do bom convívio e saúde, desenvolvimento da relação em comunidade através do conhecimento de direitos e deveres, convivência em família e responsabilidade no uso das redes sociais, exercícios de estimulação da linguagem dos alunos através de oficinas e atividades no contexto escolar, que favoreçam a comunicação.

O grupo extensionista responsável pela instituição AMI realizou atividades de dança temáticas com as associadas da organização, com intuito de promover o envelhecimento saudável e o interesse por atividades físicas, além de práticas culinárias, incentivando a uma boa alimentação, e exercícios cognitivos.

Na instituição Abrigo Nosso Lar, localizado em Ibirité, os alunos extensionistas realizaram ações pautadas em oficinas de artesanato, valores humanos, música, jogos e ações de saúde, com o objetivo de favorecer a interação entre os moradores e estimular hábitos saudáveis. Também houve intervenção com relação à infraestrutura local, com a criação de uma horta nas dependências no abrigo, além de auxílio dos moradores em informática.

Os extensionistas responsáveis pela Comissão Fé e Esperança da Vila Pinho realizaram a capacitação da comunidade através da aplicação do TEvEP. Também promoveram atividades de intervenção que visaram desenvolver o pensamento crítico de crianças e adolescentes sobre questões humanas e cotidianas através de trabalhos artísticos, dinâmicas e recreações de grupo e por fim realizaram também o projeto de uma planta da quadra de futebol, elaborada por graduandos em Engenharia Civil.

Na instituição Ascombamos, os alunos extensionistas elaboraram um projeto de geração de renda com fabricação de sabão a partir do óleo de cozinha usado. Na ACBI, as atividades desempenhadas se pautaram em aulas de reforços de matemática, física e química para os alunos da Escola Municipal Gabriela Leite de Araújo.

O grupo responsável pela Espaac realizou treinamentos de planejamento de aula de educação financeira e também aplicaram fundamentos da metodologia TEvEP para a comunidade. Na instituição Dom Bosco, os extensionistas promoveram trabalhos voltados para o desenvolvimento corporal dos moradores, com exercícios funcionais e alongamentos. Finalmente, a instituição Aspega Pioneira recebeu assistência com relação ao processo de regulamentação de sua nova sede, através de abaixo-assinados e reuniões periódicas com o secretário de esportes, responsável por ceder autoria do local à diretora da entidade.

Percebe-se então que o Projeto Inter-redes atuou, durante o ano de 2015, como um polo articulador de parcerias interinstitucionais que se caracterizaram por um trabalho em rede efetivo e eficiente, sendo referência na Regional Barreiro de Belo Horizonte em assessoria e consultoria em projetos socioassistenciais. O projeto realizou suas ações através da complementaridade das

atividades já desenvolvidas nas instituições parceiras com solidariedade, baseado na decisão de se estar a serviço do bem comum, se pautando também na autogestão e interdisciplinaridade visto a possibilidade de atuação de alunos com diversos campos do saber.

3 RESULTADOS

Os resultados do projeto vão muito além da simples assistência às comunidades atendidas. Todos os envolvidos relataram ganhos significativos após a conclusão do mesmo. Esse *feedback* por parte dos participantes do projeto (representantes das instituições atendidas, parceiros do projeto, alunos extensionistas, professores orientadores e coordenadores) foi realizado na reunião de encerramento, em que cada um relatou as contribuições do projeto Inter-redes para seu desenvolvimento pessoal e profissional, enquanto cidadão e ser humano.

O projeto Inter-redes possibilitou, segundo os representantes das instituições atendidas, a ampliação dos resultados através da capacitação de suas lideranças, promovendo o protagonismo social nessas comunidades. Antes do projeto, de acordo com os mesmos, diversas lideranças sociais trabalhavam pelo bem das comunidades em que atuavam, mas sem o devido preparo ou sem qualquer qualificação de seu pessoal para o exercício de suas funções nas instituições. A decorrência era um trabalho apático e pouco significativo em termos de resultado, metas pouco expressivas (quando existiam) e desmotivação, tanto por parte dos voluntários/funcionários das instituições quanto por parte dos públicos atendidos por elas, gerando, com isso, uma onda de abandono dos programas dessas organizações.

Após as atividades dos alunos extensionistas nas áreas de motivação para o trabalho, valores humanos, ética, responsabilidade social e cidadania, além das práticas dos discentes diretamente com as comunidades, complementando o serviço já realizado pelas entidades sociais, foram relatadas melhorias na organização interna das instituições: muitas dessas organizações estavam com a documentação irregular junto aos órgãos públicos, o que dificultava o seu funcionamento e colocava em risco a continuação de seus serviços prestados. A mão de obra apresentou-se mais bem preparada para executar a missão social da instituição, uma vez que, após receberem o treinamento dos alunos extensionistas, diversas dúvidas e questionamentos foram sanados e a autoconfiança desses profissionais aumentou, desenvolvendo também a motivação para o trabalho. Melhorias nas abordagens junto ao público também foram observadas, sendo que antes essa aproximação era feita de maneira mecânica e sem a devida atenção às peculiaridades que cada público necessitava antes de uma aproximação. Após as intervenções, o atendimento às pessoas passou ser menos automático e mais humano, gerando uma empatia maior da comunidade em relação à instituição e um maior sentimento de representatividade.

O público atendido pelas instituições apresentou maior capacidade de organização social e os vínculos comunitários se mostraram mais fortes, observando-se, também, mudanças de valores e atitudes após a conscientização e sensibilização das intervenções voltadas para valores humanos. Representantes desse público descreveram um maior sentimento de pertencimento no que se refere ao local onde vivem. Esse sentimento se traduziu na forma como passaram a enxergar o lugar onde moram e os cuidados para com ele, a fim de que a morada fosse a mais prazerosa possível.

Uma das maiores demandas relatadas pelas organizações, principalmente aquelas voltadas para o atendimento a crianças e adolescentes, era em relação aos valores fundamentais para o convívio em sociedade. A precarização dos princípios que norteiam a convivência harmônica em um grupo social concebeu uma geração de pessoas alienadas e desestabilizadas quanto à coexistência em grupo. Tais pessoas parecem não conseguir compreender o valor da vida e a importância do outro, colocando-o em pé de igualdade consigo mesmo e menos ainda estão dispostas a abrir mão de algo em prol da boa convivência em sociedade:

Hoje se exige que as pessoas saibam conviver em grupo, trabalhar em equipe, aceitar os diversos tipos de posicionamentos pessoais e ideológicos, a pluralidade das crenças religiosas, as variações musicais. Além disso, é preciso falar vários idiomas. No entanto o exercício da convivência com o diferente ainda é precário. O que se vê é o confronto de valores, principalmente no interior da família. Ali ocorrem atritos e choques de valores, hábitos e ideias. Porém todo conflito gera uma mobilização afetiva. Ele pode nos ensinar a praticar a democracia na intimidade. Isso significa saber reconsiderar valores antigos, assimilar as riquezas da novidade, discernir entre o velho, o novo, o diferente e o semelhante, o que deve ser assimilado ou extinto. Este exercício pode parecer fácil, mas ele é complicadíssimo. O desejável é que as mudanças aconteçam pelo entendimento mútuo, pelo diálogo compreensivo. Ou cada pessoa perceba em seus limites aquilo que precisa ser superado, mantido ou respeitado, em prol da convivência democrática, evolutiva e dinâmica. Se nada disso acontece, as consequências são medonhas. Quais? O massacre da subjetividade, a revolta, o acirramento do preconceito, a exclusão, a violência. (FARIAS, 2005)⁹².

Após as intervenções, tanto os pais quanto os monitores das instituições que os atendem informaram uma melhora significativa no comportamento geral das crianças e adolescentes que foram acolhidas pelo projeto. A própria convivência com os mesmos havia mudado bastante e os conflitos diminuíram tanto em intensidade quanto em número. As aulas de reforço também geraram resultados positivos, pois aumentaram a motivação para os estudos das crianças e adolescentes atendidos, evitando a repetência e ajudando a diminuir a evasão escolar.

As instituições ligadas ao atendimento à terceira idade relataram melhoria no humor e na qualidade de vida de seu público atendido e maior respeito por parte dos familiares mais jovens, após as palestras de conscientização e sensibilização de valores humanos (voltadas ao respeito e valorização do idoso).

⁹² FARIAS, Maria Aparecida Vasconcelos. **Entrevista:** Maria Aparecida Vasconcelos Faria. [S.l.]: Jornal Mundo Jovem, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.mundojovem.com.br/entrevistas/edicao-359-entrevista-conviver-com-o-diferente-um-desafio-e-uma-escolha>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

As ações extensionistas na instituição Abrigo Nosso Lar promoveram melhorias nas instalações, que necessitava de reformas e melhor uso de seu espaço físico, que se encontrava subutilizado. Através das intervenções, os moradores usaram suas habilidades e conhecimentos na reforma e reestruturação do layout da instituição. Na Ascombamos, o projeto de geração de renda se mostrou uma alternativa bastante interessante para a população carente frente ao desemprego. A própria instituição sairá beneficiada com a implementação desse projeto, pois contará com uma nova fonte de renda para arcar com seus custos e financiar seus serviços e atividades para a comunidade. Na associação Dom Bosco, as ações voltadas para a melhoria na qualidade de vida dos moradores através da prática de esportes e outras atividades físicas (como a dança), voltadas para as peculiaridades do grupo-alvo atendido, se mostraram pertinentes para a comunidade. Muitas dessas pessoas não tinham condições de custear uma academia, ou um profissional qualificado, para orientar as atividades físicas. Também não havia proatividade da população para formar um grupo que chamasse os moradores às atividades físicas com regularidade com o objetivo de melhoria da qualidade de vida. A própria instituição não dispunha de voluntários que colocassem em prática esse programa. Desse modo, a parceria com o projeto Inter-redes se mostrou uma oportunidade e maior atuação da instituição junto à comunidade.

Os extensionistas do projeto relataram melhorias nas habilidades de relacionamento interpessoal. O próprio trabalho das intervenções exigiu um desenvolvimento na capacidade de comunicação entre os alunos, pois, a despeito de serem todos estudantes universitários e estarem ligados à mesma instituição de ensino, os grupos eram heterogêneos em diversos aspectos, seja em relação ao sexo (masculino e feminino), em relação à área (humanas, exatas, biológicas ou sociais) ou mesmo em relação ao curso (pois o projeto acolhe a alunos de todos os cursos da unidade Barreiro e de qualquer outra unidade da PUC Minas que se interesse em participar do mesmo). Outro relato importante foi a ligação entre o que os discentes aprenderam em sala de aula com a realidade observada nas comunidades, levando a uma reflexão sobre suas responsabilidades enquanto cidadãos.

Os professores tiveram a oportunidade de refletir sobre o impacto de sua profissão no contexto social, reorientando sua didática em sala de aula. De acordo com relatos dos professores envolvidos, a teoria e a prática devem sempre andar juntas. A observação da teoria na extensão leva o aluno a refletir se a mesma se aplica àquele contexto social e o torna mais crítico em relação ao seu aprendizado. Isso o incentiva na busca por soluções dos problemas, tanto no contexto corporativo, quanto na esfera social.

A PUC Minas Barreiro, por sua vez, cumpriu com sua missão institucional, fortaleceu seu vínculo com as instituições partícipes da Rede Social e divulgou o seu trabalho social junto à comunidade do Barreiro. Nesse sentido, a universidade agiu como uma integradora e articuladora

da Rede Social do Barreiro, fortalecendo os laços da Rede Social e fazendo a ponte entre as instituições partícipes e as pessoas (e/ou organizações) que poderiam ajuda-las na resolução de suas respectivas demandas. O desfecho das ações da PUC Minas na comunidade do Barreiro e regiões vizinhas, através do projeto Inter-Redes, é uma melhoria significativa nas relações humanas entre os indivíduos envolvidos com as ações extensionistas e um avanço relevante no desenvolvimento social das comunidades atendidas.

4 CONCLUSÕES

O objetivo maior da extensão universitária é promover aos alunos uma experiência prática dos ensinamentos de sala de aula, que possibilite uma análise crítica do contexto social, através de uma visão holística de outras realidades que diferem das vivenciadas pelo aluno até então. As atividades desenvolvidas através da extensão universitária devem buscar, de forma fundamentada, a integração à sociedade das pessoas que vivem à margem do sistema, trabalhando para que seus direitos fundamentais, garantidos pela Constituição Federal, sejam respeitados e cumpridos, além de promover o aperfeiçoamento do ser humano em seu sentido pleno, através de uma formação cidadã e humanista, proporcionando um aumento do bem-estar social para os indivíduos. Nessa percepção, os trabalhos de caráter assistencial tomam novas formas a partir da observação e ponderação da realidade social das comunidades atendidas.

A principal ação do Projeto Inter-redes é articular organizações sociais na construção de objetivos comuns que resultem em parcerias para defrontar os problemas sociais, mediante a utilização de tecnologias e ferramentas de planejamento e gestão. As atividades pedagógicas, para além dos muros da universidade, viabilizam que outros indivíduos tenham a oportunidade de assimilar os valores da igualdade, liberdade, autonomia, pluralidade, solidariedade e justiça, cumprindo com a missão institucional da extensão universitária de conceber e transmitir o conhecimento gerado nas universidades a fim de oportunizar o desenvolvimento local, regional e nacional.

Os objetivos do projeto, de gerar referências conceituais e de fortalecimento das instituições da Rede Social do Barreiro, dentro de seu poder de atuação, foram alcançados de maneira satisfatória, como se pode observar pela análise dos resultados. As comunidades atendidas pelas instituições sociais foram beneficiadas pela melhoria no atendimento e prestação de serviços destas, justificado pela qualificação de seus colaboradores; as instituições perceberam uma melhoria no clima organizacional e na produtividade de seus colaboradores, que passaram a trabalhar com mais disposição e dedicação; os alunos extensionistas tiveram a oportunidade de interagir com uma realidade social distinta da que estavam acostumados, gerando uma reflexão sobre seu verdadeiro

papel na sociedade e uma maior interação com profissionais de outras áreas; os professores envolvidos puderam refletir sobre sua participação na formação ética e cidadã de seus alunos e no impacto que a docência causa na sociedade; a PUC Minas cumpriu com sua missão de promover o desenvolvimento humano e social, agindo como integradora e articuladora da Rede Social do Barreiro, fortalecendo seus laços e ligando essas instituições às pessoas e organizações que podem ajudá-las a se desenvolverem.

Desse modo, o Projeto Inter-redes torna-se referência na Rede Social em assessoria e consultoria em projetos sociais, funcionando como articulador de parcerias institucionais caracterizado por um trabalho em rede efetivo e eficaz. Esse trabalho em rede propicia um ambiente institucional de solidariedade entre as instituições parceiras, que leva à colaboração mútua, onde o know-how e/ou a experiência de uma ajuda na solução das demandas de outra, criando um efeito multiplicador de cooperação, em todos se beneficiam. Sendo assim, o cumprimento dos propósitos planejados propicia o empoderamento do público atendido para promoção da qualidade de vida e da cidadania. Atualmente o projeto foi reeditado e, em 2016, funciona com outro nome (Radar Solidário: articulações interdisciplinares para o fortalecimento e sustentabilidade do Terceiro Setor na Regional Barreiro de Belo Horizonte/MG) e novas perspectivas.

REFERÊNCIAS

- CÂMARA MUNICIPAL BARREIRO. **Rede Social**. Belo Horizonte: Câmara Municipal do Barreiro, 2015. Disponível em: < <http://www.cm-barreiro.pt/pages/543>>. Acesso em: 14 mai. 2016.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.
- HOMOSAPIENS ESCOLA DE PLANEJAMENTO. **O TEvEP**. Belo Horizonte: HomoSapiens, 2011. Disponível em: < <http://www.tevep.net/o-tevep/> >. Acesso em: 20 mai. 2016.
- PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/PROEX/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5/pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2016.
- RESENDE, Carolina Costa. **Inter-redes PUC Minas no Barreiro: articulações interdisciplinares para a promoção social**. 2015. 5 f. Projeto de Extensão – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. RENEX – Rede Nacional de Extensão. **Encontros nacionais do ForPROEX**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/PROEX/renex/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

Vivências de Extensão Universitária em Engenharia Civil por meio do projeto de regularização de edificações residenciais dos moradores do Barreiro e região em 2014⁹³

Bruna Dias de Andrade⁹⁴

Prof.^a Juliana Torres de Oliveira Bonaldo⁹⁵

Prof. Everaldo Bonaldo⁹⁶

Prof.^a Jane Carmelita das Dores Garandy de Arruda Barroso⁹⁷

RESUMO

A expansão desordenada das cidades tem propiciado o surgimento de diversos imóveis em locais de risco ou em situação irregular, sendo assim, este é um dos grandes problemas sociais enfrentados atualmente. O Projeto “Regularização de edificações residenciais dos moradores do Barreiro e Região” buscou colaborar para a melhoria da qualidade de vida dos moradores desta área, oferecendo a eles, auxílio na obtenção da Certidão de Baixa de Construção de suas edificações. Através de visitas realizadas nas residências dos moradores, os alunos do curso de Engenharia Civil da PUC Minas Barreiro, realizaram o levantamento de informações dos imóveis e elaboraram as plantas referentes à edificação, exigidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, para a Regularização das edificações. Foi um projeto de grande aprendizado para os alunos e professores, pois proporcionou, além do treinamento do conhecimento técnico, uma vivência ética e humanística. Já para os moradores, estes foram beneficiados com as orientações e projetos necessários para a Regularização de suas moradias.

Palavras-chave: Engenharia Civil. Edificação. Habite-se. Prefeitura de Belo Horizonte.

1 INTRODUÇÃO

A Extensão Universitária, através de atividades sociais, culturais, educativas e científicas, tem possibilitado a interação entre a Universidade e a sociedade, de forma integrada e indissociável de outros dois pilares: ensino e pesquisa. Segundo Goulart (2004), “é um reconhecimento de que o ensinar e o aprender pressupõem, necessariamente, o trabalho de investigação e a presença do aprendiz no mundo em que ele está inserido” (GOULART, 2004, p. 61). Sabe-se que, na Engenharia Civil, a teoria e a prática devem caminhar juntas, e nesse sentido, a extensão possibilita a materialização deste preceito, uma vez que incentiva e promove projetos de caráter técnico e social.

É uma valiosa oportunidade de levar o conhecimento científico, adquirido na Universidade, para a realidade das comunidades locais, permitindo à Universidade, exercer a sua função social, além de oferecer aos seus alunos, uma formação não apenas técnica, mas também humanística. “Os conhecimentos construídos nas universidades são socializados com as comunidades, no sentido de

⁹³ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

⁹⁴ Graduanda em Engenharia Civil na PUC Minas, unidade Barreiro. E-mail: brunna_andradde@hotmail.com.

⁹⁵ Orientadora e professora Adjunto I do Departamento de Engenharia Civil da PUC Minas, unidade Barreiro. Doutora em Engenharia Civil. E-mail: jultoroli@gmail.com.

⁹⁶ Co-orientador e professor Adjunto IV do Departamento de Engenharia Civil, PUC Minas, unidade Barreiro. Doutor em Engenharia Civil. E-mail: bonaldo@pucminas.br.

⁹⁷ Co-orientadora e professora Adjunto I do Departamento de Engenharia Civil da PUC Minas, unidade São Gabriel. Doutora em Engenharia Civil. E-mail: janebarros@pucminas.br.

suprir necessidades, distribuir conhecimentos, atender demandas de recursos, em função dos problemas gerados pela necessidade de capital.” (PORTES et al. apud SERRA et al., 2012, p.2). Além disso, a extensão também ajuda suprir as necessidades do mercado e suas atualizações, pois atende problemas reais através de soluções aplicadas a cada tipo de situação. (SERRA et al., 2012). Neste contexto, a coordenação do curso de Engenharia Civil, da unidade Barreiro, tomou conhecimento, por meio da Rede Social do Barreiro, do interesse dos moradores desta região, pela prestação de serviços de regularização de imóveis para obtenção de Baixa de Construção da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH).

A lei de Uso e Ocupação do Solo estabelece as condições, o porte e as características que uma edificação deve ter e também a utilização do terreno ou da edificação bem como o exercício das atividades urbanas. Devido à constante fiscalização baseada nesta lei, muitos moradores têm sido notificados e multados, o que deu origem a uma grande demanda pela Regularização de Edificações, principalmente pelo fato dos moradores não possuírem recursos financeiros suficientes para custear o processo e a documentação exigida pela PBH, para esta finalidade.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo apresentar a experiência vivenciada a partir da participação e do desenvolvimento das atividades inseridas no Projeto: “Regularização de Edificações Residenciais dos Moradores do Barreiro e Região”, PROEX-2014/9050-1S, coordenado pela Prof.^a Juliana Torres de Oliveira Bonaldo. O Projeto teve como principal objetivo orientar os moradores a respeito dos procedimentos necessários para dar entrada ao processo de Regularização de Edificações na PBH, bem como realizar o levantamento de informações do imóvel, para a elaboração do material gráfico (desenhos de plantas, cortes, fachadas) das edificações, com o intuito de obtenção da Certidão de Baixa de Construção.

A Certidão de Baixa da Construção atesta que o imóvel foi construído de acordo com as exigências locais, ou seja, a legislação vigente estabelecida, pela PBH, para aprovação de projetos. Sendo assim, o ideal seria que antes de se construir uma edificação, o projeto fosse apresentado à PBH para que esta o aprovasse antes do início da construção. Posteriormente, após a conclusão da construção, seria feita uma vistoria pela PBH, para que esta se certificasse de que toda a construção foi realizada de acordo com o projeto aprovado. Entretanto, quando a construção já está concluída, isto é, foi realizada sem qualquer aprovação de projeto inicial, caso comum em construções mais antigas e também em construções realizadas pela população de baixa renda, a PBH solicita que se faça a elaboração da planta atual da edificação, para que se dê início ao processo de Regularização do imóvel. Desta forma, o imóvel deixa de ser considerado clandestino e o proprietário não fica sujeito ao pagamento de multa.

Quando a edificação foi totalmente concluída, até 17 de janeiro de 2014, e o valor venal do imóvel no IPTU é de até R\$30.000,00 (trinta mil reais), a PBH concede a Regularização gratuita de

caráter social. A mesma providencia a vistoria do imóvel e a elaboração do projeto arquitetônico, sem taxa ao proprietário. A seguir é emitida a Certidão de Baixa de Construção, que permite ao cidadão registrar sua propriedade no Cartório de Registro de Imóveis. As atividades desse programa, desenvolvidas pela Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana (SMARU) são feitas a partir de um cronograma baseado na lista de IPTU, e não em função de solicitação do munícipe, motivo pelo qual o trabalho é realizado por agrupamentos de bairros de determinada Secretaria de Administração Regional.

Quando a edificação foi totalmente concluída até 17 de janeiro de 2014, e seu valor venal do exercício de 2004 é de até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), a PBH concede a Regularização gratuita simplificada, para a qual é necessária a elaboração do projeto arquitetônico por um arquiteto ou engenheiro contratado pelo proprietário. Nesse caso não é cobrada nenhuma taxa ou preço público referente à Regularização. Para as duas suas situações anteriormente descritas, devem ser respeitadas as seguintes condições:

- a) a edificação deve estar localizada fora da Zona de Especial Interesse Social 1 (ZEIS 1), Zona de Especial Interesse Social 3 (ZEIS 3), áreas de risco, ou áreas destinadas a implementação de projeto viário, conforme legislação urbanística vigente;
- b) não invadir área pública;
- c) ter uso exclusivamente residencial;
- d) não possuir pendência judicial relativa a obras irregulares;
- e) seu proprietário deverá possuir apenas um imóvel no Município de Belo Horizonte.

Quando a edificação foi concluída antes 17 de janeiro de 2014, e seu valor venal, no IPTU, do exercício de 2004 é superior à R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), a PBH concede a Regularização Onerosa, que é feita mediante o pagamento de preços públicos calculados conforme a Lei 9.074/05. Se a edificação foi concluída após 17 de janeiro de 2014, a Regularização só é feita mediante o cumprimento das exigências estabelecidas pela legislação vigente da época. Se não estiver em conformidade com a legislação, serão necessárias intervenções na construção para que a mesma possa ser regularizada. Também é necessário apresentar um projeto elaborado por um Responsável Técnico.

É de se entender que a Regularização de Edificação é totalmente benéfica ao planejamento e controle urbano. Existem pequenas empresas de Engenharia especializadas em Regularização Imobiliária. Entretanto, o custo final cobrado por estas empresas costuma ser muito alto para a população com poucos recursos financeiros. Este alto custo faz com que o proprietário desista de fazer a Regularização de seu imóvel, iniciando-se, então, processos judiciais intermináveis entre a prefeitura e o proprietário.

É uma realidade o crescimento da procura pela regularização de imóveis, dia após dia, devido à necessidade da PBH de inibir construções em desacordo com o seu Plano Diretor.

2 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho consistiu primeiramente em entrar em contato com as associações comunitárias do Barreiro para divulgar a prestação de serviços de Regularização Urbana por um projeto Extensão da PUC Minas Barreiro e fazer as inscrições das famílias interessadas. Foi feita uma triagem dos casos mais urgentes, dando prioridade aos moradores que já tinham sido notificados pela PBH à respeito da necessidade de Regularização de suas moradias, sob pena de serem multados.

Para serem atendidos pelo projeto, os proprietários dos imóveis deveriam ter:

- a) renda familiar máxima de 4 (quatro) salários mínimos;
- b) o imóvel sujeito à Regularização com valor venal maior que R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no ano de 2004;
- c) arcar com os custos da RT (Responsabilidade Técnica) do Engenheiro Civil, responsável pela assinatura da planta, valor este que deveria ser pago ao CREA já na fase final do projeto;
- d) aqueles que tinham imóveis com valor venal acima de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), deveriam arcar com a taxa do CREA e também com as taxas cobradas pela Prefeitura, valor este também pago ao fim do projeto.

Já feita a seleção dos casos a serem atendidos pelo projeto, foi solicitado aos proprietários os documentos: “Informação Básica do Lote”, obtido na PBH, e “Feitos e Ajuizados”, obtido no cartório de imóveis, sendo este documento utilizado para verificar se existe algum processo contra o imóvel, pois se existir, a PBH não aceitará a entrada do processo para a Regularização. Os alunos extensionistas (voluntários, no total de 15 alunos, e remunerados, três alunos), foram divididos em cinco grupos. Cada grupo tinha um aluno responsável por coordenar as atividades de seu grupo. Este aluno geralmente era mais experiente em desenho arquitetônico e um deles, inclusive, já trabalhava nesta área.

As atividades de projeto iniciaram-se por meio da realização de visitas, previamente agendadas, nas casas dos moradores, para levantamento dos dados, tais como dimensões de cômodos, características das fachadas, passeio, etc. As medidas foram coletadas com a utilização de trenas. Além disso, foram feitas retiradas dos níveis do terreno utilizando-se mangueira de nível. Por meio dos dados coletados e ainda em campo, foram realizados os croquis, que posteriormente

serviram como base dos desenhos das plantas do projeto. As plantas referentes às edificações foram realizadas com a utilização do software AUTOCAD, sendo elas:

- a) **Planta Baixa:** é também conhecida como vista de cima, onde é possível observar todas as dimensões da área construída, bem como largura e comprimento dos elementos internos e externos, sendo a planta de maior utilização por arquitetos e engenheiros para obtenção de informações sobre uma determinada edificação;
- b) **Cortes:** permitem fornecer as dimensões verticais das plantas, como pé direito, projeções de portas e janelas, e detalhamentos que não são passíveis de verificação na Planta Baixa;
- c) **Fachadas:** permite a visualização e um melhor detalhamento da vista frontal da edificação, bem como altura de passeio, identificação de diferentes níveis, entre outras informações;
- d) **Planta de Situação:** tem por finalidade situar o imóvel em relação às demais habitações e terrenos;
- e) **Planta de Localização:** determina os limites do terreno, do passeio e da via de rolamento, além de delimitar o contorno externo da edificação no terreno e inserir a planta de cobertura; e,
- f) **Planta de Cobertura:** representação da projeção superior da edificação com o telhado e todos os elementos que o compõem, bem como a inclinação, para o escoamento pluvial.

Foram realizadas reuniões periódicas para a verificação do andamento das atividades e para o recebimento de instruções para as próximas tarefas e/ou visitas, como também, visitas às moradias, para confirmação de dados. Os proprietários foram orientados no preenchimento dos documentos necessários para dar entrada ao processo junto à PBH. Os moradores, em 19 de dezembro de 2014, receberam um CD com os elementos gráficos do projeto (documentos editáveis formato dwg, e não editáveis, formato pdf), bem como as plantas impressas em formato A1, em duas vias, conforme solicitado pela PBH.

Alguns alunos visitaram o setor de Apoio Técnico da PBH para verificar se o projeto estava de acordo com o exigido, ficando, desta forma, a par do andamento dos serviços públicos de Engenharia Civil e do tratamento com seus futuros colegas de trabalho. A Coordenadora do Projeto, professora Juliana Bonaldo, auxiliou os moradores quanto à protocolização da documentação, que foi entregue à PBH.

A visão geral das atividades pode ser representada pelo cronograma do quadro 1:

Quadro 1 – Cronograma de atividades realizadas

ATIVIDADE	FEV/14	MAR/14	ABR/14	MAI/14	JUN/14	JUL/14	AGO/14	SET/14	OUT/14	NOV/14	DEZ/14
Receber a demanda por parte da comunidade											
Fazer um estudo desta demanda, analisando o valor do IPTU do imóvel e renda											
Visitar as moradias selecionadas para a realização das primeiras medições											
Treinamento aos alunos para execução das tarefas											
Realização dos desenhos das plantas pelos alunos											
Reuniões semanais para solução de dúvidas											
Visitas às edificações para confirmação de dados											
Orientação aos proprietários das residências no preenchimento dos documentos necessários para dar entrada na Prefeitura											
Plotagem das plantas											
Visita dos extensionistas ao setor de Apoio Técnico da PBH para apresentação das plantas											
Protocolar a documentação para solicitação de Certidão de Baixa e Habite-se											

Fonte: Elaborado pelos autores do projeto, 2014.

3 RESULTADOS

O Projeto possibilitou um grande aprendizado aos alunos e professores. Aprendizado a respeito do caráter extensionista das ações desenvolvidas, respeitando os valores preconizados na Política de Extensão Universitária da PUC Minas, que visa garantir os direitos de:

Igualdade – de valor dos seres humanos e garantia de igualdade de direitos entre eles.

Liberdade – de criação, de expressão do pensamento e de produção de conhecimento.

Autonomia – capacidade de formular leis, em contexto de liberdade, e se reger por elas.

Pluralidade – expressão da igualdade e diferença entre as pessoas, iguais porque humanos e diferentes porque singulares.

Solidariedade – adesão à causa do outro, fundada no respeito mútuo e na interlocução entre sujeitos da sociedade.

Justiça – orientada pela igualdade de direitos e pelo respeito às diferenças. A justiça implica a obrigação de agir quando se tem consciência da injustiça. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2006, p. 17).

Os alunos puderam conhecer, na prática, o funcionamento do processo de planejamento e organização de uma das áreas de atuação do Engenheiro Civil, gestão de equipes, colocando em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula, especialmente nas disciplinas de Expressão Gráfica I, Expressão Gráfica II, Expressão Gráfica III, Topografia, Qualidade Ambiental e Urbana, Metodologia Científica e Gerenciamento das Construções.

Também proporcionou aos alunos a oportunidade de se inserirem na comunidade em que vivem e conhecer algumas de suas reais necessidades, ajudando-os a perceber o verdadeiro papel do Engenheiro Civil e cidadão na sociedade, com sólida base profissional, ética e humanística.

Para os professores, foi uma experiência importantíssima que transcende os muros da Instituição PUC Barreiro, deu-lhes a oportunidade de ver o conhecimento tomar vida dentro desta comunidade. O projeto forneceu a um grupo de moradores de baixa renda, totalizado em 7 (sete) famílias, que não tinham condições financeiras para custear os serviços de execução da planta de suas residências, a possibilidade de receber orientação e iniciar o processo de regularização de suas moradias junto à PBH.

4 CONCLUSÃO

As atividades de extensão entendidas como práticas acadêmicas que interligam a Universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da população, possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.

O caráter extensionista da ação acadêmico-assistencial consiste no fato de orientar, promover, avaliar e implantar reflexões críticas tanto por parte dos professores, como dos alunos e da comunidade envolvidos nas ações. O Projeto produziu impactos na constatação do perfil que a Universidade está formando, gerando não só nos alunos, mas também nos professores que coordenam o Projeto, um olhar inovador, reafirmando o verdadeiro papel de uma Universidade que, enquanto instituição social, deve promover diversos saberes, para além da grade curricular e da formação meramente técnica.

O Projeto de Regularização de Edificações dos moradores do Barreiro e Região mostrou um exemplo de atividade em que os alunos e professores podem utilizar suas habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo do curso de Engenharia Civil, na resolução de problemas do cotidiano, auxiliando os moradores e a sociedade ao seu redor. Sendo desta forma, um elemento transformador do ambiente em que vive. Sendo assim, todos são beneficiados, alunos, professores e sociedade.

Esse tipo de projeto traz uma oportunidade de desenvolvimento local, mesmo que de pequena forma, além da transmissão de conhecimento e informações, que possibilita uma interação satisfatória e harmoniosa entre os envolvidos. Essa modalidade de ação deve ser contemplada pelas Universidades, pois traz um rico conhecimento e inserção dos alunos na realidade social em que

vivem à medida que proporciona uma formação completa em termos técnicos, sociais, culturais e humanísticos.

Pode-se perceber, que entre as primeiras visitas dos moradores à Universidade, e a última visita, houve uma grande mudança no comportamento deles. A princípio eles chegaram receosos, envergonhados por adentrar os muros da Universidade e, já no final do projeto, eles se mostraram mais à vontade. É como se os muros da Universidade representassem, no início do projeto, uma barreira emocional para cada um deles e no final, e principalmente depois das visitas realizadas nas casas de cada um deles, verificou-se a simpatia mútua entre alunos, moradores e professores. Então os moradores podem ter percebido que somos todos, parte de um só, que entre as partes não havia uma obrigação de um para com o outro, mas a troca de oportunidades, testemunho maior de que tudo foi válido, de que o projeto alcançou seus objetivos.

REFERÊNCIAS

GOULART, Audemaro Taranto. A importância da pesquisa e da extensão na formação do estudante universitário e no desenvolvimento de sua visão crítica. **Horizonte**, v. 2, n. 4, 2004. Disponível em : <<http://periodicos.PUC Minas.br/index.php/horizonte/article/view/580/611>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

SERRA, Sheyla Mara Baptista; PALIARI, José Carlos; LORENZON, Itamar Aparecido. Atividades de extensão com empresas de engenharia civil. **XL Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia (COBENGE)**, Belém, PA, 2012.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-reitoria de Extensão. **Política de Extensão Universitária da PUC Minas**. Disponível em: <http://www.PUC Minas.br/documentos/politica_de_extensao.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2016.

**RESUMOS
EXPANDIDOS DA
I MOSTRA DE
EXTENSÃO DA
PUC MINAS**



A efetividade do Estado Democrático de Direito em face da comunidade de transexuais e travestis

Attílio Botelho de Barros⁹⁸

Flávia Pantuzzo Barbosa⁹⁹

Lígia Cunha Guimarães¹⁰⁰

Marina Drummond Cabanelas¹⁰¹

Thays Ferreira de Queiroz¹⁰²

Prof.^a Flávia Ávila Penido¹⁰³

INTRODUÇÃO: A pesquisa teve origem a partir de um trabalho desenvolvido nas aulas da disciplina de Direito Penal, do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, unidade Praça da Liberdade, a partir de uma abordagem metodológica intuitiva. Considerando que a extensão deve ser um dos pilares da Universidade, pretendeu-se inseri-la na grade curricular como forma de proporcionar uma formação humana, atenta à dinâmica social e pautada na qualidade das relações, permitindo a produção de conhecimento a partir do intercâmbio interdisciplinar extramuros. O objetivo inicial do trabalho, considerando as limitações temporais impostas pela grade curricular, foi despertar o discente para a possibilidade de construir conhecimento e promover transformações sociais para além dos muros da Universidade, em detrimento de se portar como mero reproduzidor do saber e da condição humana. Diante de tais premissas e instados a pesquisar sobre o tema da descriminalização das casas de prostituição, os alunos direcionaram sua pesquisa para um grupo específico: o dos transexuais. Inicialmente a pesquisa voltou-se para o aspecto puramente penal, porém, considerando orientação metodológica que preza pela liberdade na definição do objeto de pesquisa segundo as pulsões dos alunos, o grupo ampliou e redirecionou o objeto de pesquisa a partir das primeiras constatações, inclinando-se a investigar a proteção da identidade dos transexuais a partir do seu reconhecimento. Identificaram-se omissões no ordenamento jurídico bem como a falta de implementação de políticas públicas que promovam o reconhecimento dos transexuais no meio social, evitando a marginalização e garantindo o exercício de sua identidade, partindo da premissa de que o direito não pode limitar as relações pessoais em detrimento do reconhecimento recíproco. Tais constatações suscitaram a necessidade de intervenções para que o Direito se valha de seu dinamismo e possa adaptar-se às mudanças sociais de forma a contemplar a garantia dos direitos de identidade a partir do seu

⁹⁸ Graduando em Direito na PUC Minas, unidade Praça da Liberdade. E-mail: attiliobotelho@gmail.com.

⁹⁹ Graduanda em Direito na PUC Minas, unidade Praça da Liberdade. E-mail: flaviapantuzza@gmail.com.

¹⁰⁰ Graduanda em Direito na PUC Minas, unidade Praça da Liberdade. E-mail: li_guiimaraes@hotmail.com.

¹⁰¹ Graduanda em Direito na PUC Minas, unidade Praça da Liberdade. E-mail: marinacabanelas@hotmail.com.

¹⁰² Graduanda em Direito na PUC Minas, unidade Praça da Liberdade. E-mail: thaysinha_32@hotmail.com.

¹⁰³ Orientadora, professora Auxiliar I do curso de Direito na PUC Minas, unidade Praça da Liberdade. Especialistas em Direito Público. E-mail: f.avilapenido@gmail.com.

reconhecimento social e jurídico, para além do paliativo reconhecimento judicial adstrito aos casos submetidos a sua apreciação.

METODOLOGIA: A pesquisa teve origem na prática curricular na disciplina de Direito Penal, do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, unidade Praça da Liberdade. A metodologia abrangeu inicialmente a revisão teórica sobre as omissões do ordenamento jurídico frente à comunidade transexual com vistas a perquirir os anseios e identificar as dificuldades enfrentadas pelos transexuais em razão do seu não reconhecimento. A partir desta pesquisa inicial, foi elaborado um roteiro de perguntas que iriam orientar a entrevista a ser realizada com a transexual e militante Anyky Lima, em visita à pensão mantida por ela. Relatada a entrevista, foi desenvolvido um debate durante uma das aulas da disciplina de Direito Penal, sob a coordenação da professora e com a participação de toda a turma. Em outra data, foi elaborado um seminário para apresentação dos resultados colhidos na pesquisa, oportunidade em que Anyky Lima – militante do movimento LGBT, presidente do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (Cellos/MG) e representante mineira da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e Liliane Anderson Caldeira, pesquisadora do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade de Minas Gerais (NUH/UFMG), puderam expor suas percepções e vivências a partir de interpelações dos alunos em franco diálogo. Dada as limitações temporais da grade curricular, o projeto foi levado a conhecimento da coordenação do curso para que seja instalada uma pesquisa a longo prazo com vistas a promover o diálogo entre a Universidade e a comunidade com a inclusão de práticas voltadas a garantir a identidade do grupo a partir do seu reconhecimento.

DISCUSSÃO: A noção de identidade em Eligio Resta (2014) parte da identificação de semelhanças que deveriam aproximar o grupo tais como as características profissional, estatal, de classe, sexual, consciente, inconsciente e privada. Mais além, segundo Zygmunt Bauman, a definição da identidade também passa pelo meio social e as relações sociais que dele emergem, razão pela qual o autor chega a mencionar que "(...) embora sendo uma tarefa individual, a "identidade" é também um "fenômeno social" (BAUMAN, 2000, p. 142). Identidade é o que se reconhece socialmente como identidade: está fadada a continuar uma ficção da imaginação individual a não ser que se comunique a outros em termos sociais legíveis, expressa em símbolos socialmente compreensíveis". (BAUMAN, 2000, p. 142). Dada a necessidade deste reconhecimento social por um olhar externo de um terceiro inicia-se o problema que cerca a garantia da identidade: as valorações subjetivas que não levam em conta o sentido da identidade porque externos a ele. Assim, em vez de aproximar os sujeitos pela semelhança, passa-se a excluir os diferentes. (RESTA, 2014) Não obstante, segundo as lições de Axel Honnet (2003), o direito pauta-se no reconhecimento

recíproco motivo pelo qual não se admite as limitações das relações sociais pessoais. Isso sob a pena de que o indivíduo se veja diante de um impasse: o de precisar exteriorizar os padrões sociais em detrimento da sua identidade para que seja reconhecido socialmente. Desta forma, a partir das ideias defendidas por Honneth, comprovamos o fato de que os direitos constitucionalmente garantidos apenas serão efetivados em sua plenitude a partir do reconhecimento jurídico da pessoa. O sistema jurídico deve aplicar-se, a priori, em combater os privilégios e exceções resultantes da falta de reconhecimento do indivíduo na sociedade. Dessa forma, ele deve alcançar o interesse de todos que fazem parte da comunidade, garantindo a sua identidade. Na sociedade atual, o sujeito para ser reconhecido como cidadão precisa atuar como um membro genérico, estabelecido por questões morais impostas pelo coletivo, ou seja, exteriorizando os padrões sociais. Como consequência, a identidade individual é sufocada e impera a marginalização do diferente. No que tange aos transexuais, objeto da pesquisa, verifica-se que a característica sexual é que funciona como a característica identitária que o distingue do corpo social. O preconceito sofrido pelas transexuais impede que elas sejam reconhecidas como sujeitos de direito e exerçam papel ativo na sociedade. Atividades simples e cotidianas como ir ao médico ou obter documentação, tornam-se um desafio, o que prejudica a concretização da pessoa como cidadão. O reconhecimento promove o progresso na realidade da vida social do ser humano, pois permite o desenvolvimento da sua dignidade. A luta por direitos está entrelaçada com a luta pela identidade individual, demonstrada de forma empírica pela luta de classes. A partir da entrevista feita com a militante Anyky, tornou-se evidente que a Constituição brasileira, apesar de estar fundamentada no princípio igualitário, só tem conseguido contemplar aqueles que se mostram adequados à homogeneidade. Em virtude de uma legislação essencialmente heteronormativa, as minorias sociais são amplamente ignoradas, permanecendo praticamente invisíveis aos olhos dos ditos "normais". A garantia do exercício de direitos mínimos adequados à sua identidade fica dependente da judicialização da questão que, por sua natureza, só alcança as demandas individuais, sem transpor as barreiras que impedem que o reconhecimento identitário pelo coletivo. Trata-se de colmatar lacunas em detrimento de aglutinar o todo. Foi possível perceber que a falta de diálogo é um desafio a ser superado na luta pela igualdade de direitos. Para tanto é inevitável aproximar-se dessa população ignorada, vencer os preconceitos e de fato entender as reais necessidades e carências desse grupo com vistas à garantia de sua identidade a partir do reconhecimento pelo coletivo. Diante disso, mostra-se primordial que a comunidade acadêmica transponha os muros da Universidade de forma a dar voz e vez aos diretamente interessados pela questão do reconhecimento, em detrimento de se promover a formação do operador do direito desgarrada das inquietações que envolvem aqueles cujos direitos se pretenda defender.

CONCLUSÕES: A Constituição da República Federativa do Brasil garante a harmonia social em toda a sua pluralidade, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação. O presente trabalho constatou a falta de aplicação desta para com o diferente e as omissões do ordenamento pela falta de uma legislação específica. Constatou também a ausência da Universidade em seu papel social de promover discussões que produzam o pensamento dos alunos sobre o tema de modo a promover uma formação profissional atenta aos anseios dos movimentos sócias contemporâneos. Como resposta a estas necessidades, os projetos de pesquisa em longo prazo a serem realizados pela Universidade se apresentam como meio para promover o diálogo e compreensão diante de tamanha carência de entendimento sobre o tema.

Palavras-chave: Transexuais. Prostituição. Dignidade. Identidade. Reconhecimento.

Área do Conhecimento: 6.01.01.07-5

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política.** Tradução Marcus Penche. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

RESTA, Elisio. **Percursos da identidade:** uma abordagem jusfilosófica. Tradução Douglas Cesar Lucas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

A Extensão Universitária e sua repercussão social: o Projeto de Extensão Inclusão Digital para Jovens e Adolescentes da PUC Minas¹⁰⁴ e a percepção do uso incoerente dos meios tecnológicos em contrassenso com a legislação brasileira e os atos infracionais cibernéticos

Dorcas Marques Almeida¹⁰⁵
Weverton Fernandes bento Alves¹⁰⁶
Prof. Álisson Rabelo Arantes¹⁰⁷

Este trabalho apresenta uma reflexão acerca da utilização dos recursos tecnológicos pela juventude, na atualidade, no que diz respeito aos atos infracionais que podem ser cometidos por meio das ferramentas virtuais. Tem como pano de fundo as atividades desenvolvidas no projeto de extensão universitária “Inclusão Digital para Jovens e Adolescentes”, desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), unidade Betim, pelo curso de Sistemas de Informação.

INTRODUÇÃO: Este trabalho tem por objetivo situar a discussão da inclusão digital, desenvolvida como atividade extensionista para jovens e adolescentes e sua promoção à cidadania. A Extensão Universitária, como atividade-fim integrada ao Ensino e à Pesquisa, é um dos lugares de exercício da função social da PUC Minas. Possibilitando o relacionamento da academia com a sociedade, viabilizando a promoção da cidadania, da inclusão e do desenvolvimento social. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2006). Nesta perspectiva, o projeto de extensão universitária Inclusão Digital para Jovens e Adolescentes, vinculado ao curso de Sistemas de Informação da PUC Minas, unidade Betim, tem como finalidade contribuir para a inclusão social, através da inclusão digital, de jovens e adolescentes digitalmente excluídos, que não tiveram a oportunidade de acesso à Informática e ao desenvolvimento de competências que dela se utilizam. O projeto em epígrafe tem também como finalidade discutir o uso correto da Internet e suas consequências jurídicas e sociais acarretadas pelo uso inadequado desta ferramenta. (ARANTES, 2015).

METODOLOGIA: O trabalho desenvolvido constitui uma pesquisa bibliográfica da legislação pátria sobre os ilícitos penais cometidos pelos jovens e adolescentes e de obras literárias que dispõem sobre a temática trabalhada, bem como uma abordagem de campo observacional realizada nas atividades desenvolvidas nas escolas atendidas pela eludida atividade extensionista que está

¹⁰⁴ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

¹⁰⁵ Graduando em Direito, unidade Betim. E-mail: marques_dodo@hotmail.com.

¹⁰⁶ Graduando em Direito, unidade Betim. E-mail: tonfba@hotmail.com.

¹⁰⁷ Orientador, Professor Assistente IV do Curso de Sistemas de Informação da PUC Minas, unidade Betim. Mestre em Ciência da Computação. E-mail: alissonr@pucminas.br.

vinculada diretamente ao curso de Sistemas de Informação e recebe apoio subsidiário dos cursos de Direito e Psicologia. Para tanto, os alunos do curso de Sistemas de Informação são responsáveis pela parte técnica das atividades extensionistas realizadas, lecionando conteúdos de informática em geral. Já o ramo do Direito tem como objetivo demonstrar que para o uso da tecnologia, especialmente da internet, é preciso fazê-lo de forma apropriada, sensibilizando os menores sobre as consequências jurídicas advindas do uso incoerente desta ferramenta. Por fim, a área da Psicologia, ao realizar diversas dinâmicas, promove o estreitamento da relação de todo o grupo, resultando na construção de verdadeiros laços de amizade. Além disso, os extensionistas da área ficam responsáveis em acompanhar e dar suporte quando se verifica que algum jovem está passando por conflitos pessoais. Nesse sentido, na obra “Universidade e Direitos Humanos: práticas desenvolvidas na PUC Minas”, o organizador Robson Sávio Reis Souza, afirma que:

(...) a PUC Minas, desde sua criação, preocupa-se em priorizar a educação para a cidadania, a promoção e defesa dos direitos e a interação com a sociedade como diferenciais institucionais. Sua identidade está profundamente marcada pela ação transformadora e pelo compromisso social (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2009).

RESULTADOS: Na concepção de Bittencourt, citado por Machado (2014),

Se por um lado a tecnologia dá aos usuários ampla liberdade e máxima igualdade individual, por outro lado ela lhes retira a habilidade de distinguir as pessoas com as quais se relacionavam virtualmente, além de lhes restringir a capacidade de diferenciar a sensação de segurança da ideia de segurança como realidade (MACHADO, 2014, s/p.).

Sem dúvidas, não se pode negar o quão importante é o acesso à internet pelos cidadãos, o que contribui para sua formação social bem como facilita o dia a dia das pessoas, conquanto, esse uso precise ocorrer de forma adequada, sem extrapolar ou infringir a égide do ordenamento jurídico. Massivamente, os jovens e adolescentes desfrutam dos meios tecnológicos, em particular da internet, de forma desenfreada, e, por vezes, não observam ou quebram regras, vislumbrados pela utopia do anonimato cibernético. Pensam eles que o mundo real não se comunica com o mundo digital, como se um não fosse a continuação do outro e vice-versa. Nesse quadro, nota-se o quanto é defasado o conhecimento do uso legal e adequado da internet e dos meios tecnológicos, em uma maçante disparidade entre deter um saber e como usá-lo de acordo com os limites impostos a este uso. Na atual conjuntura, os episódios exacerbados de diversos crimes através da internet vêm assumindo grande proporção ao público epigrafado, que utilizam destas ferramentas destemidos pela falsa ideia de impunidade. Mormente os menores quando cometem crimes, dá-se a esta conduta o nome de ato infracional, consoante disciplina o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, que são as condutas ilícitas tipificadas como crime no ordenamento jurídico brasileiro quando cometidas por crianças e adolescentes, sendo que aos crimes realizados através da internet aplica-se aos

infratores o Código Penal brasileiro de 1940 e outros dispositivos legais vigentes. (BRASIL, 1990). Na contemporaneidade, os crimes mais cometidos no ambiente virtual são os crimes contra a honra, crime de ameaça, furto, extorsão, extorsão indireta, apropriação indébita, estelionato, violação de direito autoral, escárnio por motivo de religião, favorecimento da prostituição, ato obsceno, escrito ou objeto obsceno, incitação ao crime, apologia de crime ou criminoso, pedofilia e crime de divulgação do nazismo, conforme o Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil, grupo de resposta a incidentes de segurança para a Internet brasileira (CENTRO DE ESTUDOS, RESPOSTA E TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA NO BRASIL, 2016). Em contrapartida, cabe ressaltar que entre o público estudado, os atos infracionais mais realizados são os crimes contra a honra, em suas variantes – calúnia, difamação e injúria, que comumente os jovens os fazem, por vezes, achando não os praticar. Caso expressivo é o uso da imagem de forma inapropriada, acarretando consequências lastimáveis para aqueles que sofrem o crime. A proporção dos danos ocasionados pela conduta descrita é perversa, e, muitas vezes, lesionam o indivíduo em uma medida avassaladora, ocasionando a cominação de consequências psicológicas inestimáveis, o que, não obsta o suicídio, devido à rapidez dos meios de comunicação nessa era virtual. Neste diapasão é que se percebe quanto será árduo o trabalho para a formação desses jovens que hoje já estão extremamente ambientados ao uso de novas tecnologias, fazendo parte do seu cotidiano o acesso intenso a diversos dispositivos tecnológicos infringindo direitos do outro, iludidos que o mundo digital não é amparado pela legislação brasileira.

CONCLUSÕES: Conclui-se que a população jovem está extremamente ludibriada a respeito de como desfrutar da tecnologia da forma certa, obedecendo aos limites preceituados no ordenamento jurídico brasileiro, tornando-a cega diante da disparidade entre o uso legal e o uso nocivo da internet e dos demais recursos tecnológicos. Para tanto, far-se-á indispensável a efetivação de políticas educacionais com a finalidade de sensibilizar o público alvo para que este disponha corretamente destas ferramentas sem transgredir o direito alheio, dispondo, sobretudo, da tecnologia como ferramenta otimizadora para sua formação enquanto indivíduo adulto. E, por conseguinte, o projeto elencado atua engenhosamente na concretização da educação digital, empenhando-se intensamente para objetivar o desenvolvimento de uma sociedade que tenha afeição pelo próximo, indo além do mundo virtual. Com isso, evidencia-se a grande contribuição da PUC Minas enquanto instituição cumpridora de seu papel social (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2006).

Palavras-chave: Educação. Juventude. Tecnologia.

Área do Conhecimento: 7.08.04.03-6 1 - Tecnologia Educacional

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Álisson R. **Inclusão Digital para Jovens e Adolescentes**. 2015. Projeto de extensão – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Betim, 2015.
- BRASIL. Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 dez. 1940.
- BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.
- CENTRO DE ESTUDOS, RESPOSTA E TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA NO BRASIL. **Estatísticas dos Incidentes Reportados ao CERT.br**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.cert.br/stats/incidentes>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- MACHADO, Lucyana A. Crimes Cibernéticos. **DireitoNet**, Sorocaba, SP, 20 nov. 2014. Disponível em <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8772/Crimes-ciberneticos>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Extensão. **Política de Extensão Universitária**. Belo Horizonte, 2006.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-reitoria de Extensão. Núcleo de Direitos Humanos. SOUZA, Robson Sávio Reis (Org.). **Universidade e direitos humanos: práticas desenvolvidas na PUC Minas**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2009.

A importância das parcerias na gestão de atividades de Extensão Universitária: a experiência da PUC Minas em Contagem¹⁰⁸

Januza Caroline Gonçalves Correia¹⁰⁹
Prof.^a Gláucia Pinheiro da Silva¹¹⁰

INTRODUÇÃO: As Universidades nos dias atuais têm a missão de manter indissociável o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, como previsto pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O Ensino e a Pesquisa são vistos muitas vezes como os principais meios de aprendizagem, porém a Extensão tem um papel importante na formação acadêmica do aluno, pois possibilita que o conhecimento adquirido em sala de aula seja colocado em prática. O diálogo dos alunos e dos professores com a sociedade no entorno das Universidades contribui para a formação humanista e cidadã dos envolvidos. A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas – tem como missão promover o desenvolvimento humano e social dos profissionais, bem como formá-los comprometidos com o bem comum. Nesse sentido, uma das diretrizes propostas pela Política de Extensão Universitária da PUC Minas é “a extensão como instrumento para problematizar e buscar respostas às questões sociais, objetivando a qualidade de vida da população, em especial local e regional”. (PUC Minas, 2006, p. 17). Tendo em vista a seriedade das atividades extensionistas para a Universidade, destacamos a importante participação de parceiros que contribuem para a realização de vários projetos na unidade da PUC Minas em Contagem. Tais atitudes individuais e coletivas colaboram para a efetivação da Responsabilidade Social Empresarial, que é o compromisso com a sociedade onde estão inseridas. O objetivo principal deste artigo é apresentar a experiência da Coordenação de extensão da PUC Minas em Contagem, no desenvolvimento de atividades com a contribuição de parceiros externos públicos e privados.

METODOLOGIA: Desde o ano de 1960, são realizadas ações de extensão na Universidade, como cursos e atividades culturais, porém no ano de 1983 foi criada a Pró-Reitoria de Extensão e Ação Comunitária. Atualmente, são realizadas várias atividades que contribuem para o desenvolvimento social e que criam um novo modelo de Extensão. Diante disso, as práticas extensionistas se dão pelas modalidades: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e publicações. Na unidade da PUC Minas em Contagem, no ano de 2015, foram desenvolvidos dois programas e sete projetos de extensão, com a participação de 244 alunos, sendo eles remunerados e voluntários. Na mesma linha, foram beneficiárias diretas das atividades desenvolvidas 1612 pessoas. Todas as

¹⁰⁸ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão.

¹⁰⁹ Assistente da Coordenadoria de Extensão PUC Minas, campus Contagem. E-mail: extensaocontatendimento@pucminas.br.

¹¹⁰ Orientadora, professora Assistente IV do Departamento de Administração PUC Minas. Mestre em Psicologia. Coordenadora de Extensão da PUC Minas, campus Contagem. E-mail: glauucia@pucminas.br.

atividades buscam manter a indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Conforme a Política de Extensão da PUC Minas (2006), o objetivo da extensão universitária é:

Consolidar a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão, efetivados em torno de programas e projetos construídos com base em critérios científicos, tecnológicos e em experiências comunitárias. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2006, p. 19).

Luíz Síveres (2012) aponta que a extensão faz com que seja repensada a forma de aprendizagem nas instituições e reforça a importância das ações extensionistas para o processo educacional

A extensão universitária, caracterizada pela sua potencialidade educacional e social, é um elemento essencial da identidade institucional. Um dos aspectos que define, portanto, o estatuto acadêmico é, nesse sentido, o processo de aprendizagem. Por essa razão, a aprendizagem compreende o comportamento humano, a relação que se estabelece com o conhecimento, e a razão para desenvolver a sociedade. (SÍVERES, 2012, p.15)

A partir dessas referências e do que prevê o art.207, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, percebe-se a importância da extensão na formação dos sujeitos, isto é, alunos, professores, funcionários e comunidade. O conhecimento ultrapassa a formação acadêmica e alcança a formação humanista e cidadã, o que proporciona uma relação de diálogo, de trabalho em grupo, de cooperação e de doação para a transformação do público atendido.

DISCUSSÃO: A palavra parceria significa “reunião de duas ou mais pessoas que visam o interesse comum; sociedade”, segundo Ferreira (2010, p.564). A partir desse conceito, percebe-se que o bem da coletividade que está sendo discutido, isto é, há uma união de esforços e um diálogo entre a Universidade e as instituições parceiras, em busca da transformação da realidade social em que estão inseridas. Conforme Pena (1999), as ações dos seres humanos devem estar relacionadas com o Bem, o que engloba agir de forma humana, cidadã e de constante cooperação. No ano de 2015, os programas e projetos de extensão da unidade da PUC Minas em Contagem contaram com o apoio de empresas públicas e privadas. Inicialmente todos os projetos receberam uma verba financeira da Instituição, mas devido ao aumento do número de participantes e do planejamento de novas atividades para contemplar os públicos atendidos, foi necessário a gestão decidir formar parcerias externas. Conseguimos mais de cinco parceiros, entre eles empresas públicas e privadas, sendo que dois fizeram contribuições contínuas e suas doações já faziam parte do planejamento das atividades. Como exemplo, citamos a Secretaria de Assistência Social de Contagem, que, em 2015, encaminhou adolescentes para participarem de projetos; a empresa São Gonçalo, que emprestou o ônibus escolar para buscar e levar adolescentes para participarem de atividades na PUC Minas em Contagem, de segunda a quinta-feira, no período da tarde. Essas parcerias são importantes não apenas para os beneficiários que recebem as contribuições, mas para todos os envolvidos: alunos, professores e as próprias empresas. Para os alunos, que estão construindo a sua formação

profissional e humana, é reforçado o quanto é importante a cooperação, o diálogo e a busca pelo bem comum. Para os professores, é uma nova forma de aprendizagem; fundamental para a união do Ensino, da Pesquisa e da Extensão e para a efetivação do compromisso social. Já para as empresas, elas efetivam a sua Responsabilidade Social Empresarial – RSE –, que engloba o compromisso para com o meio onde estão inseridas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: Esta expressão (RSE) tem sido muito discutida atualmente, pois a sua definição engloba ações individuais e coletivas, em busca do bem comum. O termo surgiu há muitos anos, mas conforme Tenório (2006), do início do século XX até os anos de 1950, referia-se a Filantropismo. A partir dessa época, as empresas começaram a se preocupar com os seus funcionários e com as sociedades onde estavam inseridas. Conforme Ashley (2003, p. 7) “a responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade.” Tal pensamento demonstra a importância das parcerias para as empresas, como para os projetos e programas. As empresas, no passado, concentravam-se apenas na produção, na necessidade de aumentar os lucros; no entanto, esse cenário mudou e nos dias atuais as empresas continuam a buscar lucros, mas não apenas isso. Através de ações de responsabilidade social, as organizações buscam alinhar estratégias às questões sociais, o que leva o reconhecimento de empresas socialmente responsáveis ao alinhar as suas marcas às ações que trazem benefícios para a sociedade. Conforme Teodósio (2008), a tendência é que as empresas tenham compromisso social com as sociedades onde estão localizadas, após investirem no seu público interno, pois as ações estão voltadas para o entorno geográfico.

CONCLUSÕES: Conforme Peruzzo (2001) *apud* Cavicchioli (2009), a educação informal, por meio de práticas que seriam os projetos e programas de extensão, mobilizam os cidadãos e empresas sobre determinados assuntos:

Esta aí o âmago da questão da educação para a cidadania nos movimentos sociais: na inserção das pessoas num processo de conhecimento, onde ela pode educar-se através de seu engajamento em atividades concretas no seio de novas relações de sociabilidade. (PERUZZO, 2001 *apud* CAVICCHIOLI, 2009, p. 2).

A partir dessa citação, verificamos o quanto é importante a participação dos parceiros nas atividades extensionistas, junto com a Universidade, para a efetivação do compromisso social. A educação, expressada de diversas formas, como a produção científica, os relatórios e as práticas extensionistas visam à formação humanista e profissional do aluno.

Para as sociedades que estão ao entorno da Universidade, os parceiros externos, localizados na mesma região, têm um papel muito importante, pois possibilitam a viabilidade de execução dos projetos, além de indiretamente serem impactadas.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Parcerias. Responsabilidade Social Empresarial.

Área do Conhecimento: 6.00.00.00-7

REFERÊNCIAS

ASHLEY, P. **Responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque. **Mini Aurélio**: dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010.

PERUZZO, Cecília Krohling; COGO, Denise Maria; KAPLÚN, Gabriel. **Comunicación y movimientos populares**: ¿cuáles redes? São Leopoldo: Unisinos; La Habana: Centro Memorial Dr. Martín Luther King Jr., 2002.

PENA, Roberto P.M. **Ética e Felicidade**. Belo Horizonte: Faculdade de Estudos Administrativos, 2000.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Política de Extensão Universitária da PUC Minas**. 2006. Disponível em:

<http://pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20131203153859.pdf>.

SÍVERES, Luiz (org). **Processos de aprendizagem na Extensão Universitária**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

TEODÓSIO, Armindo de Sousa. **Parcerias tri-setoriais na esfera pública**: perspectivas, impasses e armadilhas para a modernização da gestão social no Brasil. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas, São Paulo, 2008.

A necessidade jurídica da consulta e do consentimento dos povos e comunidades tradicionais para a implantação de empreendimentos minerários no interior de seus territórios¹¹¹

Karla Silva Oliveira¹¹²

Mateus Lima de Pinho¹¹³

Rebeca Mariana Domingos Fernandes¹¹⁴

Prof. Matheus de Mendonça Gonçalves Leite¹¹⁵

INTRODUÇÃO: O Projeto de Extensão “A luta por reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades remanescentes de quilombo” possui, dentre outros, o objetivo de defender os direitos étnicos e territoriais das comunidades quilombolas, prestando-lhes assistência jurídica contra a implantação de empreendimentos econômicos que prejudiquem o acesso à terra e aos recursos naturais imprescindíveis à sua reprodução física, cultural, social e econômica, de acordo com as leis tradicionais que vigoram em seus territórios. Assim, o projeto de extensão atua na defesa dos direitos étnicos e territoriais da comunidade quilombola de Queimadas, localizada no município do Serro/MG. Esta comunidade é reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP), por meio da Portaria n.º 177, de 31 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 3 de setembro de 2012 (BRASIL, 2012). A tentativa de violação dos direitos étnicos e territoriais da comunidade quilombola de Queimadas é promovida pela sociedade empresária Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A., que pretende implantar, no interior do território quilombola, um empreendimento de extração de minério de ferro, denominado de “Projeto Serro”, sem a consulta e o consentimento prévio da comunidade quilombola diretamente afetada pelo empreendimento econômico. O Projeto Serro se caracteriza como um empreendimento econômico de realização de lavra de minério de ferro, em escala de produção de 500.000 toneladas/ano, e posterior beneficiamento a seco, com a finalidade de atendimento da demanda do mercado internacional, especialmente da China, por esta *commodity*. O empreendedor solicitou, no ano de 2014, à Prefeitura Municipal do Serro, a emissão de Certidão Declaratória de Conformidade do “Projeto Serro” com as leis de uso e ocupação do solo, nos termos do disposto no artigo 10, § 1.º, da Resolução CONAMA n.º 237/97¹¹⁶. No Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto

¹¹¹ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

¹¹² Graduanda em Direito na PUC Minas, unidade Serro. E-mail: karlasilvarp@hotmail.com.

¹¹³ Graduando em Direito na PUC Minas, unidade Serro. E-mail: matheus_ft2007@hotmail.com.

¹¹⁴ Graduanda em Direito na PUC Minas, unidade Serro. E-mail: rebeccadomingos@hotmail.com.

¹¹⁵ Orientador, professor Adjunto IV do Curso de Direito da PUC Minas, unidade São Gabriel. Doutor em Direito. E-mail: matheusmendoncaleite@gmail.com..

¹¹⁶ Art. 10 - O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas: [...] § 1º - No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.

Ambiental (EIA/RIMA) do “Projeto Serro”, o empreendedor afirma que não há comunidades quilombolas nas áreas de influência do empreendimento minerário (ANGLO AMERICAN, 2014)¹¹⁷. Entretanto, esta informação é falsa, pois a comunidade quilombola de Queimadas está localizada no interior da área de influência direta do empreendimento minerário. Percebe-se, então, que o empreendedor pretende tornar invisível a comunidade quilombola de Queimadas, de modo a promover a expulsão de seus moradores do território tradicionalmente ocupado, para viabilizar a reprodução do capital produtivo. Nesse contexto, o projeto de extensão atua no intuito de conscientizar os membros da comunidade quilombola de Queimadas sobre os seus direitos étnicos e territoriais; de obter o reconhecimento do empreendedor de que a área de influência direta do empreendimento minerário se sobrepõe ao território da comunidade quilombola de Queimadas; e de obter o reconhecimento do município do Serro de que esta comunidade quilombola deve ser previamente consultada e manifestar sua concordância antes da adoção de qualquer medida administrativa suscetível de afetá-la diretamente, nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

METODOLOGIA: A conscientização dos membros da comunidade quilombola de Queimadas sobre os seus direitos étnicos e territoriais foi construída, paulatinamente, ao longo de uma série de reuniões, debates e eventos, promovidos com a finalidade de discutir os direitos étnicos e territoriais das comunidades quilombolas com as lideranças quilombolas do Serro. Além das reuniões mensais do Conselho Municipal de Desenvolvimento Social das Comunidades Quilombolas do Município de Serro (CONDESQ), nas quais se discutiam abertamente com as lideranças quilombolas sobre os seus direitos étnicos e territoriais, foram realizados vários congressos e ciclos de debate sobre esta temática, com a finalidade de construir e difundir o conhecimento sobre esses direitos, bem como incentivar a adoção de uma atitude política de defesa destes direitos. Assim, no III Seminário sobre os direitos das comunidades remanescentes de quilombo, realizado nos dias 30 e 31 de outubro e 01 de novembro de 2014, promoveu-se a realização de uma mesa de discussão sobre “os empreendimentos econômicos (mineração e fazendeiros) e a proteção jurídica do território das comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas): reflexões sobre a tomada de consciência, mobilização popular e estratégias políticas e jurídicas de defesa do direito ao território das comunidades tradicionais”. Esta mesa de discussão contou com a participação do Professor Gustavo Manuel Macayo, que compartilhou sua experiência na defesa dos territórios dos povos originários Mapuches e Tehuelches, localizados na região da Patagônica Argentina, contra a mineração de

¹¹⁷ Nesse sentido, na página 80 do RIMA, é afirmado que: “Pelos consultas as bases de dados oficiais da Fundação Cultural Palmares (FCP), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), não há Comunidades Quilombolas ou Terras Indígenas demarcadas, bem como comunidades em fase de demarcação, inseridas dentro das áreas de influência do empreendimento, respeitado os limites estabelecidos pela Portaria Interministerial nº 419/2011” (ANGLO AMERICAN, 2014).

ouro. A experiência foi decisiva na construção da estratégia jurídica de defesa dos territórios tradicionais e no surgimento do sentimento de confiança na possibilidade de resistência contra a mineração na cidade do Serro. No dia 22 de agosto de 2015, foi realizado o Ciclo de Estudos sobre os Impactos Socioambientais do Empreendimento Minerário no Município do Serro, no qual se construiu um consenso social sobre a existência da comunidade quilombola de Queimadas na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento minerário e a necessidade jurídica da consulta livre, prévia e informada, e do consentimento da comunidade quilombola de Queimadas, para a implantação do empreendimento minerário no interior de seu território. A mobilização social pressionou o Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente do Município do Serro (CODEMA) a questionar o empreendedor sobre a sobreposição entre a Área de Influência Direta (AID) do empreendimento minerário e o território da comunidade quilombola de Queimadas. Em resposta ao questionamento do CODEMA, por meio de ofício datado do dia 08 de outubro de 2015, o empreendedor reconheceu que “há evidências da presença de uma comunidade quilombola (ou parte dela) dentro do raio de 8 km do projeto, distância definida pela portaria interministerial 60/2015 como área de influência de empreendimentos pontuais sobre comunidades tradicionais, fora da Amazônia Legal”.

DISCUSSÃO: O direito das comunidades quilombolas ao uso e à propriedade coletiva de seu território é reconhecido pelo art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando as suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”. (BRASIL, 1988). O direito territorial das comunidades quilombolas condiciona a implantação de empreendimentos econômicos no interior desses territórios à satisfação de duas condições jurídicas: 1) realização de consulta livre, prévia e informada aos órgãos representativos destas comunidades; e, 2) obtenção do consentimento dos órgãos representativos destas comunidades, em procedimento equitativo no qual a decisão sobre a autorização, a forma de exploração e a repartição das vantagens econômicas se baseie na satisfação equitativa dos interesses dos grupos econômicos da comunidade nacional e dos interesses das comunidades quilombolas. Nesse sentido, os artigos 6.º, 15 e 16 da Convenção n.º 169 da OIT dispõem que:

Artigo 6.º

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

[...]

2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

[...]

Artigo 15

1. Os direitos dos povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados.

2. Em caso de pertencer ao Estado a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes nas terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras. Os povos interessados deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades.

Artigo 16

1. Com reserva do disposto nos parágrafos a seguir do presente Artigo, os povos interessados não deverão ser transladados das terras que ocupam.

2. Quando, excepcionalmente, o traslado e o reassentamento desses povos sejam considerados necessários, só poderão ser efetuados com o consentimento dos mesmos, concedido livremente e com pleno conhecimento de causa. Quando não for possível obter o seu consentimento, o traslado e o reassentamento só poderão ser realizados após a conclusão de procedimentos adequados estabelecidos pela legislação nacional, inclusive enquetes públicas, quando for apropriado, nas quais os povos interessados tenham a possibilidade de estar efetivamente representados. (BRASIL, 2004).

Pode-se afirmar, então, que o Município do Serro deve consultar e obter o consentimento da comunidade quilombola de Queimadas, para que possa declarar a conformidade do “Projeto Serro” às leis de uso e ocupação do solo, em respeito aos direitos territoriais previstos nos artigos 6º, 15 e 16 da Convenção n.º 169 da OIT.

CONCLUSÃO: A tomada de consciência de seus direitos promoveu a mobilização da comunidade quilombola de Queimadas, na defesa de seus direitos territoriais reconhecidos na Convenção n.º 169 da OIT, contrapondo-se aos interesses do capital internacional. No âmbito desta luta, a comunidade quilombola de Queimadas obteve o reconhecimento do empreendedor de que estava localizada na área de influência direta do empreendimento minerário. A comunidade obteve, também, o reconhecimento do Município do Serro de que a comunidade quilombola de Queimadas possui o direito de ser previamente consultada, ficando condicionada a adoção de qualquer medida administrativa suscetível de afetá-la diretamente à manifestação de concordância da comunidade, em conformidade com a Deliberação n.º 001/2015 do CODEMA, que foi homologada pelo Prefeito Municipal do Serro.

Palavras-chave: Direitos Territoriais. Comunidades Quilombolas. Mineração.

Área do Conhecimento: 6.01.01.08-3 e 6.01.04.00-7

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 19 abr. 2004.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DO SERRO. Deliberação n.º 001, de 28 de outubro de 2015, que dispõe sobre a solicitação de declaração de conformidade ambiental.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução n.º 237, de 19 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. **Diário Oficial da União** n.º 247, de 22 de dezembro de 1997, Seção 1, páginas 30841-3084.

DUPRAT, Deborah. A Convenção 169 da OIT e o direito à consulta prévia, livre e informada. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 1, n. 1, p. 51-72, 2014.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Portaria n.º 177, de 31 de agosto de 2012. **Diário Oficial da União**, 3 set. 2012.

A relevância do terceiro setor na construção do Estado Democrático de Direito¹¹⁸

Ludmila Souza Britto¹¹⁹

Wagner Vinicius de Oliveira¹²⁰

Prof. Otaviano Francisco Neves¹²¹

INTRODUÇÃO: A partir do estudo teórico e pragmático sobre o terceiro setor do entorno da PUC Minas Barreiro, verificou-se a necessidade de realizar um recorte mais específico, a fim de examinar as contribuições para a construção do Estado Democrático de Direito. A problemática relação entre o assistencialismo social - oriundo do superado modelo de Estado Social - e o atual paradigma democrático, que se encontra em permanente construção, é colocada em evidência. Pretende-se, ao final, extrair as (prováveis) contribuições que as instituições do terceiro setor proporcionam na sobredita construção. Além disso, constituem objetivos da pesquisa: a) compreender o terceiro setor; b) estudar o modelo de Estado social; c) ultrapassar o assistencialismo social visando à promoção de políticas públicas e, por fim, d) contribuir para o aprimoramento do Estado Democrático de Direito. Inaugurando as discussões, ao teor do que afirmam Pablo Forni e Lucimeire Vergilio Leite, constata-se que: “[...] as definições de ONGs, organizações sem fins lucrativos, associações *etc.*, são muitas vezes ambíguas ou demasiadamente abrangentes. (FORNI; LEITE, 2006, p. 237, tradução nossa)¹²². Portanto, em um primeiro momento, para delimitar o objeto de investigação, pretende-se demonstrar as informações introdutórias sobre as instituições que compõem o terceiro setor. E, dentro das pesquisas realizadas, constatou-se que o Reino Unido (UK) é o país com o terceiro setor mais preponderante e, como forma ampliativa de estudo, interessante transcrever o conceito apresentado pela Universidade de Oxford: “A parte de uma economia ou da sociedade que compreende organizações ou associações não-governamentais e não-lucrativos, incluindo organizações de caridade, grupos voluntários e comunitários, cooperativas *etc.*” (OXFORD, [s.d.], tradução nossa).¹²³ Em que pese sua exponencial atuação em “empreendimentos sociais”, por sua própria definição aproxima-se sobremaneira do segundo setor (mercado), escapando, portanto, dos objetivos traçados. Contudo, esta forma de filantropocapitalismo¹²⁴, segundo John J. Rodger, “[...] cada vez mais torna-se ‘colonizado’ pela penetração de princípios de mercado que cada vez mais vêm para dar forma e alterar a sua prática.

¹¹⁸ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão.

¹¹⁹ Graduando em Direito na PUC Minas, unidade Barreiro. E-mail: ludmilabritto@live.com.

¹²⁰ Graduando em Direito na PUC Minas, unidade Barreiro. E-mail: wagner.vinicius@sga.PUC Minas.br.

¹²¹ Orientador e professor Adjunto IV do Curso de Contabilidade da PUC Minas da PUC Minas, unidade Barreiro. Doutor em Tratamento da Informação Espacial. E-mail: otaviano@pucminas.br.

¹²² No original: “Así, las definiciones de ONGs, organizaciones sin fines de lucro, asociaciones, *etc.* (*sic*) suelen ser ambiguas o demasiado abarcadoras”.

¹²³ No original: “The part of an economy or society comprising non-governmental and non-profit-making organizations or associations, including charities, voluntary and community groups, cooperatives, *etc.*”

¹²⁴ No original: “philanthropocapitalism” (RODGER, 2014, p. 23).

(RODGER, 2014, p. 28, tradução nossa).¹²⁵ Deste modo, superar barreiras, sem, contudo, incidir em seus extremos, ou seja, incorporar características do segundo setor ou reduzir a meros prestadores de serviços (assistencialismo social), é a pretensão maior deste escrito. A partir do modelo de Estado social, voltado para a promoção dos direitos sociais (segunda dimensão), em uma visão extremada, a perspectiva que se iniciou para assegurar direitos sociais termina por colocar o Estado como protagonista, subvertendo a tônica reduzindo os cidadãos a meros espectadores da prestação de serviço. Diante disto, (há) houve a necessidade de se avançar, frente às crescentes demandas de participação política, nesta perspectiva, alcançar os direitos sociais e ultrapassar o assistencialismo. Assim, a superação pretendida circunda o entendimento do Estado Democrático de Direito, que numa conceituação provisória, conforme o Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional (2012, p. 606), é compreendido como a: “Qualidade do Estado dotado instrumentos constitucionais para concretizar a justiça social, representando modalidade do Estado de Direito na evolução do Estado liberal e do Estado social”. Em suma, o problema teórico a ser enfrentado será a tensão entre o assistencialismo social, subproduto do modelo de Estado social, e a implementação das garantias e direitos fundamentais, próprios do paradigma democrático. E, far-se-á um recorte, a partir das linhas gerais obtidas pela realização do projeto de extensão intitulado: “DIAGNÓSTICO DO TERCEIRO SETOR: conhecimento e gerenciamento de informações para a promoção social das entidades do entorno da PUC Barreiro”, com vistas a constatar e mensurar os prováveis impactos, do ponto de vista teórico, do terceiro setor na sobredita construção. Convém, por fim, ressaltar que o tema é, ao mesmo tempo, instigante e intrigante, dotado de relevância jurídica e social; contribui, indubitavelmente, para agregar à formação acadêmica a produção do conhecimento crítico-reflexivo e o refinamento de ordem intelectual, contribuindo com soluções para o enfrentamento das situações-problema da atualidade.

METODOLOGIA: O caminho metodológico percorrerá a análise crítica das estruturas teóricas que definem os temas; terceiro setor, Estado social e Estado Democrático de Direito. Superada a fase conceitual, segue-se para a confrontação das informações levantadas, o que inclui a revisão bibliográfica para adequação ao tratamento do problema apresentado. Para mensurar os impactos do papel desenvolvido pelo terceiro do setor na construção do paradigma democrático adotar-se-á a análise comparativa como método teórico de investigação bibliográfica, confrontando as definições de democracia e cidadania, com os dados obtidos pelo citado projeto de extensão, pois, uma vez constatada a ausência de informações sobre o terceiro setor na região do Barreiro, surgiu a necessidade de realizar uma pesquisa diagnóstica a partir da extensão universitária, para subsidiar e

¹²⁵ No original: “[...] becomes ‘colonized’ by the penetration of market principles which will increasingly come to shape and alter its practice.”

orientar futuras ações. Para o desenvolvimento do trabalho, inicialmente, o projeto buscou uma integração interdisciplinar contando com extensionistas dos cursos de graduação em Administração, Contabilidade, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Geografia, Logística, Nutrição, Sistemas de Informação *etc.*, tornando, portanto, a experiência diversa sob várias perspectivas. As atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2015 foram realizadas em duas etapas. Na fase interna, foram realizados encontros semanais para discussões sobre o terceiro setor e a apresentação histórica da região do Barreiro, sendo, ainda, elaborado um questionário, que de modo transdisciplinar, isto é, um único tema recebe tratamento sob diversas abordagens que ultrapassam determinada disciplina, contendo desde a regularidade formal (ato constitutivo), orçamento e finanças, voluntariado, ferramentas de gestão e controle *etc.*, até a interação com outras instituições, submetendo inclusive o próprio diagnóstico realizado ao processo avaliativo das instituições pesquisadas. Além disso, foi criado um banco de dados, com atuação destacada para os extensionistas do curso de Sistemas de Informação, desenvolvendo um relatório final das atividades. Após a delimitação da região a ser pesquisada, num raio de 02 (dois) quilômetros no entorno da PUC Minas Barreiro, iniciou-se, então, a capacitação dos extensionista para aplicação do questionário e um pré-teste, já na fase externa do projeto. Também foram realizadas adaptações no questionário (estrutura das questões, reformulações das perguntas, tamanho *etc.*), a fim de torná-lo mais pragmático. Definido o questionário, passou-se, então, a divisão das instituições a serem visitadas por duplas de extensionistas. Foram visitadas cerca de 60 (sessenta) instituições e, a partir da coleta e análise, qualitativa e quantitativa, dos dados obtidos será possível traçar e desenvolver intervenções articuladas entre o terceiro setor e a universidade¹²⁶. Desse modo, ao mesmo tempo em que se diagnosticou o terceiro setor, o projeto de extensão viabilizou a aproximação entre os saberes: popular e acadêmico, proporcionando efetivar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão¹²⁷, agregando à formação técnico-profissional o indispensável aspecto humanista para o alcance dos direitos civis e políticos.

DISCUSSÃO: Assim, pelas variáveis contidas no problema, bem como pela constatação realizada na pesquisa de campo, viu-se que o terceiro setor na região do Barreiro é voltado para educação e desportos, sendo formado, basicamente, por associações de bairro e creches, cuja atuação política encontra-se limitada pela prestação de serviços e suas dificuldades. Reuniram-se reflexões, que não

¹²⁶ A exemplo do projeto de Extensão “RADAR SOLIDÁRIO: articulações interdisciplinares para o fortalecimento e sustentabilidade do Terceiro Setor na Regional Barreiro de Belo Horizonte/MG”, coordenado pelo Prof. Dr. Otaviano Francisco Neves, em desenvolvimento no ano de 2016, visando à intervenção pontual em algumas das instituições diagnosticadas.

¹²⁷ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica (*sic*), administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

se limitam as pesquisas bibliográficas, para que o terceiro setor ultrapasse a prestação de serviços e contribua de forma incisiva e impactante na vida política da comunidade, pois, como alertam JANTKE e CARO (2013, p. 105): “a cidadania extrapola esse contexto e abrange toda a sociedade.” Tendo em vista que a superação do modelo de Estado social, que apresenta como reflexo o assistencialismo social, é tarefa a ser realizada com o apoio das interações entre universidade e comunidade para a construção do Estado Democrático de Direito, no sentido de demonstrar a inclusão na vida política. Uma reflexão aprofundada sobre o paradigma democrático é a desenvolvida por Fernandes (2014), ao afirmar que a atual democracia: “[...] não se dá apenas pela possibilidade de escolha dos autores políticos, mas inclui ainda uma proteção constitucional que afirma: *a superioridade da Constituição; a existência de direitos fundamentais; da legalidade das ações estatais; um sistema de garantias jurídicas e processuais.*” (FERNANDES, 2014, p. 289, grifos no original). Em certo sentido, isto é destacar pelo exercício da cidadania política e, aqui certamente inclui as contribuições do terceiro setor como um dos instrumentos de pressão da sociedade civil organizada, com o objetivo de reunir esforços e potencializar resultados. Antes, porém, devem empoderar-se de sua função social, vale dizer, “o processo de se tornar mais forte e confiante, especialmente no controle da própria vida e reivindicando seus direitos” (OXFORD, [s.d.], tradução nossa).¹²⁸

CONCLUSÕES: Com base no que foi observado, é possível tecer algumas considerações, dentre elas que, a partir da análise dos dados obtidos pelo projeto de extensão que diagnosticou as instituições do terceiro setor na região do Barreiro, constituiu-se instrumento de pesquisa e fonte de consulta que poderá orientar futuras investigações e possíveis diretrizes de políticas públicas. Tenha-se presente que sua redução a meros prestadores de serviços, ou a “empreendimentos sociais”, além de contraproducente, produz uma tensão com o Estado Democrático de Direito, quando, na verdade, são hábeis instrumentos de participação democrática na função estatal de governar a coisa pública (*res publica*). Destarte, compreender o terceiro setor e o Estado social, com vistas a superar o mero assistencialismo social ou o “filantropocapitalismo”, contribui para o aperfeiçoamento do modelo democrático. Nesta jornada, que permanece inconclusa, o mapeamento do terceiro setor é o resultado maior alcançado pelo projeto de extensão realizado em 2015, que em um primeiro momento possui a comunidade acadêmica como beneficiada pela realização do diagnóstico, tendo em vista seu caráter pioneiro. Assim, vislumbra-se que a cidadania ativa (empoderamento), bem como o paradigma democrático estão em permanente construção, sendo a

¹²⁸ No original: “Empowerment is the process of becoming stronger and more confident, especially in controlling one’s life and claiming one’s rights.”

articulação entre a universidade e a comunidade, em um só tempo, elemento de aprendizagem mútua e aperfeiçoamento do sistema democrático.

Palavras-chave: Cidadania. Diagnóstico. Projeto de extensão. Terceiro setor.

Área do Conhecimento: 6.01.02.05-5

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. Salvador: Jus Podivm, 2014.

FORNI, Pablo; LEITE, Lucimeire Vergilio. El desarrollo y legitimación de las organizaciones del tercer sector em la Argentina. Hacia la definición de un isomorfismo periférico. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 216-249.

FRANCISCO, José Carlos. Estado Democrático de Direito. In: DIMOULIS, Dimitri. (Coord.). **Dicionário brasileiro de direito constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JANTKE, Regina Vazquez Del Rio; CARO, Sueli Maria Pessagno. A extensão e o exercício da cidadania. In: SÍVERES, Luiz (org.). **A Extensão Universitária como um princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013, p. 97-108.

OXFORD DICTIONARIES. **Third-sector**. Disponível em: <<http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/third-sector>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

RODGER, John J. Academic commentary: “understanding the changing role of the third sector in the era of austerity”. **North East Third Sector Review Group 2014 Digest Review**. p. 23-30. Disponível em: <<http://journals.northumbria.ac.uk/index.php/netsrg/article/download/447/822>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

A Universidade na execução penal

João Lucas Rodrigues Rocha¹²⁹
José Novais Evangelista Filho¹³⁰
Vanessa de Sousa Soares¹³¹
Yago Meira e Silva¹³²
Prof.^a Flávia Ávila Penido¹³³
Prof.^a Klelia Canabrava Aleixo¹³⁴

INTRODUÇÃO: O presente trabalho visa a explicitar as intervenções realizadas pelo curso de Direito no *Programa Apac* que consiste em um programa de extensão universitária desenvolvido pela PUC Minas na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de Santa Luzia/MG, desde o ano de 2007. O objetivo geral do referido programa é subsidiar a prática de ações extensionsistas que estimulem relações solidárias entre a sociedade e o reeducando. Dentre os objetivos específicos, busca-se estimular o desenvolvimento de intervenções no sistema prisional compromissadas com os direitos humanos da população carcerária, bem como propiciar uma formação cidadã e crítica, por meio da qual professores e alunos possam perceber a corresponsabilidade entre o Estado e a sociedade no processo de execução penal e na garantia dos direitos das pessoas condenadas à pena privativa de liberdade. As ações desenvolvidas pelo curso de Direito partem do reconhecimento das inúmeras dificuldades e contradições que permeiam o cárcere, maculam o cumprimento da pena privativa de liberdade e atingem as pessoas condenadas a ela.

METODOLOGIA: Preliminarmente, são desenvolvidas oficinas de formação continuada com os alunos e professores participantes do programa acerca de algumas das seguintes temáticas: extensão universitária, método APAC, lei de execução penal, particularidades do trabalho em instituição prisional. Os gestores da APAC Santa Luzia/MG têm participação ativa nesse processo de formação. Quinzenalmente professores e alunos se deslocam até o Centro de Reintegração Social (CRS) da APAC de Santa Luzia/MG para realizarem o atendimento jurídico individual e acompanharem o processo de execução penal dos 150 recuperandos que lá se encontram. Posteriormente, é feita a análise processual e o requerimento de benefícios legais. Atualmente o projeto conta com 11 extensionistas que estão sob a coordenação de 02 professoras. Durante o

¹²⁹ Extensionista e graduando em Direito na PUC Minas, Praça da Liberdade. E-mail: joalucas.rocha@hotmail.com.

¹³⁰ Extensionista e graduando em Direito na PUC Minas, Praça da Liberdade. E-mail: josefilho16@hotmail.com.

¹³¹ Extensionista e graduanda em Direito na PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: vsousasoares@gmail.com.

¹³² Extensionista e graduando em Direito na PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: meirayago@yahoo.com.br.

¹³³ Coorientadora e professora Auxiliar I do curso de Direito na PUC Minas, Praça da Liberdade. Especialistas em Direito Público. E-mail: f.avilapenido@gmail.com.

¹³⁴ Orientadora e professora Adjunto IV do Departamento de Direito PUC Minas, Programa de Pós-Graduação em Direito, campus Coração Eucarístico. Doutora em Política Pública e Formação Humana. E-mail: kleliaaleixo@gmail.com.

desenvolvimento das práticas extensionistas são realizadas reuniões com os professores de outros cursos que realizam intervenções no CRS e com os gestores da APAC, com vistas ao aprimoramento das mesmas.

DISCUSSÃO: Conforme observado por Baratta, a partir de um balanço empírico e realístico, é possível perceber na história que toda tentativa de realizar tarefas de socialização e reinserção social por meio do “modelo carcerário” pode ser considerada inócua, pois o cárcere é contrário a todo processo educativo. Enquanto a educação promove o sentimento de liberdade, autonomia e espontaneidade do indivíduo, o encarceramento produz efeitos negativos sobre a personalidade e atua contrariamente à finalidade educativa (BARATTA, 2011, p. 183-184). Nesse sentido, a intervenção da Universidade no sistema prisional parte da premissa de que: “(...) a verdadeira reeducação deveria começar pela sociedade, antes que pelo condenado: antes de querer modificar os excluídos, é preciso modificar a sociedade excludente, atingindo, assim, a raiz do mecanismo de exclusão” (BARATTA, 2011, p. 186). Uma das primeiras ações de modificação da sociedade excludente deve ser a de fazer com que ela perceba e assuma a sua responsabilidade para com aquele que ela excluiu da convivência social. Nesse sentido, a presença e as ações de intervenção na APAC de Santa Luzia buscam a conscientização e a interação entre os envolvidos. A convivência entre a sociedade e o reeducando é, pois, fundamental para que ocorra um processo de mudança nela própria. A presença externa no cárcere com o estabelecimento de contatos entre o recuperando e a sociedade ajuda a desmistificar a figura do recuperando enquanto ser essencialmente diferente, que carrega em si a característica da periculosidade. A abertura à presença externa no cárcere (por ora apenas uma fresta, conforme ressaltado por BARATTA) permite o conhecimento das limitações e dificuldades que permeiam o cumprimento da pena de prisão. O conhecimento das dificuldades estimula relações solidárias entre a sociedade e o preso, bem como minimiza a demanda social por punição como forma principal para a solução de conflitos.

RESULTADOS: As ações desenvolvidas no Centro de Reintegração Social da APAC Santa Luzia/MG cumprem a função formativa dos docentes e discentes. O diálogo permanente entre professores, alunos, gestores da APAC e recuperandos estimulam relações sociais solidárias e de confiabilidade que são positivas para todo o corpo social. A aproximação e o diálogo estabelecidos entre os recuperandos e os discentes propiciam também a formação de futuros profissionais preparados para atuarem criticamente na sociedade, sensíveis às questões sociais, econômicas e políticas que envolvem o problema da criminalidade. O conhecimento das dificuldades enfrentadas no cumprimento da pena privativa de liberdade estimula relações solidárias entre a sociedade e o

preso, bem como minimiza a demanda social por punição como forma principal para a solução de conflitos.

CONCLUSÕES: Por ser um programa extensionista de caráter permanente e contínuo da PUC Minas e não um projeto ocasional e descontínuo de intervenção no sistema prisional, acreditamos que há uma colaboração efetiva e mútua entre a Universidade, a gestão da APAC e os recuperandos. A atuação concomitante de diversos cursos e a interdisciplinaridade das ações desenvolvidas consiste em inovação. As dificuldades que encontramos para a implementação do projeto são decorrentes da própria imposição da pena privativa de liberdade e do cárcere. Contrariando o paradigma da ressocialização, norteador da execução penal, a pena privativa de liberdade, onde quer que seja cumprida, exclui o apenado, causando insuperável contradição e efeitos deletérios sobre o mesmo de difícil superação. Conforme acentua Zaffaroni et al., alguém que já se adaptou completamente à prisão já se encontra desadaptado à vida livre. Isso se dá pela prisionalização, com a assimilação dos valores próprios do ambiente prisional dada a despersonalização operada pela perda da identidade ao reduzir a individualidade do sentenciado a um número, uniforme e cortes de cabelo padronizados (ZAFFARONI et al., 2003, p. 13). O fenômeno opera-se também pela violência a que são submetidos os detentos ao serem inseridos em um ambiente insalubre com constantes violências físicas levadas a cabo pelos próprios companheiros de cela ou agentes penitenciários (YAROCHEWSKY, 2005, p. 194-195). Ainda que o método Apac atente à minimização dos efeitos da prisionalização por meio da valorização humana - ao preconizar, por exemplo, que os recuperandos sejam chamados pelo nome, abolir o uso de uniformes e afastar a presença de agentes armados - a privação da liberdade por si só já representa um entrave grave o suficiente para dificultar resultados mais expressivos das intervenções promovidas pela Universidade. Não obstante, as ações desenvolvidas pelo programa no Centro de Reintegração Social da APAC de Santa Luzia minimizam os efeitos danosos desta assimilação dos valores próprios das prisões na medida em que visam a ampliar as perspectivas do sentenciado, ao trazer, para o ambiente prisional, pessoas e abordagens de temas não necessariamente vinculados ao cotidiano do cárcere. Por fim, o fato de as atividades serem desenvolvidas por professores e alunos é uma forma de levar parcela da sociedade a conhecer e transformar a realidade intramuros. Na perspectiva do recuperando, denota a ele a sensação de acolhimento e confiança no porvir, não obstante o distanciamento provocado pela privação da liberdade que, ainda que minimamente abrandada, é uma realidade.

Palavras-chave: APAC. Direito Penal. Execução da Pena.

Área do Conhecimento: 6.01.02.03-9

REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à Sociologia do Direito Penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2. reimpressão, 2014.

YAROCHEWSKY, Leonardo Isaac. **Da reincidência criminal**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2005.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. **Direito Penal Brasileiro**: teoria geral do Direito Penal. v. 1. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

Abordagem Multidisciplinar em Oncologia: múltiplos olhares em prol da qualidade de vida¹³⁵

Patrícia Barbosa Batiston¹³⁶

Edson Durante Oliveira¹³⁷

Taina Carolina de Lima Braz¹³⁸

Prof.^a Marina Aparecida Gonçalves Pereira¹³⁹

O objetivo deste projeto de extensão foi ofertar oficinas multidisciplinares na sala de espera da clínica de radioterapia, a fim de proporcionar aos pacientes com câncer momento de espera humanizado e tranquilo, como forma de melhorar sua qualidade de vida. Os pacientes receberam uma abordagem multidisciplinar, tomando como ferramenta a intervenção em grupo, a qual vem se mostrando efetiva, nas mais diversas situações clínicas, inclusive na oncologia, por favorecer a interação e percepção social dos participantes, além de apresentar bom custo-benefício. O protocolo de intervenção prevê um conjunto diversificado de ações contempladas pela interação dos diversos vieses de conhecimentos e conteúdos (cinesioterapia; estímulos táteis, visuais e rítmicos; roda de conversa; expressão corporal e cuidados com a saúde). Como na sala de espera da clínica de radioterapia existe um fluxo grande de entrada de novos pacientes, diariamente, os pacientes foram informados pela equipe sobre os objetivos do projeto. Do total de pacientes que participaram das oficinas na sala de espera da clínica de radioterapia, 262 tiveram seus prontuários analisados e responderam as perguntas, no decorrer do ano de 2015, possibilitando a caracterização dos pacientes e interpretação do efeito das oficinas para pacientes e discentes. A faixa etária foi de 61,65 anos, maior percentual foi para o gênero masculino (52%); casados (52%); etnia branca (85%); atividade laboral (71%). Os tumores de maior incidência e indicação da radioterapia foram o câncer mama (30%), seguido de próstata (26%), tumores malignos (42%) e maioria em estadiamento II (36%); metástases (78%); cirurgia (50%); radioterapia curativa (93%); 30 a 40 aplicações; radioterapia associada à quimioterapia (28%); dor e uso de analgésicos (15%); capacidade funcional (100%). As entrevistas apontaram que a dor não foi a queixa principal dos pacientes, e que se sentiam capazes. O aparente “desânimo” e “tristeza” estavam implicados aos aspectos emocionais e sociais vivenciados pela descoberta da doença e tratamento. Os autorrelatos indicaram que as oficinas realizadas na sala de espera proporcionaram interação, alegria e melhora da qualidade de vida dos pacientes e aprendizagem aos discentes.

¹³⁵ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

¹³⁶ Graduanda em Fisioterapia da PUC Minas, campus Poços de Caldas. E-mail: pattybatiston@hotmail.com.

¹²⁵ Graduando em Psicologia da PUC Minas, campus Poços de Caldas. E-mail: edsondurante@hotmail.com.

¹³⁸ Graduando em Enfermagem, campus Poços de Caldas. E-mail: taina@hotmail.com.

¹³⁹ Orientadora, professora Assistente IV do Departamento de Departamento de Fisioterapia, Instituto de Ciências Biológicas, PUC Minas, campus Poços de Caldas. Mestre em Engenharia Biomédica. E-mail: marina@pucpcaldas.br.

INTRODUÇÃO: O câncer pode ser considerado uma doença crônica, pela forma de progressão e crescimento não controlado das células. Ademais, este processo pode invadir os tecidos circundantes ao local originalmente afetado, ou se espalhar por outros órgãos ou tecidos, caracterizando o processo de metástase. De acordo com Instituto Nacional do Câncer, as causas do câncer são variadas, podendo estar associadas a fatores internos ou externos ao organismo. As causas externas referem-se ao meio-ambiente, hábitos e costumes próprios de uma sociedade ou indivíduo, já as causas internas são de caráter genético. Considerada de grande relevância na atualidade, dada pela sua grande incidência e em escala mundial, atinge mais de 25 milhões de pessoas em todo o mundo, assumindo posição recordista de mortalidade. Os diversos aspectos que permeiam a pessoa com câncer sugerem uma abordagem multidisciplinar, visando primordialmente à qualidade de vida e retorno do indivíduo as atividades cotidianas, que já desempenhava ou que ainda deseja desempenhar. Nesse sentido, o objetivo deste projeto de extensão foi ofertar oficinas multidisciplinares na sala de espera da clínica de radioterapia a fim de proporcionar aos pacientes com câncer momento de espera humanizado e mais tranquilo, como forma de melhorar sua qualidade de vida.

METODOLOGIA: Tratou-se de um estudo transversal e exploratório, de que forma que os pacientes pudessem ser abordados e convidados a participarem das oficinas multidisciplinares na sala de espera. Em atendimento à Resolução 446/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aprovado pelo Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais sob CAAE: 40100114.9.0000.5137. As oficinas aconteceram quatro (4) vezes na semana, durante uma (1) hora por dia, conforme seguinte descrição: oficina 1- “Exercício em grupo: plante alegria e colha felicidade” composta por alongamentos globais de membros superiores (MMSS) e de membros inferiores (MMII) e coluna (lombar, torácica e cervical); mobilizações ativas da coluna, MMSS e MMII (flexão, extensão, adução, abdução e rotação interna e externa), utilizando-se de bastões, bolas, bambolês, faixas elásticas, halteres; oficina 2- “tocar e sentir” o estímulo à percepção corporal, por meio da automassagem e objetos de diferentes texturas para o resgate da memória cenestésica, propriocepção e esquema corporal; oficina 3- “descontraindo” estímulo da memória por meio de atividades lúdicas como: jogos de memória, bingo, desenhos, montagem; oficina 4- histórias de vida pelo auto relato: abordando a percepção individual sobre a doença, tendo como temas a percepção do processo de adoecimento, diagnóstico e busca por tratamento, as dificuldades encontradas; orientações de cuidados com a saúde e o papel das intervenções praticadas na sala de espera. Para caracterização dos pacientes e dos tumores, foram coletados as características sociodemográficas, tipo e estágio tumor, tratamento clínico instituído, assim como, a dor (escala

dor) e incapacidade funcional (escala Karnofisk). A avaliação do efeito das oficinas foi por meio do relato dos pacientes, e o efeito do planejamento e execução das oficinas pelo relato dos alunos, conforme perguntas a seguir:

- a) Como é para você ficar aguardando na sala de espera para receber o tratamento de radioterapia?
- b) Quanto a sua participação nas oficinas oferecidas por este projeto de extensão tem contribuído para melhorar sua qualidade de vida e saúde?
- c) Participar do projeto de extensão foi capaz de aprimorar os conhecimentos de sala de aula?

RESULTADOS E DISCUSSÃO: As análises dos prontuários serviram para caracterizar a amostra quanto ao gênero, faixa etária, estado civil, etnia, renda familiar; sobre o tumor: localização anatômica, estadiamento, tipo e tempo de cirurgia. As quatro oficinas foram ofertadas na sala de espera, de março a dezembro de 2015 e, em média, dez pacientes participaram das oficinas. Os resultados apresentados correspondem aos dados de 262 pacientes que participaram das oficinas e que voluntariamente responderam aos questionários e as perguntas. Encontrou-se que a faixa etária foi de 61,65 anos, maior percentual foi para o gênero o masculino (52%); casados (52%); etnia branca (85%); atividade laboral (71%). As maiores porcentagens de indicação da radioterapia foram para câncer mama (30%) e próstata (26%) e os demais tumores malignos analisados em conjunto atingiram (42%); o estadiamento mais incidente foi de grau II (36%); metástases (18%); cirurgia (50%); radioterapia curativa (93%); 30 a 40 aplicações; radioterapia associada à quimioterapia (28%). Com dor e em uso de analgésicos (15%); capacidade funcional (100%). O tipo de câncer mais frequente na população masculina foi o de próstata e nas mulheres, o de mama, apoiando os estudos de Ramos BF e Lustosa MA. Corroborando estes dados, os Relatórios do Globocan apontam que o câncer está relacionado ao envelhecimento e crescimento populacional, assim como, com a redução da mortalidade infantil. Adverte ainda que a incidência é ascendente e continuará aumentando globalmente. Já, no Brasil, a alta incidência é sinalizada pelas mudanças no perfil demográfico da população, em consequência ao processo de urbanização, industrialização e avanços na ciência e tecnologia. No caso do planalto de Poços de Caldas, mundialmente conhecido pela ocorrência da radioatividade elevada, contribui para elevada incidência de câncer nesta região, conforme aponta os resultados deste projeto. Os pacientes responderam que (perguntas a e b) da descoberta até o tratamento do câncer, sentimentos como tristeza, desânimo e medo foram vivenciados constantemente, e que as intervenções propostas promoveram sensação de acolhimento, conforto físico, mental e emocional imediato e que refletiram além do momento da sala de espera. Como destaque para os relatos selecionamos aleatoriamente a descrição de um dos pacientes, que condiz com a opinião dos demais:

Gosto muito da presença dos alunos aqui na sala de espera. Eles fazem um trabalho muito bonito, nos distraem e nos dão atenção. Quando pensamos que estamos brincando, estamos fazendo exercícios da fisioterapia, falando da doença e tratamento, dos nossos medos, angústias e tristezas. Assim, este momento serve para um ajudar o outro enfrentar esta fase difícil, porque não é fácil ficar aqui não. (Informação verbal)¹⁴⁰.

Já, as respostas dos alunos (pergunta c) identificaram que o caráter multidisciplinar foi relevante para que explorassem os conteúdos absorvidos em sala aula, preparassem e executassem as oficinas, assim como, finalizassem trabalhos de conclusão de curso.

CONCLUSÃO: O modelo de oficinas em grupo aplicado em sala de espera foi capaz de modificar o comportamento dos pacientes pela sensação de acolhimento e cuidado referido, indicando melhora da qualidade de vida geral e composição específica da mesma. As oficinas multidisciplinares realizadas para os pacientes possibilitaram o aprimoramento das habilidades e competências necessárias aos acadêmicos inseridos.

Palavras-chave: Câncer. Modalidades de tratamento. Qualidade de vida.

Área do Conhecimento: 4.00.00.00-1

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA DA. **Sistema de informação geográfica para a mortalidade por cânceres selecionados no Planalto de Poços de Caldas**. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Tecnologias em Saúde.
- INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. **Câncer**. O que é? 2015. Disponível em: <<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/cancer/site/oquee>>. Acesso em: 22 nov. 2015.
- KIM D. D.; ARAÚJO A. L. L.; Tsai A. I. A.; Kojima F. H.; Takashima J. S. I., Otsuka Junior L. F. et al. Saber é prevenir: uma nova abordagem no combate ao câncer de mama. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 2011.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Câncer**. 2015. Disponível em: <<http://www.who.int/topics/cancer/es/>>. Acesso em: 22 nov. 2015.
- SCORSOLINI-COMIN, Fabio; VILELA E SOUZA, Laura; SANTOS, Manoel Antônio dos. Tornar-se psicólogo: experiência de estágio de Psico-oncologia em equipe multiprofissional de saúde. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 9, n. 2, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902008000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 nov. 2015.
- RAMOS, Bianca Figueiredo; LUSTOSA, Maria Alice. Câncer de mama feminino e psicologia. **Revista da SBPH**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, jun. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582009000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 nov. 2015.

¹⁴⁰ Dados da pesquisa: entrevistado.

Análise de capacidade de carga de elementos de ligação¹⁴¹

Marina Emília M. Costa¹⁴²

Nathália Mateus Fidelis¹⁴³

Túlio Pinheiro Duarte¹⁴⁴

Prof. Ayrton Hugo de Andrade e Santos¹⁴⁵

Ao iniciar o estudo de qualquer estrutura, é recorrente a necessidade de efetuar ligações, que na maioria das vezes são feitas utilizando elementos diferentes (ex. madeira e aço, aço e solda, dentre outros). A opção por adotar diferentes materiais em um mesmo componente deve-se à necessidade dos projetistas em buscar sempre um meio mais eficiente de suportar as cargas aplicadas e a realidade dos produtos existentes no mercado. Ao analisar a madeira, percebe-se a existência de uma variedade muito grande de ligações devido à facilidade de perfuração, corte e ajuste da forma. Estas ligações, no entanto, se dão geralmente por meio de pregos e parafusos (como porcas e arruelas) em aço, ou ainda com colas e entalhes. Na perspectiva de obter e analisar novos produtos e melhorar as ligações em estruturas de madeira, este artigo analisa, por meio de teste de tração direta o comportamento de parafusos feito em madeira Parajú, verificando a viabilidade de uso do mesmo em elementos estruturais.

INTRODUÇÃO: Na construção civil, existe o consenso de que ligações entre os diversos tipos de estruturas são a parte mais propícia ao colapso. Estas ligações em quase totalidade das vezes são necessárias tendo em vista a necessidade de alterar a direção dos esforços ou de vencer grandes vãos. Cada projeto destas ligações requer o devido cuidado, levando em considerações as cargas atuantes, bem com as propriedades do material, objeto de análise. No caso particular das ocupações urbanas na região da Isidora, onde a maioria das edificações é construída em madeira e estão sujeitas a intempéries, observa-se que os pontos mais vulneráveis são as ligações com pregos e parafusos. Em função dessa análise, foi proposta a confecção de parafusos em madeira, de tamanho M20, com passos de 2,0 e 2,5 e rosca triangular. Estes parafusos foram testados experimentalmente à tração e à compressão, sendo avaliada a capacidade de carga e a viabilidade de uso dos mesmos. No entanto, ocorreram algumas falhas localizadas nos parafusos quando da execução dos ensaios e os resultados e discussão sobre esses parafusos serão abordados na sequência.

¹⁴¹ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão. PROPPG Projeto-2015/9968-1S

¹⁴² Graduanda em Engenharia Mecânica na PUC Minas, unidade Contagem. E-mail: marinaemiliamcosta@gmail.com.

¹⁴³ Graduanda em Engenharia Mecânica na PUC Minas, unidade Contagem. E-mail: nathaliamefidelis@gmail.com.

¹⁴⁴ Graduanda em Engenharia Mecânica na PUC Minas, unidade Contagem. E-mail: tulio-p.duarte@outlook.com.

¹⁴⁵ Orientador e professor Adjunto I do Curso de Engenharia Civil da PUC Minas, campus Coração Eucarístico. Doutor em Engenharia de Estruturas. E-mail: ayrtonhugo@pucminas.br.

ELEMENTOS DE LIGAÇÃO EM MADEIRA: A madeira é um material complexo, de origem biológica, que apresenta variações nas características anatômicas, químicas e físicas entre espécies e árvores da mesma espécie e dentro da árvore, sendo essa variabilidade resultado, provavelmente, de atividades cambiais, transmissão de características hereditárias e condições ambientais do sítio, como solo, relevo, declividade (SILVA et al., 2012). A madeira, por apresentar essa característica peculiar, faz com que os elementos de ligação assumam uma enorme importância nos projetos estruturais. Para a madeira, os meios ligantes podem ser classificados, basicamente, em quatro classes: ligações por penetração entre peças (encaixes), ligações por pinos (pregos, parafusos e cavilhas), ligações por conectores (anéis e discos e chapas dentadas) e ligações por adesão (cola). Em geral esses materiais são confeccionados de maneira que atendam as expectativas e suporte as solicitações as quais serão submetidas, como, por exemplo, nos pinos de madeira, levam-se em conta a resistência ao embutimento, ou seja, o esmagamento na área de contato entre o pino. No caso deste trabalho analisou-se um caso particular de ligação por pinos, usando um parafuso confeccionado em madeira. Esses parafusos foram produzidos utilizando a madeira Parajú, onde peças prismáticas de 50x100x100 mm foram cilindradas, utilizando o torno. A usinagem do parafuso foi realizada no torno CNC, onde cada peça cilíndrica foi desbastada e depois foi usinada a rosca. Esses parafusos foram testados à tração conforme apresentado no item programa experimental.

METODOLOGIA EXPERIMENTAL: A resistência de um material depende de sua capacidade ele suportar uma carga sem deformação excessiva ou ruptura. Essa propriedade é inerente ao próprio material e ela deve ser determinada por métodos experimentais. Um dos testes mais importantes nesses casos é o ensaio de tração, conforme indicado pela ABNT NBR ISO 6892-1:2013. Para executar o ensaio, um corpo de prova é submetido a cargas axiais. O corpo de prova pode assumir diferentes geometrias. O equipamento responsável é programado para executar o alongamento axial do corpo de prova, que é preso pelas extremidades com taxas constantes pré-estabelecidas. Tais esforços em geral, levam o corpo à ruptura. Após a obtenção dos dados, calculam-se os valores da tensão e da deformação encontrados para o corpo de prova, e é possível obter um gráfico com esses resultados. Aplicando a equação descrita podem-se encontrar os valores da tensão e fazer o gráfico denominado tensão-deformação, conforme equação

$$1:11 \quad \sigma = \frac{F}{A_0} \quad (\text{equação 1})$$

Onde

F = é a força aplicada (N)

A = área da seção transversal (mm²)

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Os parafusos usinados na madeira Parajú foram confeccionados em rosca triangular com 2,0 e 2,5 mm de passe e 20 e 25 filetes, respectivamente. Foram usinados, também, roscas de aço para que fosse possível realização do ensaio. O controle adotado no ensaio foi o da carga, sendo usada uma taxa de incremento de 1 N/s. Foram realizados ensaios em cada parafuso, usando os filetes da sequência. Os resultados mostraram que os parafusos tiveram um comportamento frágil, uma vez que a queda na capacidade de carga foi acentuada.

Tabela 1 - Valores obtidos através do ensaio prático com as amostras

Parafuso	Deslocamento Médio[mm]	Carga Média [N]	Carga por filete [N]	Tensão Média [Mpa]	Tensão por filete [Mpa]
Passo 2,0	0,67	6.011,025	1.202,205	53,15	10,63
Passo 2,5	1,23	9.417,27	2.166,24	66,61	15,32

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para o parafuso de passo de 2 mm, observou-se que o valor da sua tensão última foi na ordem de $\sigma = \text{MPa}$, representando uma tensão de 10,63 MPa por filete. Já para o parafuso de passo 2,5mm a tensão última foi de 66,61 MPa, representando 15,35M Pa por filete. Isso era esperado, uma vez que a área de contato era superior. Uma observação interessante é que o parafuso 2 mm passo suportou uma carga de 1202,205 N por filete. Como o parafuso possui um total de 25 filetes, o mesmo suporta uma carga de 30,06 kN. Já o parafuso de 2,5 mm de passo suportou uma carga de 2166,24N por filete, suportando no total 43,32 kN, considerando 20 filetes no total. Esses valores atenderiam as necessidades de uma gama muito grande de obras da construção civil. Uma variação de 31% para o mesmo comprimento de parafuso.

CONCLUSÕES: Esse trabalho analisou o comportamento à tração de um parafuso confeccionado em madeira. Essa análise permitiu observar que a capacidade do parafuso de 2 mm de passo e o de 2,5 mm de passo possuem valores similares, podendo ser considerado de alta eficiência para aplicação nas ocupações urbanas. No âmbito da extensão universitária, os alunos puderam conviver com uma realidade diferente do que é apresentado em sala de aula, podendo interagir com problemas reais que ocorrem na sociedade. No caso particular das ocupações urbanas, os alunos propuseram o uso de elementos de ligações, diferentes dos atuais que permite estabilidade às edificações provisórias feitas em madeira. Esse retorno a sociedade pode ser considerado o melhor produto deste trabalho, uma vez que vai de encontro com os objetivos e políticas da extensão universitária. A execução deste trabalho ainda se encontra em continuidade e novos testes serão realizados, de modo que os resultados em momento oportuno serão apresentados e entregues à sociedade permitindo o elo da pesquisa, do ensino e da extensão.

Palavras-chave: Propriedades Mecânicas. Madeira. Parafusos. Análise Experimental.

Área do Conhecimento: 3.05.03.03-5

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 6892-1:2013**: materiais metálicos – Ensaio de Tração à temperatura ambiente. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

CALLISTER, William D.; RETHWISCH, David G.. **Ciência e Engenharia de Materiais uma introdução**. 8.ed. São Paulo: LTC, 2012.

SILVA, J. C. Preservação: Durabilidade natural e preservação: resistência natural da madeira ao ataque de cupins. **Revista da Madeira**, número especial, p. 82-84, 2001.

Arquitetura Aberta

Bruna Camposano Medici¹⁴⁶
Prof. Tiago Castelo Branco Lourenço¹⁴⁷

INTRODUÇÃO: O projeto apresenta como a arquitetura e o urbanismo do saber técnico se associam a um trabalho coletivo no intuito de contribuir com a autoprodução do espaço, procurando estabelecer uma discussão pautada pela desconstrução do desenho técnico como dominador e único produtor deste espaço. A partir desta perspectiva, o tema “Arquitetura Aberta” cria uma crítica à heteronomia deste desenho, ressaltando a atuação do coletivismo e do canteiro como uma forma de experimentação diferente, na qual a troca de saberes – entre saber comum e saber técnico – se façam a partir de um intercâmbio de conhecimento. Devido à relação quase idiossincrática dos moradores para com o próprio espaço e as praticas coletivas de autoconstrução, escolheu-se a Vila Pomar do Cafezal no Aglomerado da Serra. Com base nesta abordagem, discute-se o caráter autoprodutivo do espaço através da realização de mutirões e técnicas alternativas para a construção. Para fundamentar tais reflexões, apresentam-se nesta discussão as críticas de Sergio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lèfrevre pelo grupo Arquitetura Nova, bem como as considerações de Ana Paula Baltazar e Silke Kapp. Contrapondo a situação dominadora do desenho arquitetônico, com base no argumento augestionário e autoconstrutivo, apresentaram-se as demandas dos moradores da Vila Pomar do Cafezal – pautadas pelo constante coletivismo –, sendo discutidas e registradas em inúmeros encontros. A partir de tais demandas, a observação e a experiência real permanecem abertas, tornando vivo o pensamento e não o caracterizando apenas como mais um papel produzido.

METODOLOGIA: Para o desenvolvimento da pesquisa, considerando a natureza do objeto de estudo, o procedimento metodológico mais adequado foi a Pesquisa Exploratória. De acordo com Salomon:

Pesquisas exploratórias e descritivas são as que têm por objetivo definir melhor o problema, proporcionar as chamadas intuições de solução, descrever comportamentos de fenômenos, definir e classificar fatos e variáveis. Não atingem ainda o nível da explicação nem o da predição encontrados nas pesquisas “puras” ou “teóricas” nem do diagnóstico e/ou solução adequada ao problema deparados nas pesquisas “aplicadas”. (SALOMON, 1979, p. 141).

A troca de conhecimento possibilita a busca de soluções horizontais e não generalização científica. Com a pesquisa exploratória, conhecer o local primeiro e depois discutir as melhores ferramentas para a realização do projeto, torna-se uma forma de argumentar empiricamente a construção dessa arquitetura aberta. Tal metodologia exige do pesquisador um grande cuidado ao observar, tendo este

¹⁴⁶ Graduando em Arquitetura e Urbanismo na PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: brumedici@gmail.com.

¹⁴⁷ Orientador e professor Assistente I no Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, campus Coração Eucarístico. Mestre em Arquitetura e Urbanismo. E-mail: tcblourenco@gmail.com.

que ser imparcial, flexível e adaptável, deixando que a área de estudo mostre sua necessidade. O trabalho teve no primeiro momento um estudo de observação e coleta de dados para melhor entender as relações locais e suas redes sociais. Em um segundo, buscou-se junto aos moradores levantar as demandas locais e por último pensar soluções coletivas para as demandas pontuadas. Durante um ano foram acompanhados reuniões da comissão de moradores, mutirões autogeridos, entrevistas com a população local e construção de desenhos e soluções coletivas.

DISCUSSÃO: A arquitetura atual é produzida dentro de escritórios, em desenhos de computadores e levantamento de dados cada vez mais artificiais. Devido à distância do desenho com o canteiro, este passou a ter problemas executáveis, uma vez que o desenhista não mais vivenciava a realidade do local, e os trabalhadores que realizavam as tarefas eram os responsáveis pelos erros não executáveis do desenho, que contrapõe a ideia do canteiro de Sergio Ferro (2012). Por sua vez, o processo construtivo está cada vez mais seccionado, o produto intelectual do arquiteto (o desenho), chega ao canteiro, onde apenas alguns especialistas conseguem traduzir aquela linguagem e os demais apenas a executam. O desenho para essa produção não tem equidade técnica, nem artística. Essa forma segregada de trabalho aumenta a falta de participação e promove uma forte divisão de tarefas, onde o trabalhador ou as pessoas que vão usar aquele lugar distanciam-se do produto final:

A relação entre o desenho e o trabalhador revela o caráter repressivo do primeiro, que funcionaria como superego, disciplinando as pulsões do inconsciente. Através da forma gestáltica o desenho domina os processos primários, bloqueia a expressão espontânea e as pulsões criativas do operário. (FERRO, 1977, p. 116).

Entretanto, o desenho arquitetônico pode reduzir seu papel dominador se este for realizado junto ao construtor e seus usuários, em uma forma augestionária e autoconstrutiva. A arquitetura sendo realizada junto ao canteiro possibilita uma participação mais igualitária entre os envolvidos. Trabalhar com planejamento ou gestão de espaço deve ser algo coletivo e não do cientista, este precisa exercer seu conhecimento e papel de balizador, prestar tecnicamente seu auxílio no sentido de mediador de informação, e sendo este parte do coletivo, não deve se estabelecer como detentor de uma opinião superior, deve-se a todos ali ter a mesma voz:

[...] nem todo conhecimento no planejamento urbano é ou poderia ser exclusivamente científico, e tampouco deve-se considerar o conhecimento científico como sendo superior a todos os outros, por exemplo, o saber artístico [...] (SOUZA, 2008, p.95).

Quando o arquiteto inicia um processo mais próximo do sujeito, sem um planejamento prévio que engessa, como o caso de trabalhar junto a ocupações urbanas e assentamentos precários, ele, além de contribuir com a construção do espaço fisicamente, está presente nas articulações políticas, nos conflitos de vizinhanças e nas promoções culturais e educacionais que acontecem. Dessa maneira,

faz-se essencial um conhecimento interdisciplinar de outras áreas do conhecimento, como por exemplo, a antropologia, sociologia, geografia e etc., e discutir praticas alternativas além do desenhado pelo arquiteto:

Portanto, se quisermos discutir práticas alternativas, o primeiro passo é romper essa lógica excludente e tomar toda transformação do espaço pelo trabalho humano como objeto de investigação e reflexão. Isso significa abrir mão dos ideais de autoria e integridade das obras arquitetônicas, bem como do pressuposto de que usuários e construtores são sujeitos passivos, dispostos a conformar todas as suas ações à imaginação de um arquiteto. (...) Em outras palavras, nós, arquitetos, geralmente preferimos a certeza do nosso papel tradicional a raciocínios que possam minar a exclusividade de nossos talentos. Se qualquer transformação do espaço pelo trabalho humano é considerada arquitetura, o que restaria aos arquitetos fazer? (KAPP et al., 2008, p. 3).

O caso estudado (Vila Pomar do Cafezal) é um local que passa por um eminente processo de despejo há mais de três anos, em alto grau de vulnerabilidade. Quando a defesa civil ameaçou a remoção, a população procurou grupos de arquitetos e outros técnicos, para buscar soluções em que se presasse a permanência dos moradores. Assim, a construção de um pomar autogerido pelos moradores foi o primeiro trabalho em área de uso coletivo, este “Pomar”, foi sugerido por arquitetos para tratar um encosta que poderia sofrer deslizamento e com a troca de informação, técnica e do saber comum moradores, fez-se um importante trabalho urbanístico. A construção do pomar deu aparato judicial para manter os moradores no local, pois a área reservada que antes era local de despejo de entulhos passou a ser recuperada, e por ter outro tipo de uso, inibiu a construção de moradias, que poderia ser um motivo para o despejo. O nome da ocupação de Vila Pomar do Cafezal deu-se devido a esta primeira intervenção no espaço. Muitas outras atividades acontecem na ocupação, é realizado no mínimo um mutirão por mês para a manutenção do pomar e melhorias em áreas coletivas, um bazar quinzenal para incentivar mulheres na participação de trabalhos locais e para gerar renda destinada a novas construções coletivas, além de duas festas anuais que contribuem para a aproximação entre apoiadores e moradores. Esse trabalho teve como um produto final um vídeo feito pela comunidade, junto ao acompanhamento dos pesquisadores e de um profissional na área do cinema, pois no final de 2015 a mídia vinha apresentando notícias apontando a área em extremo risco, apoiando os argumentos da defesa civil. Neste momento, os moradores contrapuseram o vídeo mostrando com laudos técnicos e depoimentos de moradores a realidade vista a partir deles. A intenção do vídeo era contribuir com os documentos técnicos para a permanência dos moradores no local. Esse produto mostra que arquitetura é além de construção de prédios, faz parte de toda e qualquer transformação do espaço. Várias demandas foram pontuadas, como a construção de uma sede comunitária, espaço para um jardim, plantio de árvores na rua principal, etc., buscando sempre solucionar de forma colaborativa e participativa, onde os técnicos e os sujeitos presentes tivessem a mesmo grau de importância.

CONCLUSÕES: Partindo desta proposta, a partir da experiência, pretende-se reagir efetivamente à fragilidade dessas áreas denominadas negativamente cidades informais - e dos grupos sociais que as ocupam - diante da dominação de um processo de urbanização econômica e politicamente perverso, socialmente excludente e ambientalmente predatório. Preocupou-se em não apenas ressaltar o atendimento a demandas pontuais, mas também a demandas coletivas, pretendendo criar uma abordagem dos processos pelas quais elas se reproduzem e se reverberam – seja digital, física ou híbrida. Esta pesquisa não buscou somente a compreensão de metodologias e técnicas exclusivas para moradias e populações de baixa renda, mas ampliar as possibilidades da arquitetura e urbanismo – e logo o papel do arquiteto – de ser apropriada por outras tipologias construtivas ou geomorfologias urbanas. Considera-se, portanto, com base nos estudos e na imersão deste tema, que o processo de urbanização dominante acaba criando diferenciação e segregação da cidade com um todo. A partir desta perspectiva, foi possível discutir a autoprodução junto aos papéis mediadores, perpassando pela experiência das vivências e dos diálogos, o que contribui para o enriquecimento da pesquisa, bem como do pesquisador. Dessa forma, a conclusão desta proposta não tem como objetivo esgotamento desta discussão, permanecendo sempre com um fio não arrematado, pois a ideia que se pretende “aqui” é possibilitar/contribuir com/a compressão de uma nova possibilidade de arquitetura, que se apresenta como um canteiro aberto, permitindo que o processo conte como será o próximo traço. Citando Silva (2015), “Não obstante, é a cidade resultante desse processo (a casa isolada no lote, o terreno cortado em platô, o curso d’água canalizado e coberto, a rua restrita à função de circulação, o asfalto, o automóvel etc.), aquela tomada como ideal também pelos grupos autoprodutores de espaço”. (SILVA, 2015, p. 8).

Palavras-chave: Autogestão, Autoconstrução. Troca de saberes.

Área do Conhecimento: 6.04.00.00-5

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000.

FERRO, Sérgio. **O canteiro e o desenho**. São Paulo: Ed. Associados, 1979.

_____. **Arquitetura Nova**. **Revista Teoria e Prática**, São Paulo, n. 1, 1967.

KAPP, Silke ; SILVA, Margarete Maria de Araújo . Quem mora nas favelas? **E-Metropolis** - Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais, v. 9, p. 28-35-35, 2012. Disponível em: <<http://emetropolis.net/artigo/62?name=quem-mora-nas-favelas>>.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; MORADO, Denise. **Arquitetura como exercício crítico:** apontamentos para práticas alternativas. 2008. (mimeo)

LOOS, Adolf. **Sobre um pobre homem rico**. 1890. (mimeo)

- LOPES, João Marcos; KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. **Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres.** São Carlos: SILACC, 2010.
- LUXEMBURG, Rosa. **Reforma ou Revolução.** 1900. (mimeo)
- MORAES, Lucia Maria. O direito à moradia, o acesso à terra e o papel dos movimentos sociais no Brasil. In: **Direito à moradia adequada: O que é, para quem serve, como defender e efetivar.** Belo Horizonte: Fórum, 2014, pp. 141–160.
- RIOFRÍO, Gustavo; RODRIGUEZ, Alfredo. **De invasores a invadidos (2).** Lima (Peru): Editora DESCO – Centro de Estudios y Promoción Del Desarrollo, 1980.
- SALOMON, Délcio Vieira. **Como Fazer Uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico.** 6 ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SILVA, Viviane Zerlotini. Assessoria técnica a ocupações urbanas: condições infraestruturais. In: **Projeto de Extensão PUC Minas.** Belo Horizonte, 2015.
- SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira: Quem é e como vive.** 1ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- _____. **Os batalhadores brasileiros: a nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Introdução: A Nova Geração de movimentos sociais urbanos – E a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos.** São Paulo, v.6, n. 9, p. 9-26, jan/jun. 2009.
- _____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- _____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2013.

Articulando redes, fortalecendo comunidades¹⁴⁸

Manoela Marra¹⁴⁹

Ôni Márcia¹⁵⁰

Prof.^a Márcia Mansur Saadallah¹⁵¹

O projeto “Articulando Redes, Fortalecendo Comunidades” atua desde 2012 em três comunidades de BH: Lajedo, São Gabriel e Vila Cemig. É financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas, com apoio do CNPq e, em 2013, obteve também o apoio da FAPEMIG. Nosso objetivo é desenvolver ações por meio de metodologias participativas que contribuam para o fortalecimento e articulação de redes comunitárias e equipamentos políticos nas três comunidades. São desenvolvidas atividades locais em cada comunidade, como diagnósticos e mapeamentos, articulação e fortalecimento da rede, além de capacitação de atores sociais, utilizando-se de intervenções psicossociais e estratégias audiovisuais e de multimídia.

INTRODUÇÃO: O projeto “Articulando redes, fortalecendo comunidades” é desenvolvido pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas – PROEX, com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Pesquisa – PROPPG. O projeto objetiva desenvolver ações, por meio de metodologias participativas, que contribuam para o fortalecimento e articulação de redes comunitárias e equipamentos políticos em três comunidades de Belo Horizonte: Tupi-Lajedo, São Gabriel e Vila Cemig. São desenvolvidas atividades locais em cada comunidade, utilizando-se de intervenções psicossociais, além de estratégias audiovisuais e multimídias. O projeto conta com a participação de extensionistas dos cursos de Psicologia e Comunicação Social, tendo a interdisciplinaridade e troca de saberes como eixos basilares do trabalho. A interdisciplinaridade é percebida dentro da própria Psicologia, a partir da troca entre projetos de extensão complementares, parcerias com estágios e disciplinas da graduação, interface com a pesquisa, entre outras ações, e também entre a Psicologia e outros campos de saberes, principalmente com o Curso de Comunicação Social Jornalismo/Publicidade e propaganda, através da criação de produtos audiovisuais, proporcionando assim maior visibilidade das ações, e fortalecimento das identidades locais. Destaca-se neste trabalho, a troca de saberes entre comunidade e universidade através do aprendizado científico e metodológico advindos da universidade, e a oportunidade de aprendizagem e conhecimento que alunos e profissionais adquirem na comunidade, por meio do contato com a realidade local, com sua cultura e saberes populares, além do trabalho direto com equipamentos de diversas políticas

¹⁴⁸ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas, Fapemig e CNPQ.

¹⁴⁹ Graduanda em Psicologia da PUC Minas, unidade São Gabriel. E-mail: manoela_marra@hotmail.com.

¹⁵⁰ Graduada em Psicologia da PUC Minas, unidade São Gabriel. E-mail: onimarcia_21@hotmail.com.

¹⁵¹ Orientadora, professora Assistente IV do Departamento de Psicologia da PUC Minas, mestre em Ciências Sociais.

públicas. Nesse sentido, acredita-se que o projeto tem cumprido seu papel de extensão universitária na construção de saberes.

METODOLOGIA: A metodologia adotada no projeto é baseada no modelo psicossocial de trabalho comunitário. Pereira (2002) assim o denomina para designar termos diversos utilizados por autores latino-americanos: intervenção na investigação, pesquisa-ação, planejamento participativo, grupo operativo, intervenção pedagógica e investigação diagnóstica, dentre outros. As propostas articulam basicamente investigação científica e intervenção com vistas à resolução de problemas. Tais estratégias são norteadas por paradigmas críticos das dicotomias indivíduo/sociedade e teoria/prática que, questionando o modelo clássico de ciência, associam conhecimento científico, participação popular e ação-política. Trata-se, pois, de metodologia participativa, especificamente, será utilizada a metodologia de trabalho em rede. Segundo Andrade e Vaistman (2002), as redes sociais são ambientes em que indivíduos com realidades semelhantes se agrupam para pleitearem melhorias na qualidade de vida. Caracteriza-se por sua interdependência nas ações, ajuda mútua, compartilhamento de informações, projetos, e auxílio em momentos de crise. Através da criação de uma rede social, as ações de mobilização se tornam “mais alcançáveis” e todos trabalham para um bem comum. As redes devem ser antes de tudo um ambiente de comunicação e troca entre os seus envolvidos. Nesse sentido, Ribeiro (2008) refere que as redes são espaços de exercício democrático, não devendo comportar formas de apoio autoritárias, uma vez que pressupõem reciprocidade. Assim, as pessoas são capazes de participar, ter iniciativas e ter controle sobre as ações de interesse à sua vida, a irradiação quer dizer que cada vez mais indivíduos de diferentes seguimentos podem participar e levar às tomadas de decisões. A convergência assume que todos os indivíduos envolvidos neste contexto trabalham para um objetivo comum. Então, uma das formas de organização da mobilização social é a criação de redes, fóruns e organizações (LINO, 2001). A rede é então uma construção permanente que se forma através da participação de pessoas envolvidas no exercício da cidadania e controle social. Para cada ator social envolvido, bem como para os equipamentos sociais a criação de uma REDE SOCIAL é positiva. Possibilita uma maior interação e eficiência na resolução de problemas visto que estabelece uma ligação entre os setores e facilita o trânsito do usuário, dando assim maior vazão às demandas apresentadas e a construção de respostas mais efetivas. Dessa forma, faz-se necessária a integração entre os diversos setores, iniciativas, comunidade e equipamentos sociais para aumentar a resolutibilidade dos mesmos. A universidade compõe a rede, sendo um dos seus nós e facilitando a construção da interrelação de saberes. É fato que a aproximação entre a universidade e a comunidade, por meio das lideranças e equipamentos comunitários, é algo pertinente, pois a construção conjunta de saber permite nomear problemas, necessidades, interesses das partes, acarretando em mobilização da comunidade, da qual a

universidade também faz parte. Uma vez por mês são realizadas reuniões de rede com cada comunidade, além de uma capacitação, aberta para todas as comunidades, e alunos da PUC Minas, através delas, buscamos conscientizar e emancipar aqueles que participam. Em cada comunidade, é realizado um mapeamento local, identificando todas as organizações, equipamentos, grupos, lideranças e outros atores que compõem a rede. Além disso, são realizados diagnósticos locais, em que são ouvidas as famílias daquele território, identificando a demanda da comunidade. A partir da confrontação entre ofertas de serviços e demandas comunitárias, as ações em rede são desenvolvidas. Todo esse processo vivenciado nas comunidades é registrado através de produtos audiovisuais, proporcionando assim visibilidade das ações e fortalecimento das identidades locais.

RESULTADOS: Propor a articulação e fortalecimento de comunidades foi uma iniciativa audaciosa e de grande relevância, que vem dando certo nesses últimos anos, com reconhecimento das pessoas no meio acadêmico e, sobretudo no âmbito comunitário. Esse processo não é uma tarefa simples, ao contrário é desgastante por envolver múltiplas questões e comunidades tão diversas. Porém, por outro lado é recompensador quando se percebe as transformações ocorridas através das intervenções realizadas. A parceria entre comunidade e universidade por meio desse projeto de pesquisa e extensão tem se mostrado como um rico espaço de aprendizagem e construção de conhecimento, através da articulação de saberes acadêmicos e populares. Destaca-se também a formação social, política, crítica e transformadora como resultado do trabalho. A troca de experiências entre as três comunidades também se configura como uma ação importante. Além disso, o projeto tem contribuído no sentido de identificar e trabalhar as potencialidades das comunidades e o desenvolvimento das suas fragilidades. Notam-se nas comunidades atendidas avanços quanto a sua forma de organização e autogestão com a identificação e atuação de pessoas dispostas a resolver os problemas da comunidade em conjunto. Além disso, houve aumento da participação nos canais abertos à participação popular, tais como conferências, comissões de saúde, associações de bairro e eventos de interesse coletivo. Observa-se maior engajamento e autonomia dos envolvidos, uma vez que os indivíduos encontram na rede um espaço para diálogo, onde os atores sociais sentem-se ouvidos e pertencentes ao contribuir e se envolver na comunidade, revelando-se sujeitos com potencial de reverter as suas dificuldades e condições de vida. Os resultados da articulação das redes podem ser identificados também nas conquistas concretas da comunidade, que se tornaram mais possíveis através das ações em comum. Podemos citar a conquista da UMEI pela rede do bairro Lajedo, demanda antiga da comunidade que ganhou força e se tornou possível com o apoio da rede. No bairro São Gabriel, a comunidade conquistou um parque comunitário, projeto apoiado pela rede inclusive na sua manutenção pelos vizinhos, na construção de um projeto coletivo para sua utilização, e na apropriação coletiva do espaço. Na Vila Cemig, a

rede vem realizando um grandioso trabalho coletivo em torno do lixo e da prevenção da dengue, envolvendo lideranças, moradores, poder público e as mais diversas organizações da sociedade civil.

CONCLUSÕES: Percebe-se nas comunidades que a falta de comunicação era um dificultador das ações, haja vista que os atores sociais que compõem as redes sociais, seja liderança ou trabalhadores dos equipamentos, tomavam iniciativas isoladamente em cada área, sem diálogo entre si. Com as ações, os participantes passaram a trazer as questões emergentes para serem discutidas em conjunto, dividindo o problema em vez de tomar para si, tentando resolvê-los sozinhos. Nessa perspectiva, os encaminhamentos das demandas passaram a ser decididos através da coletividade com contribuições e sugestões de várias pessoas e não um só indivíduo. Por vezes, percebemos que a própria comunidade em sua maioria desconhecia o que acontecia em seu interior, não se apropriava de espaços existentes, com baixo índice de participação em espaços que estimulam a participação social. Às vezes, por falta de informação que não chegava à população, outras por desinteresse, sem consciência política e cidadã. Podemos identificar avanços importantes em relação ao desenvolvimento do projeto. O trabalho em rede tem se mostrado como uma forma de organização inovadora e orgânica, apta a enfrentar a complexidade dos problemas sociais. A intercomunicação entre os indivíduos, baseada na abertura, respeito e diálogo são referência no trabalho, já que nenhuma Área do Conhecimento é capaz de responder completamente aos desafios da contemporaneidade e aos complexos fenômenos que violam cotidianamente direitos das pessoas. Percebemos nas comunidades em que atuamos o desenvolvimento de ações voltadas para mudanças sociais, a partir de projetos construídos coletivamente por diferentes atores sociais destas comunidades. A crença no protagonismo dos indivíduos e grupos abre possibilidades de tornarem-se corresponsáveis pelas práticas construídas no cotidiano. O estímulo e comprometimento coletivo, assim como a abertura para o novo, o diferente, têm sido construídos cotidianamente na convivência coletiva. Alunos, professores, comunidade, agentes públicos, lideranças comunitárias têm aprendido regras de convivência, tolerância e respeito, tão importantes no momento atual em que vivemos.

Palavras-chave: Rede. Psicologia social. Psicologia comunitária.

Área do Conhecimento: 7.07.05.00-3.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Gabriela R. B; VAISTMAN, Jeni. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 4, n. 7, p. 925-934, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000400023>. Acesso em: 10 out. 2012.

LINO A., 2001. Diretor da Aracati – Agência de Mobilização Social. **Mobilização Social**. São Paulo. Disponível em: <<https://redearacati.wordpress.com>>. Acesso em: 10 out. 2012.

PEREIRA, William Cesar Castilho. **Nas trilhas do trabalho social e comunitário: teoria, método e prática**. Petrópolis: Vozes, Belo Horizonte: PUC Minas, 2002.

RIBEIRO, Kátia Sueli Queiroz Silva. Ampliando a atenção à saúde pela valorização das redes sociais nas práticas de educação popular em saúde. **Revista APS**, v. 11, n. 3, p. 235-248, jul./set. 2008. Disponível em: <<https://aps.ufjf.emnuvens.com.br/aps/article/view/338>>. Acesso em: 10 out. 2012.

Avaliação do solo das ocupações urbanas da região de Belo Horizonte (MG)¹⁵²

Carolina Silveira Mamede¹⁵³

Cássio Tadeu Alvarenga¹⁵⁴

Raphaela Augusta Menezes de Oliveira¹⁵⁵

Rayane Moreira Corrêa¹⁵⁶

Prof. Ayrton Hugo de Andrade e Santos¹⁵⁷

INTRODUÇÃO: A experiência extensionista permite que os alunos de Engenharia Civil e de Arquitetura e Urbanismo entrem em contato com as diversas nuances políticas, sociais e econômicas que permeiam as duas profissões, assim como promove o tão necessário diálogo entre os estudantes desses dois campos que, apesar de complementares, costumam ter abordagens distantes na maioria das universidades do país. Nesse sentido, os principais objetivos deste projeto são realizar assessoria técnica às ocupações urbanas e aos movimentos sociais quanto às soluções construtivas propostas; analisar a viabilidade técnica do uso de materiais próprios da região das ocupações para a construção das edificações e gerar oficinas dentro dos Projetos de Assessoria Técnica às Ocupações Urbanas vinculando os moradores e os alunos dos cursos de Engenharia Civil e Arquitetura da PUC Minas. Neste artigo, apresenta-se a análise técnica realizada no solo da ocupação Rosa Leão, onde será edificado o Centro Cultural desta ocupação.

METODOLOGIA: Esse projeto apresenta um caráter multidisciplinar, atendendo diretamente às diretrizes do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Engenharia Civil e do Curso de Arquitetura e Urbanismo, referentes à formação de um profissional cidadão com visão crítica de mundo, sensibilizado a superar as desigualdades sociais existentes e apto a utilizar o conhecimento adquirido em prol da maioria da população. Durante o ano de 2015, foram realizadas visitas técnicas às ocupações citadas acima com o intuito de perceber as demandas existentes. Nessas visitas, diversas demandas foram apresentadas, destacando-se: o saneamento básico, o calçamento de ruas, a criação de sarjetas, muros de contenção, identificação de ruas e correio postal, além da caracterização do solo da ocupação. Analisando essa última demanda, que se referia ao modo de construir de forma satisfatória em um terreno de cuja qualidade não se tem o conhecimento, foi proposto executar ensaios de caracterização deste terreno. Assim, foram retiradas amostras do solo,

¹⁵² Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas. Projeto-2015/9968-1S.

¹⁵³ Graduanda em Engenharia Civil, campus Coração Eucarístico. E-mail: carolmamede_94@hotmail.com.

¹⁵⁴ Graduando em Engenharia Civil, campus Coração Eucarístico. E-mail: cassiotalvarenga@yahoo.com.br.

¹⁵⁵ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, campus Coração Eucarístico. E-mail: raphaela.menezes@sga.pucminas.br.

¹⁵⁶ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, campus Coração Eucarístico. E-mail: rayane.moreira.correa@gmail.com.

¹⁵⁷ Orientador e professor Adjunto I do Curso de Engenharia Civil da PUC Minas, campus Coração Eucarístico. Doutor em Engenharia de Estruturas. E-mail: ayrtonhugo@pucminas.br.

cerca de 50 kg, e as mesmas foram preparadas (NBR 6457/86) e testadas no laboratório de Materiais de Construção da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- PUC Minas. Foram realizados de ensaio de Compactação Proctor Normal (NBR 7182/86) e ensaio de compressão simples (NBR 12770/92). O primeiro ensaio permitiu determinar a densidade seca máxima e a umidade ótima da amostra de solo, cujos parâmetros foram utilizados na moldagem de corpos de prova a serem submetidos à compressão simples. O segundo ensaio permitiu determinar a máxima resistência à compressão do solo, cujos parâmetros foram utilizados para a determinação da coesão do solo e da tensão de ruptura do mesmo.

RESULTADOS: O solo extraído, de modo geral, demonstrou qualidades de coesão e permeabilidade. No ensaio de compactação proctor normal, utilizou-se a equação 1 para determinar a massa específica aparente seca, em função do peso úmido do solo compactado, do volume útil do molde cilíndrico e do teor de umidade do solo compactado.

$$\gamma_s = \frac{P_h - 100}{V(100 + h)} \quad (\text{eq.1})$$

A partir desses valores, traçou-se a curva de compactação, por meio de coordenadas cartesianas normais, marcando os teores de umidade, h , nas abscissas e, as massas específicas aparentes secas correspondentes, γ_s , nas ordenadas. A curva resultante tem um formato aproximadamente parabólico, sendo que o topo da mesma é a densidade seca máxima no eixo das ordenadas, que no caso estudado foi de $1,527 \text{ g/cm}^3$ e, o ponto correspondente no eixo das abscissas, é a umidade ótima, que equivale a 26,98% quanto se trata do solo da região do Izidora. Esses valores são parâmetros da amostra que foram utilizados na moldagem dos corpos de prova submetidos à compressão simples. Já no que tange à compressão simples, foi calculada a pressão exercida sobre o corpo de prova, ρ , devido a uma carga aplicada no mesmo, P , que foi dividida pela área corrigida do corpo de prova, A , como pode ser observado na equação 2.

$$\rho = \frac{P}{A} \quad (\text{eq.2})$$

Desta forma, foram moldados dois corpos de prova, obtendo os seguintes valores de resistência à compressão: $2,127 \text{ kgf/cm}^2$ e $1,319 \text{ kgf/cm}^2$. A média resultante desses valores foi de $1,723 \text{ kgf/cm}^2$, o que caracteriza a resistência ao cisalhamento do solo da região do Isidora. Esta discrepância não

muito significativa entre os corpos de prova pode estar relacionada aos diferentes extensionistas que realizaram a compactação dos mesmos, o que influencia diretamente na resistência do solo.

CONCLUSÕES: Os resultados obtidos permitiram caracterizar o solo como argiloso e com boa capacidade de carga. Esses resultados foram retornados à comunidade da região da Isidora, o que permitiu intervenções no terreno, com base nos parâmetros mecânicos calculados. Mais do que realizar ensaios de caracterização do solo, o projeto de assessoria técnica vislumbrou a possibilidade de transmitir o saber de modo humanizado, trazendo pessoas com muito conhecimento prático e, eventualmente, pouco conhecimento teórico, para dentro da universidade, o que faz dele um projeto com grande potencial de desenvolvimento.

Palavras-chave: Assessoria Técnica. Ensaio laboratoriais. Extensão.

Área do Conhecimento: 3.01.03.03-7

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6457:** Amostras de solo – Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização. Rio de Janeiro: ABNT, 1986.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7182:** Solo – Ensaio de Compactação. Rio de Janeiro: ABNT, 1986.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12770:** Solo coesivo – Determinação da resistência à compressão não confinada. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

Canteiro em Obras: Experiências e Práticas na Extensão¹⁵⁸

Julia Maranhão Ferreira¹⁵⁹

Luíza Moreira Soares¹⁶⁰

Prof. Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt¹⁶¹

INTRODUÇÃO: O “Canteiro em Obras” é um projeto que acontece junto ao Escritório de Integração (E.I), no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas e tem como principal objetivo formar arquitetos que compreendam e estejam aptos a transformar a cadeia produtiva da arquitetura e do urbanismo e da construção civil no Brasil, marcada pela divisão entre projeto e execução, sendo capazes de enxergar o projeto além do papel, mas relacionando todas as transformações que ocorrem paralelamente à execução do mesmo, desde o impacto da produção dos materiais de construção civil até o impacto da edificação em sua micro e macrorregião. O artigo visa elucidar a experiências de duas alunas no projeto, e como resultado, a criação de um novo pensamento crítico sobre a arquitetura e o urbanismo adquiridos durante o um ano e meio que participaram do projeto e que farão parte ainda da vida acadêmica e no exercício da profissão. Os projetos de extensão ligados ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo acontecem dentro do Escritório de Integração:

O Escritório de Integração tem como principal objetivo levar a arquitetura e o urbanismo à comunidade externa, em especial à população de baixa renda, com pouco ou nenhum acesso aos serviços de arquitetura e urbanismo. Por outro lado, busca trazer essa realidade para dentro da escola, envolvendo professores e alunos a lidar com essa realidade, e capacitando profissionais mais comprometidos com a parcela da sociedade menos favorecida. Nesse processo, as atividades extensionista são potencializadoras de reflexão e de redirecionamentos das práticas de ensino em nosso Curso. (GRILO;VELOSO, 2012, p. 15).

METODOLOGIAS: As principais atividades que envolveram a extensão foram: pesquisas em antigos projetos do Escritório de Integração, preparação dos Eventos Canteiro em Obras e visitas de assessoria à Ocupação Eliana Silva. As pesquisas de antigos projetos do Escritório de Integração realizadas pelas alunas foram sobre o residencial Serra Verde e sobre o projeto Arquitetura e Engenharia Pública, desenvolvidas por meio de consulta ao acervo do Escritório de Integração e de entrevistas com professores envolvidos. A preparação dos eventos do Canteiro em Obras envolvia o contato com os oficientes, que eram professores do próprio departamento de Arquitetura e Urbanismo, mestres de obras e moradores das ocupações. As oficinas eram de assuntos diversos,

¹⁵⁸ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

¹⁵⁹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: juliamaferreira@hotmail.com.

¹⁶⁰ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: luizamoreirasoes@gmail.com.

¹⁶¹ Orientador e professor Assistente I do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, campus Coração Eucarístico. Mestre em Arquitetura e Urbanismo. E-mail: eduardombittencourt@gmail.com.

ligados às técnicas de construção como; alvenaria estrutural, arquitetura de terra, arcos, estrutura de bambu ou de atividades ligadas à sustentabilidade como, jardim vertical e telhas de garrafa PET. As oficinas envolviam alunos (principalmente da disciplina de alvenaria estrutural), professores e extensionistas dos projetos ligados ao Escritório de Integração. A assessoria à ocupação Eliana Silva acontecia em parceria com o Grupo PRAXIS, da Escola de Arquitetura da UFMG, e tinha como principal objetivo potencializar a construção da Creche Comunitária Tia Carminha, em alvenaria estrutural, por moradores da comunidade. Além disso, demandas emergentes apareceram no Escritório de Integração, como a iminência de despejo nas Ocupações da região da Isidora e os mutirões de formação do Pomar do Cafezal, fazendo com que todos os extensionistas do E.I se dedicassem temporariamente a tais demandas.

DISCUSSÃO: As pesquisas dos antigos projetos do Escritório de Integração nos possibilitaram uma ampliação intelectual no que diz respeito ao repertório de projetos e políticas ligadas à arquitetura. Além disso, ao estudar os projetos e seus desdobramentos foi possível desenvolver um pensamento crítico a respeito da forma como a arquitetura acontece e novas formas de realizar políticas habitacionais que excedam os limites criados pelo setor imobiliário, bancos e incorporadoras. Pensamos, a partir de então, o direito de morar como algo digno de qualidade e acessível a todos. Os eventos do Canteiro em Obras, como prática de extensão, trouxeram inúmeros ensinamentos e ampliaram nosso conhecimento. Paralelamente, a disciplina de Projeto em Alvenaria Estrutural, nos ensinou conceitos básicos da construção que muitas vezes ficam esquecidos, tanto pelos arquitetos quanto pela mão de obra da construção, estes são: esquadro, prumo (parede e centro), nível, fiadas, arcos, tipos de blocos [...] Para usar cada uma dessas ferramentas, é necessário um pensamento lógico, que, muitas vezes é deixado de lado no canteiro de obras para apenas seguir regras e normas de construção, fazendo com que o canteiro deixe de ser um espaço de reflexão. Paralelamente, presenciamos os autoconstrutores desenvolvendo estratégias simples, mas muito eficientes nas comunidades, como o cuidado com as “esperas de ferro”, o armazenamento do material, a bricolagem na mistura dos materiais para aproveitar ao máximo o tempo e o espaço de construção. E para exemplificar essas técnicas vernaculares e esse cuidado com a construção, temos os moradores da Ocupação Eliana Silva, que são ao mesmo tempo moradores da comunidade e construtores da creche que vai lhes servir. O diálogo entre a mão de obra e o arquiteto, que muitas vezes é um hiato ao bom funcionamento da construção, tornou-se possível e essencial. Dessa forma, os saberes cotidianos são disseminados e expandidos dentro das comunidades e também na Universidade.

CONCLUSÕES: A experiência em um projeto de extensão é única e extremamente rica. Ela agrega diversos conhecimentos que, muitas vezes, passariam despercebidas durante a graduação. É como uma extensão da sala de aula, mas muito mais ligada à prática e; principalmente, ela leva o aluno ao contato com um público muito específico e muito sábio. Temos hoje a consciência das diversas formas de transformar a arquitetura, principalmente a arquitetura social a exemplo de grupos como o Usina/SP. Ganhamos nesse tempo a maturidade e a confiança de trabalhar e aprender com os demais profissionais da construção. Entendemos que gerenciar recursos dentro de uma obra está muito mais ligado a uma consciência ambiental, sustentável e social do que meramente financeira. E tudo isso foi possível graças à união de alunos, professores e pessoas da comunidade externa dispostos a compartilhar experiências e saberes.

Palavras-chave: Produção do espaço. Autoconstrução. Técnica. Pensamento crítico. Mão de obra. Técnicas construtivas.

Área do Conhecimento: 6.05.02.00-2

REFERÊNCIAS

GRILLO, Antônio; VELOSO, Ana Flávia. Volume especial: Escritório de Integração. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v.19, n. 24-25, 1.ed. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

LOPES, Marcela. **Edital de projetos de extensão 060/2014** - Formulário de apresentação de propostas. Belo Horizonte: PROEX, 2014.

_____. Biblioteca Digital. **Artesanias construtivas e urbanas: por uma tessitura de saberes**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9WRGLR>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

Contribuições extensionistas do Projeto Ativa Idade no Lar¹⁶²

Letícia Santos Ferreira do Nascimento¹⁶³

Natália Stephanie Dias Santos¹⁶⁴

Terezinha Andreatta Ramin Silva¹⁶⁵

Deisiane Oliveira Souto¹⁶⁶

Prof.^a Tatiana Teixeira Barral Lacerda¹⁶⁷

O presente estudo objetiva relatar a experiência vivenciada em uma Instituição de Longa Permanência (ILP) através de atividades em grupo realizadas com idosos institucionalizados participantes do projeto de extensão Ativa Idade no lar. Tal projeto foi proposto a partir necessidade de implantar em uma ILP a pratica de atividade física, bem como atividades lúdicas, a fim de melhorar a qualidade de vida, a capacidade e o desempenho funcional dos idosos. Para caracterização da amostra, foi aplicado um formulário sócio demográfico e os seguintes testes clínicos: Índice de Barthel, Escala de equilíbrio de Berg e o Mine-Exame do estado Mental (MEM). A amostra foi composta predominantemente por idosos do sexo masculino, sendo 17 homens e 10 mulheres, com idade entre 50 a 91 anos (idade média de 70,07 anos). Com relação aos testes aplicados, os idosos obtiveram média de 75,0 ao teste de Barthel, 13,55 na Escala de Equilíbrio de Berg e 33,81 no MEEM. Iniciativas acadêmicas, como os projetos de extensão, são ações importantes para complementar à formação profissional além de contribuírem para a promoção da cidadania, a inclusão e o desenvolvimento sociais da comunidade situada em torno da Universidade.

INTRODUÇÃO: O Brasil nas últimas décadas passou por reconfigurações em seu perfil demográfico, observando um aumento de quase três vezes no número de indivíduos com mais de 60 anos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). Tais alterações na dinâmica populacional se devem em parte ao aumento da expectativa de vida e exigem mudanças nos modelos de cuidados disponibilizados aos idosos. O processo de institucionalização exige mudanças, adaptações e trás consequências para a vida do idoso. Para Carvalho e Dias (2011), a institucionalização pode representar muito mais do que uma simples mudança de ambiente físico. Ela se apresenta para o idoso como a necessidade de estabelecer relações com um novo ambiente, ajustar-se ao novo lar mais do que o lar a ele (CARVALHO e DIAS, 2011). As instituições para idosos veem, cada vez mais, a necessidade de propor atividades diversas para os idosos que

¹⁶² Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão.

¹⁶³ Graduanda em Fisioterapia da PUC Minas, unidade Betim. E-mail: lets2093@hotmail.com.

¹⁶⁴ Graduanda em Fisioterapia da PUC Minas, unidade Betim. E-mail: natystephanie@hotmail.com.

¹⁶⁵ Fisioterapeuta formada na PUC Minas, unidade Betim. E-mail: teandreatta@gmail.com.

¹⁶⁶ Fisioterapeuta, mestre e doutoranda em Neurociências pela UFMG. E-mail: deisiane.souto@gmail.com.

¹⁶⁷ Orientadora e professora Assistente IV do Departamento de Fisioterapia da PUC Minas, unidade Betim. Mestre em Ciências da Reabilitação. E-mail: tatiana.barral@yahoo.com.br.

convivem parcialmente ou integralmente em suas dependências. Nesse contexto, surgiu à necessidade de implementar em uma ILP em Betim/MG grupos de atividade física e grupos de dança sênior e atividades lúdicas voltado para os idosos a fim de melhorar a qualidade de vida, capacidade e desempenho funcional dos idosos. Tais atividades se concretizaram a partir da criação e desenvolvimento do projeto de extensão “Ativa Idade no Lar”, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Geral - Núcleo Betim. Assim, uma vez demonstrada a relevância do assunto, este estudo objetiva relatar a experiência vivenciada em uma ILP através de atividades em grupo realizadas com idosos institucionalizados participantes do projeto de extensão Ativa Idade no lar.

METODOLOGIA: O projeto de extensão “Ativa Idade no lar” foi proposto a partir necessidade de implantar na Instituição de Longa Permanência (ILP) em questão a prática de atividade física, bem como atividades lúdicas a fim de melhorar a qualidade de vida, capacidade e desempenho funcional dos idosos. Foram descritas atividades desenvolvidas no período de abril a dezembro de 2012, totalizando 104 encontros realizados em uma ILP do município de Betim/MG. Tais encontros foram realizados quatro vezes por semana. A cada encontro, realizava-se um grupo de atividade física e, posteriormente atividades lúdicas. Ao longo do ano, 27 idosos participaram das atividades desenvolvidas pelo projeto, no mínimo uma vez, objetivando a melhora da força muscular global, o condicionamento cardiovascular, a flexibilidade, o equilíbrio e coordenação motora, procurou-se buscar exercícios que melhorem a parte aeróbica, a flexibilidade, o fortalecimento dos grandes complexos musculares e o equilíbrio do corpo. Tais atividades desenvolvidas envolviam alongamento inicial, aquecimento, exercícios aeróbicos, exercícios de fortalecimento, alongamento final, exercícios respiratórios e relaxamento. Paralelamente às atividades físicas, também foram propostas atividades lúdicas objetivando promover não apenas diversão e interação entre os idosos, mas também melhorar as funções corporais, bem como o desempenho nas atividades de vida diária (AVDs). A fim de avaliar os benefícios das atividades propostas na qualidade de vida dos idosos, foi realizado um grupo focal ao final do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Os participantes eram predominantemente idosos do sexo masculino, sendo 17 homens e 10 mulheres. A média de idade foi de 72 anos, com uma variação entre 50 a 91 anos. Os benefícios da prática de atividade física na terceira idade são amplamente conhecidos, especialmente para os idosos institucionalizados. Para Rebelatto, Castro e Chan (2007), os idosos asilados apresentam menores níveis de força, flexibilidade, resistência física e equilíbrio em relação aos os idosos não institucionalizados. Foi observado que o processo de institucionalização por si só já representa um fator de risco para a ocorrência de quedas em idosos, pois quanto mais tempo o idoso passa em uma instituição asilar, maior é a inatividade física e

debilidade (CARVALHO e DIAS, 2011). Pesquisas realizadas nos últimos anos (SAUTER, 2011; FIGLIOLINO et al., 2009) mostram que ações que envolvam medidas preventivas e de promoção de saúde associadas a prática de atividade física podem ajudar a reduzir os efeitos deletérios do sedentarismo em idosos institucionalizados. Tais pesquisas revelam que o exercício físico melhora o desempenho na realização das atividades de vida diária, melhora o equilíbrio e da marcha, conseqüentemente diminuição do risco de quedas. Também de acordo com Sauter (2011), os benefícios advindos da prática de atividade física, associado ao envelhecimento ativo, ajudam na prevenção das quedas e em uma maior capacidade para desempenhar suas atividades funcionais, tais como banho, higiene pessoal, alimentação e funcionamento psicossocial, influenciando positivamente na melhora da qualidade de vida. Quando interrogados por meio do Grupo Focal se as atividades desenvolvidas pelo projeto contribuíam de alguma forma para a melhora da qualidade de vida, todos os idosos relataram melhora na força muscular, no equilíbrio, no condicionamento aeróbico e cardiovascular, na disposição e na memória. Além disso, ressaltaram ainda melhora no convívio social com os demais idosos da ILP. São diversos os benefícios que os exercícios em grupos proporcionam aos idosos e também para os acadêmicos envolvidos há benefícios incontestáveis. As atividades extensionistas ampliam o espaço da sala de aula, promovendo a construção do saber dentro e fora da Universidade, contribuindo assim para o processo pedagógico na medida em que possibilita o intercâmbio e participação entre as comunidades. Essa prática objetiva formar profissionais cidadãos que pautem suas ações pela ética fundada no entendimento de que o ser humano tem valor por si mesmo. Assim, novos sentidos são dados às práticas de extensão, que passaram a ser vistas não apenas como transmissão de conteúdos, mas também como fruto do diálogo entre os diversos saberes, provindo tanto da sociedade como da universidade.

CONCLUSÃO: Iniciativas acadêmicas, como os projetos de extensão, são ações importantes para complementar à formação profissional além de contribuírem para a promoção da cidadania, a inclusão e o desenvolvimento sociais da comunidade situada em torno da Universidade. Dessa forma, observa-se que o projeto de extensão “Ativa Idade no lar”, atingiu seu objetivo de ampliar o conhecimento e as experiências acadêmicas e contribuiu na melhora da qualidade de vida, capacidade e desempenho funcional dos idosos por meio do desenvolvimento de atividades físicas desenvolvidas em uma ILP.

Palavras-chave: Idoso. Institucionalização. Extensão Universitária.

Área do Conhecimento: 4.08.00.00-8

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Maria Paula Rodrigues Sequeira de; DIAS, Maria Olívia. Adaptação dos idosos institucionalizados. **Rev. Millenium**, n. 40, p. 161-184, 2011.

FIGLIOLINO, Juliana Assis Magalhães; MORAIS, Thais Bressiano; BERBEL, Andréa Marques; CORSO, Simone Dal. Análise da influência do exercício físico em idosos com relação a equilíbrio marcha e atividade de vida diária. **Revista Brasileira de Geriatria e Geriatria gerontologia**, v. 12, n. 2, p. 227-238, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil para o período 2000-2050**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 22 out. 2012.

KRAHL, Mônica; SOBIESIAK, Eliane Flora; POLETTO, Denise Sain; CASARIN, Rodrigo Guerra; KNOFF, Luciane Apolinário; CARVALHO, Juliana; MOTTA, Liriane Andrade. Experiência dos acadêmicos de Enfermagem em um grupo de pesquisa. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 62, n. 1, p. 146-150, Brasília, jan./fev. 2009.

PONTIFÍCA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Política de Extensão Universitária da PUC Minas. 2006. Disponível em: <<http://www.PUC Minas.br/PROEX>>. Acesso em: set. 2015.

REBELATTO, Jose Rubens; CASTRO, Alessandra Paiva de; CHAN, Aline. Quedas em idosos institucionalizados: características gerais, fatores determinantes e relações com a força de preensão manual. **Acta Ortopédica Brasileira**, v. 15, n. 3, p. 151-154, 2007.

SAUTER, Whitney M. **Comparison of wiim exergaming and matter of balance on aspects of balance and activity adherence in older adults**. Tese de Mestrado. East Carolina University: Faculdade do Departamento de Estudos de Recreação e Lazer. Nov. 2011.

Convergência dos conhecimentos teóricos para a prática no canteiro de obras: visitas técnicas às obras do Centro de Espiritualidade da PUC Minas, unidade Barreiro

Fernando Júnior Resende Mascarenhas¹⁶⁸

Jennifer Alves de Lana¹⁶⁹

Prof. Everaldo Bonaldo¹⁷⁰

Prof.^a Juliana Torres de Oliveira Bonaldo¹⁷¹

INTRODUÇÃO: As instituições de ensino superior (IES) brasileiras possuem um duplo papel. Elas têm um papel quantitativo “com o aumento do número de cursos de graduação e pós-graduação” e por outro lado, elas são, sobretudo, propulsoras “do desenvolvimento social e técnico” (CRUZ et al., 2010, p.2). Bazzo e Pereira, citados por Senna et al. (2012, p.1), enfatizam que inúmeros aspectos são relevantes a um estudante de engenharia que inicia seu curso e que ele “deve ter bem claro o papel que irá desempenhar e, principalmente, que deve haver uma preparação para um novo contexto político, social e econômico, posto que a sociedade se desenvolve constantemente”. Nesse contexto, a extensão universitária se configura como uma poderosa ferramenta educativa e social. O estudante adquire conhecimento oriundo da interação e aplicação dos seus conhecimentos acadêmicos na prática. Ademais, os estudantes, a universidade e a parcela da população envolvida, e até mesmo a sociedade como um todo, se beneficiam positivamente das transformações e frutos de um projeto de extensão (CRUZ et al., 2010; SENNA et al., 2012). Baseado nisso, criou-se o projeto de extensão intitulado “Acompanhamento Técnico da Execução do Centro de Espiritualidade da PUC Minas, unidade Barreiro”, desenvolvido pela Coordenação do curso de Engenharia Civil da PUC Minas, unidade Barreiro. Muitas vezes, parte do que é lecionado, na graduação se atém às salas de aula e não permite que o estudante tenha uma visão mais clara e técnica do real funcionamento de uma obra. Portanto, objetivando que o aluno de Graduação em Engenharia Civil possa ver, na prática, aquilo que é ensinado em sala de aula, foram feitas visitas técnicas ao canteiro de obras. As visitas permitem “ao acadêmico uma compreensão da importância dos conteúdos aprendidos e contribui para a capacidade de raciocínio lógico e prático, característica de extrema importância ao futuro profissional” (CAMPOS et al., 2013, p.2). Ademais, os graduandos podem vivenciar e analisar problemas que surgem em uma obra e aplicar seus conhecimentos teóricos para solucioná-los, otimizando a obra, e contribuindo para um trabalho mais eficiente daqueles que lá trabalham.

¹⁶⁸ Graduando em Engenharia Civil na PUC Minas, unidade Barreiro. E-mail: fer.jr.resende@hotmail.com.

¹⁶⁹ Graduanda em Engenharia Civil na PUC Minas, unidade Barreiro. E-mail: jennifer.lana28@gmail.com.

¹⁷⁰ Orientador, professor Adjunto IV do Departamento de Engenharia Civil, PUC Minas, unidade Barreiro Doutor em Engenharia Civil. E-mail: bonaldo@pucminas.br.

¹⁷¹ Orientadora e professora Adjunto I do Departamento de Engenharia Civil da PUC Minas. Doutora em Engenharia Civil. E-mail: jultoroli@gmail.com.

METODOLOGIA: O projeto desenvolveu-se em três etapas diferentes, mas interligadas entre si: visitas à obra, relatório técnico-científico, confecção de uma cartilha. As visitas técnicas ao canteiro de obras aconteceram duas vezes por semana, de outubro a dezembro de 2015. Em cada dia de visita, três grupos diferentes de alunos, de graduação em Engenharia Civil, da PUC Minas Barreiro, visitavam a obra por 30 (trinta) minutos. Cada grupo era formado por seis estudantes, os quais eram acompanhados por dois alunos de graduação dos últimos períodos, e pelo engenheiro civil responsável pela obra. Todos os estudantes participantes eram assegurados pela Universidade, bem como deveriam estar adequadamente vestidos para a visita. Optou-se por escolher estudantes que não estivessem fazendo estágio, e que não tivessem experiência profissional em obras, para permitir que os mesmos aprendessem. A opção pelo número reduzido de alunos deve-se ao fato de verificar-se ser mais eficiente, como destaca Campos et al. (2013) ao afirmar que um elevado número de estudantes participantes gera prejuízo “na transferência de informações e esclarecimento de dúvidas” (CAMPOS et al., 2013, p. 2). Na segunda etapa, os estudantes deveriam entregar um relatório das atividades acompanhadas e o mesmo poderia ser feito individual ou em dupla. Os alunos eram livres para escolher, no mínimo, três etapas distintas, tendo que descrevê-las além de ter que mencionar as técnicas utilizadas, através de uma pesquisa bibliográfica em manuais, artigos e livros. A utilização de fotografias foi altamente recomendada para tornar os relatórios mais ricos e inteligíveis. A terceira e última etapa destinou-se à confecção de uma cartilha, a qual deveria se ater apenas a um tema. Os estudantes deveriam identificar em qual dos processos acompanhados durante as visitas, os trabalhadores encontravam maior dificuldade ou descumprimento às normas e, então, criar uma cartilha com informações sobre esse processo, de forma clara, sucinta e com uma linguagem bem acessível.

DISCUSSÃO: Ao longo do desenvolvimento do trabalho, foi perceptível o crescimento das habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal dos alunos, sobretudo nos estudantes líderes de equipe, que trabalharam no planejamento e organização das atividades. Notou-se também que a proximidade com a realidade da profissão de Engenheiro Civil, no dia-a-dia da obra, despertou nos estudantes uma mente crítica a respeito de suas responsabilidades e desafios relacionados à profissão, ao meio ambiente e às demandas da comunidade. Além disso, a constatação dos conhecimentos e conceitos teóricos adquiridos em sala, na prática, agiu como complemento na formação dos alunos, o que os tornará profissionais mais qualificados e preparados para o mercado de trabalho. Os trabalhadores da obra também se beneficiaram com as visitas, pois se sentiram valorizados e geradores de conhecimento, principalmente quando respondiam aos diversos questionamentos e dúvidas dos alunos, aumentando-se a autoestima da equipe de

funcionários e possibilitando a troca de conhecimento com os estudantes. Renovando assim, o olhar sobre o trabalho realizado e sua metodologia de execução. Era com expectativa que os trabalhadores aguardavam os dias da visita, pois também se configurava como uma quebra na rotina de trabalho. Como ganho acadêmico, relatórios sobre a visita foram gerados pelos alunos e estão disponíveis na biblioteca da unidade, como acervo do curso, servindo como material de pesquisa e da constatação da indissociabilidade, da prática com a teoria, vista nas disciplinas cursadas. Além disso, uma cartilha foi gerada com o tema “Segurança no Canteiro de Obras”, que discorre sobre práticas de comportamento e uso de EPIs (equipamento de proteção individual de trabalho) e outros equipamentos de segurança coletiva em obras. A cartilha está disponível, na biblioteca da unidade Barreiro, para os alunos da PUC Minas, bem como para a comunidade do entorno da Universidade.

CONCLUSÃO: Mesmo que o foco do projeto seja uma atividade pioneira na prática extensionista, muito se pôde observar no crescimento pessoal e profissional dos alunos. A vivência prática, daquilo que é visto em sala de aula, contribui para a formação de um engenheiro mais pleno, mais preparado para exercer as atividades às quais ele será cobrado, pela sociedade e mercado de trabalho, além de contribuir muito para a assimilação dos conhecimentos teóricos vistos em sala. A junção das vertentes, prática e teórica, permite o desenvolvimento do pensamento crítico sobre a profissão – no âmbito de suas responsabilidades e desafios – sobre o meio ambiente –, da percepção do profissional como agente transformador do espaço, e com a gestão dos recursos naturais e matérias-primas, envolvidos nessa transformação – e com a comunidade. Destaca-se, ainda, a importância do material bibliográfico produzido por meio do projeto, que pode ser visto como um agente propulsor de conhecimento prático, no campo da construção civil, para alunos que ainda não tiveram a oportunidade de contato com a prática. Este material será também um registro da indissociabilidade do campo teórico com o prático. Propõe-se, também, a evolução desse projeto em dois aspectos: Primeiro, espera-se que a cartilha, produto gerado no âmbito do projeto, seja utilizada em minicursos oferecidos pela Universidade, e que esta esteja disponível aos alunos, aos profissionais da construção civil e à comunidade. Segundo, que o pioneirismo deste projeto, na Unidade Barreiro, sirva de modelo para futuros projetos, cujos objetivos estejam relacionados à temática do ensino: teoria-prática.

Palavras-chave: Práticas curriculares extensionistas. Construção Civil. Pensamento crítico.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Breno de Paula Andrade; MELO, William dos Santos; MALAFAIA, Fernando César Benevenuto; TENÓRIO, Fernando Guilherme. Extensão Universitária e Responsabilidade Social: 20 anos de Experiência de uma Instituição de Ensino Superior. In: Encontro da ANPAD, 34, 2010,

Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EnANPAD; 2010. p. 1-15. Disponível em: <http://ebape.fgv.br/sites/ebape.fgv.br/files/extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

SENNA, Diogenes O.; COSTA, Gerinaldo; CORDEIRO, Tamires S.; SILVA JÚNIOR, José Cácio; BATISTA, Rafael J. A Extensão na percepção dos discentes do Curso de Engenharia Civil na Universidade Estadual de Feira de Santana. In: Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia, 15, 2012, Belém. **Anais...** Belém: ABENGE; 2012, p. 1-9. Disponível em: <<http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/2012/artigos/104197.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

CAMPOS, Gabriela Mazureki; KRUGER, Patricia; KRUGER, José Adelino; MADALOZZO, Nelson Luiz. Interação entre Teoria e Prática no Canteiro de Obras. In: Conversando sobre Extensão, 11, 2013, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: PROEX da UEPG; 2013, p. 1-6.

Democratização do acesso à informação: educação fiscal por meio de orientações abertas à comunidade sobre o Imposto de Renda de Pessoa Física¹⁷²

Prof.^a Fátima Maria Penido Drumond¹⁷³

Prof.^a Lúcia Helena Ciccarini Nunes¹⁷⁴

Este artigo retrata a estratégia utilizada pela prática extensionista de atendimento aberto aos contribuintes para cumprimento de obrigações fiscais, relativas ao imposto de renda de pessoa física (IRPF), realizada pelos alunos do curso de Ciências Contábeis da PUC Minas Coração Eucarístico, como atividade de educação fiscal. No quinto período do curso, a disciplina “Projeto de Estágio Supervisionado” contempla uma prática que é uma atividade acadêmica que pressupõe ação na perspectiva dialógica entre aluno, professor e sociedade, a qual possibilita relações entre a realidade e a produção do conhecimento, tendo como objetivo proporcionar aos participantes uma formação integral, comprometida com a mudança social, conforme proposta da política de extensão universitária da PUC Minas. O curso de Ciências Contábeis do campus Coração Eucarístico da PUC Minas realiza uma atividade curricular extensionista na disciplina “Projeto de Estágio Supervisionado” que tem como objetivo promover uma ação integrada de Educação Fiscal. Ações que contemplem este tipo de prática pedagógica tem sido alvo de interesse de órgãos federais, estaduais e municipais de receita e de escolas fazendárias em tempo de transparência fiscal, como pode ser confirmada pela Escola de Administração Fazendária (ESAF): “arrecadar tributos de quem tem condições econômicas para pagá-los e aplicar esses recursos em políticas decididas democraticamente pela população é a forma mais justa do governo responder pela dívida secular que a sociedade tem com os pobres desse país”. (Gonçalves, 2014). As ações propugnadas pelo curso de Ciências Contábeis são caracterizadas como atendimento presencial de contribuintes de menor renda para o cumprimento da obrigação tributária de elaboração e entrega do Imposto de Renda Pessoa Física. Um de seus objetivos é o de preparar o discente para efetivação das relações entre o fisco-contribuinte e a comunidade em geral, especialmente, na difusão do papel social do tributo. As ações semestrais são realizadas por meio de repasse de conhecimento feito pelos professores no que se refere à interpretação das normas, uso de tecnologia e orientações técnicas do setor tributário. A atividade visa permitir aos acadêmicos extensionistas a convivência com a realidade social e a prática profissional e, ainda, a familiarização com os aspectos sociais e operacionais referentes ao programa gerador da Declaração do IRPF. Cabe ressaltar que o mesmo curso realiza, paralelamente, um trabalho interdisciplinar com o objetivo geral de levar o aluno a

¹⁷² Projeto financiado pela Child Found Brasil.

¹⁷³ Orientadora e professora Assistente II do Departamento de Ciências Contábeis da PUC Minas, campus Coração Eucarístico. Especialista em Ciências Contábeis. E-mail: fatimadrumond@pucminas.br.

¹⁷⁴ Orientadora, professora Assistente IV do Departamento de Administração da PUC Minas, campus Coração Eucarístico. Mestre em Administração Pública. E-mail: lucia.ciccarini@gmail.com.

desenvolver trabalhos científicos e projetos de extensão, cuja temática enseja um objetivo de promoção do inter-relacionamento das disciplinas do período cursado. Um dos eixos deste trabalho, no 5º período conecta-se com a atividade da disciplina de Estágio Supervisionado, no sentido de associar a prática de atendimento à comunidade no Coração Eucarístico com ideias extensionistas específicas e/ou aplicadas dos alunos que pesquisam em grupos. Na presente Mostra de Extensão, coordenada pela PROEX/PUC Minas, pretendeu-se apresentar um dos trabalhos de grupo, do turno da manhã, que tem como tema uma atividade de extensão articulando o atendimento gratuito para a declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física com a aplicação da legislação referente ao Fundo da Infância e da Adolescência – FIA. O grupo pesquisou um dos únicos casos da legislação brasileira de desoneração fiscal federal e desburocratização de receita pública, em favor de crianças e adolescentes. Trata-se do Fundo Rotativo que as empresas e pessoas físicas podem alimentar por meio da destinação de parte dos impostos para projetos sociais, previamente selecionados por conselhos de direitos da criança e do adolescente, em diferentes esferas de Governo. Apesar de a legislação não ser uma novidade no Brasil, é pouquíssima conhecida pelos contribuintes e raramente praticada. As regras são claras: conforme orientação do portal da Receita Federal, para que o contribuinte possa fazer uso da dedução dos valores relativos a doações na declaração é necessário que as mesmas tenham sido efetuadas diretamente aos Fundos de Assistência da Criança e do Adolescente - que são controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais ou o Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Os fundos de assistência direta ao público-alvo são limitados a um por município, um por estado e um nacional e devem emitir comprovante em favor do doador, especificando o nome, o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), a data e o valor efetivamente recebido em dinheiro, além do número de ordem do comprovante, o nome, o número de inscrição no CNPJ, o endereço do emitente, e ser firmado por pessoa competente para dar a quitação da operação. As contribuições devem ser depositadas em conta específica por meio de documento de arrecadação próprio. (Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, art. 12, inciso I; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 – Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/1999), art. 102; Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011). Um dos objetivos estratégicos do artigo é o de mostrar o papel da Universidade, conseqüentemente, o potencial dos alunos na divulgação e ampliação do acesso ao conhecimento deste tema, em especial, para decodificar a fundamentação legal em torno da prática social e os fundamentos pedagógicos e sociais que o Poder Público coloca à disposição do contribuinte. A possibilidade de realizar o abatimento de parte do Imposto de Renda, a pagar ou a receber, como uma forma de incentivo a realização de doações a projetos sociais é única, ou seja, pode se realizar através de doações de um percentual de 3% para as destinações feitas no momento da declaração. Pode-se optar também pelo percentual de 6% para as doações feitas ao longo do ano

calendário fiscais, sem ônus adicional para o contribuinte. O maior argumento para a divulgação desta ação é o fato de que a Universidade cumpre o papel de mostrar a integração das relações entre o fisco e o contribuinte e a sua extensão até o cidadão comum. A aplicação de recursos públicos é parte das metas do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao conhecerem as regras deste incentivo concedido pelo governo, os alunos do curso de Ciências Contábeis desenvolveram o projeto de extensão curricular com foco em promover um modelo exemplar. Neste caso, as doações obtidas, em um determinado período de projeto semestral, foram previamente destinadas à Associação Rural de Atendimento Infantojuvenil de Comercinho (ARAIC) – Vale do Jequitinhonha. A organização atende a 476 famílias em 25 comunidades da zona rural de Comercinho, o equivalente a 45% da população rural do município. Esta escolha se justificou uma vez que nesta cidade tem 910 crianças inscritas no programa de apadrinhamento. O município se localiza na região do Médio Vale do Jequitinhonha, tendo a população total de 8.574 habitantes, dos quais 5.235 são moradores da zona rural, onde a pobreza e exclusão predominam. Estando entre os 30 municípios mais pobres do estado é relevante ressaltar que 38,5% da população adulta são analfabetos. Entre as famílias atendidas pela ARAIC, 89% têm casas com parede de adobe, 18,2% chão de terra batida, 24,5% não têm banheiro e fossa seca, 4% têm água encanada e 100% não tem rede de esgoto. A entidade selecionada já contava com o apoio e supervisão da Child Found Brasil uma organização de desenvolvimento social que, por meio de uma sólida experiência na elaboração e no monitoramento de programas e projetos sociais, mobiliza e desperta pessoas para a transformação de vidas. Crianças e adolescentes, jovens e comunidades em situação de risco social são apoiadas pelo Fundo Internacional para que possam desenvolver de forma plena as suas finalidades. O curso de Ciências Contábeis da PUC Minas no Coração Eucarístico, o Child Found e a ARAIC definiram metas em comum para o projeto, quais sejam: a elaboração de cartilha informativa para sensibilização de contribuintes, a pesquisa de famílias que poderiam se beneficiar com o projeto, o desenvolvimento de campanha arrecadatória e a difusão de beneficiários ao final do projeto. Outro objetivo estratégico foi o de analisar as relações entre as diversas variáveis que compõem o imposto de renda da pessoa física e não apenas relatar as experiências advindas da prática extensionista, no sentido de mostrar a importância desta atividade como ponto de apoio ao governo e assim dar visibilidade ao outro lado social de sua contribuição. Foram produzidas campanhas de divulgação junto ao público de interesse para destinarem seu imposto de renda à comunidade de Comercinho, MG. Os recursos de impressão da cartilha vieram do Child Found Brasil. Cabe ressaltar que o Imposto de Renda é uma possibilidade de política econômica e social, em que o Estado deve fazer uso de técnicas de redistribuição de renda. Novos projetos podem ser desenvolvidos a partir da formulação do modelo de intervenção ora apresentado.

Palavras-chave: Acesso à Informação. Imposto de Renda. Educação Fiscal. Prática extensionista em Contabilidade.

Área do Conhecimento: 6.02.04.00-1

REFERÊNCIAS

BRASIL. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Carga Tributária no Brasil.** Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

CHILD FUND BRASIL. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/noticias/reportagens/mobilizacao-leva-mais-de-200-pessoas-para-o-debate-e-da-nossa-conta-em-comercinho-mg>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

GONÇALVES, Eugênio. **Programa Nacional de Educação Fiscal:** tributo e justiça social. Disponível em: <www.esaf.fazenda.gov.br/.../minas-gerais/papel-social-dos-tributos-diss-ed.-fiscal.pptx>. Acesso em: 11 jul. 2016.

MACHADO, Hugo de Brito. **Os princípios jurídicos da tributação na Constituição de 1988.** 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Envelheci, e agora? Promovendo o envelhecimento ativo e a inclusão social da pessoa com deficiência intelectual¹⁷⁵

Daniel Caldas Ferreira¹⁷⁶

Tales Andrade Pereira¹⁷⁷

Prof.^a Maria Cristina Ribeiro Pires Williams¹⁷⁸

Prof.^a Teresa Cristina Alvisi¹⁷⁹

INTRODUÇÃO: Envelhecer é um processo natural, inevitável, no qual acontecem mudanças físicas relacionadas ao envelhecimento não patológico; é um processo individual, sequencial, cumulativo, irreversível e universal. (JACINTO; CITERO, 2013, p. 27). É premissa da Organização Mundial de Saúde (OMS), promover o Envelhecimento Ativo: com o intuito de otimizar a saúde e o bem-estar das pessoas não só considerando sua capacidade física, mas também sua participação na comunidade em quesitos culturais, sociais e econômicos. Desta maneira, o idoso tem possibilidades de manter sua dignidade, autorrealização, autonomia e independência o que refletirá objetivamente em sua qualidade de vida. Envelhecer com deficiência intelectual pode ser um desafio: a expectativa de vida da população com deficiência intelectual (DI) tem aumentado nas últimas décadas, porém ainda há uma diferença se comparada à população geral. (ABRISQUETA-GOMEZ, 2013). Segundo a Associação Americana de Deficiência Mental, “Pode-se definir deficiência mental como o estado de redução notável do funcionamento intelectual inferior à média, associado a limitações pelo menos em dois aspectos do funcionamento adaptativo: comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho”. (FIOCRUZ, 2016). No Brasil, a Lei Brasileira nº 13.146 de 6 de julho de 2015 trata da Inclusão da Pessoa com Deficiência. Em seu capítulo II, Art. 6º é ressaltado que: “A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa”, ou seja, a pessoa com deficiência tem o direito de engravidar, constituir união estável, ou qualquer outra ação quem venha a ser referente ao seu corpo ou vida (BRASIL, 2015). As pessoas com DI fazem parte de um grupo socialmente excluído nos quesitos econômicos, políticos e sociais, talvez esse preconceito venha da falta de conhecimento, por dúvidas, medo ou vergonha. Esta parcela da população envelhescente demanda um trabalho multidisciplinar adequado e humanizado. (FUENTES-ROJAS, 2013, p. 318). O Projeto de extensão “Envelheci, e agora?”, é realizado pelos cursos de fisioterapia e arquitetura da PUC Minas Poços de Caldas, está em seu segundo ano de

¹⁷⁵ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

¹⁷⁶ Graduando em Fisioterapia na PUC Minas, campus Poços de Caldas. E-mail: dcaldas.ferreira@gmail.com.

¹⁷⁷ Graduando em Fisioterapia na PUC Minas, campus Poços de Caldas. E-mail: tales@pucpcaldas.br.

¹⁷⁸ Orientadora e professora Assistente IV do Departamento de Fisioterapia da PUC Minas, campus Poços de Caldas. Mestre em Promoção de Saúde. E-mail: cris@pucpcaldas.br.

¹⁷⁹ Orientadora e professora Assistente IV do Departamento de Fisioterapia da PUC Minas, campus Poços de Caldas. Mestre em Gerontologia. E-mail: teresa@pucpcaldas.br.

execução pelo Edital PROEX e tem contribuído para que indivíduos em processo de envelhecimento e frequentadores da APAE de Poços de Caldas - MG possam ser incluídos em suas comunidades, independentemente de suas diferenças. O principal objetivo do Projeto é promover ações educativas e preventivas em saúde, incentivando práticas que permitam alcançar um Envelhecimento Ativo e inclusivo. Outra finalidade do projeto é colaborar para a formação generalista, humanista e ética dos alunos e professores envolvidos, favorecendo a consolidação da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

METODOLOGIA: A metodologia empregada para atuação de alunos e professores envolvidos fundamenta-se nos parâmetros indicados no PTS- Projeto Terapêutico Singular; definido como um conjunto de propostas terapêuticas, compartilhadas entre os membros de uma equipe multidisciplinar, com a coparticipação da pessoa atendida e ou do seu grupo social primário. (MATOS, 2013, OLIVEIRA, 2007). O grupo de idosos assistidos, é composto por 26 indivíduos, com déficits cognitivos diversos acompanhados ou não de deficiências motoras com faixa etária variável entre os 47 e 78 anos, de ambos os gêneros. As ações empregadas para a realização das atividades são as seguintes:

- a) Capacitação Unificada pela PROEX;
- b) Seleção dos alunos bolsistas e voluntários,
- c) Capacitação Inicial de todos envolvidos;
- d) Criação do Protocolo de Avaliação Funcional;
- e) Execução das reuniões com a equipe técnica da APAE;
- f) Aplicação do Protocolo Funcional a todos os idosos do Projeto;
- g) Análise dos dados obtidos e criação das ações a serem desenvolvidas;
- h) Reuniões quinzenais dos professores e alunos;
- i) Encontros duas vezes semanais com os envolvidos no projeto (bolsistas, voluntários, professor coordenador, idosos) para a execução das ações propostas;
- j) Elaboração dos Relatórios de Monitoramento;
- k) Análise final dos resultados e ações desenvolvidas;
- l) Elaboração do relatório final enviado a PROEX.

Durante o ano de 2015 e primeiro semestre de 2016, foram realizadas oficinas de capacitação para alunos e técnicos da APAE; aplicação de Protocolo de Avaliação Funcional em 26 indivíduos; observação e coleta de depoimentos e memórias; sessões de atividades físicas; passeios e atividades intergeracionais entre frequentadores da APAE, alunos, professores e familiares.

DISCUSSÃO: A diversidade do processo de envelhecer tem aspectos desafiadores. Mesmo levando-se em consideração a sua universalidade, ele vai variar de indivíduo para indivíduo e deve ser entendido na sua totalidade. Envelhecer com deficiência intelectual é uma discussão nova e desafiadora, justamente porque estas pessoas até muito pouco tempo não vivenciavam esta fase da vida. O envelhecer com deficiência intelectual ocasiona dupla vulnerabilidade: a diminuição fisiológica da capacidade funcional característica do processo de envelhecimento acrescida aos déficits cognitivos e motores que a própria deficiência intelectual acarreta. (CIPOLA; LOPES, 2012). A necessidade de conhecer e reconhecer as características clínicas e funcionais da deficiência intelectual é contemporânea e de extrema importância, uma vez que se faz necessário compreender os sintomas para então explorar os mecanismos e as dinâmicas que interferem no comportamento e na conduta das pessoas deficientes. (AGUIAR, 2015). A importância do presente projeto é embasada de forma efetiva pela Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa PNSPI quando esta defende que o conceito de saúde para o indivíduo idoso se traduz mais pela sua condição de autonomia e independência que pela presença ou ausência de doença orgânica priorizando desta forma, a necessidade de buscar a qualidade da atenção aos indivíduos idosos por meio de ações fundamentadas no paradigma da promoção da saúde. (GIRARDI et al., 2008).

CONCLUSÕES: Como resultados, foi possível traçar um perfil funcional dos indivíduos assistidos pelo Projeto, permitindo a realização de ações fisioterapêuticas adequadas. Também propiciou o estudo e análise ambiental das dependências da APAE de Poços de Caldas, além de pesquisa e apresentação de proposta para mobiliário urbano inclusivo nas dependências e áreas externas próximas à APAE. Embasado na pertinência de ações que promovam atividades direcionadas ao indivíduo em processo de envelhecimento e com deficiência intelectual; na premissa da reflexão na qual qualidade de vida é um conceito que deve ser valorizado e almejado para todas as idades; e na necessidade da inter-relação entre universidade e sociedade, o Projeto “Envelheci, e agora?” amplia sua atuação na expectativa de alcançar resultados que beneficiem a todos os envolvidos na sua execução.

Palavras-chave: Envelhecimento. Deficiência Intelectual. Avaliação Funcional.

Área do Conhecimento: 3.03.0987

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. A. R. **Revista deficiência intelectual** - Deficiência intelectual, envelhecimento e neurociência - percepções do envelhecimento, ano 5, n. 9, jul./dez. 2015.

ABRISQUETA-GOMEZ, Jacqueline. Neuropsicologia do envelhecimento cognitivo normal e patológico e sua relação com a Deficiência Intelectual. In: GUILHOTO, Laura Maria de Figueiredo

Ferreira (org). **Envelhecimento e deficiência intelectual: uma emergência silenciosa**. São Paulo; Instituto APAE, 2013, p. 160.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da República. Casa Civil**. Brasília, 6 de julho de 2015.

CIPOLLA MA, LOPES A. Envelhecimento e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de São Paulo: uma caracterização dos serviços de atendimento a pessoa com deficiência intelectual 2012, dezembro. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 15, n. 6, p. 239-267, 2017. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/17306>>.

ENVELHECIMENTO ATIVO: uma política de saúde. **Biblioteca Virtual em Saúde**, Brasília, p. 13-14, 2005.

FIOCRUZ. **Deficiência mental**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/deficiencia-mental.htm>> Acesso em: 14 maio 2016.

FUENTES-ROJAS, Marta. Construção do conceito de Deficiência Intelectual pelos membros do grupo familiar. In: GUILHOTO, Laura Maria de Figueiredo Ferreira (org). **Envelhecimento e Deficiência Intelectual: uma emergência silenciosa**. São Paulo; Instituto APAE, 2013, p. 318.

GIRARDI M.; PORTELLA M. R.; COLUSSI E. L. O envelhecimento em deficientes intelectuais. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 9, Supl. 1, p. 79-89, 2012. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rbceh/article/view/2799>>.

JACINTO, Alessandro Ferrari; CITERO, Vanessa de Albuquerque. Envelhecimento populacional: aspectos demográficos e clínicos in: GUILHOTO, Laura Maria de Figueiredo Ferreira (org). **Envelhecimento e Deficiência Intelectual: uma emergência silenciosa**. São Paulo: Instituto APAE, 2013, p. 27.

MATOS, Natalie Torres de; CASTRO, Leila Regina de. A importância da elaboração do Projeto Terapêutico Singular para pessoas com Deficiência Intelectual em processo de envelhecimento in: GUILHOTO, Laura Maria de Figueiredo Ferreira. (org) **Envelhecimento e Deficiência Intelectual: uma emergência silenciosa**. São Paulo: Instituto APAE, 2013, p. 137-139.

OLIVEIRA, Gustavo Nunes de. **Projeto terapêutico como contribuição para a mudança das práticas de saúde**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

Esquistossomose Mansônica: a educação em saúde como medida preventiva para a doença

Ana Paula Vargas Garcia¹⁸⁰

Lilian Amaral¹⁸¹

Cristiane Claudino¹⁸²

Maria Eduarda Duarte¹⁸³

Ingrid Rodrigues¹⁸⁴

Bárbara Sperandio¹⁸⁵

Clauzioney Santos¹⁸⁶

Prof.^a Janaína Sousa Campos Alvarenga¹⁸⁷

A esquistossomose mansoni (causada pelo *Schistosoma mansoni*) é uma doença infecciosa parasitária que acomete principalmente fígado e intestinos, podendo evoluir ao óbito se não tratada. Para a transmissão da doença são necessários, além do agente etiológico, o vetor (caramujos da espécie *Biomphalaria*), um homem contaminado e água doce. Por ainda acometer grande número de pessoas, a educação em saúde torna-se uma medida eficaz na luta contra a doença. Diante da relevância do tema abordado e do seu impacto na qualidade de vida da população, o trabalho objetivou a intervenção comunitária em uma área de risco para a contaminação por *Schistosoma mansoni*. Para o processo de intervenção, foram selecionados cerca de 120 alunos do 7º ao 9º ano de uma escola pública localizada próxima à Lagoa Várzea das Flores, em Betim-MG. O tema foi abordado de forma lúdica e expositiva, em ambientes preparados contendo maquetes explicativas do ciclo biológico do parasita, microscópios para visualização das suas formas e peças para identificação do vetor. O tema foi apresentado enfatizando-se a importância do conhecimento sobre a doença, como forma de prevenção; os alunos puderam visualizar o agente etiológico e o vetor da doença. Para o diagnóstico da efetividade da intervenção, foi aplicado um questionário aos alunos antes e após o processo intervencionista. Por fim, foi entregue uma cartilha educativa aos participantes, incentivando-os a serem multiplicadores das informações recebidas. A análise dos diagnósticos inicial e final aplicados aos alunos comprovou a eficácia da intervenção, pois os alunos mostraram entendimento do assunto abordado. Assim, por apresentar fatores políticos, sociais e ambientais relacionados à continuidade da transmissão da doença, a intervenção na escola alcançou os objetivos propostos, uma vez que o conhecimento da população mostra-se essencial na prevenção da doença.

¹⁸⁰ Graduanda em Biomedicina na PUC Minas, Betim. E-mail: vargas.biomedicina@gmail.com.

¹⁸¹ Graduanda em Biomedicina na PUC Minas, Betim.

¹⁸² Graduanda em Biomedicina na PUC Minas, Betim.

¹⁸³ Graduanda em Biomedicina na PUC Minas, Betim.

¹⁸⁴ Graduanda em Biomedicina na PUC Minas, Betim.

¹⁸⁵ Graduanda em Ciências Biológicas na PUC Minas, Betim.

¹⁸⁶ Graduanda em Ciências Biológicas na PUC Minas, Betim.

¹⁸⁷ Orientadora e professora Adjunto I do Curso de Biomedicina da PUC Minas, Betim. Doutora em Ciências. E-mail: janainasousacampos@gmail.com.

INTRODUÇÃO: No Brasil, a esquistossomose mansônica ocorre em 19 estados, sendo Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe os estados com maior prevalência da doença. Mais de 100 mil casos da doença são identificados a cada ano no território nacional. Atualmente, estima-se que cerca de 2.500.000 a 8.000.000 de brasileiros sejam portadores da doença, e, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de 200 milhões de indivíduos no mundo estão infectados, uma vez que se trata de uma doença relacionada principalmente às precárias condições de vida e de saneamento básico (VRANJAC, 2013). A doença ocorre nas localidades sem saneamento ou com saneamento básico inadequado, sendo adquirida por meio da pele e mucosas em consequência do contato humano com águas contendo formas infectantes do *Schistosoma mansoni* (cercárias). A transmissão da doença depende da presença do homem infectado, excretando ovos do helminto pelas fezes, e dos caramujos aquáticos, que atuam como hospedeiros intermediários, liberando larvas infectantes do verme nas coleções hídricas utilizadas pelos seres humanos. Outros fatores, além do saneamento, atuam como condicionantes e contribuem para a ocorrência da esquistossomose numa localidade. Entre esses, destacam-se: o nível socioeconômico, ocupação, lazer, grau de educação e informação da população exposta ao risco da doença. Esses fatores se relacionam e favorecem a transmissão da doença, em maior ou menor intensidade, de acordo com a realidade local (BRASIL, 2014). De acordo com Vitorino e colaboradores (2012), por apresentar diversos fatores políticos envolvidos para a redução da doença no país, é necessário que todos os profissionais de saúde compreendam que a plena abordagem da helmintose inclui a explicação do modo de infecção bem como as medidas preventivas e a reinfecção. Nesse contexto, programas de controle da esquistossomose devem ser desenvolvidos considerando-se: quimioterapia efetiva, em massa ou individual; controle do hospedeiro intermediário; redução da contaminação da água ou do contato com esta; modificação das condições de vida das populações expostas; educação em saúde.

METODOLOGIA: O processo de intervenção foi realizado na Escola Municipal Maria da Penha Santos Almeida, localizada a cerca de 800 metros da Lagoa Várzea das Flores, em Betim-MG. Foram selecionados aproximadamente 120 alunos do 7º ao 9º ano. O tema foi abordado de forma lúdica, expositiva e com linguagem direcionada à faixa etária de crianças de 12 a 14 anos. Foram preparados ambientes contendo maquetes explicativas do ciclo biológico do parasita, microscópios para visualização das formas reprodutiva e infectante do *Schistosoma mansoni* e peças para visualização do hospedeiro intermediário. Inicialmente, foi aplicado um questionário de sondagem para inferir o grau de conhecimento dos alunos acerca do tema abordado. Nesse questionário, as perguntas se relacionavam ao conhecimento dos alunos a respeito das formas de transmissão e

prevenção. Em seguida, foi realizada a apresentação aos alunos, enfatizando-se a importância do conhecimento sobre o assunto como forma de prevenção da doença; os alunos puderam visualizar o agente etiológico da esquistossomose e o hospedeiro intermediário. Finalizada a apresentação, nova atividade foi proposta aos alunos visando avaliar o alcance das informações prestadas, apresentando o mesmo conteúdo do questionário inicial. Em um último momento, foi entregue uma cartilha educativa a todos os participantes, incentivando-os a serem multiplicadores das informações recebidas.

RESULTADOS: Os 120 questionários respondidos pelos alunos foram organizados em tabelas para análise e, posteriormente, os resultados mais expressivos foram organizados em gráficos para apresentação. Foram selecionadas 02 questões do questionário inicial e 02 questões do questionário final que melhor expressavam a comparação do grau de conhecimento dos alunos que responderam ao questionário antes e após a apresentação do grupo. A primeira pergunta do questionário inicial perguntava se as crianças/adolescentes frequentavam ou já haviam frequentado a Lagoa Várzea das Flores. 68% dos alunos afirmaram frequentar o local e 32% responderam não frequentar. Assim, percebe-se que grande parte dos alunos atendidos pela intervenção frequenta/frequentou a Lagoa Várzea das Flores. A questão 03 do questionário inicial interrogava o aluno quanto à forma de contaminação da doença. 79% dos alunos erraram a questão, 5% não souberam responder e apenas 16% acertaram respondendo corretamente à questão, notando-se que a maior parte dos alunos não relaciona a utilização de lagos/lagoas contaminados à infecção por *Schistosoma mansoni*. A primeira pergunta do questionário final também perguntava ao aluno quanto à forma de contaminação da esquistossomose. Dessa vez, 97% dos alunos responderam corretamente à pergunta, 2% não souberam responder e apenas 1% não respondeu corretamente, confirmando a importância dessa intervenção para o entendimento dos alunos acerca da doença. Por fim, a última questão do questionário final perguntava aos alunos o que eles poderiam fazer para prevenir a esquistossomose. 95% dos alunos conseguiram responder corretamente à pergunta, apenas 4% erraram e 1% não soube responder, mostrando que as crianças / os adolescentes estão corretamente instruídos e dispostos a auxiliar no combate à doença na comunidade betinense. Portanto, acredita-se que a metodologia escolhida para a intervenção na escola foi eficiente, uma vez que os alunos demonstraram claro entendimento do assunto abordado.

CONCLUSÕES: O Brasil, país em desenvolvimento, apresenta problemas de saúde pública decorrentes da carência de políticas voltadas para a promoção e educação em saúde e do baixo investimento em saneamento básico e ambiental, promovendo espaços pouco saudáveis para populações menos privilegiadas, de acordo com as considerações feitas por Neto (2012). Nesse

contexto socioambiental, determinadas patologias infecto-parasitárias ainda se encontram bastante disseminadas e com altas taxas de prevalência. Doenças endêmicas como a esquistossomose mansônica se manifestam de forma crônica nos indivíduos parasitados em locais onde a situação de saúde é uma manifestação dos ambientes insalubres. Na abordagem espaço-temporal os lugares possuem heranças históricas, sociais e políticas, assim a manutenção das doenças endêmicas pode estar representada por práticas culturais de risco moldadas por um longo processo de ausência à assistência em saúde (NETO, 2012). Dessa forma, novas estratégias têm sido propostas para minimizar a incidência da doença no país e a alta taxa de mortalidade provocada pela patologia. Segundo o Ministério da Saúde (2014), considerando-se a importância das crianças e jovens no ciclo de transmissão da esquistossomose, a educação em saúde deve estar presente nas escolas. Assim, os resultados apresentados nesse trabalho confirmaram essa afirmação, uma vez que o objetivo proposto foi alcançado.

Palavras-chave: *Schistosoma mansoni*. Saúde pública. Escolares. Várzea das Flores.

Área do Conhecimento: 2.13.02.01-4.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Vigilância Epidemiológica em Esquistossomose. Ministério da Saúde. **Diretrizes Técnicas**. Ministério da Saúde. 4 ed. Brasília, 2014.

NETO, Onício Batista Leal; GALVÃO, Thiago Yury Cavalcanti; ESTEVES, Fabrício Andrade Martins. Análise espacial dos casos humanos de esquistossomose em uma comunidade horticultora da Zona da Mata de Pernambuco, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. São Paulo, v. 15, n. 04, p. 771-778, 2012.

VITORINO, Rodrigo Roger; SOUZA, Felipe Pereira Carlos; COSTA, Anielle de Pina et al. Esquistossomose mansônica: diagnóstico, tratamento, epidemiologia, profilaxia e controle. **Revista Brasileira de Clínica Médica**. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 39-45, 2012.

VRANJAC, Alexandre. Novas estratégias para a vigilância epidemiológica da esquistossomose no estado de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 43, n. 04, p. 728-230, 2013.

Estudo do projeto de prevenção e combate ao incêndio para a Boate Kiss (Santa Maria, RS) no âmbito da legislação do Estado de Minas Gerais

Alice Laura de Oliveira Alvares¹⁸⁸
Ana Flávia Duarte Pereira¹⁸⁹
Davidson Douglas Lima de Souza¹⁹⁰
Guilherme Henrique Leite de Almeida¹⁹¹
Matheus Augusto Santana¹⁹²
Renata Botelho de Almeida Campos¹⁹³
Thauane Fiche Ferreira Cordeiro¹⁹⁴
Prof.^a Raquel Sampaio Jacob¹⁹⁵

Os danos causados por incêndios têm ocorrido com mais frequência à sociedade. Tanto em locais de reunião de público como em edificações comerciais e/ou residenciais, o risco de incêndio está presente. No contexto de um dos maiores incêndios ocorridos no Brasil, e no intuito de sugerir medidas de segurança que facilitaríamos o controle do acidente ocorrido na Boate Kiss (RS, 2013), propõe-se estudo do projeto de prevenção e combate ao incêndio e pânico baseado nas instruções técnicas redigidas pelo Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. A elaboração deste artigo fundamenta-se na busca de solucionar as irregularidades no que diz respeito ao atendimento das normas de prevenção de incêndio, pois tais déficits, se sanados pelos proprietários, teriam reduzido consideravelmente as consequências do pânico ocorrido no local no momento do fatídico acidente. Com a finalidade de cumprir os objetivos propostos utiliza-se pesquisa bibliográfica e documental, a fim de garantir a confiabilidade das informações utilizadas neste trabalho.

INTRODUÇÃO: O fogo é um processo químico de transformação, também chamado combustão, de materiais combustíveis e inflamáveis (JUNIOR, 1999). Não obstante seja o fogo importante para a perpetuação da espécie humana, este também pode ser um grande vilão quando foge ao controle do homem. Pode matá-lo, feri-lo e causar tragédias de grandes proporções (GERKEN, 2014). Em 2013, ocorreu um incêndio de grandes proporções na Boate Kiss, no Rio Grande do Sul, uma casa noturna de um pavimento, situada na região central da cidade de Santa Maria – RS, onde frequentemente havia eventos. O ocorrido deixou 241 vítimas fatais, sendo todas elas por asfixia decorrente da fumaça do incêndio (PERONDI, Maurício, 2013). Foram detectadas, após o incidente, graves falhas no Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico do local (PSCIP), sendo

¹⁸⁸ Graduada em Engenharia Civil na PUC Minas, unidade Barreiro. E-mail: licelaura@hotmail.com.

¹⁸⁹ Graduada em Engenharia Civil na PUC Minas, unidade Barreiro. E-mail: flavia_dpereira@hotmail.com.

¹⁹⁰ Graduando em Engenharia Civil na PUC Minas, unidade Barreiro. E-mail: davidson.lima@gmail.com.

¹⁹¹ Graduado em Engenharia Civil na PUC Minas, unidade Barreiro. E-mail: guilhermehla@hotmail.com.

¹⁹² Graduando em Engenharia Civil na PUC Minas, unidade Barreiro. E-mail: matheuz91_@hotmail.com.

¹⁹³ Graduanda em Engenharia Civil na PUC Minas, unidade Barreiro. E-mail: renatabotelhoac@hotmail.com.

¹⁹⁴ Graduada em Engenharia Civil na PUC Minas, unidade Barreiro. E-mail: huanecordeiro@yahoo.com.br.

¹⁹⁵ Orientadora e professora Assistente I do Departamento de Engenharia Civil da PUC Minas, unidade Barreiro. Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. E-mail: sampaiojacob@gmail.com.

fundamentais causas para a ocorrência da tragédia. De acordo com Freire (2009), a preocupação em relação a incêndios aumentou à medida que evoluíram as cidades. Com isso, há maior necessidade de atenção quanto às situações de riscos e, principalmente, às formas de fuga dessas situações. Além disso, há necessidade de destacar os cuidados para impedir a ocorrência do incêndio, que passam a apresentar relevância no contexto urbano. Diante do exposto, esse trabalho tem como objetivo um estudo detalhado sobre os aspectos técnicos do PSCIP da Boate Kiss. Salienta-se que esse estudo considerará a legislação de Minas Gerais, tendo em vista que o campo profissional dos autores deste trabalho é o referido estado. Além disso, buscar-se-á propor medidas que poderiam facilitar o controle e evitar vítimas em um eventual sinistro em estabelecimento semelhante no citado estado. Tais medidas consistiriam na modificação dos corredores de circulação existentes, considerando também portas, escadas e rampas, adequando os mesmos aos padrões de circulação mínimos estabelecidos para uma saída rápida e ordenada. Além disso, garantir que os equipamentos de combate ao incêndio e sinalização estejam de acordo com as legislações vigentes do Corpo de Bombeiros, minimizando os danos potenciais.

METODOLOGIA: Os dados utilizados para desenvolvimento desse artigo foram obtidos através de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica se deu através de textos de autores dedicados ao estudo desse tema. Já a pesquisa documental, ocorreu por meio dos estudos da planta da casa noturna em análise, bem como Relatório Técnico emitido pelo CREA-RS, sobre a análise do sinistro na boate Kiss. Não haverá comparação com o projeto original, apontando suas falhas, uma vez que o PSCIP aprovado no órgão competente não foi encontrado.

RESULTADOS: Composição do projeto técnico com as definições técnicas e dimensionamento adequado de todas as medidas de segurança contra incêndio e pânico, tais como a capacidade de população, saídas de emergência, composição da brigada de incêndio, iluminação de emergência, sinalização de emergência, extintores de incêndio, plano de intervenção de incêndio, controle de materiais de acabamento e revestimento.

CONCLUSÕES: Algumas tragédias relacionadas a incêndios ocorridas no Brasil desencadearam uma preocupação significativa com a segurança contra incêndio. Recentemente, pode-se citar o pânico ocorrido na Boate Kiss, Santa Maria, RS. Após o incidente, evidenciou-se um grande problema que ocorre em várias edificações e locais de reunião de público: a não observância das legislações estaduais vigentes, associadas à ausência e/ou deficiência de fiscalização dos órgãos competentes. Nota-se também a falta de comprometimento por parte dos proprietários destes locais quanto à emissão e renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). Além disso,

são feitas muitas modificações nos projetos originais das edificações sem o conhecimento dos órgãos públicos e sem a autorização do responsável técnico pelo projeto inicial. Com o objetivo de evitar uma eventual situação de pânico, semelhante à ocorrida na casa noturna citada, propôs-se a elaboração de um estudo de um Projeto de Prevenção e Combate ao Incêndio e Pânico, levando-se em conta o que preconiza a legislação vigente do estado de Minas Gerais. Considerando também a legislação aplicada no estado do Rio Grande do Sul, podemos perceber que a mesma é difusa em várias resoluções e portarias e existe um engessamento da legislação por meio da inclusão de detalhamentos técnicos em leis. Por outro lado, a legislação da cidade de Santa Maria (RS) dialoga com a NBR 9077/01, legislação também seguida pelo Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. Neste caso, as recomendações propostas seriam concordantes. Foram observados alguns pontos cruciais no projeto que certamente fariam enorme diferença na dimensão da tragédia. A existência desses pontos contribuiria para a desocupação ordenada e em segurança da boate e conseqüentemente no ato de prestação de socorro por parte dos brigadistas e do Corpo de Bombeiros.

Palavras-chave: Incêndio. Boate Kiss. Instruções Técnicas de Minas Gerais. Pânico. Medidas de segurança.

Área do Conhecimento: 3.08.04.06-0

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9077/01:** Saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro, 2001.

GERKEN, André Luiz dos Reis. **Incêndios em boates e casas de shows.** Análise de aspectos técnicos e proposta de base para legislação específica. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, 2014.

JUNIOR, Abel B. Camillo. **Manual de prevenção e combate a incêndios.** 1999. Disponível em: <http://books.google.com.br/books/about/Manual_de_Preven%C3%A7%C3%A3o_E_Combate_a_Incend.html?hl=pt-BR&id=8yQV7ZG-AEEC>. Acesso em: 10 mar. 2016.

PERONDI, Maurício. **Narrativas de jovens: experiência de participação social e sentidos atribuídos às suas vidas.** Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

Feira de Ensino: as práticas curriculares de Extensão como ferramentas de transposição didática

Ludivanelem Aparecida da Silva¹⁹⁶
Marina Coimbra Swerts¹⁹⁷
Prof.^a Juliana de Lima Passos Rezende¹⁹⁸
Prof.^a Luciana Barreto Nascimento¹⁹⁹

INTRODUÇÃO: Uma das formas de agregar sentido prático aos conteúdos curriculares de ciências e às teorias sobre os seres vivos é através das feiras de ensino. Elas consistem em atividades didáticas que contribuem para a divulgação do conhecimento científico e possibilitam uma mudança de posição passiva do aluno em relação à ciência para uma forma de conhecimento mais ativa (DORNFELD, 2011; VASCONCELOS, 2011). Os professores têm um importante papel ao proporem ou permitirem que os alunos participem de feiras de ciências, pois são os mediadores do conhecimento com caráter investigativo. Além disto, é sempre desejável que o professor também proporcione aos alunos oportunidades de desenvolver ativamente suas habilidades na atividade científica (PAVÃO, 2008). Observa-se que, dentro das escolas de educação básica brasileira, pouco se tem realizado para aguçar o interesse e a curiosidade dos alunos para as ciências, bem como existem dificuldades para que os professores desenvolvam suas aulas de forma contextualizada e interdisciplinar (DORNFELD, 2011). Uma das alternativas para contornar esta situação, quando a escola e/ou o professor não dispõe de tempo/recursos para investir na preparação deste evento, é a participação em atividades oferecidas em outras instituições, notadamente nas feiras de ensino em Instituições de Ensino Superior, que, através dos cursos de licenciatura, desenvolvem atividades que se tornam uma boa solução para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem das séries básicas (PAVÃO 2008). Paralelamente, a PUC Minas vem implementando nos cursos de graduação as práticas curriculares de extensão, modalidade que permite aos graduandos, independentemente de projetos específicos e aprovados, experimentar e realizar extensão durante a sua formação. O objetivo deste trabalho é relatar a construção de uma Feira de Ensino, como atividade de Prática Curricular de Extensão, com finalidade de transpor conhecimentos das disciplinas Botânica e Anatomia Funcional dos Vertebrados. O público alvo foram alunos e professores do ensino médio, tendo em vista, a preparação de futuros docentes de ciências e biologia e a interação com a comunidade escolar de nível básico.

¹⁹⁶ Graduanda em Ciências Biológicas na PUC Minas, Betim. E-mail: ludivanelem@yahoo.com.br.

¹⁹⁷ Graduanda em Ciências Biológicas na PUC Minas, Betim. E-mail: marina.swerts@hotmail.com.

¹⁹⁸ Orientadora, professora mestre, Assistente IV do Departamento de Ciências Biológicas da PUC Minas. E-mail: jupassosrezende@gmail.com.

¹⁹⁹ Orientadora e professora doutora, Adjunta IV do Departamento de Ciências Biológicas da PUC Minas. E-mail: luna@pucminas.br.

METODOLOGIA: Ao longo de vários semestres, as disciplinas do Curso de Ciências Biológicas da PUC Betim – Práticas de Ensino em Botânica e Ecologia (Pebe) e Anatomia Funcional dos Vertebrados (AFV) – realizam a atividade de Feira de Ensino. Entretanto, atentas às necessidades de maior integração com a comunidade escolar atendida nestas atividades, o desenvolvimento da Feira de Ensino do segundo semestre de 2015 passou por uma relação bem mais dialógica entre alunos do ensino superior, seus professores e o público alvo atendido: alunos do ensino médio. Os alunos da graduação foram organizados em cinco grupos com cinco integrantes em cada disciplina. Cada grupo criou um *menu* com duas propostas de atividades práticas. Cada proposta descrevia o título, público alvo, o objetivo, a forma de abordagem da oficina e situava esse conteúdo ao currículo escolar do aluno do ensino médio. O *menu* foi encaminhado para uma professora de Biologia da Escola Juscelino Kubitschek, de Betim, contactada pelas professoras da graduação. Esta professora de biologia analisou as propostas e escolheu, entre as 20, cinco de cada Área do Conhecimento. A devolução das propostas escolhidas aos grupos de alunos permitiu que cada grupo preparasse as oficinas durante os meses de setembro, outubro e meados de novembro. Ensaios e correções foram feitos, para que as oficinas fossem apresentadas e executadas na feira de ensino realizada no dia 23 de novembro de 2015, das 07 às 12 horas, na PUC Minas, Unidade Betim. Participaram 60 alunos do ensino médio da Escola Municipal Juscelino Kubitschek, acompanhados de seus professores responsáveis (professoras de Biologia e de Química). Durante a feira, os alunos foram organizados de modo a visitarem as 10 oficinas, em dois laboratórios, um com o tema da PEBE, e o outro com temas de AFV. Todos os integrantes dos grupos da graduação se organizaram para que fizessem, pelo menos uma vez, a apresentação da oficina na feira, que teve duração de 15 minutos para cada grupo do Ensino Médio. As apresentações dos grupos de graduandos foram supervisionadas pelas professoras das disciplinas envolvidas na feira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Com o decorrer de cinco horas de execução da feira, os 60 alunos e seus dois professores foram atendidos por todos os grupos, despertando curiosidades e interesse entre eles sobre os assuntos. Houve atividades expositivas e outras que permitiram a execução, ao menos de alguns procedimentos, por parte dos visitantes. Após a atividade, os visitantes fizeram uma avaliação escrita sobre a feira. Os comentários foram desde elogios, passando por sugestões sobre a abordagem de alguns temas e, até mesmo, solicitando outra data para o retorno deste grupo à PUC. Alguns visitantes se demonstraram impressionados, com o fato de terem podido reconhecer que “os vegetais não são seres tão inanimados, quanto parecem à primeira vista”, conforme alguns relatos escutados durante as apresentações. Do outro lado, os alunos de graduação tiveram a preocupação com a aprendizagem dos alunos visitantes da feira conseguindo envolvê-los nos assuntos apresentados, despertando curiosidade e respondendo a

questionamentos, o que promoveu maior interação; os graduandos relataram a atividade como gratificante, pois conseguiram transmitir o conteúdo, e aprenderam durante a própria apresentação ao público, pois a feira de ensino trouxe a eles experiências únicas de contato direto com os alunos do ensino médio. Do ponto de vista do ensino de graduação, a Feira cumpriu seu papel como instrumento válido para a licenciatura, bem como atendeu à necessidade da incorporação da Prática Curricular de Extensão como uma atividade avaliativa, mas que, sobretudo foi capaz de travar uma interlocução com o público alvo. Na realização da feira do ano de 2015, o grande diferencial, em relação aos anos anteriores, e que marca uma inovação, foi o contato prévio com a escola, ofertando um *menu* de opções, para que a professora pudesse escolher as atividades que mais se encaixassem nas necessidades e realidade de seus alunos.

CONCLUSÕES: A partir dos objetivos propostos e resultados obtidos, pode-se concluir que o projeto da Feira de Ciências obteve resultados positivos tanto para o público alvo que foram os alunos do Ensino Médio, que relataram ter ampliado o olhar sobre os processos biológicos das áreas do saber envolvidas na feira, e que ao mesmo tempo se sentiram motivados em relação às ciências, quanto para os alunos e professores que ofertaram a feira. Além disto, a nova dinâmica na interação com a escola, através do envio do *menu* de temas para as atividades, melhorou a forma de trabalho com as oficinas, que foram construídas a partir de uma demanda identificada na comunidade alvo.

Palavras-chave: Ensino de Ciências. Ensino de Botânica. Ensino de Zoologia

Área do Conhecimento: 7.08.06.00-1

REFERÊNCIAS

DORNFELD, Carolina Buso; MALTONI, Kátia Luciene. A feira de Ciências como auxílio para a formação inicial de professores de Ciências e Biologia. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP-UFSscar, v. 5, n. 2, p. 42-58, nov. 2011.

VASCONCELOS, S. D.; SILVA, M. F.; LIMA, Kênio Erithon Cavalcante. Uma experiência participante de acompanhamento de uma Feira de Ciências em uma escola pública da Zona Rural de Pernambuco. In: **VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (VIII ENPEC) & I Congresso Iberoamericano de Investigación en Enseñanza de las Ciencias**, UNICAMP–Campinas, 2011.

PAVÃO, Antônio Carlos. Ensinar ciências fazendo ciência. In: PAVÃO, Antônio Carlos; FREITAS, Denise (org.). **Quanta Ciência há no Ensino de Ciências**. São Carlos-SP: Edufscar, 2008, p. 15-23.

Implantação de um programa de exercícios de condicionamento físico, perfil metabólico e pressão arterial dos recuperandos do Projeto APAC²⁰⁰

Ingrat Monteiro Lopes Padilha²⁰¹
Jefferson Gonçalves Hosken²⁰²
Marina Mercedes²⁰³
Nathalia Brito²⁰⁴
Prof.^a Roberta Berbert Lopes²⁰⁵
Prof.^a Patrícia Dayrell Neiva²⁰⁶

INTRODUÇÃO: A pressão arterial alta (PA) é um fator de risco forte, independente e importante para desenvolvimento de doenças cardiovasculares (DCV), além disso tornou-se a maior doença endêmica mundial¹. Segundo o Comitê Nacional em Prevenção, Detecção, Avaliação e Tratamento da Pressão Arterial Alta indivíduos com PA sistólica (PAS) de 120 a 139 mmHg ou PA diastólica (PAD) de 80 a 89mmHg devem ser identificados como pré-hipertensos e requerem modificações que promovam saúde no estilo de vida para prevenir a progressão para hipertensão e DCV . Quando não tratada, a hipertensão pode causar sérios problemas como doença coronária, insuficiência cardíaca, doença renal, doença vascular periférica e doenças cerebrais, contribuindo assim para o aumento da taxa de morbidade e mortalidade da população². Modificações no estilo de vida, incluindo alimentação e exercício físico, são as primeiras linhas de intervenção para o controle de hipertensão mesmo quando terapia medicamentosa é implementada³. Estudos epidemiológicos evidenciam uma correlação negativa entre atividade física e hipertensão, significando que pessoas ativas têm menos chances de se tornarem hipertensas³. Tem sido demonstrado que o exercício físico é eficiente na redução da pressão arterial, porém, a quantidade, o tipo e intensidade do exercício ainda são controversos. Apesar de não haver dúvidas relacionadas aos benefícios do treinamento físico no controle da pressão arterial e respostas metabólicas de pessoas hipertensas, há poucos estudos que avaliaram os resultados, em longo prazo de um programa de exercícios físicos em pacientes hipertensos restritos de atividades funcionais em instituições de longa permanência. Foram incluídos no Programa de Treinamento recuperandos do sexo masculino da Associação Proteção ao Condenado (APAC) estratificados por idade 30-40, 40-50, anos do regime semiaberto e do regime fechado. A Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – APAC – é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, dedicada à

²⁰⁰ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

²⁰¹ Graduanda em Fisioterapia na PUC Minas, campus Coração Eucarístico. E-mail: ingratpadilha@hotmail.com.

²⁰² Graduando em Fisioterapia na PUC Minas, campus Coração Eucarístico. E-mail: jeferson.g.s@hotmail.com.

²⁰³ Graduanda em Fisioterapia na PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: marininha_mercedes@hotmail.com.

²⁰⁴ Graduanda em Fisioterapia na PUC Minas, campus Coração Eucarístico. E-mail: nathbrito25@hotmail.com.

²⁰⁵ Orientadora e professora Assistente IV do Departamento de Fisioterapia da PUC Minas. Mestre em Fisioterapia.

²⁰⁶ Orientadora e professora Assistente IV do Departamento de Fisioterapia da PUC Minas. Mestre em Ciências da Reabilitação.

recuperação e reintegração social dos condenados às penas privativas de liberdade. É uma alternativa ao modelo prisional tradicional, promovendo a humanização da pena de prisão e a valorização do ser humano, vinculada à evangelização, para oferecer ao condenado condições de se recuperar. A falta de estrutura física e administrativa adequada nos presídios, penitenciárias e cadeias públicas nacionais traz consequências que contribuem para a crise pela qual o Sistema Prisional Brasileiro vem passando nos últimos anos. Neste sentido, as questões que envolvem o processo de reintegração dos presos na sociedade colocam-se como tema de crescente interesse da população. Os objetivos do Programa de Exercícios de Condicionamento foram observar ao longo de 3 meses de intervenção a variabilidade da pressão arterial antes e depois de um programa de exercícios automonitorado; propiciar aos recuperandos da APAC, ou seja, os beneficiários, a possibilidade de conhecer os comportamentos fisiológicos e se automonitorizar na realização de exercícios; permitir ao aluno exercitar a monitorização dos dados vitais e autonomia na gestão do Programa de Condicionamento.

MATERIAIS E MÉTODOS: A pressão arterial foi aferida com um esfigmomanômetro com aneróide 2 vezes após um repouso sentado de 10 minutos com o braço na posição da altura do coração. A média dessas medidas foi considerada como pressão arterial de repouso. Estas medidas foram coletadas pelos alunos no início e o final da sessão de exercícios. O esfigmomanômetro foi previamente calibrado e adaptado ao tamanho do braço do paciente, de acordo com as V Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial. Os indivíduos foram liberados para iniciar a sessão de exercício se ambas as pressões arteriais sistólica (PAS) e diastólica (PAD) estivessem abaixo de 140 x 90mmHg, respectivamente. Além disso, aqueles que não utilizaram suas medicações anti-hipertensivas não tinham permissão para executar exercícios naquele dia. As PAS e PAD foram utilizadas para calcular a pressão arterial média (PAM). A frequência cardíaca (FC) foi aferida no início e no final de cada sessão, anotada pelo próprio indivíduo em uma folha anexa. Cada indivíduo possuía uma ficha de auto monitorização que constava das porcentagens de limite de FC submáxima variando entre 60 a 80%. O peso corporal e a altura foram utilizados para o cálculo do índice de massa corporal (IMC). O programa de exercício era composto de exercícios aeróbios (caminhada, degrau, corrida estacionária, agachamento) a 70 a 80 % da FC submáxima e exercícios de alongamento com a monitorização por planilha individual totalizando no máximo 50 minutos de sessão. Este programa foi desenvolvido semanalmente, sendo que a monitorização pelos alunos era somente realizada em um dia; nos outros dois dias, o indivíduo tentava gerir o programa de educação em saúde com a sua própria planilha. A intensidade do exercício foi monitorada através da FC prévia e posterior a cada sessão de exercício aeróbio.

RESULTADOS: O programa de treinamento inicial constou de 9 sessões com a participação de 10 a 12 indivíduos com média de idade de $26,7 \pm 10,4$ anos. A adesão longitudinal ao Programa foi de 70%, sendo excluídos 2 indivíduos que apresentavam picos hipertensivos sem controle medicamentoso adequado. A média de PA do grupo avaliado foi de 11,8/7,5 mmHg e a variabilidade da FC foi de $10 \pm 3\%$ comparados o pré e pós exercício. No Regime Fechado, houve maior adesão ao treinamento físico proposto e automonitoramento mais adequado e no Regime Semiaberto houve pouca adesão devido a influência de fatores externos e achados de hipertensão diastólica pós-exercício dinâmico. As limitações encontradas no desenvolvimento do Programa foram tempo versus fatores de risco e disponibilidade e motivação dos recuperandos para seguimento das atividades propostas sem o monitoramento.

CONCLUSÃO: Os resultados sugerem que o efeito do exercício é satisfatório na manutenção da pressão arterial e na modulação da FC na população estudada. O autogerenciamento da FC propiciou aos recuperandos da APAC que aderiram ao programa o desenvolvimento da autonomia e motivação para dar continuidade ao programa de exercícios proposto.

Palavras-chave: Condicionamento cardiovascular. Fatores de risco. Atenção primária.

Área do Conhecimento: 4.08.00.00-8

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema Único de Saúde**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br>>. 20 jul. 2005.

CAMPANE Rene Zange, Gonçalves A. Atividade física no controle da hipertensão arterial. **Revista Bras. Med.**, v. 59, n 8, p. 561-567, 2002.

CHRUCH TS et al. Usefulness of cardiorespiratory fitness as a predictor of all-cause and cardiovascular disease mortality in men with systemic hypertension. **Am. J. Cardiol.**, n. 88, p. 651-656, 2001.

FANG Joue et al. Exercise and cardiovascular outcomes by hypertensive status: NHANES 1 epidemiologic follow-up study. **Am. J. Hypertens.** n. 18, p. 751-758, 2005.

PESCATELLO Louis et al. Exercise and hypertension. **Med. Sci. Sports Exerc.**, v. 36, n. 3, p. 533-553, 2004.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO. V Diretrizes brasileiras de hipertensão arterial. **Hipertensão:** Revista da Sociedade Brasileira de Hipertensão, v. 9, n.4, 2006.

Levantamento geral do manejo adotado pela fazenda experimental PUC Minas – Terceiro Trimestre de 2015, Esmeraldas (MG)

Carina Oliveira de Castro²⁰⁷

Jéssica Ferreira Santos²⁰⁸

Letícia Cury Rocha Veloso Arantes²⁰⁹

Prof.^a Alessandra Pereira Simonini Gomes²¹⁰

INTRODUÇÃO: Hoje, no Brasil, tem crescido o número de fazendas que possuem gado leiteiro no sistema *free stall*, pois este possui vantagens como: o manejo mais eficiente, principalmente em se tratando de animais importados como vacas da raça Holandesa; aproveitamento melhor do espaço e por ser um ambiente mais confortável, higiênico, climatizado o que torna viável e satisfatória a produção de leite (DURÃES et al., 2012). Embora o sistema apresente inúmeros benefícios para a produção animal, deve-se levar em consideração o meio ambiente e a grande quantidade de dejetos produzidas em uma pequena área, tornando imprescindível o manejo correto destes. O meio rural vem sofrendo, à medida que 90% dos esgotos domésticos e dejetos de animais são lançados nos rios, o que degrada a qualidade da água (REBOUÇAS, 2001), pois servem de alimento para bactérias decompositoras (MANSO et al., 2007). Estas consomem o oxigênio, causando morte de peixes e a poluição de água. O maior volume de água líquida da terra acessível ao meio de produção, técnicos e financeiros está escondido no subsolo (10 milhões km³). Água subterrânea é naturalmente potável e pode ser captada pelos estabelecimentos, sendo que seu uso é mais barato se comparado ao sistema de captação de rios (REBOUÇAS, 2001).

METODOLOGIA: O projeto proposto teve início do final do terceiro trimestre de 2015, período em que foram realizadas as primeiras visitas técnicas, no intuito de avaliar a carga parasitária de endoparasitas das vacas leiteiras confinadas no *free stall*. Após coleta do material, estes foram acondicionadas em luvas plásticas e mantidas em uma caixa de isopor acrescidas de gelo em forma de gel até a chegada ao Laboratório de Parasitologia localizado no Hospital veterinário da PUC Minas Betim, onde foi realizado o exame de fezes (OPG); no entanto, não foram obtidas respostas significativas para intervir no manejo, pois os resultados deram negativos. Encerrada a primeira etapa, foi iniciada outra visita em março de 2016, com o objetivo de avaliar o manejo geral que abrange os animais e funcionários da fazenda, levando em consideração o destino dado aos resíduos produzidos pelos animais, a qualidade e procedência da água, visto que são parâmetros

²⁰⁷ Graduanda em Medicina Veterinária da PUC Minas, Betim. E-mail: carinacasoli@gmail.com

²⁰⁸ Graduanda em Medicina Veterinária da PUC Minas, Betim. E-mail: jssicaferreira35@hotmail.com

²⁰⁹ Graduanda em Medicina Veterinária da PUC Minas, Betim. E-mail: leticia.cury@hotmail.com

²¹⁰ Orientadora e professora doutora Adjunta IV do Curso de Medicina Veterinária da PUC Minas, Betim. E-mail: apsgomes@PUC Minas.br

determinantes para a contagem bacteriana do leite que causa impactos na segurança alimentar e sanitária dos alimentos de origem animal.

DISCUSSÃO: A fazenda experimental é adepta ao sistema *free stall*, que se compõe atualmente de 28 animais, separados por lote de acordo com o número de partos e idade. Primeiro lote é constituído por primíparas e corresponde a 21,4% do rebanho; no segundo lote são alojadas as primíparas maiores e secundíparas (25%); terceiro lote destinado às múltíparas, 32,1% e por último, o quarto lote que contém 21,4% vacas no final da lactação. No exame geral desses animais, observou-se baixa carga parasitária, fezes com consistência ideal para o tipo de nutrição que recebem (escore 3). Duas vacas desse sistema vão para descarte em decorrência de mastite crônica e uma apresenta problema de casco devido a fatores genéticos. A média de produção de leite é de 25 litros/vaca/dia. Aspectos gerais do manejo na fazenda como tratamento dos dejetos líquidos e sólidos, a origem da água ofertada influenciam diretamente nos animais, bem como aos funcionários que convivem diariamente no ambiente. O sistema de captação de água na fazenda é do tipo poço artesiano, a água não possui análise de qualidade físico-química e microbiológica. Sua qualidade está diretamente relacionada à desinfecção dos equipamentos de ordenha e resfriamento. A dureza e pH da água interferem na ação dos detergentes sobre os equipamentos podendo neutralizar o efeito destes aumentando a CBT do leite, além disso essas bactérias podem vir da água (JOÃO et al., 2010). Os produtores reconhecem a importância de tratar ou pelo menos armazenar os dejetos para uso como adubo orgânico (JUNIOR et al., 2011). Os dejetos sólidos do *free stall* na fazenda são raspados duas vezes ao dia e levados a uma caçamba, onde posteriormente serão usados como adubo. Os dejetos líquidos caem em uma canaleta e são direcionados para uma lagoa. As fezes agregadas a terra não passam pelo processo de compostagem. Esse processo consiste na decomposição de matéria orgânica por microrganismos que proporciona disponibilidade dos recursos minerais. Segundo Francisco (2004), a compostagem melhora o desempenho do solo melhorando a concentração de nutrientes tornando-o mais úmido e otimizando a granulação. O uso de biodigestores no sistema de produção animal é visto como uma ferramenta importante, pois promove o tratamento do resíduo e retorna parte da energia perdida por ele por meio da queima de gás (JÚNIOR et al., 2011).

CONCLUSÕES: Foram observados, através das visitas à Fazenda, alguns pontos que necessitam de maior atenção, entre eles a análise físico-química e microbiológica da água e manejo de dejetos. Deve ser dada continuidade ao Projeto "Graduação e Extensão: aprendendo a aprender", assim maiores medidas de intervenção poderão ser tomadas, como a implementação de análises periódicas da água, realização de compostagem e aproveitamento de dejetos líquidos.

Palavras-chave: Manejo sustentável. Dejetos. Água.

Área do Conhecimento: 5.05.02.05-0

REFERÊNCIAS

- FREITAS, Ary Ferreira de; DURÃES, Marcus Cordeiro; TEIXEIRA, Nilson Milagres. **Parâmetros genéticos da produção de leite de animais da raça holandesa mantidos em sistema intensivo de produção do tipo *free stall*.** Disponível em: <<http://www.sbz.org.br/revista/artigos/2499.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.
- MANSO, Kennia Regina de Jesus; FERREIRA, Osmar Mendes. **Confinamento de bovinos: estudo dos gerenciamentos dos resíduos.** Disponível em <<http://www.abccriadores.com.br/newsite/images/Artigos/confinamento%20de%20bovinos.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.
- ORRICO JÚNIOR, Marco A. P.; ORRICO, Ana C. A.; DE LUCAS JÚNIOR, Jorge. **Produção animal e o meio ambiente: uma comparação entre potencial de emissão de metano dos dejetos e a quantidade de alimentos produzidos.** Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/da500230/Meus%20documentos/Downloads/5607041008ae5e8e3f38a12c.pdf>> Acesso em: 28 mar. 2016.
- OLIVEIRA, Franciso Nelsieudes Sombra; LIMA, Hermínio José Moreira; CAJAZEIRA, João Paulo. **Uso da compostagem em sistemas agrícolas orgânicos.** Disponível em: <http://www.pvnocampo.com.br/downloads/Uso_da_Compostagem_em_Sistemas_Agricolas_Organicos.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.
- REBOUÇAS, Aldo da C. **Água e desenvolvimento rural.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142001000300024&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 28 mar. 2016.

Mobilização para o controle da larva *Migrans Cutânea* (LMC) no município de Betim (MG)

Marina Coimbra Swerts²¹¹

Ludivanelem Aparecida da Silva²¹²

Poliana Lucio de Miranda²¹³

Prof.^a Alessandra Pereira Simonini Gomes²¹⁴

INTRODUÇÃO: A partir do período neolítico (cerca de oito mil anos a.C.), com o surgimento da agricultura e da domesticação de animais, houve um grande crescimento das zoonoses. Até os dias atuais, os homens são contaminados por parasitoses transmitidas muitas vezes pelos seus animais de estimação. Ocasionalmente as doenças são decorrentes do meio e das condições às quais as pessoas estão expostas e dentre elas estão as resultantes de parasitismo (DE SENA SIQUEIRA, 2005). O papel do cão como um hospedeiro definitivo de várias parasitoses com potencial zoonótico tem sido largamente estudado e reconhecido como um importante problema de saúde pública. A crescente aquisição de cães como animais de companhia tem aumentado o número de pessoas expostas ao risco de contrair infecções por parasitos zoonóticos. Contudo, o risco de contaminação humana não está limitado apenas ao âmbito doméstico, pois, frequentemente, os cães são levados por seus proprietários para passear em áreas públicas destinadas à recreação humana (CAPUANO, 2006). São chamadas parasitoses as doenças transmitidas por parasitos, podendo eles ser protozoários, helmintos, vírus, fungos, insetos ou bactérias. Esses seres formam com seu hospedeiro uma relação de parasitismo, uma associação em que existe unilateralidade de benefícios, sendo um dos associados prejudicados pela associação (NEVES et al., 2005). Um grande exemplo seria o *Ancylostoma caninum*, um helminto nematódeo que causa a ancilostomose em cachorros e gatos e no homem desenvolve-se como larva *migrans* cutânea, causando o popularmente chamado “bicho-geográfico” (DE SENA SIQUEIRA, 2005). A população infantil corresponde ao grupo mais exposto devido ao hábito de brincar em contato com o solo e aos distúrbios de perversão do apetite como a geofagia. Por outro lado, o crescimento urbano, com o estabelecimento de novas comunidades e conjuntos habitacionais, leva tanto ao aumento da população de cães de estimação como de cães errantes (CAPUANO, 2006). O objetivo do presente trabalho foi a elaboração de uma cartilha de conscientização a fim de mobilizar e informar a comunidade em torno da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Unidade Betim (PUC Minas – Betim) sobre os problemas relacionados a larva *migrans* cutânea e a importância da vermifugação de cães e gatos.

²¹¹ Graduanda em Ciências Biológicas na PUC Minas, Betim. E-mail: marina.swerts@hotmail.com.

²¹² Graduanda em Ciências Biológicas da PUC Minas, Betim. E-mail: ludivanelem@yahoo.com.br.

²¹³ Graduanda em Ciências Biológicas da PUC Minas, Betim. E-mail: polianamirandapoli@gmail.com.

²¹⁴ Orientadora, professora doutora, adjunta IV do Curso de Medicina Veterinária da PUC Minas, Betim. E-mail: apsgomes@PUC Minas.br.

METODOLOGIA: Realizou-se uma pesquisa bibliográfica no Google Acadêmico (disponível em www.scholar.google.com), sobre causas, tratamento e forma de contágio do parasita causador da larva *migrans* cutânea (LMC). A partir dos resultados foi elaborada uma cartilha educativa e informativa, a fim de conscientizar a comunidade entorno da PUC Minas - Betim sobre os perigos, causas e prevenção da contaminação dos solos por fezes de cães parasitados. Foram confeccionadas e distribuídas 200 cartilhas, no período matutino e vespertino, dos dias 16 e 17 de maio de 2015, nos arredores da PUC Minas - Betim. Ao entregar as cartilhas, foi realizada uma breve explicação da mesma destacando os principais pontos sobre os problemas causados pela larva *migrans* cutânea e sua prevenção.

RESULTADOS: Durante a mobilização foi observado que a maioria das pessoas abordadas careciam de conhecimento sobre o bicho geográfico (LMC) e outra parte das pessoas que foram mobilizadas não demonstrava interesse sobre o assunto e outras não permitiram a abordagem. Essa falta de interesse por parte de alguns pode ser explicada pelo fato de atividades como a em questão não serem tão comuns, e pelo fato de as pessoas não terem a noção do quão importante é esse assunto. Percebemos que atividades de mobilização social são de extrema importância no controle de doenças, e deveriam ser incentivadas pelo governo, pois a promoção da saúde e a mobilização comunitária possibilita a construção das cidades saudáveis, exatamente porque se ampliam as possibilidades, oportunidades e olhares sobre os lugares e as pessoas, dentro de outra perspectiva. No decorrer da atividade, por meio de questionamentos com as pessoas, foi possível notar que algumas delas já tiveram ou conhecem alguém que foi diagnosticada com a parasitose, mas estas não sabiam ao certo do que se tratava essa doença. Encontramos crianças acompanhadas de seus pais, que relataram deixá-las brincar em locais de risco por não conhecer os perigos dessa doença. A falta de informação e conhecimento por parte da população pode ser evitada com atividades mais frequentes de mobilização social, essas atividades conseguem obter um resultado rápido na propagação da informação, tornando-se assim um ótimo método para a conscientização e alerta de populações.

CONCLUSÕES: A conscientização da população sobre doenças parasitárias zoonóticas é de suma importância para que as altas incidências de contaminação sejam diminuídas. Assim, ao informar a um grupo, a informação é passada adiante, tornando-se um dos principais métodos de prevenção. A população quando adquire conhecimentos, e é informada sobre o assunto, se torna apta a lutar para a prevenção de inúmeras doenças, como o bicho geográfico.

Dessa forma acredita-se que a utilização de mobilizações sociais para a educação popular com relação a doenças parasitárias é uma das bases fundamentais para que a informação seja passada de forma eficaz e rápida, a fim de diminuir o número de incidência de zoonoses.

Palavras-chave: *Ancylostoma caninum*. Bicho-geográfico. Zoonoses.

Área do Conhecimento: 2.13.00.00-3

REFERÊNCIAS

- CAPUANO, D.M; ROCHA, G.M. Ocorrência de parasitas com potencial zoonótico em fezes de cães coletadas em áreas públicas do município de Ribeirão Preto, SP, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 9, n. 1, p. 81-86, 2006.
- DE SENA SIQUEIRA, T.; CAVALCANTE, F.A.L.; DIAS, M.A.S. O ensino de parasitologia e a produção de cartilhas como meio de prevenção de zoonoses, PB. **Revista Realize**, v. 5, n. 6, p 21-27, 2013.
- NEVES, D. P. **Parasitologia Humana**. 110 ed. São Paulo: Ed. Atheneu, 2005.
- PERUCA, L.C.B.; LANGONI, H.; LUCHEIS, S.B. Larva *migrans visceral e cutânea* como zoonoses: Revisão de literatura. **Vet. e Zootec**, v. 16, n. 4, p. 601-616, 2009.

O direito de se comunicar: recontando momentos a partir das oficinas do projeto PUC Mais Idade São Gabriel²¹⁵

Flávia Luiza Moreira Lana²¹⁶

Lucas Rodrigues Coelho²¹⁷

Prof.^a Érica Silva Frois²¹⁸

Prof.^a Jane Carmelita das Dores Garandy de Arruda Barroso²¹⁹

INTRODUÇÃO: O presente trabalho pretende apresentar uma síntese das experiências vividas no âmbito do Projeto de Extensão da PUC Minas “PUC Mais Idade”, no Campus São Gabriel, no segundo semestre do ano de 2015. No Brasil, a pessoa acima de 60 anos é considerada idosa, no entanto, o idoso da atualidade quer participar ativamente da sociedade e buscar práticas e ações que garantam a sua atividade produtiva no mundo, seu bem estar e uma construção de um espaço público solidário e harmônico. Segundo Neto (2009), “o idoso em condição de bem-estar quer alimentar sua independência e autonomia, não quer o isolamento” (NETO, 2009, p.63). Nessa perspectiva, o Projeto "PUC Mais Idade", na PUC Minas, iniciou suas atividades no Campus São Gabriel em 2012, com professores do curso de Psicologia e do curso de Engenharia de Computação, com a participação de alunos dos dois cursos, com o intuito de promover a inclusão digital e o protagonismo da pessoa idosa da comunidade circunvizinha da Universidade. O Projeto "PUC Mais Idade São Gabriel" reafirma a proposta da PUC Minas que prioriza a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, citada nos documentos Institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2012-2016) e na Política de Extensão da PUC Minas (2006). A Universidade é o lugar, o campo fértil, para o desenvolvimento de ações que irão contribuir para a mudança de paradigmas, que, referente aos idosos, irão trazer novos valores, respeito e exercício real da cidadania. O espaço de troca neste âmbito da extensão universitária colabora com a construção de novas competências para o aluno em formação, para o professor, para o projeto pedagógico dos cursos, para a comunidade envolvida, bem como para a universidade e sua missão. (PDI 2012-2016). Pretende também ser um campo de estágio para diversos cursos de graduação e pós-graduação da PUC Minas, e também, campo de pesquisa atendendo o princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão conforme a Política de Extensão da PUC Minas (2006) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2012-2016). No caso da unidade São Gabriel da PUC Minas, o público de idosos atendidos são, em sua maioria, residentes da região do Beira Linha, região Nordeste da cidade de Belo Horizonte e bairros adjacentes. As atividades

²¹⁵ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

²¹⁶ Graduanda em Psicologia na PUC Minas, unidade São Gabriel. E-mail: flavialuizamlana@hotmail.com.

²¹⁷ Graduando em Psicologia na PUC Minas, unidade São Gabriel. E-mail: lucascoelho22@yahoo.com.br.

²¹⁸ Coorientadora, professora Assistente IV do Curso de Psicologia da PUC Minas, unidade São Gabriel. Mestre em Psicologia. E-mail: ericafrois@gmail.com

²¹⁹ Orientadora e professora Adjunto I no curso de Engenharia de Computação da PUC Minas, unidade São Gabriel e coordenadora do Projeto. E-mail: janebarros@pucminas.br.

desenvolvidas neste projeto buscam oferecer um espaço para a socialização, interação, reflexão, desenvolvimento de habilidades artísticas, autorreconhecimento e valorização de si, percepção do próprio corpo e das mudanças do mesmo frente ao envelhecimento, valorização dos sentimentos de autoestima, amizade, amor e solidariedade, bem como aprendizagem de noções básicas de informática. O projeto tem por objetivo promover ações intergeracionais e de bem estar às pessoas, a partir de 60 anos. Tais ações são planejadas e programadas em formatos de oficinas, práticas lúdicas, passeios, piqueniques e outras experiências construídas com o grupo. A parceria entre os cursos configurou o formato dos encontros que articulavam aulas de informática básica e oficinas psicoafetivas e relacionais. No ano de 2015, o Projeto PUC Mais Idade São Gabriel contou com a participação de 40 idosos e uma equipe organizadora composta por uma professora e quatro alunos do curso de Psicologia e uma professora e quatro alunos do curso de Engenharia de Computação e Sistemas da Informação. Esta equipe foi responsável pelo planejamento, execução, registros e monitoramento e avaliação das atividades. O projeto acontece semanalmente, às terças e quintas, das 14 às 17 horas, em sala específica no campus São Gabriel. O propósito das oficinas é sempre o de promover a saúde dos idosos, abordando temáticas que lhe são de interesse, relacionadas com a questão do envelhecimento. Envelhecer é um “processo de diminuição orgânica e funcional, não decorrente de doença, e que acontece inevitavelmente com o passar do tempo”. (ERMINDA, 1999, p. 43). Considera-se o envelhecimento como um fenômeno inerente do processo do viver e implica mudanças físicas e psicossociais. De acordo com Guedes, citado por Costa, Rocha e Oliveira (2012),

[...] o envelhecimento se refere a um fenômeno fisiológico do comportamento social ou cronológico. É um processo biopsicossocial de regressão, observável em todos os seres vivos expressando-se na perda da capacidade ao longo da vida, devido à influência de diferentes variáveis, como a genética, danos acumulados e estilo de vida, além de alterações psicoemocionais. (GUEDES citado por COSTA; ROCHA; OLIVEIRA, 2012, p. 124)

Contudo, o bem estar psicossocial pode auxiliar na ressignificação desse corpo que enfrenta mudanças em relação ao desempenho vital das funções psicomotoras. Tendo esses eixos como referência, um dos temas abordados em 2015 foi sobre “comunicação e direitos humanos”. Direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação. A liberdade de expressão figura entre os direitos fundamentais, e constitui-se a partir de instrumentos jurídicos internacionais e pátrios. São esses documentos que dizem: “Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transferir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. (ONU, Declaração

Universal dos Direitos Humanos – artigo XIX). O Estatuto do Idoso (2003) com o objetivo de assegurar ao idoso seus direitos sociais, criando condições para promoção da autonomia, integração e participação ativa na sociedade, também reafirma o direito à liberdade de opinião e expressão em seu artigo 10. Com a intenção de explorar sobre o direito à comunicação, pensou-se no desenvolvimento de atividades com o intuito de permitir ao participante do projeto o conhecimento dos diversos meios de comunicação e como eles, como cidadãos, poderiam acessar esse direito. Os meios de comunicação são artifícios que permitem a comunicação entre pessoas, contribuindo para o processo de transmissão de informações. Ao longo da história, o homem sempre desenvolveu formas para se comunicar: sinais, desenhos, cartas, criação de alguns objetos, *etc.* Com o desenvolvimento tecnológico, os meios de comunicação foram se tornando mais eficazes. Primeiro o telégrafo, que revolucionou a forma de se comunicar à distância, em seguida foram inventados, o telefone, rádio, televisão, celular e internet. Todos eles são bastante utilizados em várias partes do mundo, proporcionando o diálogo e a troca de informações entre pessoas de diferentes pontos do planeta. A partir da exposição das diversas formas de comunicação, dos diversos meios de comunicação ao longo dos tempos, foram desenvolvidas oficinas de redação de requerimentos, cartas, solicitações e preenchimento de formulários, pela internet ou não.

METODOLOGIA: As intervenções realizadas no projeto utilizam metodologia participativa, com o intuito de otimizar as interações sociais, o aumento da autoestima e da autoconfiança, além da promoção de uma velhice ativa. Para o desenvolvimento deste trabalho, contou-se com a participação dos 40 idosos que fazem parte do grupo, durante cinco encontros. Primeiro foi feita uma apresentação sobre os Direitos Humanos, promovendo uma discussão sobre os direitos dos idosos, incluindo o direito da comunicação e liberdade de expressão; em seguida, houve uma apresentação dos diversos meios de comunicação e seu desenvolvimento histórico. Logo após, trabalhou-se a redação de cartas comerciais e oficiais e depois as cartas pessoais. Os coordenadores das oficinas trouxeram para os encontros vários modelos de ofícios, requerimentos, solicitações para empresas, órgãos públicos ou mesmo para pessoas físicas. Os idosos tinham que voltar a escrever atendendo as especificações de cada modelo de acordo com o seu interesse. Ao se trabalhar a questão da carta, enquanto meio de comunicação pessoal utilizado durante muitos anos pelos idosos, houve a preocupação de resgatar possíveis lembranças por parte deles sobre a utilização das mesmas durante suas histórias de vida. Todos os idosos tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências e reviver momentos importantes de suas vidas. Com o objetivo de estreitar os laços entre os membros do grupo, foi sugerido que os idosos escrevessem cartas para os seus correspondentes amigos secretos sorteados previamente para a confraternização final do Projeto que aconteceria no último encontro do ano. Nestas cartas, eles deveriam falar sobre as qualidades do

outro e a sua importância no grupo. As cartas foram confeccionadas durante os encontros, tentando manter um sigilo, assinadas por um pseudônimo e colocadas em uma caixa para ser entregue no dia da confraternização. Os não alfabetizados ou semialfabetizados contaram com a ajuda dos extensionistas para realização de algumas das tarefas.

DISCUSSÃO: Todas as oficinas promoveram a reflexão e o debate sobre o Direito à comunicação, seja no âmbito da comunicação interpessoal, já que todo idoso tem direito de socializar, relacionar e acessar o lazer, seja no âmbito institucional, uma vez que o idoso tem o direito de acessar os mais diversos instrumentos do Estado Democrático Brasileiro. Percebemos que é papel do Projeto PUC Mais Idade promover e debater os direitos humanos e os meios de comunicação para os idosos, promovendo assim, qualidade de vida. Percebeu-se como resultados, entre os idosos, o resgate de possíveis lembranças sobre a utilização das cartas durante suas histórias de vida, aprendizagem da utilização dos diversos meios de comunicação, desenvolvimento de habilidades para a escrita e oportunidade de preservação da memória, estreitamento dos laços afetivos entre os membros do grupo, através da atividade de escrever cartas para os seus correspondentes amigos secretos sorteados previamente para a confraternização final do Projeto. Alguns dos idosos tiveram dificuldades de participar das atividades devido às deficiências em relação à escrita e leitura, que foram sanadas, de maneira discreta, pelos extensionistas que acompanhavam as atividades. A participação nesta atividade trouxe um grande aprendizado aos alunos e professores que contribuiu para a formação humanista, consciência do papel sociopolítico e integração dos diversos saberes. O contato com a realidade dos idosos sobre a questão da comunicação foi uma oportunidade de problematizar causas e consequências a partir das diversas áreas de formação com uma perspectiva cidadã e comprometida. As atividades de extensão com os idosos têm contribuído para uma reflexão sobre novas questões de pesquisas sobre uma realidade concreta e útil.

CONCLUSÃO: Neste trabalho relatamos e discutimos uma das atividades desenvolvidas pelo grupo de extensionistas com os idosos do PUC Mais Idade São Gabriel sobre o direito que o idoso tem de se comunicar, expressando suas ideias, sentimentos e solicitações. A partir desta atividade com a escrita, como forma de comunicação, foi-lhes proporcionado o exercício da autoexpressão, comunicação, diversão, prazer e identificação cultural. Vale ressaltar a contribuição desta atividade para interação dos acadêmicos que participaram de todo o processo, possibilitando a prática dos conhecimentos teóricos aprendidos em sala de aula. A extensão pode ser vista então, como uma das formas de aprendizagem do processo ensino-aprendizagem, contribuindo para a implementação dos quatro pilares da educação contemporânea, ou seja, aprender a ser, a fazer, a viver juntos e a conhecer (MORIM, 2000), uma vez que utiliza uma metodologia diferenciada, que é realizada

através de encontros entre alunos, professores e comunidades, possibilitando a incorporação de novos saberes, a ampliação da capacidade de reflexão sobre as práticas e a busca por soluções para os problemas da comunidade. Ela favorece para que haja uma mudança no processo de ensinar e aprender.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Idosos. Comunicação.

Área do Conhecimento: 7.07.05.01-1

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 03 out. 2003.

COSTA, Mayara; ROCHA, Leonardo; OLIVEIRA, Suenny. Educação em saúde: estratégia de promoção da qualidade de vida na terceira idade. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 22, n. 22, p. 123-140, 2012.

ERMINDA, J.G. **Os idosos: problemas e realidades**. Coimbra: Formasau, 1999.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à Educação do Futuro**. 2. ed. Tradução Catarina E. F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2000.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Plano de desenvolvimento institucional**. Belo Horizonte: 2011/2016

_____. **Política de extensão universitária da PUC Minas**. Belo Horizonte: junho de 2006.

ROSA NETO, Francisco. **Manual de avaliação motora para a terceira idade**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

O programa Espaço Dignidade e Cidadania como prática e vivência de estágio²²⁰

Deleide Lamara da Silva²²¹

Edivando Correa de Santana²²²

Marcela Vieira Pereira²²³

Silvinha Neves Pereira²²⁴

Stephanne Caroline Lopes da Silva²²⁵

Prof.^a Júlia Calvo²²⁶

INTRODUÇÃO: Conforme Sugahara (2005), a Extensão Universitária permite realizar, com mais empenho, atividades de cunho acadêmico no âmbito da comunidade. É um caminho de descobertas e oportuniza ao aluno elaborar uma ação concreta de seus conhecimentos acadêmicos. Para um trabalho interdisciplinar, cooperativo e com ação socioeducativa, a extensão universitária como ação interventiva requer uma observação no contexto e no ambiente comunitário que será posteriormente local de intervenção. A Extensão Universitária é um processo educativo, cultural, interdisciplinar e científico, que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade. De acordo com o Artigo 43, no capítulo IV, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96, a extensão universitária faz parte das finalidades da educação superior. Vemos no item VII, da finalidade da Educação Superior:

Art. 43 - A Educação Superior tem como algumas de suas finalidades:

VII Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (LDBEN/, Lei nº 9394/96).

Assim, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) fomenta, através da Pró-Reitoria de Extensão atividades, programas e projetos, compondo um dos pilares do tripé indissociável do ensino superior, conjuntamente com o ensino e a pesquisa. Segundo Pereira (2014) “... a extensão não visa beneficiar apenas a sociedade, mas também se estabelece como elemento importante na formação dos universitários... aproximando o estudante da realidade social”. Sendo assim, as atividades de extensão funcionam reciprocamente, de modo que o ensino e o aprendizado permanecem juntos. Isso proporciona grandes experiências e provoca uma reflexão diante da realidade social. O “Programa Espaço, Dignidade e Cidadania” está em consonância com a política

²²⁰ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

²²¹ Graduanda em Serviço Social da PUC Minas (5º período), Contagem. E-mail: deleided@hotmail.com.

²²² Graduando em Serviço Social da PUC Minas (5º período), Contagem. E-mail: edi_santana2@hotmail.com.

²²³ Graduanda em Serviço Social da PUC Minas (5º período), Contagem. E-mail: marcelavieirapereira@gmail.com.

²²⁴ Assistente Social do Programa Espaço Dignidade e Cidadania. Especialista em Gestão de Programas e Projetos Sociais e em Gerontologia. Pró-Reitoria de Extensão/PUC Minas Contagem. E-mail: silvinhapereira@hotmail.com.

²²⁵ Graduanda em Serviço Social da PUC Minas (5º período), Contagem. E-mail: stephannecls@hotmail.com.

²²⁶ Orientadora, professora Adjunta IV do Departamento de Curso de História e Direito da PUC Minas, doutora em Ciências Sociais. Coordenadora do Programa Espaço Dignidade e Cidadania. E-mail: juliacalvo1@gmail.com.

de extensão universitária, e, conforme documentado pela professora Júlia Calvo (2015)²²⁷, é um programa da Pró-Reitoria de Extensão que funciona diariamente no turno da tarde, na PUC Minas em Contagem. Suas atividades são realizadas no prédio 08, salas 102 e 103, quadras e laboratórios de informática da Unidade. O Programa funciona das 13h30m às 16h30m, e tem como público alvo adolescentes e adolescentes em conflito com a lei. Segundo Calvo (2015), o Programa já ofereceu (e oferece) diferentes atividades e oficinas. Dentre estas, podem ser citadas o Apoio Escolar, Informáticas, Marketing Pessoal, Direitos e Deveres, Visitas Orientadas, Palestras, Dinâmicas, Artes, Atividades Esportivas, Dança, Inglês/Espanhol, Atletismo, entre outros. Essas atividades são orientadas e monitoradas pelos acadêmicos que participam do programa e que são denominados extensionistas. Ainda em conformidade com o documento citado, os adolescentes que frequentam o programa possuem idades entre 15 até 17 anos e, em maioria, vivenciam situações de risco e/ou vulnerabilidade social. As demandas atendidas são da região de Contagem, especialmente, do território Parque São João, território em torno da universidade, e de Casas de Acolhimento. As demandas mais prementes dos adolescentes são voltadas à capacitação para o mercado de trabalho, apoio escolar, e fortalecimento de vínculos sociais. De acordo com o documento de Calvo (2015), o Programa está em conformidade com as políticas públicas da Assistência Social e é nucleado no Instituto da Criança e do Adolescente (ICA). Para que seu funcionamento fosse liberado, foi apresentado ao Conselho Municipal da Assistência Social, conforme a tipificação da Lei orgânica da Assistência Social (LOAS) e do estabelecido pelo Conselho da Criança e do Adolescente. O Programa está em conformidade com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, realizando determinados serviços da proteção básica, como segue abaixo:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA ADOLESCENTES E JOVENS DE 15 A 17 ANOS:

Complementar as ações da família, e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais; - Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; - Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural dos jovens, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã; - Propiciar vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social (...). (BRASIL, 2013, p.17).

O Programa de extensão também é utilizado como um importante espaço de prática curricular realizado pela disciplina de estágio supervisionado do Curso de Serviço Social, e possibilita experienciar o contato com o outro, com a comunidade e, principalmente, com a atuação profissional. Acreditamos que o “Programa Espaço Dignidade e Cidadania” desenvolve atividades que podem enriquecer a formação dos alunos da PUC Minas ao possibilitar um maior contato com a comunidade. Isso é possível em função de uma maior aproximação com a realidade e das atividades

²²⁷ CALVO, Júlia. Relatório Programa Espaço Dignidade e Cidadania, 2015.

de intervenção desenvolvidas na mesma. É importante salientar que, além deste aprimoramento estar permeado pelos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, ele permite que o aluno extensionista desenvolva uma visão mais humanizada da realidade e um sentimento maior de responsabilidade pelo outro e pela sociedade em geral. Nesse sentido, a participação no programa aumenta as chances de que este aluno se torne um profissional melhor, mais qualificado e, conseqüentemente, apresente um diferencial para ingressar no mercado de trabalho. Adicionalmente, como estudantes de Serviço Social, é importante ressaltar que atuar em um programa como esse é extremamente relevante, principalmente na união das teorias apreendidas em sala, com a prática nítida e aprofundada da realidade profissional. Com isso, amplia-se o conhecimento dos instrumentais e técnicas peculiares à atividade profissional.

METODOLOGIA: A participação no “Programa Espaço, Dignidade e Cidadania” configura estágio curricular obrigatório, sendo os estagiários supervisionados pelas assistentes sociais, Silvinha Neves Pereira e Maria Eulália Moreira. Semanalmente, reúnem-se para supervisão e acompanhamento. São momentos privilegiados de aprendizagem, em que se discutem os avanços, desafios e próximos passos. Para o desenvolvimento do Estágio, adota-se como princípio a observação participante. Todo estagiário é um observador que realiza uma intervenção. Tomamos para tanto, Carlos Rodrigues Brandão (1985) que considera que educação e cultura são processos da interação entre os homens. “Participar não significa apenas estar presente, mas criar com o poder da presença o direito à intervenção daqueles a quem a lógica do arbítrio destina lugares à margem da vida e da cultura, na sociedade [...]” (BRANDÃO, 1985, p. 89). Com isso concordamos na impossibilidade de uma neutralidade científica e na noção de que o estágio é, por excelência, uma pesquisa de campo, cujos registros e produções são construídos entre a observação e a ação. Considerando que o Programa referido é voltado para adolescentes, é fundamental conhecer algumas questões relativas a esse grupo, particularmente no que diz respeito à escolaridade, mercado de trabalho, vulnerabilidades, entre outros. Para isso, utilizamos o preenchimento de um formulário no ingresso do adolescente. A partir dele tabulamos os dados e criamos uma planilha eletrônica para sistematização e tratamento de dados. As planilhas são organizadas por região e contêm o histórico de cada adolescente. A partir das planilhas, torna-se relevante saber e sistematizar o perfil sócio demográfico dos adolescentes participantes do programa, para que se tenha um conhecimento abrangente do problema-objeto e a percepção mais próxima da realidade em que estão inseridos. Isso torna possível analisar a importância do programa e as expectativas dos adolescentes, para com o mesmo. Além da realização desse diagnóstico, há um contato e reuniões entre os representantes dos equipamentos (Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e Acolhimentos Institucionais), que são responsáveis pelo encaminhamento dos adolescentes ao

Programa. Nestes encontros, aprendemos mais sobre as rotinas, o fazer do Assistente Social e sobre o público atendido. Compreendemos também as expectativas e contribuições que os técnicos dos equipamentos depositam no Programa, e o que esperam para vida e para o cotidiano dos adolescentes atendidos. Em 2015, construímos um projeto de intervenção, proposto na orientação de estágio, para ser implementado no Programa. Realizamos três intervenções nas Casas de Acolhimento e uma visita à comunidade do Parque São João. Executamos ainda instrumentais como escuta, observação, construção de propostas, elaboração de relatórios e desenvolvimento das oficinas que são ofertadas no programa.

RESULTADOS: O Ensino, Pesquisa e Extensão caminharam juntos e se somaram na experiência do estágio curricular. Aprofundamos nossas teorias com a perspectiva de confrontá-las com a realidade. Identificamos que grande parte do grupo atendido é beneficiário de programas sociais do governo e que a maioria dos adolescentes está fora da série referente à sua faixa etária. Acompanhamos casos de déficits sérios de aprendizagem, e encaminhamos para os técnicos nossas observações para que os adolescentes fossem atendidos pelo sistema público, que lhes é de direito. Estudamos e promovemos uma discussão sobre Cidadania e Direitos Humanos, especificamente sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e participamos de seminários sobre respectivos temas. Diante disso, foi criada uma oficina específica, nomeada Direito e Cidadania, com o intuito de levantar e desenvolver a discussão desses temas. Na oficina, adolescentes interessados trabalharam textos, filmes e situações, e foi possível aprender e apreender sobre a realidade da comunidade, e a expectativa dos jovens. Realizamos também no cotidiano alguns debates sobre as políticas públicas, seus avanços e deficiências. Aprendemos a conhecer limitações e a tênue fronteira entre razão e emoção que existe nas atividades que envolvem pessoas. Decidimos, planejamos, desenvolvemos autonomia, e assumimos posturas e compromissos. Aprendemos a construir juntos propostas e caminharmos para sua execução. Podemos analisar acertos e redimensionar desafios, valorizando a nossa vida e escolhas.

CONCLUSÕES: O “Programa Espaço Dignidade e Cidadania” tornou-se, para o estágio curricular, uma vivência de campo privilegiada que permite aprofundar as teorias, a partir das discussões, do contato com outras áreas do conhecimento, e da contraposição com a realidade encontrada. Como extensionistas/estagiários tivemos a possibilidade de potencializar os adolescentes, principalmente no que tange a autoestima, autoimagem e inclusão social, não estando à margem da sociedade por se encontrarem em situação de risco e/ou vulnerabilidade social. O projeto de extensão amplia nosso olhar perante o indivíduo, sobre as diferentes características que podemos encontrar em um mesmo grupo. É possível, a partir dessas atuações, fortalecemos nossas

escolhas e a nós mesmos enquanto indivíduos e profissionais. A experiência nos marcou a tal ponto que decidimos que seria nossa temática do Trabalho de Conclusão do Curso, ao perceber que proporciona tanto o conhecimento, como a intervenção e o campo da investigação. Por fim, na participação cotidiana das atividades e no envolvimento e comprometimento com o trabalho da universidade tivemos enriquecida nossa formação. Construimos formas de ser e estar estudantes de graduação na PUC Minas, em Contagem. Realmente os universitários/extensionistas podem afirmar que na PUC Minas existe um conhecimento que transforma.

Palavras-chave: Extensão. Adolescente. Experiência. Aprendizado. Resultado.

Área do Conhecimento: 6.10.00.00-0 Serviço Social

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CALVO, Júlia. **Relatório do Programa Espaço Dignidade e Cidadania**. Pró-Reitoria de Extensão. PUC Minas, 2015.

CNAS Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009, que aprova a **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

PEREIRA, Silvinha Neves. **Extensão Universitária além do Ensino e Pesquisa: desafios e perspectivas da atuação do Serviço Social e da intersetorialidade dos Programas e Projetos de Extensão**. Trabalho de conclusão de curso, Especialização em Gestão de Programas e Projetos Sociais 2014.

SUGAHARA, Cibele Roberta. A Extensão Universitária como ação socioeducativa. **Revista Conexão UEPG**. Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 164-169, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/4548>>.

O trabalho nas alas LGBT das unidades prisionais masculinas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG)

Ana Clara Santos da Silva²²⁸
 Camila Ferraz²²⁹
 Camila Mendonça Gonçalves dos Reis²³⁰
 Danielle de Matos Fagundes Menezes²³¹
 Débora do Carmo Martins Guedes²³²
 Fernanda Letícia de Oliveira Santana²³³
 Isabela Faria Teixeira de Melo²³⁴
 Janis Caroline da Silva Vieira²³⁵
 Luiz Felipe Ribeiro²³⁶
 Maria Alice Oliveira de Freitas Mattos²³⁷
 Maria Helena Damasceno Bessa²³⁸
 Marina de Melo Rodrigues²³⁹
 Roberta Gonçalves Oliveira²⁴⁰
 Tathyane Alves dos Santos²⁴¹
 Prof. Pablo Alves de Oliveira²⁴²

A pesquisa objetivou empreender um diagnóstico dos programas laborais de ressocialização disponibilizados às pessoas em privação de liberdade na denominada “ala rosa” do presídio do Município de São Joaquim de Bicas – Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria e no Presídio do Município de Vespasiano, ambos localizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A “ala rosa”, como é popularmente conhecida, é um dos poucos pavilhões destinados para presos homossexuais masculinos do Estado de Minas Gerais. Tal diagnóstico foi realizado no âmbito da disciplina de Direito Penal do curso de Direito, visando a possibilitar a integração entre ensino, pesquisa e extensão. É coerente afirmar que a associação ensino-pesquisa-extensão foi peça fundamental na configuração da presente pesquisa, visto que permitiu a percepção concreta da interdependência e da indissociabilidade entre a teoria, a pesquisa e a prática no decorrer do trabalho realizado. Para realização da pesquisa, foi empreendido o método de pesquisa-ação, consistindo primeiramente na realização do diagnóstico de problemas, por meio de uma visita

²²⁸ Extensionista e graduanda em Direito da PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: anaclarasilva@yahoo.com.br.

²²⁹ Extensionista e graduanda em Direito da PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: cmarquesrosado@gmail.com.

²³⁰ Extensionista e graduanda em Direito da PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: camila_reis222@hotmail.com.

²³¹ Extensionista e graduanda em Direito da PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: danimatosfm@gmail.com.

²³² Extensionista e graduanda em Direito da PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: dee.cmg@hotmail.com.

²³³ Extensionista e graduanda em Direito da PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: fernanda-santana18@hotmail.com.

²³⁴ Extensionista e graduanda em Direito da PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: isabelafariamelo@hotmail.com.

²³⁵ Extensionista e graduanda em Direito da PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: janiscarolinevieira@gmail.com.

²³⁶ Extensionista e graduando em Direito da PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: luizribeiro7@gmail.com.

²³⁷ Extensionista e graduanda em Direito da PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: mariaalicematoos@yahoo.com.br.

²³⁸ Extensionista e graduanda em Direito da PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: mariahdessa@gmail.com.

²³⁹ Extensionista e graduanda em Direito da PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: marinademelor@gmail.com.

²⁴⁰ Extensionista e graduanda em Direito da PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: roberta.g.oliveira@hotmail.com.

²⁴¹ Extensionista e graduanda em Direito da PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: tathyanealvess@yahoo.com.br.

²⁴² Orientador e professor Assistente IV do Departamento de Direito PUC Minas (Direito Penal I, II, IV e V; Metodologia do Trabalho Científico) no campus Coração Eucarístico e virtual Metodologia da Pesquisa Jurídica. Mestre em Direito. E-mail: pabloalves@pucminas.br.

técnica e entrevistas com o público-alvo da pesquisa, que são os presos de orientação homossexual reclusos na "ala rosa", bem como com os gestores do presídio, seguido de uma proposta de intervenção. A ideia da visita a essa ala específica veio de um questionamento surgido no âmbito da disciplina de Direito Penal, acerca de como se daria a separação dos indivíduos - homossexuais e heterossexuais - no sistema carcerário brasileiro. E, ao mesmo tempo, é possível compreender a constante interdisciplinaridade com a disciplina de Direitos Humanos, visto que é necessário preservar a dignidade do detento, a respeitar sua identidade e garantir sua integridade física, tendo em vista os notórios abusos e tortura psicológica que as pessoas privadas de liberdade sofrem como podemos observar nas notícias veiculadas pela imprensa. A preocupação com o público homossexual surgiu por podermos evidenciar que essas pessoas sofrem uma dupla penalização, pois, além da pena de privação de liberdade, que é imposta pelo Estado, que estigmatiza o indivíduo para sempre, há ainda grande preconceito presente na sociedade em relação à orientação sexual que essas pessoas possuem. E como uma das finalidades da pena imposta é de reeducar o preso, cumpre a nós analisarmos como vem sendo, na prática, realizado o papel do trabalho penitenciário com os reclusos. Além de ser uma questão recorrente na mídia, o preconceito em relação aos homossexuais é objeto de grande discussão no contexto atual em que vivemos e, por meio dessa pesquisa, nos foi permitido ter uma visão ampla e real do que os detentos homossexuais vivem diariamente. Ao mesmo tempo em que é possível aplicar os conhecimentos teóricos que possuímos, decorrentes da graduação, o contato com os reclusos e as situações em geral no decorrer na construção do projeto tem nos proporcionado grande crescimento como estudantes e como futuros profissionais de Direito. Como resultado das entrevistas realizadas primeiramente na Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria, constatou-se como um dos problemas relativos às atividades laborais dos presos dentro do presídio no pavilhão da ala rosa, foi que, na visão do diretor, Paulo Henrique Prado, a maior dificuldade é a falta de comprometimento desses presos com os programas e projetos relacionados à ressocialização e ao trabalho, que se iniciam no pavilhão. Ele acredita que essa falta de comprometimento muitas vezes se deve à falta de autoestima desses presos, já que muitos carregam histórias de vida complicadas e também uma vida marcada por muito preconceito e discriminação. Acredita-se que até mesmo pela situação de "ociosidade" em que se encontra o preso, também se dificulta a manutenção do vínculo deles com qualquer atividade laboral. Como também documentou o médico Drauzio Varella, em sua obra Estação Carandiru, a "mente ociosa é moradia do demônio, a própria malandragem reconhece", de modo que, como também se observou no tempo em que estive em análise dos presos em uma casa de detenção, por mais de 10 anos, a maioria preferiria cumprir a pena trabalhando, afirmando os reclusos que o tempo passa mais depressa, e a noite, com o corpo cansado, a saudade espanta. O diretor da Penitenciária também nos informou claramente que há uma dificuldade imensa em conseguir empresas parceiras, tanto

privadas quanto públicas, pois há bastante desinteresse, por questões de investimento, já que na maioria das vezes, para ser realizado o trabalho no estabelecimento prisional, há de se construir toda uma estrutura para a possível área de trabalho dos presos, havendo uma preocupação maior com a questão primordial para eles, que no caso é a segurança. Além desse desinteresse, existe também a questão dos recursos limitadíssimos que são disponibilizados pelo Estado, o que muitas vezes impede de se criar projetos e atividades que possam ser de fato interessantes para o preso, para o Sistema Prisional e para o próprio Estado. Diante do que nos é mostrado na imprensa, podemos notar que há de fato uma falta de interesse da Administração Pública em ressocializar esse preso, de forma a investir no seu trabalho como um meio de recuperar o indivíduo e até mesmo recuperar a sua dignidade; seja pela sobrecarga do sistema prisional no sentido de que há um grande número de reclusos, seja pelos poucos investimentos realizados nessa questão. Em observação e conversa com os reclusos, notamos da parte deles certo pessimismo com relação ao sucesso dos programas implantados, como podemos concluir diante de algumas falas dos entrevistados, como “os presos aqui não têm regras e nem limites e geralmente não costumam terminar nada do que começam a fazer no presídio”; outro preso ainda relatou que “aqui era um lugar em que acreditávamos que teríamos mais oportunidades, mas chances de melhorar e cumprir a nossa pena honestamente, mas tudo aqui dura pouco tempo, e tudo é empecilho pra continuarmos o trabalho”. Podemos notar diante dessas falas, que realmente pouco se investe no trabalho do preso, poucas são as oportunidades que lhe são oferecidas. Essas entrevistas revelaram que essa situação fere o direito previsto na Lei de Execuções Penais, nos artigos 28 e 31, que trazem o trabalho, tanto como um direito quanto um dever, daqueles que foram condenados e que se encontram nos estabelecimentos prisionais. Como estabelece a lei 7.210, de 11 de Julho de 1948, que veio a disciplinar a execução penal no sistema brasileiro, o trabalho penitenciário é dever social e condição de dignidade humana, e terá a finalidade educativa e produtiva. Diante deste trabalho de campo, podemos constatar a especial importância do trabalho dentro do presídio, pois a remuneração auferida constituiria uma base para que eles pudessem recomeçar a vida depois de cumprir a pena, além de ser a chance de desenvolver uma profissão. Como muitos homossexuais são abandonados pela família, por preconceito decorrente da orientação sexual, é muito importante que eles tenham uma base firme para se sustentar quando retornarem à sociedade, visto que muitos não vão poder contar com o apoio de mais ninguém. Após a discussão dos resultados obtidos com essa pesquisa, em sala de aula, com os demais estudantes da disciplina, foi proposta a criação de um projeto de extensão visando oferecer oficinas profissionalizantes, realizadas por estudantes de Direito, para o público-alvo da pesquisa. A partir da proposta de intervenção, o projeto foi efetivamente implementado e encontra-se em fase de execução. A experiência mostrou, assim, os potenciais emancipadores de práticas pedagógicas centradas na indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, fator muito

relevante no ensino superior. Além disso, é coerente observar que a pesquisa pode atingir um panorama ainda mais amplo para os estudantes dentro da própria universidade à medida que o tema em questão se vincula a outras áreas do conhecimento tais como a educação, a psicologia, as ciências humanas, entre outras. E, ainda, é notável perceber a importância da pesquisa e a sua divulgação em meios acessíveis como a Internet, de forma que a difusão e a democratização do conhecimento acadêmico possam contribuir de maneira construtiva na ampliação do conhecimento sociocultural da população através do livre acesso às pesquisas acadêmicas, importantes coadjuvantes no progresso educacional e cultural da sociedade.

Palavras-chave: Extensão. Pesquisa. Penitenciária. Homossexuais. Transexuais.

Área do Conhecimento: 6.01.02.02-0

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA, Brasil. **Transfobia no Brasil é entrave para mercado de trabalho inclusivo.** Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2015/07/29/transfobia-mercadotrabalho_n_7874808.html?ncid=fcbklnkbrhpmg00000004>. Acesso em: 23 ago. 2015.
- CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **O direito à diferença: as ações afirmativas como mecanismo de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e portadores de deficiências.** Belo Horizonte: Arraes, 2009.
- LEI Nº 7.210 - De 11 de julho de 1984 - DOU de 13/7/84 - Lei da Execução Penal Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1984/7210.htm>>. Acesso em: 6 Jul. 2015.
- LIBERDADE, Diário. **Transfobia e travestício: além da superfície.** Disponível em: <<http://www.diarioliberalde.org/artigos-em-destaque/403-mulher-e-lgbt/57457-transfobia-e-travestic%C3%ADdio-al%C3%A9m-da-superf%C3%ADcie.html>>. Acesso em: 23 ago. 2015.
- MAGNO, Carlos. **Homossexuais contam abusos que sofriam em prisões sem separação.** Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/11/25/interna_gerais,593189/uma-questao-de-respeito.shtml>. Acesso em: 23 ago. 2015.
- RESOLUÇÃO CONJUNTA SEDS SEDESE. Disponível em: <<http://ws.mpmg.mp.br/biblio/informa/250118183.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2015.
- SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.
- SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direito à identidade e à vida privada.** Uma visão jurídica da sexualidade, da família, da comunicação e informações pessoais, da vida e da morte. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.
- SAP. **Resolução.** Disponível em: <<http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/CPDS/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SAP-n%C2%BA%2011.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.
- VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Cadernos Pagu**, ano 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

Os materiais usados na prática psicomotora²⁴³

Anna Carolina de Medeiros Furtado²⁴⁴

João Victor Almeida Pimenta²⁴⁵

Maressa Heliana de Andrade²⁴⁶

Matheus Ferreira de Sousa²⁴⁷

Paula Cunha Pereira²⁴⁸

Prof.^a Érica Silva Fróis²⁴⁹

O presente trabalho objetiva apresentar a estrutura dos encontros com a criança que acontecem no projeto de extensão “O brincar e o desenvolvimento psicomotor da criança: intervenções psicossociais na infância”, bem como discutir sobre a dinâmica proposta pelos materiais usados a partir da perspectiva da psicomotricidade. Os encontros semanais propostos pelo projeto de extensão acontecem com crianças de 3 a 5 anos, em escolas/creches que atendem a esse público. O subsídio teórico é construído pelo método Aucouturier junto de outros autores que possuem aporte teórico para este assunto. Os encontros visam promover o desenvolvimento psicomotor das crianças a partir da relação que as mesmas constroem entre si mediadas pelos extensionistas e pelo uso do material pouco estruturado, como bola, cordas e tecidos por exemplo. A partir da prática e dos registros produzidos, da revisão teórica do Método Aucouturier e de outros autores que abordam o tema psicomotricidade, foi possível construir o presente registro. As literaturas disponíveis aliadas à vivência prática apontam para reflexões sobre o material usado no encontro e sua relação com a atuação da criança no brincar. Parece que a transformação do material em brinquedo sugere convites à representação e expressividade. Disponibilizar a caixa de papelão para a brincadeira das crianças pode ser um convite à evocação de conteúdos ligados à casa, esconderijo e proteção. Não se trata de um direcionamento ao tipo de brincadeira que pode ser vivida, mas o material parece evocar manifestações ligadas à propriedade do brinquedo. A presença dos materiais durante as sessões possibilita a experiência lúdica e é importante para promover o convite à expressividade infantil, ao seu processo criativo e autônomo. Quando a criança explora o material e faz uso dele para dizer da sua criação e imaginação, coloca o objeto a seu serviço, pode atuar e dominá-lo sobressaindo-se poderosa no ato do brincar.

DESENVOLVIMENTO: A prática realizada no projeto de extensão “O brincar e o desenvolvimento psicomotor: intervenções psicossociais na infância” fomentou nos extensionistas

²⁴³ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

²⁴⁴ Graduanda em Psicologia pela PUC Minas, (4º período) na unidade São Gabriel.

²⁴⁵ Graduando em Psicologia pela PUC Minas (6º período) na unidade São Gabriel.

²⁴⁶ Graduanda em Psicologia pela PUC Minas (10º período) na unidade São Gabriel.

²⁴⁷ Graduando em Psicologia pela PUC Minas (6º período) na unidade São Gabriel.

²⁴⁸ Graduanda em Psicologia pela PUC Minas (8º período) na unidade São Gabriel.

²⁴⁹ Orientadora e professora Assistente IV do Curso de Psicologia da PUC Minas, unidade São Gabriel. Mestre em Psicologia. E-mail: ericafrois@gmail.com.

curiosidade acerca do papel dos materiais nas sessões psicomotoras. O projeto iniciou-se no ano de 2014 e hoje atende 4 escolas/creche das regiões Norte e Nordeste de Belo Horizonte, sendo direcionado a crianças de 2 a 6 anos de escolas das regiões citadas. As ações do projeto acontecem uma vez por semana e visam favorecer o desenvolvimento psicomotor através do brincar. A estrutura se dá por: ritual de entrada, expressividade motora livre, expressividade gráfica e ritual de saída. No ritual de entrada as crianças são colocadas em roda, se apresentam e são apresentadas aos materiais, geralmente caixas de papelão, tecidos, cordas, colchonetes, dentre outros. A expressividade motora livre é o momento para as crianças brincarem livremente utilizando os materiais semiestruturados, disponíveis para sessão. Nas brincadeiras e através da mediação do extensionista, da atuação sobre o material e da relação com as demais crianças, torna-se possível investir suas emoções, pensamentos e vivências no recurso simbólico do brincar. Ao transformar a raiva que sente pelo distanciamento da mãe em uma brincadeira de luta, por exemplo, a criança pode expressar as marcas vividas de prazer e desprazer na cena simbólica construída na brincadeira. Aucouturier (2007) anuncia o conceito de fantasma de ação para essa ação projetiva, que é a de investir as próprias emoções ligadas a uma cena vivida em ações simbólicas. Há um registro da vivência da criança com a realidade que é transposta para a brincadeira de modo modificado. Ao manifestar “pistas” da raiva na brincadeira, a criança pode modificar e atuar sobre essa emoção, construindo novos modos para lidar com o afastamento da mãe e a própria permanência na escola. Aucouturier (2007) afirma que fantasma de ação é uma representação não consciente de ação, é desejo e prazer de recriar e de agir sobre “o objeto”. Esta etapa do encontro possibilita a criança manifestar o prazer de ser ela mesma e também favorece a afirmação de sua autonomia. No espaço da expressividade gráfica, a criança tem um espaço de construção, no qual pode projetar no desenho ou na construção livre os conteúdos que deseja manifestar. O ritual de saída, por sua vez é o momento de finalizar a sessão e organizar-se para a retomada das atividades da rotina escolar. Em roda, o grupo de crianças é convidado a comentar sobre os conteúdos vividos no encontro, bem como planejar quais materiais ou brincadeiras sugere para o próximo dia. Quanto à função dos materiais, Brougère e Wajskop (1997) elucidam seu valor simbólico, tornando o simbólico a própria função do material. Exemplificando esta relação entre valor simbólico e função, um cabo de vassoura pode se transformar nas mãos de uma criança que o faz de cavalo; com argila, ela faz doces ou bolos (BENJAMIN, 2002). O material incita a brincadeira, atraindo a criança para o mundo do simbólico. Esta atividade pode ser compreendida de forma que:

A criança pode assumir outras personalidades, representando papéis como se fosse um adulto, outra criança, um boneco, um animal; A criança pode utilizar-se de objetos substitutos, conferir significados diferentes aos objetos, daqueles que normalmente estes possuem; Existe uma situação imaginária; As crianças realizam ações que representam as interações, os sentimentos e conhecimentos presentes na sociedade na qual vivem; As

regras constitutivas do tema que orienta a brincadeira devem ser respeitadas. (WAJSKOP, 1997, p.).

Pode-se dizer então que há uma manifestação de tendências que não podem ser imediatamente satisfeitas, e essas podem ser expressas por meio dos materiais, representando coisas diferentes do que realmente são. Aucouturier (2007) faz separação dos materiais classificando os mesmos como “moles ou duros”. Cada material servirá de facilitador da expressão dos conteúdos da criança. Os colchões e os tecidos coloridos sugerem materialidade para a brincadeira de destruição, de construção de casas, de saltar e rolar, bem como podem servir para ser ninada e envelopada. Os tecidos coloridos são utilizados pelas crianças para fazer camas, roupas de fantasias. Cordas macias de algodão para amarrar, prender. Espuma em forma de espaguete de piscina para brincar de combate. Tais materiais são escolhidos a partir do convite expressivo da criança, embora estes tenham princípios que remetem a algumas sensações. O tecido, por exemplo, sugere uma textura e dinâmica específica e é escolhido pela criança para integrar a brincadeira de modo a atender seu interesse projetivo. As propriedades são geralmente mantidas e aproveitadas no enredo da brincadeira. O material duro, citado por Aucouturier (2007), são materiais como argolas de borracha, bastões de madeira, baldes. Os bastões de madeira podem ser utilizados, porém com a ressalva de que só devem ser usados se as crianças conseguirem dominar sua energia motora. Os baldes servem para transportar objetos e também para as crianças entrarem dentro. Conclui-se que a ação de jogar e brincar compreende a criança (corpo) e o brinquedo (objeto) numa relação, onde há um enfoque da motricidade e seu papel no desenvolvimento da criança, pois o desempenho das aquisições motoras é progressivo para o desenvolvimento individual (WALLON, 1986). Os materiais utilizados para o brincar, em nível motor, permitem o desenvolvimento de capacidades e aptidões motoras (força, agilidade, resistência, lateralidade, orientação, flexibilidade, entre outras), bem como servem ao interesse projetivo das crianças. A escolha dos materiais para a sessão deve permitir a atuação sobre estes com autonomia de modo a construírem suas cenas projetivas. Cada material possui uma especificidade de textura e dinâmica e isso é levado em consideração pela criança. Ela transforma o material em algo de seu interesse e investe, neste, seus próprios conteúdos. Logo, a partir da relação com a criança na brincadeira é possível conhecer um pouco do universo projetivo infantil e assim possibilitar-lhe expressão e transformação dos conteúdos trazidos para o enredo da brincadeira.

Palavras-chave: Psicomotricidade. Função simbólica. Desenvolvimento motor. Projeto de Extensão.

Área do Conhecimento: 7.07.07.00-6

REFERÊNCIAS

- AUCOUTURIER, Bernard. **O Método Aucouturier**: fantasmas de ação e prática psicomotora. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2007.
- BENJAMIN, W. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- BROUGÈRE, G.; WAJSKOP, G. **Brinquedo e cultura**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. São Paulo: Cortez, 1997.
- WALLON, Henri. A afetividade proprioplática. In: NADELBRULFERT, Jacqueline; WEREBE, Maria José Garcia. **Henri Wallon** (Antologia). São Paulo: Ética, 1986.

Práticas investigativas para o aperfeiçoamento da gestão financeira da Associação para o Desenvolvimento e Assistência de Talentos e Vocações - ADAV

Daniel do Nascimento Gandra²⁵⁰

Fabíola Salgado Farnetti²⁵¹

Gabriel Cordeiro de Oliveira²⁵²

Patrícia Cristina Almeida de Amantino²⁵³

Prof.^a Maria Cristina Olandim Pereira²⁵⁴

O presente trabalho relata atividades de práticas curriculares de extensão que se iniciaram no primeiro semestre de 2016, com a construção de um projeto, e que se estenderão até junho de 2017. O projeto possui característica interdisciplinar e de intercurso, já que envolverá professores, alunos e conteúdos de diversas disciplinas do Curso de Tecnologia em Gestão Financeira e do Curso de Sistema de Informação da PUC Minas Barreiro. A motivação para realizar o projeto teve origem no primeiro período do curso de Tecnologia em Gestão Financeira, quando foi-nos solicitada a construção de uma Análise de *SWOT* de uma instituição social. Para cumprir a tarefa, foi selecionada a "Associação para o Desenvolvimento e Assistência de Talentos e Vocações" (ADAV), que possui dificuldades instrumentais para gerir sua vida financeira. Para sanar a dificuldade, buscar-se-á apresentar uma metodologia de gestão financeira e contábil que possa proporcionar o aprimoramento da política de captação de recursos da ADAV. Para tanto, a descrição do modelo de controle financeiro e contábil adotado pela ADAV; a seleção de uma ferramenta de gestão que possibilite a eficiência, eficácia e transparência dos registros contábeis e financeiros; a implantação de uma ferramenta de gestão e o treinamento do empregado da instituição constituem objetivos específicos do projeto. A intervenção se configura como uma pesquisa aplicada e tem como meio de investigação o estudo de caso, pois possui o intuito de compreender melhor os fenômenos presentes na organização, seus processos organizacionais e propor e implantar uma metodologia de gestão financeira integrada que possa trazer à ADAV melhores resultados econômico e social.

INTRODUÇÃO: Em tempos de recessão econômica, as organizações não governamentais também sofrem uma redução de sua captação de recursos advindos das empresas parceiras e organismos governamentais. Não é diferente em relação àqueles recursos provenientes de doações individuais

²⁵⁰ Graduando em Tecnologia em Gestão Financeira da PUC Minas, Barreiro. E-mail: gandra.daniel@hotmail.com.

²⁵¹ Graduanda em Tecnologia em Gestão Financeira da PUC Minas, Barreiro. E-mail: fabiolafarnetti7@hotmail.com.

²⁵² Extensionista, autor e aluno do curso de Tecnologia em Gestão Financeira da PUC Minas, unidade Barreiro. E-mail: gabrielcordeiro22@outlook.com.

²⁵³ Graduanda em Ciências Econômicas da PUC Minas, Coração Eucarístico, E-mail: patricia.amantino@sga.pucminas.br.

²⁵⁴ Orientadora e professora Assistente IV do curso de Tecnologia em Gestão Financeira da PUC Minas, unidade Barreiro. Mestre em Administração Pública. E-mail: cristina.olandim@gmail.com.

ou coletivas, incentivadas por benefícios tributários deduzidos no imposto de renda. Segundo Kotler e Keller (2012), sempre haverá períodos de crise em muitas partes do mundo, mas apesar da redução na atividade econômica nesses períodos turbulentos, é possível prosperar. Uma das medidas para tempos de recessão é explorar a vantagem de aumentar o investimento, pois evidências indicam que organizações que se dispuseram a investir durante uma recessão, conseguiram melhores resultados em média do que as que optaram pela retração. Para o terceiro setor, investir na melhoria da gestão, e torná-la transparente é essencial para o desenvolvimento da prestação dos serviços. Ser transparente é um ato de respeito ao próximo, e gestão à vista é algo ideal para todos os tipos de empresas. No entanto, não basta expor toda a gestão da empresa em qualquer meio de comunicação, é preciso divulgar o que é importante e para as pessoas certas. A transparência na gestão permite verificar se as ações estão sendo executadas conforme planejadas para, assim, atingir as metas e melhor servir ao cidadão. Para isso, é preciso indicadores, podendo ser simples, porém transparentes. Esta é a realidade que se apresenta para a ADAV, que é uma organização cultural sem fins lucrativos, localizada no município de Ibirité, voltada para atender crianças, adolescentes e pessoas da terceira idade. As atividades oferecidas possuem uma diversificação nos campos das artes, cultura e educação (dança, música, teatro, culinária, artes visuais, artesanato e capoeira). Criada em 1972 pela Professora Helena Antipoff, ganhou destaque pelos trabalhos realizados aos longos dos anos. Na primeira década deste século, a Associação atravessou dificuldades financeiras e administrativas que levaram a uma progressiva diminuição de suas atividades até quase a sua paralisação completa, porém em 2009 conseguiu iniciar uma nova história - de oitenta pessoas atendidas passou para setecentos beneficiados no final de 2015. Atualmente, de acordo com o seu Coordenador Administrativo e Produtor Executivo, para a manutenção de suas atividades é necessário o estabelecimento de convênios e parcerias com diversas empresas e com o Estado, assim como a implementação de ações que resultem no recebimento de recursos de pessoas físicas. Os convênios e parcerias mais significativos são:

a) Prefeitura Municipal de Ibirité

- convênio que disponibiliza uma quantia fixa ao ano;
- contribuições esporádicas por participações em ações diversas do Município (a última contribuição adveio em virtude de apresentações culturais realizadas nas escolas municipais);

b) Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91) – Lei Rouanet;

c) Fundo da Infância e Adolescência (FIA);

d) Parcerias e patrocínios de diversas empresas.

Na investigação de campo inicial, verificou-se que os registros contábeis são realizados por um escritório de contabilidade, porém as prestações de contas mensais são feitas, manualmente, por um empregado da ADAV e afixadas em um mural da Instituição. Este foi o aspecto que chamou a atenção deste grupo de pesquisa, por entender que as informações contábeis e financeiras poderiam ter mais visibilidade e transparências:

Para atingir sucesso e, simultaneamente, maximizar o benefício social de sua atuação, as organizações devem, obrigatoriamente, prestar contas a alguém. O tipo de atuação e a relação que desenvolvem com o seu ambiente determina com quem e de que forma deve ocorrer esta prestação de contas, variando de uma organização para outra. Além de respeitar as leis e obedecer a todas as suas obrigações contratuais, as organizações devem fornecer ao público informação suficiente para que este possa se posicionar a seu respeito, principalmente se esta organização solicita doações deste público: quem controla a organização? Quais são os seus interesses? De onde provêm seus recursos? Para que são utilizados? São eficientes no seu uso? (FALCONER, 1999, p. 18).

Diante destes primeiros dados financeiros, orçamentários e de gestão coletados e das dificuldades técnica e tecnológica que a ADAV possui para modernizar a ferramenta de publicização de suas prestações de contas, este grupo de pesquisa decidiu pela investigação e implantação de um *software* de gestão financeira integrada que possa substituir o modelo de prestação de contas manual em vigor.

METODOLOGIA: Os elementos disparadores para a construção do projeto nasceram no segundo semestre de 2015, a partir de um trabalho interdisciplinar que envolveu as disciplinas: Teoria da Administração; Técnicas em Análise Financeiras; Marketing e Contabilidade Introdutória. A partir da demanda dos professores que foi a construção de uma Análise de *SWOT* de uma organização social, iniciou uma pesquisa de campo para selecionar uma instituição que atendesse aos requisitos colocados e permitisse o estudo e um possível trabalho de intervenção. Com a seleção da instituição, deu-se início ao primeiro momento de campo, com o propósito de coletar as informações para a construção da Análise de *SWOT*²⁵⁵. Para tanto, foi realizada pesquisa documental e uma entrevista semiestruturada com o Coordenador Administrativo e Produtor Executivo. Os elementos colhidos a partir da Análise de *SWOT* possibilitaram iniciar o projeto extensionista que aqui está sendo apresentado. Este estudo, conforme Vergara (2000, p.47), se configura uma pesquisa aplicada, pois foi fundamentalmente motivado pela necessidade de resolver um problema concreto e imediato. É também um estudo de caso por possuir caráter de profundidade e estar focado no estudo da gestão financeira e contábil de uma instituição específica. O universo da

²⁵⁵ A técnica *SWOT* é uma ferramenta utilizada para fazer análise de ambientes. É empregada em processos de planejamento estratégico, avaliação da situação da organização e de sua capacidade de competição no mercado. Essa técnica contribui para formação de estratégias competitivas através da identificação dos pontos fortes e pontos fracos, que são os fatores internos da organização, e as oportunidades e ameaças, que são os fatores externos da organização. (SILVEIRA, 2001, p. 209).

pesquisa está constituído pelos dados financeiros e contábeis de 2015 e 2016, por acreditar que a análise deste período é suficiente para subsidiar as etapas seguintes do estudo. Com o conhecimento dos dados financeiros e contábeis e da dinâmica gerencial de registros e comunicação dos mesmos aos parceiros (patrocinadores e doadores) da ADAV, a pesquisa será estruturada em outras cinco etapas.

- a) identificação de modelos de softwares disponíveis no mercado e que se aplicam à gestão de prestação de contas;
- b) seleção de um software que melhor atenda às necessidades demandadas pela ADAV;
- c) realização de simulações;
- d) implantação nos equipamentos da ADAV;
- e) treinamento do empregado da ADAV.

Nas etapas "a" e "b" haverá a integração de alunos e professores dos Cursos de Gestão Financeira e Sistema de Informação.

RESULTADOS ESPERADOS: Espera-se que ao final de mais dois semestres letivos e a partir de um trabalho interdisciplinar e intercursos, seja possível apresentar para a ADAV um software que venha possibilitá-la cumprir os princípios de publicidade e transparências de suas prestações de contas.

Palavras-chave: Administração financeira. Gestão de projeto social.

Área do Conhecimento: 6.02.01.02-9

REFERÊNCIAS

FALCONER, A.P. **A promessa do terceiro setor:** um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/6003-A-promessa-do-terceiro-setor.html>>. Acesso em: 01 maio 2016.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Marketing Management**. 14. ed. New Jersey: Pearson Education, 2012.

SILVA, Frederico Barbosa da; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Natalie. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, Cap. 8, p. 373-408. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/rosto_introducao.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2016.

SILVEIRA, Henrique. SWOT. In: TARAPANOFF, Kira (org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: Ed. UNB, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Presença de sintomas depressivos em participantes do Programa de Extensão PUC Mais Idade²⁵⁶

Daiana Assis Faria²⁵⁷

Mônica da Silva Ferreira²⁵⁸

Prof.^a Tatiana Teixeira Barral de Lacerda²⁵⁹

O objetivo do presente estudo é avaliar o índice de depressão dos idosos participantes de um Programa de Extensão Universitária. Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo, com coleta de informações de um banco de dados. A amostra foi composta por 84 idosos comunitários, que participaram do Programa PUC Mais Idade em 2015. Foi aplicado um questionário com dados sociodemográficos e clínicos dos participantes e instrumentos padronizados para avaliação de algumas condições de saúde, sendo eles: Mini Exame do estado mental (MEEM), Escala de depressão geriátrica (GDS-15), *Timed get up na go* (TUG). Os participantes tiveram média 69,63% anos de idade. A maioria dos idosos é do sexo feminino (90%), casados (43%), aposentados (88%), hipertensos (60%), não tabagistas (95%), nem etilistas (82%), que praticam atividade física (76%) e de lazer (82%) regularmente. O MEEM apresentou 83% dos avaliados com escore acima do esperado relacionado aos anos de escolaridade. O GDS indicou que 83,3% dos participantes não apresentam sinais de depressão. Observou-se um índice baixo de depressão na amostra estudada, resultado que pode ser justificado pela participação nas atividades em grupo e pela socialização dos idosos, como possibilitado pela inserção no projeto de Extensão, fatores que interferem positivamente na capacidade física e mental desta população.

INTRODUÇÃO: O processo de envelhecimento vem sempre acompanhado de vulnerabilidades, perdas progressivas ocorrem nos aspectos físicos, sociais e, sobretudo no campo emocional. De acordo com Almeida et al. (2010) a presença de doenças crônico-degenerativas, a falta de perspectiva após a aposentadoria, maior dependência para se realizar as AVDs e a inatividade são responsáveis por altos níveis de ansiedade e depressão encontrados em idosos. Este transtorno provoca grande impacto na vida do idoso. Buscando a reinserção dos idosos na sociedade e o envelhecimento ativo, alguns programas estão sendo criados para promover a funcionalidade e autonomia dos idosos. As universidades vêm prestando um papel importante no sentido de integrar aqueles que estão envelhecendo. O programa PUC Mais Idade é uma iniciativa do Núcleo de Meio Ambiente e Saúde – NUMAS, da Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas, com o apoio do Instituto

²⁵⁶ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

²⁵⁷ Graduanda em Fisioterapia da PUC Minas, Betim. E-mail: daianaassisf@gmail.com.

²⁵⁸ Graduanda em Fisioterapia da PUC Minas, Betim. E-mail: fmonicadasilva@yahoo.com.br.

²⁵⁹ Orientadora, professora Assistente IV do Departamento de Fisioterapia da PUC Minas, Betim. Mestre em Ciências da Reabilitação. E-mail: tatiana.barral@yahoo.com.br.

de Ciências Biológicas e da Saúde – ICBS, e foi criado com o intuito de trazer os idosos para dentro da universidade, com objetivo de valorizar, respeitar, resgatar a dignidade, a esperança e as relações sociais e gerar oportunidades para melhorar a qualidade de vida. Os altos índices de depressão apresentados por idosos é um fato preocupante para a sociedade. A dificuldade dos profissionais de saúde em identificar sintomas e a confusão com manifestações normais do envelhecer dificultam o diagnóstico precoce. O início tardio do tratamento faz com que sintomas mais leves se transformem em quadros graves da doença. Desta forma o presente estudo teve como objetivo avaliar a presença de sintomas depressivos em idosos participantes do programa PUC mais Idade em cinco unidades/*campi*.

METODOLOGIA: Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo, com coleta de informações de um banco de dados do Programa. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Minas, número CAAE: 43900215.1.0000.5137. A partir de uma prática investigativa e extensionista, proposta na disciplina Saúde do Idoso, idosos de cinco projetos do Programa PUC Mais Idade (Barreiro, Betim, Contagem, Coração Eucarístico e São Gabriel) foram avaliados. Os alunos responsáveis pela avaliação foram previamente treinados. Para caracterização dos idosos foi aplicado um questionário com dados sociodemográficos e clínicos dos participantes, que incluía: características pessoais, situação de trabalho, hábitos de vida, presença de doença crônica, entre outros, além da aplicação do Mini Exame do Estado Mental (MEEM) e da Escala de Depressão Geriátrica (GDS). Folstein et al., em 1975, desenvolveram o MEEM que fornece informações sobre vários domínios, tais como: orientação temporal e espacial, memória imediata e de evocação, cálculo, linguagem-nomeação, repetição, compreensão, escrita e cópia do desenho, com o objetivo de propiciar a avaliação da função cognitiva. Inclui 11 itens, o escore pode variar de um mínimo de 0 até um máximo de 30 pontos. Sofre influência significativa da idade e da escolaridade do indivíduo. Utilizamos o mesmo escore do estudo Kochhann et al. em 2010, sendo: 21 – analfabetos; 22 – baixa escolaridade (1-5 anos de estudo), 23 – média escolaridade (6-11 anos de estudo) e 24 – alta escolaridade (≥ 12 anos de estudo). A GDS-15 é um instrumento muito utilizado para avaliar a população idosa. A tradução e adaptação para a população brasileira foi feita por ALMEIDA e ALMEIDA em 1990 que obteve em seu estudo um ponto de corte de 5/6, sensibilidade de 85,4% e a especificidade de 73,9% (ALMEIDA; ALMEIDA, 1999). O escore utilizado foi de 0 a 5 pontos não são caracterizados como depressivos, escore de 6 a 10 como depressão leve a moderada e ≥ 11 pontos depressão grave. (OLIVEIRA; GOMES; OLIVEIRA, 2006). Trata-se de um instrumento de baixo custo que detecta a presença de sintomas como: falta de esperança, energia, ânimo, baixa autoestima e isolamento social, sintomas estes que interferem profundamente na saúde do idoso.

RESULTADOS: Em relação ao perfil sociodemográfico e clínico dos idosos participantes do Programa PUC Mais Idade, os resultados mostraram que os idosos tinham, em média, 69,63 anos de idade (DP = ± 6,3 anos). A maioria dos idosos é do sexo feminino (90%), em relação ao estado civil 57,2 % são viúvos, solteiros ou divorciados, aposentados (88%), na classificação socioeconômica 33% estão na classe C1 e 41% dos idosos possuem o ensino médio completo ou ensino superior. Analisando os hábitos de vida 5% dos idosos são tabagistas, 18% etilistas, 76% praticam atividade física regularmente e 83% possuem atividade de lazer. Na autoavaliação da saúde, 44% consideram sua saúde como boa, 24% regular, 23% muito boa, 7% excelente e 2% muito ruim. Em relação às comorbidades, 60% dos idosos apresentam hipertensão, 36% colesterol alto, 15% doenças cardíacas e 15% são diabéticos. No MEEM, o estudo mostrou que 83% dos idosos não apresentam alteração cognitiva, baseado no escore proposto por Kochhann et al. em 2010. Os resultados da GDS-15 mostraram que 83,3% dos idosos não foram classificados como depressivos, desta forma a socialização promovida pela participação no programa PUC Mais Idade pode ser um fato que explica o número reduzido de indivíduos com sintomatologia depressiva. Entretanto, alguns resultados encontrados merecem atenção: 90% da amostra são do sexo feminino e 93% estão aposentados, desempregados ou afastados. Wagner (2015) enfatiza que os sintomas depressivos nesta população são mais comuns em mulheres e geralmente estão associados à suspensão das atividades profissionais, perda de contatos sociais e pouco suporte social. Além disso, 57% dos idosos declararam ser viúvos, solteiros ou divorciados. De acordo com Mello e Teixeira (2011), a viuvez e a solidão interferem negativamente na afetividade, na convivência com outras pessoas e na qualidade de vida do idoso. Levando em consideração que os aspectos físicos, mentais e sociais fazem parte da vida e estão estreitamente entrelaçados e interdependentes é fundamental trabalhar a socialização e a capacidade funcional para reduzir o aparecimento de sintomas depressivos nesta população. O projeto de extensão PUC Mais Idade funciona como um elo entre a universidade e a comunidade. A interação entre os saberes de diversos cursos como Psicologia, Direito, Fisioterapia, Ciências Biológicas, Nutrição, Educação Física, Medicina, entre outros, possibilita a construção de conhecimentos múltiplos. Desta forma desempenha papel importante na transmissão de conhecimento para o público idoso. As possibilidades geradas pela troca de experiências entre alunos e público externo promovem transformações que impactam nas condições de vida e de saúde e combatem à desigualdade e à exclusão. Mendes (2014) ressalta que, apesar de a população idosa ter acesso a informações através dos meios de comunicação, ainda falta a vivência prática que ajuda na aplicação cotidiana deste conhecimento. A universidade investe na prestação de serviços comunitários com o propósito de promover uma formação acadêmica diferenciada e qualificada para os alunos, ao mesmo tempo em que promove uma vivência prática e participativa para os idosos através de discussões, reflexões e troca de conhecimento entre eles. A estrutura da

universidade é formada pelo ensino, pesquisa e extensão. A troca de conhecimento promovida pela prática extensionista age como um facilitador para entender o envelhecimento e lidar com os problemas causados por ele. Esse elo aumenta o conhecimento científico, gera crescimento profissional e prepara o aluno para lidar com diversas situações do cotidiano dos idosos comunitários. Quando os acadêmicos colocam em prática toda a teoria aprendida em sala de aula, os idosos são beneficiados. As mudanças na forma de conduzir a vida e a formação de opinião são capazes de modificar o contexto em que essas pessoas vivem. A extensão tem o papel de direcionar novos caminhos para a sociedade. A universidade efetiva seu compromisso social através de ações socioeducativas com o objetivo diminuir as desigualdades e a exclusão, ainda presentes em nossa sociedade. As dificuldades apresentadas na velhice tais como: a viuvez, a solidão, a aposentadoria, a falta de condição financeira e o pouco suporte social, que foram encontradas na amostra, podem ser minimizados através da articulação dos diversos cursos ofertados pela universidade e do conhecimento do cotidiano dos idosos gerando transformação dentro e fora da universidade.

CONCLUSÃO: Observou-se um índice baixo de sintomatologia depressiva na população estudada, 15,5% apresentou leve depressão e apenas 1,2% depressão grave. Retardar o aparecimento destes sintomas é essencial para os idosos. Quanto maior o número de atividades físicas e sociais praticadas, menores os índices de depressão. Os resultados encontrados no estudo são indicadores importantes para direcionar intervenções para este público. A valorização do saber popular e científico quebra barreiras e aproxima o conhecimento científico do cotidiano real da comunidade buscando a humanização e o respeito no cuidado com os idosos. As atividades oferecidas pelo Programa PUC Mais Idade são de extrema importância, pois contribuem de diferentes maneiras para melhorar a condição clínica dos idosos da comunidade.

Palavras-chave: Depressão. Idoso. Socialização.

Área do Conhecimento: 4.00.00.00-1

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Edelves Alves et al. Comparação da qualidade de vida entre idosos que participam e idosos que não participam de grupos de convivência na cidade de Itabira-MG. **Revista Brasileira Geriatria Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 435-443, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v13n3/a10v13n3.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FOLSTEIN MF, FOLSTEIN SE, MCHUGH PR. Mini-mental state: a practical method for grading the cognitive state of patients for the clinician. **J Psychiatric Res.**, v. 12, p. 189-198, 1975.

KOCHHANN, Renata et al. The Mini Mental state examination review of cutoff points adjusted for schooling in a large southern Brazilian sample. **Dement Neuropsychol**, v. 4, n. 1, p. 35-41, mar.

2010. Disponível em: <http://www.demneuropsy.com.br/detalhe_artigo.asp?id=199>. Acesso em 15 mar. 2016.

MELLO, Elísio; TEIXEIRA Marina Borges. Depressão em idosos. **Revista Saúde**, Guarulhos-SP, v.5, n.1, p. 42-53, 2011. Disponível em:

<<http://revistas.ung.br/index.php/saude/article/viewFile/562/929>>. Acesso em 23 mar. 2016.

MENDES, Evelyn Catheryne Notoya et al. Atenção interdisciplinar à saúde do idoso: construindo conhecimento sobre envelhecimento saudável. **Revista Conhecimento Online**, ano 6, v. 1, p. 1-11, abr. 2014. Disponível em: <<<http://www.feevale.br/Comum/midias/5803de5b-02b0-4c5b-aec2-401771cb961e/3%20-%20ATEN%C3%87%C3%83O%20INTERDISCIPLINAR%20A%20SA%C3%9ADE%20DO%20IDOSO%20-%20CONSTRUINDO%20CONHECIMENTOS%20SOBRE%20ENVELHECIMENTO%20SAUD%C3%81VEL.pdf>>>. Acesso em 23 mar. 2016.

OLIVEIRA Deise A. Almeida Pires, GOMES Lucy, OLIVEIRA Rodrigo F. Prevalência de depressão em idosos que frequentam centros de convivência. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 40, n. 4, p. 734-776, 2006.

WAGNER, Gabriela Arantes. Tratamento de depressão no idoso além do cloridrato de fluoxetina. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 49, n. 20, p. 1-5, 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v49/pt_0034-8910-rsp-S0034-89102015049005835.pdf>. Acesso em 23 mar. 2016.

Produção de vídeo no ensino-aprendizagem sobre o descarte de resíduos sólidos da área da saúde no estágio bacharelado de educação ambiental

Gabriela Rodrigues Melo²⁶⁰

Jane Almeida Bernardo²⁶¹

Ludivanelem Aparecida da Silva²⁶²

Prof. Eugênio Batista Leite²⁶³

INTRODUÇÃO: A preocupação com o desenvolvimento sustentável e ações de gestão ambiental vem ganhando um espaço crescente nas Instituições de Ensino Superior, que vem sendo revelado, segundo Tauchen (2006), a partir da abordagem educacional, na preparação de estudantes e fornecimento de informações e conhecimento sobre gestão ambiental e nos exemplos práticos incorporados na operação de suas unidades. Segundo a Lei Brasileira 9597 de 27 de Abril de 1999, a educação ambiental são os processos pelos quais o indivíduo e o coletivo constroem e estabelecem valores no tecido social, bem como habilidades, capacidades, atitudes, competências voltadas para conservação do meio ambiente e dos recursos naturais para uso comum do povo, favorecendo a melhoria constante da qualidade de vida e incentivando a sustentabilidade. Desta forma, deve fazer parte do cotidiano e de todos os níveis do processo educativo, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. Em 12 de Abril de 1996 a Universidade PUC Minas, localizada no município de Betim, deu início às atividades, e em 2006 a unidade recebeu o Licenciamento Ambiental Simplificado, expedido no certificado da LAS 049/2010, com onze condicionantes a serem cumpridas (LAUREANO; LEITE, 2012). A unidade, então, criou a Comissão de Sustentabilidade da PUC Minas em Betim, com a função de aproximar docentes, discentes e funcionários incentivados à mudanças de hábitos para contribuir na construção da gestão ambiental da unidade. Foi implantada também a Coleta Seletiva, o Gerenciamento de Resíduos de Serviço da Saúde PGRSS, e adesão ao Programa de Recebimento e Controle de Efluentes Não Domésticos – Precend, da Copasa para o adequado descarte de efluentes e resíduos de serviço de saúde provenientes dos laboratórios. Conforme a legislação nacional, existem resoluções referentes ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, a Resolução Conama nº. 358/2005 que atualiza e complementa os procedimentos contidos na Resolução CONAMA nº. 283/2001, relativos ao tratamento e disposição final dos RSS, enfatizando a necessidade da minimização da geração de resíduos e redução dos riscos ao meio ambiente; a Resolução ANVISA RDC nº. 306/2004, que objetiva melhor controle dos resíduos desde a sua geração até a destinação final; e a Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos

²⁶⁰ Graduanda em Ciências Biológicas na PUC Minas, Betim. E-mail: gabi_rodrigues01@yahoo.com.br.

²⁶¹ Graduanda em Ciências Biológicas na PUC Minas, Betim. E-mail: maryjane126@hotmail.com.

²⁶² Graduanda em Ciências Biológicas na PUC Minas, Betim. E-mail: ludivanelem@yahoo.com.br.

²⁶³ Orientador e professor Adjunto IV do Departamento de Ciências Biológicas da PUC Minas, com mestrado em Educação pela PUC Minas (2000); Pró-Reitor Adjunto da PUC Minas em Betim. E-mail: eugenioibl@pucminas.br.

Sólidos (PNRS) que prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos. O PGRSS trata-se de um documento que descreve as ações relativas ao manejo de resíduos, o monitoramento dos aspectos da geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final, bem como a proteção do meio ambiente e da saúde. Uma das atividades utilizadas para sensibilização eficaz é por meio de vídeos, que, apesar de ser geralmente associada ao lazer e entretenimento, podem ser utilizados como atividade sofisticada de ensino e aprendizagem com vasto potencial educacional, que proporciona a vivência e a interatividade, conectando sentidos, sentimentos e razão (VARGAS, 2007). O objetivo desse trabalho é relatar uma das atividades, para sensibilizar os acadêmicos sobre a importância do gerenciamento de resíduos laboratoriais, possibilitando conhecimentos benéficos para alteração de comportamentos, valores e atitudes para com o meio ambiente.

METODOLOGIA: No *campus* da PUC Minas Betim, em 2014, em execução de Estágio Bacharelado I – Educação Ambiental, do terceiro período de graduação de Ciências Biológicas –, foi desenvolvido e aplicado um projeto sobre Educação Ambiental com algumas atividades, tendo como público alvo professores, alunos e funcionários que direta ou indiretamente realizam atividades nos laboratórios. Durante o estágio foram realizadas algumas atividades: entrevistas semiestruturadas - para técnicos dos laboratórios, com a utilidade de coletar dados e diagnósticos; observação das aulas laboratoriais – analisando o comportamento dos alunos com o descarte dos materiais gerados durante as aulas laboratoriais; jogo interativo - aplicado em turmas dos primeiros períodos de todos os cursos, e a pré-produção do vídeo denominado: A que lixeira pertencem? – para ser apresentado a novas turmas a cada semestre na PUC Betim. Tendo em vista a natureza e a relevância de um adequado manejo dos RSS, o projeto de pesquisa avaliou o gerenciamento dos resíduos gerados, pelos laboratórios da área da saúde de acordo com a PGRSS. A pedagogia dos 3Rs, foi a metodologia utilizada nesse projeto, que trabalhou a redução, a reutilização e a reciclagem, evitando desperdícios, e acondicionamento e destinação correta de resíduos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A execução dos jogos interativos, nas salas de aula, possibilitou debates construtivos, momentos de aprendizagem e reflexões sobre a necessidade de mudança sobre o descarte de resíduos. Com a projeção do vídeo curto e mudo, foram relatados aspectos positivos relacionados à sensibilização quanto ao descarte de resíduos sólidos, prendendo a atenção de telespectadores para o entendimento da linguagem das cenas, que decorre por meio de movimento

dos objetos que protagonizaram no vídeo (lixeiros, resíduos, e sinais de correto e incorreto) ensinando-os a maneira correta de descarte.

CONCLUSÕES: Dada a complexidade dos problemas socioambientais, a educação ambiental hoje se constitui num grande desafio, o que implica utilizar e inovar estratégias de ação, novos padrões de conduta baseados em nova relação de ética, com enfoque ambiental. A produção do vídeo, um método inovador, possibilitou aos alunos a identificar, controlar e diminuir os riscos de acidentes e infecções, que pessoas e meio ambiente estão expostos. Durante a dinâmica com os alunos, obtiveram-se resultados produtivos, e observações de carência de conhecimentos, principalmente aos cursos voltados para área da saúde, sobre informações do PGRSS da PUC Betim, e do abrigo de resíduos da universidade.

Palavras-chave: Estágio bacharelado de Educação Ambiental. Descarte de resíduos sólidos. PGRSS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, 3 ago. 2010.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília/DF, 1999.

BRASIL. Resolução ANVISA RDC No 306/2004, Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília/DF, 10 dez. 2004. Seção 1.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 283, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o tratamento e a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília/DF, 01 out. 2001. Seção 1.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e disposição dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília/DF, 04 mai. 2005. Seção 1.

LAUREANO, Fernando Verassani; LEITE, Eugenio B. et al. O Campus Universitário como um laboratório de gerenciamento ambiental: construindo os caminhos para a sustentabilidade na PUC Minas em Betim. IN: ABUHID, Virgínia Simão (Org.). **Construções para Sustentabilidade: água e território**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 503-515, 2006.

VARGAS, Ariel; DA ROCHA, Heloísa Vieira; FREIRE, Fernanda Maria Pereira. Promídia: produção de vídeos digitais no contexto educacional. **Revista Renote** Novas Tecnologias na Educação, v. 5, n. 2, dez. 2007.

Projeto Adolescência Saudável²⁶⁴

Cristovão Felipe de Assis Vasconcelos²⁶⁵
Prof.^a Fernanda Mendes Resende²⁶⁶
José Rodolpho Schultz Diniz²⁶⁷
Laiane Cristine Silva²⁶⁸
Maria Fernanda Mendes Moreno Souza²⁶⁹
Mariana Pereira²⁷⁰
Patrícia Rosolen Serra²⁷¹
Sophia Campos Batista²⁷²
Prof.^a Sônia Maria Alves de Paiva²⁷³

As transformações físicas, emocionais e sociais, no adolescente, provocam mudanças importantes nas suas relações com sua família, amigos e companheiros e ainda na maneira como ele próprio se percebe como ser humano. O estudo teve como objetivo conscientizar os adolescentes para os seus direitos, à saúde, visando à prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde. Para isto foram desenvolvidas práticas educativas, em uma Escola do município de Poços de Caldas, através de palestras, oficinas e dinâmicas pelos acadêmicos dos cursos de Enfermagem e Psicologia da PUC Minas / Poços de Caldas. Espera-se que com as informações os adolescentes se conscientizem sobre os seus direitos à saúde e sobre os fatores determinantes que os expõem a riscos, para que tenham um maior controle de sua saúde.

INTRODUÇÃO: A adolescência é um período em que ocorrem importantes transformações no corpo, no modo de pensar, agir e no desempenho dos papéis sociais. Estas transformações físicas, emocionais e sociais provocam mudanças importantes nas relações do adolescente com sua família, amigos e companheiros e ainda na maneira como ele próprio se percebe como ser humano. O Brasil tem 21 milhões de adolescentes com idade entre 12 e 17 anos, o que equivale a 11% da população brasileira. De cada 100 estudantes que entram no ensino fundamental, apenas 59 terminam a 8ª série e apenas 40, o ensino médio. A evasão escolar e a falta às aulas ocorrem por diferentes razões, incluindo violência e gravidez na adolescência (UNICEF, 2011). Com isso, recaem sobre elas consequências como gravidez, mortalidade materna e outros riscos como AIDS/DSTs. No Brasil, apesar da diminuição constante das taxas de fecundidade, a gravidez na

²⁶⁴ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

²⁶⁵ Graduando em Psicologia da PUC Minas, campus Poços de Caldas. E-mail: cristovaovicente@yahoo.com.br

²⁶⁶ Orientadora e professora Adjunto IV do Departamento Psicologia da PUC Minas no campus Poços de Caldas, Doutorado em Educação. E-mail: fernandaresende@pucpcaldas.br.

²⁶⁷ Graduando em Psicologia da PUC Minas, campus Poços de Caldas. E-mail: dinizrock@hotmail.com.

²⁶⁸ Graduanda em de Enfermagem da PUC Minas, campus Poços de Caldas. E-mail: layanesilva757@gmail.com.

²⁶⁹ Graduanda em de Enfermagem da PUC Minas, campus Poços de Caldas. E-mail: nandinha.moreno@hotmail.com.

²⁷⁰ Graduanda em de Enfermagem da PUC Minas, Poços de Caldas. E-mail: marianapereira_marip@hotmail.com.

²⁷¹ Graduanda em Psicologia da PUC Minas, campus Poços de Caldas. E-mail: patyrserra@hotmail.com.

²⁷² Graduanda em de Enfermagem da PUC Minas, campus Poços de Caldas. E-mail: sophia-campos@hotmail.com.

²⁷³ Orientadora, professora Adjunto IV do Departamento de Enfermagem da PUC Minas, campus Poços de Caldas. Doutorado em Enfermagem. E-mail: paiva@pucpcaldas.br.

adolescência é um fenômeno que pouco se alterou na última década, tendo inclusive aumentado nos anos mais recentes para a faixa etária de 10 a 14 anos. No Brasil, ainda de acordo com o relatório, entre as pessoas de 15 a 24 anos, 39% declaram não usar preservativos em todas as relações e, mesmo com as informações sobre prevenção e formas de infecção disponíveis, não reconhecem a AIDS como um problema com o qual eles devam se preocupar. Os dados nacionais do último boletim epidemiológico, AIDS/DST 2010, apontam para a necessidade de se compreender as especificidades do grupo de adolescentes e jovens. Um levantamento realizado com mais de 35 mil adolescentes e jovens de 17 a 20 anos, indica que, em cinco anos, a prevalência do HIV nesse grupo passou de 0,09% para 0,12%. Quanto menor a escolaridade, maior o percentual de infectados. A escola é um território privilegiado para a incorporação de conhecimentos sobre saúde, assim como para a possibilidade de transformar, o atual quadro de vulnerabilidade social que muitos jovens brasileiros vivem atualmente (LOPES et al., 2007). A escola é um celeiro de muitas possibilidades, e isso se observa também em relação às várias maneiras de prevenir o uso de drogas na escola. Nesta perspectiva, devemos atentar para uma mudança significativa no enfoque, que deve substituir o olhar repressor pelo de orientação aos jovens e, ainda criar espaços para discussões. Quanto mais realizados e conscientes os jovens estiverem, menores serão os riscos de terem problemas com drogas. A conversa com os pais é uma ação importante; escola e família, juntas, encontram meios para ajudar a criança e o adolescente (SCIVOLETTO, FERREIRA, 2002). Considerando que, o objeto da Enfermagem é o cuidado e o sujeito é o ser humano em todo o ciclo vital, abrangendo todas as faixas etárias nas mais diversas situações de saúde, doença, com incapacidade ou limitações, a Enfermagem atua nos diversos campos de atenção. Assim sendo, cabe não somente, mas também à(o) enfermeira(o) tratar as questões que englobam o adolescente e o processo da adolescência (FERREIRA, 2006). Tratar temas como sexualidade, incluindo a puberdade, DST, métodos contraceptivos e aborto, uso de substâncias químicas, violência e *bullying*, vão ao encontro das questões sociais hoje, tão em foco na sociedade, gerando reflexão para que então, o adolescente, enquanto participante ativo da construção deste conhecimento, transforme-o em mudanças de comportamento. Entre as consequências do sexo inseguro, está a gravidez, apontada como o quarto assunto, mais abordado com os adolescentes, por ser um período de grandes transformações para a mulher, o que pode acabar gerando dúvidas e sentimentos de fragilidade, insegurança e ansiedade na futura mãe adolescente (MOREIRA et al., 2008). Com base no exposto, nasceu o projeto de extensão **Adolescência Saudável**, que foi realizado no ano de 2013 na Escola Mamud Assan; replicado nas Escolas Estadual David Campista, no ano de 2014; em 2015, na Escola Municipal Professor Arlindo Pereira e atualmente na escola Escola Wilson Hedy Molinari.

OBJETIVOS: Objetivo Geral – Conscientizar os alunos para o direito à saúde e capacitá-los para a utilização de medidas práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde. Objetivos Específicos

– Desenvolver práticas educativas e participativas que permeiem todas as ações dirigidas aos adolescentes, assegurando apropriação por parte destes, de conhecimentos necessários a um maior controle de sua saúde; promover o desenvolvimento de valores e atitudes positivas face ao corpo/sexualidade; promover uma sexualidade responsável com vista à diminuição das gravidezes indesejáveis e contribuir para diminuição do risco de doenças sexualmente transmissíveis.

METODOLOGIA: Os dados desse estudo constituem parte do projeto de extensão realizado na Escola Municipal Professor Arlindo Pereira, em 2014, com alunos de 12 a 18 anos, período definido como adolescência (BRASIL, 2008), com uma população de 600 alunos. A amostra foi constituída por 73 alunos do 6º ao 9º ano, do ensino fundamental. Para participar do projeto, o aluno necessitou assinar o Termo de Assentimento e os pais ou responsáveis, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As atividades foram planejadas e desenvolvidas, segundo um cronograma, com base nas ações programáticas do PROSAD (Programa governamental “Saúde do Adolescente”, instituído pela Portaria do Ministério da Saúde, nº 980/GM em 21/12/1989), citado por Jager (2014), direcionadas a este público e embasadas nos princípios básicos do SUS e foram apresentadas em forma de palestras, oficinas, teatro, apresentação de filmes e dinâmicas. O projeto foi realizado por acadêmicos do curso de enfermagem e psicologia e coordenados por uma docente do curso de Enfermagem e uma do curso de Psicologia. Semanalmente, os bolsistas se reuniam com os docentes responsáveis pelo projeto, para orientação e elaboração dos temas a serem apresentados. As ações foram desenvolvidas pelos bolsistas sob a supervisão dos docentes. Os dados apresentados a seguir constituíram um recorte do projeto, dos dados do exame clínico, com o objetivo de fazer um link entre a extensão e a pesquisa. Antes de iniciar o projeto, foi aplicado um questionário para apreender o conhecimento dos alunos sobre os temas que seriam desenvolvidos e traçar o perfil socioeconômico dos mesmos e, no final foi reaplicado o questionário, com a finalidade de verificar o aprendizado deles com o projeto. Os dados foram tabulados em planilha do MO-Excel, gerando um banco de dados, o qual foi analisado pelo Programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, versão 19.0, utilizando a estatística descritiva. A análise dos dados do questionário foi realizada de forma descritiva com base na literatura pertinente ao tema.

RESULTADOS: Com relação à atividade sexual, dos 73 adolescentes, 11 (15,06%) relataram ter iniciado a atividade sexual, sendo 7 (9,58%) do gênero feminino e 4 (5,48%) do gênero masculino. A faixa etária prevalente de início da vida sexual entre o gênero feminino foi entre 14 ou 15 anos, e entre o gênero masculino 12 ou 13 anos. A distribuição por faixa etária foi 2 (2,74%) entre 10 ou 11 anos, 8 (10,96%) entre 12 ou 13 anos, 5 (6,85%) entre 14 ou 15 anos, 1 (1,36%) entre 16 ou 17 anos. Em relação ao uso de métodos contraceptivos, verificou-se que 5 (6,85%) do gênero feminino

e 5 (6,85%) do gênero masculino utilizaram ou utilizam algum método contraceptivo, e 14 (19,18%) meninas e 3 (4,10%) meninos não utilizaram ou não utilizam nenhum método. Os motivos para não ter usado nenhum método, foram: 6 (8,21%) por que não quis, 1 (1,36%) por que a relação não foi programada, 5 (6,84%) foi forçado a não usar e 20 (27,39%) porque não tem relação sexual. Entre os métodos utilizados foram citados 6 (8,21%) preservativo masculino, 3 (4,11%) pílula anticoncepcional, 1 (1,37%) anticoncepcional de emergência, 2 (2,74%) anticoncepcional injetável e 2 (2,74%) outros.

CONCLUSÃO: Os dados demonstraram a importância da capacitação dos bolsistas como futuros profissionais de saúde, para o atendimento qualificado aos adolescentes para desenvolver ações preventivas com esse público, que apresenta demandas específicas de saúde, especialmente no que se refere às questões sexuais e reprodutivas e o papel do(a) enfermeiro(a) na orientação sexual de adolescentes no ambiente escolar, acolhendo o adolescente em suas demandas, sem demonstrar preconceito ou posicionamentos morais, contribuindo para que sejam capazes de tomar decisões responsáveis acerca de sua saúde. Deve-se considerar ainda, a importância das diretrizes e ações do PROSAD, que embasaram o projeto e permitiu a realização desse estudo, embora ele se mostre limitado, principalmente em relação ao sexo masculino e mediante essa defasagem, incluímos as ações voltadas para essa população, ao tratar principalmente de temas como a reprodução e sexualidade. Também, é relevante ressaltar que através do projeto, em que foram utilizadas várias estratégias pedagógicas, foi possível a participação dos adolescentes nas atividades de promoção da saúde, como sujeitos ativos na construção de seu saber e de sua cidadania. Cabe lembrar ainda que a execução do projeto foi interdisciplinar e que as intervenções foram desenvolvidas sob os olhares dessas duas áreas de conhecimento (enfermagem e psicologia), tornando-o mais interessante e eficaz para os adolescentes e bolsistas.

Palavras-chave: Saúde. Adolescente. Educação em Saúde.

Área do Conhecimento: 4.04.00.00-0 Enfermagem; 4.04.06.00-8 Enfermagem de Saúde Pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas Saúde do adolescente:** competências e habilidades / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, (Série B. Textos Básicos de Saúde), 2008. CD ROM.

JAGER, Márcia Elisa et al. O adolescente no contexto da saúde pública brasileira: Reflexões sobre o PROSAD. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 211-221, abr./jun. 2014.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Relatório do UNICEF apresenta avanços e desafios relacionados à infância e à adolescência nos 25 anos do ECA**, 2011. Disponível em: <www.unicef.org/brazil/pt/resources_9478.htm>. Acesso em: 13 jul. 2015.

LOPES, Gertrudes Teixeira. O enfermeiro no ensino fundamental: desafios na prevenção ao consumo de álcool. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.11, n.4, p. 712-716, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v11n4/v11n4a25.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

SCIVOLETTO, S; FERREIRA, R. C. A prevenção ao uso indevido de drogas na escola. In: **Formação de multiplicadores de informações preventivas sobre drogas**. Brasília (DF): SENAD, 2002.

Projeto de Extensão como possibilidade de formação para além da sala de aula

Brenda Assunção Oliveira²⁷⁴
Gilnane Oliveira da Silva Moreira²⁷⁵
Thayrinne Fernanda Soares²⁷⁶
Prof.^a Karina Fideles Filgueiras²⁷⁷

INTRODUÇÃO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar as relações entre a formação humanista e integral, uma das missões da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/Minas, e o exercício extensionista no projeto de Extensão universitária “Enriquecimento da aprendizagem para o desenvolvimento de habilidades: crianças e adolescentes que gostam de aprender”. A PUC Minas, sendo uma Instituição de Ensino superior comunitária, confessional católica, tem por princípio de acordo com o Portal PUC Minas:

Promover o desenvolvimento humano e social, contribuindo para a formação humanista e científica de profissionais competentes, que tenha como base valores da ética, da solidariedade e compromisso com o bem comum, mediante a produção e disseminação das ciências, das artes e da cultura, a interdisciplinaridade e a integração entre a Universidade e a sociedade. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2016).

O projeto tem por finalidade desenvolver o potencial apresentado por crianças e jovens com altas habilidades ou que apenas se interessam em aprender, nos mais diversos campos como, por exemplo: tecnologia, biologia, informática, esportes, música, química, física, entre outros, pois essas áreas proporcionam o desenvolvimento das potencialidades presentes em cada participante. Ele busca a contribuição de diversas áreas do conhecimento para o enriquecimento do saber, abrindo então a oportunidade para o aluno extensionista desenvolver uma relação humanista a partir do saber científico de seu respectivo curso. Tais atividades envolvem discentes dos mais variados cursos de graduação da PUC Minas, de acordo com os interesses dos participantes do projeto, a saber, Engenharias: Química, Controle e Automação, Mecânica com ênfase em Mecatrônica, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia e Ciências Biológicas. Neste trabalho, nos ateremos às relações da formação acadêmica profissional dos discentes dos cursos de Fonoaudiologia e de Fisioterapia. No curso de Fonoaudiologia, de acordo com a Resolução CNE/CES 5, (2002, , p.1).

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) aborda as generalizações que sustentam o cotidiano do curso, em termos de suas atividades, ou seja, aborda a formação acadêmica, científica e cidadã do profissional fonoaudiólogo. Essa formação é voltada para a integralidade, para a interdisciplinaridade e para a humanização dos processos de construção da aprendizagem, o

²⁷⁴ Graduanda em Fisioterapia da PUC Minas, campus Coração Eucarístico. E-mail: capitubrenda@hotmail.com.

²⁷⁵ Graduanda em Fonoaudiologia da PUC Minas, campus Coração Eucarístico. E-mail: gilnane.fonocanto@gmail.com.

²⁷⁶ Graduanda em Fisioterapia da PUC Minas, campus Coração Eucarístico. E-mail: thayrinnesoares.fisio@gmail.com.

²⁷⁷ Orientadora e professora Adjunta IV do Instituto de Ciências Humanas da PUC Minas, campus Coração Eucarístico. Doutora em Educação. E-mail: kfideles@hotmail.com.

que ocorre por meio da integração graduação - pesquisa - extensão. (CNE/CES 5, 2002, p. 1).

No curso de Fisioterapia, de acordo com o Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde,

O Projeto Pedagógico preconiza desenvolver no aluno habilidades técnico-científicas que permitam uma prática clínica fundamentada na ciência, associada a valores éticos que garantam a humanização do atendimento. O currículo do curso na PUC Minas tem o objetivo de formar profissionais generalistas, aptos a prevenir ou tratar as disfunções específicas de cada área. Além de atuar na prática clínica, o aluno também estará preparado para desenvolver projetos e pesquisas nas diversas áreas de conhecimento da Fisioterapia. (ICBS, 1997, p. 1).

Logo, entendemos que é de suma importância o exercício da prática de projetos de extensão durante a formação para que o aluno tenha a oportunidade de articulação com a sociedade, trabalhando em prol da cidadania, da inclusão e do desenvolvimento social. Através da Fonoaudiologia, é possível exercer a ciência que tem como objeto de estudo a comunicação humana, em seu desenvolvimento, aperfeiçoamento, distúrbios e diferenças, aspectos envolvidos na função auditiva periférica e central e na linguagem oral e escrita. A Fisioterapia, ciência que cuida da reabilitação de funções motoras, podendo atuar em hospitais, clínicas, perícias judiciais trabalhistas e outros locais voltados para a saúde. Isso se reflete na formação cidadã e humanista discente e docente, na perspectiva de desenvolvimento integral do ser humano, missão primeira da Universidade.

METODOLOGIA: A metodologia proposta são oficinas de conhecimento que possibilitam uma observação participante por parte dos extensionistas monitores. A observação participante pode ser definida como:

Uma técnica de investigação social em que o observador partilha, na medida em que as circunstâncias o permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade. É, no fundo, uma técnica composta, na medida em que o observador não só observa como também tem de se socorrer de técnicas de entrevista com graus de formalidade diferentes. (ANGUERA, 1985, p.1).

Com base no que é proposto pelo projeto, todo extensionista monitor desenvolve oficinas de conhecimento relacionadas aos seus respectivos cursos e, em contrapartida, adquire novas experiências, tanto de saberes como de interação com todos os demais participantes do projeto.

RESULTADOS: A participação do aluno com um projeto de extensão possibilita acesso a conhecimentos e experiências pessoais. Especificamente, o projeto com crianças e adolescentes, possibilita uma relação humanista entre seus participantes. Poder lidar com o outro de forma contributiva, abrindo um caminho para uma formação pessoal positiva e integral. Tarefas em conjunto abrem um caminho de novos diálogos, novas práticas e novos posicionamentos interpessoais. Podemos citar momentos que testemunham a formação humanista e integral que o projeto possibilita. O primeiro é a comunicação entre os envolvidos do projeto, especificamente as

crianças e adolescentes participantes, os pais, a coordenadora, os monitores extensionistas e os discentes do curso de Ciências Biológicas que desenvolvem uma prática curricular de extensão, também apoiada nas ações do projeto. Temos total interação uns com os outros, compreendendo o papel de cada um e respeitando os posicionamentos individuais. Segundo, o planejamento, execução, monitoramento e avaliação de atividades para os participantes que requerem, do monitor extensionista, habilidade e aptidão para contribuir, de forma satisfatória, para o enriquecimento da aprendizagem das crianças e adolescentes. As atividades são elaboradas de maneira profissional, suprimindo o que é esperado pelos envolvidos, de acordo com suas áreas de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: É de extrema importância para o discente extensionista, um período de experiência que o possibilita dirigir atividades práticas juntamente a uma equipe, formando desde já uma postura profissional. Portanto, o desenvolvimento das ações para o projeto de extensão universitária e a interação com as diversas áreas acadêmico-profissionais desenvolvem uma relação humanista entre os alunos e os participantes de forma que ambos são considerados iguais, para que possam desenvolver a sua aprendizagem significativa provocando uma modificação, quer seja no comportamento do indivíduo, na orientação futura que escolha ou nas suas atitudes e personalidade, mostrando a direção para serem reconhecidos pelo outro.

Palavras-chave: Formação humanista. Formação integral. Formação acadêmica. Prática de extensão.

Área do Conhecimento: 2.00.00.00-6 /7.00.00.00-0

REFERÊNCIAS

ANGUERA, Maria Teresa. **Metodologia da observação nas ciências humanas**. 1985. Porto: Porto Editora, 2003-2016. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$observacao-participante](http://www.infopedia.pt/$observacao-participante)>. Acesso em: 29 mar. 2016.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **A PUC Minas: Missão e valores**. Disponível em: <http://pucminas.br/portal/index_padrao.php?pagina=990>. Acesso em: 29 mar. 2016.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Política de Extensão da PUC Minas e Regimento da PUC Minas sobre a missão da universidade**. Disponível em: <http://www.PUC Minas.br/documentos/politica_de_extensao.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2016.

_____. Resolução N.º 06/2011 que aprova alteração do **Regimento Geral da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais** – PUC Minas (Processo CONSUNI n.º 07/2011). Disponível em:

<http://www1.PUC Minas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20121117153915.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2016.

_____. **Projeto pedagógico do curso de Fisioterapia.** Disponível em:
<<http://icbs.PUC Minas.br/fisiocoreu/>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

_____. **Projeto pedagógico do curso de Fonoaudiologia.** Disponível em:
<http://www.PUCMinas.br/graduacao/cursos/arquivos/CUR_ARQ_PROJE_PEDAG20100414134210.pdf?PHPSESSID=481a02f937c466bd890697651cf01dd>. Acesso em: 29 mar. 2016.

Projeto Lições da Terra: metodologias participativas nos estudos ambientais²⁷⁸

Ludivanelem Aparecida da Silva²⁷⁹
Prof.^a Juliana de Lima Passos Rezende²⁸⁰

INTRODUÇÃO: A complexa relação entre universidade e sociedade revela-se na integração das diferentes áreas do saber ofertadas pela universidade, a partir do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (DIAS, 2009). Partindo desta concepção, o Projeto de Extensão Lições da Terra vem, desde 2013, dedicando-se à elaboração de Relatórios Antropológicos, através de convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Estes relatórios são peças chave para o processo de regularização/titularização dos territórios quilombolas, conforme a Instrução Normativa nº 57 que “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinstituição, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003”. A elaboração de tais relatórios pressupõe ainda, conforme esta mesma resolução, a existência de uma equipe multidisciplinar, que trabalhe nas dimensões antropológicas, sociais, territoriais e ambientais, a fim de que o território proposto possa contemplar não somente aspectos históricos e sociais, mas também de sustentabilidade ambiental, na área a ser delimitada. Desse modo, o projeto Lições da Terra, ao reunir professores e alunos de diversas áreas do saber, aproxima-os da realidade socioeconômica, política, cultural e ambiental das comunidades quilombolas de Minas Gerais. As Ciências Biológicas, neste projeto, têm trabalhado com metodologias participativas, para realizar a caracterização ambiental nestas comunidades. O objetivo é descrever a metodologia participativa, que tem sido empregada para os estudos ambientais nas comunidades quilombolas de Vila Nova e de Santa Cruz, ambas situadas no município do Serro, atendidas pelo projeto durante os anos de 2015/2016.

METODOLOGIA: A comunidade de Vila Nova ocupa uma rua no distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, sendo, portanto uma comunidade com maior influência urbana, diferentemente da comunidade de Santa Cruz, localizada em área rural, ambas pertencentes ao município do Serro, MG. A caracterização ambiental das comunidades é realizada através de estudos etnobiológicos, os

²⁷⁸ Este trabalho é parte integrante do projeto Lições da Terra. Participam da equipe: Prof. Dr. Ricardo Ribeiro Ferreira (Curso de Ciências Sociais, Coordenador do Projeto de Extensão), Prof.^a D.^{ra} Denise Pirani (Curso de Ciências Sociais) e Welison Brito (Biólogo, funcionário da PUC Minas, Curso de Ciências Biológicas). Financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas/ INCRA.

²⁷⁹ Graduanda em Ciências Biológicas na PUC Minas, unidade Betim. E-mail: ludivanelem@yahoo.com.

²⁸⁰ Orientadora, professora mestre, Assistente IV, do Departamento de Ciências Biológicas da PUC Minas. E-mail: jupassosrezende@gmail.com.

quais se enquadram no rol das Ciências, que visam entender o funcionamento do meio ambiente a partir dos conhecimentos milenares tradicionais. Diferentemente da ciência tradicional, cartesiana, esses conhecimentos, traduzidos em saberes, são formados no dia a dia das comunidades, observando-se as plantas, animais, as estações do ano, os efeitos climatológicos, enfim toda a natureza circundante (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009). Estes saberes são tradicionalmente transmitidos, de forma oral entre as pessoas da comunidade, sem a necessidade de escreverem-se livros e tratados (VELLASCO; ALMADA, 2012). Desse modo, as iniciativas de sistematizar estes conhecimentos colaboram não somente com a comunidade, trazendo à tona estas informações e possibilitando a reativação destes laços tradicionais, mas constituem-se em precioso material para o meio científico, uma vez que muitas delas nem sempre estão disponíveis em registros convencionais de pesquisa. Ressalta-se, desse modo, que a metodologia participativa em questão, aplicada no caso específico do Relatório Antropológico para fins de delimitação do território, traz em si a legitimação de um processo coletivo de construção deste território, colocando a comunidade como ator principal neste processo. As metodologias participativas usadas nas comunidades são: Construção de mapas mentais, Entrevista com pessoas da comunidade; Aplicação de Questionários socioeconômicos; Turnê Guiada pelos ambientes listados. Há uma preocupação metodológica, que é a relação dialógica entre as comunidades e a equipe PUC Minas. Em média são feitas 03 a 04 campanhas de campo, com estada entre 05 a 09 dias nas comunidades. São realizadas reuniões com as comunidades beneficiadas, tanto no início, como no meio e ao final do projeto, para esclarecimento/devolução e correção da comunidade e posterior finalização com avaliação do processo de delimitação.

DISCUSSÃO: As metodologias participativas, usadas nas comunidades quilombolas de Vila Nova e Santa Cruz, permitiram até o momento, a produção de 02 mapas mentais, um de cada comunidade. Feitos em reuniões nas comunidades, são produzidos de modo coletivo, mas há de se destacar a participação dos jovens, que se sentem motivados a participar do processo e são muitas vezes interpretes dos mais velhos, quando materializam por meio do desenho o espaço territorial relatado por aqueles. Nesses mapas, as comunidades alocam casas, riachos e rios, áreas naturais, como cerrados, matas, serras, áreas de cultivo, estradas e outros marcos importantes. Essa metodologia permite uma aproximação dos pesquisadores com a comunidade; percebe-se que neste momento a comunidade faz uma reflexão sobre seu próprio território. Esses mapas são de fundamental importância para a localização da equipe em campo, quando se fazem as turnês guiadas, mas também são importantes para se entender como as comunidades percebem e se posicionam em seu território. Diferentemente, as entrevistas semiestruturadas, são realizadas com pessoas mais velhas da comunidade, adultos e ou idosos, que possuem conhecimento sobre o

extrativismo de áreas naturais, bem como dominam o conhecimento sobre o território. Além das entrevistas, foram transcritas mais de 40 horas de gravações, durante os trabalhos. Foram entrevistados os membros mais velhos, mas ainda em plena atividade na comunidade e que tem maior contato e conhecimento sobre os recursos naturais; foi possível identificar, por exemplo, que os recursos vegetais são separados em 11 categorias de uso: alimentícias, médicas, veterinárias, construção civil, fins tecnológicos, fins cosméticos, artesanato e venda, mágico/religiosas, lenha, higiene, e usos múltiplos. Os questionários aplicados nas comunidades quilombolas, compostos por 74 questões, das quais 34 são relacionadas ao meio ambiente e recursos naturais, permitem uma avaliação socioeconômica e cultural, detalhada de cada família da comunidade. Foram aplicados em todas as residências das comunidades, e respondidos pelos responsáveis da casa, resultando em 24, na comunidade Vila Nova, e 47 na comunidade de Santa Cruz. As turnês guiadas permitem a coleta das informações de delimitação de territórios: os chamados de tipos de natureza, e suas características; as plantas nativas mais usadas em cada um desses ambientes; realiza-se também a coleta de vegetais, com nomes populares e informações de uso. Essas caminhadas guiadas pelos territórios permitem comparar as terminologias locais, as denominações que são dadas às paisagens com as terminologias científicas usuais. Deste modo, para ambas as comunidades, que ocupam a mesma região no município, ficou clara a existência dos seguintes tipos de fisionomias: cerrado (“carrasco”), mata (“mato fechado”), campos (“serras”). Todo este conjunto de informações é usado na elaboração dos relatórios antropológicos. A comunidade é peça chave para correção dos dados após triagem. Nesse momento, em reuniões coletivas com ou em reuniões com as lideranças, e equipe PUC Minas leva os resultados trabalhados e discute tanto a delimitação da área, como os dados coletados sobre plantas, paisagens e demais recursos naturais. Nesses momentos, são corrigidas e confirmadas as informações reunidas ao longo dos trabalhos em campo. Esta ação dialógica permite a construção de um território legitimado pelo uso tradicional e histórico destas pessoas e de seus antepassados, sobre os recursos naturais, envolvendo as áreas mais importantes para captação de água, para extrativismo vegetal bem como as áreas que tenham também uso simbólico a ser preservado.

CONCLUSÕES: As metodologias participativas legitimam a construção do território quilombola a ser titulado, pois envolvem a comunidade em todas as etapas do processo. Não se pode conceber a regularização do espaço pleiteado sem que a comunidade envolvida tenha sido exaustivamente ouvida e indicadas em campo as áreas importantes para sua sobrevivência. A construção de uma metodologia para a elaboração de relatórios antropológicos em comunidades quilombolas do Serro, com tanta diversidade de procedimentos investigativos e com os vários aspectos já abordados tem sido um aprendizado importante para todos os envolvidos. A inclusão de todo o trabalho como

atividade extensionista permite que estudantes de graduação de diferentes áreas possam vivenciar um processo de trabalho que combina conhecimento teórico e experiência prática.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Extensão. Metodologia participativa

Área do Conhecimento: 2.00.00.00-6

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P, Lucena, R.F.P. e Cunha, L. V. F. C. (orgs). Recife, Pernambuco, NUPPEA, 2010.

DIAS, Ana Maria Iori. Discutindo caminhos para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física**, v. 1, n. 1, p. 37-52, 2009.

TOLEDO, V. M. e BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20: 31-45. UFPR. 2009. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/download/14519/10948>>. Acesso em: 02 set. 2013.

VELLASCO, D. G; ALMADA, E. D. **Saberes do Cerrado: comer, plantar e colher na Serra do Cipó**. AMANU, Belo Horizonte, 2012.

Projeto Qualidade de Vida para Todos: uma formação acadêmica multidisciplinar na graduação

Kelen Amadeu Vicente Cecotti²⁸¹
Larissa de Oliveira e Silva²⁸²
Prof.^a Cláudia Barsand de Leucas²⁸³

O Projeto de Extensão “Qualidade de Vida para Todos” da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais tem possibilitado aos acadêmicos participantes, uma oportunidade de conviver com diversos cursos de graduação da Universidade, sendo necessário o diálogo com os professores e alunos participantes. O objetivo deste artigo de revisão é discutir as possíveis interações acadêmicas e suas abordagens técnicas que possibilitem um avanço dentro do trabalho desenvolvido pelo Projeto “Qualidade de Vida para Todos” da PUC Minas. Foi realizada uma busca em banco de dados, tais como: Lilacs, Scielo e Portal Capes, utilizando os descritores qualidade de vida e pessoas com deficiência, Fisioterapia e Psicologia. Diferentes técnicas têm sido utilizadas no dia a dia do projeto; este trabalho visa demonstrar algumas destas para o aprimoramento do projeto com base em pesquisas acadêmicas e vivência prática, contudo este estudo se deterá em apenas algumas técnicas comuns entre a área da Psicologia e da Fisioterapia, que nos proporcionem um aprimoramento acadêmico de forma a contribuir ainda mais para qualidade de vida dos alunos inscritos no projeto, sendo uma abordagem multidisciplinar.

INTRODUÇÃO: O Projeto de Extensão “Qualidade de Vida para Todos” (PQVT), do curso de Educação Física, foi implementado em 11 de abril de 2014, sendo desenvolvido no Complexo Esportivo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Coração Eucarístico, e financiado pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). Tal projeto possibilita o acesso de pessoas com deficiências física, auditiva, visual, intelectual e múltipla à prática de regular de atividades aquáticas, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos participantes. (SOUZA, 2014). Atualmente, o projeto atende 34 participantes com diferentes tipos de deficiências, e há 19 acadêmicos, sendo cinco extensionistas remunerados, 22 voluntários e 6 estagiários da disciplina de Estágio Curricular Obrigatório – Educação Física e Pessoas com Deficiência, componente da grade curricular do Curso de Educação Física. O projeto QVT vem com o objetivo de unir diversas disciplinas que se interessem em contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos que buscam o projeto, na esperança de melhora, também, em seu quadro clínico. Essa interação

²⁸¹ Graduanda em Psicologia da PUC Minas (5º período). E-mail: amadeukelen@hotmail.com.

²⁸² Graduanda em Fisioterapia da PUC Minas (8º período). E-mail: larissadeoliveiraesilva@hotmail.com.

²⁸³ Orientadora e professora Assistente IV do Departamento de Educação Física da PUC Minas. Doutoranda em Educação pela Universidade Internacional do Chile - SEK, professora no curso de Educação Física da PUC Minas e coordenadora do Projeto de Extensão Qualidade de Vida para Todos. E-mail: cbarsand@gmail.com.

entre as diversas áreas permite que novas ideias sejam usadas para o desenvolvimento destes alunos, construídas através dessa interdisciplinaridade. Tal projeto é realizado dentro da piscina do complexo esportivo da PUC Minas e hoje conta com a atuação dos acadêmicos de Educação Física, da Psicologia e de Fisioterapia, que juntos dialogam novas maneiras de intervenções. Dentro da Psicologia e Fisioterapia, muitos pontos de intervenção puderam ser percebidos. A Fisioterapia possui na sua essência, de formação, uma abordagem mais clínica, porém a vivência no PQVT possibilitou o entendimento de outros contextos, não apenas o clínico, mas o biopsicossocial das pessoas com deficiência com o intuito de promover uma autonomia e a melhoria da qualidade de vida dos participantes. Enquanto Universidade, a PUC Minas visa a articular ensino, pesquisa e extensão com o propósito estratégico de promover ao acadêmico o hábito da pesquisa, utilizando do seu conhecimento teórico-prático em prol do desenvolvimento na extensão universitária. A elaboração deste trabalho é justificada pela necessidade de realizar ações de extensão que contribuam para o desenvolvimento e qualidade do PQVT, para fundamentar a importância do mesmo em relação à formação multidisciplinar do acadêmico de graduação. O projeto propõe aos acadêmicos um relatório final baseado nos relatórios diários de vivência no projeto. Observamos aspectos físicos e emocionais dos alunos, melhoras e novos desafios; dentro do projeto nos reunimos e trocamos experiências que acrescentam na vida acadêmica de cada um. Procuramos nos embasar em bases teóricas, que possibilitem o entendimento das potencialidades dos alunos.

METODOLOGIA: Este artigo se constitui em uma revisão de literatura, e relatos dos alunos e familiares, uma pesquisa de âmbito qualitativo; foram pesquisados artigos científicos, nas bases de dados LILACS, SCIELO e Portal CAPES que abrangessem as diversas áreas envolvidas no projeto utilizando os descritores qualidade de vida e pessoas com deficiência, Fisioterapia e Psicologia, apesar das dificuldades em artigos que se correlacionem foi possível interligar as diversas áreas no mesmo objetivo, também foram usados livros didáticos de algumas disciplinas como análise experimental do comportamento de Skinner (Psicologia), que também agregaram com informações precisas para o trabalho.

DESENVOLVIMENTO: As diversas disciplinas buscam identificar pontos relevantes de trabalho, foram levantados três pontos: a influência da técnica de Watsu contida na hidroterapia (Terapia complementar também utilizada na Fisioterapia) e os benefícios do relaxamento que tal técnica proporciona nas pessoas com deficiência; alterações comportamentais para alunos com transtorno do espectro autista com repertório comportamental fixo (excessivo); e aperfeiçoamento do comportamento verbal. A hidroterapia é o uso da água com finalidades terapêuticas para tratamentos, foi somente no ano de 1700 com Sigmund Hahn que a hidroterapia se iniciou, desde

então vem sendo utilizada cada vez mais. Dentro da hidroterapia existem vários métodos diferenciados, um destes é o Watsu, criado por Harold Dull, em 1980; é uma técnica constituída por movimentos do Shiatsu zen na água, dentre os movimentos está a flutuação que se constitui da imersão parcial do indivíduo na água, sendo que esta imersão priva tal sujeito de alguns dos sentidos, como audição, visão, tato e sinestesia (BIASOLI, 2006). Para entrar em contato com os estímulos internos e alcançar o relaxamento dentro do projeto, essa técnica também pode ser aplicada junto com os profissionais da Fisioterapia que podem proporcionar outras atividades que colaborem para esse relaxamento, tais como massagem ou estimulação de pontos específicos do corpo do aluno. O comportamento humano pode ser inato ou adquirido; comportamento inato é aquele com o qual já nascemos e são mantidos ao longo de nossas vidas pelas consequências que estes geram. Já os comportamentos adquiridos surgem desses comportamentos que já existiam em nosso repertório comportamental. Repertório comportamental, segundo B.F Skinner (1974), diz respeito “àquilo que a pessoa [...] é capaz de fazer, dadas às circunstâncias adequadas”. Um dos objetivos da psicologia se relaciona com a modificação comportamental que se dá por meio de processos de variação e seleção. Nossos comportamentos são selecionados pelas consequências que produzem e as respostas são mantidas pelos reforçadores, estes podem ser positivos ou negativos exercendo controle sobre o comportamento. Cabe como primeiro ponto dentro do projeto descobrir que tipo de reforçadores estão envolvidos, destacando-se que um trabalho envolvendo modificação comportamental só pode ser realizado depois de uma análise completa sobre a história do aluno, das contingências de vida desse sujeito, através de relatos de familiares e pessoas próximas. Dentre os alunos do projeto alguns encontram dificuldades para verbalizar e se comunicarem, sabe-se que palavras não são a única forma de se expressar, Skinner define comportamento verbal como tudo que é capaz de exercer influência sobre o ambiente, sofrendo as consequências da alteração que provoca nele - nosso objetivo com este trabalho será aumentar esses repertórios comportamentais. Os saberes da extensão universitária são construídos a partir de experiências multidisciplinares vivenciadas no PQVT, surgindo como um dos caminhos propícios tanto para romper o isolamento das profissões, como para reinstalar o trabalho coletivo em torno do estudo da realidade, podendo assim estabelecer o diálogo de forma mais precisa de relação entre os seres. A multidisciplinaridade é a troca de conhecimento entre as áreas em crescimento conjunto. De acordo com a Resolução CNE/CES 4, de 19 de fevereiro de 2002, da Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia, no inciso III do artigo 5º, o Fisioterapeuta deve “atuar multiprofissionalmente, interdisciplinarmente e transdisciplinarmente com extrema produtividade na promoção da saúde baseado na convicção científica, de cidadania e de ética.”

CONCLUSÃO: Este trabalho permitiu que o grupo de extensionistas da PUC Minas, dialogasse sobre a influência que cada área pode exercer diante das necessidades do projeto. Entendemos que, durante a formação acadêmica de graduação, o aluno deve ser estimulado a produzir trabalhos acadêmicos que lhe proporcionem o desenvolvimento de várias competências no campo de sua futura profissão, por meio de uma aproximação maior entre a realidade e a prática, a teoria absorvida em sala de aula, sendo está à realidade prática no PQVT e compartilhada por diversas áreas acadêmicas, que juntas constroem um saber, o que faz valer cada segundo na extensão universitária. A formação da equipe multidisciplinar do projeto se desenvolveu de forma espontânea, com cada curso inserido no projeto, exceto no curso de Educação Física, que é o curso de origem do mesmo. Essa equipe, atualmente conta com alunos dos cursos de Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Psicologia, havendo o diálogo entre todos eles.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Fisioterapia. Psicologia.

Áreas de conhecimento: Ciências da saúde. Saúde coletiva. Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Educação Física. Psicologia Experimental.

REFERÊNCIAS

- BIASOLI, M.; MACHADO, C. Hidroterapia: técnicas e aplicabilidades nas disfunções reumatológicas. **Temas de reumatologia clínica**, v. 7, n. 3, jun. 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia**: Resolução CNE/CES 4. Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES042002.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.
- CUNHA & CAROMANO. Efeitos Fisiológicos da imersão e sua relação com a privação sensorial e o relaxamento em Hidroterapia. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 95-103, maio/ago. 2003.
- SKINNER, B.F. (1978). **O Comportamento Verbal**. São Paulo: Cultrix/EDUSP. Publicação original de 1957.
- SOUZA, J. R. **Avaliação do Projeto Qualidade de Vida para Todos**. PROEX/PUC Minas; Belo Horizonte, 2014.

Reflexão e intervenção na construção da autonomia: relato de experiências do Programa Espaço Dignidade e Cidadania²⁸⁴

Silvinha Neves Pereira²⁸⁵
Prof.^a Júlia Calvo²⁸⁶

O Programa de Extensão Espaço Dignidade e Cidadania atende adolescentes na PUC Minas em Contagem para o desenvolvimento de oficinas voltadas para a formação da cidadania e qualificação profissional. Para tanto envolve graduandos de diferentes cursos que empregam ali as teorias acadêmicas, as experiências individuais, a formação humanística e desenvolvem habilidades e competências que ultrapassam o percurso formativo dos cursos de graduação por meio da intervenção com os adolescentes atuando na organização, trabalho em equipe, aprendizado na resolução de conflitos e problemas e, principalmente, conduzindo para autonomia que vale para os dois lados: a autonomia do graduando em desenvolvimento e também do adolescente acompanhado.

INTRODUÇÃO: A Universidade, por meio da Pró-Reitoria de Extensão, promove um conjunto de programas e projetos que contribuem para a formação profissional e humanista de seus alunos, bem como busca contribuir com o desenvolvimento local das comunidades atendidas e empoderamento dos grupos e indivíduos com os quais as ações são desenvolvidas. Uma dessas iniciativas é o Programa Espaço, Dignidade e Cidadania, que é desenvolvido na PUC Minas em Contagem desde o ano de 2012 e atende adolescentes e jovens de 15 a 17 anos. A cidade de Contagem, situada na região metropolitana de Belo Horizonte, tem hoje 617.749 habitantes, sendo a terceira maior cidade em população do Estado, é uma importante área industrial da região metropolitana, se destacando no estado mineiro. Apesar do grande desenvolvimento proveniente do seu parque industrial e segmento comercial, a cidade de Contagem ocupa o 13º lugar no ranking dos 20 municípios brasileiros com maiores taxas de mortalidade de jovens por violência entre 12 e 18 anos. Os jovens atendidos pelo Programa estão no grupo de risco indicado pela ONG Observatório das Favelas, em dezembro de 2012, no qual se espera que 32 mil adolescentes sejam mortos por violência letal (homicídios, suicídios e acidentes) nos municípios brasileiros com mais de 100 mil moradores se as condições que prevaleciam em 2008²⁸⁷ não melhorarem. O envolvimento cada vez mais precoce no tráfico de drogas, a evasão da escola e a dissociação do convívio familiar contribuem para este cenário. Percebe-se que hoje as políticas públicas voltadas para o atendimento de crianças e

²⁸⁴ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

²⁸⁵ Assistente Social do Programa Espaço Dignidade e Cidadania. Especialista em Gestão de Programas e Projetos Sociais e em Gerontologia. Pró-Reitoria de Extensão/PUC Minas Contagem. E-mail: silvinhapereira@hotmail.com.

²⁸⁶ Orientadora, professora Adjunta IV do Departamento de Curso de História e Direito da PUC Minas, Doutora em Ciências Sociais. Coordenadora do Programa Espaço Dignidade e Cidadania. E-mail: juliacalvo1@gmail.com.

²⁸⁷ Estes dados foram levantados a partir do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, referentes a 2008, último ano sobre o qual há informações disponíveis.

adolescentes atuam principalmente em duas frentes: a infância e a preparação para o trabalho. Para adolescentes e jovens entre 14 e 17 anos, principalmente em situação de risco e vulnerabilidade social e, muitas vezes, sob medida socioeducativa, há uma carência, evidenciada no município de Contagem, onde o Programa se localiza, de atendimento especializado que incluem locais destinados para este público alvo específico. Este quadro se agrava mais na atual reforma ministerial (outubro/2015), inclusive, em que acabou de ser anunciada a suspensão do Programa Mais Educação, do Governo Federal, responsável pelos recursos destinados à oferta de atividades de suporte escolar e oficinas no contraturno em que o estudante estiver matriculado nas Escolas da Rede Pública. Os jovens abrangidos pelo Programa encontram-se em condições especiais que necessitam do acompanhamento e do atendimento. São elas: situação de vulnerabilidade e risco social e violação de direitos, em cumprimento ou egressos de medidas socioeducativas. Alguns jovens também estão sob medida de proteção de acolhimento institucional, do Programa de Erradicação do Trabalho infantil (PETI) e estiveram vinculados a programas de combate à violência e ao abuso e à exploração sexual. Segundo o registro dos dados coletados das fichas dos adolescentes, atendemos mais mulheres do que homens. São praticamente 75% de mulheres na região do Parque São João e 67% na região de Nova Contagem (majoritários nos atendimentos do ano de 2015). Quanto à faixa etária, na região do Parque São João a grande maioria dos adolescentes se concentra entre 14 e 15 anos. Na região de Nova Contagem, a maior concentração se dá entre os 15 e 16 anos. Nas casas de acolhimento, a questão de gênero não é um destaque. Atendemos a duas casas de meninos e uma casa de meninas. Quanto à faixa etária, a maior parte dos adolescentes tem entre 14 e 15 anos. Por demanda espontânea, adolescentes originários da região do bairro Bela Vista, predominam também adolescentes entre 14 e 15 anos, sendo 85% composto por meninas. Com relação à seleção do público atendido, o Programa faz parceria com a Secretaria de Assistência Social do Município de Contagem - MG, que por meio das suas Instituições (CRAS, CREAS e Casas de Acolhimento) encaminha jovens atendidos e faz o assessoramento social do programa, por meio de seus técnicos. O Espaço também integra as Redes de Assistência, recebendo adolescentes indicados pelos parceiros e encaminhando aos parceiros adolescentes para emprego e cursos de formação. Além da demanda dirigida, dos adolescentes encaminhados pelos parceiros, realiza também faz busca ativa e recebe, por demanda espontânea, jovens dos bairros e escolas do entorno da PUC Minas em Contagem. Neste semestre atendemos 40 adolescentes encaminhados pelo CRAS do Parque São João (Contagem-MG), que chegam à PUC Minas em ônibus oferecidos pela Empresa de Transportes São Gonçalo, nove adolescentes encaminhados pelas Casas de Acolhimento do município (Casa Viver Bem e Casa Aquarela) e 12 adolescentes encaminhados por outros parceiros ou que estudam ou reside nas proximidades do Campus. O foco do Programa Espaço Dignidade e Cidadania é a integração social e a capacitação

para o mercado de trabalho e neste processo promove, junto aos estudantes de graduação, a possibilidade de conhecer grupos, pessoas e demandas sociais e vivenciar a prática e a intervenção para o desenvolvimento da autonomia e das habilidades e consequências. É importante ressaltar essa ligação com os estudantes de graduação já que, como Programa de Extensão, tem como pilar mais importante a formação complementar, humanística e social sem comparação a outras instâncias da formação superior como Ensino e Pesquisa. A Extensão, como pretendemos demonstrar neste artigo, caminha *pari passu* com o ensino e utiliza-se de técnicas de pesquisa para seu desenvolvimento como também, permite experienciar problemas para promoção e desenvolvimento de pesquisas e, para além de tudo isso, permite a formação ampla do sujeito acadêmico ao indicar explicitamente a função social da Universidade e desenvolvimento de habilidades para a busca da emancipação, da gestão de problemas, da organização, da oratória, do trabalho em equipe entre outros. Este Programa é assim desenvolvido através da participação dos estudantes de vários cursos da PUC Minas, que contribuem com as suas habilidades e conhecimentos adquiridos nos cursos ou oriundos da experiência individual. Indo além da associação entre teoria e prática, o contato com o outro, com a comunidade e com as múltiplas realidades diferentes permite uma construção de um sujeito acadêmico, que desenvolve competências singulares na sua formação. Os estudantes universitários aprendem e apreendem a autonomia, a organização, a responsabilidade, o trabalho em equipe e a capacidade para analisar situações cotidianas e intervirem quando for importante. Muitas vezes os jovens atendidos, principalmente pela realidade vivenciada e pela própria condição de adolescente procuram apenas serem ouvidos e compreendidos nas suas demandas afetivas e emocionais. É uma via de mão dupla: os jovens atendidos recebem atenção e busca de suporte para as suas necessidades, assim como possibilita aos universitários envolvidos no Programa uma formação mais humana e diferenciada.

METODOLOGIA: Paulo Freire afirma que a educação não pode ser tida como adaptação do indivíduo à sociedade, deve ser capaz de transformar a realidade através do desenvolvimento da consciência crítica na relação e interação com os que estão à sua volta. Através do conhecimento, a pessoa desenvolve sua capacidade reflexiva e argumentativa, torna-se sujeito de sua própria história. O Projeto desenvolve, dessa forma, ações diretas com os adolescentes através de atividades abrangentes, focadas nas necessidades específicas, exigidas no âmbito sócio educacional e de forma pontual nas questões emergenciais relacionadas à vulnerabilidade a qual estes jovens estão submetidos. As atividades acontecem cinco dias por semana, das 14h às 16h30, sendo que um dia fica dedicado ao planejamento, avaliação e nivelamento com os monitores das ações

extensionistas²⁸⁸. O atendimento aos jovens entre 15 e 17 anos propõe a adequação das oficinas à faixa etária e ao interesse deste público-alvo, permitindo de fato sua promoção social e acesso ao mundo do trabalho. São projetos necessários para a vida, que podem funcionar como um passaporte de entrada, integração e promoção para o viver em sociedade. O espaço da PUC Minas não se propõe a tomar ou substituir o espaço escolar formal e inclusive o ponto positivo é que, apesar de ser reconhecido pelos beneficiários como Universidade, não é reconhecido como Escola. Essa relação diferenciada com o espaço permite uma nova atribuição de seu sentido pelo jovem, ao mesmo tempo em que, ao invés de professores tradicionais, a condução das oficinas é feita pelos extensionistas, jovens e estudantes como muitos deles. Isso se traduz tanto numa maior proximidade com o projeto e, principalmente, como perspectiva de buscar no espelho dos universitários envolvidos, uma perspectiva de futuro. A metodologia, assim, possui uma abordagem tanto quantitativa quanto qualitativa para atender aos objetivos do Programa e a diversidade das áreas que abrange. Quantitativa na frequência, avaliação nos cursos, resultado nos diagnósticos, mas predominantemente qualitativa para atender aos objetivos do fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários, promoção dos direitos humanos, formação para cidadania, mudança de valores e atitudes que exigem uma aproximação e percepção dos sentidos e significados atribuídos por todos os envolvidos e da sua participação.

RESULTADOS: Através dos atendimentos e observação diária, relatórios dos técnicos e relatos familiar e/ou responsável, foi perceptível notar mudanças significativas em diversos segmentos nos usuários do Programa no desenvolvimento do Protagonismo Juvenil, no encaminhamento ao emprego e retorno à escola, na melhoria dos vínculos comunitários, familiares e sociais, no desenvolvimento de habilidades e competências, da identidade, cidadania, interação e socialização, na oportunidade de atendimento ao adolescente no âmbito socioeducativo e profissional fora do território ao qual pertence, na promoção social e empoderamento dos adolescentes atendidos, além da oferta de novas possibilidades e expectativas, aproximação com a universidade e com os equipamentos sociais. Quanto aos estudantes de graduação, a questão ética, a formação humanista e a extensão estão contempladas. Associa-se ao Projeto Pedagógico dos cursos a busca pela extensão e pela pesquisa e o atendimento à premissa de aproximação entre teoria e prática e na interdisciplinaridade que os projetos pedagógicos encerram em si mesmos. Os relatórios dos extensionistas demonstram o papel da extensão universitária na formação dos graduandos e destacam o aprendizado humanista de forma ampla, o desenvolvimento de habilidades no campo da comunicação e sensibilização para com o outro. Compartilham o crescimento individual e a

²⁸⁸ Ao final do dia de atendimento ao adolescente, rotineiramente os extensionistas se reúnem com a técnica para uma breve avaliação e acertos da continuidade da semana.

evolução enquanto estudante e cidadão e apontam o Programa na sua importância fundamental para a formação profissional.

CONCLUSÕES: Durante o tempo de atividade, o Programa já atendeu centenas de adolescentes e jovens, alcançando grande desenvolvimento e protagonismo juvenil e visibilidade no município de Contagem. Busca resgatar a autonomia; valorizar a autoestima; os laços familiares, comunitários e escolares; desenvolver habilidades e potencialidades; e, também, a inserção e reconhecimento no campo social, estimulando a permanência e/ou reinserção no sistema educacional. O Programa tem seu foco no campo educativo não formal, acolhendo os jovens e estimulando, reforçando ou reconstruindo seus vínculos afetivos e sociais. Durante as tardes participam de oficinas construídas para atendimento à demanda do grupo, seja voltadas para apoio e desenvolvimento escolar (neste campo nossas ações pautam na potencialização das habilidades identificadas para valorização de si próprios e construção da autonomia nos estudos), capacitação e preparação para a vida profissional, acompanhamento social e familiar entre outros. Nos currículos e na formação universitária, com a troca entre a teoria, vivências pessoais e o contato com o público atendido, surgem diversas demandas e problemas que efetivamente mobilizam a busca de saberes e investigação e muitas dessas demandas acabam por tornarem-se projetos de pesquisa, criação de produtos, de Trabalhos de Conclusão de Curso e outros produtos associados à vida acadêmica.

Palavras-chave: Extensão. Adolescentes. Educação. Formação humanista

Área do Conhecimento 7.00.00.00-0 Ciências Humanas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY Miriam; CASTRO Mary Garcia. **Caleidoscópio das violências nas escolas**. Brasília: OXFAM, 2006.

BENDIX, R. **Construção Nacional e cidadania**. São Paulo: Edusp, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Trad. Lourenço Filho. 11ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. RJ: Paz e Terra, 1994 FORQUIN, Jean Claude. **Escola e Cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GAIL, Norman. GUEDES, Patricia Mota. **A Reforma Educacional de Nova York**: Possibilidades para o Brasil. Fundação Itaú Social, s/d.

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e Resistência em Educação**: para além das teorias de reprodução. Trad. Ângela Maria B. Biaggio. Petrópolis: Vozes, 1986.

INACIO, Marilaine Soares, Et. Al. **Escola, Política e Cultura**. Belo Horizonte, Argvemtum/CNPQ, 2006.

MARSHALL, T. H. **Cidadania e Classe Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 56-114.

MIRANDA, Margarete Parreira. **Adolescência na escola: soltar a corda e segurar a ponta**. . Belo Horizonte: Formato, 2001.

NOGUEIRA, Maria Alice, NOGUEIRA, Claudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PATTO, Maria Helena Souza. "**Escolas cheias, cadeias vazias**" nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. *Estud. av.* [online]. 2007, vol.21, n.61, pp. 243-266

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da, MOREIRA, Antonio Flávio (Org). **Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Alienígenas em Sala de aula: uma introdução aos estudos Culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUKI, Lea Guimarães. **A atualidade de T.H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil**. In. *Civitas*. Porto Alegre, jan-jun 2006. p.p. 39-58 (V.6, n.1)

CNAS Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009, **que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Reflexões da atuação do psicólogo a partir da prática extensionista em sistema prisional²⁸⁹

Larissa Borges de Oliveira Raposo²⁹⁰

Tatiana Lima Vieira Bacelar²⁹¹

Prof. Alexandre Frank Silva Kaitel²⁹²

Prof.^a Maria Carmen Schettino Moreira²⁹³

Em conformidade com o regulamento da Pró-Reitoria de Extensão universitária da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), que compreende a extensão como um “processo educativo, cultural, científico e político que se articula de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, que visa à promoção da interação transformadora da universidade com outros setores da sociedade” (Art. 2º do Regulamento da Pró-Reitoria de Extensão, 2015), o presente artigo pretende fomentar reflexões acerca do trabalho do psicólogo na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), assim como discutir seu compromisso social e papel do mesmo nas políticas públicas. As autoras, à luz da metodologia APAC, por meio de suas respectivas práticas extensionistas e pesquisa bibliográfica, tecem argumentos sobre a atuação do psicólogo no sistema prisional brasileiro, de modo que propõem repensar a função da psicologia e seu posicionamento de compromisso social diante dos problemas identificados pela percebida ineficácia da ressocialização e elevada reincidência que envolve a população carcerária dos presídios comuns do Brasil. Neste sentido, as APACs surgem como proposta de parceria entre: Estado, comunidade, família e apenado, visando à humanização do cumprimento das penas e oferecendo ao indivíduo maiores condições de recuperação, culminando em uma maior possibilidade de reinserção na sociedade. Em pesquisa recente, disponibilizada pelo Conselho Nacional de Justiça (2014), foi divulgado que o Brasil ocupa atualmente o 4º lugar no ranking dos 10 países com maior população prisional, totalizando 715.655 pessoas em cárcere, entre prisões em caráter de regime fechado e regime domiciliar. Oliveira (2015) comenta que “ao analisar o tema de segurança pública, verifica-se que a preocupação principal do Estado é manter a sociedade segura e ‘limpa da sujeira’ como uma ação pura e simplesmente de curto prazo” (OLIVEIRA, 2015, p. 13). E cita que a situação da segurança pública, localizada na “preocupação em deter o infrator tão somente não é ruim, e é este o desejo da sociedade no fim das contas. Mas, e depois? [...]” (OLIVEIRA, *op.cit.*, p. 13). A partir disso, é possível refletir a respeito do cuidado, que segundo Boff (2004) é mais que dar atenção e sim uma

²⁸⁹ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

²⁹⁰ Graduanda em Psicologia na PUC Minas, Coração Eucarístico. E-mail: borgesdeoliveira.larissa@gmail.com.

²⁹¹ Graduanda em Psicologia na PUC Minas, campus Coração Eucarístico. E-mail: tatiana.bacelar@sga.pucminas.br.

²⁹² Orientador, professor Assistente IV do Departamento de Psicologia PUC Minas, unidade São Gabriel. Mestre em Psicologia Social. E-mail: akaitel@bol.com.br.

²⁹³ Orientadora e professora Assistente IV do Departamento de Psicologia da PUC Minas, campus Coração Eucarístico. Especialista em Psicologia. E-mail: mcsm14@terra.com.br.

atitude de ocupação, em que o outro é considerado, despertando preocupação e responsabilização, além de envolvimento afetivo. Boff (2004) faz referência ao pensamento heideggeriano para fazer entender que o cuidado faz parte da natureza e constituição humanas, sendo um modo de ser essencial, portanto, sem o cuidado, o ser humano deixa de possuir sua característica humana. Nessa perspectiva, ideias como a metodologia APAC, idealizada por Mário Ottoboni (2001), advogado nascido no estado de São Paulo, são necessárias para possíveis transformações. Para a construção do presente artigo, utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de compreender as principais contribuições teóricas existentes sobre o tema, que conforme Diez e Horn (2005), esta se desenvolve na tentativa de explicar um problema, a partir de teorias publicadas e obras congêneres, em que o investigador fará levantamento dos conhecimentos disponíveis na área, avaliando o conteúdo e contribuições destas pesquisas para responder ao problema. Adotou-se também como metodologia a prática extensionista, que consiste em três atividades principais: roda de conversa, atendimento individual e plantão psicológico. Sendo a roda de conversa uma reunião semanal com os recuperandos, juntamente com a equipe de extensionistas, em um espaço no qual a palavra é livre e todos os apenados são convidados a expor suas opiniões e ponderações, podendo valer-se de técnicas como dinâmicas em grupo ou debates, por exemplo. Com caráter socioeducativo, a roda também é terapêutica e possibilita a edificação de novas diretrizes de sentido, quer no âmbito coletivo ou individual. O atendimento individual é geralmente advindo de uma demanda espontânea em que são realizados atendimentos regulares com o mesmo extensionista. É efetuado por meio de atendimentos psicoterapêuticos, que consistem em escuta psicológica de maneira individualizada ao recuperando, que se acha em sofrimento psíquico acentuado. Já o plantão psicológico pressupõe que alguns extensionistas fiquem disponíveis para qualquer recuperando que desejar atendimento psicológico de urgência e, por algum motivo, não tenha procurado antes ou não possa esperar por vagas em atendimento individual. Trata-se de acolhimento ao sujeito em urgência subjetiva ou emocional, suscitando uma oportunidade para que este possa vir a elaborar algo nesse período e viabilizar saídas mais proveitosas. A importância do psicólogo no sistema prisional se faz necessária a partir da clínica ampliada (cf. Sundfeld, 2010). Os processos de subjetivação só podem ser pensados a partir de um olhar holístico, que considera o aspecto social, político e histórico aos quais os sujeitos estão inseridos. A partir dessa perspectiva, a atuação da Psicologia nas APACs possibilita os recuperandos trazerem assuntos considerados *tabus*, suas angústias e aos poucos irem abordando temas que somente com um apoio psicológico podem ser trabalhados de forma a preservar a saúde psíquica. Nesse sentido apresentamos a seguir, os resultados obtidos, referentes ao 2º semestre de 2015, que evidenciam dados quantitativos dos atendimentos. Onze extensionistas executavam as práticas realizadas, perfazendo um total de 14 visitas à APAC durante o referido semestre. A média de participantes nas rodas de conversa foi de

aproximadamente 30 recuperandos do Sistema Fechado e oito do Sistema Semiaberto; a quantidade de rodas de conversa realizadas, tanto no Sistema Fechado quanto no Semiaberto foram 13 cada. Com relação aos atendimentos, ao final do semestre obteve-se um total de 128 individuais e oito atendimentos no plantão psicológico, em que cada extensionista atendeu em média dois recuperandos; e a quantidade de supervisões chegou a um total de 16 encontros. Com o intuito de explorar melhor os resultados encontrados, pode-se dizer que, com relação aos atendimentos individuais, cada uma das autoras pôde perceber, a partir dos casos atendidos pelas mesmas, que há uma real intenção de mudança quanto à posição que o apenado ocupa diante do crime, mas que apesar disso, existem atravessamentos que dificultam pensar numa realidade que não considere o crime. Foi possível entender que o crime possui um *status* organizado, a ponto de, em determinados casos, tornar impossível a saída do recuperando do universo criminoso. São preocupações quanto ao bem-estar da família, temor que grupos rivais façam algo a pessoas que possuem um vínculo afetivo ao apenado, a possibilidade ou não de “emboscadas” ao sair da prisão, que atravessam o ideal de ressocialização. Nesse sentido, pode-se entender que a prática no campo evidencia um conflito quanto ao que se imagina e ao que de fato é possível, pois na tentativa de adequar o apenado aos valores sociais tidos como legítimos, se perde o fato de que o contexto no qual o mesmo está inserido possui algumas particularidades que tornam impossível esta adequação. Nas rodas, eram comuns temáticas relacionadas a assuntos atuais, que despertavam discussões que consideravam a vivência do grupo e suas angústias. Temas como, por exemplo, a redução da maioria penal; parte dos apenados demonstrou uma reflexão a respeito, em que colocam haver consciência do ato cometido, mas que os presídios funcionam como uma “*faculdade do crime*”, portanto, é necessário repensar a reformulação do sistema carcerário. Em função da escuta psicológica realizada com os recuperandos, ainda que os mesmos citem consciência, se pode questionar tal sentido uma vez que durante o processo da prática psicológica, é possível perceber que não há qualquer consciência do ato, já que a mesma pressupõe uma capacidade de escolha e entendimento quanto ao que o levou a cometer tal ato, e isto, *a priori*, não ocorre por parte dos recuperandos, sendo construído ao longo do trabalho psicológico. Em geral, nesse tipo de trabalho realizado pela Psicologia, encontram-se dificuldades no estabelecimento de metas, pois o psicólogo trabalha com o que emerge do sujeito e de sua interação com o meio, não existem fórmulas definidas *a priori* especificamente para o serviço prestado. Apesar disso, o objetivo na instituição foi proporcionar um trabalho reflexivo a partir das angústias comuns aos recuperandos, por meio das rodas de conversa, promover um processo de reelaboração e esvaziamento, possibilitado pelos atendimentos individuais e permitir que assuntos urgentes e muito angustiantes fossem acolhidos e entendidos de modo em que os recuperandos pudessem lidar melhor, conforme oferecido no plantão psicológico. Assim, analisa-se que, para localizar uma meta cabível, esta deva se achar alinhada às estratégias preestabelecidas

pelo método APAC, mas que também atenda à mesma agregar qualidade de atendimento, sigilo e eficiência profissional, ajustados ao atendimento do apenado. Dessa forma, é possível concluir que o psicólogo tem importante papel na reflexão acerca do cuidado e de que forma ele está estabelecido hoje em nossa sociedade, sendo possível a este profissional, atuar no planejamento e elaboração de políticas públicas que tenham como objetivo a transformação político-social, respeitando os processos de subjetivação, propiciando um espaço para a convivência das diferenças, problematizando a realidade e suas contradições. Sendo assim, tal como aborda Bock (2003), o psicólogo possui um compromisso social, com base nos direitos humanos; portanto, práticas como a metodologia APAC criam espaços para o psicólogo vivenciar outras formas de fazer Psicologia, sendo o apenado respeitado enquanto sujeito. A partir das práticas em rodas de conversa, que abrem possibilidades de discussões das diferenças, do que incomoda; dos atendimentos individuais, em que o recuperando possui espaço periódico para elaborar e dizer de suas angústias; e do plantão psicológico, em que o recuperando pode dizer de si, ser escutado de forma pontual, pode ser entendido que o psicólogo tem oportunidade de maior atuação dentro do sistema prisional, possibilitando um agir que afirme seu compromisso frente à sociedade e ao sujeito, podendo também mediar discussões que levem à elaboração de políticas públicas que tenham como objetivo mudanças longevas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Psicologia; Método APAC.

Área do Conhecimento: 7.07.05.00-3

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia (org.). **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF. **Novo diagnóstico de pessoas presas no Brasil**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/pessoas_presas_no_brasil_final.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2016.

DIEZ, Carmen Lúcia F; HORN, Geraldo Balduino. **Orientações para elaboração de projetos e monografias**. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Viviane Gonçalves Ferreira de. **Governança colaborativa na prática: uma análise das experiências nas APACs**. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13627/Dissertacao_VivianeFerreira2015.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 set. 2015.

OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso? Método APAC**. São Paulo: Paulinas, 2001.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Orientações para elaboração de trabalhos científicos:** projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a American Psychological Association (APA) e o Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (VANCOUVER). Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.PUC Minas.br/biblioteca>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

_____. Pró-Reitoria de Extensão. **Política de extensão universitária e regulamento da Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.** 2006. Disponível em <http://www.pucminas.br/documentos/politica_de_extensao.pdf>. Acesso em: 28 de mar. 2016.

_____. Pró-Reitoria de Extensão. **Resolução N° 02/2015.** Belo Horizonte: PUC Minas, 2015. Disponível em: <http://icei.PUCMinas.br/arquivos/regulamento_PROEX.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

SUNDFELD, Ana Cristina. Clínica ampliada na atenção básica e processos de subjetivação: relato de uma experiência. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1079-1097, dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312010000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 set. 2015.

Relato de experiência: a prática restaurativa com jovens participantes do Projeto Laços²⁹⁴

Lucas Rodrigues Silva²⁹⁵

Maria Clara Melo Rodrigues²⁹⁶

Prof.^a Fernanda Simplício Cardoso²⁹⁷

Trata-se de um relato de experiência, realizado no âmbito da extensão universitária, resultante da participação dos extensionistas do curso de Direito em uma sessão de prática restaurativa, realizada com jovens em cumprimento de medidas sócio educativas em meio aberto, integrantes do projeto de extensão Laços. A prática foi conduzida pelos técnicos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da regional Barreiro, em Belo Horizonte/MG, serviço destinado à execução das medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade. A partir dessa experiência, constatou-se que a prática restaurativa é um meio eficaz de solução de conflitos e, no caso apresentado, possibilitou o diálogo entre profissionais, extensionistas e comunidade, visando encontrar uma saída pacífica para o problema apresentado.

INTRODUÇÃO: O Laços é um projeto de extensão desenvolvido desde fevereiro de 2015, no âmbito da PUC Minas, campus Coração Eucarístico, por alunos dos cursos de Direito e Psicologia, junto a professores da instituição que lecionam nos referidos cursos. Trata-se de uma proposta interdisciplinar envolvendo extensionistas de cursos diferentes, a comunidade e o parceiro institucional. De acordo com Japiassu, a interdisciplinaridade “caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa” (JAPIASSU, 1976, p.74). O projeto desenvolve oficinas cidadãs com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida), encaminhados pelo Centro de Referência e Assistência Social (CREAS), órgão pertencente ao Sistema Único de Assistência Social e responsável pela proteção social especial da população em situação de risco. (BRASIL, 1993). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera ato infracional qualquer conduta do adolescente que seja descrita como crime ou contravenção penal²⁹⁸ e determina que, aos adolescentes que cometerem tais atos, sejam aplicadas medidas socioeducativas, elencadas no artigo 112 da mesma lei, são elas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida;

²⁹⁴ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas, PROEX-2016/10930-1S.

²⁹⁵ Graduando em Direito na PUC Minas, campus Coração Eucarístico. E-mail: lucaslrsv@hotmail.com.

²⁹⁶ Graduanda em Direito na PUC Minas, campus Coração Eucarístico. E-mail: mc.melo.rodrigues@gmail.com.

²⁹⁷ Orientadora e professora Assistente IV do Departamento de Psicologia da PUC Minas. Mestre em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento. E-Mail: fernandacsimplicio@gmail.com.

inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990). Atentos aos certames institucionais que organizam a Extensão Universitária, ao considerar seus objetivos e princípios, percebe-se profunda comunicação destes com a proposta do Projeto Laços. A PUC Minas, em seu documento sobre a Política de Extensão Universitária, ensina que:

Deve-se pensar o ensino, a pesquisa e a extensão como ações que permitem à universidade cumprir seu objetivo maior de produzir o conhecimento científico e torná-lo acessível à sociedade. Na perspectiva de democratizar o conhecimento produzido, a extensão consolida-se como um dos meios que permite ampliar os canais de interlocução com os segmentos externos à universidade. Simultaneamente, o contato com a sociedade retroalimenta o ensino e a pesquisa e a própria extensão, contribuindo para o desenvolvimento de novos conhecimentos científicos. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2006, p. 16).

Ao se guiar pelos princípios extensionistas da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como pela interdisciplinaridade, o Projeto Laços intervém na sociedade com jovens em conflito com a lei, interrogando a lógica do sistema penal, no momento de atribuir uma pena/medida ao sujeito condenado. Ou seja, indaga qual a finalidade da pena/medida e sua eficácia em termos de responsabilização e exercício de cidadania. Na contemporaneidade, de modo geral, a Criminologia e o Direito Penal avançam por duas vertentes distintas. A primeira, utilizada de forma demasiada no ordenamento jurídico brasileiro, é denominada de justiça retributiva, em que a “justiça determina a culpa e inflige dor no contexto de uma disputa entre ofensor e Estado, regida por regras sistemáticas” (ZERH, 2008, p.170). Portanto, a aplicação desta inicia-se na culpabilidade e tem como finalidade a imputação da pena, pautada no sofrimento do delituoso. Diferentemente, a segunda trata-se da justiça restaurativa, caracterizada por Nery (2011, p. 179) aquela que “dirige seus passos principalmente frente à análise dos danos que a criminalidade causa no sujeito passivo dos delitos (a vítima) para outorgar-lhe sua justa reparação”. Consequentemente, a justiça restaurativa se enquadra em um procedimento alternativo de resolução de conflitos, em resposta aos atos infracionais e crimes cometidos. De acordo com Zehr (2008), é um método que possibilita compreender a delinquência, reconhecer as consequências destas, bem como, posteriormente, proporcionar a reparação dos danos ocasionados. Howard Zehr, um dos pioneiros na adoção da Justiça Restaurativa, afirma que:

O crime é uma violação de pessoas e relacionamentos. Ele cria a obrigação de corrigir os erros. A justiça envolve a vítima, o ofensor e a comunidade na busca de soluções que promovam reparação, reconciliação e segurança. (ZEHR, 2008, p. 170).

Sendo assim, pretende-se neste artigo apresentar a prática da justiça restaurativa realizada com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, participantes do Projeto Laços. Para tanto, será definido o que é a justiça restaurativa e demonstrado como este método alternativo de resolução de conflitos se articula com os princípios da extensão, promovendo o diálogo e o empoderamento dos diversos atores que compõem a comunidade. O relato de experiência de

participação dos extensionistas em uma sessão restaurativa conduzida pelos técnicos do CREAS, regional Barreiro, com os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto será mais bem detalhada na metodologia. Como a finalidade do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90 – é a proteção de crianças e adolescentes, compreendidos como pessoas em fase peculiar do desenvolvimento, cuja faixa etária varia de 0 a 18 anos incompletos, acredita-se que a justiça restaurativa é um meio de proteger e, ao mesmo tempo, responsabilizar os adolescentes pela prática de atos infracionais. Neste sentido, a justiça restaurativa proporcionaria a estes jovens uma real oportunidade de repensar seus atos, responsabilizando-os através do diálogo e da inclusão social, pautada na reparação da ofensa causada à vítima, não dando a sanção penal um significado unicamente retributivo e excludente.

METODOLOGIA: Como meio para se atingir o objetivo proposto, foi empregado o método revisional de literaturas, “desenvolvido com base em material já elaborado como livros, artigos e teses” (GIL, 2007, p. 44), apresentando as principais ideias já explanadas por outros autores, que retratam a contextualização e aplicação da justiça restaurativa. Como bem esclarece Gil, “a pesquisa possui caráter exploratório, pois permite maior familiaridade com o problema, aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições”. (GIL, 2007, p.41). Conjuntamente, e de importância similar, serão apresentados os resultados da aplicação do modelo de Justiça Restaurativa com participantes do Projeto Laços. A prática aconteceu no CREAS da regional Barreiro, situado no município de Belo Horizonte. Nessa oportunidade, estavam presentes 2 (dois) extensionistas do projeto Laços, 7 (sete) jovens participantes do projeto acompanhados de seus respectivos pais ou responsáveis, a coordenadora do CREAS Barreiro, bem como 06 (seis) técnicas e a orientadora jurídica de medidas socioeducativas, esta última direcionando o método alternativo de solução do conflito.

DISCUSSÃO: Howard Zehr apresenta indagações pertinentes em seu livro, acerca do ato infracional cometido, ressaltando que não se deve zarpas do questionamento que é comumente empregado, qual seja, “O que devemos fazer ao ofensor?”, ou “O que o ofensor merece?”, mas sim partir de uma indagação de fato resolutive, isto é, “O que podemos fazer para corrigir a situação?”. (ZEHR, 2008, p. 174). Respalado nesta última indagação, a prática restaurativa realizada pelo CREAS da regional Barreiro aconteceu pela necessidade de solucionar um conflito que ocorreu ao término de uma das oficinas do Projeto Laços. Como já é intrínseco à prática da justiça restaurativa, foram chamados para a sessão todos os jovens envolvidos no ato, extensionistas do projeto, outros jovens participantes do Projeto Laços, seus familiares, coordenadora, técnicas, orientadora jurídica do CREAS e o cidadão que alegou ter sido lesado. Através da proposta do diálogo, foi levado em

conta o sentimento de cada um dos envolvidos no momento de se chegar a um acordo. É interessante ressaltar a importância da participação da parte denominada vítima na sessão, pois a mesma estava interessada no diálogo e pretendia apenas solucionar o problema, sem a necessidade de vingança, o que é comum na justiça tradicional retributiva. Observa-se como foi efetiva a responsabilização de cada um dos jovens envolvidos no ato. A realização dessa prática possibilitou à vítima a reparação do ato danoso e aos ofensores o incentivo à mudança de comportamento, pois os mesmos assumiram um posicionamento frente ao ofendido, arcando com as obrigações decorrentes do ato cometido e vivenciando, portanto, um autêntico exercício de cidadania.

CONCLUSÕES: Constata-se, pela experiência vivenciada, que a prática restaurativa é uma modalidade de intervenção acertada, uma vez que oferece contato direto entre a vítima e o ofensor, dando maior enfoque aos danos causados à vítima, diminuindo consideravelmente o impacto do crime sobre os cidadãos. Indubitavelmente, viabilizando uma eficácia relevante nas relações sociais, em face das decisões da justiça comum (tradicional/retributiva), que coloca os envolvidos no conflito em posições distintas e opostas. Tomando por base o pensamento de Radbruc (2004), "não precisamos de um Direito Penal melhor, mas de algo melhor que um direito penal" (RADBRUC, 2004, p.246), conclui-se que a justiça restaurativa parece representar um invento melhor que o direito penal, pois intervém sobre as relações sociais e rompe com o binômio vítima/agressor. Assim, todos os envolvidos na lide são copartícipes da solução. A prática restaurativa vivenciada no projeto Laços foi uma experiência inequívoca de que a responsabilização do jovem que cometeu uma infração, sob um aspecto inovador na concepção de crime e no intento da justiça, proporciona efeitos substanciais. Tal lógica contrapõe a mera e acabada imputação de pena, proporcionando a reparação dos danos causados à vítima, à sociedade, e ao ofensor, sanando as necessidades dos envolvidos e, por conseguinte, harmonizando às relações interpessoais.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Jovem. Justiça Restaurativa. Medidas socioeducativas.

Área do Conhecimento: 6.01.02.00-4 Direito Público; 6.01.02.02-0. Direito Penal. 6.01.02.05-5 Direito Constitucional.

REFERÊNCIAS

BESSA, Ana Carla Coelho, **Justiça Restaurativa e Mediação Para o Adolescente em Conflito Com a Lei no Brasil**, Agosto de 2008. Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/n especiais/nucleomed/publicacoes/dissertacoes/justica.restaurativa.para.adolescentes.em.conflito.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília/ DF, 1990.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília/DF, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 4. ed. 2002.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Algumas notas sobre justiça restaurativa: perspectiva comparada**. Disponível em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/politica-legislativa/anexos/mediacao-penal/mediacao-vitima-agressor/downloadFile/attachedFile_1_f0/perspectiva_comparada_25-062004.pdf?nocache=1170956404.66>. Acesso em: 27 mar. 2016.

NERY, Déa Carla Pereira, **A justiça restaurativa como alternativa de controle social sob a ótica do direito penal do cidadão**, 2011. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/9/TDE-2012-02-10T12:59:20Z-12076/Publico/Dea%20Carla%20Pereira%20Nery.pdf> Acesso em 29 de março de 2016.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Política De Extensão Universitária da PUC Minas**, Jun. 2006. Disponível em: <http://www.PUC Minas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20131203153859.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2016.

_____. Pró-Reitoria de Extensão. Edital PROEX-2016/10930-1S. **Projeto Laços**. PUC Minas, Belo Horizonte, nov. 2015.

RADBRUCH, Gustav. **Filosofia do Direito**. Trad. Marlene Holzhausen. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. Trad. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.

Respira-Ações²⁹⁹

Brunielle C. de Paiva³⁰⁰

Elisama C. Jacon³⁰¹

Prof. Marcelo Branco³⁰²

Prof.^a Maria Imaculada Ferreira Moreira Silva³⁰³

INTRODUÇÃO: As transformações sociais e econômicas pelas quais o Brasil vem passando têm causado mudanças relevantes no perfil de morbimortalidade da população. As doenças infecciosas e parasitárias, principais causas de morte no início do século passado, cederam lugar às doenças crônicas não transmissíveis (CASADO; VIANNA; THULER, 2009). Essa transição epidemiológica tem se refletido na área de saúde pública e o desenvolvimento de estratégias para seu controle e assistência aos portadores dessas doenças se tornou necessário. O grupo das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) compreende majoritariamente doenças cardiovasculares, diabetes, câncer e doenças respiratórias crônicas. Muitas doenças deste grupo têm fatores de risco comuns, e demandam por assistência continuada de serviços e ônus progressivo, na razão direta do envelhecimento dos indivíduos e da população (ACHUTTI; AZAMBUJA, 2004). O sedentarismo representa um dos principais fatores de risco à saúde, causando um grande impacto na saúde pública, ocasionando o aparecimento de doenças degenerativas não transmissíveis em um número crescente de pessoas. É fator de risco para doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes tipo 2, hipertensão, hipercolesterolemia, obesidade, doenças cardiovasculares, osteoporose e algumas formas de câncer (POZENA ; CUNHA, 2009). Algumas doenças crônicas não transmissíveis, como as cardiovasculares, seus fatores de risco metabólicos (*diabetes mellitus*, hipertensão arterial sistêmica e dislipidemias) e as doenças respiratórias crônicas podem levar a incapacidade funcional e são importantes causas de morbidade e mortalidade entre adultos e idosos (BARRETO et al., 2007). Em geral, essas doenças são de longa duração, múltiplas, exigem acompanhamento multidisciplinar permanente, intervenções contínuas e requerem que grandes recursos materiais e humanos sejam despendidos, gerando encargos sociais e ao sistema público. No Brasil, por exemplo, elas respondem por, aproximadamente, 70% dos gastos assistenciais com a saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007). O envelhecimento é um processo progressivo, contínuo, natural e irreversível, que provoca desgastes e alterações em vários sistemas funcionais e se diferenciam de um indivíduo para o outro (FIEDLER; PERES, 2008). Com o envelhecimento

²⁹⁹ Projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas.

³⁰⁰ Graduanda em Fisioterapia da PUC Minas, campus Poços de Caldas. E-mail: brunielle.calixto@hotmail.com.

³⁰¹ Graduando em Fisioterapia da PUC Minas, campus Poços de Caldas.

³⁰² Coorientador e professor Adjunto IV do Curso de Fisioterapia da PUC Minas, campus Poços de Caldas. Doutor em Ciências. E-mail: mbranco@pucpcaldas.br.

³⁰³ Orientadora e professora Assistente IV do Curso de Fisioterapia da PUC Minas, campus Poços de Caldas. Mestre em Fisioterapia. E-mail: imaculada@pucpcaldas.br.

populacional, os idosos se tornaram suscetíveis às doenças crônicas não transmissíveis, como as doenças cardiovasculares e as doenças pulmonares que são atualmente um problema de saúde pública por trazerem inúmeras morbidades e mortalidade à população. Os portadores desse tipo de doença muitas vezes apresentam o hábito de vida sedentário que contribui para a piora do quadro clínico, além de gerar um ciclo vicioso que acarreta prejuízos funcionais, emocionais e sociais. O projeto Respira-Ações tem como objetivo avaliar, orientar e acompanhar periodicamente a prática de exercícios físicos em portadores de doenças cardiovasculares e respiratórias crônicas que se encontram na meia idade ou são idosos, além de estabelecer uma relação entre teoria e prática supervisionada aos alunos do curso de fisioterapia e visar um intercâmbio entre a universidade e a comunidade.

METODOLOGIA: Os instrumentos de avaliação foram utilizados em dois momentos, no início e ao final do semestre e estão descritos a seguir: aplicação do questionário genérico QV SF-36 por meio de entrevista, anamnese, coleta de dados vitais (pressão arterial, frequência cardíaca e no caso de pneumopatas foi avaliada a saturação periférica de oxigênio), teste de caminhada de seis minutos, medidas do perímetro torácico por meio da cirtometria torácica e teste de força dos músculos respiratórios por meio da manovacuometria. Após a avaliação, os participantes realizaram sessões de exercícios, que ocorreram numa frequência de duas vezes por semana com duração de aproximadamente uma hora por sessão e foram divididas em: alongamentos globais, fortalecimento muscular, caminhada, resfriamento e exercícios de respiratórios e em caso de fraqueza muscular respiratória detectada também foi realizado o treinamento muscular respiratório. O acompanhamento das evoluções foi feito por meio de uma ficha de registro de atividades que foi preenchida pelos extensionistas (voluntários e bolsistas). Em todos os horários das atividades houve a participação e orientação de um professor/supervisor (coordenador ou coorientador).

DISCUSSÃO: Todos os pacientes idosos encaminhados pelo Sistema Único de Saúde para a clínica de fisioterapia e que necessitavam de uma atenção específica na área cardiovascular e respiratória, que não puderam ser encaixados no estágio supervisionado e concordaram em participar foram atendidos por esse projeto. O público alvo participou e se envolveu de forma efetiva nas atividades propostas, sendo observado um absenteísmo mínimo que, quando ocorreu, foi justificado pelo participante ou familiar via contato telefônico. A análise dos dados demonstrou promoção na área da educação, promoção na área da saúde, promoção do envelhecimento ativo, vivência intergeracional, melhora na qualidade de vida, socialização e melhora na autoestima dos participantes. Além disso, por meio de autorrelato dos participantes, foi observado um elevado nível de satisfação dos mesmos com relação à participação no projeto. Gobbi, Villar e Zago (2005)

relatam que qualquer indivíduo que adotar um estilo de vida ativo, deixando de ser sedentário, terá uma diminuição de 40% no risco de morte por doenças cardiovasculares. Portanto, manter-se fisicamente ativo é uma atitude que irá beneficiar a relação saúde-doença e provavelmente alteraria muitos dos dados epidemiológicos atuais. O exercício físico possui efeito direto na qualidade de vida e pode ser considerado como um preditor de saúde, nas doenças cardiovasculares. Essas doenças são a principal causa de morte, especialmente na população idosa. (PESCATELLO et al., 2004), sendo que os principais fatores de risco para as doenças cardiovasculares são o sedentarismo, hipertensão arterial e níveis elevados de LDL-colesterol. (ZAGO, 2010). A prática regular de exercícios físicos melhora o quadro de hipertensão, diabetes, osteoporose e aumenta a qualidade de vida dos idosos, além de promover maior autonomia nesta população melhorando a independência funcional, sendo que o exercício deve ser considerado uma importante ferramenta para a promoção de saúde (ZAGO, 2010). Os benefícios do exercício físico também são evidenciados em portadores de pneumopatias, uma vez que a doença pulmonar crônica pode incapacitar o idoso prejudicando-o em vários aspectos de sua vida. As adaptações cardiovasculares e musculares em decorrência do exercício acarretam inúmeros benefícios, dentre eles a melhora da capacidade funcional, redução da dispnéia, melhora da função cardiovascular. Além disso, o exercício físico pode reduzir a percepção de estresse, proporcionando um sentimento de satisfação e bem estar, favorecendo a saúde de indivíduos idosos. O exercício promove benefícios físicos e psicológicos, que apresentam um efeito indireto na redução do estresse e um efeito direto nas várias funções metabólicas do corpo. (SANCHES, 2016). Já para os alunos extensionistas foi possível observar uma melhor integração da teoria com a prática, sendo que este projeto foi para muitos o primeiro contato com o paciente. Além disso, foi possível desenvolver habilidades e competências no que diz respeito ao relacionamento interpessoal, comprometimento, trabalho em equipe, gestão de tempo, responsabilidade social, liderança, ética, promover a vivência intergeracional, estimular à interdisciplinaridade, aprender sobre os processos metodológicos de pesquisa e incentivar à pesquisa. O projeto também proporcionou aos professores envolvimento do profissional da saúde na assistência e prevenção secundária, além de ser uma experiência extremamente gratificante por ter uma importância social relevante. O projeto de extensão também se torna uma maneira de divulgar os serviços oferecidos pela Instituição e intensifica a relação entre o curso de Fisioterapia e a comunidade local.

CONCLUSÕES: Com a proposta deste projeto, observou-se na população idosa melhora no condicionamento cardiorrespiratório que influenciou diretamente em uma qualidade de vida melhor, maior autonomia, independência funcional e efeitos psicológicos positivos. Para os extensionistas envolvidos, o projeto proporcionou uma maior integração entre ensino, pesquisa e extensão além de

possibilitar o desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais para a formação de um bom profissional.

Palavras-chave: Fisioterapia (1); Doenças crônicas não transmissíveis (2); Envelhecimento (3).

Área do Conhecimento: 4.08.00.00-8

REFERÊNCIAS

- ACHUTTI, A.; AZAMBUJA, M. I. R. Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: repercussões do modelo de atenção à saúde sobre a seguridade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 4, p. 833-840, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232004000400002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 15 ago. 2016.
- BARRETO S.M; PINHEIRO A.R.O; SICHIERI R; MONTEIRO C.A; BATISTA FILHO M, SCHIMIDT M.I et al. Análise da estratégia global para alimentação, atividade física e saúde, da Organização Mundial da Saúde. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 14, n. 1, p. 41-68, 2005.
- CASADO, Letícia; VIANNA, Lucia Marques; THULER, Luis Cláudio Santos. Fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Rio de Janeiro, v. 55, n.4, p. 379-388, 2009. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/conteudo/932_Leticia.pdf>. Acesso em 15 ago. 2016.
- FIEDLER, Maria rosa Mendes; PERES Glazer. Capacidade funcional e fatores associados em idosos do Sul do Brasil: um estudo de base populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 2, p. 409-415, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000200020>. Acesso em 15 ago. 2016.
- GOBBI, S.; VILLAR, R.; ZAGO, A. S. **Bases teórico-práticas do condicionamento físico**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005. Educação Física no Ensino Superior. 284
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis (DAnT)**. Brasília, 2007.
- PESCATELLO, L.S. et al. American College of Sports Medicine position stand: exercise and hypertension. **Med Sci Sports Exercise Journal**, v. 36, n. 3, p. 533-553, 2004.
- POZENA, R.; CUNHA, N. F. da S. Projeto: Construindo um Futuro Saudável através da prática da atividade física diária. **Saúde e Sociedade**, v.18, supl.1, 2009.
- SANCHES, A.; COSTA, R.; MARCONDES, F. K.; CUNHA, T. S. Relationship among stress, depression, cardiovascular and metabolic changes and physical exercise. **Fisioterapia em Movimento**, v. 29, n. 1, p. 23-36, jan./mar. 2016.
- ZAGO, A. S. Exercício físico e o processo saúde-doença no envelhecimento. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.153-158, 2010.

Sistema de gestão para o Projeto de Extensão Beira Linha

Daniel Pereira Lima³⁰⁴
Prof.^a Soraia Lúcia da Silva³⁰⁵

O sistema de gestão para o projeto de extensão “Sustentabilidade na informática: reciclagem e manutenção de computadores para as comunidades da região do Beira Linha” é resultado de um trabalho de conclusão de curso, tomando como ponto de partida a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esta ferramenta permite registrar as atividades realizadas no projeto, cadastrar os dados dos beneficiários e extensionistas, gerar planilha para a confecção dos certificados para aqueles aprovados nos cursos e também extrair relatórios diversos, como por exemplo, cursos e oficinas que foram realizadas, beneficiários atendidos por bairro, monitores cadastrados no ano, índice de beneficiários aprovados e reprovados, número de turmas por período e quantidade de vagas preenchidas. O sistema foi desenvolvido na plataforma *web* com a linguagem de programação Java, devido a sua facilidade quanto a manutenção, flexibilidade e implementação, além de poder ser distribuído e acessado de qualquer computador que possua um navegador e internet. Portanto, o software facilitará na tomada de decisões, pois permitirá a análise de dados das atividades em andamento, possibilitando a assertividade no planejamento das próximas ações.

INTRODUÇÃO: Os limites e possibilidades das universidades afetam diretamente o desenvolvimento da extensão universitária, mas podem ser notados os avanços, desafios e possibilidades. Segundo a Política Nacional de Extensão (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2012), um dos avanços que merece destaque diz respeito à institucionalização da extensão. Nesse sentido, a política de extensão universitária da PUC Minas (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2006) aborda de maneira interessante a importância das práticas extensionistas desempenhadas pela Universidade, visando o desenvolvimento e formação da sociedade que, de alguma maneira, possui barreiras em diversos contextos como exclusão social, dificuldade de acesso ao conhecimento e a exclusão cultural. Evidencia também os desafios enfrentados na gestão das atividades, gerando a necessidade de apoios complementares, como a participação voluntária por parte das pessoas na execução das práticas de extensão. Estas iniciativas de apoio, de alguma forma irão agregar na extensão universitária como um todo, melhorando a qualidade e gerenciamento das atividades. Este trabalho propõe o desenvolvimento de uma ferramenta para auxiliar a gestão do projeto de extensão

³⁰⁴ Graduado em Sistemas de Informação da PUC Minas, unidade São Gabriel. E-mail: daniel.lima88@yahoo.com.br.

³⁰⁵ Orientadora e professora Assistente IV do Curso de Sistemas de Informação da PUC Minas, unidade São Gabriel. Mestre em Computação. E-mail: soraialu@pucminas.br.

“Sustentabilidade na informática: reciclagem e manutenção de computadores para as comunidades da região do Beira Linha”, da PUC Minas São Gabriel, financiado pela Pró-Reitoria de Extensão - PROEX. O projeto, criado em 2003, é executado pela coordenação do núcleo de extensão dos cursos de Sistemas de Informação e Engenharia da Computação, juntamente com a equipe da Pastoral da Universidade da PUC Minas São Gabriel. Além de possibilitar o cadastramento de dados pessoais dos beneficiários e monitores dos cursos, o sistema permite gerar certificado para aqueles aprovados nos cursos e também possibilita a extração de relatórios com base em todas as atividades registradas, como por exemplo, cursos e oficinas que foram realizadas, número de beneficiários atendidos por bairro, extensionistas cadastrados no ano, índice de beneficiários aprovados e reprovados, número de turmas por período e quantidade de vagas preenchidas. As atividades realizadas neste projeto de extensão contribui para o PDI da PUC Minas (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, 2011) e se integra ao Projeto Pedagógico do curso de Sistemas de Informação na medida em que possibilita aos extensionistas, a comprovação de atividades complementares e fortalece a prática de diferentes disciplinas do curso em que eles colocam em prática os conceitos e fundamentos aprendidos. O projeto enfim, desempenha um conjunto de atividades que contribuem e agregam valores na formação de pessoas que moram no entorno da comunidade Beira Linha. O produto final é de extrema importância para o monitoramento, aperfeiçoamento e possibilidade de análise gerencial de todas as atividades desempenhadas no projeto, auxiliando na tomada de decisões.

METODOLOGIA: A metodologia utilizada consistiu em realizar primeiramente um levantamento bibliográfico para conhecimento do problema e entendimento do cenário atual sobre a extensão universitária e gestão de projetos sociais. Em seguida foram feitas visitas ao projeto para aproximação e entendimento das atividades desempenhadas e suas reais necessidades. Após observar a rotina do projeto, as informações absorvidas foram utilizadas para a próxima etapa que consistiu em realizar reuniões junto aos responsáveis com o objetivo de coletar todos os dados para iniciar o processo de desenvolvimento da ferramenta composto pelas seguintes etapas: levantamento de requisitos e necessidades do sistema; definição da arquitetura utilizada e desenvolvimento. O sistema proposto foi projetado para contar com funcionalidades que possibilitam todo cadastramento das informações do projeto Beira Linha, e também para permitir coletar resultados e indicadores dos dados cadastrados. Após a inserção de um projeto, cadastra-se um curso, vinculando-o a um projeto já existente no sistema. Posteriormente, uma turma é inserida, sendo que obrigatoriamente deverá pertencer a um curso e cada turma deve ter pelo menos um extensionista responsável. Com todos estes cadastros realizados, as inscrições dos beneficiários podem ser cadastradas, sendo permitido vincular uma inscrição com um curso e uma turma, que

automaticamente irá pertencer a um projeto. O programa desenvolvido possibilita o gerenciamento prático das ações do projeto, auxiliando na tomada de decisão e um planejamento bem elaborado para novas atividades e projetos. O sistema contempla dois módulos distintos, sendo um para os cadastros e outro para os relatórios. Após o cadastro das informações de atividades realizadas no projeto Beira Linha, o usuário pode utilizar o módulo de relatórios para obter indicadores e informações quantitativas, como por exemplo, obter o total de extensionistas que trabalharam em um determinado ano. Os demais relatórios permitem a extração de informações importantes, que além de servirem de apoio para a tomada de decisão, permitem a divulgação das atividades que já foram ou que serão realizadas, sendo elas de variados tipos, como cursos, oficinas e eventos. Além dos relatórios já disponíveis, outra preocupação neste projeto foi de deixar total abertura no sistema para a criação de novos relatórios, onde um editor de relatórios pode ser utilizado para o desenho da estrutura de um novo modelo, que irá trazer dados escritos em comandos de consultas no banco de dados. Para o teste final da ferramenta, capacitaram-se os funcionários da Pastoral na Universidade da PUC São Gabriel, que a aprovaram e não tiveram dificuldades em utilizá-la. A próxima etapa foi documentar o sistema para facilitar as futuras manutenções corretivas. Desse modo, o sistema implantado permitirá cadastrar todas as atividades realizadas e permitirá a análise sobre o trabalho que é feito, de modo que seja possível divulgar os resultados, identificar e elaborar planos de ação estratégicos com mais precisão.

DISCUSSÃO: Falconer (1999) afirma que o terceiro setor, que contempla as iniciativas da sociedade sem fins lucrativos, enfrenta a necessidade de criação de sistemas de gestão e operação. Sendo assim, com base em pesquisas realizadas sobre projetos sociais que contam com ferramentas informatizadas, percebe-se o tamanho do benefício gerado. Segundo o portal oficial da Congregação de Nossa Senhora – Notre Dame, em 2012, a entidade social ganhou um sistema informatizado para facilitar e gerenciar o controle das atividades prestadas pelas instituições da entidade. A iniciativa partiu de uma estagiária do curso de Serviço Social, juntamente com a mantenedora da entidade. A Rede Vencer compreende as redes de ensino em âmbito estadual e nacional, que têm como objetivo principal desenvolver as pessoas no que diz respeito à educação e da gestão do processo educacional. Segundo o portal oficial da Rede Vencer, vinculada ao instituto Ayrton Senna, atualmente eles utilizam o sistema de nome SIASI (Sistema Instituto Ayrton Senna de Informações). O sistema foi desenvolvido pela empresa Auge Tecnologia e Sistemas e é classificado pelo instituto como grande aliado nas atividades do cotidiano da rede vencer. O SIASI atualmente é disponibilizado em duas modalidades: o SIASI-GP (SIASI Gestão de Programas) e o SIASI-GR (SIASI Gestão de Rede). Para o primeiro, é possível o acompanhamento de todos os programas, a partir do registro das informações de todas as unidades escolares coletadas. Com este

banco de dados, torna-se possível a identificação dos pontos fracos para que sejam traçados planos de ação de maneira interventiva no que diz respeito aos assuntos do cotidiano escolar, como o desvio de padrão das idades/séries dos alunos. O segundo, SIASI-GR, possibilita a coleta de informações de maneira ampliada, viabilizando o cruzamento de dados de todas as filiadas à rede quanto às rotinas diárias das unidades de ensino, para melhor conhecimento do perfil das unidades participantes. Sendo assim, pode-se concluir que uma ferramenta informatizada sendo utilizada em projetos sociais, pode contribuir de maneira significativa na gestão das atividades, sendo uma variável importante na ampliação do conhecimento sobre os problemas no contexto social, podendo auxiliar no que diz respeito ao aperfeiçoamento, divulgação de resultados e tomadas de decisão. A ferramenta para o projeto Beira Linha foi implementada, testada e está pronta para ser utilizada pela equipe do projeto. Foi possível implantar no sistema as reais necessidades do projeto para sua gestão e monitoramento. Ela possibilita gerar conhecimento com base nos dados cadastrados, a partir da extração de relatórios que geram indicadores quantitativos que possibilitarão a obtenção de informações mais precisas sobre as ações do projeto, como por exemplo, cursos e oficinas que foram realizadas, beneficiários atendidos por bairro, monitores cadastrados no ano, índice de beneficiários aprovados e reprovados, número de turmas por período e quantidade de vagas preenchidas. A participação da comunidade beneficiada se dará pelo preenchimento de formulários como ficha de inscrição e ficha de avaliação de atividades, que alimentarão o sistema.

CONCLUSÕES: Este sistema facilita a tomada de decisões da coordenação do projeto, visto que ele permite a análise de dados das atividades em andamento, possibilitando a assertividade no planejamento das próximas ações. Possui uma interface amigável, de modo que o operador não tenha dificuldade para utilizá-lo. Apesar de essa ferramenta ter sido implementada para um projeto específico, existe a possibilidade de adaptá-la para outros projetos de extensão da PUC Minas que realizam atividades semelhantes. Para o autor, é importante destacar também, a satisfação pessoal de ter conhecido a extensão universitária na PUC Minas e ter contribuído para uma nobre causa social com o desenvolvimento de um sistema que otimiza o desempenho de todas as atividades realizadas no projeto Beira Linha. Para trabalhos futuros, sugere-se a criação de um *menu* de ajuda ao usuário na utilização do sistema; a criação de regras de campos obrigatórios nos cadastros disponíveis e a possibilidade de envio de dados cadastrais por e-mail. Por fim, os desafios impostos pela responsabilidade com as práticas extensionistas da PUC Minas, desperta a reflexão sobre como se pode contribuir para as causas sociais agregando nas atividades em prol principalmente do desenvolvimento humano, atuando nas deficiências encontradas na execução das práticas extensionistas e em sua gestão. Barreiras de destaque são constantes problemas na continuidade do trabalho, como a ausência de recursos financeiros e voluntários.

Palavras-chave: Gerência de projetos. Extensão universitária. Base de dados.

Área do Conhecimento: 1.03.03.03-0

REFERÊNCIAS

CONGREGAÇÃO DE NOSSA SENHORA, Rede Notre Dame, **Portal Notre Dame**, 2012. Disponível em: <<http://notredame.org.br/portal/>>. Acesso: maio 2014.

FALCONER, A. P. **A promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e de seu campo de gestão**. Dissertação (Mestrado) - FEA/Departamento de Administração. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.

INSTITUTO AYRTON SENNA, Rede Vencer, **Portal SIASI**, 2012. Disponível em: <<http://www.redevencer.org.br/>>. Acesso: maio 2014.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Projeto pedagógico do curso de Sistemas de Informação**.

_____. **Política de Extensão Universitária da PUC Minas**. Belo Horizonte: PUC Minas / Pró-Reitoria de Extensão, 2006.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): 2012 a 2016**. Belo Horizonte: PUC Minas, nov. 2011.

Trabalho Interdisciplinar de Extensão do curso de Administração PUC Minas campus Poços de Caldas (MG)

Bruno Antônio Siqueira de Paiva³⁰⁶
Prof.^a Giseli do Prado Siqueira³⁰⁷
Prof.^a Maria José Scassiotti de Souza³⁰⁸

INTRODUÇÃO: O presente projeto aplica-se à produção bibliográfica decorrente de práticas curriculares do curso de Administração da PUC Minas, campus Poços de Caldas. O projeto pedagógico do curso de Administração prevê a realização, do primeiro ao sexto período, de um trabalho interdisciplinar para os alunos matriculados regularmente, que contemple, por meio das disciplinas, a aplicação dos conhecimentos técnicos em Administração. Entretanto a transferência de novos alunos, alunos reprovados em disciplinas e, até mesmo a situação financeira dos alunos fez surgir uma nova realidade. Grupos de alunos que cursavam no máximo duas disciplinas por período necessitavam de outras atividades para que assim as metas do Projeto Pedagógico do Curso fossem alcançadas. Por meio do trabalho inicial da Prof.^a Maria Eliane Catunda de Siqueira e da Prof.^a Giseli do Prado Siqueira, a criação de um trabalho para estes alunos, que pudesse ao mesmo tempo promover a interação, bem como a validação de pontuação, foi essencial para que assim fosse arquitetado e colocado em prática o Trabalho Interdisciplinar de Extensão, com um viés social a ser realizado nas instituições sociais do município. Através da missão da universidade, o projeto foi guiado a uma visão humanista que deve permear todo o conhecimento. Os objetivos propostos foram dimensionados a cada etapa do trabalho para que pudesse ao mesmo tempo contemplar os princípios elencados pela extensão da universidade, bem como atendessem as práticas do curso. Os objetivos foram respectivamente: analisar e descrever as instituições sociais da cidade, segregando pelo público assistido (crianças, jovens, idosos, mulheres em situação de risco, deficientes físicos, visuais, etc.); identificar as oportunidades de melhorias nas instituições (gestão de pessoas, finanças, entre outros); planejar a atuação da equipe dentro das oportunidades apresentadas; e executar uma ação na instituição escolhida.

METODOLOGIA: A experiência no acompanhamento do trabalho exigiu regras que indicavam aos alunos, a necessidade após a formação das equipes, de uma visita inicial à instituição para ouvir e depois apresentar uma carta de aceite realizada pela instituição aos professores orientadores, informando o que seria desenvolvido pelos alunos junto à própria. Em seguida, é iniciada uma

³⁰⁶ Graduando em Administração da PUC Minas, campus Poços de Caldas. E-mail: baspaiva@gmail.com.

³⁰⁷ Orientadora e professora Adjunto IV do curso de Administração da PUC Minas, campus Poços de Caldas. Doutora em Ciências da Religião. E-mail: giseli@pucpcaldas.br.

³⁰⁸ Orientadora, professora Assistente IV do curso de Administração da PUC Minas, campus Poços de Caldas. Mestre em Administração. E-mail: zeze@pucpcaldas.br.

pesquisa, por meio do levantamento histórico da instituição e das suas principais informações, com o intuito de caracterizar realmente a instituição. Os professores orientadores analisam estas duas etapas do trabalho, posteriormente validando, para que seja dada continuidade ao mesmo. Logo, quando ocorre a necessidade de devidas alterações, os alunos precisam as realizar e novamente apresentar aos docentes. Assim, todos os processos são acompanhados juntamente aos professores orientadores, os quais determinam se podem dar continuidade no trabalho ou não. Com os processos iniciais aprovados, é hora de planejar uma ação de melhorias para instituição. Este é o processo mais trabalhoso, que exige maior tempo por parte dos alunos, pois realizarão diversas visitas à instituição e detalharão todas as oportunidades de melhorias na mesma. Novamente, essa etapa é encaminhada para aprovação dos professores orientadores. Recebendo a aprovação dos docentes, os alunos se preparam para a ação de melhorias definida na etapa anterior e, após buscar parcerias na comunidade, eles executam esta ação na instituição, realizando diversas atividades. Para finalizar o processo por parte dos alunos, eles encaminham fotos e vídeos gravados no dia da ação, para comprovar sua presença na atividade. Os professores avaliam cada etapa realizada durante a execução do trabalho, ponderando quais devem ser observadas com maior atenção e em seguida, pontuam o trabalho, contribuindo então para o projeto pedagógico do curso de Administração.

DISCUSSÃO: O presente trabalho foi implantado de forma a atender as necessidades dos alunos de participar em equipe de um trabalho interdisciplinar, exigindo-se as normas acadêmicas e aplicação das ferramentas de administração. Para os professores, foi uma forma de poderem pontuar o trabalho interdisciplinar, respeitando o projeto pedagógico e atentando para a realidade destas instituições que se prestam a atender/incluir/respeitar parcelas de nossa população e que são a realidade do local onde vivemos e para o qual preparamos nossos alunos para serem os futuros empreendedores. Para as instituições que semestralmente são procuradas pelos alunos, uma forma de conhecimento e interação com a Universidade. O trabalho interdisciplinar de extensão ocorreu devido à experiência dos professores envolvidos nestas atividades e praticamente vem gerando o interesse dos alunos a continuarem a participar como voluntários, mesmo depois de cumprido formalmente o processo previsto no Projeto Pedagógico.

CONCLUSÃO: Em 2015, o número de alunos na condição de multifatoriais (de acordo com a grade do curso), chegou a representar um grupo de mais de 80 alunos dos dois turnos, portanto mais de um décimo da quantidade de alunos matriculados no curso de Administração. No primeiro semestre de 2015, os alunos atenderam 12 instituições sociais, sendo elas: Lar Criança Feliz; Crescendo em Fraternidade; Clínica de Resgate Emanuel; Legião da Boa Vontade; Grupo Tramas e Fuxico; Associação Artística Semear; Associação dos Deficientes Físicos de Poços de Caldas; Lar

Filhos da Benção; Associação Damas da Caridade; Instituição Vila Vicentina Elvira Dias; Albergue Noturno Deus e Caridade; e Associação de Promoção Humana e Ação Social de Poços de Caldas. As atividades desenvolvidas foram diversas: aulas de artesanato para grupo de mulheres, arrecadação de alimentos e vestuários para idosos, arrecadação de produtos de limpeza e higiene pessoal, práticas de dinâmicas para os funcionários das instituições entre outras. As explicações da forma do fazer são importantes para demonstrar o alcance de nossos alunos junto à comunidade de Poços de Caldas, mas os relatos das considerações finais das equipes constataam que estamos fazendo a diferença para todos os envolvidos. As práticas administrativas são contempladas no relatório final, que apresenta todo o planejamento feito para realização da atividade, seus custos e seus resultados efetivos. Assim, entendemos o Trabalho Interdisciplinar de Extensão do curso de Administração como um projeto de extensão guarda-chuva, que abriga as diversas instituições sociais existentes em Poços de Caldas, e as variadas atividades desenvolvidas em seu dia a dia, buscando sempre um ganho para os alunos e para a comunidade que é sem dúvidas muito beneficiada com este trabalho.

Palavras-chave: Administração. Instituições Sociais. Planejamento.

Área do Conhecimento: 6.02.00.00-6

REFERÊNCIAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, PROEX. Disponível em: <www.PROEX.br>. Acesso em: 7 abr. 2016.

RODRIGUEZ, Gregório Mancebo; BRANDÃO, Mônica Mansur. **Visões da governança corporativa:** a realidade das sociedades por ações e a sustentabilidade. São Paulo: Saraiva, 2010.

Uma análise da Mostra Tecnológica do IPUC sob a ótica da Extensão Universitária

Geraldo Figueiredo Lage³⁰⁹
Prof.^a Viviane Cristina Dias³¹⁰

INTRODUÇÃO: É função da universidade produzir, aprimorar e aplicar conhecimentos. A universidade contemporânea possui como base a trilogia universitária fundada no ensino, pesquisa e extensão, que funcionam de forma livre e harmônica. A extensão é a realização da práxis universitária, com que se rompem os muros da universidade, levando à sociedade todo o conhecimento formulado na relação professor e aluno. Pode-se afirmar que extensão é a dialética entre universidade e sociedade. Nessa relação, a universidade exerce sua função social, caracterizando a produção de conhecimento e a utilizando para desenvolver a sociedade. Neste sentido, a Mostra Tecnológica do IPUC proporciona uma interação de forma sistematizada do ensino, pesquisa e extensão em um espaço de convivência onde se tem os diversos atores: alunos, professores e sociedade. Essa articulação estabelece um conceito inovador no ensino da engenharia, pautada na interdisciplinaridade e na valorização da formação humanística, empreendedorismo e na utilização de tecnologias considerando as demandas sociais e desenvolvimento sustentável (Mostra, 2015). O presente trabalho propõe a análise da Mostra Tecnológica do IPUC sob a ótica da extensão universitária, considerando as diretrizes do PNE/2012, a política de extensão da PUC Minas e relatórios da Mostra Tecnológica.

METODOLOGIA: O trabalho tem como enfoque teórico e exploratório (GIL, 1999) utilizando como fonte da pesquisa dados da Mostra Tecnológica do IPUC, as diretrizes do PNE, a política de extensão da PUC Minas. Para realização do trabalho, foi feita uma análise comparativa segundo as diretrizes do PNE e documentos supracitados. A análise dos dados contemplou a abordagem descritiva, com uso de cruzamentos de dados da Mostra Tecnológica (da 4^a a 9^a edição) entre os anos de 2013 e 2015, para identificar fatores em conformidade com as diretrizes estabelecidas na PNE (interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e, finalmente, impacto e transformação social) que devem orientar a formulação e implementação das ações extensionistas. Foi feito um mapeamento das ações de extensão que acontecem na mostra tecnológica do IPUC identificando se as mesmas estão de acordo com o que estabelecem as diretrizes da PNE e a política de extensão da PUC Minas.

³⁰⁹ Aluno da pós-graduação do curso Master em Engenharia de Manutenção, IEC, unidade Praça da Liberdade. E-mail: geraldo.lage@gmail.com.

³¹⁰ Orientadora e professora Assistente IV do Curso de Engenharia Civil da PUC Minas, campus Coração Eucarístico. Mestre em Engenharia Elétrica. Coordenadora de Extensão do IPUC. E-mail: viviane.dias@pucminas.br.

DISCUSSÃO: A Política de Extensão da PUC Minas determina que os projetos pedagógicos dos cursos do IPUC contemplem as atividades de Extensão nas suas diversas modalidades. Nessa perspectiva, o Instituto Politécnico proporciona na Mostra Tecnológica um espaço que viabiliza a materialização das ações extensionistas de caráter interdisciplinar e compartilhada entre os cursos do instituto. O Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias, ocorrido em 1999, determina que a cultura de Extensão deve ser desenvolvida pelas instituições comunitárias, sobretudo as atividades voltadas para a eliminação da pobreza, intolerância, violência, analfabetismo, fome, deterioração do meio ambiente, doenças e, essencialmente, por meio de uma perspectiva concreta, interdisciplinar e transdisciplinar. Nesse sentido, atuam os trabalhos da Mostra tecnológica, analisando os trabalhos da 4^a a 9^a edição entre os anos de 2013 e 2015, identificou-se que na 4^a mostra - 10 trabalhos foram classificados como de extensão, na 5^a - 20, na 6^a - 12, na 7^a - 20, na 8^a - 24 e na 9^a. 16 trabalhos, porém, analisando as características dos trabalhos em exposição, observa-se que vários outros são de extensão, mas não foram classificados como tal. Cada edição da Mostra recebeu cerca 4.000 pessoas entre professores, alunos, palestrantes, empresas e visitantes, muitos desses visitantes oriundos das escolas da região metropolitana de Belo Horizonte. O caráter extensionista da Mostra está não somente no público atendido, mas também no perfil dos trabalhos expostos, que visam estabelecer relações entre a realidade e a produção do conhecimento. O evento proporciona uma interação dialógica entre aluno, professor e os demais setores da sociedade, e tem o comprometimento em proporcionar aos participantes uma formação integral, comprometida com a mudança social. A partir da leitura dos documentos relativos à Extensão e da observação da sua aplicabilidade na Mostra Tecnológica, foi possível perceber que os mesmos propõem novas práticas que privilegiam a adoção de ações extensionistas que fortalecem a articulação do conhecimento de forma inter, multi ou transdisciplinar. A PNE apresenta o conceito de extensão universitária como sendo um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012). Para orientar a formulação e implementação das ações extensionistas, a PNE definiu as seguintes diretrizes: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e, finalmente, impacto e transformação social. A diretriz **interação dialógica** orienta as ações extensionistas, de modo a promover a troca de saberes entre a universidade e sociedade de modo mais participativo e democrático em relação ao conhecimento (FORPROEX, 2012). Implementar a **interdisciplinaridade e interprofissionalidade** é buscar suplantando a dicotomia entre visões holísticas e muitas vezes generalistas das intervenções sociais, e visões especialistas caracterizadas pelo parcelamento do todo (FORPROEX, 2012). A

indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão “reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa)” (FORPROEX, 2012). De acordo com a diretriz **impacto na formação do estudante**, “as atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam” (FORPROEX, 2012). A diretriz **impacto e transformação social** entende a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com a sociedade, atuando de forma transformadora, considerando o interesse coletivo da população, propiciando o desenvolvimento social e regional (FORPROEX, 2012). Os trabalhos apresentados nas seis edições da Mostra estão de acordo com as diretrizes dos projetos pedagógicos dos cursos envolvidos, pois presta serviços à sociedade, atendendo suas necessidades e demandas específicas na área da Engenharia, viabilizando assim a interação entre a sociedade e a universidade, articulando teoria e prática, além de promover uma ação formadora de profissionais cidadãos. Assim, a participação dos alunos na Mostra, contribui para que eles atuem na sociedade com competência, responsabilidade e justiça, colaborando para a construção de um país próspero, solidário e justo. Concluindo, as atividades de extensão universitária realizadas na Mostra buscam um processo coletivo de reflexão e aprendizagem, em torno das ações desenvolvidas, de forma democrática, entre professores, alunos, funcionários e comunidade.

CONCLUSÕES: Com este trabalho, foi possível analisar as ações extensionistas promovidas na Mostra Tecnológica do IPUC, considerando-se as diretrizes da PNE/2012, mapeando como a efetivação das ações acontece nos trabalhos participantes da Mostra, aliando o ensino, pesquisa e extensão. Dos trabalhos apresentados, 102 foram classificados como extensionistas; percebe-se ainda que vários trabalhos que têm característica extensionista não foram classificados como tal, ou seja, esse número seria maior. Observa-se que todas as edições das Mostras do IPUC estão em consonância com o que estabelece a Política de Extensão da PUC Minas, uma vez que promovem uma prática acadêmica dialógica entre a universidade e a sociedade, que se realiza na relação com o ensino e a pesquisa. Foi possível identificar que os trabalhos de extensão expostos nas Mostras foram desenvolvidos de acordo com o que estabelece a Extensão Universitária, ou seja, como instrumento para problematizar e buscar respostas às questões sociais, objetivando a qualidade de vida da população. Com relação às empresas participantes, as mesmas procuram contribuir na formação de profissionais tecnicamente competentes e eticamente comprometidos com uma sociedade mais justa e fraterna. Analisando o espaço de convivência das Mostras e os trabalhos,

percebe-se que todas as diretrizes são contempladas através de ações propostas no evento, assim, o mesmo viabiliza a materialização das ações extensionistas de caráter inter, multi ou transdisciplinar.

Palavras-chave: Mostra tecnológica. Extensão. Política de Extensão.

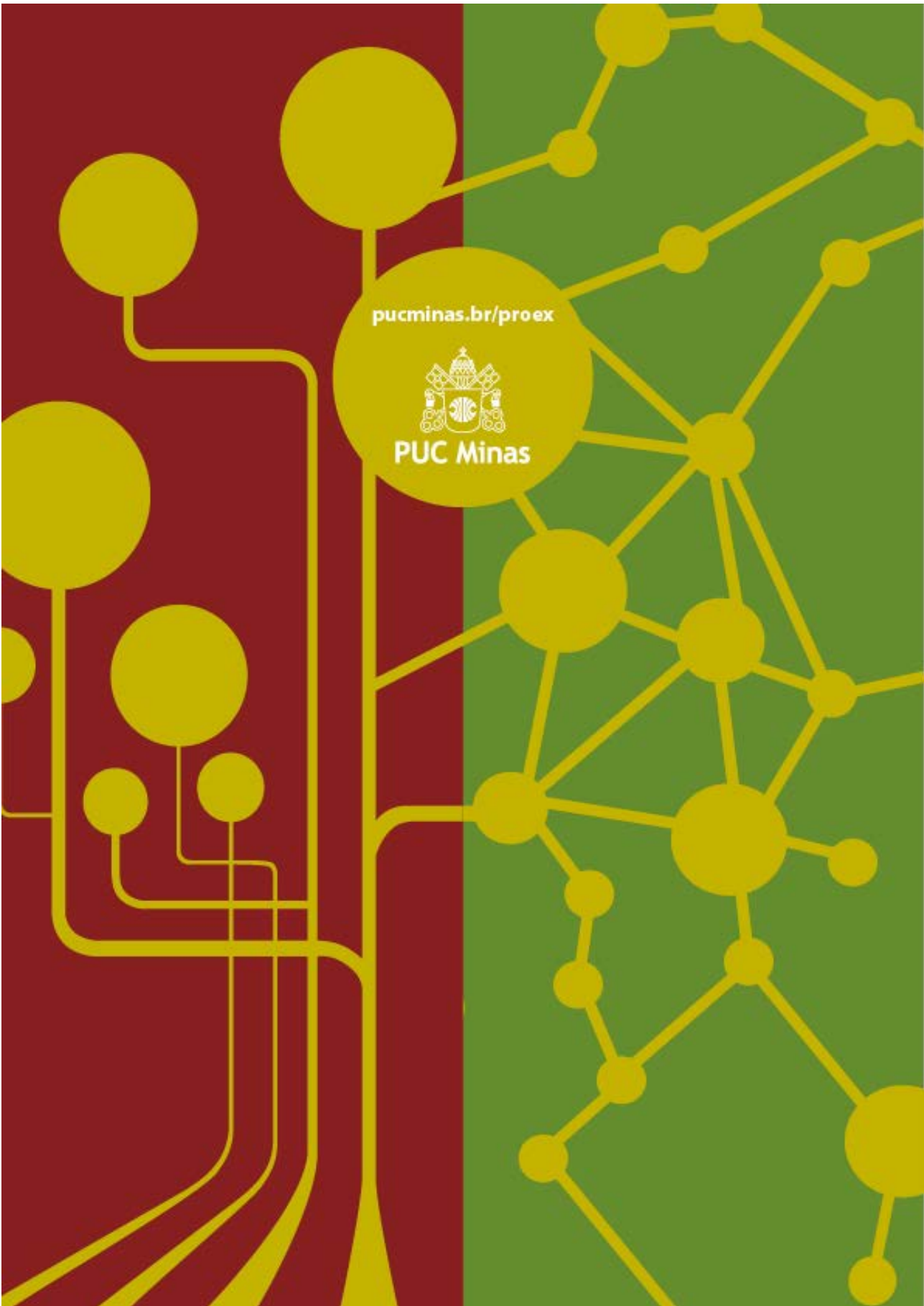
Área do Conhecimento: 3.00.00.00-9

REFERÊNCIAS

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SESU /MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Edição Atualizada. Brasil, 2011/2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Política de Extensão Universitária da PUC Minas**. Belo Horizonte, jun. 2006. Disponível em: <http://www.PUC Minas.br/documentos/politica_de_extensao.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2016.



pucminas.br/proex



PUC Minas